

FIXO

R E V I S T A D E
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

arquitecturas do abandono

n.24, v.7
verão de 2023





AXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

arquitecturas do abandono

n.24, v.7
verão de 2023





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<https://wp.ufpel.edu.br/cmasc/>
e-mail: revistapixo@gmail.com

A Revista Pixo é uma publicação conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/>

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis

EDUARDO ROCHA
FERNANDO FREITAS FUÃO

Editoras Associadas

VANESSA FORNECK
JORDANA BERCHON
PAULA PEDREIRA DEL FIOLE

Comitê Científico e Conselho Editorial

ADRIANA ARÁUJO PORTELLA
ADRIANA GONI MAZZITELLI
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO
ANA PAULA VIECELI
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO
ANGELA MARIA ENDLICH
ANGELA RAFFIN POHLMANN
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO
BEATRIZ DORFMAN
CARLA GONÇALVES RODRIGUES
CARLOS NIGRO
CARMEN ANITA HOFFMANN
CAROLINA CLASEN
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS
CELMA PAESE
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES
CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO
CRISTHIAN MOREIRA BRUM
CRISTINE JAQUES RIBEIRO
DÉBORA SOUTO ALLEMAND
DIRCE ELEONORA NIGRO SOLIS
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES
EDUARDO GRALA DA CUNHA
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER
EMANUELA DI FELICEFÁBIO BORTOLI
FERNANDA TOMIELLO
FRANCESCO CARERI
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA
GISELE SILVA PEREIRA
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES
HARTMUT GÜNTHER
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO
HELENE GOMES SACCO CARBONE
IAZANA GUIZZO
IGOR GUATELLI
JOSÉ CARLOS MOTA

JOSIANE FRANKEN CORRÊA
JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI
JULIAN GRUB
LAURA NOVO DE AZEVEDO
LAURA RUDZEWICZ
LISANDRA FACHINELLO KREBS
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE
LORENA MAIA RESENDE
LUANA PAVAN DETONI
MARCELO ROBERTO GOBATO
MARC WEISS
MÁRCIO PIZARRO NORONHA
MARIA IVONE DOS SANTOS
MARKUS TOMASELLI
MAURICIO COUTO POLIDORI
PAOLA BERENSTEIN JACQUES
PAULO AFONSO RHEINGANTZ
PRISCILA PAVAN DETONI
RAFAELA BARROS DE PINHO
RAQUEL PURPER
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO
ROBERTA ROBERTA KRAHE EDELWEISS
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA
VALENTINA MACHADO
VANESSA FORNECK
VICENTE MEDINA

Equipe Técnica

VANESSA FORNECK
PAULA PEDREIRA DEL FIOLE
JORDANA BERCHON

Suporte Técnico

EDUARDO SILVA DA SILVA

Revisão Linguística

ANA DOS SANTOS MAIA
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

Diagramação

EDUARDO ROCHA

Arte das capas

SILVIA HELENA CARDOSO

apresentação

A 24ª Edição da Revista Pixo é fruto da chamada temática “ARQUITETURAS DO ABANDONO”. A proposta desta edição é discutir as inquietações produzidas pelo abandono. O que pode desencadear aquilo que está abandonado? Quais as reverberações de um abandono? Qual o tempo e velocidade que operam nessa condição? Busca-se trazer reflexões às diferentes abordagens e sentidos do abandono, com a intenção de instigar caminhos que possibilitem revelar determinadas práticas, ações e medidas que dizibilizem potências para a construção do conhecimento em diversas áreas.

A PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e a cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) Cidade+Contemporaneidade, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Arquitetura, Derrida e Aproximações, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A edição temática “ARQUITETURAS DO ABANDONO” é dirigida pelo Professor Dr. Eduardo Rocha e a Arquiteta Me. Vanessa Forneck.

Agradecimento as revisoras e revisores da edição: Ana Paula Vieceli, Carolina Magalhães Falcão, Carolina Ritter, Celma Paese, Christiano Piccioni Toralles, Débora Souto Allemand, Eduardo Rocha, Iazana Guizzo, Isabella Khauam Maricatto, Liziane de Oliveira Jorge, Lorena Maia Resende, Louise Prado Alfonso, Luana Pavan Detoni, Mariana Porto Rotta, Rafaela Barros de Pinho, Shirley Terra Lara dos Santos, Taís Beltrame dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Vanessa Forneck e Vanessa Patzlaff Bosenbecker.

Eduardo Rocha e Vanessa Forneck

Verão de 2023

¹<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/>

editorial

ARQUITETURAS DO ABANDONO Manifestações de uma polissemia existencial.....	10-15
<i>Eduardo Rocha e Vanessa Forneck</i>	

autor convidado

PERSISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR APAGAMENTOS Devires em negativo.....	18-27
<i>Igor Guatelli</i>	

projetos e processos

DO ABANDONO AO CENÁRIO DE ENCONTRO Projeto de intervenção na antiga Estação Theodósio no município de Capão do Leão/RS.....	30-39
<i>Vanessa Forneck</i>	

REDE RECICLAR - NÚCLEO GETÚLIO VARGAS Triagem de Resíduos Sólidos, Armazenamento e Inclusão Social.....	40-49
<i>Taís Beltrame dos Santos</i>	

artigos e ensaios

OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO DE CAETITÉ Articulações em torno da preservação patrimonial.....	52-65
<i>João Maurício Santana Ramos e Luciana Guerra Santos Mota</i>	

PATRIMÔNIO ESCOLAR EM ABANDONO O projeto padrão da Escola Alfredo Rodrigues (Povo Novo, Rio Grande, 1942-2007).....	66-79
<i>Lisiê Kremer Cabral, José Henrique Carlucio Cordeiro, Lorena Almeida Gill e Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	

RESTAURAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO CENTRAL, PELOTAS/RS Uma necessária reflexão sobre a interdisciplinaridade.....	80-91
<i>Jorge Luiz de Oliveira Viana</i>	

AVALIAÇÃO DA DEGRADAÇÃO DE FACHADAS ATRAVÉS DE IMAGENS DO STREET VIEW Edificações Históricas de Santo Ângelo.....	92-105
<i>Fernanda Pasqualotti, Mauren Aurich e Ariela da Silva Torres</i>	

RÉQUIEM PARA UMA ARQUITETURA Abandonos, sonhos e demolições.....	106-125
<i>Ana Paula Vieceli</i>	

ESPAÇO TRILHAR Um novo uso para o antigo Clube dos Ferroviários de Santa Maria.....	126-139
<i>Maria Augusta Scalcon Calil e Marina de Alcântara</i>	

A MULTITEMPORAL VILA ITORORÓ	140-151
<i>Eduardo Oliveira Soares</i>	

ABANDONO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL A Obsolescência dos Espaços Fabris na Vila de Santa Thereza, em Bagé/RS.....	152-167
<i>Isadora Baptista Alves e Aline Montagna da Silveira</i>	

FISSURADA Imagens do desabitado no bairro de Bebedouro em Maceió/AL.....	168-193
<i>Patrícia Soares Vieira e Roseline Vanessa Santos Oliveira</i>	

PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL O não abandono do patrimônio arquitetônico como forma de instigar nos sujeitos o (re) conhecimento das heranças urbanas.....	194-203
<i>Tarcísio Dorn de Oliveira, Cristhian Moreira Brum, Patrícia Viana Pereira de Lima, Eva da Silva Neta, Julia Licks Chassot, Estevan de Bacco Bilheri e Fernanda Corrêa da Silva</i>	

A MEMÓRIA DO VAZIO CONTRA O VAZIO DA MEMÓRIA O método do arquivo na investigação artística de um lugar apagado.....	204-221
<i>Flora Paim</i>	

CASA-RUÍNA Modos de habitar a memória a partir do livro de artista.....	222-235
<i>Bianca De-Zotti e Raquel Andrade Ferreira</i>	

O CHAMADO: OLHARES SOBRE CAIS DAS ARTES Ou das ruínas do futuro às ruínas vitais.....	236-247
<i>Leonardo Izoton Braga</i>	

A RUÍNA COMO RESISTÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS.....	248-261
<i>Evandro Fiorin e Djonathan Freitas</i>	
ERA UMA VEZ UMA CERCA...	
Ensaio sobre limites e abandonos.....	262-277
<i>Ana Elísia da Costa</i>	
REFLETINDO SOBRE AS CIDADES BRASILEIRAS COMO CONSTRUCTOS MASCULINOS	
Uma discussão sobre gênero e cidades.....	278-293
<i>Wallace Rodrigues e Thelma Pontes Borges</i>	
CORPOESPAÇOTEMPO DO ABANDONO	
Práticas extensionistas em visualidades e invisibilidades feministas.....	294-311
<i>Adriana Nascimento, Amanda Lima Martins, Isadora Helena Julio de Carvalho e Tânia Solano Ardito</i>	
RESISTIR, INSISTIR, EXISTIR E INSURGIR	
Ecos da cidade abandonada.....	312-333
<i>Kary Emanuelle Reis Coimbra</i>	
OCUPAÇÕES CULTURAIS, INTERSTÍCIOS URBANOS E BEM-ESTAR NAS CIDADES	
Uma experiência em Jundiá, São Paulo, Brasil.....	334-347
<i>Bárbara Bonetto e Ana Maria Girotti Sperandio</i>	
DOS NOVOS PROJETOS URBANOS AOS ABANDONOS DO CENTRO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP.....	348-373
<i>Bárbara Pozza Scudeller</i>	
VAZIOS URBANOS PÚBLICOS	
Abandono e rupturas na cidade de Erechim/RS.....	374-393
<i>Luciana Sobis Alves e Ayrton Portilho Bueno</i>	
ENTRE IMAGENS ABANDONOS	
Sonho e criação de mundos urbanos possíveis.....	394-407
<i>Lucas Boeira Bittencourt, Paulo Reyes, Gabriel Silva Lopes Fernandes e Artur do Canto Wilkoszynski</i>	
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
Abandono e resistência de vidas na escassez em meio à opulência.....	408-421
<i>Giuliana Lima Oliveira e Vera Santana Luz</i>	
ACESSIBILIDADE POR MODO ATIVO E A INSERÇÃO URBANA DA HABITAÇÃO SOCIAL	
Uma análise sistêmica aplicada à Goiânia.....	422-445
<i>Flávia Cirqueira Rodrigues Lopes e Erika Cristine Kneib</i>	
O DISCURSO DO ABANDONO	
Da casa popular à precariedade habitacional.....	446-463
<i>Ana Maria Denardi Piccini e Vitor Martinez Arruda Campos</i>	
ILHADOS E ESQUECIDOS	
Estudo de caso e proposições para a habitação de interesse social.....	464-485
<i>Viviane Zerlotini da Silva e Ana Luiza Martins Nazareth</i>	

resenha

ENTRE A NATUREZA E O ABANDONO.....	488-493
<i>Andrews Jobim</i>	

parede branca

PASSADO E PRESENTE NA VILA DE SERRA PELADA Ensaio Fotográfico.....	496-503
<i>Silvia Helena Cardoso</i>	
QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO.....	504-509
<i>juny kp!</i>	
EDIFÍCIOS EM ESPERA.....	510-515
<i>Gabriela Oliveira Wedekin e Marcelina Gorni</i>	
ABANDONOS VEGETAIS.....	516-521
<i>Louise Rochebois</i>	
MENINA-URBE AVÓ-CIDADE.....	522-525
<i>Maria Beatriz Andreotti</i>	

entrevista

ARQUITETURA HOSTIL E APOROFOBIA Conversa com Padre Julio Lancelotti.....	528-539
<i>Padre Júlio Renato Lancellotti, Amanda Ferreira Garcia, Eduardo Rocha, Adriana Portella, Luciele dos Santos Oliveira, Nátalin Pucinelli Lourenço, Giovanni Nachtigall Maurício, Carlos Krebs, Giulia Vianna dos Santos e Ligia Chiarelli (Biloca)</i>	



ARQUITETURAS DO ABANDONO

Manifestações de uma polissemia existencial

Eduardo Rocha¹ e Vanessa Forneck²

Tudo começou lá pelos anos de 2006, quando procurei Fernando Fuão para me orientar numa tese de doutorado, sobre a qual eu tinha apenas o título “Arquiteturas do Abandono” e algumas ideias. Naquele momento eu não sabia o que me esperava, nem os caminhos e descaminhos que seriam tomados, até pensar nos abandonos como modos de vida.

Em 2010, defendi a tese “Arquiteturas do Abandono: ou uma cartografia nas fronteiras da arquiteturas, da filosofia e da arte”, expandindo o conceito de abandono numa polissemia infinita, desde sua materialidade nas construções, patrimônios arquitetônicos e urbanos, cidades, até na desconstrução da tríade representação-significado-sujeito.

Pensar em abandonados, em arquiteturas e lugares abandonados, nos fazem percorrer caminhos diferentes - do avesso - da ordem do projeto, obra e edifício. Nunca os arquitetos pensam na morte da arquitetura ou em como demolir aos poucos. Para os construtores só é possível o caminho da re - revitalização, reconstrução, restauro, etc. A morte, a outra vida, a alma, o resquício de vida são impensados. O livre, o natural, a natureza sempre é afogada em detrimento da obra artificial. Talvez seja aí, que reside os sentidos e as sensações da criação em arquitetura e urbanismo.

Em 2018, depois de vários anos em silêncio, mas em constante experiência e observação, a Vanessa Forneck, me procurou, querendo retomar os estudos sobre abandono em sua dissertação de mestrado, defendida em 2021, intitulada: “Abandono de Estações Férreas: Cartografia sensível na fronteira Brasil-Uruguay”, onde por meio de cartografia sensível a pesquisadora busca constituir pelas múltiplas camadas de sentido a experiência com a cidade, pelo descaminho dos abandonos nessa infinita linha de fuga.

Nós, na busca de um descontínuo conceitual, organizamos a chamada da Pixo 24 - “Arquiteturas do Abandono: manifestações de uma polissemia existencial”, curiosos para saber, ler, sentir e pensar juntos sobre os abandonos. O que os autores, pesquisadores, estudantes pensam sobre “Arquiteturas do Abandono” em 2023, 17 anos depois?

Foi surpreendente a recepção da chamada e a atualização da temática em suas diversas direções, velocidades e composições, resultando em um dossiê robusto e às vezes até mesmo discordante.

O volume inicia com nosso autor convidado, Igor Guatelli, referência desde os nossos primeiros estudos sobre filosofia e arquiteturas do abandono. Igor, traz o texto: “PERSISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR APAGAMENTOS: Devires em negativo”, que é resultado de um projeto de pesquisa e traz a possibilidade do resto, daquilo que sobra e foi apagado, persistindo como um assombramento negado no

pensamento da cidade e da arquitetura.

Na continuidade, estreia uma nova seção na Pixo, intitulada “Processos e Projetos”, trazendo para a reflexão dois trabalhos finais de graduação: “DO ABANDONO AO CENÁRIO DE ENCONTRO: Projeto de intervenção na antiga Estação Theodósio no município de Capão do Leão/RS”, da Vanessa Forneck, que precede o pensamento da autora sobre abandonos e questões relacionadas à memória e ao patrimônio cultural vivo e; “REDE RECICLAR - NÚCLEO GETÚLIO VARGAS: Triagem de Resíduos Sólidos, Armazenamento e Inclusão Social”, da Taís Beltrame dos Santos, que por outro viés buscou dar uma resposta às mazelas e constantes abandonos sofridos por um bairro periférico na cidade de Pelotas, revirando os resíduos da cidade-centro e transformando-os em trabalho e condição de vida para os moradores locais.

A seção artigos e ensaios, grande recheio da revista, tentou dividir ou elevar o pensar em partes, ou planos, que se sucedem na (des)construção do conceito de arquiteturas do abandono. Dividimos os artigos em três planos: patrimonialização, filosófico-poético e minorizado-segregador.

O primeiro plano é composto por textos que trazem a ideia de abandono e memória patrimonial, histórica e cultural nas cidades.

O artigo de abertura da seção: “OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO DE CAETITÉ: Articulações em torno da preservação patrimonial”, de João Maurício Santana Ramos e Luciana Guerra Santos Mota, discute a patrimonialização do edifício do Observatório e a falta de planejamento para garantir a sua sobrevivência e recuperação como patrimônio histórico vivo.

Lisiê Kremer Cabral, José Henrique Carluccio Cordeiro, Lorena Almeida Gill e Ana Lúcia Costa de Oliveira, no artigo “PATRIMÔNIO ESCOLAR EM ABANDONO: O projeto padrão da Escola Alfredo Rodrigues (Povo Novo, Rio Grande, 1942-2007)”, a partir da metodologia da história oral resgatam as memórias esquecidas e abandonadas pela demolição do edifício escolar dos anos 1940 e seus desdobramentos na comunidade.

Em “RESTAURAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO CENTRAL, PELOTAS/RS: Uma necessária reflexão sobre a interdisciplinaridade”, de Jorge Luiz de Oliveira Viana, escreve sobre o processo de restauração do Mercado Público de Pelotas e os apagamentos antropológicos e arqueológicos resultantes, ressaltando a importância da interdisciplinaridade nesse tipo de projeto arquitetônico.

Fernanda Pasqualotti, Mauren Aurich e Ariela da Silva Torres, apresentam o artigo, “AVALIAÇÃO DA DEGRADAÇÃO DE FACHADAS ATRAVÉS DE IMAGENS DO STREET VIEW: Edificações Históricas de Santo ngelo”, contribuindo desde os aspectos técnicos de edificações históricas, avaliando a aplicação de imagens disponíveis no Google Street View para mensurar e fazer mapas de danos em centros históricos.

A escrita “RÉQUIEM PARA UMA ARQUITETURA: Abandonos, sonhos e demolições”, de Ana Paula Vieceli, nos convida a pensar sobre a perda de edificações e memórias, a partir de um exercício de projeto no centro da cidade de São Leopoldo/RS.

No artigo “ESPAÇO TRILHAR: Um novo uso para o antigo Clube dos Ferroviários de Santa Maria”, as autoras Maria Augusta Scalcon Calil e Marina de Alcântara, trazem uma aproximação de um edifício esquecido, discutindo o abandono físico e o abandono de classe, trazendo ao final uma proposta de ocupação por um centro multiuso.

1 Arquiteto e Urbanista, Especialista em Patrimonio Cultural, Mestre em Educação e Doutor em Arquitetura. Professor e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas.

2 Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Atualmente é doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no IAU/USP-São Carlos.

Eduardo Oliveira Soares no artigo “A MULTITEMPORAL VILA ITORORÓ”, nos convida para um passeio fotográfico e textual por esse conjunto icônico de edificações da cidade de São Paulo, registrando a atuação do tempo.

Em “ABANDONO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: A Obsolescência dos Espaços Fabris na Vila de Santa Thereza, em Bagé/RS, de Isadora Baptista Alves e Aline Montagna da Silveira, realizam a análise do abandono das ruínas do povoado, resgatando seus tempos e materialidades.

“FISSURADA: Imagens do desabitado no bairro de Bebedouro em Maceió/AL”, de Patrícia Soares Vieira e Roseline Vanessa Santos Oliveira, relatam as transformações em um bairro da cidade de Maceió/AL, trazendo a tona reverberações históricas e memórias traumáticas.

Finalizando esse primeiro plano temos o artigo: “PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL: O não abandono do patrimônio arquitetônico como forma de instigar nos sujeitos o (re) conhecimento das heranças urbanas”, Tarcísio Dorn de Oliveira, Cristhian Moreira Brum, Patrícia Viana Pereira de Lima, Eva da Silva Neta, Julia Licks Chassot, Estevan de Bacco Bilheri e Fernanda Corrêa da Silva, o grupo de autores resgatam, a partir de revisão bibliográfica, questões relacionadas à preservação patrimonial e o sentido de pertencimento.

O segundo plano trata de uma interseccionalidade com a filosofia, as artes, a psicologia, a geografia, etc. A abertura da compreensão e pensamento sobre o abandono, o ato de abandonar e todas as suas implicações.

Flora Paim em “A MEMÓRIA DO VAZIO CONTRA O VAZIO DA MEMÓRIA: O método do arquivo na investigação artística de um lugar apagado”, nos aproxima do processo de criação na arte, utilizando a metodologia do arquivo, discute a subrepresentação no arquivo oficial e a transformação das forças em potência artística.

Por sua vez o artigo “CASA-RUÍNA: Modos de habitar a memória a partir do livro de artista”, Bianca De-Zotti e Raquel Andrade Ferreira, a partir da cartografia criam um livro de artista, trazendo uma casa ruína para a reflexão.

No ensaio “O CHAMADO: OLHARES SOBRE CAIS DAS ARTES: Ou das ruínas do futuro às ruínas vitais”, Leonardo Izoton Braga, fricciona fotografias e escrita, experimentando a deriva para a composição de imaginário urbano.

Na sequência Djonathan Freitas, em “A RUÍNA COMO RESISTÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS”, caminhando no encontro do outro, constrói uma original discussão sobre patrimônio e paisagem.

Encerrando o segundo plano “ERA UMA VEZ UMA CERCA... ensaio sobre limites e abandonos”, Ana Elísia da Costa, desde o conceito de terceira paisagem e seus pensamentos sobre comunidades carentes e periféricas, nos leva abandonar certezas dadas como certas em detrimento da invenção e inclusão.

No terceiro e último plano, as discussões voltam-se para questões atuais, latino-americanas e brasileiras, relacionadas a soluções-problemas relacionados à habitação e ao urbanismo, o direito à cidade e os modos de vida propostos.

Iniciamos com o artigo “REFLETINDO SOBRE AS CIDADES BRASILEIRAS COMO CONSTRUCTOS MASCULINOS: Uma discussão sobre gênero e cidades”, de Wallace Rodrigues e Thelma Pontes Borges, pensa sobre as cidades brasileiras a partir da

perspectiva de gênero, sentindo os espaços públicos muitas vezes abandonados por não acolhimento do feminino.

Amparados pela ideia de invisibilidade de corpos, Adriana Nascimento, Amanda Lima Martins, Isadora Helena Julio de Carvalho e Tânia Solano Ardito, em “CORPOESPAÇOTEMPO DO ABANDONO: Práticas extensionistas em visualidades e invisibilidades feministas”, mostram a diversidade de abandonos presentes no cotidiano de minorias.

Kary Emanuelle Reis Coimbra, no artigo “RESISTIR, INSISTIR, EXISTIR E INSURGIR: Ecos da cidade abandonada”, nos conta sobre ações de coletivos na cidade de Teresina/PI, analisando discursos e revelando movimentações relacionadas a cultura e patrimônio da cidade.

Em “OCUPAÇÕES CULTURAIS, INTERSTÍCIOS URBANOS E BEM-ESTAR NAS CIDADES: Uma experiência em Jundiá, São Paulo, Brasil”, Bárbara Bonett e Ana Maria Girotti Sperandio, investigam as transformações proporcionadas por ocupações culturais, de modo a ampliar os espaços de discussão e pertencimento.

Bárbara Pozza Scudeller em “DOS NOVOS PROJETOS URBANOS AOS ABANDONOS DO CENTRO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP”, discute novos projetos realizados na cidade, causando o abandono de antigos modelos de sociedade, pensando novas possibilidades para o centro da cidade.

A seguir em “VAZIOS URBANOS PÚBLICOS: Abandono e rupturas na cidade de Erechim/RS”, Luciana Sobis Alves e Ayrton Portilho Bueno, investigam o significado de abandonos em vazios urbanos públicos periféricos, pensando que a integração desses lugares como forma de minimizar desigualdades.

No ensaio “ENTRE IMAGENS ABANDONOS: Sonho e criação de mundos urbanos possíveis”, Lucas Boeira Bittencourt, Paulo Reyes, Gabriel Silva Lopes Fernandes e Artur do Canto Wilkoszynski, nos fazem pensar sobre a ausência e presença de um mesmo lugar, tensionando as esferas estética e política para abrir outros sentidos.

Giuliana Lima Oliveira e Vera Santana Luz, escrevem a “POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Abandono e resistência de vidas na escassez em meio à opulência”, abordando o abandono dessa forma de vida nas cidades, a partir de referências documentais, bases de dados e observação de campo.

Em “ACESSIBILIDADE POR MODO ATIVO E A INSERÇÃO URBANA DA HABITAÇÃO SOCIAL: Uma análise sistêmica aplicada à Goiânia”, Flávia Cirqueira Rodrigues Lopes e Erika Cristine Kneib, discutem o abandono histórico das camadas populares no Brasil, utilizando a visão sistêmica como metodologia.

Desde a sustentabilidade, o artigo intitulado: “O DISCURSO DO ABANDONO: Da casa popular à precariedade habitacional”, de Ana Maria Denardi Piccini e Vitor Martinez Arruda Campos, debate o abandono da habitação popular no Brasil e seus programas governamentais.

Finalizando a seção artigos e ensaios, “ILHADOS E ESQUECIDOS: Um estudo de caso e proposições para a habitação de interesse social”, de Viviane Zerlotini da Silva e Ana Luiza Martins Nazareth, exploram questões de reassentados em conjunto habitacional na cidade de Belo Horizonte/MG, propondo novas diretrizes para políticas habitacionais.

Em seguida a seção resenha traz “ENTRE A NATUREZA E O ABANDONO”, de Andrews Jobim, trava uma discussão com o artigo “Observações sobre a natureza (physis) em Heidegger” de Gabriel de Almeida Barros, nos levando a pensar sobre o abandono condição e movimento.

Na seção parede branca, a arte nos movimenta, nos fazendo estremecer a partir da experiência com imagens, nos levando para mundos até então não imaginados e sentidos. Potencializando resistências e possibilitando a vida ou a morte nos abandonos.

Abrindo a seção temos o ensaio “PASSADO E PRESENTE NA VILA DE SERRA PELADA”, de autoria da antropóloga e fotógrafa Silvia Helena Cardoso, as imagens foram utilizadas na capa e capas de abertura de seções da revista. Seguido por “QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO”, de juny kp! apresenta uma série de imagens para discutir os vazios urbanos. Em “EDIFÍCIOS EM ESPERA”, Gabriela Oliveira Wedekin e Marcelina Gorni, propõem uma narrativa audiovisual, sobre edifícios abandonados e inacabados. O ensaio “ABANDONOS VEGETAIS”, de Louise Rochebois Quintão, apresenta uma outra dimensão do abandono, numa coleção de fotografias de árvores cortadas nas cidades. Concluindo a seção parede branca, Maria Beatriz Andreotti, a partir de deambulações faz um ensaio poético-fotográfico de arquiteturas industriais em “MENINA-URBE | AVÓ-CIDADE”.

Finalizando a Pixo 24, temos a imperdível e necessária leitura da transcrição de uma conversa com o Padre Júlio Lancellotti, sobre Arquitetura Hostil e Aporofobia, com os estudantes e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), organizada pelo Laboratório de Estudos Comportamentais (LabCom). Uma aula de arquitetura e urbanismo, ministrada por um não arquiteto, mas alguém que vive as ruas e os constantes abandonos vividos nas cidades.

Convidamos tod@s para a leitura, para abandonar, para pensar de novo, e de novo, e de novo, e, e, e...

autor convidado



PERSISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR APAGAMENTOS

Devires em negativo¹

PERSISTENCES IN THE PRODUCTION OF SPACE THROUGH DELETIONS
Becomings in negative

Igor Guatelli²

Resumo

Restar é a possibilidade de ser outro não sendo nem o que era em relação ao que foi apagado, nem o que será em relação ao que se apresenta como novo. Imagem espectral do passado e do futuro, os restos, as restâncias são o indesejável de uma paisagem e lógicas urbanas que os assombram em suas existências mas também são assombradas por eles por persistirem como seu negativo, talvez negação.

Palavras-chave: persistência, apagamento, alteridade, rastro, hospitalidade.

Abstract

Remaining is the possibility of being another, being neither what was in relation to what was erased, nor what will be in relation to what presents itself as new. Spectral image of the past and the future, the remains, the remnants are the undesirable of a landscape and urban logic that haunt them in their existence but are also haunted by them for persisting as their negative, perhaps negation.

Keywords: persistence, erasure, alterity, trace, hospitality.

“Um lugar como nenhum outro” [There’s no place like this place] é um filme-documentário, câmera na mão, exibido na 11^a. Mostra Ecofalante de 2021, uma produção canadense de 2020, dirigida por Lulu Wei, tendo recebido o prêmio do público. Narra a história da destruição - impetrada por uma incorporadora e grande banco transnacionais - de um icônico quarteirão em Toronto, Canadá, historicamente ocupado por uma grande loja de departamento, que tinha o sugestivo nome “Honest Ed’s, vinculado, possivelmente, à maneira como as pessoas de menor poder aquisitivo, majoritárias no bairro de imigrantes, adquiriam as mercadorias; pagavam o que podiam por elas. Foi um lugar que, a julgar pelas estórias contadas e história evidenciada pelas cenas do passado, mostradas em flashback, era mais que um centro comercial; o senso de comunidade e os laços de vizinhança pareciam vir por ela, através dela e, por ela, potencializadas. Simultaneamente, exibe o surgimento de um imenso canteiro de obras para edificação de um conjunto multinacional atualmente em curso.

Moradores, ex-moradores, famílias, CEO da companhia, uma professora universitária de urbanismo, participam do documentário com depoimentos sobre a destruição da memória do lugar e da comunidade, excetuado o jovem CEO, que se dedica, longamente, a explicar as “vantagens” da construção de um imenso complexo híbrido – habitação, escritórios, cultura, entretenimento – para o bairro. Torres altíssimas, garantidoras do necessário adensamento de áreas centrais seriam compensadas, no projeto, pela preservação de um renque de casas e uma alameda interna pública que cruzaria a área, garantindo acessibilidade.

Os malabarismos discursivos sociais e econômicos para justificar tamanho adensamento e verticalização, associando-os à necessária destinação de uma porcentagem das unidades às classes mais baixas, e que seriam de “locação social”, são desmontados, do ponto de vista econômico e urbanístico, pelas explicações da docente da universidade local. Basicamente, ela questiona e desmonta a tese do cálculo do aluguel pela renda média da população de Toronto, afirmando ser ilusório e enganoso, visto que a diferença de renda entre os mais ricos e pobres é abissal. Explicando, resolveu-se que seriam acrescentadas 266 unidades de “habitação de locação social”, cujo aluguel seria calculado como sendo 30% da renda média familiar da população de Toronto, que é de 80.000 dólares anuais, o que levará a aluguéis de 24.000 dólares anuais. Porém, dada a desigualdade social existente, a renda média familiar das classes mais baixas, que são maioria, está em torno de 20.000 dólares anuais.

Gentrificação no horizonte, processo aparentemente incontornável de nossa modernidade (semelhante processo tem ocorrido há um certo tempo em alguns bairros centrais de São Paulo). Abaixo, algumas imagens, fragmentos do filme, mostram a quadra do empreendimento, a política “social” compensatória e os dois edifícios que restaram, ambos atualmente pertencentes à proprietária da livraria, que, segundo ela mesma diz no filme, pretende torná-los um espaço multifuncional, inclusive funcionando como um centro de assembleias do bairro para discussões sobre as políticas públicas em curso e o outro.

O documentário parece ser uma versão miniaturizada do que presenciamos em escala global, sobretudo em metrópoles globais, particularmente em grandes cidades do Brasil, especificamente em bairros da cidade de São Paulo. Cidades que, em função de vertiginosos processos de apagamento e expulsão promovidos pelo mercado imobiliário, e dos perniciosos efeitos de gentrificação por eles gerados, transformam-se em cidades de tapumes, guias, betoneiras e, como deletério, mas admissível, efeito colateral, barracos. Infundáveis atualizações da figura do *Angelus Novus* da evocado, por Walter Benjamin, como alegoria da “tempestade” de arruinamentos gerada Modernidade. “Neo-haussmannianismos” em uma versão edulcorada, não por isso menos brutais. Entretanto, como também colocado por Benjamin – posteriormente

¹ O artigo é resultado do projeto de pesquisa “Habiter en devenir: autres demeures”, coordenado por Igor Guatelli e financiado pela MSH Paris Nord.

² Professor adjunto da FAU -Mackenzie e do PPGAU . Pesquisador associado do Gerphau- ENSA Paris La Villette, laboratoire de Philosophie, Architecture et Urbain. Autor do livro “Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho conceitual. Editora Senac” e “Condendadores urbanos: academia Cora_ Batista. Ed. Mackpesquisa “. Pesquisador com projetos financiados pela MSH Paris Nord.



retomado por Deleuze e Guattari, essa tempestade é produtora de fragmentos, de cacos que, gerados pela modernidade – hoje, em sua versão neo-liberal – podem escapar à própria lógica que os produzem e se transformar em imagens de presenças resistentes ao entrar em um outro regime semiológico, o da possibilidade de incômodas coexistências heterogêneas, capazes de falar outramente.

Seguindo, com certa liberdade e distância, o conceito de “frase-imagem”, de Jacques Rancière, diz respeito a fraseamentos, palavras soltas, desgarradas, fragmentos significantes que passam a dizer algo ao se transformarem em imagem de algo. E é, a partir desse momento que “podemos dizer que toda a cena de visibilidade e de invisibilidade de um massacre é completamente transformado” (2021, p.79). Para Rancière “a função da frase-imagem [...] é aquela de uma subversão das relações normais” (idem, p. 78). A frase-imagem seria, portanto, aquilo que sobra como palavra ou encadeamento de palavras que ainda podem dizer ou dizem alguma coisa a respeito de algo que não nos dizem nada. Indo além da noção stricto sensu de fraseamento, estamos diante da ideia de que fragmentos podem deslocar visibilidades, trazendo à tona uma outra dimensão do visível. Se a palavra “pode se transformar em um elemento do visível”(ibidem, p.80), imagens residuais, restos de algo podem se tornar vínculo entre o que deixou de existir e o que pode vir a ser. A frase-imagem se insere, dessa forma, como uma figura de alteridade, como um meio pelo qual a não presença plena permite que pensemos sobre o que ainda resta ser a partir do que a coisa é ou

de como se apresenta. A frase-imagem gera uma exterioridade a partir daquilo que lhe falta como significação plena, um elemento de produção de exterioridades ao que parece próprio da coisa, do signo.

Considerações feitas, voltemos ao filme. Apagamentos da história, da memória, das relações sociais, são promovidos pelo “monumental” empreendimento arquitetônico, ambiciosa proposta de criação de um complexo multifuncional a partir de massiva demolição. Mas, nessa catastrófica tempestade do progresso algo resta. Uma das entrevistadas é uma mulher, antiga moradora do bairro, que adquire o antigo sobrado onde moravam a diretora do filme e sua companheira, proprietária do sobrado ao lado, uma antiga livraria do bairro. São os dois únicos imóveis que não foram incorporados ao empreendimento, apesar de incorporados na maquete final arquitetônica do conjunto, um fragmento da história que restou e que passou a ter uma representação de exterioridade ao que parece ser a nova lógica, a nova “identidade” [interioridade] do bairro. Os sobrados sobram para desvalorizar a mercadoria urbanístico-arquitetônica impedindo a totalização simbólica da novidade, da publicitária “revitalização” da área. Dos escombros, uma imagem persiste, restância do que era e do que se tornou depois da “tempestade” de uma ação arquitetônica e urbanística vendida como progresso. Na maquete publicitária do que será a nova quadra, o novo bairro, os dois sobrados geminados restam como uma fratura ontológica que impede a unidade plena do novo ente, o complexo multifuncional. Na fala da nova proprietária [digno de nota o fato de ser uma mulher, negra], ela fala do imóvel como um possível lugar de resistência, de conscientização e desalienação.

Como mencionado mais acima, em uma das hipóteses para o que restou na quadra, conjectura sobre a possibilidade de formar um centro comunitário para debates sobre esses violentos processos de transformação e de gentrificação do bairro. Essa imagem-fragmento, associada a essa frase-imagem da proprietária torna-se uma alteridade em potência no bairro, um “não-lugar” ao conformismo da história que agora vige, e, por isso, se torna um contra-lugar. Não há não-lugar em si, o não-lugar só se torna negativo se confrontado com aquilo do qual escapa. E, se escapa, passa a ser um contra-lugar dentro da história que o produz. Um lugar-barragem, um lugar que, ao se colocar como uma ligação entre o passado que foi apagado e um presente reluzente do novo complexo multifuncional abre a possibilidade de uma outra experiência histórica, minoritária, menor.

Talvez, por isso, um outro dentro da própria história, mas que permanece suficientemente externo à ela para, numa tarefa quase impossível, reescrevê-la. Dessa fala da mulher, histórica moradora, do bairro, e desse insignificante ente arquitetônico conformado por dois sobrados, uma outra história dentro da história torna-se possível, uma história marginal que corrompe a nova-velha história que parece sempre se curvar às regras e leis impostas pela acumulação capitalista, agora em sua versão neo-liberal.

É dessa fenda onto-teleológica que fragmentos de um mundo arruinado pelas macros lógicas neo-liberais persistem como desvio e chance de um outro sentido na própria interioridade de onde se desprende, dificultando a consumação do todo “harmonioso”. Uma fenda que, paradoxalmente, representa um entrave aos fluxos dominantes, majoritários e naturalizados, os fluxos axiomáticos e dogmáticos do capital. Falando sobre a filosofia da história em Walter Benjamin, em particular sobre seu peculiar conceito e entendimento de “salvação”, onde marxismo e teologia se fundem, Jeanne Marie Gagnebin, especialista na obra do filósofo alemão, diz

[...]Para ele [Benjamin], o mundo está em pedaços e a história se assemelha a um “amontoado de ruínas”. A salvação não consiste em uma recriação inteiramente nova, mas em um longo e paciente

recolhimento desses pedaços perdidos e dispersos. A ideia de reunificação a partir dos fragmentos não é, aliás, típica unicamente de uma relação mística, atendo-se também aos modelos terapêuticos de origem psicanalítica e a numerosas pesquisas artísticas contemporâneas. Comum a todas essas tentativas é, de fato, a preocupação em não escamotear as rachaduras, as fraturas, as esquizas de que o mundo sofre, mesmo que só se possa falar delas, mas não repará-las”(2018, p.73-75).

Experiências do escombro

Walter Benjamin vê o desenrolar da história através dos olhos pasmados do anjo de Paul Klee, o *Angelus Novus*, uma forma de falar alegoricamente sobre o furacão da modernidade. Curiosidade, Benjamin adquire esse quadro em uma exposição de pintura em 1920. O anjo da história, segundo ele, abre suas asas e tenta resistir se debatendo contra essa tempestade que o carrega ao mesmo tempo que vai deixando um rastro de escombros.

Os escombros e os detritos são o efeito colateral e o negativo dessa marcha imparável do progresso numa era conduzida pela mercantilização e “mercadorização” do mundo; e a Arquitetura e o Urbanismo não são poupados, ao contrário, são vetores por onde esse progresso alcança seu sucesso. É pelas passagens cobertas de Paris, sabemos, que Benjamin vai teorizar sobre a modernidade ao ver essa lógica de mundo alí miniaturizada. As passagens são uma espécie de mônadas que abrigam, nutrem e fazem essa lógica prosperar. Elas são capazes de condensar e representar esse tempo revolto ao pará-lo configurando-o como uma novidade espacial e programática arquitetônica. São essas passagens que permitem a Benjamin desvelar o progresso como um engodo, uma barbárie na forma de progresso que vai se consumir com a Paris burguesa de Haussmann.

Esses mundos miniaturizados não cessaram de adquirir novas roupagens ao longo do século XX. Mônadas arquitetônicas recicladas e renovadas reciclam a lógica modernizante. Quadras multifuncionais, monumentais complexos e condomínios etiquetados como híbridos são uma dessas infelizes versões monádicas. Mundos à parte, dentro de um mundo que a abriga ao mesmo tempo que a reproduz. Ainda com Benjamin, mundos empobrecidos como experiência do outro pois instituem uma lógica econômica da morada que não favorece a diversidade, a multiplicidade, a hospitalidade ao qualquer um. Erguidos dos escombros dessa tempestade chamada modernidade, esses mundos interiorizados são erigidos a partir da experiência da *tabula rasa*, do apagamento dos resíduos.

Os resíduos perturbam a consumação do mundo harmônico idealizado. O filme canadense nos mostra essa tempestade estancada e materializada como um imenso canteiro de obras, isolado do mundo ao redor a não ser pela presença dos dois resíduos mencionados. Mas, ainda próximos de Benjamin, talvez seja por essa outra economia [*oikos-nomos*, *oikia-nomia*] do abrigo, outras regras associadas à casa, a chance de emergir uma outra ecologia [*oikos-logos*] urbana. Tal como no filme, os resíduos podem retornar como aquilo que vai perturbar e impedir a totalização de um mundo harmônico e ideal sem rachaduras. Esses resíduos podem ser as rachaduras necessárias à coabitação de desarmônicos, a via por onde aparecerá a casa do outro, a casa oferecida ao qualquer outro. Casas que se separam da lógica que tenta apagá-las ou englobá-las para, mantendo-se fundidas a ela, perturbam-na como um abcesso vital à persistência da alteridade na identidade.

Alteridades na identidade

De que espaço podemos nos ocupar através da Arquitetura? Se Arquitetura tem o espaço como um de seus fundamentos, espaços reconhecidos, moldados, delimitados, por uma técnica, de que e, em que lugar podemos ver, pensar e situar essa técnica e os espaços por ela erigidos? Se falamos de espaços e construção de espaços, falamos de habitar, morada do ser, como já nos provocava Heidegger em sua famosa conferência “Construir, Habitar, Pensar”.

Se há espaço, há representação, representação que ele carrega ao existir ou representação capaz de produzi-lo, subvertê-lo, desterritorializá-lo e reterritorializá-lo, como bem nos coloca Henri Lefebvre ao discorrer sobre os processos de sua produção. Ao mesmo tempo, o que se apresenta, portanto, através desses processos de representação indexados à sua produção e inesgotáveis reconfigurações? Pensar sobre como o espaço pode se apresentar para além de suas representações – formais, simbólicas, significantes, de conteúdo - implica no reconhecimento das forças e fluxos incontroláveis e negativos que o atravessam, que o desvirtuam, que, por vezes, o impedem ou desviam-no do seu ser, sua existência, seja ela predeterminada ou configurada de maneira “positivada” e impositiva.

Que forças e fluxos poderiam ser esses que, agindo em negativo, abririam a possibilidade de uma existência incompleta, em trânsito entre o que é, o que deveria ser e o que ainda pode ser deixando de ser o que deveria ser como prefiguração? Que forças são essas que se fundem ao ente, a um espaço dado e almejado a priori, que o faz não-ser o que deveria ser, ao mesmo tempo que solicita e possibilita que ele seja um outro persistente e resistente a esse algo que deveria ser como ente indexado por uma técnica, por uma técnica arquitetônica e urbanística a serviço de sua moldagem e modulação?

Deixar de ser, não ser, quase ser, poderiam ser situações “precárias”, acidentais, incidentais, de apresentação de um espaço, capazes de burlar, adiar, perverter as destinações e a captura desse espaço por forças e formas hegemônicas, autoritárias, dominantes, verticais de construção e prefiguração de suas representações? Fluxos marginais, precários, minoritários, quase invisíveis, mas já fundidos ao ente espaço poderiam se tornar singularidades intensivas pré-formais que deformam e impedem que o espaço se realize plenamente como deveria? Arquitetura e Urbanismo poderiam passar a ser esse instrumento por onde uma técnica falha ao tentar se realizar como vetor de construção afirmativa de algo? Uma técnica baseada em rompimentos, quebras, des-conexões, desvios, cortes, voltada às figuras/formas contingentes, deslocadas, incômodas. Uma técnica subordinada aos acontecimentos que impedem que o espaço se complete em suas prerrogativas e destinações.

Não-lugares como lugares do algum outro

Fins como finalidades, finalidades não mais prescritas por um a priori, como um imperativo categórico kantiano, uma duração contínua, sem fim do “em-si-mesmo”. A propriedade, como um imperativo categórico, não permite a alteridade de sua identidade, ela simplesmente perdura sem fim, sem um fim que não seja o de ser próprio de alguém, mesmo inerte, infinita em sua passividade, sem direito a morrer para ser outro. Escreve Byung-Chul Han sobre a infinita duração em Kant:

[...] Assim, a “duração” [*Dauer*] se mostra como uma per-duração [*Fort-Dauer*] sem fim, contínua: “[...] eu quero[...] que minha duração seja sem fim, persisto nisso e não deixo que me tirem essa

crença; pois não me é permitido diminuir nada no mesmo, determina inevitavelmente meu juízo [...]”. O tremendo “interesse” de Kant porta o luto. Ele é nutrido pelo trabalho de luto que consiste em matar a morte. A duração que deve ser “sem fim” não marca nenhuma transcendência. Ela não transcende, a saber, a temporalidade antes da morte em uma “outra temporalidade”. Não se espera em Kant, nenhum outro tempo do outro para além do tempo do si. (Han, 2020)

Se, para Kant, a duração que continua ininterruptamente ao infinito é pura passividade, ou, conforme Han, uma atividade pura que nada traz de estranho ao sujeito, e que, por isso, “não envelhece e não sofre nada”, permanecendo ileso ao próprio tempo, podemos dizer que a noção de *vida activa* de Arendt é sua antinomia; uma ação capaz de deflagrar, no instante de sua ocorrência, o outro de uma identidade supostamente imutável. As chamadas Ocupações, tal como os sobrados da quadra em Toronto, são sobras, restos espectrais que, apropriados, ativam-se como lugares de generalizadas pequenas assembleias, sejam elas movidas pela política, pela cultura/entretenimento ou pela gastronomia.

Lugares reativos fruto da *vida activa*, estão vinculados ao direito de moradia ou de apropriações do espaço público. Desde o instante em que surgem, abrem-se a múltiplas temporalidades e durações da propriedade apropriada ao expropriá-la de sua inércia onto-teleológica. Elas são o lugar onde a morte da finalidade perene e passiva pela ação política-pública de uma vida ativa é a possibilidade do florescimento de uma outra ideia de liberdade do sujeito e de uma democracia por vir, uma democracia que passa necessariamente por uma revisão dos sentidos e significados do que seja estar-junto, um estar-junto não prescritivo, talvez, por isso, proscrito.

Um outro que chega pelo convite ou sem ser convidado, um intruso que chega para partilhar, compartilhar de um lugar que não lhe foi dado, mas que se dá a que chega, abre-se a qualquer um que chega, sem solicitar sua identidade, sem cobrar ou esperar pertencimento. Um espaço, um lugar que estende um convite a qualquer um e o recebe sem cobrar o convite, um lugar de visitação que não cobra convite do visitante, mas simplesmente o acolhe. O lugar não está pronto para recebê-lo ou acolhê-lo, não precisa estar porque ele recebe apenas por ter o dever de se abrir a esse qualquer outro que chega com o desejo de compartilhar; lugares que desejam ser violados, apropriados, expropriados, desapropriados de forma violenta ou não para se constituírem como lugares de hospitalidades inauditas, talvez quase inexistentes ainda. Conforme Derrida,

“Je dis bien « voire du concept dans l’hospitalité » car la contradiction (atopique : folie, extravagance, en grec : atopos) dont nous parlons produit ou enregistre cette auto-déconstruction dans tout concept, dans le concept du concept: non seulement parce que. l’hospitalité défait, devrait défaire la prise, la mainmise (le Begriff, le Begreifen, la capture du concipere, cum-capio, du comprehendere, la force ou la violence du « prendre » comme « comprendre » : hospitalité est, doit être, se doit d’être inconcevable et incompréhensible), mais aussi parce que, nous en avons fait si souvent l’épreuve, chaque concept s’y ouvre à son contraire, reproduisant ou produisant d’avance dans le rapport d’un concept à l’autre la tor contradictoire et déconstruisante de l’hospitalité.” [“Digo “até do conceito em hospitalidade” porque a contradição (atópica: loucura, extravagância, em grego: atopos) de que falamos produz ou registra essa autodesconstrução em qualquer conceito, no conceito do conceito: não só porque a hospitalidade desfaz, deve desfazer o domínio, o estrangulamento (o Begriff, o

Begreifen, a captura do concipere, cum-capio, do comprehendere, a força ou a violência de “tomar” como “compreensão”: a hospitalidade é, deve ser, deve ser inconcebível e incompreensível), mas também porque, como tantas vezes experimentamos, cada conceito se abre ao seu contrário, reproduzindo ou produzindo antecipadamente na relação de um conceito com o outro o contraditório e desconstrutor da hospitalidade” (tradução livre)] DERRIDA, J, 2022, p.148-149).

Lugares de uma hospitalidade [que deveria ser] inominável

Esse lugar hospitaleiro talvez não preexistia à chegada do outro, faz-se justamente pela sua chegada. As estruturas de acolhimento não se antecipam à chegada desse outro, elas passam a existir a partir de sua chegada. Inicia-se, como diz Derrida, uma cultura de hospitalidade justamente pela chegada sem pré-figurações, sem configurações antecipadas, uma hospitalidade que espera a chegada desse outro para transformar-se em cultura. Não há cultura sem o outro, ela depende desse outro que chega para co-operar o lugar, com o lugar, um lugar sem categoria pré-definida, sem o exercício evidente de uma soberania.

Talvez soberanias coletivas que tenham como princípio apenas uma experiência de solidariedade e justiça quase impossíveis, o exercício de receber, acolher, conviver com aquele que me é estranho, desconhecido, tornar possível aquilo do que somos quase incapazes; conforme Derrida, “*L’hospitalité est la déconstruction du chez-soi, la déconstruction est hospitalité à l’autre, à l’autre de soi, à l’autre de “son autre, à un autre qui est au-delà de tout “son autre”* [A hospitalidade é a desconstrução do lar, a desconstrução é a hospitalidade ao outro, ao outro de si, ao outro do “seu outro, a um outro que está além de todo “seu outro” (tradução livre)]. (DERRIDA, 2022, p. 152). Essa hospitalidade dirigida a qualquer outro sobre a qual discorre Derrida, em seus seminários nos anos de 1996 e 1997 na École des Hautes Études em Sciences Sociales, torna-se possível nesse nebuloso território das Ocupações.

Algumas delas com soleiras que, frequentemente, passam a funcionar como ambivalentes limiares entre interior e exterior, um fora de um dentro e dentro de um fora, territórios de invaginações topológicas capazes de fazer com que um fora se torne enclave exterior de um dentro, em um dentro. Boa parte das Ocupações, sejam elas aqui ou no exterior, passa a ser um território do estranhamente inquietante, um ente estranho [*Unheimlichkeit, “L’hospitalité comme unheimlichkeit”*, diz Derrida (2022, p.314)] que não é nem público, nem privado, mas ambos ao mesmo tempo, sem excluir suas contradições. Acolher o qualquer outro sem pré-condição, sem necessariamente convidá-lo ou sem a perspectiva de rejeitá-lo ou assimilá-lo aprioristicamente, sem exigir pertencimentos ou induzir movimentos identitários. Enfim, lugares locais cosmopolitas, enclaves que aglutinam, não apartam apesar de apartados, lugares estranhamente democráticos que se apropriam de um território com objetivo de restituir uma dimensão social a esses mesmos territórios expropriados desse direito, territórios que restituem traços apagados do outro. As ocupações são cidades de refúgio em miniatura, refúgios anti-imunitários [nem o meu, nem o seu], refúgios de contaminações e misturas imprevistas.

“Guantánamos” às avessas, caverna platônica invertida, interiores capazes de iluminar o exterior a partir da penumbra que criam entre o público e o privado, não há retorno ao anterior, não pode haver, tal como no mito da caverna. Esses lugares, apesar também de enclausurados, não são nossas casas, hoje pequenos santuários tecnológicos, alegorias atualizadas da “caverna platônica” onde experimentamos um eterno estar em casa e, ao mesmo tempo, a sensação de estarmos “plugados” no mundo; interiores

de onde parte a “luz” que ilumina o mundo selvagem ou então “cavernas” que abrigam uma população que não deve ser educada e levada ao conhecimento. Ao contrário, talvez sejam cavernas de onde partem conhecimentos, experiências e práticas sobre os significados do que seja estar junto no mundo, do que seja o compartilhamento e a construção comum.

Restâncias de velhas lógicas, contra-lugares por se colocarem como lugares contra obsoletas, elitizantes e perversas distribuições territoriais, tal como a livraria que resiste no filme canadense, as ocupações e congêneres são lugares que não renunciam ao mundo, colocam-no entre parênteses para retornar alterado a ele, alterando-o. Desejam-no como chance de imprevisíveis contaminações, trocas e misturas sociais, pequenas ágoras de presenças anônimas, universais, antídotos às ágoras planetárias das redes sociais portáteis e domésticas. Casas do outro, do qualquer outro visitante, convidado, passante, “penetras” em carne e osso, esses lugares de uma certa deserção da atual modernidade, dionisíacos, tornam-se um antídoto ao gosto da reclusão imunitária, dos lares seguros, aconchegantes e hiperconectados. Como restâncias da cultura do apagamento e da rentabilização da história atual urbana, essas estruturas de recepção do qualquer outro estão intimamente implicadas em um processo que não cessa de produzi-las como restâncias, rastros de rastros, rastros que persistem como rastros de si-mesmos pois não são mais os mesmos ao persistirem e retornarem em outro e “renovado” cenário. Essas restâncias que persistem, que voltam como rastros de si-mesmas, alteradas, identidades e diferenças ao mesmo tempo, devido a essa ambiguidade são capazes de evidenciar velhos vícios da democracia e suas chances de renovação.

Ser outro não sendo o outro em relação àquilo que se contrapõe, mas tornar-se outro justamente por colocar-se como traço daquilo que a produz e gênese de um porvir, ainda inominável. Como talvez dissesse ou reflexão com a qual concordaria Didi-Huberman, autor da obra “Sobrevivência dos vaga-lumes”, as restâncias, persistências e sobreviventes de lógicas majoritárias, aparecem e reluzem justamente porque nada mais restou junto delas, reluzem na escuridão. Com relativo distanciamento do sentido da *ek-sistencía*, do *Da-sein* de Heidegger, a existência realmente autêntica, se é que isso seja possível, ocorre no “Estar à morte” (*Sein-zum-Tode*), no limite, quando se está à beira do desaparecimento, do deixar de ser. A persistência e resistência ao quase inevitável processo de apagamento e do deixar à própria sorte, pode se tornar a chance de um vir a ser outro, traço originário, traço do traço, traço de uma outra coisa ainda em latência, ponto fulcral de uma estética do abandono e de possíveis processos de desalienação, e sobre o qual devemos nos debruçar. Se para Rancière, a política tem uma dimensão estética, podemos dizer que a estética tem sempre uma dimensão política.

Voltando ao título do documentário da mostra Ecofalante, podemos conjecturar que o “lugar como nenhum outro” a que o filme se refere talvez seja aquele que restou depois de nada mais restar, singularidade numa paisagem genérica. “*Quoi du reste aujourd’hui pour nous, ici, maintenant, d’un Hegel*” (DERRIDA, p.7) [“O que resta hoje para nós, aqui, agora, de Hegel”], pergunta Derrida em sua obra *Glas* referindo-se às presenças espectrais entre nós. Transposições devidas, interpretação vulgar e desviada da *Alfhebung* hegeliana, podemos fazer pergunta semelhante nessas situações em que as mínimas existências urbanas restam como presenças espectrais, abandonadas, “soltas”, “desencadeadas” de algo que foi superado, mas, por isso, persistindo como negação, em potência, estruturas de mediação entre elevação a um outro e o risco da anulação. As restâncias são o meio pelo qual é possível questionar o poder do Estado de determinar o que incluir e excluir e, em decorrência, a naturalização do que se considera ou imputa-se como indesejável, a indesejabilidade como uma questão política. Como efeito colateral, a divisão do mundo em, por um lado, aquele que

julgamos desejável, ordenado, funcional, limpo, do outro, um mundo do abandono, das ruínas, fantasmáticas e frágeis persistências. Mostram-nos, entretanto, um entre-mundos possível.

Referências

- ARENDR H. A Instrumentalidade e o Homo Faber. In: *A Condição Humana*, 2014, pp 474.
- DERRIDA, J. *Hospitalité*, vol II. Paris, Éditions du Seuil, 2022.
- DERRIDA, J. *Glas*. Paris, Galilée, 1974.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo, n-1 edições, 2018.
- HAN B.C. Ética da sobrevivência. In: *Morte e Alteridade*, 2020, pp 100-101.
- HAN B.C. Morte e Infinitude. In: *Morte e Alteridade*, 2020a, pp 171 - 294.
- RANCIÈRE, J. *O trabalho das imagens. Conversações com Andrea Soto Calderón*. Belo Horizonte, Chão da Feira, 2021.

processos e projetos



DO ABANDONO AO CENÁRIO DE ENCONTRO

Projeto de intervenção na antiga Estação Theodósio no município de Capão do Leão/RS

Vanessa Forneck¹

Ruínas despertam a minha atenção. Ao caminhar pela cidade, fico atenta quando me deparo com algum prédio abandonado, admiro cada detalhe da fachada: trincas, rachaduras, sujidades e tudo aquilo que insiste em aflorar quando algo tende a ruir. Um edifício abandonado vive em constante transformação, de tempos em tempos, mais um pedaço do reboco descola, outra parte da estrutura colapsa e desmorona, a semente que brota pelas frestas das paredes cresce e vira uma planta e, assim, o ciclo da vida útil da edificação se encerra, para outro começar. A partir desse olhar inquietante provocado pelo abandono, decido trazer como temática para meu Trabalho Final de Graduação² (TFG) em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas, uma proposta de intervenção em uma edificação abandonada, no entanto sem apagar os vestígios e as camadas que compõem aquele bem cultural, uma vez que representa o testemunho das atividades que tiveram e que ainda tem valor histórico (TICCIH, 2003).

Encontro-me com a antiga Estação Férrea, denominada Theodósio, no município de Capão do Leão. A estação de pequeno porte integra-se à linha ferroviária Rio Grande-Pelotas-Bagé e compõe o Patrimônio Ferroviário do estado do Rio Grande do Sul (IPHAE, 2002). A Estação Theodósio foi inaugurada em 02 de dezembro de 1884 e atualmente encontra-se em estado de arruinamento. Apresenta dano estrutural nas paredes internas; depredação de paredes internas e externas; descolamento de revestimento de argamassa; piso e contrapiso danificados; estrutura da cobertura de madeira comprometida; vegetação crescendo dentro da edificação. Está localizada no limite da zona urbana do município, com acesso por ruas de saibro que levam a uma rua sem saída. Em aproximadamente 500 metros é localizado o arroio São Pedro, com acesso exclusivo por uma ponte de madeira por onde passa o leito ferroviário, ainda em funcionamento para o transporte de carga.

O projeto propõe o planejamento e intervenção no patrimônio ferroviário no âmbito de três escalas: a *macroescala* envolve a reativação da linha férrea para o transporte de passageiros em três cidades do Rio Grande do Sul (Rio Grande, Pelotas e Capão do Leão); a *mesoescala* abrange a zona urbana do município de Capão do Leão; e a *microescala* traz um recorte do trajeto, propondo a intervenção na antiga Estação Férrea Theodósio e a qualificação do seu entorno imediato. A proposta mais detalhada também inclui uma ampliação construtiva para atender às novas dinâmicas do local.

¹ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (IAU/USP), atuando na linha de pesquisa Territórios e Cidades: Transformações, Permanências e Preservação. Mestre em Arquitetura e Urbanismo na linha de Urbanismo Contemporâneo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPel) e Arquiteta e Urbanista formada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas (FAUrb/UFPel).

² O trabalho intitulado *Do abandono ao cenário de encontro*, foi orientado pela professora Dra. Aline Montagna da Silveira (FAUrb/UFPel). Aqui é apresentada uma versão parcial do trabalho, para ter acesso ao material completo, acessar: <https://wp.ufpel.edu.br/tfgonline/>. Ainda, ressalta-se que o trabalho está cadastrado na Rede PHI (PATRIMÔNIO HISTÓRICO+CULTURAL IBERO-AMERICANO) e encontra-se disponível em: <https://phi.aq.upm.es/static/visor.html?id=667>.

É proposto um ponto de embarque e desembarque dos usuários da modalidade de transporte VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e um novo uso no ramo de Panificação, Cafeteria e de Curso Profissionalizante de Panificação Artesanal. O projeto também contempla a qualificação do entorno imediato, propondo um parque urbano que proporcione uma área de lazer para os moradores e usuários. O projeto visa contribuir com a oferta do serviço de mobilidade sustentável e de melhorias de infraestrutura urbana, criando um local acolhedor que oportunize novas experiências e espaço de trocas entre as pessoas.

Referências

FORNECK, Vanessa. *Do abandono ao cenário de encontro*. 2018. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

IPHAE. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA SECRETARIA DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Inventário das Estações: 1874-1959. In: [pesquisadoras CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frinéia]. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

TICCIH. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), jul. 2003. Acesso em 22 ago. 2018. Online. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>



Figura 1 - Levantamento fotográfico da Estação Theodósio, Capão do Leão, RS. Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figura 2 - Projeto de intervenção no sítio ferroviário de Capão do Leão, RS. Fonte: Autora, 2018.



Figura 3 - Proposta de intervenção projetual na Macro escala, abrangendo os municípios de Capão do Leão, Pelotas e Rio Grande. Fonte: Autora, 2018.

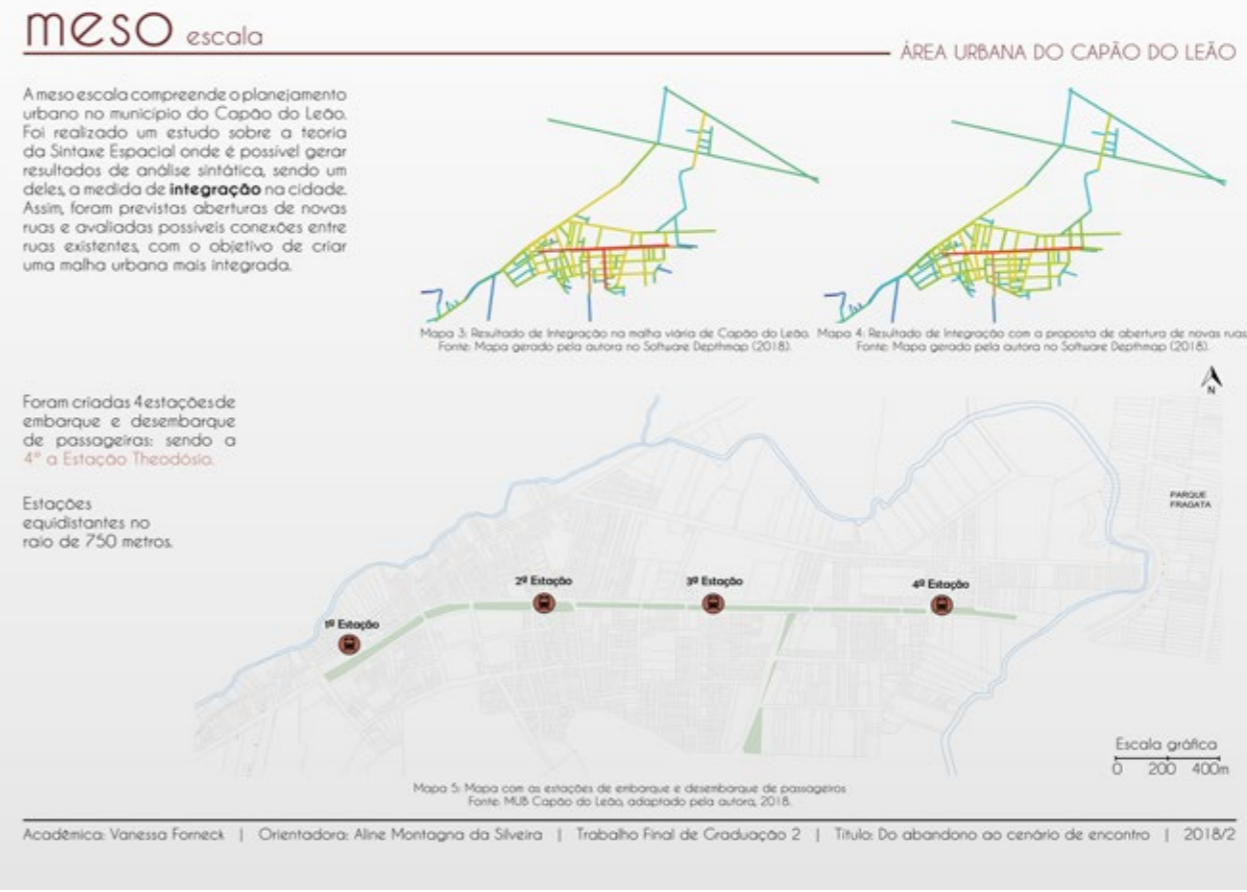
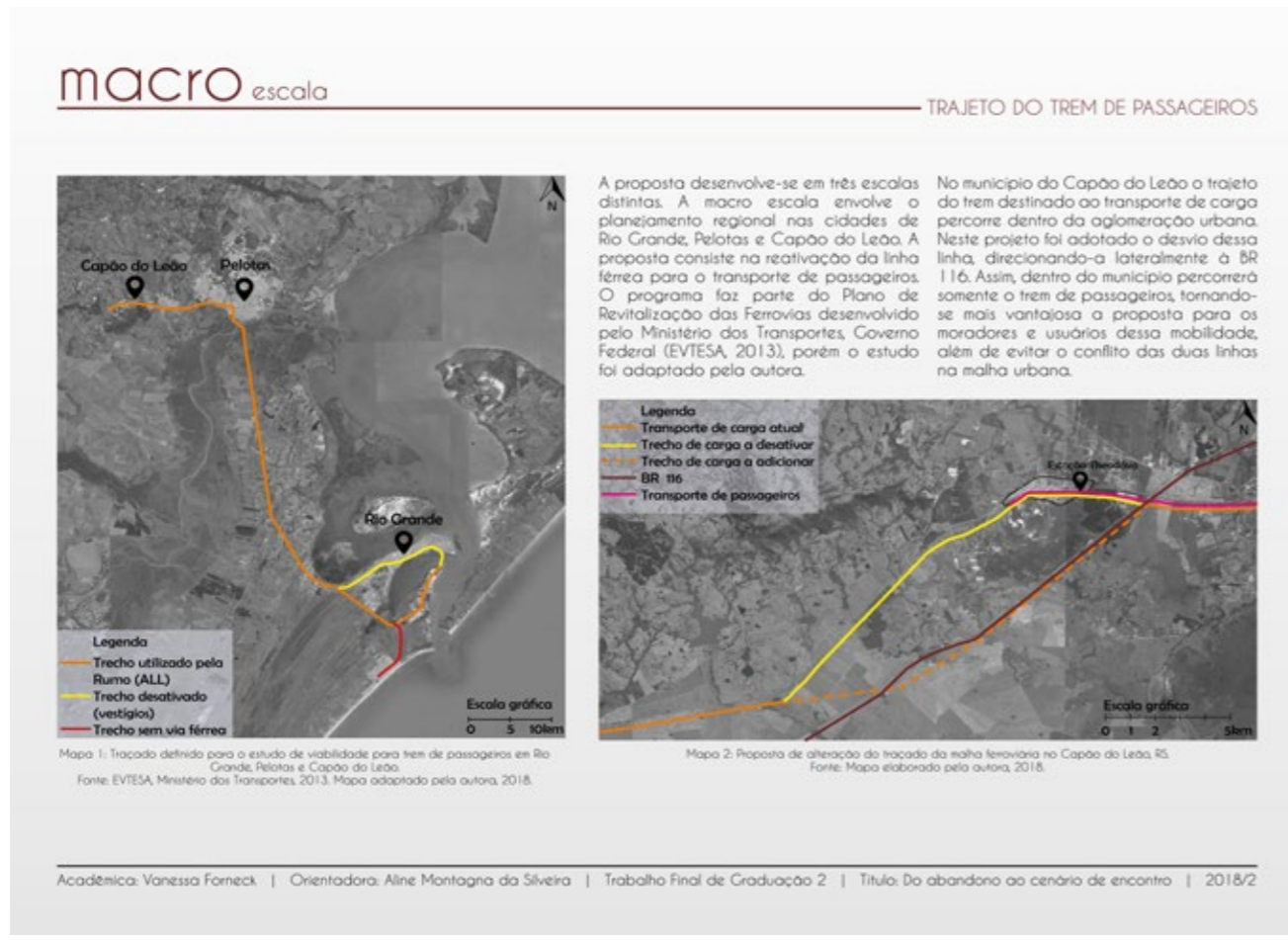


Figura 4 - Proposta de intervenção projetual na Meso escala, abrangendo a zona urbana do município de Capão do Leão. Fonte: Autora, 2018.



Figura 5 - Proposta de intervenção na Micro escala apresentando um recorte do projeto que envolve a Estação Theodósio e seu entorno imediato, no município de Capão do Leão. Fonte: Autora, 2018.

Figura 6 - Visuais da proposta de revitalização do espaço urbano no entorno da Estação Theodósio no município de Capão do Leão. Fonte: Autora, 2018.



Figura 8 - A composição da forma da fachada da Estação Theodósio é apresentada por tripartição, logo para a proposta de ampliação, adotou-se o mesmo ordenamento compositivo. Fonte: Autora, 2018.

Figura 7 - Programa de necessidades, Zoneamento e Fluxograma do projeto de intervenção na Estação Theodósio e na nova edificação. Fonte: Autora, 2018.

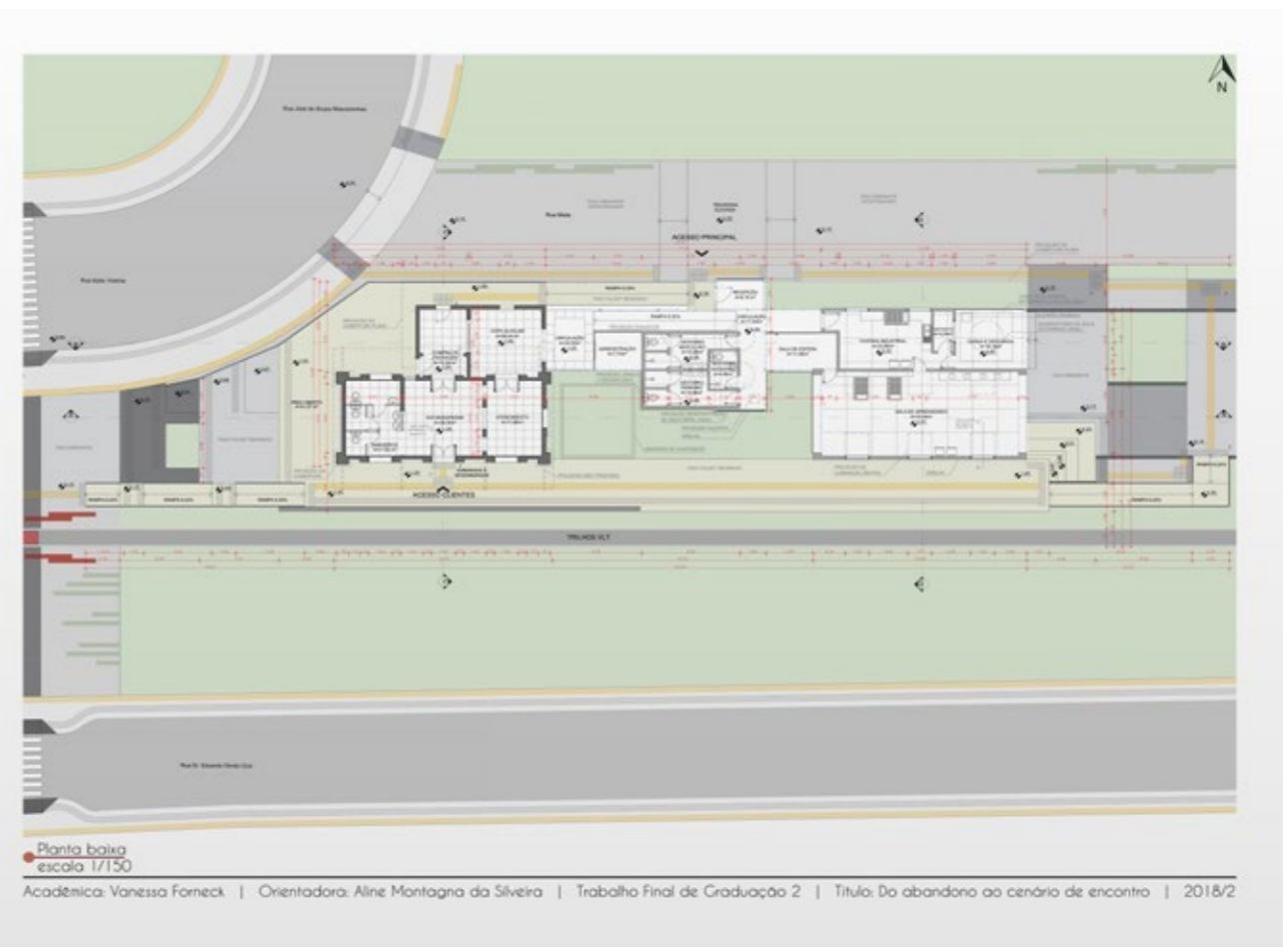
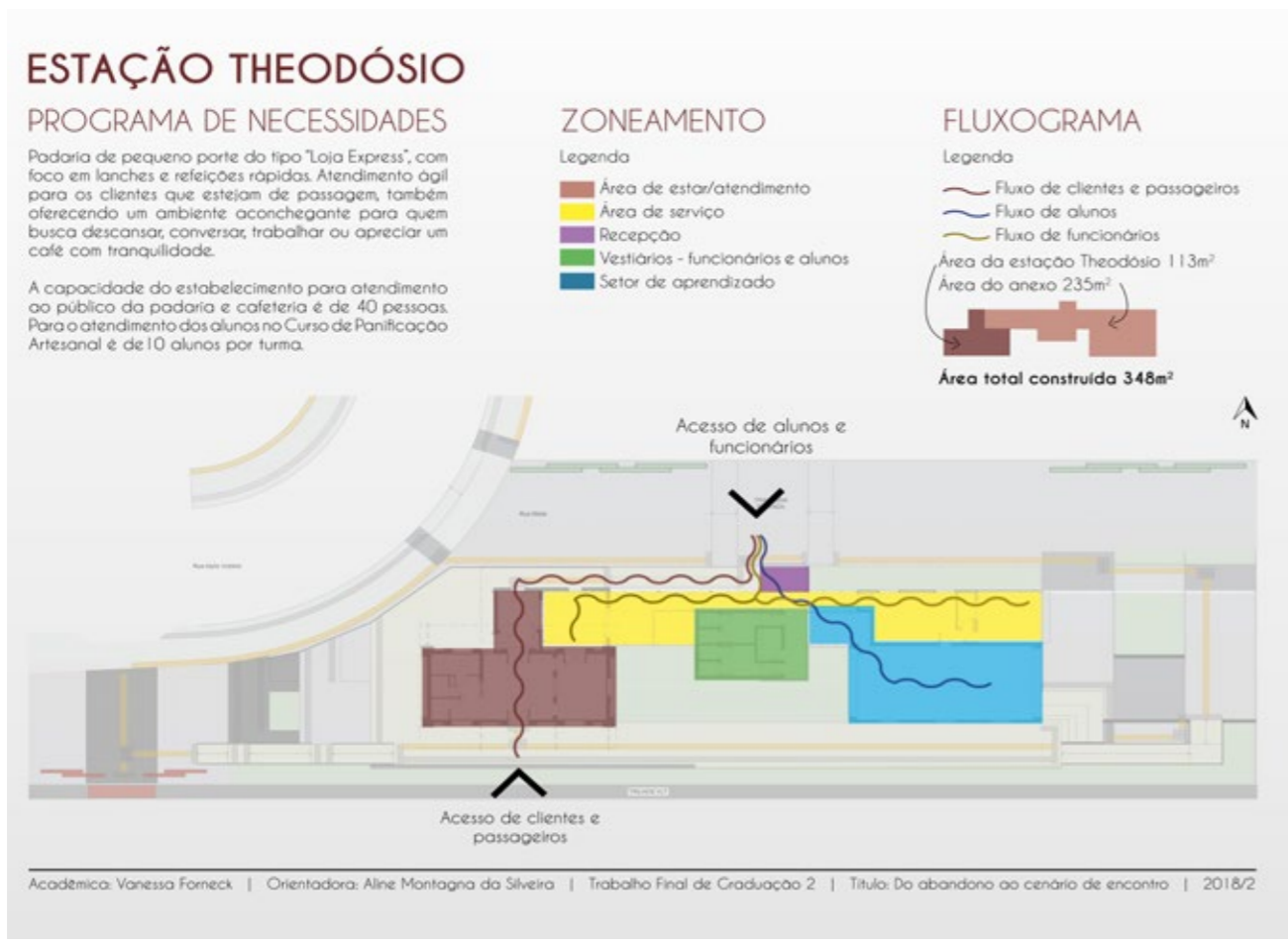


Figura 9 - Planta baixa da proposta projetual para a Estação Theodósio e para a nova edificação. Fonte: Autora, 2018.

Figura 10 - Cortes da proposta projetual para a Estação Theódosio e para a nova edificação. Fonte: Autora, 2018.

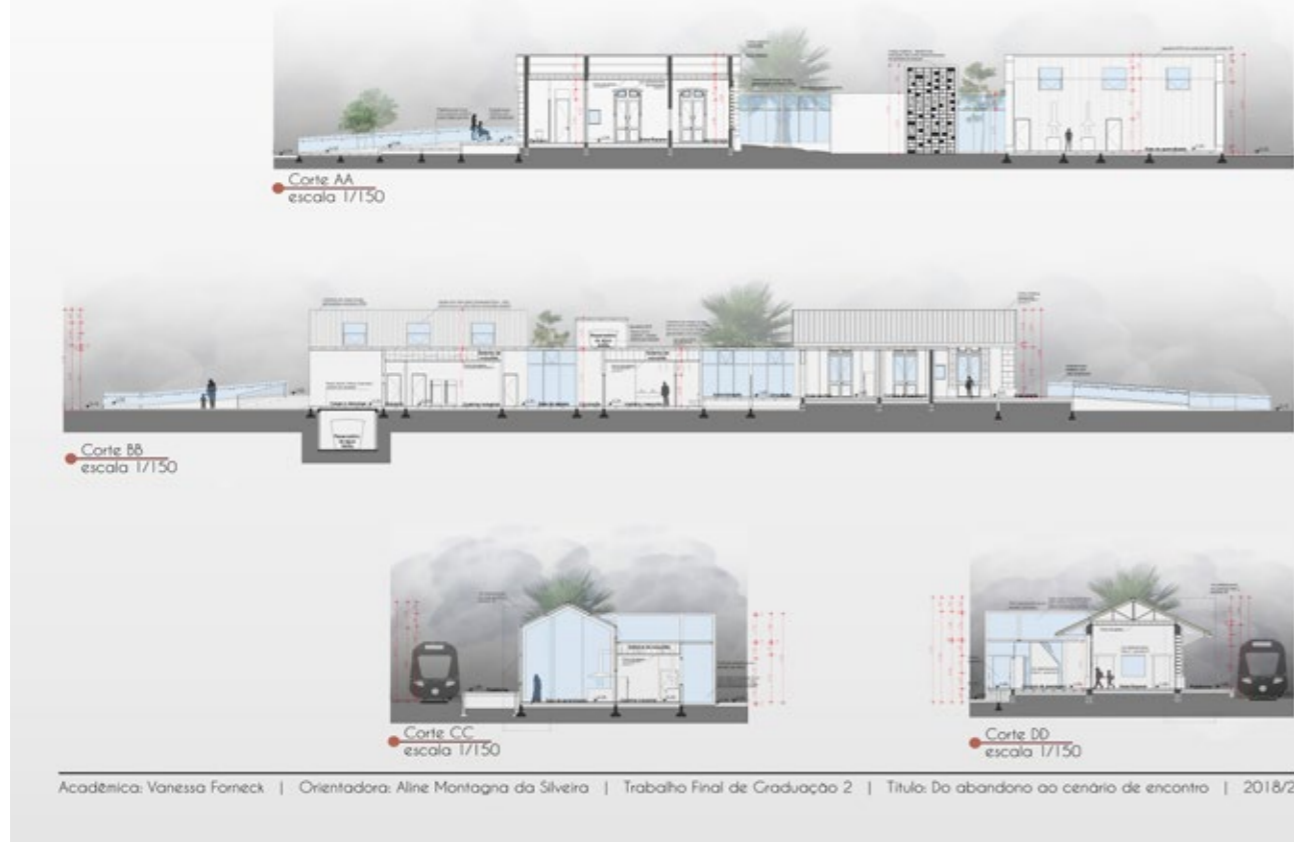
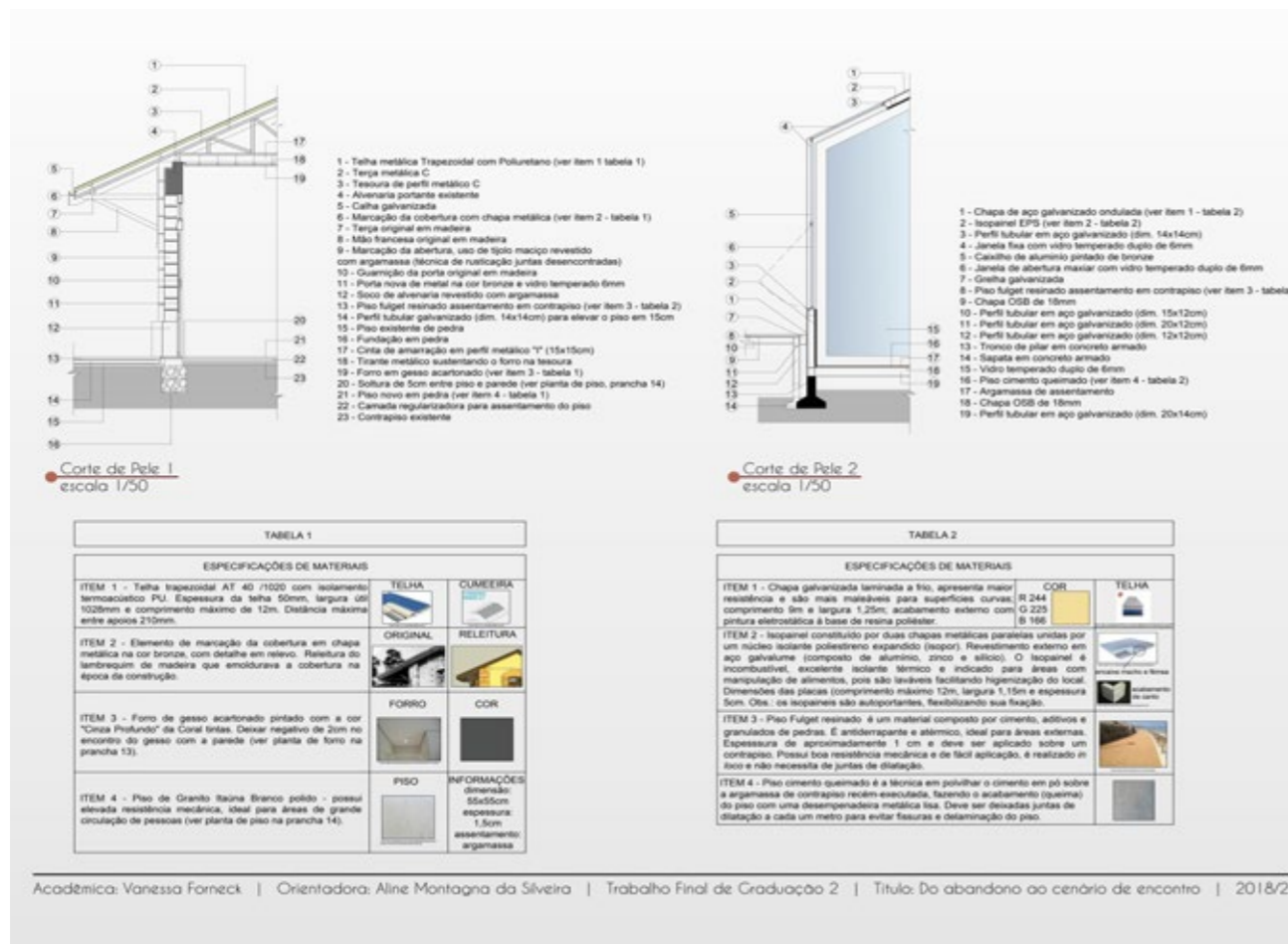


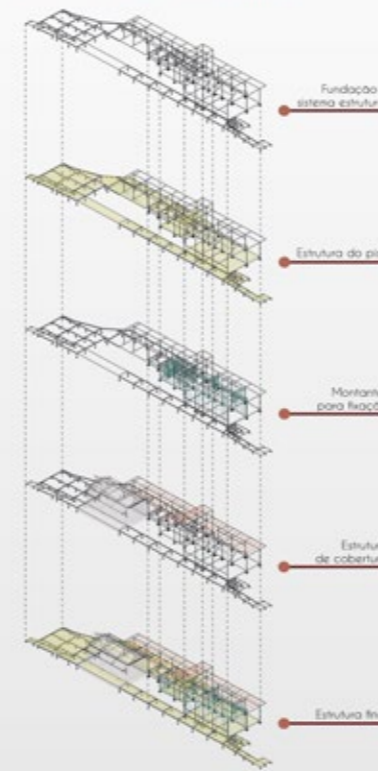
Figura 12 - Vista interna da antiga Estação Theódosio com a proposta de uma área de estar e atendimento. No projeto mantem-se a parede interna original da antiga Estação, trazendo a inserção de materiais que se diferenciam dos originais (princípio de distinguibilidade de Cesare Brandi).



Figura 11 - Cortes de Pele apresentando detalhadamente os materiais utilizados para a Estação Theódosio e para a nova edificação. Fonte: Autora, 2018.

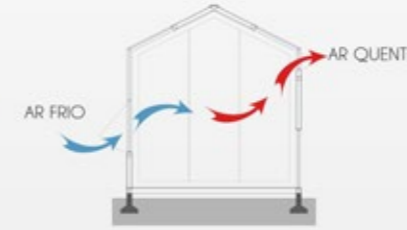


SISTEMA ESTRUTURAL



VENTILAÇÃO CRUZADA

A ventilação natural cruzada acontece quando as aberturas ficam em paredes opostas ou adjacentes. Isso garante que o ar circule com mais velocidade pela edificação, criando um ambiente termicamente mais agradável, sem a necessidade do uso de sistemas artificiais.



FACHADAS DO ANEXO

Amajoria dos painéis de vidro localizam-se na fachada norte. Foram dimensionados avanços na cobertura para proteger da incidência solar no verão, mas que no inverno o sol entre pelas esquadrias. Nas fachadas que não possuem brises foram utilizadas vidros low-e (do inglês, low emissivity) que possuem em uma de suas faces um revestimento ultrafino de metais e óxidos produzindo baixa emissividade de calor.

Fachada leste e esquadria zenital (vidro duplo temperado, face externa low-e e interna vidro temperado simples (e=6mm))

Fachada oeste (vidro duplo temperado 6mm) proteção da radiação com vegetação

Fachada sul (vidro duplo temperado 6mm)

Fachada leste (vidro duplo temperado, face externa low-e e interna vidro temperado simples (e=6mm))

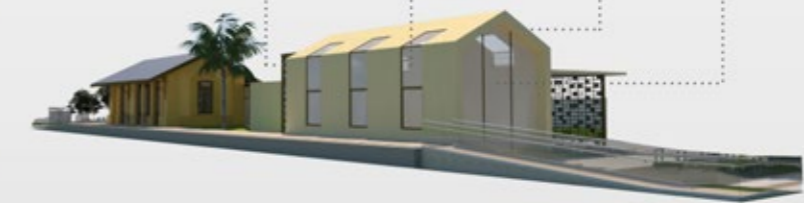


Figura 13 - Esquema do sistema estrutural, ventilação cruzada e materiais adotados para a fachada da nova edificação. Fonte: Autora, 2018.

Figura 14 - Vista interna do setor alimentício voltado para a Panificação e que também oferece curso de profissionalização no ramo de Panificação Artesanal. Fonte: Autora, 2018.



Figura 15 - Vista do Projeto da nova edificação e da antiga Estação Theodósio, mantendo a mesma altura entre as edificações e a proposta de tripartição na leitura da nova edificação. Em frente localiza-se a plataforma de embarque e desembarque do VLT. Fonte: Autora, 2018.



REDE RECICLAR - NÚCLEO GETÚLIO VARGAS

Triagem de Resíduos Sólidos, Armazenamento e Inclusão Social

Taís Beltrame dos Santos¹

Produzimos a cada dia, individualmente, cerca de 1,15 kg de lixo. Matéria Orgânica e reciclável que em 58% das cidades brasileiras possui destino inadequado. Desse volume geral, apenas 2% volta ao mercado em forma de matérias recicladas (BRASIL, 2012)². Nesse sistema insustentável, “o catador e o reciclador são aquelas pessoas que nos livram da culpabilidade do desperdício e da irresponsabilidade com os rejeitos que jogamos fora” (FUÃO, 2012)³, mas quem são e em que condições trabalham essas pessoas? Como projetar espaços que estimulem a organização comunitária e a reciclagem de resíduos? como reconhecer a importância desses atores para a sustentabilidade?

O exercício projetual “Rede Reciclar Núcleo Getúlio Vargas: triagem de resíduos sólidos, armazenagem e inclusão social” foi elaborado e apresentado em 2018 a título de conclusão de curso na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel⁴. Buscou organizar e apresentar as demandas do CRIAS BGV, uma organização comunitária do Loteamento Getúlio Vargas, localizado em uma área rururbana da cidade de Pelotas. O loteamento é caracterizado por residências de um pavimento, em lote de dimensões de 8,4x20m (170m²), onde a densidade demográfica é de 209.9 hab-ha. Está em área de médio déficit habitacional, possuindo edificações consideradas de alta precariedade e constante modificação. Nesse contexto, o CRIAS BGV surgiu como uma organização comunitária em 2004, possuindo o intuito de gerar trabalho e renda para a comunidade, institucionalizando o trabalho de catadores e catadoras que já trabalhavam informalmente. E conseguindo, por projeto de lei junto a prefeitura, a concessão de um terreno para a instalação de um galpão de triagem.

Visando interligar a pequena cooperativa à uma organização maior, o que dispensaria a necessidade de atravessadores e a possibilidade de alcance de grandes compradores, o exercício propõe o CRIAS BGV como um núcleo da Rede Reciclar. A Rede, em 2019, era composta por cooperativas de oito cidades gaúchas ao sul do estado. A estimulação da rede e suas alianças eram acompanhadas pelo NESIC (Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas) da Universidade Católica de Pelotas.

A proposta inicial do exercício se constitui no estabelecimento das importantes relações entre o Crias BGV, o próprio loteamento, a Rede Reciclar e os usuários ativos do terreno e entorno. Pretendeu-se através de mapas objetivos e subjetivos, desvendar as potencialidades a serem exploradas na criação do projeto. A área, aparentemente imersa em fragilidades, é investigada por procedimentos da cartografia. Metodologia

¹ Doutoranda em Projeto de Arquitetura pelo PROPARG-UFGRS. Mestre em Arquitetura e Urbanismo na linha de Pesquisa em Urbanismo Contemporâneo pelo PROGRAU-UFPel. Arquiteta e Urbanista pela Faurb-UFPel.

² BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 2012.

³ FUÃO, F. F. Galpões de triagem e o lugar da arquitetura. In: RHEINGANTZ, P.; PEDRO, R. (Eds.). Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea, controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p. 169–182.

⁴ Alguns desenhos foram retirados das pranchas utilizadas na defesa do trabalho, e aqui aparecem sem escala. O projeto completo está publicado em: <https://wp.ufpel.edu.br/tfgonline/temas/arquitetura/>.

essa, idealizada por Deleuze e Guatarri, que deseja criar uma revolução ou possibilidade de criação como insurreição do menor nas cidades. As investigações, de um modo geral, resultam diretamente na proposta integral do projeto, que dialoga abertamente com as vivências e demandas da comunidade para propor o re-desenho urbano do loteamento, a setorização do terreno de projeto, o desenvolvimento e detalhamento dos módulos arquitetônicos e o projeto de paisagismo adjacente. A arquitetura que se propõe como um espaço de acolhimento, reunião e modificação junto ao lugar, pode ser ampliada (módulos), desmontada (estruturas metálicas), transformada e customizada de acordo com as novas demandas do futuro. As áreas impermeáveis e comunitárias podem gerar renda, junto a outras atividades educativas e de formação que podem acontecer nos espaços construídos.

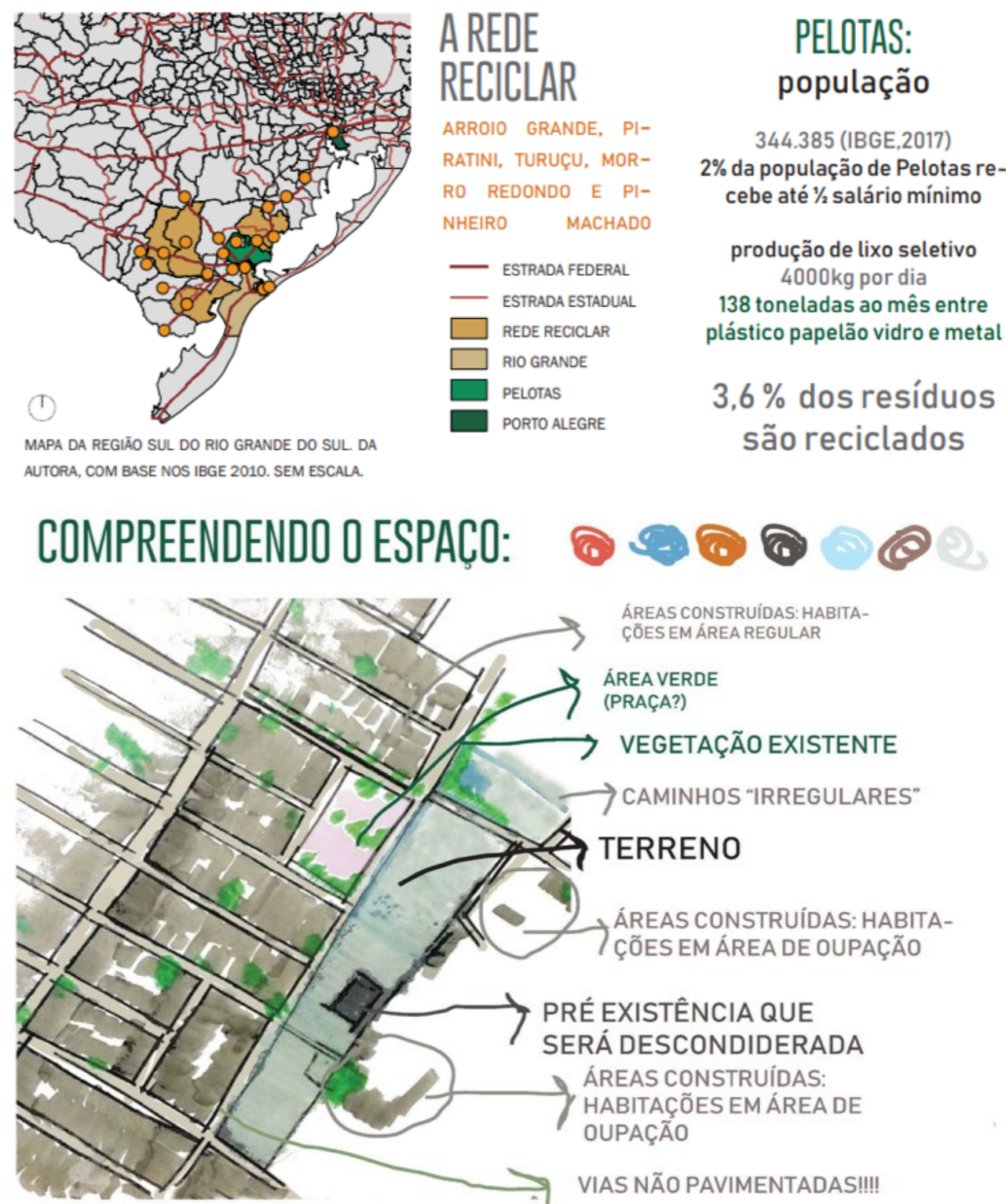
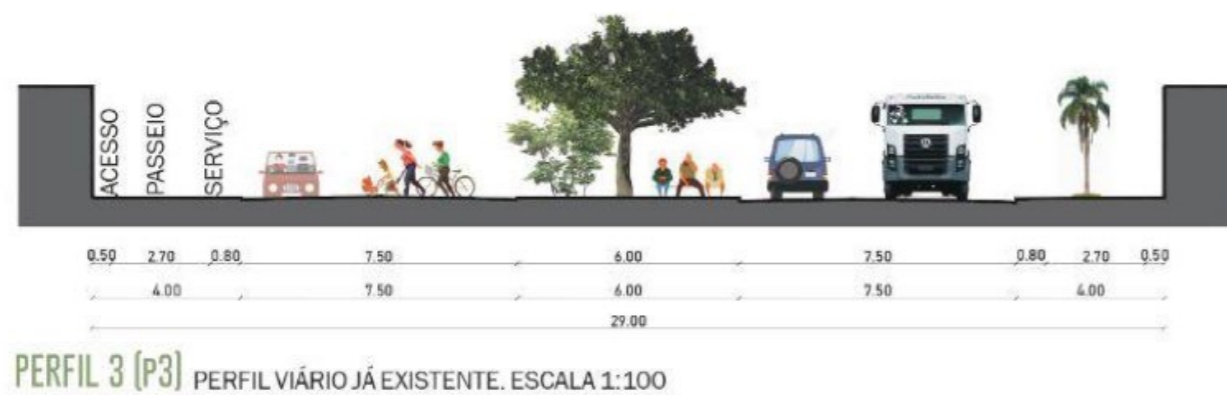


Figura 1 - Mapa da região sul do RS com destaque aos municípios participantes da Rede Reciclar., legenda e dados sobre a reciclagem de resíduos em Pelotas. Fonte: da autora, 2018. Figura 2 - Mapa do terreno de projeto e entorno imediato no Loteamento Getúlio Vargas. Fonte: da autora, 2018.

PROPOSTAS DE PERFIS VIÁRIOS:



CAMINHOS, LUGARES E FLUXOS:



Figura 6 - Estudo de implementação e evolução da proposta do galpão de triagem. Fonte: da autora, 2018.

ESCALA 1:2000 POSSIBILIDADE DE EVOLUÇÃO DA IMPANTAÇÃO DO PROJETO



CENÁRIO DO PROJETO: O GALPÃO DE TRIAGEM

GALPÃO DE GRANDE PORTE

36- 40 RECIKLADORES
1060M²

4 PRENSAS ENFARDADEIRAS
1 BALANÇA
2 EMPILHADORES (+1 REDE RECICLAR)
1 ESTEIRA DE 12M

MAQUINÁRIOS UTILIZADOS:

BALANÇA MECÂNICA
Equipamento possibilita a pesagem dos fardos, que são vendidos a kg.



(MODELO DE REFERÊNCIA: BALANÇAS GERAIS)
dimensões da balança (cm): 100x132x115
dimensões da plataforma (cm): 100x15x100
capacidade de pesagem: 100kg

ESTEIRA DE TRIAGEM
Equipamento que facilita a triagem manual de resíduos



(MODELO DE REFERÊNCIA: LEMAGLI)
altura ajustável (cm): 70 - 100
capacidade de carga: 150 kg/m
comprimentos disponíveis: 08m, 10m, 12m, 15m e 20m

PRENSA ENFARDADEIRA
Equipamento que possibilita a prensagem dos resíduos já triados, de forma a "produzir" fardos de material.



(MODELO DE REFERÊNCIA: DT3 DA DETROIT)
força máxima: 15 tn
medidas fardo (cm): 100x100x42
peso máximo fardo: 100 a 200kg
dimensões da prensa (cm): 300x140x120
peso do equipamento: 750 kg

EMPILHADORA SIMPLES
Equipamento que possibilita a movimentação horizontal e vertical de materiais e cargas.



(MODELO DE REFERÊNCIA: LE1034-C DA DUTRA MAQUINAS)
tração manual: 1000kg
capacidade de elevação: 3,40m
dimensões (cm): 79x190x226
largura externa do garfo: 560 mm
largura externa da patola: 560 mm

PRODUTIVIDADE:

EM UM GALPÃO COM ESTEIRA A PRODUTIVIDADE É DITADA PELA VELOCIDADE DA ESTEIRA. CONSIDERANDO 10KG/M DE MATERIAL PASSANDO PELA ESTEIRA NA VELOCIDADE MÍNIMA (5M/MIN), E CONSIDERANDO O APROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS (30%):

1HORA - SÃO TRIADOS 7200KG, E APROVEITADOS 2160KG.
1DIA DE TRABALHO (RH) - 17280
1MÊS DE TRABALHO (23 DIAS ÚTEIS) - 397.44 TONELADAS.

MÉDIA DE VALOR DOS PRODUTOS/TONELADA: R\$400/TO (CEMPRE-2018)

RECEITA DO GALPÃO: R\$158976.

CONSIDERANDO 50 FUNCIONÁRIOS AO TOTAL:

SALÁRIO MENSAL R\$3179,52 (SEM DESCONTO DE CONSUMO E FUNCIONAMENTO DO GALPÃO)



ESCALA 1:75 PROJETO ARQUITETÔNICO GALPÃO DE TRIAGEM

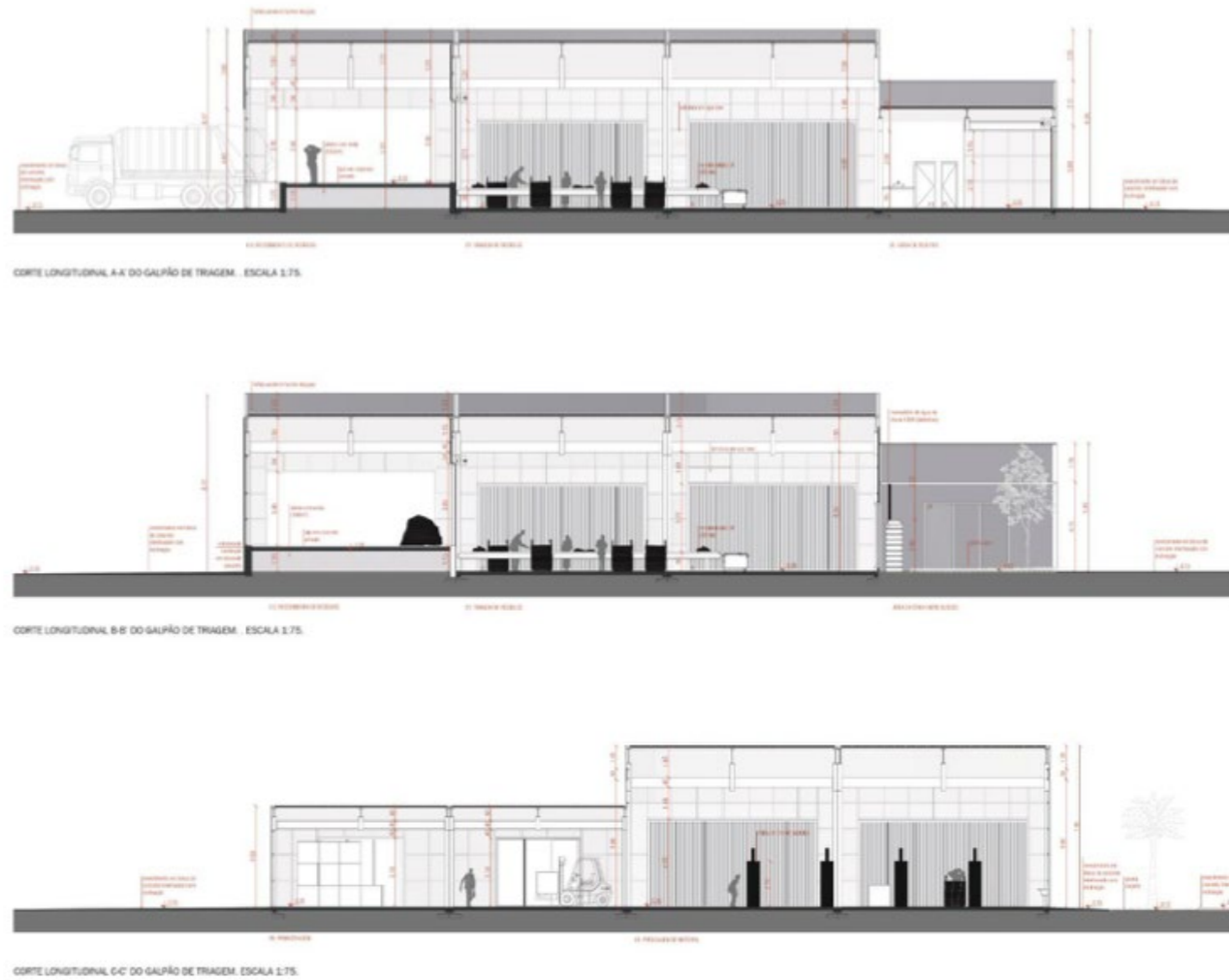


PLANTA BAIXA DO GALPÃO DE TRIAGEM. ESCALA 1:75.

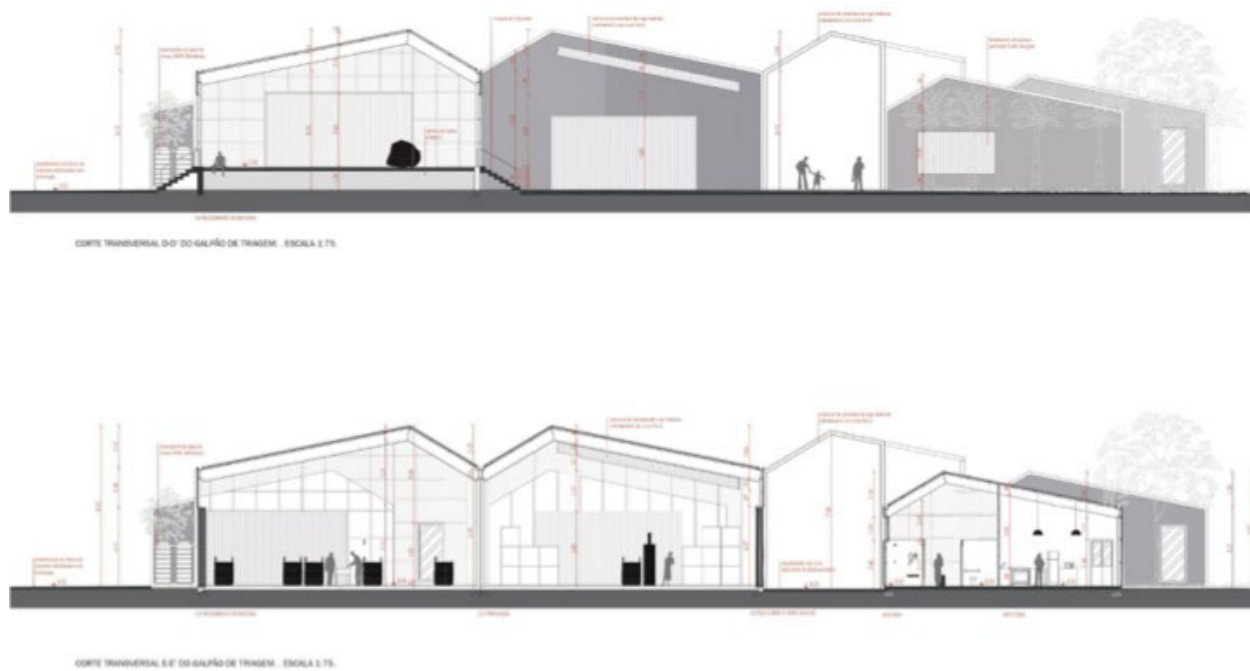
Figura 7 - Planta baixa do galpão de triagem. Fonte: da autora, 2018.

Figura 8 - Cortes longitudinais do Galpão de Triagem. Fonte: da autora, 2018.

ESCALA 1:75 PROJETO ARQUITETÔNICO GALPÃO DE TRIAGEM



ESCALA 1:75 PROJETO ARQUITETÔNICO GALPÃO DE TRIAGEM



ESCALA 1:50 MÓDULOS ESTRUTURAIS:

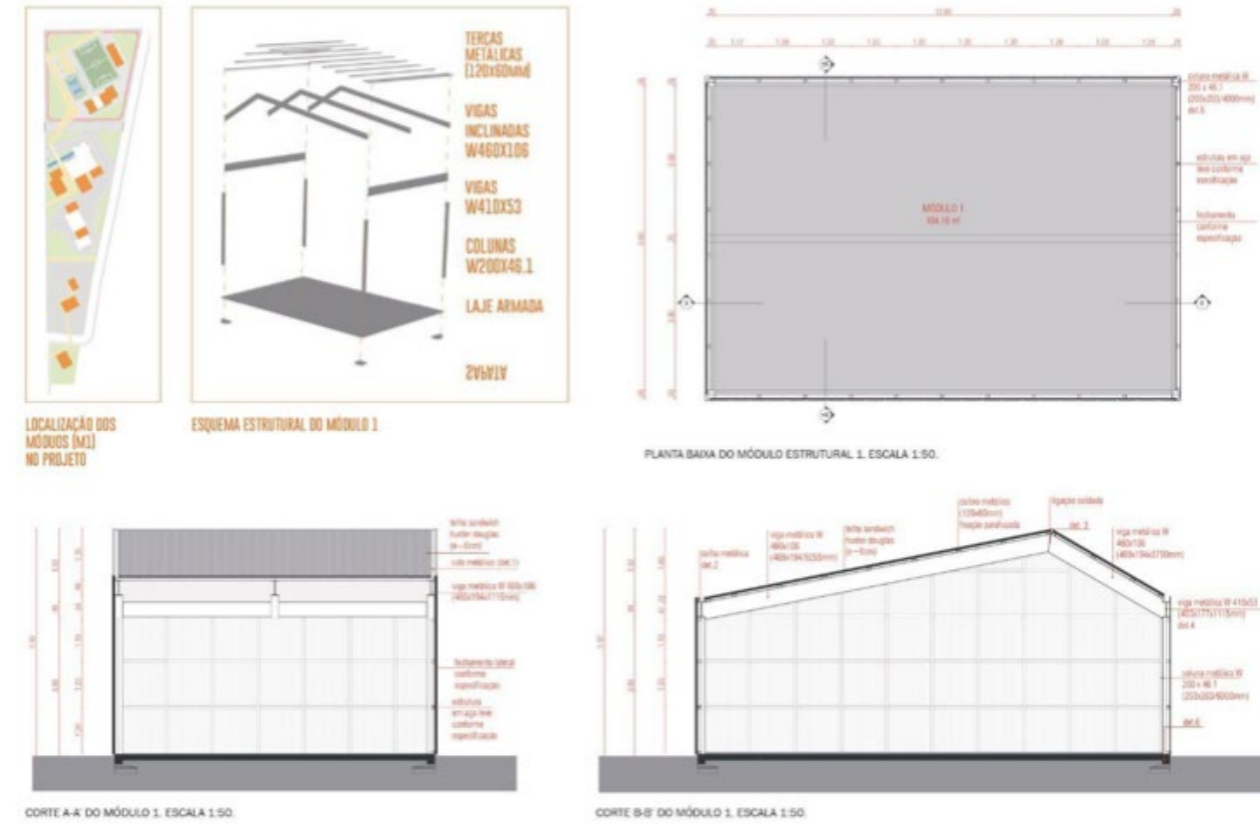


Figura 10 - Representação dos módulos estruturais adotados. Fonte: da autora, 2018. Figura 11 - Perspectiva do acesso dos carroceiros ao galpão de triagem e a administração. Fonte: da autora, 2018.

Figura 12 - Plantas e cortes do centro comunitário.. Fonte: da autora, 2018.

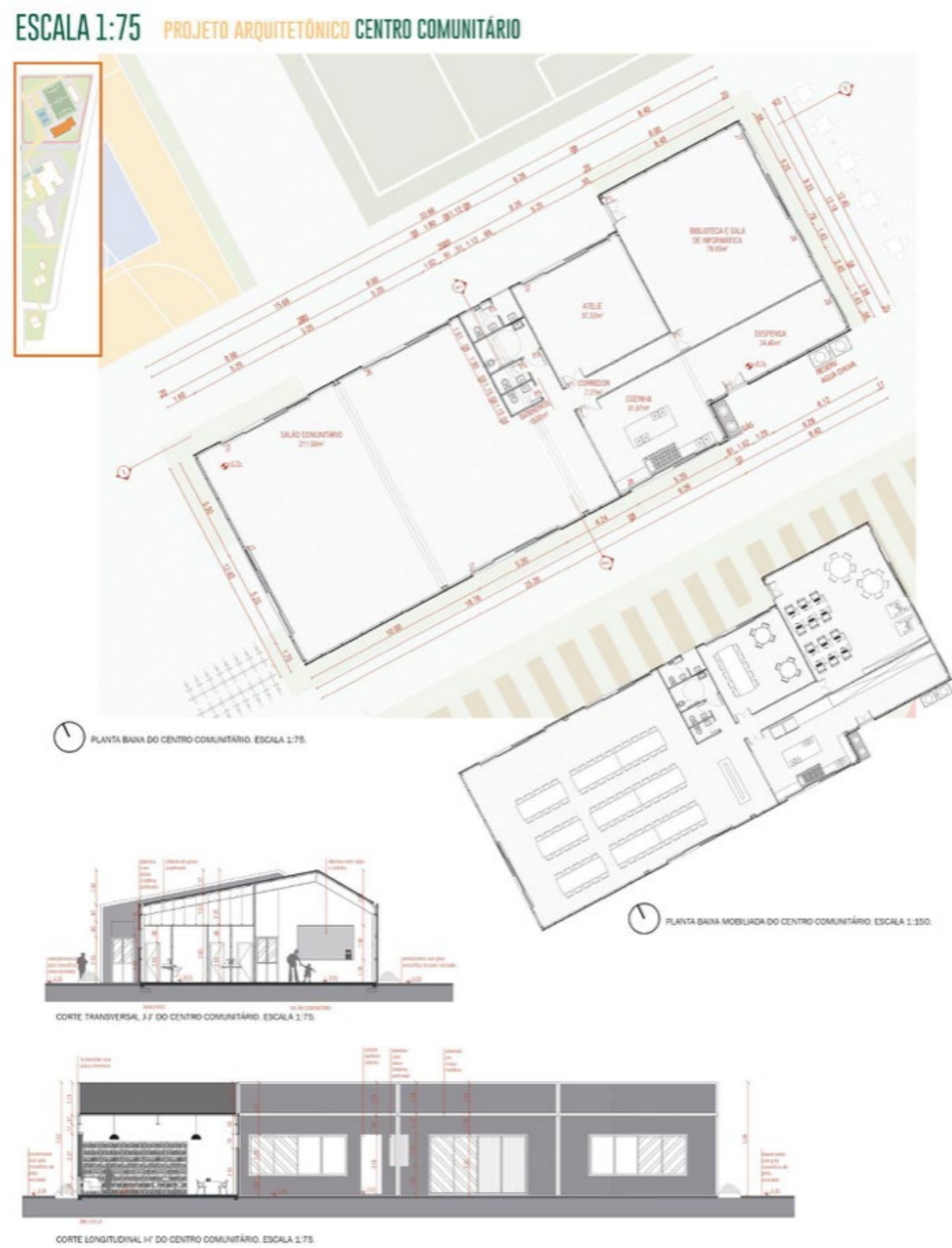


Figura 13 - Perspectiva da área esportiva junto ao centro comunitário. Fonte: da autora, 2018. Figura 14 - Perspectiva da horta elevada junto à área comunitária. Ao fundo, em verde, vestiários e espaço multiuso coberto. Fonte: da autora, 2018. Figura 15 - Perspectiva ilustrativa da proposta. Fonte: da autora, 2018.



OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO DE CAETITÉ

Articulações em torno da preservação patrimonial

CAETITÉ METEOROLOGICAL OBSERVATORY
Articulations around heritage preservation

João Maurício Santana Ramos¹ e
Luciana Guerra Santos Mota²

Resumo

O Observatório Meteorológico de Caetité é um edifício do início do século XX que tem valor simbólico para moradores da cidade e que se encontra abandonado, em processos de degradação. Neste trabalho, foram empregados recursos de inspiração etnográfica para construir relatos e análises em torno da preservação do Observatório. Nota-se que habitantes desejam que o edifício seja restaurado e conservado e que há mobilização de atores para pensar possibilidades de uso do prédio que atendam a demandas locais. As articulações em torno à preservação patrimonial levaram ao tombamento municipal do prédio, mas sem planejamento de ações posteriores que garantam a recuperação e preservação do patrimônio histórico.

Palavras-chave: observatório meteorológico, Caetité, patrimônio edificado, preservação patrimonial.

Abstract

The Meteorological Observatory of Caetité is a building from the beginning of the 20th century that has symbolic value for the city's residents and that is abandoned, in processes of degradation. In this work, ethnographic-inspired resources were used to build reports and analyzes around the preservation of the Observatory. It is noted that inhabitants want the building to be restored and conserved and that there is mobilization of actors to think about possibilities of the building's uses that meet local demands. The articulations around heritage preservation led the building to be listed as a municipal landmark, but without planning for subsequent actions to guarantee the recovery and preservation of the historical heritage.

Keywords: meteorological observatory, Caetité, built heritage, heritage preservation.

1 Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Professor Adjunto IV, Arquiteto e urbanista (UFBA, 1998), mestre em educação e contemporaneidade (UNEB, 2010) e doutor em arquitetura e urbanismo (UFBA, 2020). Professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA desde 2011. Integrante do corpo docente da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Líder do grupo de pesquisa MULTGRAF.

2 Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Professora Adjunto III, Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 2014) e professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA desde 2011. Líder do grupo de pesquisa MULTGRAF e integrante do grupo de pesquisa LAB 20.

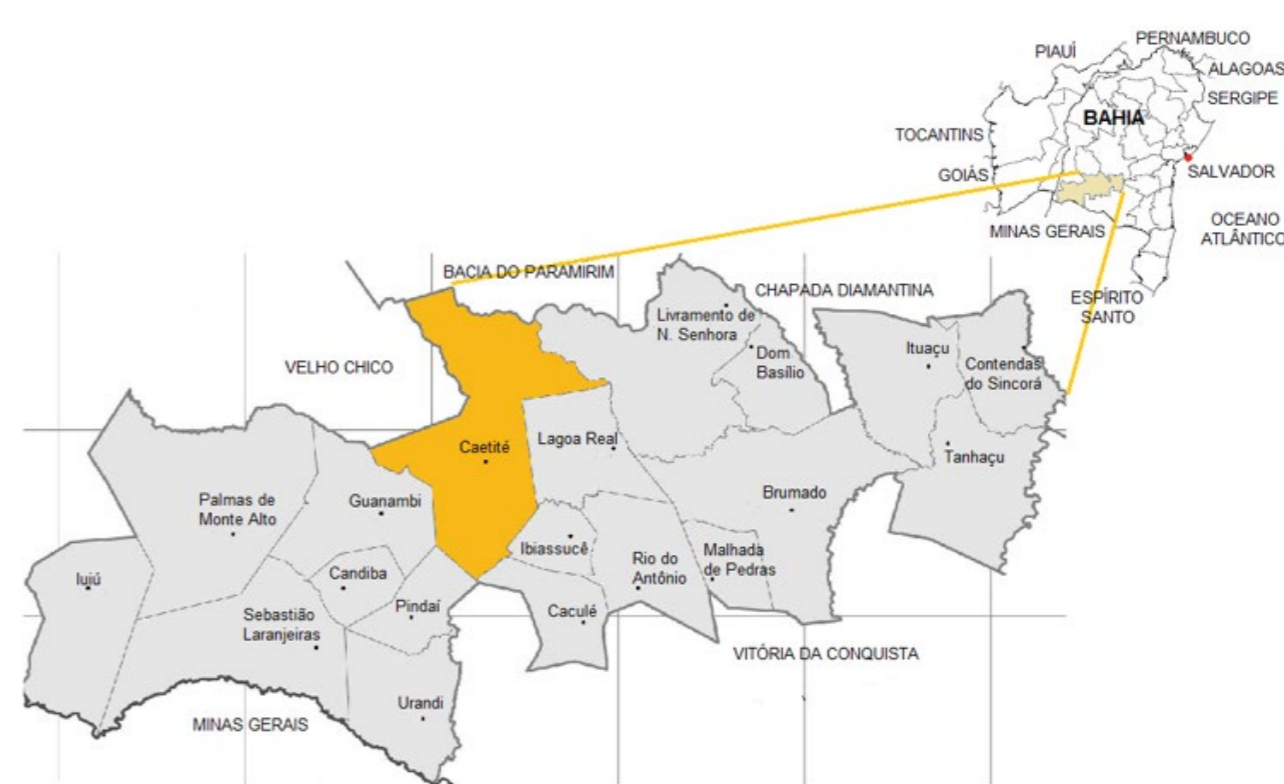


Figura 1 - Localização do território do Sertão Produtivo e de Caetité no Estado da Bahia, em ilustração elaborada por João Maurício Ramos a partir de mapas disponíveis na internet, 2022.

Introdução

Este trabalho visa a trazer, para o debate acadêmico, as articulações em torno da preservação do Observatório Meteorológico de Caetité, edificação do início do século XX que tem valor simbólico para habitantes da cidade e que se encontra em estado de abandono, passando por processos de deterioração.

Para construir este trabalho, foram utilizados recursos de inspiração etnográfica. A partir de notícias, observação de campo, publicações em redes sociais, conversas e revisão bibliográfica - notadamente, as contribuições de Fonseca (2005), Latour e Yaneva (2008), Rocha (2010) e Montaner e Muxí (2014) -, foi possível construir relatos e análises de processos em torno à preservação do Observatório Meteorológico.

O texto está organizado em quatro seções. Na primeira delas, fala-se de Caetité, enfocando aspectos de sua história e do seu patrimônio edificado. Na segunda seção, trata-se do Observatório Meteorológico, de como o edifício é percebido por moradores de Caetité e de articulações de grupos sociais que defendem o restauro e conservação do prédio. Na terceira seção, descreve-se como se deu o tombamento municipal do Observatório. Por fim, tecem-se as considerações finais.

Caetité e seu patrimônio edificado

Caetité é um município baiano situado a 635km da capital Salvador (distância medida em rodovias), no território de identidade Sertão Produtivo (ver Figura 1), com população estimada em cerca de 51.000 habitantes para 2021. No censo de 2010, o seu IDH foi 0,625, o que lhe colocou na 74ª posição entre os 417 municípios do Estado (IBGE).

Dentre as atuais atividades econômicas do município, é possível destacar a mineração e a geração de energia eólica. Em Caetité, existem jazidas de ferro, ametista, manganês e granito (JESUS, 2017), sobressaindo-se a extração de urânio. Explorada pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), a mina de urânio tem reserva estimada em 100.000 toneladas de urânio, suficientes para as usinas nucleares já em funcionamento e as que estão previstas no Plano Nacional de Energia 2030 durante toda a sua vida útil (BRASIL, 2013). Em meio a acidentes que contaminaram rios e solos da região e a denúncias de casos de câncer na população local devido ao contato com a radiação, a INB afirma que desenvolve um programa de recuperação de áreas degradadas, como medida de compensação ambiental, e o Governo da Bahia, em 2019, comprometeu-se em construir, em Caetité, um hospital de referência em oncologia (PAES, 2019). Quanto à geração de energia eólica, uma pesquisa identificou que a região de Caetité possui o maior potencial em intensidade e frequência de ventos, além de pequena amplitude de direção destes, o que posiciona o município como o local de maior viabilidade para instalação de parque eólico (BORGES, 2015). Há vários aerogeradores em operação no município desde 2014, sob o comando de empresas como a Renova Energia (CAETITÉ, 2014) e Rio Energy (PREFEITURA, 2021a).

Caetité é uma das cidades brasileiras que se desenvolveu em torno do Ciclo da Mineração. Estrategicamente localizada entre a Chapada Diamantina e as lavras de Minas Gerais, Caetité era tida como ponto de parada obrigatória para os garimpeiros que aí circulavam no início do século XVIII. Posteriormente também foi local de exploração de ouro e diamantes (GOVERNO..., 1997, p.16). A partir do final do século XVIII, a lavoura do algodão começou a substituir parcialmente a economia dessa região cujo rendimento era gerado pelas minas de ouro, em decadência. O Ciclo Diamantífero teve curta duração; iniciado somente a partir de 1832, quando sua exploração foi liberada em terras baianas, esgotou-se em um quarto de século (*ibidem*, p.16-18).

A prosperidade de Caetité transformou-a em um centro abastecedor e financeiro da região e possibilitou a construção de edificações que, hoje, são reconhecidas como bens patrimoniais. Nas proximidades da Igreja Matriz de Santana há casarões com detalhes construtivos, a exemplo de eiras e beiras, além de cimalthas abaixo das janelas, que refletiam o status social das famílias que ali habitavam (JESUS, 2017). Imponentes edifícios civis e religiosos foram construídos no início do século XIX, a exemplo da Igreja de São Benedito, da Casa de Câmara e Cadeia e da Casa do Barão. Em 1908 foi inaugurado o Observatório Meteorológico, edifício focado neste trabalho.

Com a consolidação de uma elite econômica na cidade, constituiu-se um comércio voltado para essa classe, criando um fluente contato com lugares longínquos e mais desenvolvidos (Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros), apesar da precariedade das estradas, ausência de uma linha férrea e instabilidade dos serviços de correio conforme apontado nos jornais do início do século XX. De acordo com Aguiar (2010), essa elite apresentava características peculiares, pois não se tratava apenas de um grupo social com alto poder aquisitivo, mas também se envolvia em atividades intelectuais e políticas.

Durante o século XX, apesar de a economia local não ser mais tão significativa quanto na época do Ciclo da Mineração, a cidade ainda se constituía num polo atrativo de comércio e serviços para a região. Desta forma, novos serviços foram sendo implantados durante o período: a água encanada e luz elétrica foram instaladas em 1919; o Banco do Brasil em 1943; o Hospital Regional de Caetité foi inaugurado em 1962, seguido pela instalação da DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura) e da Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras, a qual foi transformada na Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus VI – na década de 1990 (SANTOS; OLIVEIRA, 2004).

Nas décadas de 1940 a 1970, Caetité passou por reformulações urbanas buscando manter a posição que ocupava no início do século. A ideia de progresso idealizada pela elite buscava eliminar aspectos que davam à cidade uma aparência decadente e arcaica (AGUIAR, 2010). Nesse período, importantes edifícios que representavam marcos na história local foram demolidos, a exemplo do Teatro Centenário (1922), do antigo Colégio das Freiras e de um dos dois pavilhões da Escola Normal.

Mesmo assim, na década de 1970 Caetité ainda apresentava um grande número de edifícios de importância histórica que faziam parte do cenário urbano e rural, conforme pode ser constatado no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia realizado pela Secretaria da Cultura e Turismo. Na época, o Inventário indicava os seguintes edifícios para serem inscritos como bens culturais em diferentes níveis: federal, estadual ou municipal. Para tombamento federal era indicada a Casa da Fazenda Brejo dos Padres (meados do século XVIII), localizada na área rural. Indicados para tombamento estadual estavam: Igreja de São Benedito (início do século XIX); Casa de Câmara e Cadeia (início do século XIX); Antiga Escola Normal (início do século XX); Casa do Barão de Caetité (início do século XIX); Casa Natal de Anísio Teixeira (meados do século XIX); Casa do Coronel Cazuzinha (meados do século XIX); Caetité Hotel (meados do século XIX); Edifício à Praça Deocleciano Teixeira (início do século XIX); Casa Natal de César Zama (médico, político, parlamentar e literato) (início do século XIX); Casa na Praça Rodrigues Lima, 178 (início do século XX); Casa da Fazenda Santa Bárbara (área rural) (meados do século XIX). Já para tombamento municipal, o Inventário indicava a Casa à Praça Catedral, 501 (início do século XIX).

Em 31 de julho de 2008 o IPAC realizou o tombamento provisório de imóveis da Cidade de Caetité, constituindo uma poligonal, compreendidos entre: Praça Deocleciano Teixeira, Rua Conego Basto, Praça Pompeu Fernandes, Rua Vereador Auto Gumes, Rua professora Helena Lima Santos, Praça Rodrigues Lima, Rua 2 de julho, Rua Professor Francisco e Rua Cirqueira Campos.

Nota-se que o Observatório Meteorológico de Caetité não está presente nem no Inventário da Secretaria de Cultura e Turismo, nem faz parte da poligonal de tombamento do IPAC. Levando-se em consideração a sua importância histórica e paisagística para o centro urbano, acrescentaríamos esse edifício à lista de monumentos relevantes.

O Observatório Meteorológico de Caetité

A ordem para construção do Observatório Meteorológico em Caetité foi dada pelo Imperador Dom Pedro II, movido pelo seu interesse por artes, cultura e tecnologia. O monarca idealizou, no final do Império, uma rede capaz de registrar as alterações climáticas no Brasil e um dos equipamentos desta rede seria construído em Caetité.

O Observatório de Caetité, contudo, somente veio a ser concluído na República, em 1908. A edificação seguiu o fluxo da prosperidade econômica da cidade, mas como um prédio utilitário, com finalidade científica. Desta forma, possui uma arquitetura mais simples, porém com detalhes construtivos condizentes com a sua época de construção, próprios da arquitetura eclética: molduras em torno das envasaduras, frisos e adornos geométricos nas fachadas, platibanda com pináculos. O edifício possuía, originalmente, além do pavimento térreo, no qual residiam os encarregados pelos serviços meteorológicos da cidade com suas famílias, uma torre com dois pavimentos, que se erguia a partir de um dos cantos do andar térreo (ver Figura 2). O andar superior da torre guardava cata-vento, barômetro, barógrafo, termógrafo, heliógrafo, pluviômetro e um telescópio (Rômulo Anísio, 1999, p. 68 – apud SANTOS; OLIVEIRA, 2004). Assim, além das medidas climáticas, também era possível verificar os astros e seus

Figura 2 - Observatório Meteorológico em sua conformação original, com torre com dois pavimentos, em imagem do Arquivo Público de Caetité, início do século XX. Figura 3 - Vista antiga de Caetité, em imagem do Arquivo Público da cidade, primeira metade do século XX.



movimentos. O andar superior da torre foi demolido e não foram encontrados registros das razões que levaram a este fato ou de quando ele ocorreu. Após a demolição do segundo pavimento da torre, o edifício apresenta 153,02 m² de área construída, sendo 128,99 m² no pavimento térreo e 24,03 m² no pavimento superior.

O Observatório foi construído em um morro que se elevava nas proximidades da cidade, localizando-se cerca de 90 metros acima do nível da Catedral de Nossa Senhora Santana, destacando-se na paisagem. Na Figura 3, uma fotografia antiga de Caetité, é possível ver que sobressaem duas edificações na paisagem: a Catedral de Nossa Senhora Santana e o Observatório Meteorológico. A primeira, situada à esquerda da fotografia, destaca-se por seu porte e por sua torre, enquanto o Observatório Meteorológico, à direita da imagem, destaca-se por ser uma construção isolada no morro, em cota mais elevada que a cidade, acessada por um caminho aberto em meio à vegetação.



Figura 4 - Vista de Caetité em fotografia de João Maurício Ramos, editada pelo próprio, 2019. Figura 5 - Vista de Caetité a partir das janelas da torre do Observatório em fotografia de João Maurício Ramos, 2015.

A expansão do tecido urbano da sede do município trouxe modificações irreversíveis na paisagem. Um dos vetores de expansão da cidade foi na direção do morro sobre o qual ergueu-se o Observatório. Em torno do Observatório desenvolveu-se um bairro predominantemente residencial, chamado Alto do Observatório. O Observatório, que antes se destacava no cenário, agora tem sua identificação dificultada pelas edificações que o rodeiam, conforme pode ser visto na Figura 4, uma fotografia de 2019. Nesta figura, estão indicadas as mesmas duas construções que se destacam na Figura 3: a Catedral de Nossa Senhora Santana e o Observatório Meteorológico. Sem as indicações, seria custoso distinguir os dois prédios em meio à atual paisagem de Caetité.

Entre os moradores mais antigos de Caetité, há relatos de que, antes do crescimento da malha urbana, as pessoas subiam até o Observatório para, do morro, contemplar a paisagem. Após a expansão urbana, não é possível mais visualizar a cidade a partir do entorno do edifício, por conta da obstrução visual causada pelas edificações construídas ao longo dos anos. Para contemplar a cidade, hoje, é preciso olhar pelas janelas da torre do Observatório - aí, descortina-se a vista observada na Figura 5. Contudo, o edifício é fechado ao público, o que restringe as possibilidades de apreciação da paisagem da cidade por sua população.

Em visita ao prédio do Observatório, em maio de 2015, foi possível constatar o seu avançado estado de degradação (ver Figura 6). Esquadrias e suas molduras danificadas, frisos e adornos das fachadas quebrados, manchas nas paredes decorrentes de vazamentos e infiltrações, escada de acesso à torre deteriorada, assoalho do segundo pavimento danificado, forros deteriorados e com peças faltantes, telhas deslocadas e quebradas compunham o retrato do edifício. Os ambientes internos estavam sujos e com lixo acumulado no piso, confirmando o abandono do prédio.



Em 2015, ainda funcionava, no edifício do Observatório e em terreno aos fundos, a Estação Meteorológica de Caetité (ligada ao Instituto Nacional de Meteorologia, vinculado ao Ministério da Agricultura), cujos instrumentos registravam dados que eram transmitidos para Salvador. Em um dos cômodos do térreo do edifício havia um barógrafo (registra continuamente a pressão atmosférica) e um barômetro (mede a pressão atmosférica em coluna de milímetros de mercúrio). No terreno aos fundos do edifício, ocupando uma área cercada de 210,00 m², havia outros instrumentos de medição (ver Figura 7): heliógrafo (registra a insolação ou a duração do brilho solar, em horas e décimos), anemógrafo (destinado a registrar todas as variações de direção e de velocidade dos ventos), pluviógrafo (registra a quantidade de precipitação pluvial ao longo do tempo), pluviômetro (mede a quantidade de precipitação pluvial), termógrafo (registra a temperatura do ar em °C), termômetros de máxima e mínima (indicam as temperaturas máxima e mínima do ar em °C ocorridas no dia), evaporímetro (mede a evaporação a partir de uma superfície porosa, mantida permanentemente umedecida por água), tanque evaporimétrico (mede a evaporação numa superfície livre de água),



termômetros de solo (indica as temperaturas do solo, a diversas profundidades, em °C). Contudo, os dados aferidos pela estação meteorológica estavam comprometidos, pois a pavimentação das vias e a densidade das construções criadas no seu entorno ao longo dos anos causavam interferências nas leituras climáticas.

Em outubro de 2015, professores do Departamento de Ciências Humanas da UNEB (Campus VI) realizaram entrevistas com moradores de 39 residências dos arredores do Observatório Meteorológico de Caetité, buscando verificar suas percepções em relação ao antigo edifício. Quase metade dos entrevistados considera o edifício como patrimônio abandonado. E, quando questionados sobre o que o edifício representa para o bairro e para a cidade de Caetité, as principais respostas foram: Patrimônio histórico da cidade; Ponto de referência do bairro; Local turístico; Representa o descaso dos órgãos públicos (abandono) (OBSERVATÓRIO, 2019).

Em seus estudos, Lopes (2016) também colheu depoimentos de moradores antigos da cidade, que se referem ao edifício como um marco de sua juventude e para quem a sua situação de abandono causa insatisfação.

Esta visão do Observatório como um patrimônio abandonado que precisa ser restaurado e preservado é compartilhada em publicações na rede social Facebook, como demonstra o exemplo a seguir:

Há algumas décadas o lamento era por outro patrimônio de nossa cidade, o Teatro Centenário, ruído para edificar uma agência bancária. Hoje, silenciosa e inerte, a população acompanha a degradação do Observatório Meteorológico, sinônimo do apogeu de nossa “Pequena e Ilustre”. Daqui se vê visitas constantes de educadores e educandos numa tentativa, até agora em vão, de manter vivo este monumento. Será que vamos continuar só no lamento?³

Ainda no Facebook, são comuns os comentários que reforçam a necessidade de restauro do prédio do Observatório, a exemplo dos que se seguem, feitos em publicação⁴ de 31 de janeiro de 2020: “Pena que foi totalmente abandonado. Os dois funcionários que faziam coleta de dados todos os dias aposentaram a mais de um ano e não foram substituídos.”; “Estive em Caetité em novembro 2018 e está destruído, uma pena!”; “Do jeito que esta só vamos lembrar que existiu observatório em caetite olhando as fotos ou o bairro que tem o nome alto do observatório”.

Em 2015, não foi possível conversar com os funcionários do Observatório que fazem as leituras dos aparelhos e transmitem as informações para Salvador, mas a notícia que circulava entre moradores da cidade é que, após as suas aposentadorias, que estavam próximas, não haveria novos funcionários para os substituir e o edifício permaneceria fechado. Um dos comentários transcritos acima ratifica essa informação, o que sugere a pouca importância dada pelo Instituto Nacional de Meteorologia e pelo Ministério da Agricultura ao edifício, que é reconhecido como um patrimônio por habitantes de Caetité. O abandono do Observatório confirma a afirmação de Rocha (2010, p. 55):

3 GOMES, Antônio. *Há algumas décadas o lamento era [...]*. Caetité, 8 nov. 2019. Facebook: Antônio Gomes @antonio.gomes.7967. Disponível em: <<https://www.facebook.com/antonio.gomes.7967/posts/2620730604615942>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

4 CAETITÉ Histórica. *Observatório Meteorológico de Caetité - 1908*. Caetité, 31 jan. 2020. Facebook: Caetité Histórica @caetitehistorica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=170360594304332&set=a.109667213707004>>. Acesso em: 14 nov. 2022.



Figura 8 - Perspectiva do anteprojeto arquitetônico do Observatório de Ciências, Tecnologias e Culturas de Caetité, disponível na página 48 do respectivo dossiê, 2019.

Essa arquitetura abandono tem um dono, um senhorio, a qual pertence por direito ou não, e nesse exercício de direito o dono pode abandonar, trocar, demolir, quando a arquitetura tem menos valor que o vazio que ocupa. Tudo que irrita, molesta, não funciona, não gostamos, não nos interessa mais jogamos fora.

O sentimento de que é preciso recuperar o edifício do Observatório incita mobilizações de atores, a exemplo do movimento para elaborar o projeto do Observatório de Ciências, Tecnologias e Culturas de Caetité (PREFEITURA, 2020). A ideia deste projeto, cuja temática central era a produção, divulgação e popularização das ciências, pensado como espaço sociocultural, partiu de uma articulação entre professores do Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Campus VI (Caetité) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), os quais buscaram o apoio de professores da Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA) para elaboração da proposta arquitetônica. A Prefeitura Municipal de Caetité, a Associação da Memória e do Patrimônio Cultural (AMPC), professores do Campus VI da UNEB e moradores do entorno do Observatório Meteorológico de Caetité participaram das discussões que embasaram a elaboração do anteprojeto arquitetônico de reforma do Observatório Meteorológico e de construção de um anexo no terreno aos fundos, após desativação da Estação Meteorológica de Caetité, cujos dados estavam comprometidos, conforme afirmado anteriormente neste trabalho. O Observatório de Ciências, Tecnologias e Culturas de Caetité funcionaria no edifício restaurado do Observatório Meteorológico e no anexo, que previa, na proposta arquitetônica, em 381,43 m² de área construída, salas multifuncionais, administração, lanchonete e sanitários, além de um anfiteatro, localizado entre o anexo e o prédio do Observatório Meteorológico e conectado ao terraço do anexo, que serviria como ambiente de convívio e lazer. A proposta arquitetônica também previu a construção de uma torre que funcionaria como mirante, devolvendo ao Alto do Observatório a função de contemplação da cidade de Caetité. A Prefeitura de Caetité tem empreendido esforços no sentido de viabilizar os recursos necessários à execução do projeto (PREFEITURA, 2021b). A Figura 8 traz uma perspectiva da proposta arquitetônica do Observatório de Ciências, Tecnologias e Culturas de Caetité.

Latour e Yaneva (2008) afirmam que um edifício não é um objeto estático, mas sim um projeto em movimento – mesmo depois de construído, ele envelhece, é transformado por seus usuários, modificado por tudo o que acontece dentro e do lado de fora, e que vai se perder ou ser renovado, adulterado e transformado para além de seu reconhecimento. Para eles, o edifício não deve ser entendido como uma estrutura estática, mas sim como um fluxo de transformações. No caso do Observatório de Caetité, o que podemos perceber, como predominância, é o fluxo de transformações causadas pelas ações das intempéries, dos microrganismos, dos vegetais e pequenos animais, com irrisória ação humana pela conservação do edifício. O que cabe aos humanos está restrito ao apreço pelo imóvel e sua história e ao desejo de vê-lo restaurado, mas falta agir para que a vontade humana seja mais presente no fluxo de transformações do Observatório.

Esta ausência de ação humana leva à percepção de que o edifício está abandonado, mas Rocha (2010) apresenta uma ideia de abandono diferente daquela que circula entre habitantes de Caetité - e, talvez, entre a maioria dos humanos. Rocha (2010, p. 47) afirma que o abandono “faz parte da degradação da vida, mesmo que se evite o abandono, ele vem, mais dia menos dia, é inerente a vida.”. Ele propõe

arquiteturas do abandono rizomáticas, onde a realidade é concebida como coexistência e conexões entre vários rizomas que estão em constante transformação. Essas conexões, mais do que complementar os elementos que as compõem, podem criar o novo, operar a favor da invenção. (ROCHA, 2010, p. 483).

Por outro lado, Montaner e Muxí (2014, p. 159-169) denunciam o apagamento da memória como um trauma urbano presente nas cidades contemporâneas. Este apagamento visa a debilitar redes sociais e comunitárias que se oporiam a determinados projetos urbanos e, portanto, econômicos. São processos associados à tematização de cidades que se voltam para o turismo e para captação de investimentos, em um movimento de imposição de novas identidades coletivas, baseadas em concepções simples e em manipulação do social. Nesta onda, não só o patrimônio histórico ou espaços públicos são arrasados, mas também podem ocorrer expulsão de habitantes de áreas centrais para regiões periféricas. Em resistência a esta imposição, movimentos sociais urbanos podem defender o patrimônio para o *salvar* e para que os edifícios sejam convertidos em equipamentos que atendam a suas necessidades.

Estas concepções, do abandono como possibilidade criativa e do apagamento da memória atravessado por interesses capitalistas, não parecem se aplicar ao caso do Observatório de Caetité. Lá, o abandono não incitou, ao menos ainda, o surgimento do novo, que poderia emergir a partir de usos realizados por indivíduos ou pequenos grupos com interesses particulares – o que algumas pessoas poderiam chamar de vandalismo ou invasão, por exemplo. Tampouco não se vislumbram associações neoliberais que teriam interesse na eliminação do edifício para posterior implantação de algum projeto que lhes revertesse lucro. Contudo, observa-se a mobilização de grupos sociais que buscam pensar usos viáveis para o edifício, usos que atendam a demandas locais e que permitam que o edifício seja vivido por diversas pessoas, ainda que sejam usos diferentes da finalidade original do prédio.

O processo de tombamento do Observatório

O Observatório de Caetité não é tombado individualmente pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado (IPAC), não se localiza dentro da poligonal de preservação instituída por este órgão em 2008, como também não possui nenhum tipo de proteção

pelo órgão de preservação federal (IPHAN). Sem poder sofrer intervenção jurídica por uma instância estadual ou federal, apenas a prefeitura, a partir de um decreto de tombamento municipal, poderia tomar a iniciativa de intervir juridicamente no edifício, para efeito de sua salvaguarda.

Em 15 de novembro de 2003, o Município de Caetité decretou a sua lei de tombamento, nº 591. Apesar de aparentemente parecer tardia, esta representa uma das pioneiras na Bahia: a capital do Estado, por exemplo, aprovou a sua lei de tombamento municipal apenas em 2014, com a Lei 8.550. Segundo o professor universitário Sebastião Carvalho, nesta época, a prefeitura de Caetité já tinha interesse em fazer o tombamento do Observatório, durante a então gestão do prefeito Ricardo Ladeia (2001-2008), sendo André Luiz Koehne o Gerente de Cultura da época (SILVA, 2019). Entretanto, não houve andamento neste período.

Conforme André Koehne, em conversa com os autores em 07 de abril de 2021, o processo de tombamento iniciou realmente a partir de 2015, após uma provocação do Ministério Público que solicitou providências frente ao estado de abandono do edifício. Neste mesmo ano, houve uma visita de funcionários do IPAC ao imóvel para uma avaliação, porém sem grandes desdobramentos. Sebastião Carvalho, Secretário de Cultura entre 2012-2016, comenta que o problema da manutenção física do Observatório está na ausência da figura de um proprietário, devido às alterações nos Ministérios ao longo dos anos (SILVA, 2019). Apesar desta questão, o processo de tombamento foi iniciado e enviado uma intimação ao Ministério da Agricultura, que seria responsável pela propriedade do Observatório. A instrução do processo era de responsabilidade da Superintendência de Patrimônio, criada em 2013. O Conselho Municipal de Cultura foi reativado neste período, sendo esta a instância de aprovação dos processos de tombamento.

Apesar de uma demonstração de interesse do prefeito Aldo Gondim (2017-2020), conforme comenta Koehne, questões administrativas levaram ao lento andamento do processo de tombamento durante a sua gestão. Edimilson de Brito Gomes afirma que, ao assumir a Superintendência de Patrimônio, em 2019, foi solicitado que desse andamento no processo de tombamento do imóvel, encaminhando-o ao setor jurídico da prefeitura (conversa com os autores em 09 de abril de 2021). Porém, Edimilson Gomes ressalta que, ao analisar a documentação, observou que faltavam estudos necessários ao processo de tombamento: havia apenas um pequeno histórico e não havia plantas de levantamento cadastral do imóvel, apenas os desenhos da proposta de intervenção feita pela UFBA e doada à UNEB, à Prefeitura e à AMPC. E assim, solicitou que fosse anexado ao processo o estudo completo do trabalho realizado pela UFBA, o qual continha também histórico e plantas cadastrais da edificação (OBSERVATÓRIO..., 2019).

Com a iminente mudança de grupo político na gestão municipal após as eleições de 2020, o Observatório foi rapidamente tombado, conforme o Decreto Lei número 133, de 23 de Dezembro de 2020 (Diário Oficial do Município). No texto do decreto, percebe-se uma atenção à preservação apenas do imóvel, não havendo comentários em relação à paisagem do seu entorno. Ao que tudo indica, de símbolo do abandono, o Observatório se transformou em um símbolo de disputa política.

A busca do tombamento pelos políticos de Caetité apenas refletem o significado que esse ato representa na prática do SPHAN (posterior IPHAN), desde sua criação em 1937: “um instrumento de preservação por excelência” (FONSECA, 2005, p.180). O tombamento do Observatório significaria o reconhecimento de um bem ao qual parte da população atribui um significado, importando-se com a sua preservação. Sendo assim, ao demonstrar preocupação com o caso, os políticos estariam agradando parte

do seu eleitorado.

Por outro lado, o tombamento também pode ser encarado de forma negativa, pois limita os usos do imóvel, sendo mal visto principalmente por proprietários de imóveis em setores urbanos antigos e empresários da construção civil, como aponta Fonseca (2005, p. 180). O Observatório, apesar de ser propriedade da União que, aparentemente, não se opõe ao tombamento, enfrenta a dificuldade de não haver clareza em relação ao setor responsável pelo edifício, o que tem dificultado qualquer tipo de intervenção pela prefeitura, até mesmo para efetuar limpeza no local (SILVA, 2019).

Apesar do decreto do tombamento do Observatório, nada mudou desde então. A edificação continua no seu estado de abandono, não havendo mais notícias sobre as decorrências deste tombamento.

Considerações finais

O Observatório de Caetité representa apenas mais um exemplo de descaso com a preservação da memória de um local, entre tantos que acontecem nas cidades brasileiras. O abandono é uma triste realidade em vários imóveis de interesses locais. Por não se tratar de uma obra de grande interesse arquitetônico e por ter uma história relativamente recente, não apresenta relevância nos níveis federal ou estadual, ficando a cargo da prefeitura a responsabilidade em articular uma forma de preservação.

O ato do tombamento não pode ser confundido com preservação, pois não dá garantias para isso. Porém, no caso do Observatório, cujos proprietários não demonstram interesse por sua preservação, o tombamento serviria como um instrumento jurídico para intervir junto aos proprietários e criar possibilidades para a sua recuperação.

A criação da lei de tombamento da prefeitura de Caetité foi um primeiro passo para isso. Mesmo assim, o tombamento do Observatório veio a ocorrer 17 anos após a criação da lei, num processo conturbado. Ao mesmo tempo em que políticos demonstram interesse em realizar o tombamento do imóvel, o processo nunca é levado adiante. E assim, no meio de um jogo político, o edifício é tombado, sem um amadurecimento do que fazer após este ato. E segue o edifício em seu estado de abandono.

Referências

- AGUIAR, Lielva Azevedo. Entre o sertão e a capital: Caetité nas primeiras décadas do século XX. 2010. In: Simpósio ILB Impérios e Lugares. 3., 2010, Mariana – MG. *Anais...* Disponível em: <<https://slidex.tips/download/entre-o-sertao-e-a-capital-caetite-nas-primeiras-decadas-do-seculo-xx>>. Acesso em 20 ago. 2016.
- BORGES, André. No sertão baiano, o melhor dos ventos. *Estadão*. 13 set. 2015. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,no-sertao-baiano--o-melhor-dos-ventos,1761212>>. Acesso em: 06 nov. 2022.
- BRASIL terá mina subterrânea de Urânio. *Inovação Tecnológica*. 28 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=brasil-mina-subterranea-uranio&id=010175130328#.Y2fsyXbMLIV>>. Acesso em: 06 nov. 2022.
- CAETITÉ: Complexo eólico Alto Sertão II está quase pronto. *Sudoeste Bahia*. 22 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.sudoestebahia.com/noticias/8507-2014/05/22/caetite-complexo-eolico-alto-sertao-ii-esta-quase-pronto>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*. Vol. 4: Monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina, 2ª.ed., Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1997, p. 15-18.

JESUS, Sandra Lician Sacramento Neves de. O processo de urbanização e a configuração do espaço urbano de Caetité – BA. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 57: p. 10-18, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/5052/4269>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

LATOUR, Bruno; YANEVA, Alben. Give me a gun and I will make all buildings move: An ANT's view of architecture. In: GEISER, R. (ed.) *Explorations in Architecture: Teaching, Design, Research*. Basel: Birkhäuser, 2008. p. 80–89. Disponível em <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-138-BUILDING-VENICEpdf.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

LOPES, Nathália Helena Correia. *Cataventos da Memória: Intervenção em Patrimônio Histórico e Reabilitação Urbana – Caetité, Bahia*. 2016. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Poços de Caldas, 2016.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

OBSERVATÓRIO de Ciências, Tecnologias e Culturas de Caetité. Diagnóstico e Proposta Arquitetônica de Reforma e Ampliação. 2019. Disponível em: <<https://caetite.ba.gov.br/tag/observatorio-meteorologico-de-caetite/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PAES, Caio de Freitas. Mineração de urânio no sertão da Bahia traz à tona memória de contaminação. *BBC News Brasil*. 19 out. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50077223>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

PREFEITURA de Caetité tem reunião com a Rio Energy. *Prefeitura de Caetité*. 16 mar. 2021a. Disponível em: <<https://caetite.ba.gov.br/prefeitura-de-caetite-tem-reuniao-com-rio-energy/>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

PREFEITURA de Caetité, UFBA e UNEB fazem parceria para resgate do Observatório. *Sudoeste Bahia*. 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.sudoestebahia.com/noticias/26773-2020/03/12/prefeitura-de-caetite-ufba-e-uneb-fazem-parceria-para-resgate-do-observatorio>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

PREFEITURA solicita ao Governo do Estado obras de infraestrutura em Caetité. *Prefeitura de Caetité*. 14 mai. 2021b. Disponível em: <<https://caetite.ba.gov.br/prefeitura-solicita-ao-governo-do-estado-obras-de-infraestrutura-em-caetite/>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

ROCHA, Eduardo. *Arquiteturas do abandono: ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte*. 2010. 526 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Portp Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24722>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

SANTOS, Jémison Mattos dos; OLIVEIRA, Magda Rodrigues. Diagnóstico Socioambiental participativo do município de Caetité-Ba. In: Encontro Baiano de Geografia, 7., 2004, Jacobina – BA. *Anais...* Disponível em: <<http://www2.uefs.br/geotropicos/DIAGNOSTICO%20SOCIOAMBIENTAL%20PARTICIPATIVO.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2016.

SILVA, Willian. Observatório de Caetité pede socorro - mas a quem? *Sudoeste Bahia*. 30 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.sudoestebahia.com/noticias/22766-2019/01/30/observatorio-de-caetite-pede-socorro--mas-a-quem>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

PATRIMÔNIO ESCOLAR EM ABANDONO

O projeto padrão da Escola Alfredo Rodrigues (Povo Novo, Rio Grande, 1942-2007)

ABANDONED SCHOOL HERITAGE

*The standard project of the Alfredo Rodrigues School
(Povo Novo, Rio Grande, 1942-2007)*

**Lisiê Kremer Cabral¹, José Henrique Carlucio Cordeiro²,
Lorena Almeida Gill³ e Ana Lúcia Costa de Oliveira⁴**

Resumo

No Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, a demanda por prédios escolares foi atendida através de escolas padrão, que atualmente podem ser consideradas símbolos da memória coletiva. Desse modo, é importante a preservação desse patrimônio, que guarda a narrativa de formação das cidades, como também comunica e mantém a continuidade da identidade e cultura de uma região. Entretanto, alguns exemplares dessas instituições, construídas em 1940, não foram preservados e estão em processo de abandono. Por meio dos múltiplos significados de abandono nessa situação, este artigo tem o objetivo de identificar narrativas que auxiliem os processos de reconhecimentos de bens a serem preservados. Através de estudo de caso, com a metodologia da História Oral Temática, em uma escola com projeto padrão, em Rio Grande/RS, que foi demolida, foi verificado o abandono da função pedagógica, além do descaso com a comunidade escolar e a perda do lugar.

Palavras-chave: patrimônio escolar, escolas padrão, preservação.

Abstract

In Rio Grande do Sul, in the first half of the 20th century, the demand for school buildings was met through standard schools, which can currently be considered symbols of collective memory. In this way, it is important to preserve this heritage, which holds the narrative of the formation of cities, as well as communicates and maintains the continuity of the identity and culture of a region. However, some examples of these institutions, built in 1940, were not preserved and are in the process of being abandoned. Through the multiple meanings of abandonment in this situation, this article aims to identify narratives, from the built environment, that help the processes of recognition of goods

1 Lisiê Kremer Cabral é Arquiteta e Urbanista (UCPel/2015), Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2020) e Doutoranda em arquitetura no Programa de Pós-graduação em Arquitetura (UFRGS). Atualmente conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Temas: arquitetura escolar no Rio Grande do Sul, arquitetura Art Déco, patrimônio cultural e a relação entre arquitetura e política. lisikcabral@yahoo.com.br

2 José Henrique Carlucio Cordeiro é Engenheiro Civil (FURG/2013) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2022). Temas: sentido de lugar e arquitetura escolar. joseccordeiro@yahoo.com.br

3 Lorena Almeida Gill é Historiadora (UFPel/1988), Mestra (PUCRS/1998) e Doutora (PUCRS/2004) em História. É professora titular da Universidade Federal de Pelotas, coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica Beatriz Loner e do Laboratório de História Oral do ICH/UFPel. Temas: construção de narrativas, gênero, mundos do trabalho e saúde e doença. lorenaalmeidagill@gmail.com

4 Ana Lúcia Costa de Oliveira é Arquiteta e Urbanista (UNISINOS/1977), Mestra em Arquitetura (USP/1986) e Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS/2012). É Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. Temas: patrimônio ambiental urbano, tipologia arquitetônica, estudos morfotipológicos, indicadores urbanísticos para políticas de gestão e graus de descaracterização e níveis de preservação. lucostoli@gmail.com

to be preserved. Through the case study of the demolition of a school with a standard project, in Rio Grande/RS, it was verified the abandonment of the pedagogical function, in addition to the neglect with the school community and the loss of the place.

Keywords: School heritage, standard schools, preservation.

Introdução

O projeto padrão no Brasil, bastante utilizado em edificações públicas, começou a ser difundido em instituições educacionais durante a Primeira República (1889-1930), através de uma planta modelo que era replicada com pequenas variações nas fachadas (AZEVEDO; BASTOS; BLOWER, 2007). O programa de necessidades era organizado de forma simétrica e possuía poucos ambientes, de acordo com o método pedagógico e os costumes da época (NASCIMENTO, 2012). O Estado do Rio Grande do Sul adotou essa prática para a construção de escolas públicas e, no ano de 1928, foi realizado um concurso para projetos de prédios escolares com variações no número de alunos (ERMEL, 2017).

No período do Estado Novo, como resultado desse concurso de 1928, foram implementadas edificações escolares diversas, com projeto padrão, que atendiam às inovações do método pedagógico Escola Nova⁵. O engenheiro João Baptista Pianca⁶ idealizou esses prédios escolares, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1930 e 1940 (CABRAL, 2020). Essas escolas são representantes de uma época e se fazem fundamentais como símbolo social da comunidade por sua função e valor sentimental dos seus usuários.

O *Art Déco* pode ser entendido como um movimento de transição da arquitetura, do rompimento entre a escola clássica e ascendência da arquitetura moderna. Os projetos pertencentes a esse estilo priorizavam os conceitos de racionalidade e praticidade, apresentando valorização das formas puras, marcação de esquinas e simplificação de elementos decorativos (CORREIA, 2010). O *Art Déco* manifestou-se no Brasil em 1920 e, em 1930, foi utilizado para representar o progresso das cidades brasileiras. Sua imponência se tornou símbolo do governo, sendo disseminada em prédios de uso coletivo (GUTIÉRREZ, 2005).

Essas instituições de ensino podem ser consideradas como bens de valor cultural, sendo elementos de memórias coletivas, pois uma edificação remete a memórias de grupos sociais e comunicam uma narrativa histórica (SOUZA, 2012). O problema de pesquisa desse trabalho se constitui na dificuldade de identificação de quais dessas escolas devem ser patrimonializadas e protegidas pelo Estado, visto que existe uma dialética entre o abandono e a preservação. Portanto, o objetivo desse artigo é identificar narrativas, a partir do ambiente construído, que auxiliem os processos de reconhecimentos de bens a serem preservados.

Para atender esse objetivo foi desenvolvido um estudo de caso na Escola Alfredo Rodrigues, exemplar de projeto padrão para 200 alunos em Rio Grande/RS de 1942. No ano de 2007, essa escola foi demolida para a construção da duplicação da BR-392, a partir do discurso de que havia outra escola desse mesmo modelo na cidade e já protegida por inventário. No entanto, enquanto a escola demolida era plenamente apropriada, a inventariada permanece abandonada. Ambas as instituições possuíam

5 Tal tema será retomado no artigo.

6 João Baptista Pianca trabalhou na Secretária de Obras Públicas de Porto Alegre colaborando com projetos e reformas de instituições escolares (WEIMER, 2004).

semelhanças com as propostas elaboradas por Pianca, como também com outras nove edificações construídas entre o período de 1937 e 1942, pertencentes a um mesmo modelo arquitetônico.

Este trabalho pretende elucidar como ocorre a apropriação do ambiente construído, por meio da análise do caso da Escola Alfredo Rodrigues, instituição que estava em uso quando foi demolida de forma impositiva pelo Estado. De modo a abordar o ponto de vista de quem vivenciou esse momento histórico, utilizou-se a metodologia intitulada História Oral, em sua modalidade temática, além da pesquisa documental em fontes primárias e secundárias.

Esse estudo foi realizado para a disciplina de Memória, identidade e construção de narrativas, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, no segundo semestre de 2019. O trabalho teve origem na pesquisa Arquitetura *Art Déco* nas escolas do Rio Grande do Sul no período do Estado Novo (1930-1950).

O histórico sobre a implementação dos prédios escolares no Brasil e as circunstâncias que determinaram o projeto padrão para escolas de 1937 no estado do Rio Grande do Sul são fundamentais para compreender e debater questões relacionadas à apropriação, preservação, abandono e demolição dessas instituições, tendo como enfoque a importância do bem cultural, independentemente de sua materialização.

Identidade, Memória Social e Patrimônio Cultural

A concentração de características similares pertencentes a uma comunidade configura uma identidade social. Cada indivíduo, apesar de suas peculiaridades, agrupa-se em um novo conjunto, a partir de características comuns existentes, estabelecendo, dessa maneira, uma unidade representada por uma identidade coletiva (CANDAU, 2011; RODRIGUES, 2017). São as relações construídas ao longo de vivências interpessoais e locais que fortalecem a identidade coletiva. As lembranças produzidas na conformidade coletiva estão relacionadas à memória social (RODRIGUES, 2017). Candau (2011) coloca que cada pessoa possui características próprias e únicas, sendo a coletividade atribuída apenas às semelhanças, fazendo com que uma determinada característica seja escolhida como representante de uma certa unificação, enquanto outras ficarão excluídas.

O patrimônio cultural é dividido em três grupos, compreendendo ambiente natural, elementos intangíveis e bens materiais, abrangendo artefatos, construções e objetos tangíveis (LEMOS, 2009). Pode-se observar a conexão entre os três conceitos, quando se compreende que o homem é influenciado pelo ambiente habitado, pelos saberes transmitidos entre gerações e pelo desenvolvimento da sociedade, sendo o patrimônio formador de identidade e comunicador da história. Portanto, uma edificação, enquanto patrimônio cultural, é representação de memória coletiva.

As sociedades são conservadas e representadas pelas identidades, memórias sociais e patrimônio cultural, dispondo de instrumentos coletivos que ao longo do tempo são edificados, distribuídos e replicados (RODRIGUES, 2017). Um edifício, quando se torna símbolo de lembranças e histórias, passa a ser considerado um bem patrimonial. As construções públicas utilizadas pelo coletivo são produtoras de memórias coletivas (SOUZA, 2012).

A memória individual, formada através da interpretação de um fato ocorrido em um dado momento, segundo Halbwachs (2004), será rememorada com o auxílio de outros

agentes, sejam eles pessoas, livros e até mesmo lugares, que podem apresentar diferentes pontos de vistas, exercendo uma influência mútua e recíproca. Halbwachs (2004, p. 26) coloca que: “nossas lembranças permanecem coletivas, pois nunca estamos sós”.

Já para Candau (2011), a memória coletiva é a reprodução de lembranças sucedidas em um grupo, partindo do pressuposto que essas representações são comuns à comunidade, o que nem sempre acontece. O autor cita os trabalhos de Sperber (1996), o qual coloca que a partir das memórias de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, que são reproduzidas várias vezes, se faz a construção e a comunicação da memória coletiva e suas representações culturais.

Assim, referente às escolas de projeto padrão do Rio Grande do Sul, percebe-se que constituem patrimônio cultural da sociedade. Observa-se que apesar desses prédios serem iguais em relação a sua estrutura física são distintos quando vinculados às questões de apropriação dos usuários e de memórias sociais. Pois as memórias e expectativas dos indivíduos que usufruem e usufruíram desses espaços os diferenciam. Dessa forma, se faz imprescindível um conhecimento abrangente sobre o objeto a ser preservado, o qual irá embasar e motivar a preservação de bens materiais e imateriais.

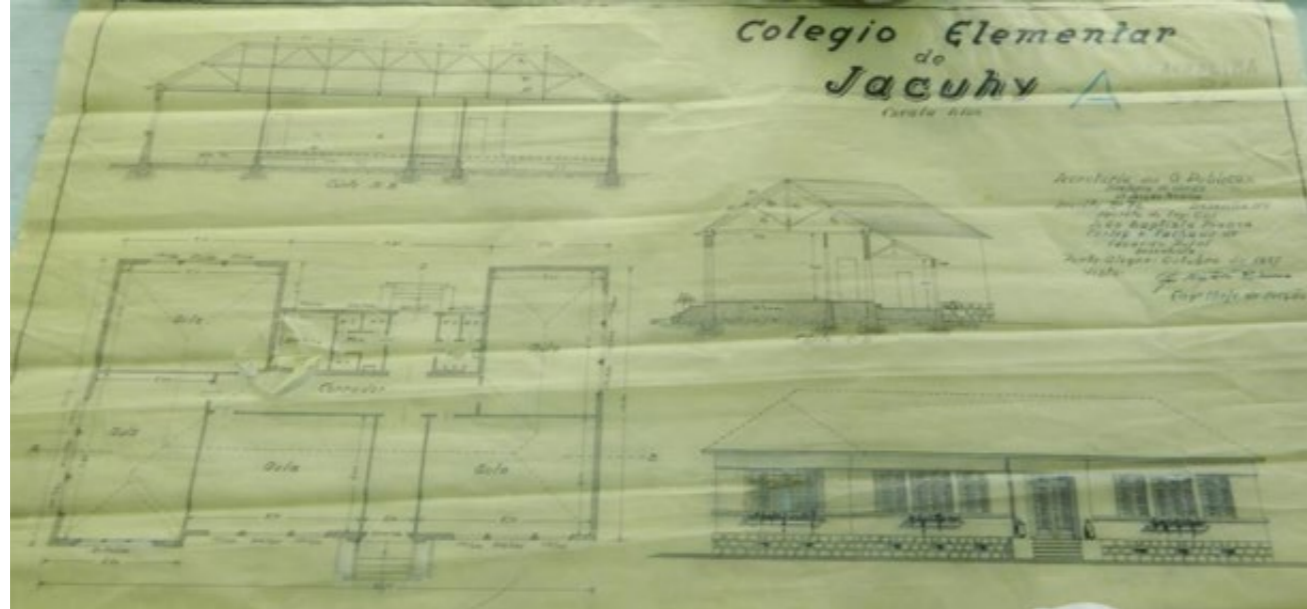
As edificações escolares no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX

As escolas no Brasil, até 1889, eram implementadas em construções improvisadas, atribuídas às instituições religiosas. Não eram consideradas questões de conforto ambiental e não eram projetadas especificamente para o uso educacional (CRUZ; CARVALHO, 2004). A partir da Primeira República (1889-1930), o ensino foi valorizado e considerado como um instrumento de progresso, tornando-se obrigatório e gratuito. Para atender a nova demanda de alunos e a ideologia do governo, foram construídos novos educandários denominados Grupos Escolares (ERMEL, 2017).

O programa para essas novas instituições seguiu um projeto em que se utilizavam plantas tipo, que foram replicadas em diferentes localidades, com pequenas variações nas fachadas, dependendo de onde eram implantadas. A uniformização da educação está diretamente ligada à padronização das edificações escolares, em que não são valorizados aspectos de individualidade, nem consideradas características físicas locais, ocasionando espaços com baixa qualidade e pouca representatividade cultural (AZEVEDO; BASTOS; BLOWER, 2007).

Atendendo ao programa pedagógico e ao momento histórico da época, os projetos escolares previam uma edificação dividida em alas femininas e masculinas. As escolas contavam com ambientes para salas de aula, poucos espaços administrativos, sanitários e, algumas vezes, um ambiente para ginásio (NASCIMENTO, 2012). Os prédios possuíam arquitetura neoclássica, rígida simetria, com elevação em relação ao nível da rua, escadarias, pé direito alto, circulações em U ou H e presença de pátio interno (KOWALTOWSKI, 2013; OLIVEIRA, 2007).

Apesar dessa mudança de infraestrutura, entre o período Imperial e o início da Primeira República, a educação no país continuava precária e, entre os anos de 1920 e 1930, manifestou-se o movimento Escola Nova, que idealizava reformular a educação possibilitando sua acessibilidade a todas as classes sociais (BUFFA; PINTO, 2002). Esse novo método foi aplicado durante a Era Vargas (1930-1945), sendo adotado um novo programa escolar que buscava a racionalidade, eficiência e funcionalidade das construções, através de escolas modelo (SEGAWA, 1997).



No Rio Grande do Sul, no ano de 1923, conforme apresentado por Luchese e Kreutz (2012), o governo do Estado tinha a intenção de construir prédios para escolas elementares. Desse modo, em 1928 foi elaborado um concurso para projeto de instituições escolares, com capacidade para atender um número de alunos variável entre 250, 300, 350, 400, 450, 500, 550, 600, 800 e 1.000. O programa de necessidades era mais complexo em relação aos anteriores, pois contava com biblioteca, consultório médico e odontológico, museu didático, salão de solenidades, banheiros e administração (ERMEL, 2017). No ano de 1929 o projeto vencedor foi aprovado, havendo a possibilidade de construção de 16 novas escolas (LUCHESE, 2016).

Como resultado deste concurso foram encontrados diversos projetos de autoria do engenheiro João Baptista Pianca. Destaca-se a prancha com proposta de projeto para o Colégio Elementar Jacuhy, na cidade de Cachoeira do Sul, do mês de outubro de 1937 (Figura 1).

O engenheiro João Baptista Pianca, nascido em Porto Alegre em 1893, formou-se em 1915 e iniciou suas atividades profissionais em 1919 na Secretaria de Obras Públicas de Porto Alegre, atuando em projetos escolares para o interior do Estado e a partir de 1930 planejou prédios para Grupos Escolares. Em 1920 começou a lecionar na Escola de Engenharia e, por volta de 1928, foi nomeado Intendente de Bento Gonçalves (WEIMER, 2004).

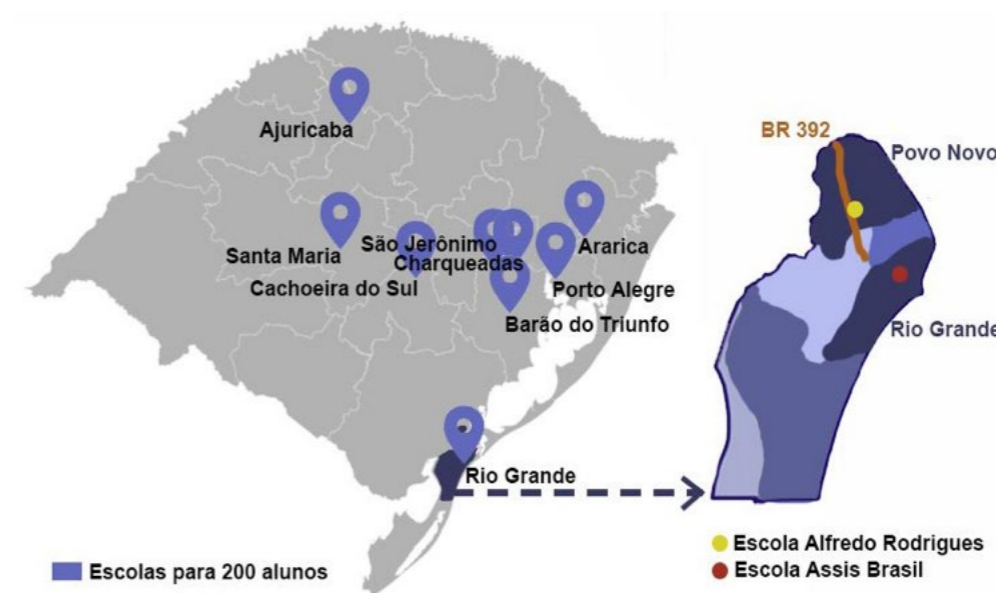


Figura 3 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização dos prédios escolares com projeto padrão e ampliação do município de Rio Grande. Fonte: Da autora, 2023.

No Rio Grande do Sul foram identificadas escolas que seguem o mesmo padrão e apresentam semelhanças com a proposta de Pianca apresentada acima. Entre elas estão, da esquerda para a direita de cima para baixo: (1) Grupo Escolar Ajuricaba (1937), Ajuricaba/RS; (2) Escola Barão de Jacuí (1942), São Jerônimo/RS; (3) Escola Boca do Monte, Santa Maria/RS; (4) Escola Cândida Fortes Brandão (1941), Cachoeira do Sul/RS; (5) Escola Estadual de Educação Fundamental José de Oliveira Neto, Ararica/RS; (6) Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Rodrigues (1942), Rio Grande/RS; (7) Escola Henri Duplan (1938), Charqueadas/RS; (8) Escola Estadual de Ensino Médio José Joaquim de Andrade, Barão do Triunfo/RS e (9) Escola Estadual de Educação Fundamental Matias Albuquerque (1941), Porto Alegre/RS (Figura 2).

Essas escolas datam de 1937 a 1942 e possuem um pavimento, porão, janelas em grupo de três com floreiras e telhado cerâmico aparente. Elas são elevadas, existindo degraus para o acesso principal e a entrada encontra-se recuada em relação ao prédio. A fachada pode ser dividida em três partes de mesma proporção (sala de aula – acesso – sala de aula). Há a presença de linhas retas e formas geométricas simples, as quais identificam-se com o estilo *Art Déco*.

Dentre esse grupo de escolas localizadas no Rio Grande do Sul (Figura 3) se observa que algumas estão sendo protegidas por instrumentos do Estado, como o caso da Escola Assis Brasil, enquanto outras encontram-se abandonadas ou demolidas, como exemplo da Escola Alfredo Rodrigues, o que consolida o problema de pesquisa desse trabalho.

Nota-se que as instituições de ensino com projeto padrão do engenheiro Pianca representam a valorização da educação pelo estado gaúcho, pois foram prédios idealizados única e especificamente para o fim pedagógico, ampliou o acesso ao ensino às pequenas cidades e ainda servem de símbolo social, político e arquitetônico.

Metodologia

A narrativa do participante do estudo foi construída a partir da metodologia da História Oral, em sua modalidade temática, a qual possui um roteiro básico, que buscou relacionar questões referentes à memória coletiva, valor cultural da Escola Alfredo Rodrigues e a implementação de projetos padrão no Estado, dentro do recorte temporal vinculado à chamada história do tempo presente, que é pensada através de Fico (2012, p. 44), para quem essa se vincula:

À possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca

narra e/ou explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico.

O entrevistado escolhido foi o arquiteto Oscar Décio Carneiro, antigo funcionário da Secretaria de Obras Públicas de Rio Grande (SOP), o qual participou ativamente contra a demolição da Escola Alfredo Rodrigues. Nessa ocasião foi cedido aos pesquisadores documentos a respeito do processo de desapropriação da escola, os quais foram objeto de análise documental.

A entrevista foi realizada na cidade de Rio Grande/RS, no dia 27 de agosto de 2019, na residência do Sr. Oscar, o qual recebeu os entrevistadores de maneira amistosa. O Sr. Carneiro, nascido em abril de 1939, cursou a Faculdade de Arquitetura, em Porto Alegre e iniciou suas atividades na SOP ainda durante os estudos acadêmicos e continuou trabalhando pelo órgão até os anos 1990. Quando se formou, ele foi convidado para chefiar a 18ª Residência⁷ da SOP em Rio Grande, a qual atendia também as cidades de São José do Norte e Santa Vitória do Palmar.

A conversa foi gravada em áudio, durou aproximadamente uma hora e dez minutos, sendo em seguida transcrita, para a análise do seu conteúdo. As transcrições foram classificadas de acordo com as seguintes categorias de análise: os projetos padrão no RS; demolição da Escola Alfredo Rodrigues; atendimento da SOP às demandas escolares e oposição da comunidade à demolição da instituição.

A interlocução pode enquadrar-se no modelo de História Oral Temática, conforme já dito, pois, a partir de perguntas guiadas pelos entrevistadores foi possível reconstruir questões referentes à memória coletiva, o valor cultural da Escola Alfredo Rodrigues e a implementação de projetos padrão no Estado.

No mesmo período em que ocorreu a entrevista do Sr. Oscar houve o contato com membros da Escola Alfredo Rodrigues, em que foi explicado o cunho desse estudo, sendo solicitada visita e entrevistas com funcionários no local. No entanto, essas outras entrevistas não puderam ser realizadas, pois o convite realizado à diretora da instituição à época foi negado. Na ocasião, segundo ela, a escola encontrava-se em um momento complicado e não teria condições de receber os pesquisadores.

Preservação, Abandono e Demolição: Escola Alfredo Rodrigues x Escola Assis Brasil

O Grupo Escolar do Povo Novo⁸, a Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Rodrigues⁹, iniciou suas atividades em 1939 em prédio adaptado ao uso atendendo 106 estudantes. Em 1940 o número de alunos matriculados subiu para 256 e foi necessário o planejamento para a implementação de uma nova edificação escolar (PEREIRA et al., 2011). A escola, localizada na cidade de Rio Grande, foi edificada no ano de 1942

⁷ As Residências da Secretaria de Obras Públicas do Estado eram uma subdivisão da própria secretaria que atuavam atendendo municípios específicos, atualmente são denominadas como Coordenadorias Regionais atendendo em 28 regiões.

⁸ Povo Novo é um distrito de Rio Grande e a história de sua povoação está relacionada à chegada dos açorianos nesse município e sua fuga perante a invasão espanhola de 1763, conformando-se a partir de 1977 (ROCCA, 2009).

⁹ Alfredo Ferreira Rodrigues, intelectual nascido em 1865 no distrito do Povo Novo, atuou como professor, historiador, escritor e revisor (CORRÊA, 2018).



para atender especificamente ao uso educacional. A crescente demanda de alunos requeria ampliações e manutenções para melhorias na qualidade dos ambientes.

No ano de 2007 o prédio da escola foi demolido (Figura 4), pois encontrava-se dentro da área de ampliação da BR - 392. À época a escola atendia 600 alunos e foi desapropriada, de modo que o Governo Federal teve de indenizar o estado do Rio Grande do Sul. As obras para o novo prédio iniciaram em 2018 e nesse período a comunidade escolar utilizou salas improvisadas, construídas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – DNIT (RS.GOV, 2018; MPRS, 2012). Em 2011 a escola atendia em torno de 500 alunos, do ensino infantil ao médio, em três turnos, sendo a maioria dos estudantes do ensino fundamental moradores de regiões próximas.

Oliveira (2016), em sua dissertação de mestrado, utilizando como ferramenta entrevistas semiestruturadas com cinco pessoas dessa comunidade escolar e um grupo focal com seis alunos, aponta que Elza S., entrevistada em 2015, assim comentou: “Fomos desalojados né? Saímos de um lugar que tinha toda uma história sim e se perdeu aquela questão [...]” (p.108), mostrando sua indignação frente às injustiças social e ambiental, originadas pela demolição. A narrativa de Elza enfoca o sentimento de apropriação que tinham em relação à escola e destaca a sua perda. Vários vínculos foram perdidos após a demolição, o que evidencia que a escola era mais do que um edifício, já que carregava memórias afetivas da comunidade.

Pode-se perceber a importância da edificação estudada e sua apropriação pelos alunos e professores, através de representação da escola em desenhos (Figura 5) e nas festividades realizadas, como aniversários da instituição. Na 2ª edição da revista Nos Trilhos da Cultura, elaborada pelo Ponto de Cultura ArtEstação, com a colaboração dos alunos e professores da escola Alfredo Rodrigues, foi relatado que a mãe de um aluno trabalhava como voluntária na biblioteca da escola, o que mostra a apropriação e pertencimento da comunidade com o ambiente de ensino (PEREIRA et al., 2011). Nos documentos cedidos pelo arquiteto Oscar Décio Carneiro durante a entrevista, a diretora à época Maria Jesus Senna Corrêa assim evidencia: “A escola é um espaço de educação e é ao mesmo tempo um ambiente de convívio social e de mais esperança”.

Uma das principais justificativas que possibilitou a demolição da escola Alfredo Rodrigues foi que a Escola Assis Brasil, outra instituição com arquitetura desse mesmo modelo em Rio Grande/RS já havia sido protegida por inventário. De acordo com Sr. Carneiro “[...] a escola do Povo Novo, como era igual a uma outra, eles concluíram: não, já temos uma como exemplo, então essa aí deixa pra lá.”

Figura 4 - Escola Alfredo Rodrigues (E); Demolição da escola (D). Fonte: <http://wp.clicrbs.com.br/riogrande/2011/07/19/escola-do-povo-novo-dara-lugar-a-rodovia/> (E); <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/v/imp-espera-decisao-sobre-obras-na-escola-alfredo-ferreira-rodrigues/2283283/> (D). Acesso: janeiro, 2020.



A Escola Assis Brasil foi fundada na década de 1930, na Rua Juan Llopart, nº 669, com as mesmas características que as demais escolas desse padrão, e no ano de 2004 o prédio foi inventariado pela Prefeitura Municipal de Rio Grande, ficha nº PRS/03-0007.00231. A Escola Assis Brasil foi a escolhida para representar os valores históricos e culturais, sendo que na ocasião de sua preservação, por ficha de inventário, o prédio encontrava-se abandonado (Figura 6).

Apesar de existir a intenção de preservar um modelo de escola com projeto padrão, nota-se que o prédio da Escola Assis Brasil foi escolhido, não por apropriação, e sim por conveniência, já que a Escola Alfredo Rodrigues estava localizada no trajeto da nova estrada.

Sobre a demolição da Escola Alfredo Rodrigues o arquiteto disse: “É, eu lutei contra isso, mas perdi”. Através do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB e do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico ele encaminhou alguns ofícios para a Delegacia de Educação, Associação de Pais e Mestres da escola e Prefeitura Municipal de Educação. Ele comentou que a Prefeitura fez levantamentos de prédios de interesse sociocultural e como já havia um modelo desse tipo de escola preservado não haveria necessidade de dois exemplares (CARNEIRO, 2019), o que mostra a dialética de preservação e abandono.

Na edificação da Escola Alfredo Rodrigues, o arquiteto entrevistado, Sr. Carneiro, participou de obras para melhorias e correções de manifestações patológicas. Sobre o projeto padrão, ele coloca que a SOP projetava uma escola modelo, com variação no número de alunos, que era replicada pelo Estado. Tal procedimento era utilizado pela economia e agilidade de concepção e construção (CARNEIRO, 2019).

[...] a Secretaria de Obras projetava um padrão de escolas, escola, digamos, de três salas de aula, escola de quatro salas de aula, escola de cinco salas de aula. E aí, conforme tinha mais dependências complementares, quer dizer, uma escola de uma sala de aula, só tem a sala de aula, os banheiros, o corredor e o alpendre. Agora, quando já tem duas salas de aula, ela pode ter a sala da diretora, e assim, elas vão se tornando mais complexas (CARNEIRO, 2019).



O Sr. Oscar foi nomeado pela justiça como perito para emitir pareceres técnicos sobre quesitos da obra como manifestações patológicas, defeitos e valor do bem. O entrevistado relatou: “Eu levei meses fazendo um trabalho muito criterioso”, porém o advogado da parte alegou que o arquiteto era considerado suspeito, pois sempre se manifestou a favor da edificação, não podendo permanecer na atribuição (CARNEIRO, 2019).

Os documentos entregues pelo entrevistado apresentavam perguntas e respostas relacionadas ao processo judicial, que era uma tentativa para o impedimento da demolição. Entre elas destaca-se o fato de que no momento que o arquiteto foi questionado se o bloco antigo era inventariado como patrimônio histórico e cultural do município de Rio Grande, ele colocou que não era, porém o mesmo deveria ter sido protegido pelo valor de sua arquitetura e história. Na localidade do Povo Novo existem apenas dois imóveis inventariados: a Igreja Nossa Senhora das Necessidades e o prédio municipal da Coordenadoria do Povo Novo (Figura 7).

Nos documentos processuais apresentados pelo Sr. Carneiro, nota-se que as perguntas foram orientadas de forma a diminuir o valor do prédio da Escola Alfredo Rodrigues, pois questionaram se o prédio atendia às normas vigentes, como dimensões mínimas, qualidade de iluminação, acústica e térmica, e, também, colocava sobre a influência positiva que o viaduto teria na segurança dos alunos. Não se pode esperar que uma edificação construída em 1937 atenda normativas dos anos 2000, porém isso não é fato impeditivo para a atribuição do valor histórico e cultural do patrimônio edificado. O documento expõe que a escola foi indenizada e desapropriada e, mesmo com sua demolição parcial, a instituição continuou a funcionar, porém com a redução no número de alunos.

Dessa maneira, percebe-se que a preservação imposta por um órgão público não determina se uma edificação é apropriada ou não, visto que o processo de apropriação ocorre por um movimento de uso e apego, que consolida a relação entre as pessoas e o ambiente construído.



Figura 7 - Igreja Nossa Senhora das Necessidades (E); coordenaria do Povo Novo (D). Fonte: Ficha de Inventário de Bens Culturais, Prefeitura Municipal de Rio Grande. Acesso em: Abril, 2020

Conclusão

A partir do que foi avaliado e apresentado nesse trabalho, constata-se que a Escola Alfredo Rodrigues e os demais exemplares escolares pertencentes a esse mesmo modelo arquitetônico fizeram parte de um grupo de projetos elaborados para serem edificados no interior do Estado. Tal ação foi uma ferramenta do governo estadual para facilitar o acesso ao ensino público, consequência do novo método pedagógico Escola Nova, se não pelo programa de ensino, pela reprodução das construções.

Essas escolas, por sua função de construírem conhecimento, assim como por servirem de local para encontros sociais, são espaços essenciais para a preservação e transmissão da memória local. Conforme Halbwachs (2004), a interação ocasionada nas relações sociais entre pessoas e lugares deixa marcas mútuas. Dessa maneira, a construção possui o papel de manter viva as lembranças coletivas, como também representa um período histórico e uma nova arquitetura.

Quando se compreende que a memória serve para manter no presente acontecimentos passados, entende-se que a preservação do patrimônio edificado mantém as lembranças vivas, trazendo representatividade e identidade à comunidade. No estudo de caso, observou-se que a demolição da Escola Alfredo Rodrigues não levou em consideração o valor histórico do prédio, apesar das tentativas relatadas pelo entrevistado de impedi-la. O longo período que passou entre a demolição da escola e a construção do prédio provisório evidencia o descaso em relação à história local, fato causador de uma ruptura de identidade nos usuários da edificação.

Percebe-se que, embora haja uma escola semelhante, de mesma data e com o mesmo programa arquitetônico, protegida por lei de inventário, não há uma efetiva valorização cultural do bem, uma vez que o prédio se encontrava abandonado antes mesmo de ser salvaguardado e permanece assim após sua preservação. A Escola Alfredo Rodrigues, com sua função original, desde a década de 1940, foi demolida como se não houvesse relevância histórica e social para este patrimônio.

A partir da edificação escolar analisada nesse trabalho foi possível identificar diferentes representações para o termo abandono. No caso da Escola Alfredo Rodrigues, houve o encerramento das atividades educacionais, o abandono da sociedade e, por fim, a demolição do prédio. Assim, percebe-se que, quando a construção foi apagada, iniciou-se o processo da perda de sua função existencial, provocando o surgimento da

desapropriação do espaço em função do esquecimento. Ressalta-se que a motivação da demolição da escola foi a construção da rodovia BR – 392. Sem questionar a relevância dessa estrada à comunidade do Povo Novo, destaca-se que o espaço escolar, que tinha pertencimento, deu lugar à uma via de transição, com utilização, contudo sem apropriação.

Há, aqui, de se questionar se não haveria outra maneira de traçar a BR – 392, de forma que não impactasse no cotidiano da comunidade escolar. É evidente que ampliação da estrada era necessária, tanto quanto a preservação da memória das pessoas que lá vivem. O resguardo desses exemplares escolares é fundamental, pois representam, de maneira simbólica, a cultura da região.

Referências

AZEVEDO, Giselle A. N.; BASTOS, Leopoldo. E. G.; BLOWER, Héliide. S. Escolas de ontem, educação hoje: é possível atualizar usos em projetos padronizados? In: *III Seminário Projetar*, Porto Alegre, RS, 2007. 17 p. (Anais eletrônicos). Disponível em: <http://www.gae.fau.ufrj.br/assets/escola_ontem_edu_hj_gana_leo_hsb.pdf>. Acesso em: set. 2018.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson P. *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas 1893-1971*. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2002.

CABRAL, Lisiê K. *Arquitetura Art Déco nas escolas do Rio Grande do Sul no período do Estado Novo (1930-1950)*. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/UFPel, 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1NuYxIDsqktLj8lgxR3bgZCJsFj2ymoYQ/view>>.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Oscar D. *Depoimento*. Entrevistadores: Lisiê Kremer Cabral e José Henrique Carlúcio Cordeiro. Rio Grande: Casa de Oscar Décio Carneiro (1h11min). dia 27 de agosto de 2019.

CORRÊA, Gilson. Alfredo Ferreira Rodrigues, um grande literato e historiador rio-grandino. *Blog liberdade poética – letras livres*. Rio Grande: 24. ago. 2018. Disponível em: <<http://letras-livres.blogspot.com/2018/08/alfredo-ferreira-rodrigues-um-grande.html>> Acesso em: jan. 2020.

CORREIA, Telma B. O Art Déco na Arquitetura Brasileira. *Revista UFG*, Dossiê Art Déco, Ano XII nº8, Goiás, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48295/23636>>. Acesso em: mai. 2018.

CRUZ, José B. A.; CARVALHO, Lúcia. *São Paulo 450ª anos: a escola e a cidade, projeto pedagógico CEDAC*. São Paulo: Secretária Municipal de Educação/BEI, 2004.

ERMEL, Tatiane F. *Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)*. Doutorado em Educação/PUCRS, 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7337#preview-link0>>. Acesso em: mai. 2018.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 44, jan./jun. 2012.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura y Urbanismo em Iberoamérica*. Madrid: Cátedra, Grupo Anaya, S.A., 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

KOWALTOWSKI, Doris C.C.K. *Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino*. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

LUCHESE, Ticiane A.; KREUTZ, Lúcio. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da região colonial italiana, Rio Grande do Sul. *Revista brasileira de educação*. vol.12, nº 2 (29). São Paulo, 2012. p. 45-76. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/viewFile/38787/20316>>. Acesso em: mai. 2018.

LUCHESE, Ticiane A. Institucionalização dos colégios elementares do Rio Grande do Sul (1909-1927): 'novo' modelo de escola primária? *Revista Intersaberes*. vol.11, nº 22, 2016. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1002/558>>. Acesso em: mai. 2018.

MPRS, 2012. Ministério Público Do Estado do Rio Grande do Sul. *Rio Grande: Escola demolida para a construção de estrada deverá ser reconstruída*. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/30785/>> Acesso em: jan. 2020.

NASCIMENTO, Mario Fernando P. *Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante*. Mestrado em arquitetura/USP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19062012-122428/pt-br.php>>. Acesso em: abr. 2018.

OLIVEIRA, Fabiana V. *Arquitetura escolar paulista nos anos 30*. Mestrado em arquitetura/USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20052010-152808/pt-br.php>>. Acesso em: abr. 2018.

OLIVEIRA, Cleiton L. F. de. *No meio do caminho tinha uma escola: Educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR – 392 no extremo Sul do Brasil*. Mestrado em educação ambiental/FURG, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011303.pdf>> Acesso em: jan. 2020.

PEREIRA, Célia et al. *ArtEstação nos Trilhos da Cultura*. Ano 2. 2º ed. Cassino, Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/celiamariapereira/docs/revista_nos_trilhos_2> Acesso em: jan. 2020.

ROCCA, Luisa D. *Açorianos no Rio Grande do Sul: Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17918>> Acesso em: mai. 2020.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. *Letras Escreve*. v. 7, nº. 4, 2017. Seção livre de artigos de literatura teórica e/ou aplicada. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/>>

[article/view/4071](#)> Acesso em: jun. 2019.

RS.GOV, 2018. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Governo anuncia obra aguardada há 10 anos em escola de Rio Grande*. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/governo-anuncia-obra-aguardada-ha-10-anos-em-escola-de-rio-grande>> Acesso em: jan. 2020.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Universidade de São Paulo, acadêmica 21, 1997.

SOUZA, Cristiéle S. O patrimônio documental da igreja: entre os documentos oficiais e os “escritos autorreferenciais”. In: MICHELON, Francisca F.; MACHADO Júnior, Cláudio; GONZÁLEZ, Ana (org.). *Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SPERBER, Dan. *La contagion des idées*. Paris : Odile Jacob, 1996.

WEIMER, Gunter. *Arquitetos e Construtores no RS 1892-1945*. Santa Maria: UFSM, 2004.

RESTAURAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO CENTRAL, PELOTAS/RS

Uma necessária reflexão sobre a interdisciplinaridade

*RESTORATION OF CENTRAL PUBLIC
MARKET OF PELOTAS/RS
A necessary reflection about interdisciplinarity*

Jorge Luiz de Oliveira Viana¹

Resumo

A partir da restauração do Mercado Público Central de Pelotas/RS, Edital para Concorrência nº 02/2008, há um bom exemplo para pensar a restauração de uma edificação histórica, de grande significância material e imaterial, com primazia ao aspecto arquitetônico. Juntos, o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conceberam e executaram o projeto sem considerar o trabalho arqueológico cabível e, também, sem os estudos antropológicos necessários para identificar e interpretar as representações culturais na área. Portanto, esse ensaio propõe, mais do que apresentar as atividades contingenciadas da Arqueologia e Antropologia, chamar a atenção para a dimensão participativa dessas disciplinas no desenvolvimento de projetos arquitetônicos para restauração ou revitalização. Conclui-se que esta é uma proposta desafiadora e urgente para que a academia adeque seus planos de ensino à interdisciplinaridade, para que no futuro tenhamos profissionais atuando numa perspectiva ampliada da significância cultural.

Palavras-chave: arquitetura, antropologia, arqueologia, patrimônio histórico.

Abstract

From the restoration of the Mercado Público Central de Pelotas/RS (Central Public Market of Pelotas/RS), Public Notice for Competition nº 02/2008, we had a good example of the thinking the restoration of a historic building, of great material and immaterial significance, with primacy to the architectural aspect. Together, the Ministério da Cultura (Ministry of Culture) and the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (National Institute of Historic and Artistic Heritage), conceived and implemented the project without considering the appropriate Archaeological, work and, also, without the anthropological studies necessary to identify and interpret the cultural representations in the area. Therefore, this essay proposes, more than presenting the contingent activities of Archaeology and Antropology, to draw attention to the participatory dimension of these disciplines in the development of architectural projects for restoration or revitalization. It concludes that it's a challenging and urgent proposal for the academy to adapt its teaching plans to interdisciplinarity, so that in the future we have professionals working in an expanded perspective of cultural significance.

Keywords: architecture, anthropology, arqueology, historical heritage.

¹ Mestrando em Antropologia na Área de Concentração em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação (UFPel), Licenciado em História (UFPel/1995), pesquisador associado do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/ICH/UFPel). Servidor Público Federal do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

O trabalho pretende uma reflexão, a partir de um estudo de caso, para demonstrar a necessidade das atuações conjuntas e interdisciplinares da Arquitetura, Antropologia e Arqueologia, para promoção dos trabalhos de restauração ou revitalização de prédios históricos urbanos.

O artigo interpela para o enfoque epistemológico que, em ocasiões de semelhante natureza, como o desse estudo de caso, deva-se envolver as áreas de Arquitetura, Antropologia e Arqueologia, pois a “interdisciplinaridade como a possibilidade de intercâmbio mútuo e a integração recíproca entre várias ciências” (PIAGET, 1973, p. 52) redundaria num projeto potente, com significados mais abrangentes da materialidade, pessoas e coletivos.

Esse estudo de caso faz parte de uma investigação empírica a respeito da pretendida restauração do Mercado Público Central de Pelotas/RS. Assim, examina-se o Edital de 2008, desde a sua elaboração, o do projeto e a finalização da obra a qual pode-se chamar de revitalização.

O documento inaugural do projeto foi o *Edital para Concorrência nº 02/2008 - Prefeitura Municipal de Pelotas/Programa BIC/ Monumenta como Restauração do Mercado Público Central, - Pelotas/RS* e objetivo desse artigo é discutir o propósito das modificações, cabe uma breve distinção entre restauração e o que de fato ocorreu no âmbito da revitalização.

Resumidamente é possível definir restauração arquitetônica como:

A restauração das edificações visa reconstituir o contexto autêntico da obra, privilegiando o produto, sem perder seus legítimos traços arquitetônicos ou cometer um falso histórico que possa anular as linhas da passagem do tempo sobre a obra. O restauro arquitetônico pode ser compreendido nos mais diversos contextos. A junção de todo o conjunto que a conecta a um determinado local sem prejudicar a leitura, o significado e a origem da edificação. Todavia, a restauração arquitetônica só alcançará o seu êxito se os estudos históricos de reconhecimento da estrutura arquitetônica forem empregados cuidadosamente e criteriosamente (ZANDONAI; FERREIRA, 2017, p. 1).

Sobre a revitalização, palavra mormente utilizada na época das obras em 2008, pode-se considerar:

Revitalização como uma prática projetual ou um processo socioespacial liderado estrategicamente por determinados grupos associados ao planejamento urbano contemporâneo. A estruturação da cidade contemporânea depende, de acordo com Meyer (2000), de grandes projetos urbanos estratégicos. O valor estratégico de tais projetos está subordinado, segundo a autora, à sua capacidade de provocar transformações significativas no espaço metropolitano, aumentando seu poder de atratividade e influência. Mais do que simplesmente melhorias urbanas pontuais e específicas, o planejamento urbano contemporâneo se revela, na intencionalidade de seus defensores, como um instrumento capaz de promover a agregação do território metropolitano e de organizar os fluxos que evitam a dispersão funcional e espacial (SOTRATTI, 2015, on-line).

Isto posto, cabe uma breve consideração sobre o *Edital para Concorrência 02/2008*. O referido edital foi lançado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, sob a responsabilidade jurídica da Presidenta da Comissão de Licitações em consonância com o Secretário Municipal de Administração e Finanças, teve financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Contrato de Empréstimo n. 1.200/OC - BR) em apoio ao Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta. O Monumenta foi concebido para ser executado por intermédio do Ministério da Cultura (MINC), que implementou o Programa com a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Estados, Municípios e do setor Privado. Este foi aprovado pelo Senado Federal através da Resolução n.º 56, de 05/12/1999, publicado no Diário Oficial n.º 213 de 08/11/1999.

A participação interdisciplinar nas intervenções ocorridas no Mercado Público Central de Pelotas em 2009 e 2010, passam obrigatoriamente pelo projeto desenvolvido pelo Escritório Técnico da Secretaria Municipal da Cultura de Pelotas (SECULT) conforme Rubira (2014), e por uma sumária análise do edital, no qual conste na sua apresentação ao MINC identificado como *Órgão Executor* e participação do IPHAN. Como referido, estiveram presentes as instituições competentes para as devidas ações protecionistas mas, sem qualquer ressalva à natureza jurídica desempenhada pelo poder público municipal, identificando que o propósito foi restritivo quanto a concepção de uma *restauração* de uma edificação construída entre 1847 e 1853, tombada pelo município em 1979, com elementos arquitetônicos neoclássico e grande significação para a população da cidade, talvez apoiado no *Ato discricionário*.²

No Edital 02/2008 consta no parágrafo 1. *DO OBJETO* o que segue:

1.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a execução das obras de RESTAURAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO CENTRAL, situado no Largo Edmar Fetter, s/ nº, na cidade de Pelotas, RS, devidamente descritas no Projeto Executivo, conforme Anexo 14, que passa a fazer parte integrante deste Edital independente de transcrição (PELOTAS, 2008, p. 3).

Ou seja, nenhuma menção no *objetivo* nem no restante do edital, que por sua vez atende ao projeto técnico da SECULT, indicou a complexificação do que deveria tratar a restauração de um contexto de grande significação para a população de Pelotas. O que de fato ocorreu foi um projeto, e depois a execução, de uma concepção de revitalização, aliás tão presente em tempos recentes. Resumidamente foram restauradas as fachadas e algumas vigas de sustentação de metal originais, enquanto o interior construtivo e áreas de uso e circulação foram remodelados.

Apartir desta breve consideração sobre os encaminhamentos técnicos para a realização das obras, crítico o caminho discricionário e a desconsideração das histórias de vida, das interações sociais, dos simbolismos e das pessoas que usavam o Mercado Público Central de Pelotas e seu entorno e, também, a cultura material e elementos construtivos em subsuperfície.

Ao pensar uma interferência de restauração, ou mesmo de revitalização, em uma construção histórica com tão grande significado, os arquitetos e as arquitetas e suas instituições deveriam ater-se nos seus projetos, e por conseguinte nos editais de intervenções arquitetônicas, às concepções interdisciplinares com a Antropologia e

² Ato discricionário é aquele praticado com liberdade de escolha de seu conteúdo, do seu destinatário, tendo em vista a conveniência e a oportunidade de sua realização.

Arqueologia.

Arquitetura

O trabalho de revitalização desenvolvido no Mercado Público Central, deve ser inserido no âmbito da *requalificação urbana* difundida nos anos 1980. Ao ser concebido por essa ótica pressupõe a valorização ambiental e funções urbanas e, por conseguinte, a substituição, mesmo que parcial, da população original, ou seja, comerciantes, consumidores, circulantes, todos aqueles com qualquer grau de pertencimento com o espaço.

Mesmo que considerem os objetivos principais da requalificação urbana, ocasionalmente é possível a deparação com embates que ocorrem com diferentes grupos envolvidos neste processo como, população original, poder público, empresas, políticos e outros. No entanto, no caso do Mercado Público Central a condução do município e seus técnicos, incluindo a omissão do IPHAN, foi de tal forma gerida, que foram mínimos os contra-argumentos e sem a dimensão participativa que o trabalho exigia.

Não pretendo ousar críticas sobre a restauração das fachadas externas do prédio, pelo contrário, segundo algumas avaliações de profissionais foram qualificadas, mas sim a falta da dimensão participativa que identificasse e interpretasse as representações culturais que entrelaçavam o Mercado Público Central e seu entorno. Tal dimensão provavelmente teria *melhor conduzido* o assentamento do Bará no ponto central da edificação, como mostrou a pesquisa acadêmica da antropóloga Rosane Rubert (*apud* Avila, 2017, p. 49), ou ainda, projetar melhores pontos de instalação de algumas das colunas de metal, que não sobre evidência arqueológica de dutos, como mostraram o arqueólogo Fábio Cerqueira e a arqueóloga Luciana Peixoto (2010).

Antropologia

O espaço público do Mercado mudou, como diz Xavier (2016):

O Mercado não voltou a ser como era antes, ele tornou-se um espaço de sociabilidade destinado sobretudo a atividades culturais, de entretenimento e de lazer, além do comércio. No seu exterior, diferentemente do que ocorria antes da revitalização, o Mercado passou a ser frequentado também à noite, especialmente nos bares e restaurantes, instalados principalmente na frente norte do Mercado, voltados para o Largo (XAVIER, 2016, p. 6).

O trabalho prévio dos antropólogos das antropólogas caberia, por exemplo, à investigação de possíveis e quais espécies de exclusões sociais ou segregações poderiam ocorrer no interior e entorno do Mercado, se haveria uma *gentrificação* do local ou perda da identidade e do sentimento de pertencimento por parte dos ocupantes e sociedade em geral, como bem explicitou Xavier (2016).

A referida restauração, na verdade concebida pela ótica da revitalização, tratou de uma renovação do espaço urbano com remoção e substituição da população original e, por conseguinte, com impactos sociais e políticos significativos. No caso em questão deveriam ter sido considerados previamente os/as antropólogos/as. Para refletir:

Uma operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, orientada por objectivos estratégicos de desenvolvimento

urbano, em que as acções de natureza material são concebidas de forma integrada e activamente combinada na sua execução com intervenções de natureza social e económica. (DGOTDU 2008, p. 63, apud SILVA, 2011, p.49).

Embora a disciplina Etnoarqueologia esteja habilitada para estudos etnográficos no âmbito da Arqueologia, caberia a Antropologia, conceitualmente e metodologicamente consolidada e rigorosa, ter atuado previamente em trabalho de campo, no terreno onde se produz o sociocultural, no cenário das relações sociais, das práticas, das trocas entre as pessoas de uma comunidade (SILVA, 2008).

Conforme o Protocolo de Brasília:

Ao longo desses dois séculos, o desenvolvimento disciplinar centrou-se nas atividades de campo, refinando técnicas e procedimentos para se estabelecer interação adequada com os sujeitos envolvidos na pesquisa, no intuito de produzir dados qualitativos e quantitativos relevantes para a análise científica (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2015, p. 20).

Quando na concepção do projeto arquitetônico, elaborado pelo município e com o mínimo debate público e de interlocuções, deveriam ter considerado que o/a antropólogo/a atuariam onde se produz o sociocultural, atendo e envolvendo a comunidade, acrescentando com aspectos da cultura humana, como as histórias, o cotidiano e práticas.

Certamente um/a antropólogo/a teria envidado uma pesquisa, provavelmente qualitativa, sobre o assentamento de Bará na encruzilhada³ do Mercado, antecipando-se ao conflito ocorrido posteriormente.

Dentre os inúmeros significados e pertencimento cabe ressaltar os da matriz africana, como escreveu Avila (2017, p. 52) “O mercado como um espaço físico que carrega a dimensão da sagrada da visão de mundo da matriz africana através da finalização do processo iniciático”.

Arqueologia

No transcorrer da obra, em meados de novembro de 2009, o surgimento de estruturas e pisos antigos chamou a atenção da Prefeitura Municipal, responsável pela fiscalização da obra, para a necessidade de consultoria arqueológica. O primeiro contato foi feito com o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) da Universidade Federal de Pelotas através do seu coordenador Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira⁴.

Após vistoria na área do Mercado, o arqueólogo Fábio Cerqueira informou ao IPHAN, que pelo estágio avançado das obras o projeto arqueológico adequado não poderia ser desenvolvido na íntegra, restando um acompanhamento de obras com algumas intervenções⁵.

³ Encruzilhada, um conceito mítico e estrutural da visão de mundo africano que nos permite problematizar encontros e desencontros das distintas formas de organização negra em território brasileiro” (AVILA, 2017, p. 44).

⁴ Dados obtidos por informação verbal.

⁵ Idem.

A participação da Arqueologia nas atividades no Mercado Público Central aconteceram concomitantemente ao tempo das obras. A responsabilidade técnica pelo trabalho, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), registrado sob número de processo 01512.000083/2002-08, foi do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL). O projeto contou com a autorização oficial do IPHAN através da Portaria N° 13, de 22 de dezembro de 2009. A coordenação foi da arqueóloga Luciana da Silva Peixoto e do arqueólogo Fábio Vergara Cerqueira.

A execução deste trabalho contou com a parceria, para execução, do Instituto de Memória e Patrimônio. Cabe ressaltar que a empresa Marsou Engenharia argumentou não ter previsão orçamentária compatível para custear devidamente o trabalho arqueológico.

Conforme Cerqueira e Peixoto (2010):

O Projeto foi realizado no período de dezembro de 2009 a março de 2010 e se constituiu basicamente no acompanhamento das obras, com ênfase na execução dos projetos complementares no que se refere especificamente à abertura das valas para instalação dos sistemas hidráulico, elétrico, cloacal e de gás, assim como na remoção dos pisos. Também foram realizadas prospecções na cobertura e nas paredes das lojas externas (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 13).

Na época de elaboração do projeto haviam vários trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, no âmbito da Arqueologia histórica urbana, como Zarankin (199; 2002; 2003) e Tirello (2007). As metodologias arqueológicas para o caso em questão deveriam ter sido intimamente ligadas ao objetivo da pesquisa, isto é, deveriam ter sido estruturadas e aplicadas de modo que possibilitasse os resultados necessários ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, relacionadas à Arqueologia de Restauração, ou seja, aos métodos aplicados em pesquisas arqueológicas realizadas nos projetos de restauração de bens culturais.

O Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração, produzido pelo IPHAN, na intenção de orientar e regularizar a pesquisa arqueológica apresentava dois modelos aplicáveis aos projetos de restauração: 1) pesquisa arqueológica como instrumento, subjugada ao trabalho do Arquiteto, produtora de conhecimento pragmático relacionado às necessidades da restauração e; 2) pesquisa arqueológica como produtora de conhecimento científico *strito sensu*, construtora de modelos explicativos da realidade social relacionada àquele bem (IPHAN, 2002). No entanto, o IPHAN recomenda que houvesse uma associação entre os dois modelos e sugeria uma sequência de três etapas para a realização da pesquisa arqueológica (IPHAN, 2002, p.19) (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 23).

Sem o planejamento prévio, com as obras em andamento, um prazo exíguo e aporte financeiro insuficiente, foi aplicada a estratégia metodológica:

- Revisão bibliográfica
- Pesquisa de campo
 - levantamento topográfico geral;
 - acompanhamento das obras;
 - sondagens com controle por níveis artificiais - escavação;

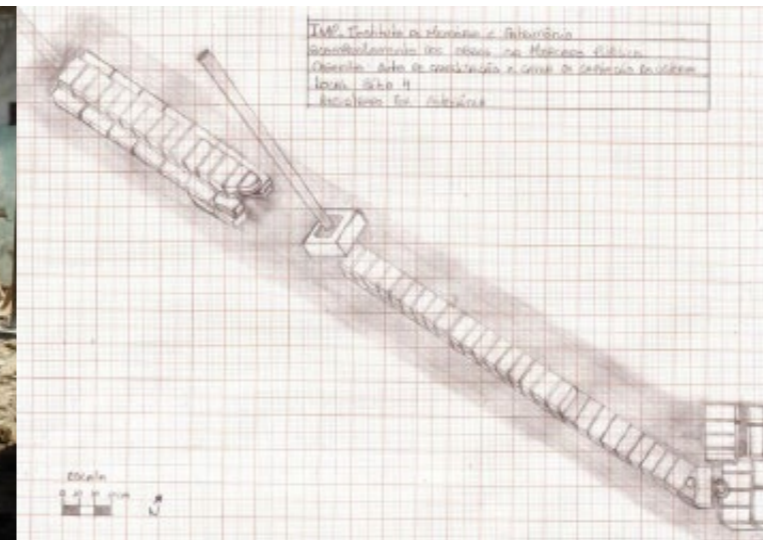


Figura 1 - Interior do Mercado em dezembro de 2009. Fonte: CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 36. Figura 2 - Trabalho da Marsou em desenvolvimento em dezembro de 2009. Fonte: CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 39.

- prospecção parietal;
 - prospecção da estrutura da cisterna;
- Análise de dados (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 24).

Em dezembro de 2009 já tinha havido grande remoção das estruturas internas e, também, vários cortes estratigráficos para fundações (sapatas) (Figs. 1 e 2).

Este trabalho não pretende e nem deve descrever o desenvolvimento da pesquisa arqueológica (campo e laboratório), no entanto, apenas indicar, que além da cultura material resgatada nas intervenções subsuperficiais, foram evidenciadas escaíolas, antiga cobertura na forma de abóbodas de alvenaria, diferentes pisos de ladrilhos e dutos de canalização de água para abastecimento da cisterna. Os dutos foram construídos com tijolos cerâmicos (Fig. 3), medindo na sua maioria 32cm de largura, 15cm de comprimento e 6cm de espessura, rejuntados com argamassa de areia, cal e aglomerante cimentício.

Durante as nossas atividades, pesquisas da equipe de Arqueologia analisaram o TCC de Guilherme Bruno (2006) no qual estava projetada uma cisterna que, em campo, foi localizada. Assim como os dutos, a cisterna era desconhecida pelos responsáveis do trabalho arquitetônico.

A participação da Arqueologia também evitou um possível acidente com um dos trabalhadores da construtora, quando este ao tentar romper uma base sólida com um martelo foi avisado por um dos arqueólogos que se tratava da cúpula da cisterna. Por falta de conhecimento mínimo do subsolo algumas bases de concreto (sapata), projetadas para fixação de colunas de metal, foram trocadas de lugar por exigência da Arqueologia para a preservação dos dutos de canalização para a cisterna (Fig. 4). Estas duas informações mostraram o total desconhecimento da cota negativa, ou seja, do solo.

A hipótese construída, sem a possibilidade de confirmação em decorrência da emergência do trabalho, foi de que os doze dutos canalizavam a captação da água da chuva, direcionando para a cisterna.

O conjunto de informações obtido pelas prospecções dos dutos de canalização nos proporcionou formular a hipótese de que o sistema de captação de água da cisterna seria formado por 12 dutos, distribuídos em quatro grupos de três, conforme mostra a Figura 05. A água da chuva chegaria às caixas da captação, através de canos localizados abaixo dos pilares entre os arcos do avarandado externo. A partir da

simulação gráfico-digital do interior do Mercado, feita pelo arquiteto Guilherme Bruno (2006) em consonância com as evidências arqueológicas, foi realizada uma projeção da localização do sistema subterrâneo de captação e canalização de água da cisterna.

No âmbito da Arqueologia histórica consideram Senatore e Zarankin (2002, p.9) que um dos pontos de fundamental importância para a “compreensão da sociedade moderna são as mudanças no uso da cultura material, pois a cultura material não tem significado por si mesma, e só adquire uma dimensão ativa e ideológica dentro de um sistema cultural determinado”.

Para dar significado a esta cultura material é necessário que o/a arqueólogo/a, em sua análise, busque as conexões históricas que forneçam o contexto dentro do qual seja possível interpretar, a partir da cultura material, as mudanças nas práticas sociais. Pressuposto teórico que os/as arqueólogos/as envolvidas não puderam atingir, não por negligência mas pelo contingenciamento financeiro, o exíguo cronograma e as péssimas condições de trabalho.

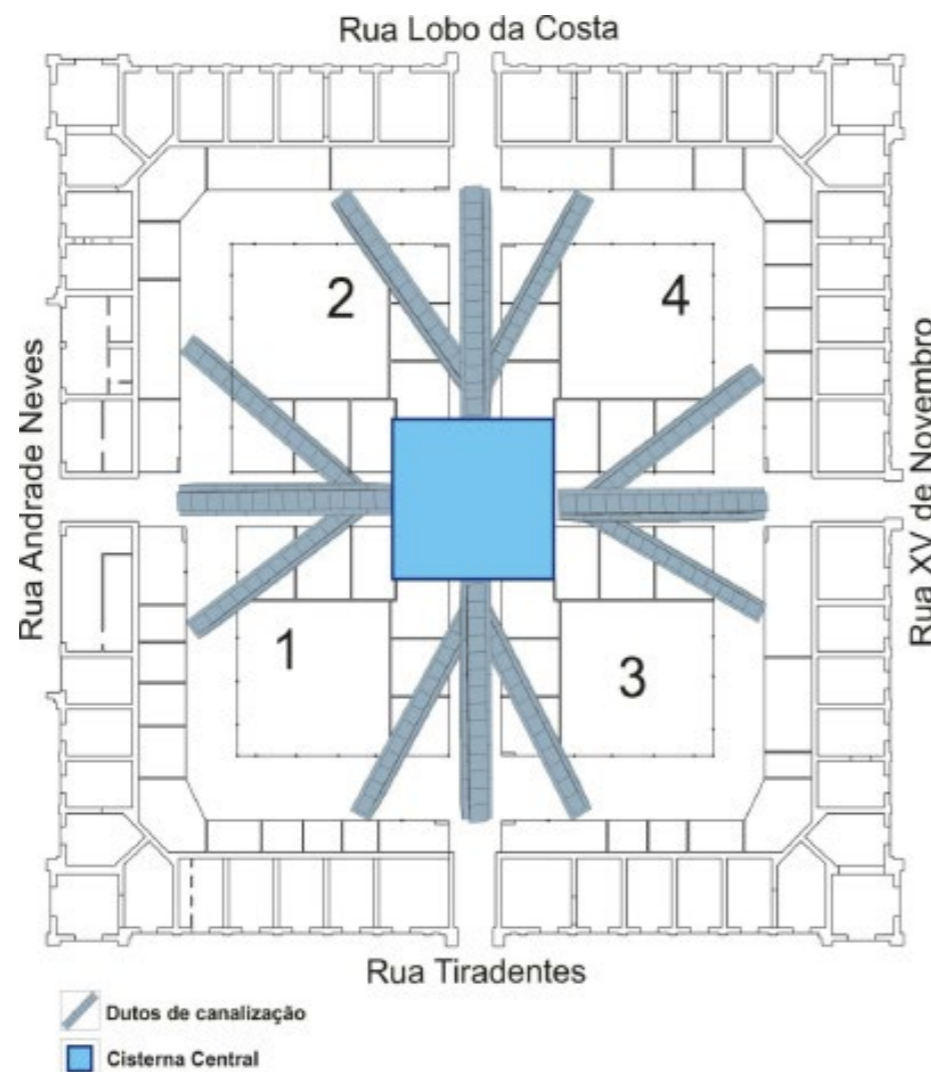
Considerações finais

Sem querer aprofundar-me no texto de Estévez Brais (2021) - *Fugitividade na cidade patrimonial: a Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador, Bahia* - preciso coadunar com aspectos de sua conclusão, quando considera a distinção entre *policy* (política pública) e *planning* (planejamento) de Harney e Moten (2013). As práticas adotadas na concepção das intervenções no Mercado Público Central, caracterizo como política pública e ausência do planejamento cabível, e considero definitiva a distinção apresentada por Brais (2021):

A política pública opera através da delegação-expropriação forçada de inteligências. O planejamento, pelo contrário, assume que as pessoas já estão pensando e agindo por si mesmas e, aliás, que a vida intelectual já está em ação ao nosso redor, incrustada em uma infinidade de práticas. (BRAIS, 2021, p. 15).

Resguardadas as especificidades da Arquitetura, Antropologia e Arqueologia, os três códigos disciplinam parâmetros éticos para as atuações dos profissionais e *dispõe*, para além dos aspectos legais, *orientações profissionais sobre os objetos, pessoas e coletivos pesquisados*. Nesta síntese bastante pretenciosa, ressalto que os três

Figura 3 - Desenho de campo de parte de um duto entre 0,70m e 0,80 de profundidade. Fonte: CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 115. Figura 4 - Parte de um duto evidenciada no trabalho de escavação. Fonte: CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 109.



códigos de ética⁶ promulgam o comprometimento dos/as pesquisadores/as com o patrimônio material e imaterial.

Tim Ingold (2022), no seu livro *Fazer - Antropologia, Arqueologia, Arte e Arquitetura*, conhecido como *Os quatro Âs*, incluindo a Arte numa inter-relação de estudos de diferentes períodos da história, vou me valer da sua afirmação para o contexto que tento explorar neste texto, que “a antropologia e arqueologia há muito têm sido vistas como disciplinas irmãs, mesmo que nem sempre tenha se mantido um bom diálogo”, e prosseguindo:

Em certo sentido, suponho, os arquitetos e arqueólogos poderiam ser vistos como similares nos seus procedimentos, mas opostos temporalmente: afinal, o próprio instrumento comum – a colher de pedreiro – que o construtor usa para fabricar as formas arquitetônicas do futuro é usado pelo arqueólogo na escavação de um sítio, para revelar as formas do passado (INGOLD, 2022, p. 28).

Para que esta interdisciplinaridade venha a ocorrer, precisamos construir formalizações que balizem os procedimentos de gestores e técnicos das diferentes instâncias administrativas (Município, Estado e Ministérios Federais), e proporcionar formações

⁶ Código de Ética e Disciplina de Arquitetura e Urbanismo do CAU/BR, 2015; Código de Ética da Arqueologia Brasileira - SAB, 2015; Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga - ABA, 2012.

profissionais sensíveis ao trabalho conjunto. Isto só poderá emergir na academia por inter-relações curriculares, neste caso em questão, dos cursos de Arquitetura, de Antropologia e de Arqueologia.

Vejo como necessária que a academia, através dos cursos referidos, parta, por exemplo, do que diz Evelina Grunberg (2000, p. 160) “A cultura é um processo de socialização, onde o indivíduo pertence a um grupo e aprende sua dinâmica, agregando conhecimento e formando sua identidade”, e:

A cultura se identifica nos produtos, materiais e imateriais, e nas formas em que cada povo os usa, nos costumes, nas tradições, nas crenças, na organização social, nas manifestações artísticas, nos processos históricos e nas atividades científicas e tecnológicas (GRUNBERG, 2000, p.160).

Por fim, para o futuro é necessário integrar os diferentes dados contributivos das três ciências, para se produzir uma visãoêmica, múltipla, heterogênea do passado e das representações deste passado no presente.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Protocolo de Brasília: Laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2015.

AVILA, Carla Silva. Encruzilhadas da Negra Pelotas: a interface da religião e política nas lutas negras pelotenses. *Pixo: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, Pelotas, v. 1, n. 3, p. 44- 53, primavera de 2017.

BRAIS, Estévez. Fugividade na cidade patrimonial: a Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador, Bahia. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo*, v. 4, n. 15, p. 1-18, 2021.

BRUNO, Guilherme Rodrigues. *A representação histórica do Mercado Central de Pelotas através da simulação gráfico-digital*. 2006. Monografia (Especialização em Gráfica Digital) - Departamento de Desenho Técnico e Gráfica Computacional, Universidade Federal de Pelotas.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; PEIXOTO, Luciana da Silva. *Relatório Projeto de salvamento e acompanhamento arqueológico na obra de restauro do Mercado Público de Pelotas - Relatório Final*. Portaria n.13. de dezembro de 2009, Pelotas.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; PEIXOTO, Luciana da Silva.. *Mercado Público Central*. Entrevista concedida a Jorge Luiz de Oliveira Viana (informação verbal) 2009.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). *Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil*, 2017.

GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. *Cadernos do Centro de Organização do Oeste (CEOM)*, v. 14, n. 12, p. 159-180, 2000.

INGOLD, Tim. *Fazer: Antropologia, Arqueologia, Arte e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2022.

NAJJAR, Rosana; DUARTE, Maria Cristina Coelho. Manual de Arqueologia histórica em projetos de restauração. Distrito Federal: IPHAN/Programa Monumenta, 2002.

PELOTAS (RS). *Edital para concorrência Nº 02/2008 - Restauração do Mercado Público Central, Largo Edmar Fetter s/nº Pelotas/RS. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID Contrato de Empréstimo nº 1200/OC-BR*, Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria Municipal de Administração e Finanças/Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio, Pelotas, n. 02, p.1-25.

PIAGET, Jean. *Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns*. Lisboa: Bertrand, 1973.

SENATORE, Maria Ximena; ZARANKIN, Andrés (orgs.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos e Práticas. Colección Científica*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002.

SILVA, Ana Marina Ribeiro. *Requalificação urbana. O exemplo da intervenção Polis em Leiria*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia, especialidade em Ordenamento do Território e Desenvolvimento) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

SILVA, Gláucia; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de [et al.]. Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. In: SILVA, Gláucia (org.). *Anais da Oficina da Associação Brasileira de Antropologia*. Campus do Gragoatá: Universidade Federal Fluminense, p. 45-82, maio de 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTHROPOLOGIA (ABA). *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga*. Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012.

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB). *Código de Ética*, 2015.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

XAVIER, Ana Estela Vaz. A Revitalização do Mercado Público de Pelotas e sua Ressignificação Social. In.: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. Porto Alegre, 2016, p. 1-21.

ZANDONAI, Vanessa Mara; FERREIRA, Anderson Saccol. O Desafio do arquiteto frente as necessidades do restauro arquitetônico. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Xanxerê*. Joaçaba, v. 2 p. 1-3, 2017.

AVALIAÇÃO DA DEGRADAÇÃO DE FACHADAS ATRAVÉS DE IMAGENS DO STREET VIEW Edificações Históricas de Santo Ângelo

*EVALUATION OF FRONTAGE DEGRADATION
THROUGH STREET VIEW IMAGES
Historic Buildings of Santo Ângelo*

**Fernanda Pasqualotti¹,
Mauren Aurich² e Ariela da Silva Torres³**

Resumo

Santo Ângelo é conhecida por suas tradições, devido à diversidade étnica e cultural dos povos que ali se estabeleceram há aproximadamente três centenas atrás. No entanto, apesar do interesse cultural gerado por seus prédios históricos, existem vários sem manutenção, demonstrando a ausência de preocupação com a preservação do patrimônio. As fachadas das edificações deterioram-se devido ao envelhecimento natural e, os métodos existentes para avaliar essa degradação utilizam fotos das edificações. Além das fotos feitas *in loco*, elas também podem ser obtidas através do *Street View*. O objetivo deste estudo é avaliar a aplicabilidade das imagens adquiridas através do *Street View* nos métodos Mapa de Danos e Mensuração de Degradação. O estudo observou que as imagens obtidas pelo *Street View* não possuem qualidade suficiente para serem aplicadas. Entretanto, através dele, foi possível criar uma linha do tempo de degradação, observando-se que, com uma manutenção inadequada, há um aumento na intensidade das manifestações patológicas.

Palavras-chave: manifestação patológica, Mapa de Danos, MMD, tecnologia na arquitetura, *Street View*.

Abstract

Santo Ângelo is known for its traditions, due to the ethnic and cultural diversity of the people who settled there three hundred years ago. However, despite the cultural interest created by its historic buildings, there are several ones without maintenance, demonstrating the absence of concern with heritage preservation. The facades of buildings deteriorate due to natural aging of elements and the existing methods to evaluate the degradation evolution apply photos of the facades. In addition to the photos taken in loco, they can also be obtained through Street View. The aim of this study is to evaluate the applicability of the images acquired through Street View in the Damage Map and the Degradation Measurement methods. The study observed that images obtained by Street View do not have enough quality to be applied. However, through it, it was possible to create a degradation timeline, noting that, with inadequate maintenance there is an increase in the pathological manifestations' intensity.

1 Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Engenheira Civil pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

2 Doutora em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Engenheira Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

3 Doutora e Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Engenheira Civil pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Keywords: pathological manifestation, Damage Map, MMD, architecture technology, Street View.

Introdução

A Região dos Sete Povos das Missões fica localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul e está relacionada à construção das Reduções Jesuíticas-Guaranis dos séculos XVI e XVII (SCHERER, 2019). A Região das Missões é caracterizada pelas disputas territoriais que existiram entre portugueses e espanhóis, tendo início no século XVI, quando Jesuítas ligados à Coroa espanhola, com intuito de conquistar as terras até então ocupadas por nativos indígenas e, diante da resistência imposta por estes, criaram um projeto de evangelização, conhecido como Missão. O projeto baseava-se na criação de reduções, que eram aldeamentos povoados por nativos de diversas etnias, em predominância a Guarani, tinham como objetivo a criação de barreiras vivas na tentativa de conter o avanço da colonização portuguesa na região (BRITO; ESPASANDIN, 2019).

Os séculos XVI e XVII foram caracterizados pelo avanço das reduções jesuíticas, com a fundação das primeiras cidades na Região das Missões por jesuítas do Paraguai, assim como religiosos e bispos católicos na América do Sul. Os padres jesuítas fundaram com os índios trinta reduções, hoje, além do Brasil, esse território abrange também o Uruguai, Paraguai e a Argentina (BRITO; ESPASANDIN, 2019). Dentre os denominados trinta povos, sete se instalaram em território brasileiro e foram posteriormente denominados de Sete Povos das Missões, estando entre eles os povoados missionários de São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706) (SCHERER, 2019).

Com as consequentes disputas pelos limites territoriais entre as colônias portuguesa e espanhola, pelos tratados de *El Pardo* em 1761 e consequente anulação do Tratado de Madri, os jesuítas foram expulsos da América e os povoados missionários receberam novas administrações civil e religiosas, entrando em decadência com o abandono das reduções pelos indígenas, no êxodo de 1828, e pela dispersão para trabalhar nas estâncias e novos povoados que se fundavam (STELLO, 2013). Mesmo com a decadência do sistema reducional, inúmeras pessoas permaneceram dispersas pela região. No início do século XIX, com a conquista da região pelos Portugueses, houve um incentivo para a reocupação da região, tendo início com a vinda de portugueses, africanos, afrodescendentes escravizados e, posteriormente, por alemães, poloneses e italianos

Por causa do longo processo de povoamento e às sucessões de miscigenação étnica-cultural, a região ficou conhecida em razão das suas distintas características. Atualmente a Região das Missões é composta por um total de 26 municípios, sendo conhecida, principalmente, pelos remanescentes da arquitetura missionária presente nas edificações e ruínas dos povos que ali habitaram.

A cidade de Santo Ângelo é a mais populosa da região das Missões, contando com 78.908 habitantes (IBGE, 2014), sendo também conhecida como a Capital das Missões. Sua fundação data de 12 de agosto de 1706, pelo Jesuíta Diogo de Haze, padre belga de nascimento, tendo como nome de origem Sant'Angel Custódio e Santo Ângelo Custódio (SANTO ÂNGELO, 2014). Por volta do ano de 1959 ocorreu a efetiva reocupação da antiga redução, período no qual foi edificada a primeira residência nas proximidades da antiga Igreja, reutilizando as estruturas da Missão de Santo Ângelo Custódio. O processo de repovoamento foi caracterizado pela utilização das pedras das

ruínas da antiga redução, as quais serviam como matéria prima para a construção das novas edificações que iam surgindo no entorno da Igreja do período reducional, sendo esta, então, fadada ao desaparecimento durante este processo (VITOR; SANTOS, 2019). O município teve sua emancipação decretada pela Lei nº 835 de 22 de março de 1873 (RIO GRANDE DO SUL, 1873), quando foi elevado para a categoria de Vila.

Atualmente, Santo Ângelo caracteriza-se como o município da região que possui o maior número de edificações com algum tipo de proteção patrimonial. Conforme Reis *et al.* (2016) o processo de patrimonialização do município foi bastante conturbado, tendo início no ano de 2012, incentivado por ações de um grupo civil, que iniciaram por ocasião da possível demolição de um sobrado da década de 1920, considerado pelo Conselho Municipal Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo (COMPAHC) como patrimônio da cidade, e que estava, à época, em processo de tombamento. Este movimento culminou no tombamento provisório, como medida preventiva, de cerca de 500 edificações.

De acordo com a Prefeitura Municipal, Santo Ângelo conta com 65 edificações inventariadas, com diferentes Graus de Preservação. Conforme a Lei Municipal nº 3.998 de 09 de setembro de 2015 (SANTO ÂNGELO, 2015), os imóveis são classificados em diferentes Graus de Preservação (GP), os quais são utilizados como instrumentos pela Gestão Municipal para estabelecer a metodologia de conservação de cada imóvel, levando em consideração as características remanescentes da edificação, sendo eles o GP1, GP2 e GP3. O GP1 engloba todos os imóveis que ensejam a preservação de suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas. No GP2 estão os imóveis que ensejam a preservação de suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas, ou seja, a preservação integral de suas fachadas e volumetria, podendo sofrer intervenções internas. E por fim o GP3, onde estão inseridos os imóveis com elementos de cunho arquitetônico significativo na fachada, mas que foram fortemente descaracterizados, podendo sofrer intervenções tanto internas quanto externas, desde que não seja descaracterizada sua ambiência.

A problemática atual está relacionada ao elevado custo de manutenção das edificações históricas, em especial quando não são amparadas pelos órgãos públicos de proteção, situação que acaba levando ao completo abandono e deterioração das edificações, ou mesmo a reformas inadequadas (COSTA; TORRES, 2020). Existem diversas metodologias que permitem identificar os danos existentes nas edificações para auxiliar na elaboração de projetos de restauração, entre elas está o Mapa de Danos e o Método de Mensuração da Degradação (MMD).

O Mapa de Danos é uma metodologia de levantamento de dados onde são ilustradas e discriminadas, através de representação gráfico-fotográfica, todas as manifestações de deterioração da edificação em uma determinada data ou tempo (TINOCO, 2009). O registro gráfico costuma ser representado em plantas e elevações, podendo ser aplicado também em fotos, e é realizado por meio de símbolos que representam as diversas categorias e níveis de degradação identificados na edificação, sendo ilustrados com sobreposição de elementos gráficos, como hachuras, cores, símbolos e números, sintetizando as informações sobre as características dos materiais, dos agentes e causas da degradação (TIRELLO e CORREA, 2012).

Para Barthel *et al.* (2009), o Mapa de Danos eficaz é aquele que, através do método de investigação ideal para cada tipo distinto de construção e dano, traz um diagnóstico completo e confiável, permitindo determinar qual ação corretiva deverá ser adotada para cada tipo de manifestação patológica identificada. Com a excelência no Mapeamento de Danos e o consequente tratamento adequado das manifestações patológicas é possível intervir de forma precisa e adequada no monumento arquitetônico, fazendo

com que se tenha maior durabilidade e significância na linha do tempo.

O Método de Mensuração da Degradação (MMD) é uma metodologia quantitativa, desenvolvida por pesquisadores do Laboratório de Ensaio e Materiais da Universidade de Brasília – LEM/UnB (Antunes, 2010; Silva, 2014; Souza, 2016; Pinheiro, Bauer e Souza, 2017; Piazzarollo, 2019). A metodologia foi baseada em informações que vêm sendo coletadas há mais de 25 anos pelo LEM/UnB, correspondendo em uma ferramenta sistemática que, por meio de vistorias, quantifica os defeitos das fachadas em áreas, resultando em indicadores de degradação. A partir dos dados obtidos pela inspeção visual é possível fazer o mapeamento dos danos das fachadas das edificações, então é sobreposto em cada imagem uma malha, com dimensão pré-estabelecida. Um dos resultados encontrados é o Fator de Danos, que pode ser definido como a razão da área danificada de uma determinada patologia pela área total da amostra.

O *Street View* é uma ferramenta disponível dentro do *Google Maps*, estando disponível através do aplicativo ou do endereço de internet acessado por um navegador. A ferramenta corresponde a uma representação virtual dos ambientes urbanos, sendo composto por milhões de imagens panorâmicas, as quais são coletadas pelo *Google* ou por colaboradores, possibilitando aos usuários a experiência de explorar virtualmente diversos lugares de todo o mundo (Google, 2021). As imagens são coletadas através de uma câmera 360° acoplada em um veículo, o qual, quando em movimento, faz a captura de diversas imagens. As imagens são disponibilizadas na ferramenta meses após a sua coleta, em razão ao seu processamento, portanto, as imagens vistas no *Street View* podem ter sido capturadas há meses ou até anos atrás, estando disponível nas imagens a informação de quando foi feita a captura. Em algumas localidades, onde a coleta de imagens vem sendo feita por muitos anos, é possível ver as mudanças que ocorreram ao longo do tempo com a função máquina do tempo, também disponível na ferramenta, que permite ver imagens da mesma localidade em diferentes datas.

A ferramenta *Street View* vem sendo utilizada em diferentes estudos, a qual vem se mostrando bastante eficaz e promissora nas diversas áreas do conhecimento por causa da riqueza de detalhes e informações. Durante a pandemia provocada pela Covid-19, a ferramenta mostrou-se ainda mais eficaz, devido a impossibilidade de desenvolver pesquisas de forma presencial, o *Street View* surgiu como um aplicativo para coleta de informações e imagens de edificações. Antes disso, a ferramenta já vinha sendo utilizada por outros estudos e empresas.

A Autori, empresa finlandesa de software que desenvolve soluções para manutenção de infraestrutura, encontrou no *Street View* uma maneira de coletar e analisar dados de ruas de forma mais rápida, eficiente e econômica. A empresa começou a fazer *upload* de imagens 360° de rodovias federais na Finlândia usando a própria conta *Google*, migrando o gerenciamento da manutenção rodoviária para o ambiente *on-line*, o que possibilitou criar e classificar alertas de sinalização e marcações rodoviárias, assim como buracos ou trechos que necessitam de manutenção, facilitando a comunicação com autoridades e empreiteiros, que podem monitorar e planejar os trabalhos de reparo necessários sem a necessidade de deslocamentos físicos (Street View, 2021).

Outros estudos vêm sendo desenvolvidos utilizando a ferramenta do *Google*. Law *et al.* (2019) associa o uso da ferramenta do *Google* com imagens de satélites para estimar o preço de casas na Grande Londres. O estudo desenvolvido por Bromm *et al.* (2020) utiliza, dentre outras ferramentas, o *Street View* para avaliar a associação entre o ambiente construído e a saúde individual.

Este estudo tem como objetivo analisar a aplicabilidade de uma metodologia bastante enraizada devido a sua eficiência, fácil utilização e compreensão, o Mapa de Danos,

em imagens coletadas através da ferramenta do *Google*, o *Street View*. O estudo permite avaliar a evolução das degradações causadas nas fachadas, tendo em vista que o *Street View* apresenta uma ferramenta denominada linha do tempo das imagens coletadas nas ruas, permitindo visualizar imagens da mesma localidade em diferentes datas. Associado ao Mapa de Danos, para quantificar a degradação existente nas fachadas das edificações, foi aplicado Método de Mensuração da Degradação (MMD).

Metodologia

O levantamento das edificações estudadas foi realizado em quatro etapas: na primeira foi realizada a coleta de informações sobre as edificações inventariadas pelo Município de Santo Ângelo, as quais são protegidas pela Lei Municipal nº 3.998 de setembro de 2015 (SANTO ÂNGELO, 2015), contando com um total de 65 edificações.

Na segunda etapa foi realizado o levantamento destas edificações através da ferramenta *Street View*, onde foram obtidas imagens das fachadas através de capturas de tela de todas as edificações visíveis na plataforma. Foi possível coletar as imagens das edificações em dois anos distintos nos quais o veículo do *Street View* fez captura de imagens das ruas de Santo Ângelo: 2011 e 2019.

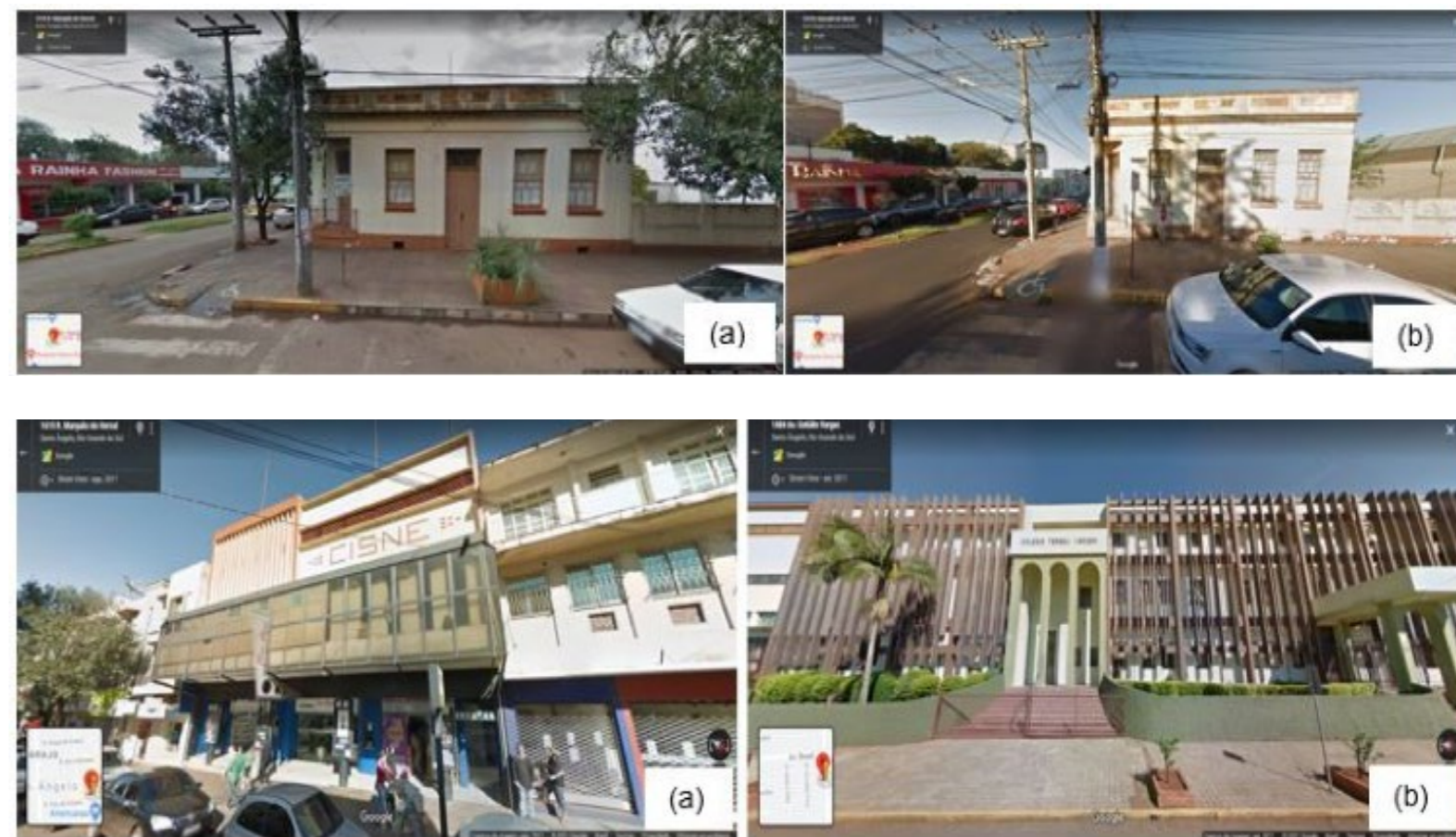
Também, nessa segunda etapa, foram coletadas informações sobre as características destas edificações. Cabe salientar que este trabalho é um recorte de uma pesquisa maior, onde foi analisada uma amostra em grande proporção e desta maneira foi necessária realizar uma identificação dos imóveis. Foi adotado o código do imóvel utilizado pela prefeitura, assim como o Grau de Proteção (GP) conforme a legislação; quanto aos usos, os imóveis foram classificados em: residencial, comercial, misto, serviço, institucional, religioso e sem uso (que possuem também usos bem específicos, como museu e estação férrea); quanto ao número de pavimentos, foram classificados em térreo, dois ou três pavimentos; quanto ao revestimento, foram classificados em argamassado+pintura ou cantaria; quanto ao local, as edificações foram classificadas em relação à sua posição na quadra, podendo ser de esquina ou centro. Nessa etapa foram selecionadas apenas aquelas edificações que possuíam imagens nos dois anos disponíveis no *Street View*, 2011 e 2019.

Na terceira etapa foram avaliadas as condições de aplicabilidade do mapa de danos sobre as imagens coletadas pelo *Street View* nos anos de 2011 e 2019. Por fim, foi selecionada uma edificação entre as que possuíam imagens nos anos de 2011 e 2019 na ferramenta do *Google* e sobre essa edificação foram aplicados o Mapa de Danos e o Método de Mensuração da Degradação, essas duas metodologias foram aplicadas sobre uma foto da edificação coletada *in loco* no ano de 2022. Foi desenvolvida uma linha do tempo do estado de degradação das fachadas, criando uma linha de evolução das manifestações patológicas ou identificando processos de intervenção na edificação.

Na quarta etapa foi aplicado o Método de Mensuração da Degradação sobre a imagem da fachada da edificação do ano de 2022 para quantificar os danos existentes. O método foi aplicado sobre a imagem, com os danos da fachada identificados nos anos de 2022, 2019 e 2011.

Resultados coleta imagens no *Street View*

Uma das limitações da ferramenta está relacionada a inexistência de fotos de todas as fachadas inventariadas pelo município. Essa limitação decorre do fato de que estão disponíveis apenas as imagens dos locais onde o veículo do *Street View* percorreu.



Algumas fachadas de edificações não foram encontradas na ferramenta, por estarem situadas fora do limite urbano ou em locais isolados com áreas cercadas, como, por exemplo, a estação férrea. Dentre as 65 edificações inventariadas estudadas, não foram localizadas sete edificações em razão dessas limitações, restando 58 edificações. Das edificações remanescentes, seis delas possuíam imagens no *Street View* em apenas um dos dois anos disponíveis, 2011 ou 2019 e, duas edificações, mesmo inventariadas por lei municipal, foram demolidas.

Como as imagens foram coletadas em anos distintos, as condições climáticas e temporais são diferentes e podem interferir na obtenção de fotos das fachadas, devido a existência de sombras ou ainda de obstáculos físicos ou móveis que encobrem parte da fachada, como vegetações, pedestres ou veículos. Fazendo uma análise comparativa de uma mesma fachada com imagens coletadas em anos distintos, é possível observar essas condições, onde a coleta da imagem no ano de 2011 (Figura 1-a) foi realizada em um dia nublado, sem a interferência solar em contraste a obtida no ano de 2019 (Figura 1-b), com a interferência de sombras. Ainda, na mesma imagem é possível observar outras condições, como a existência de árvores, de pedestre, poste de iluminação pública e placa de sinalização viária.

Outro fato relevante está relacionado ao veículo que faz a captura das imagens estar em movimento, fazendo com que, em alguns casos, a fachada a ser analisada não fique paralela ao veículo, obtendo-se apenas as imagens da edificação em diagonal. Um exemplo deste caso pode ser observado na Figura 2-a, onde a fachada está na diagonal em relação ao veículo no momento da captura da imagem, ficando distorcida e impossibilitando a aplicação dos métodos para a avaliação dos danos existentes na fachada. Outra limitação da ferramenta decorrente deste mesmo fator, está relacionada às fachadas que possuem grandes dimensões, seja relacionada à extensão ou à altura. Através do *Street View* não é possível obter em uma única imagem toda a extensão de fachadas muito largas e, também não é possível obter imagens satisfatórias para

Figura 1 - Edificação RS12-00003 imagem Street View 2011 (a) Street View 2019 (b). Figura 2 - Imagens do Street View no ano de 2011 Edificação RS12-00084 (a) Edificação RS12-00082 (b).

Figura 3 - Captura de tela Street View edificação RS12-00016, ano 2019 (a) detalhe na manifestação patológica com zoom no Street View (b) zoom na captura de tela (c). Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Google Street View (2019).



realizar a montagem delas. Como exemplo a Figura 2-b, onde se obtém apenas parte da fachada na imagem.

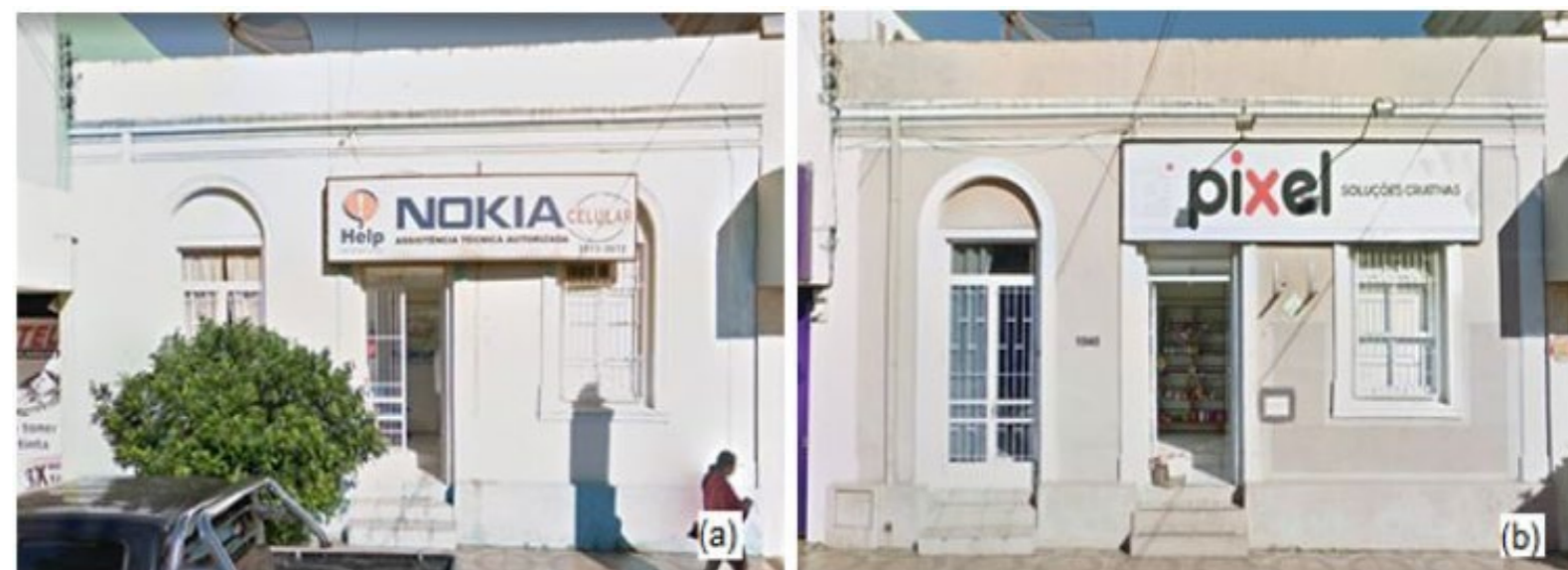
Em ambas as edificações da Figura 2 também é possível identificar que as fachadas que possuem grandes alturas ficam impossibilitadas de serem utilizadas para a aplicação do Mapa de Danos, pois ficam com a perspectiva distorcida. Para ser feito o ajuste de perspectiva das imagens ocorreriam grandes distorções, condição que poderia influenciar os resultados da avaliação

Outro ponto importante é que a ferramenta do *Street View* não permite que seja realizado *download* da imagem, portanto, é necessário fazer uma captura de tela para se obter a figura. Por causa disso, a imagem capturada não possui alta resolução, não sendo possível identificar as manifestações patológicas diretamente por ela. Entretanto, dentro da ferramenta é possível aplicar zoom na imagem em alta resolução, o que permite ver a manifestação patológica de forma nítida. Na Figura 3-a está a imagem da fachada completa obtida de maneira *online* através da captura de tela pelo *Street View* e um detalhe mostrando a manifestação patológica a ser analisada. Na mesma figura ainda é possível observar o zoom da ferramenta do Google (Figura 3-b) em comparação ao zoom dado na captura de imagem (Figura 3-c). Cabe destacar que a imagem relacionada ao zoom do *Street View* perde qualidade quando capturada.

Em razão à baixa resolução da captura de imagem feita através do *Street View* não foi possível identificar as manifestações patológicas na captura de tela, entretanto a ferramenta permite identificar outras condições importantes para analisar a evolução da deterioração das fachadas. É possível observar se houve algum tipo de manutenção na edificação, como por exemplo pintura, assim como permite elaborar uma linha do tempo com as manifestações patológicas existentes nas fachadas, uma vez que essas são visíveis na ferramenta do *Street View*.

Resultado aplicabilidade Mapa de Danos

Para desenvolver a linha do tempo, das manifestações patológicas identificadas na fachada, foi escolhida a edificação RS12-00016, que possui GP3, um pavimento, é localizada no centro da quadra e tem revestimento argamassado. No GP3 estão todas as edificações com cunho arquitetônico significativo na fachada que sofreram, porém,



intervenção externas e internas.

A edificação analisada aparece nas imagens do *Street View* nos anos de 2011 e 2019 (Figura 4). Através das imagens é possível observar que houve manutenção do tipo pintura durante esse período. Apesar da existência de obstáculos físicos e móveis (Figura 4-a), isso não foi considerado um fator impeditivo para identificação das manifestações patológicas, tendo em vista que o *Street View* permite a movimentação da imagem, fazendo com que a área localizada atrás destes elementos também fique visível através de outros ângulos. Entretanto, um fator que dificultou a localização das manifestações patológicas foi o ofuscamento causado na imagem por causa da incidência solar direta na fachada.

Os mapas de danos foram elaborados sobre a imagem obtida *in loco* no ano de 2022 (Figura 5). Para os anos de 2011 e 2019 foram identificadas as manifestações patológicas existentes no *Street View* e representadas sobre a figura feita *in loco* no ano de 2022, desta forma é possível observar a evolução das manifestações patológicas existentes.

A Figura 6-a apresenta o mapeamento das manifestações patológicas identificadas no ano de 2019 pelo *Street View* sobre a imagem feita *in loco* no ano de 2022, e, a Figura 6-b o Mapa de Danos das manifestações patológicas identificadas no ano de 2011, sobre a mesma imagem. É possível observar a evolução das manifestações patológicas existentes entre os anos de 2019 até 2022, principalmente relacionadas às fissuras e destacamento da pintura, tendo em vista que a fachada não aparenta ter tido manutenções. Analisando os Mapas de Danos de 2019 e 2022 é possível observar a causa de algumas das manifestações patológicas, como exemplo as manchas de sujidades relacionadas à retirada do suporte metálico para ar condicionado. Também é possível observar a evolução das fissuras através de ramificações.

Entre os anos de 2011 e 2019 houve manutenção na fachada da edificação, referente a pintura. Porém, apesar disso, ainda é possível verificar, através dos Mapas de Danos da Figura 6, que mesmo sendo feita a manutenção, a edificação apresenta os mesmos tipos de manifestações patológicas nos mesmos locais, como por exemplo fissuras e destacamento da pintura, tendo como provável condição que a causa da manifestação patológica não foi corrigida, houve apenas uma solução provisória do problema.

Figura 4 - Imagem Street View 2011 (a) 2019 (b).

Figura 5 - Mapa de danos 2022. Fonte: Autoras (2023). Figura 6 - Mapa de danos 2019 (a) Mapa de danos 2011 (b). Fonte: Autoras (2023).



Através dos três mapas de danos dos anos distintos é possível observar que, apesar das intervenções de reparo feitas na fachada, as manifestações patológicas reaparecem com o passar do tempo nos mesmos locais originários. Como exemplo tem-se as manchas de umidade no topo da edificação, que são existentes em todos os anos observados. Provavelmente as fissuras não foram tratadas quando houve a pintura da edificação, ressurgindo nos mesmos locais anos após a manutenção. As vegetações tornam a crescer nos mesmos locais e por fim, o destacamento da pintura ocorre com maior intensidade nos mesmos locais também. Esse fato pode ser ocasionado pelo não tratamento da causa da manifestação patológica, fazendo com que os procedimentos de reparos adotados não sejam adequados para a solução do problema existente.



Método de Mensuração da Degradação (MMD)

Para a aplicação do MMD foi adotado uma malha com dimensões 0,05m x 0,05m, correspondendo a uma unidade de 0,0025m², sendo a malha reduzida para tais valores a fim de proporcionar um resultado mais detalhado no levantamento dos danos, considerando as manifestações patológicas existentes na edificação. O ponto de origem da malha coincide com a extremidade inferior da amostra.

Para o MMD foram consideradas, conforme indicado por Santos (2018) as manifestações patológicas de descolamento de pintura, descolamento de reboco, empolamento, fissuras, trincas ou rachaduras e manchas de umidade, mofo ou bolor. Foram então adaptados os Mapas de Danos apresentados no tópico anterior para a aplicação do MMD. Neste método, a área da malha afetada pela manifestação patológica é preenchida.

Figura 7 - MMD fachada 2022. Fonte: Autoras (2023).
Figura 8 - MMD fachada 2019. Fonte: Autoras (2023).
Figura 9 - MMD fachada 2011. Fonte: Autoras (2023).

A mensuração da abrangência de cada manifestação patológica é definida como a razão da área danificada de uma determinada patologia pela área total da amostra, conforme Equação 1. A quantificação consiste na multiplicação da quantidade de unidades de malha afetadas por alguma manifestação patológica, pelo valor unitário de área, neste caso correspondendo a 0,0025m². Neste estudo foi calculado apenas o Fator de Danos Total (FD).

$$FD = \frac{\sum A_d(n)}{A_t}$$

Na Figura 7 está a aplicação do MMD sobre a fachada com as manifestações patológicas existentes no ano de 2022. O Fator de Danos total para este ano foi de 9,87%, sendo 1,96% de descolamento de pintura, 0,20% de descolamento de reboco, 1,03% de empolamento, 1,28% de fissuras, trincas ou rachaduras e, 5,40% de manchas de umidade, mofo ou bolor.

Na Figura 8 está a aplicação do MMD sobre a fachada com as manifestações patológicas existentes no ano de 2019. O Fator de Danos total para este ano foi de 7,03%, sendo 0,67% de descolamento de pintura, 0,08% de descolamento de reboco, 0,88% de fissuras, trincas ou rachaduras e, 5,40% de manchas de umidade, mofo ou bolor.

Na Figura 9 está a aplicação do MMD sobre a fachada com as manifestações patológicas existentes no ano de 2011. O Fator de Danos total para este ano foi de 6,70%, sendo 0,63% de descolamento de pintura, 0,05% de descolamento de reboco, 0,62% de fissuras, trincas ou rachaduras e, 5,40% de manchas de umidade, mofo ou bolor.

Na Tabela 1 está um comparativo com as manifestações patológicas, o Fator de Danos de cada manifestação e o Fator de Danos total para cada um dos anos analisados. Através dos valores é possível observar que houve um aumento na degradação da fachada, com acréscimo na intensidade das manifestações patológicas.

MANIFESTAÇÃO PATOLÓGICA	2022		2019		2011	
	ÁREA (M ²) Malha MMD	FD (%)	ÁREA (M ²) Malha MMD	FD (%)	ÁREA (M ²) Malha MMD	FD (%)
Descolamento pintura	0,855	1,96%	0,290	0,67%	0,275	0,63%
Descolamento reboco	0,088	0,20%	0,035	0,08%	0,020	0,05%
Empolamento	0,450	1,03%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Fissuras, trincas e rachaduras	0,556	1,28%	0,384	0,88%	0,271	0,62%
Manchas umidade, mofo e bolor	2,353	5,40%	2,353	5,40%	2,353	5,40%
FDt	9,87%		7,03%		6,70%	

Tabela 1 - Fator de danos MMD. Fonte: Autoras (2023).

Conclusões

Mesmo não sendo possível elaborar os Mapas de Danos em imagens capturadas no *Street View*, a ferramenta mostrou-se bastante promissora no auxílio para determinar a causa e a progressão das manifestações patológicas, permitindo coletar informações sobre os danos, principalmente com a ferramenta linha do tempo, que admite verificar a existência dos danos nas fachadas de edificações em diferentes anos. Entretanto, a ferramenta apresenta algumas limitações, sendo a principal delas relacionada à qualidade da imagem. Dentre as principais dificuldades para observar as manifestações patológicas na fachada da edificação está o ofuscamento da imagem ocasionado pelo sol, que dificulta a percepção clara da manifestação patológica existente. A existência de veículos em frente às fachadas também pode ser considerado um fator que dificulta a visualização, porém não impeditivo, tendo em vista que o *Street View* permite a movimentação da imagem, possibilitando desviar dos veículos e visualizar o local através de outro ângulo.

Ainda, através da aplicação do MMD sobre os Mapas de Danos elaborados foi possível observar o aumento na intensidade das manifestações patológicas com o passar dos anos. Essas condições mostram que a falta de manutenção, ou a manutenção inadequada reduzem o tempo de vida útil dos elementos da fachada.

Referências

ANTUNES, Giselle Reis. *Estudo de manifestações patológicas em revestimentos de fachadas em Brasília - sistematização da incidência de casos*. 2010. 178f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental). Faculdade de Tecnologia. Departamento de Engenharia Civil e Ambiental. Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2010.

BARTHEL, Cecília.; LINS, Mariana.; PESTANA, Fábio. O papel do Mapa de Danos na conservação do patrimônio arquitetônico. In: *1ER. CONGRESSO IBEROAMERICANO Y VIII JORNADA "TÉCNICAS DE RESTAURACIÓN Y CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO"*. 10 y. La Plata, Buenos Aires, Argentina, 2009.

BRITO, Marcelo; ESPASANDIN, Claudia Ardións. *7 povos: retratos de um território = 7 pueblos : retratos de um territorio = 7 missions : portraits of a region*. Brasília, DF. IPHAN, 2019

BROMM, Katherine; LANG, Ian-Marshall; TWARDZIK, Erica E.; ANTONAKOS, Cathy; DUBOWITZ, Tamara; COLABIANCHI, Natalie. Virtual audits of the urban streetscape: comparing the inter-rater reliability of GigaPan® to Google Street View. *International Journal of Health Geographics*. 19, 31 (2020). <https://doi.org/10.1186/s12942-020-00226-0>

COSTA, Vitória Silveira da.; TORRES, Ariela da Silva. Aplicação de Método Quantitativo para Análise do Estado de Degradação de Edificações Subterrâneas: Túnel 7 – segmento 2 da Antiga Cervejaria Ritter - Pelotas/RS. *Revista de Arquitetura IMED*, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p.110-139, 2020.

GOOGLE. *O que é o Street View?*. Disponível em: < <https://www.google.com/intl/pt-BR/streetview/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

IBGE. *Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de Julho de 2014*. Online. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>. Acesso

em 14 abr. 2021.

LAW, Stephen; PAIGE, Brooks; RUSSELL, Chris. Take a Look Around: Using Street View and Satellite Images to Estimate House Prices. *CM Transactions on Intelligent Systems and Technology (TIST)*. v. 10 Issue 5, October 2019 Article No. 54. 2019.

PIAZZAROLLO, Carla Bozzi. *Estudo da evolução e da gravidade da degradação nas diferentes zonas componentes da fachada*. 2019. 135f. Dissertação (Mestrado em Estruturas e Construção Civil). Universidade de Brasília. Faculdade de Tecnologia. Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, 2019.

PINHEIRO, Pedro Ivo; BAUER, Elton; SOUZA, Jéssica Siqueira da. Aplicação do Método de Mensuração da Degradação com finalidade de quantificação da vida útil. In: *XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DAS ARGAMASSAS*. São Paulo, 2017. Anais [...] São Paulo, 2017.

REIS, Marina Gowert dos; SERRES, Juliana Conceição Primon; NUNES, João Fernando Igansi Nunes. A defesa do patrimônio cultural histórico em Santo Ângelo - RS através da organização da comunidade local na internet. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 13-31, 2016

RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 835, de 22 de março de 1873*. Publicada na Collecção das Leis e Resoluções, Tomo XXVI, 1a sessão da 15a legislatura, 1872. < <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/00.835-1873.pdf>> Acesso em 28 jul. 2022.

SANTO ÂNGELO. *Lei nº 3.998, de 09 de setembro de 2015*. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Arquitetônico, Histórico e Cultural do Município de Santo Ângelo, e dá outras providências. Santo Ângelo, 2015. < <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/santo-angelo/lei-ordinaria/2015/400/3998/lei-ordinaria-n-3998-2015-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-arquitetonico-historico-e-cultural-do-municipio-de-santo-angelo-e-da-outras-providencias?q=inventario>> Acesso em 13 abr. 2021.

SANTO ÂNGELO. *Informações sobre o Município de Santo Ângelo*, 2014. Disponível em: < <https://pmsantoangelo.abase.com.br/site/conteudos/232-historia>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SANTOS, Danilo Gonçalves. *Estudo da vida útil e degradação de fachadas em argamassa a partir da inspeção de edifícios*. 2018. 136f. Dissertação (Mestrado em Estruturas e Construção Civil). Departamento de Engenharia Civil e Ambiental. Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2018.

SCHERER, Luciana. *Turismo e desenvolvimento regional: limites e potencialidades para a região das missões – RS*. 2019. 270f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – PPGDR – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

SILVA, Maria de Nazaré Batista da. *Avaliação Quantitativa da Degradação e Vida Útil de Revestimentos de Fachada – Aplicação ao Caso de Brasília/DF*. 2014. 198f. Tese (Doutorado em Estruturas e Construção Civil). Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUZA, Jéssica Siqueira de. *Evolução da degradação de fachadas - efeito dos agentes de degradação e dos elementos constituintes*. 2016. 114f. Dissertação (Mestrado em Estruturas e Construção Civil). Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

STELLO, Vladimir Fernando. *Além das reduções: a paisagem cultural da Região Missioneira*. 2013. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

STREET VIEW. *How Autori revolutionized road maintenance across Finland, one 360 Street View image at a time*. Disponível em: < <https://kstatic.googleusercontent.com/>

RÉQUIEM PARA UMA ARQUITETURA Abandonos, sonhos e demolições

*REQUIEM FOR AN ARCHITECTURE
Abandonments, dreams and demolitions*

Ana Paula Vieceli¹

Resumo

Este ensaio, composto em três momentos, trata de uma composição fúnebre para um objeto arquitetônico que deixou de existir na paisagem da cidade. Em sua memória e, como tentativa de processar a sua perda, mais do que um registro da existência do objeto arquitetônico, o ensaio busca contar a história de amor e imaginação envolvida em um exercício de projeto de reativação de um lugar do abandono no centro de São Leopoldo-RS. Pela ocasião da demolição do objeto, busca refletir sobre a sensibilidade na relação com objetos construtivos e os espaços da cidade, considerando o tempo do luto que prepara o sonhador de espaços para outras imaginações.

Palavras-chave: lugares do abandono, intervenção em pre-existência, demolição.

Abstract

This essay, composed in three moments, is about a funeral composition for an architectural object that ceased to exist in the city's landscape. In its memory and, as an attempt to process his loss, more than a record of the existence of the architectural object, the essay seeks to tell the story of love and imagination involved in an exercise of project of reactivation of a place of abandonment in São Leopoldo-RS. On the occasion of the demolition of the object, it is sought to reflect on sensitiveness in the relationship with constructive objects and the spaces of the city, considering the time of mourning that prepares the dreamer of spaces for other imaginations.

Keywords: abandoned places, intervention in pre-existence, demolition.

Introdução

*Requiem aeternam dona eis, Domine*². Estas são as palavras que iniciam as missas em latim dedicadas ao descanso da alma de um falecido. Neste ensaio, escrito pelo motivo de uma despedida, o réquiem adota o sentido de um canto de adeus para um corpo arquitetônico que deixou de existir na cidade.

Não se trata de um objeto qualquer, pelo contrário. Por atribuir a este inanimado a condição de falecido, significa que, para mim, ele foi sujeito, com o qual estabeleci laços de amizade. Trata-se do conjunto fabril abandonado, localizado na zona central A cidade de São Leopoldo-RS, com o qual tive uma relação muito próxima, em 2010, quando este foi adotado como objeto de estudo e pré-existência do projeto de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo. Este exercício buscou agenciar o abandono em arquitetura com outro abandono, o da saúde mental, que, outrora aprisionada em estruturas manicomial, mantinha-se reclusa em espaços distantes da efervescência urbana.

A proposta da luta antimanicomial de estabelecer uma nova relação com a loucura, é atendida no projeto e sobreposta a uma nova relação com o próprio espaço. No encontro desses dois temas, aparentemente distantes e heterogêneos, uma proposta emerge com o espírito da *reativação*. O espaço, então abandonado, que antes era destinado à produção de artefatos, segue sua vocação fabril, mas, reativado, passa a produzir outra coisa, de valor imaterial, que na época chamei de *subjetividades*. No exercício, a fábrica abandonada, relocada na nova função de um Centro de Atenção Psicossocial, se apresenta como um lugar que produz saúde, que se destina aos usuários de saúde mental, mas também se coloca aberto e funcionando com a comunidade em geral, mediado pela cultura e pela arte.

Uma década mais tarde, recebi, com pesar, a notícia da demolição daquele conjunto abandonado. E por muito tempo, não sabia ao certo como processar essa perda que acabou se somando à outras perdas em níveis pessoais, nacionais, mundiais naquele ano pandêmico de 2020.

Compor um réquiem para um falecido amigo arquitetônico, ainda que tardiamente, se coloca como uma tentativa de, diante da perda, ressignificar os restos, juntar os fragmentos, rememorar as imagens e celebrar as ideias que um dia tiveram lugar diante da materialidade daquela arquitetura que, para o senso comum, não possui valor e é facilmente atribuída como descartável.

Apresento esse ensaio narrativo em três momentos: *o lugar que dorme (1945-2018)* apresenta as edificações fabris pré-existentes, numa tentativa de reunir informações e pistas sobre a trajetória temporal desse lugar na paisagem da cidade, colocando as questões do abandono provocado pelos processos de desindustrialização dos centros urbanos e da relação afetiva com as subsequentes ruínas contemporâneas; *o sonho do lugar (2010)* apresenta o processo de criação e imaginação do projeto final de graduação em arquitetura como proposta de intervenção, reativação, reciclagem e reuso desta pré-existência; e, por fim, *o lugar que morre (2018)* apresenta o momento da demolição, o choque da ausência e sobretudo da constatação ironica de seu destino: a demolição seguida de estacionamento privado da Unimed³.

¹Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria, História e Crítica de Arquitetura, atuando principalmente nos temas: arquitetura e cidade. Mestre pelo PROP/ UFRGS, com a dissertação: Lugares da loucura: arquitetura e cidade no encontro com a diferença. Doutora pelo PROP/ UFRGS, com a tese: Arcanos Urbanos: o jogo dos errantes. Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da FSG - Faculdade da Serra Gaúcha em 2014-2015. Professora Substituta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel - Universidade Federal de Pelotas, em 2020.

² Senhor, concede-lhes o eterno descanso.

³ A Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (Unimed) é um sistema de cooperativas médicas brasileiro que atua como operador de planos de saúde.



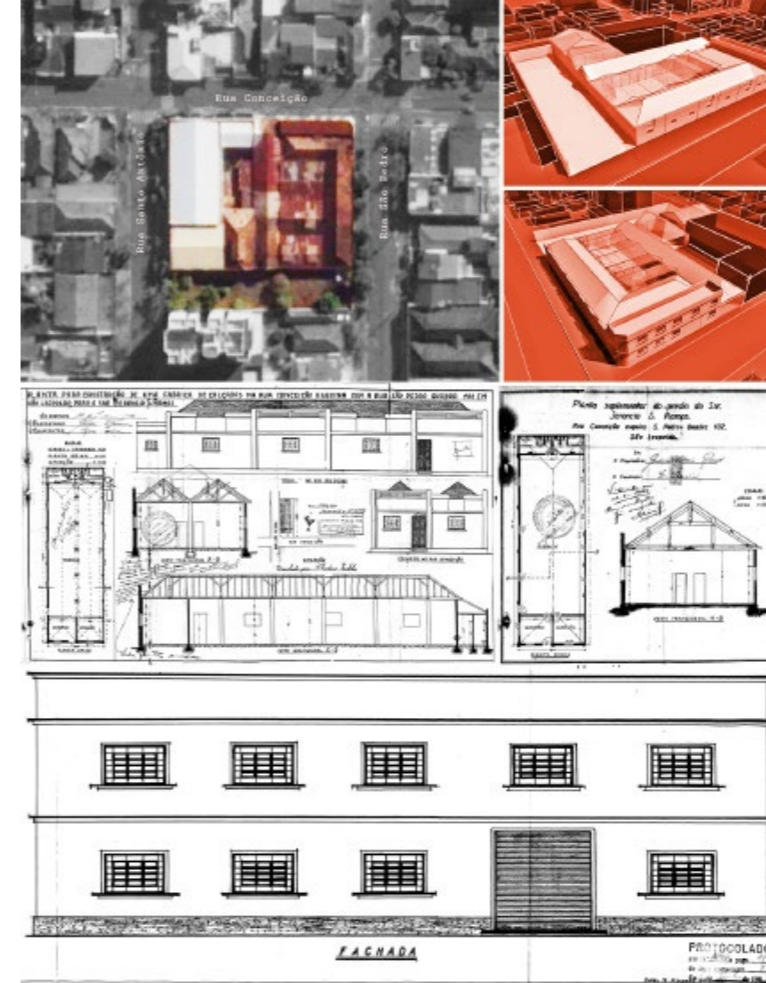
O ensaio fúnebre se coloca como uma maneira de processar o luto, registrar nos livros acadêmicos a precária biografia desse lugar, revelar o sonho que se sonhou enquanto ele dormia na paisagem, dar forma crítica ao exercício imaginativo de reativação de objetos abandonados na cidade, e dar, também espaço ao sentimento de pesar, de onde se manifesta uma saudade.

No entanto, há uma intenção clara de não deixar um réquiem ser o símbolo da nostalgia que recai em humores melancólicos. O ensaio se encaminha para uma provocação dos modos de se relacionar com a materialidade existente na cidade. Pretendi colocar a questão da sensibilidade com objetos construtivos na malha urbana, a preocupação com a função social da arquitetura. Mas, como não se trata de um réquiem para um sonho, a demolição que marca essa escrita não representa o fim do sonhar, pelo contrário, ela se coloca como um convite a sonhar mais, reatualizando a imaginação deste lote agora vacante.

O lugar que dorme: a fábrica abandonada

Leopoldo-RS. O ano: 2010. Uma aglomeração de massa falida, uma arquitetura de retalhos construtivos provindos de diversos pontos numa linha do tempo não tão clara e pouco documentada, apresentou-se para mim. Era um enigma. Um objeto abandonado, decadente, corroído no coração da cidade que me chamava à atenção. O que já tinha sido um corpo fabril – de manufatura de vidros, de calçados e de pregos – estava então em coma, morrendo lentamente na malha urbana.

O que se passou com esse objeto não foi algo especial nem isolado. Pelo contrário. Ele teve o destino comum a muitos dos complexos fabris localizados em áreas centrais das cidades de economia industrial: o abandono. A desindustrialização e a reestruturação econômica das cidades atingiram em cheio o coração de complexos fabris. Segundo



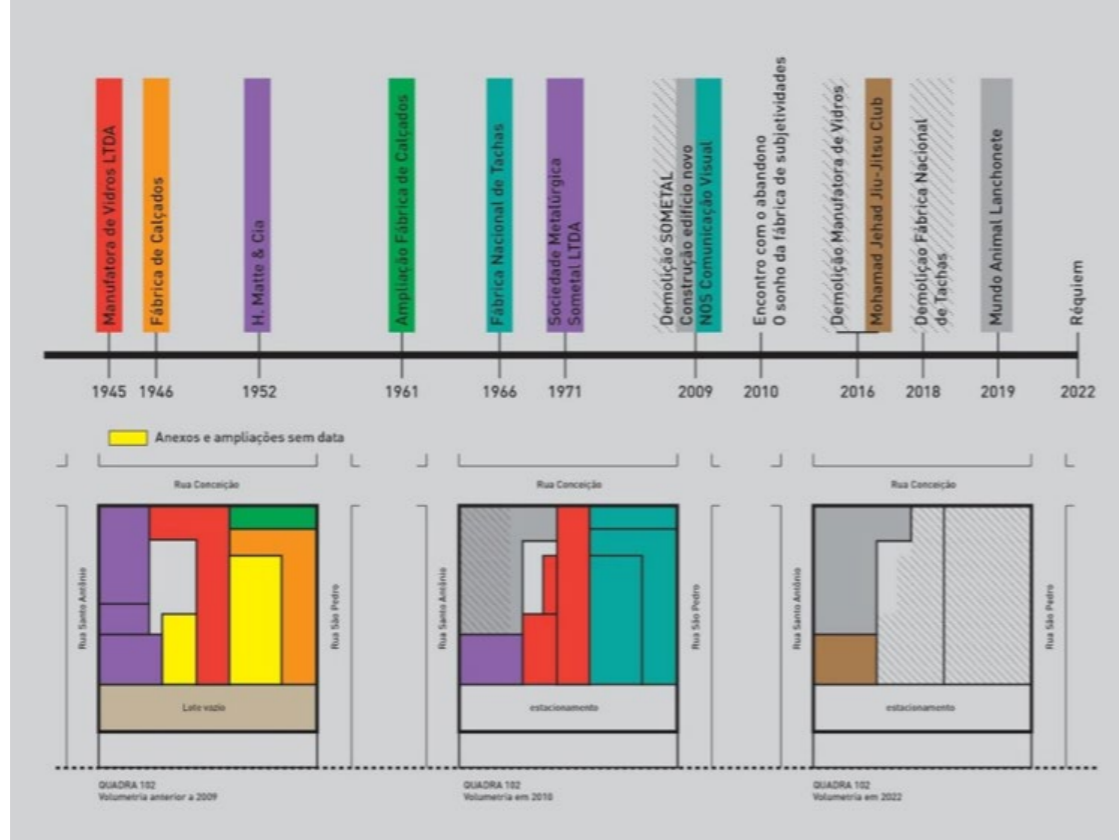
Costa (2001), a gênese desse fenômeno, entre outros fatores, se relaciona com a obsolescência das instalações de antigas fábricas diante dos novos padrões tecnológicos de produção; com o encerramento de atividades fabris tradicionais, decorrente de mudanças no perfil empreendedor; com o crescimento urbano e com as dificuldades de circulação de mercadorias e, ainda, com a exiguidade e o alto custo financeiro de terras nas adjacências dos complexos industriais que, impossibilitando a ampliação dos seus pátios de produção, forçaram a busca por terras mais amplas e baratas na periferia das cidades. Assim, hoje, muitos exemplares desses complexos fabris jazem na paisagem urbana enquanto ruínas. “Uma ruína, um resto arruinado, não aquela ruína histórica, mas uma ruína fruto da supressão da própria história. Uma superfície arenosa e abandonada, transformada em deserto em meio à vida cotidiana das cidades” (ROCHA, 2010, p. 48). As ruínas contemporâneas são os escombros causados pelas vicissitudes do nosso atual modelo econômico, e, restam como vestígios deixados pela aceleração do tempo na cidade pós-moderna, diferenciando-se das ruínas históricas pela fragilidade contextual e afetiva. Sem memória e identidade, são apenas destroços desfalecidos pelo tempo.

Para descobrir a biografia deste lugar, foram feitas diversas consultas nos arquivos públicos da cidade, no museu histórico e nos documentos disponibilizados pela prefeitura municipal. Tudo o que pude descobrir foi através de uma documentação escassa e fragmentada (Figura 2). Um exercício detetivesco foi necessário para identificar *quem era quem* naquele emaranhado arquitetônico, bem como a ordem cronológica das construções.

Reunindo todas as informações e dados recolhidos nos órgãos públicos do município, consegui traçar uma frágil linha do tempo (Figura 3): a história da quadra 102, na zona central da cidade, apesar de já constar em traçados de mapas desta colônia alemã em 1824, inicia a deixar rastros documentais e construtivos na década de 1940. É um momento em que coincide com a modernização do setor industrial no estado do Rio Grande do Sul, estimulada pelo fluxo de investimento estrangeiro e aos investimentos

Figura 2 – Arqueologia documental, identificação do objeto abandonado. Fonte: Autora, 2010.

Figura 3 – Linha do tempo com base nos vestígios e documentos.
Fonte: Autora, 2022.



governamentais, tendo a Segunda Guerra Mundial como pano de fundo (COSTA, 2001). De modo que, naquele ponto da cidade, começaram a se instalar pequenas fábricas como a *Manufatura de Vidros LTDA*, em 1945 e a *Fábrica de Calçados de Gerônimo S. Ramos*, em 1946. Em 1952 estava instalada a firma *H. Matte & Cia*, porém nada consegui descobrir sobre a natureza do que produzia. Descobri que em 1961 a pequena fábrica de calçados ampliou as edificações dentro do seu lote e adicionou o edifício que conforma a fachada principal (Figura 1). Mas em 1966 essa propriedade passa para as mãos de *Santos Mayer Cia LTDA* e se transforma na *Fábrica Nacional de Tachas*, chamada, carinhosamente, pelos mais antigos moradores de São Léo, como a fábrica de pregos. Em 1971, a firma *H. Matte & Cia* dá lugar à *Sociedade Metalúrgica Sometal LTDA*, que fabricava artigos de serralheria. Esta, soube que foi demolida em 2009, dando lugar a um novo edifício.

Em 2010, nenhuma dessas fábricas estavam ativas. No entanto, ainda estavam de pé, silenciosos, em meio a agitação dos hábitos urbanos, alguns dos pavilhões desse pequeno aglomerado fabril. Localizados na rua Conceição, 1076 e 1094, as estruturas estavam em condições de abandono, mas não estavam vazias de fato. Sublocadas como depósito, lava carros, estacionamento e, também, como sede de uma empresa chamada *NOS Comunicação Visual*, que produzia dentro daquelas ruínas contemporâneas, fachadas, painéis, luminosos, para outros objetos arquitetônicos da cidade (Figura 4).

As edificações que se mantinham na quadra, conformavam uma colcha de retalhos arquitetônica e temporal, devido às modificações e ampliações que se sucederam ao longo dos anos. Como não existiam plantas atualizadas, precisei desenhá-las eu mesma. E assim começou um exaustivo, porém prazeroso, processo de medição e conferência daquele espaço todo, com seus enjambres, puxados, fragmentos e cacos construtivos. Interessado no edifício pela sua memória de infância, meu companheiro na época também esteve junto nesse processo. Foi uma devassa bonita a extração dos números, das medidas dos espaços e dos elementos construtivos. Era evidente, no espaço, a fragmentação temporal e eu continuava a tentar responder onde era original, onde era modificação. Tudo parecia ser enjambre. Estava diante de um espaço Frankenstein. Uma mistura de terror gótico com parque de diversões, “uma sedutora mistura de liberdade e perigo” (LYNCH, 2005, p. 36) que remete às experiências da

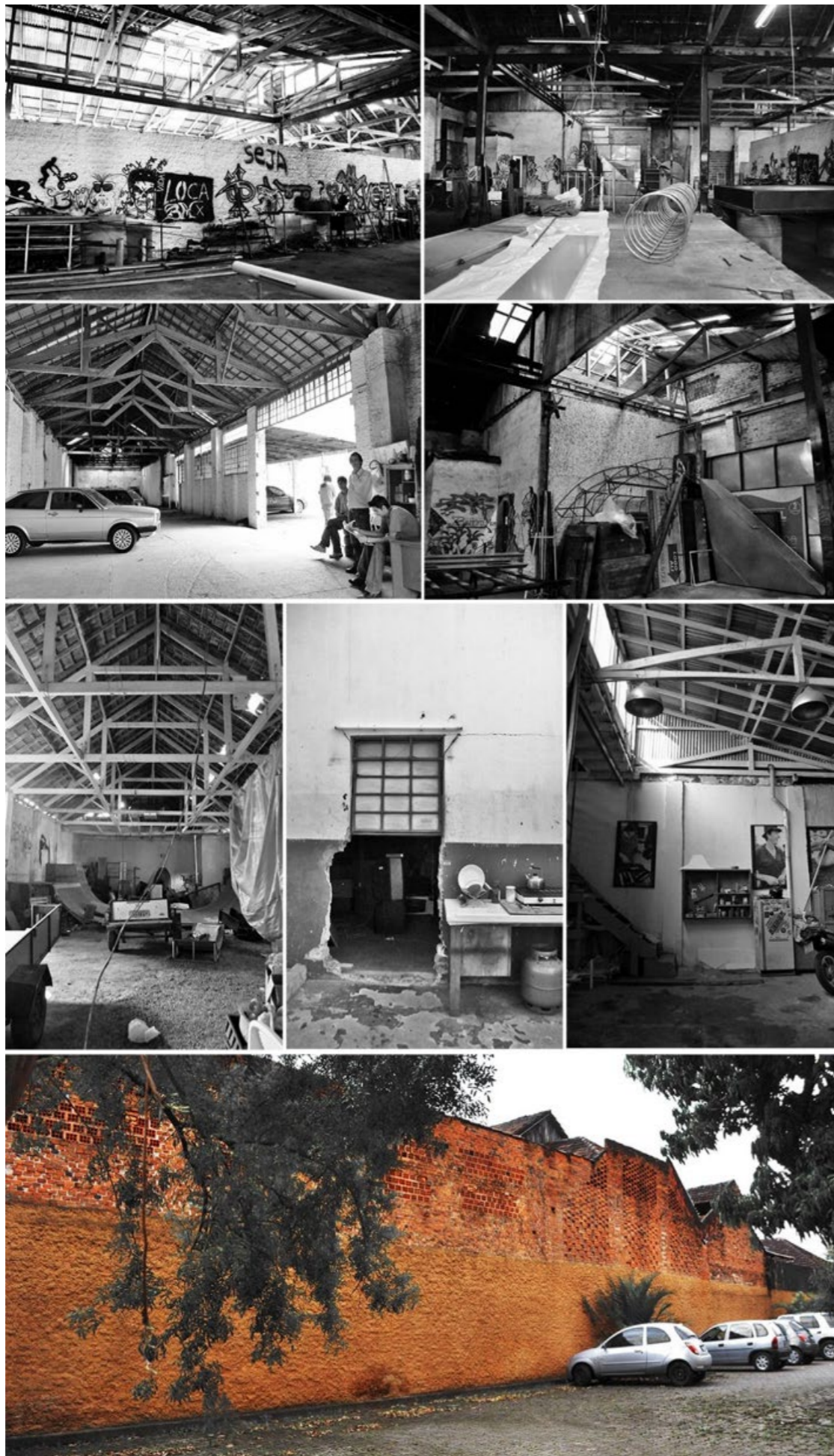


infância e convida a descobrir coisas secretas abrindo caminho para a fantasia. Nessa relação tão próxima entre o meu corpo e o corpo arquitetônico, uma sensação de intimidade começou a se formar. Na tentativa de desvendar o espaço enigmático, uma espécie de amizade espacial brotou nas ruínas. Na medida em que comecei a habitá-las elas também vieram habitar em mim.

O seu conjunto heterogêneo, se não apresentava valor estilístico arquitetônico, revelava um valor espacial, devida sua natureza fabril desativada. O interior dessas edificações escondia espaços cativantes dentro da sua lógica caótica (Figura 5). Ao entrar na arquitetura abandonada encontrei um amplo espaço pavilhonar cheio de entulho, sujeira, iluminado por uma luz – diáfana, divina – que chegava cima fazendo reluzir, através de claraboias, telhas translúcidas e *sheds*, as partículas dispersas de poeira que vinham pousar, dia após dia, sobre ferramentas, objetos, destroços, entulhos, partes de paredes de tijolos, sequências contínuas de tesouras de madeira. A poderosa sensação tornava o pavilhão arruinado em um espaço quase eclesial. A impressão do som que reverberava naquele espaço, o eco, a profundidade 3d que o ouvido capta da vibração no vazio ainda é remanescente na minha memória. Ele tinha uma escala incomum. Era um lugar amplo. E estranho. O tempo que aquele interior espacial abria forçava um estado de contemplação e ali, me lembro, devaneei por horas.

Considereei que este conjunto de edifícios apresentava um valor fenomenológico, que remete às percepções, aos sentidos. Sua maior riqueza, para mim, estava na descoberta da experiência espacial, da temporalidade do espaço, da presença do corpo no espaço. Huyssen (2004) explica que, no encontro com a ruína arquitetônica, catalisam-se tanto o desejo quanto a nostalgia, e creio ser desta matéria, desejante e nostálgica, que um projeto final de graduação extraiu sua poética. Se, por um lado, “essa obsessão contemporânea pelas ruínas esconde a saudade de uma era anterior” (2004, p. 91), por outro lado, a estranha atração pelo não vivido, pelo estranho desconhecido, por uma arquitetura profundamente outra, despertava um tipo particular de nostalgia criativa, que possui o poder de imaginar um futuro a partir da materialidade e das questões encontradas no presente que mobilizam um fazer e um pensar.

Figura 4 – Vistas do objeto a partir das ruas Conceição e São Pedro. Fonte: Autora, 2010.



No presente de então, as edificações abandonadas da quadra 102 conservavam muitas paredes de alvenaria portante e cobertura em duas águas com tesouras de madeira e telhas cerâmicas originais. Em alguns pontos a cobertura adaptou telhas metálicas, como por exemplo, no centro da quadra, onde uma cobertura precária em *shed* se desenvolveu como ampliação. De acordo com o que observei nas plantas registradas na época, paredes originais foram demolidas, e outros elementos como escoras, novas coberturas, elementos de apoio, entre outros foram impiedosamente adicionados por toda a parte. Na divisa sul, os fundos das diversas edificações formavam uma fachada contínua de silhuetas espontâneas desses vários retalhos arquitetônicos. Esse resultado de somas gerou uma interessante perspectiva, visível apenas pelo fato de o lote vizinho ser um vazio, utilizado, então, como estacionamento privado. Sobre a história desse lote, nada consegui descobrir.

Ainda que tenha perdido sua funcionalidade e sua integridade, este objeto sonolento na paisagem continuava a oferecer uma carga que podemos chamar, junto com Spirito (2012), de poética: mesmo em coma, ele continuava a despertar emoções e enviar blocos de sensações, ainda que diferentes daquelas para as quais o objeto foi designado originalmente. O entusiasmo por este espaço vago, impreciso e expectante, resultou em um exercício de projeto como uma resposta para a “estranheza ante o mundo, ante nossa cidade, ante nós mesmos” (SOLÀ-MORALES, 2002, p. 130). Esta resposta, existencial e acadêmica, fundamentou um projeto contemporâneo com uma proposta imaginativa “pela qual se tenta não só reconhecer as estruturas do material histórico existente, mas também utilizá-las como uma pauta analógica de um novo artefato edificado” (SOLÀ-MORALES, 2006, p. 33). Assim, defendi o espaço abandonado, em concordância à Lynch (2005) e Solà-Morales (2002; 2006), como um território que possibilita uma nova experiência urbana a partir da reapropriação, da recuperação, da reciclagem e do reuso. Nesse sentido, o exercício também investe numa pós-produção tal como a compreende Bourriaud (2009), uma prática que recorre a obras já produzidas para inseri-las numa rede de novos signos e significações ao invés de buscar criar um forma autônoma ou original, com um fim em si mesma.

O trabalho passou a refletir, então, sobre a vocação urbana da pré-existência, e considerou que, embora seu uso estivesse desativado, ainda pulsava, de forma latente, uma vontade fabril de existência, onde o próprio espaço resistia e aguardava por um novo uso, que pudesse fazer ressurgir o movimento de produção, talvez não mais de pregos, vidros, ou calçados, mas de alguma outra coisa com a sua força espacial em potência. Propus jogar com a pré-existência para imaginar um futuro, e, tal como sugere Spirito (2012), “redescobrir a natureza poética da arquitetura”. Em outras palavras, sonhar.

O sonho do lugar: a fábrica de subjetividades⁴

A paixão envolvida nesse conjunto em coma, o investimento libidinal no objeto da pré-existência urbana, a fábrica abandonada, a ruína, a massa falida, uniu-se a um outro amor que veio antes desse em minha vida: o tema da loucura e da saúde mental. No final da primeira década do século XXI, através dos estudos da minha irmã, então estudante de psicologia na mesma universidade, tomei conhecimento do Movimento Antimanicomial que resultou na Reforma Psiquiátrica brasileira. Esse movimento foi constituído a partir do final dos anos 70, propondo a desconstrução dos manicômios

⁴ A *Fábrica de Subjetividades* trata de um exercício de projeto arquitetônico para um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) localizado na cidade de São Leopoldo-RS. Foi apresentado na ocasião do Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, no segundo semestre de 2010, orientado pela Prof. Dra. Ana Elísia da Costa.

e das formas de tratamento utilizados pela psiquiatria tradicional. Trata-se de um movimento ético, social e político que, visando à produção de outras formas de cuidado e tratamento da loucura, propôs a criação de outros espaços para uma produção de subjetividade. Dentre os principais equipamentos propostos pela Reforma Psiquiátrica está o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial⁵.

A recomendação da então recente Cartilha da Saúde Mental era que todos os CAPS fossem implantados em casas. Casas. Compreende-se: não se desejava mais a escala do manicômio. O CAPS Capilé de São Leopoldo, em 2010, era quase um andarilho na cidade. Tinha vagado de aluguel em aluguel, procurando uma casa ideal para implantar o serviço. De modo geral, as casas escolhidas mostraram-se geralmente como espacialidades insuficientes. Eram pequenas demais para o serviço. Soube disso pois estive no CAPS Capilé por uma tarde acompanhada da minha irmã, que fazia ali seu estágio curricular. Havia uma carência funcional na disposição das coisas e pessoas no espaço. Constatei apenas o que todos já haviam constatado no serviço: as casas em que estiveram, na região central de São Leopoldo apresentavam uma espacialidade insuficiente para as demandas do serviço.

Então, no desfecho da minha formação, meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ia acolher o desafio desse tema, propondo um ensaio projetual visando *dar lugar* ao nômade CAPS na cidade. Na minha visão estudantil, faltava encontrar um terreno e, para não repetir um modelo de exclusão, em primeiro lugar, ele precisava ser inserido em meio a uma centralidade, proporcionando um reencontro da loucura com a dinâmica urbana, o contato com a família, com a sociedade e com outros equipamentos culturais, sociais e de lazer.

Diante disso, se por um lado havia o CAPS que, com a demanda da Reforma Psiquiátrica, buscava um lugar na cidade para ser inserido e para que a loucura pudesse experienciar o encontro com a realidade além dos muros, no seio da efervescência urbana, de outro lado tínhamos esse quadro de uma arquitetura abandonada, um lugar de não-acontecimentos situado bem na zona central de São Leopoldo. Optei por não buscar um terreno vazio na cidade, e defini assim, a escolha das antigas fábricas, situadas nesse raio de centralidade urbana e de proximidade com os eixos de transporte público, para acolher o projeto do novo equipamento de saúde mental da cidade como exercício acadêmico. Apostei na reativação daquele conjunto arquitetônico, tendo em mente a função social de toda obra arquitetônica construída nas cidades e ensaiar a possibilidade de reutilizar os recursos materiais existentes. Considerei manter suas características e contrastá-las com uma intervenção arquitetônica capaz de traduzir materialmente o encontro entre o conjunto fabril adormecido e o lugar antimanicomial da loucura.

Esta sobreposição de duas naturezas diferentes, sua aliança inesperada, abre o espaço para a multiplicidade de suas dimensões e sentidos. Me apropriei, não sem certa ingenuidade e imaturidade, do conceito de *Corpo sem Órgãos* de Deleuze e Guattari (2008), para pensar esse corpo que se liberta de suas funções prévias, que provoca e tensiona a subjetividade, um corpo arquitetônico que vai além da materialidade, onde o que verdadeiramente importa é a sua capacidade de produzir ou sustentar intensidades

⁵ Como equipamento de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS), o CAPS é hoje um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, realizando acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao lazer, ao exercício dos direitos civis, ao trabalho e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Esse equipamento se tornou o principal articulador da rede de saúde mental, é onde se propõe colocar a (doença) entre parênteses para dar lugar ao sujeito em relação com seu contexto, buscando novas formas de acolhimento e tratamento para a loucura.



Figura 6 – A fábrica de subjetividades, maquete eletrônica e diretrizes. Fonte: Autora, 2010.

e devires. Apostei com Deleuze (2002, p. 25) que “quando um corpo ‘encontra’ outro corpo, uma ideia, outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente”. Eu estava alegre e interessada nos perceptos e afetos produzidos na relação com o lugar do abandono, mas também no que a arquitetura enquanto objeto artístico pode fazer, já que, como Guattari (2012) ensina, a arquitetura é um agente parcial de subjetividade.

Lembro que narrei à orientadora Ana Elísia Costa (2001) minhas impressões ao conhecer as antigas fábricas. Como estudiosa das arquiteturas fabris, ela mergulhava comigo enxergando detalhes significativos que eu ainda não tinha percebido. Numa das fotos, uma inscrição nas paredes internas da fábrica de pregos que dizia: vida LOCA (Imagem 5). Rimos. Pois estava escrito, era quase místico. O tema da loucura parecia ser bem-vindo nas sincronicidades e coincidências. As orientações com a Ana tinham esse caráter de boa composição de trabalho. E uma delicadeza afetiva que faz brotar a amizade.

Então comecei a sonhar. No exercício, a loucura fez ressurgir o espírito fabril das edificações pré-existentes, que tomaram um novo sentido de produção, não mais de artefatos ou produtos, mas sim, o de *produção de subjetividades*. Se, em um CAPS, o plano de produção de subjetividade é o plano do coletivo, logo, o equipamento seria mais do que um ambulatório. Ele seria proposto como um espaço que coloca

diversas atividades coletivas em funcionamento, como grupos terapêuticos, espaço de convívio e oficinas artísticas e ocupacionais, considerando essas práticas na relação com a comunidade local e com outros equipamentos culturais da cidade. Junto com a orientadora, fui identificando a carência de diretrizes e orientações para os projetos arquitetônicos dos novos serviços de saúde mental, o que demandou um exercício compartilhado de criação e imaginação de um programa arquitetônico.

A explosão do modelo manicomial, do modelo panóptico de arquitetura, cujo centro se constitui como o local da vigilância e controle, foi a primeira diretriz de projeto. Assim, liberei a área central (área mais danificada e enjambrada da pré-existência) para o livre uso convivência entre os usuários, e, conectei esse mesmo espaço com a cidade, através de uma via interna, aproveitando o lote vazio que era subutilizado como estacionamento. Criava-se, assim, uma passagem conectora. A rua interna, devolvida aos pedestres, surge como forma de criar possibilidades de encontro e conexão da cidade com a loucura, diferenciando do ostracismo dos modelos manicomiais e propondo uma outra maneira de estabelecer laços de atenção e cuidado passando necessariamente pelo corpo social como um todo.

Havia também a proposta de dois novos volumes sobrepostos que deslizam num movimento centrífugo provocado pela metafórica *explosão panóptica* central que empreguei como princípio compositivo. Um dos volumes rompe os limites da antiga edificação como uma linha de força. Esse volume novo é transpassado pela pré-existência e, no interior dele, são deixados os vestígios da alvenaria existente que eu propus expor, removendo-lhe toda a argamassa.

Mantive o antigo acesso da fábrica de pregos como acesso principal, dessa forma busquei legitimar a tipologia dos pavilhões e da sua distribuição linear. Ao passar por dentro da pré-existência, de um pé-direito relativamente baixo e escuro, o usuário se lança no interior do objeto novo, dessa caixa com pé-direito duplo que recebe iluminação zenital, reconfigurando ou reestabelecendo aquela atmosfera original que tanto me cativou no interior das fábricas arruinadas.

Já no interior da caixa, o usuário se encaminha para áreas de convivência na sequência linear de dois pavilhões. No primeiro deles, o uso é dedicado a ambientes de criação, de oficinas e ateliês, e na sua extremidade existem salas de geração de renda, e no segundo, foram organizados o núcleo hidráulico dos sanitários e vestiários da cozinha e refeitório. E, na extremidade do terreno, abertas à comunidade, são propostas uma sala multifuncional e um café-livraria com acesso interno do CAPS e também com acesso pela rua interna. Ao passo em que o primeiro pavimento tem esse caráter coletivo e dinâmico da criação, interação entre usuários e sua relação com a cidade, no segundo pavimento, o lugar criado é destinado ao indivíduo, onde ocorrem terapias individuais, em grupo, e o ambiente dos profissionais do serviço.

Devido as impressões que a espacialidade dessas edificações proporciona, optei por não dividir ou compartimentar os ambientes tanto nas oficinas quanto na sala multifuncional. São utilizadas ao invés de paredes fixas, placas recolhíveis que configuram diferentes *layouts* para diferentes eventos e acontecimentos. Assim, o próprio usuário poderia se apropriar do espaço, moldando-o conforme seu interesse e necessidade. O projeto respeitou a arquitetura preexistente a ponto de assumir sua disposição fragmentada, trazendo o usuário a sentir o espaço dentro da sua (i)lógica e ter também liberdade para manipulá-lo.

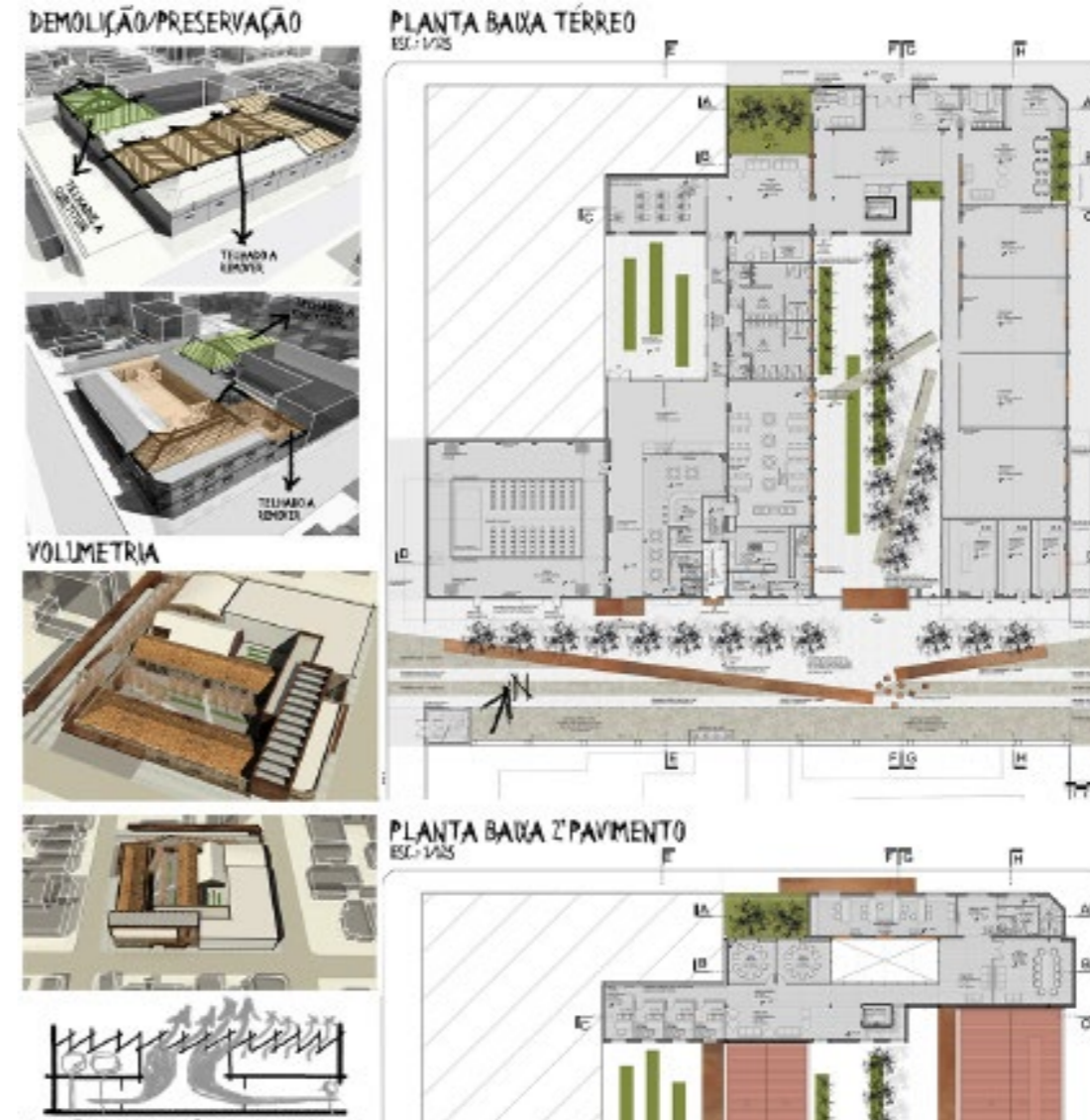


Figura 7 – A fábrica de subjuntividades, volumetria e plantas. Fonte: Autora, 2010.



Imagem 8 – A fábrica de subjuntividades, fachadas, vistas internas e externa. Fonte: Autora, 2010.

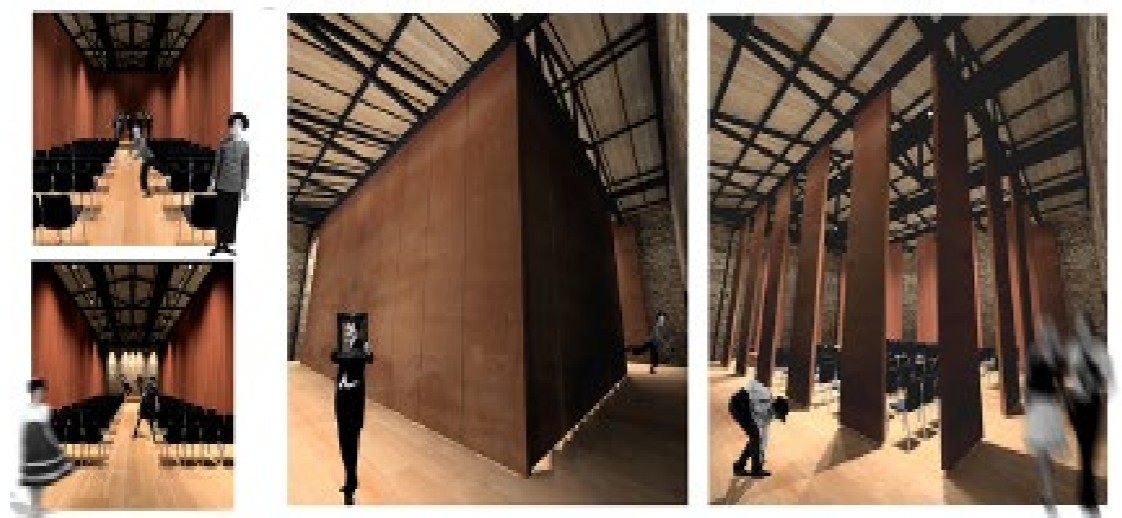


Figura 9 – A fábrica de subjetividades, fachada sul, vistas do auditório e vista do pátio. Fonte: Autora, 2010.

Nessa época, à beira da formatura, eu projetava e fumava Dunhill vermelho num conjugado de 18m² no centro de São Leopoldo. Na parede em frente ao notebook emprestado – que rodava o AutoCad96 e o Accurerder (software precário, que ninguém jamais usou como eu: fuzilando o cálculo de *radiosity*) – tinha um papel colado com uma fita durex vagabunda, onde estava escrito com grafite, quase apagado, *incompletude*. Era um desafio lidar com ela, seja na vida como no projeto. Noturna que sou, virava madrugadas trabalhando e, de manhã cedo, ia sempre comprar cigarro e torta de maçã no posto. Eu estava obsessiva criando a fábrica de subjetividades. Minha orientadora colocava limites: podem dizer que você está recaindo em fachadismos, em soluções de superfícies. Mas não era isso, e ela sabia. Afinal, a fábrica de subjetividades não era apenas sobre superfície, sobre textura, sobre descascar brutalmente as argamassas para liberar o tijolo maciço, as fiadas, a terracota, o barro cozido da década de 40, 50, 60, sobre introduzir outro material visualmente delicioso que é o aço corten, com aquele aspecto cobreado de ferrugem incandescente, escolhido, hoje sei, a partir de um cálculo ecológico muito parcial. Apesar de ser 100% reciclável, condição da escolha para o projeto, a pegada de carbono na produção do material é uma das mais altas entre os materiais de construção devido ao seu processo de produção, os impactos ambientais causados pela mineração e, além do mais, inviável economicamente para um equipamento de saúde pública. Então, apesar de sentir um deleite estético, hoje eu sou bem crítica dessa escolha.

A fábrica era também sonhar: certa noite (ou manhã), enquanto dormia, sonhei que estava dentro do 3d do meu projeto. Eu caminhava sobre pedras brancas, bem ali onde o panóptico se explodia. Tive a sensação da escala das barras de aço corten e a amplitude do pátio. Nunca esqueci a lucidez desse sonho e fico muito satisfeita quando sonho que estou dentro de um 3d. Eu me pergunto sempre se a fábrica de subjetividades é o sonho da estudante, do movimento antimanicomial, ou se é o sonho do lugar abandonado, que se sonhou através de um corpo que a própria fábrica seduziu, numa bela tarde, para tal empreendimento. Sem dúvida, este sonho está inserido na utopia antimanicomial. É um sonho compartilhado com as lutas que vieram antes de mim e que tiveram sucesso de construir políticas públicas. Considerei esse projeto onírico dentro do ideário da saúde coletiva: na qual o SUS, em primeiro lugar, recebe recursos e destina a importância para esse tipo de serviço; fomenta a saúde mental; possui uma rede formada por profissionais também antimanicomiais, bem remunerados; proporciona espaço de cuidado, e não de violação e violência, aberto completamente para a cidade, que além de centro de atenção psicossocial fosse um centro de espaços criativos, oficinas, ateliês, aberto à comunidade, cheio de arte, conquistando assim a interface da relação com a loucura, conquistando um viver junto. Essa era a terapêutica do convívio entre psicóticos e neuróticos que propus, das trocas e do envolvimento em práticas de arte. Seriam políticas públicas de saúde e cultura juntas no mesmo edifício – que já foi fábrica, que estava então abandonado, e que recuperado, mesmo que em sonho, pudesse ser transformado e aberto para uso e benefício de toda população capilé. Acredito que a dimensão arquitetônica do *corpo sem órgãos* acontece justamente aí, quando as forças e devires interpelam os sujeitos que utilizam o espaço, percebem e experienciam o lugar que, por sua vez, inspira a liberdade e a criação. Assim, o lugar se transfere pra além da sua dimensão física e funcional pra se tornar um corpo vivo e afetivo.

O lugar que morre: a demolição

Uma década depois de sonhar, depois de ter avançado a minha formação, pouco antes do apocalipse viral, em 2020, recebi uma mensagem no WhatsApp que dizia “TU NÃO VAI ACREDITAR”, e, junto dela, uma foto noturna de uma área urbana vazia. Iluminação pública incidindo sobre ela. Derrubaram a fábrica. Derrubaram a fábrica.

Não se chora por uma arquitetura condenada, eu pensei. Mas não se tratava disso. Era a notícia de um amigo urbano de longa data que deixava de existir. O objeto do meu TCC morreu. *Mas ele já não estava morto?* – alguém sussurrou na sala do luto.

Sim, eu confesso. Tudo estava condenado a desaparecer. Desde o princípio. Eu sabia. Para nossa sociedade capitalista voraz, o que valia ali, não era a arquitetura fabril, o patrimônio e memória do trabalhador capilé, o sonho da luta antimanicomial, o sonho da estudante. Não. O que valia, e ainda está em jogo, é o terreno de excelente localização. *Todo lo que passa es porque estan especulando*⁶. A função social do Estatuto das Cidades padece de abstração sem ferramentas adequadas para executar sua política. Dentro da economia urbana corrente, a materialidade desse conjunto arquitetônico já era descartável em 2010, e eu sabia disso.

O destino final-real das fábricas da quadra 102 foi corriqueiro e banal. Ao que tudo indica todo o conjunto terminou de ser demolido em 2018. Já a fábrica de vidros, invisível a partir da rua, veio a baixo antes, sem que ninguém percebesse, em 2016. E no início de 2020, sabendo da notícia da sua morte, eu voltei lá para prestar minhas homenagens e me despedir do amigo que já não mais existia. Segurando em mim um misto de pesar e assombro, pulei uma cerca frágil e andei pelo espaço reconstruindo mentalmente a arquitetura falecida e, também, o que foi sonhado, dentro da aventura de um projeto. Ainda sobravam vestígios no piso abatido e eu tentei olhar tudo com cuidado e respeito ao morto. Tomei um tijolo sobrevivente, maciço e vermelho, que guardei como uma relíquia do objeto amado e perdido, enquanto vestígio material de um exercício de imaginação.

Em 2022, em nova visita àquele endereço em São Leopoldo, descobri que aquele lugar especial na cidade tinha se transformado em um estacionamento privado da Unimed. É curioso e irônico, pra não dizer amargo, fazer o percurso mental nas alturas oníricas da recuperação da arquitetura fabril, na sua transformação em serviço de cultura e saúde mental pública e coletiva e, dessa altura despencar até o chão da realidade onde agora resta, invencível, um estacionamento da saúde privada. Há que se considerar a surpresa: muitos esperavam que fosse mais uma farmácia.

Tudo muda. Isso é certo. A morte e quase todas as mudanças são percebidas de início como episódios trágicos e confusos. A morte e a perda, temas que são profundamente emocionais e reprimidos na nossa cultura, são os lados obscuros da mudança (LYNCH, 2005). Todos sabem que demolições são eventos profundamente emotivos. Muitos sentem prazer ao ver vir abaixo aquilo que resistiu de pé por anos, mas, muitas vezes, a depender do vínculo afetivo, demolições dão origem às emoções de angústia, melancolia e nostalgia, ocasionadas por lembranças do que ali se possa ter sido vivido, e a percepção de que esses momentos provavelmente nunca serão encenados novamente. *Memento mori*. Lembre-se da morte.

⁶ Instituto Mexicano del Sonido / IMS – Especulando. Álbum: *Político*. Espanha: El Volcán Música – Volcan 057, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pb47Rt0wSYo>>. Acesso em: 6 set 2022.



Figura 10 – A demolição do abandono. Fonte: autora, 2022. A partir do Google Earth.

Em 2020, já não era mais possível não pensar na morte. Depois da demolição, seguiu-se a pandemia de Covid, a quarentena, às centenas de milhares de mortos no país. Estivemos diante da morte do ser, a morte da alma, a morte do mundo, a morte coletiva, a morte do bem-estar, a morte da política, a morte do futuro, a morte da arquitetura, a morte da rua, a morte da cidade. Fomos todos obrigados a entrar e trabalho de luto.

Então, em que consiste o trabalho realizado pelo luto? Creio que não é forçado descrevê-lo da seguinte maneira: *a prova de realidade mostrou que o objeto amado já não existe mais e agora exige que toda a libido seja retirada de suas ligações com esse objeto*. Contra isso se levanta uma compreensível oposição; em geral se observa que o homem não abandona de bom grado uma posição da libido, nem mesmo quando um substituto já se lhe acena. Essa oposição pode ser tão intensa que ocorre um afastamento da realidade e uma adesão ao objeto por meio de uma psicose alucinatória de desejo. *O normal é que vença o respeito à realidade*. (FREUD, 2012, p. 49, grifo meu)

Em trabalho de luto, surge a necessidade desse réquiem. Primeiro, como forma de processar a perda. Sair da melancolia por uma composição quase musical que conta sobre uma arquitetura que desapareceu da cidade. Sair da melancolia pois nela nenhuma elaboração é possível, apenas a fixação à uma cena que, arruinada, não permite transformação. Entendo a melancolia como a forma patológica da impossibilidade de agir, de impotência. Ela nos leva para uma situação de paralisia e, assim, bloqueia toda e qualquer imaginação política. E não, não quis de modo algum cair nas armadilhas do desencantamento social e do desengajamento político. Processar um luto para, em seguida, dar aberturas a outras imaginações para o lugar que sobrou. Afinal, o chão da cidade segue convocando a sonhar sobre uso do seu solo. O luto é necessário e prepara o sonhador para os novos desafios da vigília, os desafios da cidade, os desafios do planeta, os desafios de viver junto.

É preciso delicadeza e sabedoria para encerrar o drama. Por isso contar a história de amor com um espaço em situação de abandono, contar que com ele me pus a sonhar, e com ele continuar a escrever essa despedida. Em homenagem à fábrica de subjetividades, amiga caótica e singular, sua biografia, ainda que fragmentária, ficará registrada nos livros da vida acadêmica. Quis fazer isso do jeito mais nobre ao meu alcance: guardando sua memória, me valendo da oportunidade para manifestar de modo crítico, sensível, com afeto, com saudade e, principalmente, mantendo ativos os vetores oníricos e imaginativos na relação com aquele espaço na cidade para, continuamente, reabastecer um futuro possível enviando flechas de desejo, na metodologia da arte, sempre um pouco mais adiante no tempo, para outros sonhos, outros trabalhos de conclusão de curso, outra geração de sonhadores do espaço.

A arte (identificada aqui pela escrita, pelo projeto, pelas imagens, pelo réquiem, por uma postura) pode ser uma excelente mediação entre o fluxo da vida e nosso desejo. Assim defende Lynch (2005) ao tratar sobre as perdas e inspirar um modo digno de se compor com aquilo que se deteriorou. Este ensaio, portanto, é uma tentativa de ressignificar os restos. Uma maneira de buscar uma reconciliação com aquilo que foi esquecido, subjugado, abandonado, demolido. Ele traz o lugar abandonado como um protagonista que sonha, ou que foi sonhado.

Requiem aeternam dona eis, Domine.



Referências

- BOURRIAUD, Nicolas. *Pós-produção: como a arte reprograma o mundo contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- COSTA, Ana Elísia da. *A evolução do edifício industrial em Caxias do Sul: de 1880 a 1950*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2008
- DELEUZE, Gilles. *Espinoso: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- FREITAS, Maria Ribeiro de. Vago, Vacante, Vazio: Um Ensaio Sobre a Ruína na Cidade Contemporânea. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 9, p.65590-65604, set, 2020.
- FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2012.
- GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GHISLENI, Camilla Sbeghen. *A potência do abandono: políticas e contradições nas intervenções artísticas em espaços abandonados*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2017.

HUYSSSEN, A. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

LYNCH, Kevin. *Echar a perder: un análisis del deterioro*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.

RAZÃO INADEQUADA. *Bergson: a memória e o passado*. 2019. Disponível em: <<https://razoinadequada.com/2019/02/06/bergson-a-memoria-e-o-passado/>>. Acesso em: 7 set 2022.

ROSENBUSCH, Maria Laura Ramos. O projeto sobre preexistência: uma análise da obra do escritório Lacaton & Vassal. *Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio – Rio de Janeiro Brasil Ano I – N° I*

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territorios*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2002.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. *Intervenciones*. Barcelona, Gustavo Gili, 2006.

SPIRITO, Gianpaola. Le rovine come possibilità poetica per l'architettura contemporanea. *DC PAPERS: revista de crítica y teoría de la arquitectura*, Dez. 2012, núm. 24, p. 81-90.

VIECELI, Ana Paula. *Lugares da loucura: arquitetura e cidade no encontro com a diferença*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ESPAÇO TRILHAR

Um novo uso para o antigo Clube dos Ferroviários de Santa Maria

TRILHAR SPACE
A new use to the former Railroaders Club of Santa Maria

Maria Augusta Scalcon Calil¹ e Marina de Alcântara²

Resumo

A história de Santa Maria é fortemente associada à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, atribuindo um período de grande desenvolvimento da cidade ao auge da ferrovia. Das especificidades do fazer ferroviário, Santa Maria registrou a construção de muitos equipamentos para servir à ferrovia e tantos outros em função do contingente de pessoas que se relacionavam, ou se beneficiavam pela atividade. O olhar aqui exposto aproxima-se do Clube dos Ferroviários como um desses equipamentos que fora por muito tempo esquecido, apresentando-o na sua situação de abandono físico (edifício em ruínas) e abandono de classe (elite ferroviária que não existe mais), compartilhando aspectos que foram considerados ao assumi-lo como tema de Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. No recorte de texto, transita-se pela história de Santa Maria, apresentam-se as condições do edifício atualmente e expõe-se a proposta do Centro Multiuso chamado Espaço Trilhar como uma projeção de futuro.

Palavras-chave: abandono, Clube dos Ferroviários, ferrovia, Santa Maria.

Abstract

The history of Santa Maria is strongly associated with the Rio Grande do Sul Railway, attributing a period of great development in the city to the heyday of the railroad. From the specificities of railway work, Santa Maria recorded the construction of many equipment to serve the railway and many others depending on the number of people who related to, or benefited from, the activity. The view shown here approaches the Railroaders Club as one of those equipment that had been forgotten for a long time, presenting it in its situation of physical abandonment (building in ruins) and class abandonment (railway elite that no longer exists), sharing aspects that were considered when assuming it as the subject of the Final Graduation Project in Architecture and Urbanism. In the text clipping, the history of Santa Maria is explored, the current conditions of the building are presented and the proposal of a Multipurpose Center called Trilhar Space is presented as a projection of the future.

Keywords: abandonment, Railroader's Club, railroad, Santa Maria.

¹ Acadêmica do último semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN).

² Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Santa Maria – RS, Mestre em Patrimônio Cultural pela mesma instituição e especialista em A Moderna Educação: metodologias, tendências e foco no aluno pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana desde 2017, é professora colaboradora no projeto de extensão universitária [com]VIDA.

Santa Maria da história, memória e esquecimento ferroviário

Um dos marcos históricos que transformaram o desenvolvimento da sociedade santamariense e alteraram a paisagem urbana fortalecendo o contexto de cidade foi a instalação da ferrovia no início do século XX, reconhecida como determinante para consolidar Santa Maria como município referência no Rio Grande do Sul.

Mello (2002) destaca que a posição geográfica central no território do estado, com posição equidistante das fronteiras com Argentina e Uruguai, fez com que a partir de 1898 Santa Maria assumisse “ser um centro ferroviário de importante valor estratégico que refletiu significativamente na economia e na cultura regional” (MELLO, 2002, p.9).

Em 1898 são instalados em Santa Maria os escritórios da administração da *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil*, empresa Belga responsável pela gestão das ferrovias no Rio Grande do Sul até 1919 (MELLO, 2010), cuja dinâmica de pessoas envolvidas para atender demandas burocráticas, de projeto e manutenção de linhas e carros, repercutiu em mudanças estruturais na evolução urbana da cidade, fomentando seu desenvolvimento no que se refere à infraestrutura urbana, número de unidades residenciais, comércio e serviços.

O relato organizado por Marchiori e Filho (1997) do viajante Wilhelm Lacmann que esteve em Santa Maria em 1903, ilustra a forma como Santa Maria era vista, fazendo referência ao desenvolvimento da cidade em função da ferrovia.

A cidade tem um importante comércio de produtos coloniais devido à sua posição privilegiada de entroncamento da ferrovia Porto Alegre – Uruguaiana, no trecho Cacequi – Alegrete entretanto ainda não acabada, e da linha Santa Maria – Passo Fundo. Essa posição vai assegurar para Santa Maria um brilhante desenvolvimento nos próximos anos, se a linha eventualmente se tornar parte de uma grande rede sul-americana (MARCHIORI; FILHO, 1997, p. 90).

A consolidação da ferrovia fez surgir uma série de edificações que serviam de apoio aos ferroviários e suas famílias, além de contribuírem para o desenvolvimento da cidade de modo geral. Para além da estação, vias férreas e oficinas, Santa Maria foi a sede da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, responsável pela construção de armazéns, padaria, açougue, farmácia, fábrica de torrefação de café, alfaiataria, hospital e escolas³.

Segundo Mello (2002), a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a Vila Belga, a Escola de Artes e Ofícios, a Casa de Saúde e o Colégio Estadual Manoel Ribas (Figura 1) foram construídos em função dos ferroviários, além do desenvolvimento dos setores comercial e hoteleiro ao longo da Avenida Rio Branco - via esta que conectava a Estação Férrea até o centro da cidade.

Flôres (2008) explica que a partir da implantação da rede ferroviária na segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul, surgiu no estado uma nova profissão formada pelos membros da chamada *Classe Ferroviária*. A classe esteve em ascensão na época, representando um avanço significativo para a região.

³ A Escola de Artes e Ofícios Masculina ficava localizada na Avenida Rio Branco, também foi chamada de Hugo Taylor, após reformas o prédio recebeu as instalações do Hipermercado Carrefour. A Escola de Artes e Ofícios Feminina, também chamada de Santa Terezinha, hoje é sede do Colégio Estadual Manoel Ribas.



Fazer parte do mundo do trabalho ferroviário na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, não importando do setor de trabalho e nem as tarefas a serem executadas, significava pertencer a um grupo profissional em ascensão, cujo labor era considerado essencial ao progresso do Estado (FLÔRES, 2008, p. 37).

A presença da ferrovia em Santa Maria já foi pulsante e ativa no sistema da cidade, vivida em “seus prédios, materiais, estruturas e sons característicos”, destacados por Mello (2010, p.122) “não só marcos referenciais de uma época como também símbolos de dinamismo, de capacidade de organização e produção”.

As marcas desse tempo estão presentes em diversos espaços do centro urbano de Santa Maria, que se consolidou muito em função da rotina de embarques e desembarques na Estação Férrea da cidade. Dessa agitação e vitalidade do transporte ferroviário, Santa Maria herdou uma série de edifícios que foram abandonados após a extinção das viagens com passageiros no final da década de 1990 e da diminuição do transporte de cargas.

A bagagem histórica da ferrovia em Santa Maria está presente na memória coletiva e nos discursos institucionais daqueles que trabalham pela cidade, além de materializada na paisagem urbana do *Centro Histórico*. Apesar de um movimento recente do Poder Público Municipal em parceria com instituições públicas e privadas, organizações não governamentais e coletivos independentes para ativar o centro histórico com um projeto de Distrito Criativo, a paisagem construída da região central reflete as transformações que Santa Maria viveu à medida que sua história ferroviária foi se perdendo na memória daqueles que viveram esse tempo.

Reconhece-se a situação de abandono físico da estrutura ferroviária que foi responsável por transformar um vilarejo em cidade, em um movimento de décadas que defendia o progresso e expansão da estrutura urbana em detrimento da situação existente. O olhar aqui exposto aproxima-se do Clube dos Ferroviários, um dos tantos edifícios construídos não para a ferrovia ou pela ferrovia, mas em função desta, apresentando-o na sua situação de abandono e compartilhando aspectos que foram considerados ao assumi-lo como tema de Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Santa Maria tem na sua história a presença da ferrovia como uma marca, entre essas, a construção do Clube dos Ferroviários. Na memória de muitas pessoas ainda é presente o que aquele tempo representou nas suas vidas particulares e nas dinâmicas coletivas. Hoje é sensível que o compromisso a ser firmado é de que essa história não fique registrada só na memória, não admitindo-se o esquecimento desse marco temporal no futuro santa-mariense.

Um edifício que já foi Clube

A definição de um *clube* traz na sua essência a associação de pessoas, como um local para reuniões ou atividades recreativas. O Clube dos Ferroviários tratava-se da sede da Associação dos Empregados da Viação Férrea (AEVF), fundada em Santa Maria em 5 de novembro de 1914 (FLÔRES, 2008).

As organizações coletivas de ferroviários surgem em Santa Maria tendo em vista o contingente de pessoas ligadas ao setor. Flôres (2008) pondera que o que ocorre na cidade no início do século XX também é notado em outras regiões do Rio Grande do Sul, onde “passou a ser comum a criação de sociedades recreativas, representativas de classes sociais, categorias profissionais, grupos étnicos, bem como interessados nas práticas desportivas, ações culturais e também políticas” (FLÔRES, 2008, p. 273).

Flôres explica que em Santa Maria há vários registros de associações vinculadas à viação férrea, muitas dessas com funções de recreação e lazer organizadas por classes de trabalhadores. A *Sociedade Recreativa Ferroviária 13 de Maio* foi a primeira a ser fundada, reunindo entre associados somente trabalhadores afro-brasileiros e seus familiares. Flôres ainda cita a *Sociedade Recreativa Ferroviária 21 de Abril* formada principalmente pelos *graxeiros*⁴, o *Grêmio Recreativo Ferroviário Riograndense* e a *Sociedade Recreativa Cruzeiro do Sul*⁵, o *Clube Telegrafista Sul-Riograndense* e uma das mais reconhecidas delas, a Associação dos Empregados da Viação Férrea (AEVF) distintamente formada pela *elite ferroviária* (FLÔRES, 2008).

O Clube dos Ferroviários, então sede da AEVF, localizava-se na Vila Belga, local esse que foi construído para servir de moradia para os funcionários dos escritórios da ferrovia, tais como administradores e engenheiros. O conjunto de 83 casas teve seu início de construção em 1907 pela concessionária Belga que possuía a concessão da ferrovia (LOPES, 2002), sendo que hoje possui tombamento em nível estadual por compor a *Mancha Ferroviária de Santa Maria* (SCHLEE, 2001).

O edifício principal da AEVF possuía dois pavimentos ocupando a esquina das ruas Manoel Ribas e Dr. Wauthier (Figura 2), com dois acessos - um em cada rua. A esquina marcada pelo canto arredondado que acompanha o passeio, os acessos identificados pelo pequeno avanço da fachada, a marquise acima da porta e a platibanda escalonada trazem ares do *Art Déco* que vinha sendo adotado em outros edifícios ao longo da Avenida Rio Branco, marcando os anseios de modernidade para Santa Maria (KUMMEL, 2013).

⁴ Como eram chamados os operários que normalmente atuavam nas oficinas, via permanente e depósitos (FLÔRES, 2008).

⁵ Segundo Flôres (2008), eram formados por operários mais humildes.

Figura 2 - Registros atuais do Clube dos Ferroviários. Fonte: Acervo pessoal, 2022.
 Figura 3 - Comparação de registros do Clube dos Ferroviários em 2002 e 2022. Fonte: (A) Mello, 2002, p. 97; (B) Acervo pessoal, 2022.



Além de local para eventos políticos que diziam respeito aos interesses ferroviários, como assembleias da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea e debates ligados ao trabalho ferroviário, a Associação, como era comumente chamada, foi principalmente usada para eventos sociais. Na sua sede havia espaço para jogos de xadrez, dominó, dama, bocha, bilhar, ping-pong e bolão, além de um amplo salão que era palco de animadas reuniões dançantes e comentados bailes de carnaval que agitavam o cenário cultural de Santa Maria (FLÔRES, 2008).

A partir da decadência do transporte ferroviário, a Associação enfraqueceu e o Clube perdeu seu uso. Dos registros realizados por Mello (2002) é possível afirmar que o edifício já está sem uso e sem manutenção há mais de dez anos, com estrutura física que vem se deteriorando.

Ao comparar registros do edifício do ano de 2002 aos de 2022 (Figura 3), constata-se sua degradação, com reboco externo com partes descascadas e descoladas, revestimentos com fungos aparentes, muitas janelas quebradas e alguns vãos em que a esquadria foi removida, sendo fechado por tapume para restringir o acesso de pessoas.

Atualmente o edifício está interditado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria tendo em vista a sua instabilidade. Apesar da aparente solidez de suas vedações externas, internamente o edifício está em situação de ruína, com inúmeras patologias e estrutura cedendo (Figura 4).

A cobertura característica do edifício principal, organizada em três águas e com um lanternim central, está caindo aos poucos, expondo o entrepiso de madeira entre os dois pavimentos às intempéries do tempo que aceleram sua degradação. Os prédios



anexos hoje são ocupados de maneira improvisada, inclusive como moradia, e o pátio que já foi utilizado para atividades sociais hoje é um grande depósito de entulhos (Figura 5).

Das visitas no local, ainda que externamente, e da análise das imagens que compõem o acervo do Instituto de Planejamento de Santa Maria, constata-se sua situação de evidente abandono. As marcas na sua estrutura física podem ser lidas como marcas de um tempo em que a classe ferroviária fez de Santa Maria uma cidade expoente, que vibrava em torno da Estação Férrea e de tudo que a ferrovia representava.

Ao longo da Avenida Rio Branco, a Vila Belga, as adjacências da Estação já foram objeto de inúmeras iniciativas do poder público municipal, organizações coletivas e universidades que buscavam valorizar o papel histórico da região para o município. Das mais recentes, cita-se o Projeto do Distrito Criativo Centro-Gare, que, conforme o site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, busca revitalizar o Centro Histórico de Santa Maria a partir de iniciativas voltadas à economia criativa. (SANTA MARIA, 2021)

Antes mesmo de o Distrito Criativo ser discutido na cidade, o *Brique da Vila Belga* foi organizado por uma associação de artesãos que duas vezes por mês instalam-se nas ruas Manoel Ribas, Dr. Wauthier e André Marques reunindo pequenos empreendedores e atividades culturais que auxiliam na ativação do local. Iniciativas privadas ainda têm valorizado a Vila Belga, como a reforma do edifício da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea e outras atualizações nas casas que têm mudado o seu padrão de ocupação para receber pequenos empreendimentos, com renovação da área.

Figura 4 - Registro interno e patologias no Clube dos Ferroviários em 2021. Fonte: (A) Jornal Santa Maria 24 Horas; (B) Acervo do Instituto de Planejamento de Santa Maria, 2021.
 Figura 5 - Fotos aéreas do Clube dos Ferroviários em 2022. Fonte: Acervo do Instituto de Planejamento de Santa Maria, 2021.

Sensível à situação de abandono do Clube dos Ferroviários, em 2022 o local foi objeto do Concurso Iconicidades Santa Maria que recebeu propostas de intervenção no edifício para receber um Centro de Inovação e Economia Criativa. Promovido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e gerido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio Grande do Sul (CONCURSO, 2022), o concurso colocou em evidência a situação do Clube dos Ferroviários e trouxe novos olhares para sua representatividade da história de Santa Maria.

O Espaço Trilhar do futuro possível

A sede da Associação dos Empregados da Viação Férrea tornou-se tema do Trabalho Final de Graduação (TFG) em Arquitetura e Urbanismo da autora, reconhecendo a importância histórica do Clube dos Ferroviários para Santa Maria e do edifício como marco na paisagem local da Vila Belga. Confirmando essa leitura, o Concurso Iconicidades Santa Maria foi lançado meses após a definição do tema de TFG, trazendo o Clube como local de intervenção.

No TFG elaborou-se uma proposta de nova ocupação para o espaço, se apoiando em um ambiente dinâmico para estimular diferentes manifestações artísticas e servir de suporte aos pequenos empreendedores da região, principalmente vinculados ao Brique da Vila Belga. Acredita-se que atribuir um novo uso para uma edificação antiga, que responda às demandas contemporâneas da sociedade, seja uma boa estratégia para ativá-la e alertar para a importância da preservação e da valorização da paisagem construída com valor patrimonial.

O Clube dos Ferroviários assume importante papel na materialização da memória coletiva de Santa Maria, contudo, na proposta de TFG repensa-se sua representatividade que antes restrita à *elite ferroviária* em uma associação restrita, hoje deveria representar um local democrático, incluindo pessoas de diferentes classes sociais, etnias e gêneros. Nesse sentido legitima-se a ideia de que parte da história do que foi o clube e o que ele representava na sociedade santa-mariense deveria ficar no passado.

Com a intenção de trazer nova identidade surge o nome *Espaço Trilhar*, em que foi retirada a palavra *clube*, pois entende-se que limita o uso do local a um público específico. A palavra *trilhar* faz alusão aos trilhos da ferrovia e ao verbo que significa percorrer, trazendo a ideia de movimento e futuro, que resgata, de certa forma, a intenção inicial da construção do edifício e o simbolismo da presença da ferrovia em Santa Maria.

A proposta de intervenção para o antigo clube apoia-se na afirmação de Meira (2005) que diz que preservar o patrimônio cultural não significa fazer o bem durar para sempre, mas sim que “representa o patamar de referência, o conjunto das permanências por meio das quais as sociedades se reconhecem, se identificam, constroem e reconstroem os seus valores e sua trajetória” (MEIRA, 2008, p. 15).

O Espaço Trilhar reconhece o Clube dos Ferroviários como referência de um tempo, de uma cultura, de um momento histórico para o desenvolvimento econômico e cultural de Santa Maria, de modo que a proposta de intervenção restabelece o edifício principal na esquina das Ruas Manoel Ribas e Dr Wauthier. De acordo com Caritá e Benício (2015), a intervenção contemporânea pode atrair e despertar o interesse pelo antigo, fomentando sua preservação.

Compreende-se que intervir em preexistências não só é um ato realizado desde os tempos remotos, mas, também, é uma ação

fundamental para que o antigo perdure e permita a construção histórica das civilizações, como marcos destas, como registro de suas existências e feitorias, como herança cultural, como conhecimento e reconhecimento. Preservar obras humanas de outros tempos assegura, responde, mostra de onde veio o homem, quem é e porque é (CARITÁ; BENÍCIO, 2015, p. 27).

Os condicionantes para intervenção

A edificação do Clube dos Ferroviários foi tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE) em 2000 (SEDAC, 2000), que determinou a preservação das fachadas, esquadrias e volumetria do edifício, reconhecendo sua inserção na Mancha Ferroviária de Santa Maria.

O Clube ainda faz parte do conjunto da Vila Belga, tombado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria ainda em 1997 (SANTA MARIA, 1997) definindo a preservação da cobertura, volumetria e principais características da edificação. Os tombamentos em nível municipal e estadual buscam a preservação da paisagem da Vila Belga e entorno da Estação Férrea, desde as edificações até características de inserção urbana, como pavimentos das vias e passeios.

No que se refere aos índices urbanísticos previstos na legislação municipal, o terreno do Clube dos Ferroviários está localizado no Centro Histórico (Zona 2), porém, de acordo com a Prefeitura Municipal de Santa Maria, devem ser utilizados os índices da Zona 3 sob análise do Instituto de Planejamento de Santa Maria. Na tabela abaixo (Tabela 1) foram elencados os índices mínimos e máximos permitidos para o lote, assim como as áreas que a preexistência edificada e preservada ocupa atualmente.

ÁREA DO TERRENO: 1.735,15 m ² Zona do Terreno: 2 Zona Utilizada: 3			
	Permitido	Pré-existente	
	Índice	Área (m ²)	Área (m ²)
Índice de Ocupação (IO)	máx. 0,6	1.041,09	543,80
Índice de Aproveitamento (IA)	máx. 4,0	6.940,60	875,95
Índice Verde (IV)	mín. 0,18	312,32	0
Recuo	3m	-	0
Afastamentos	até 14m de altura – mín. 2m	-	0
Altura	até 13m	-	14 metros

Tabela 1 - Índices urbanísticos incidentes no lote do Clube dos Ferroviários. Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Na paisagem construída da Vila Belga, o edifício se destaca por suas características que o diferem do conjunto de casas, que mesmo que possuam diferentes tipologias, ainda assim, todas são térreas, e construídas junto ao alinhamento, com fachadas ecléticas que brincam com adornos, frisos e fenestraçãoes. O Clube dos Ferroviários possui dois pavimentos, fachada *Art Déco* e ocupação do lote de esquina marcada pela edificação arredondada.

Simbolicamente reconhece-se a sua força enquanto um equipamento distinto na comunidade da Vila Belga, que intencionalmente se sobressai.



Na análise de perfil de quadra da Rua Manoel Ribas, o Clube dos Ferroviários está na extremidade esquerda. A sensação da escala de dois pavimentos é suavizada em função da topografia do terreno e da presença de outro edifício de três pavimentos na extremidade à direita, fazendo frente para a Avenida Rio Branco (Figura 6). Já na face junto à Rua Dr. Wauthier o edifício fica evidente, com lote que ocupa mais da metade do trecho da quadra.

Apesar de o lote do clube ter maior área junto à Rua Dr. Wauthier, a Associação assumiu como seu endereço a Rua Manoel Ribas, uma vez que essa é uma das principais vias de acessos à Vila Belga, cujo nome homenageia uma importante personalidade santamariense. Além disso, à sua frente, localizava-se a sede da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande Sul, uma importante associação fundada e gerida por ferroviários em Santa Maria que se inseriu no contexto do estado atuando nas áreas do comércio, indústria, educação e saúde. Segundo Mello (2010), a cooperativa chegou a ter mais de 20 mil associados entre as décadas de 1940 e 1950.

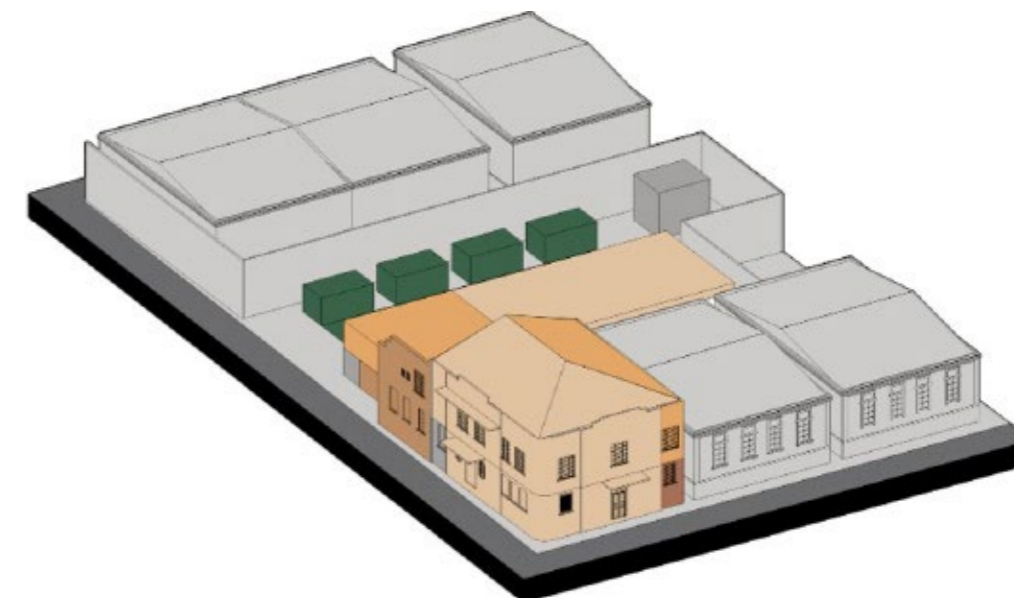
Para além dos instrumentos legais que regulam reformas e construções na Vila Belga e no Clube dos Ferroviários, impôs-se como condicionante reconhecer no existente e no seu vazio o que era possível de sofrer intervenção. As projeções do que poderia ter sido o Clube, de como era ocupado, das atividades que ali aconteciam e as investigações das possíveis reformas que alteraram a configuração original do edifício, colocaram o exercício projetivo em um campo abstrato de decisões que explorava muito mais as potencialidades da ruína, do vazio, do abandonado, do que do construído em si.

Proposta de zoneamento para o projeto de intervenção

A partir da pesquisa histórica, coleta de dados e levantamento físico, foi construído um programa de necessidades que contemplasse a proposta de novo uso para o antigo edifício.

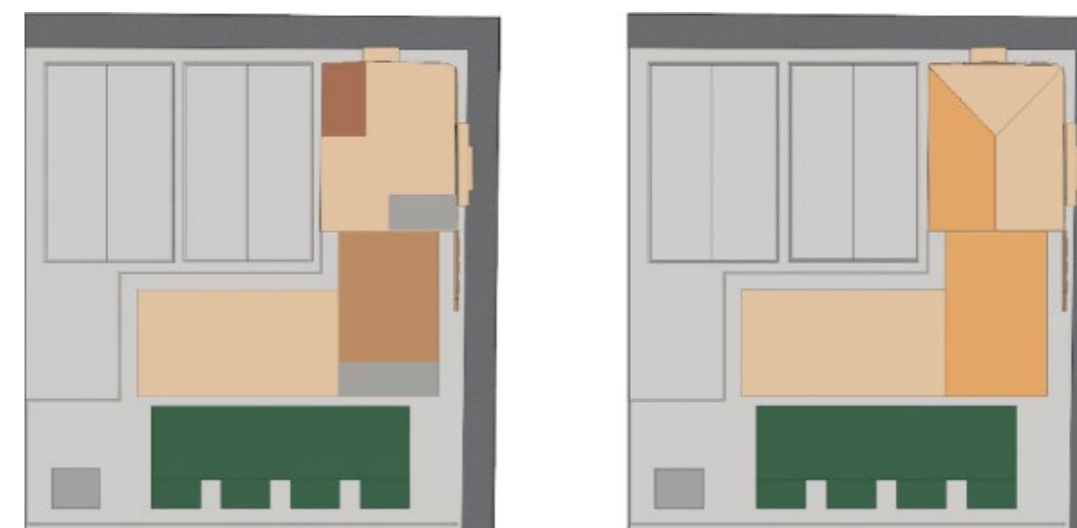
Conectando-se ao tema do *trilhar*, foram organizados quatro principais setores para distribuir o novo programa de necessidades: apresentar, criar, educar, comer, além de espaços de apoio e infraestrutura.

O setor *Criar* e *Apresentar* são a síntese do que se propõe como potencial novo uso para o Clube dos Ferroviários transformado em Espaço Trilhar. No *Criar* são



Legenda:

- setor apresentar
- setor criar
- setor educar
- setor comer
- setor de infra
- setor de apoio



Legenda:

- setor apresentar
- setor criar
- setor educar
- setor comer
- setor de infra
- setor de apoio

concentrados espaços de produção como ateliês e oficinas para atividades manuais e artísticas que fomentam a economia criativa e dão suporte aos empreendedores locais. O setor *Apresentar* oferece ambientes para exposições e auditório, complementando as atividades de criação e oportunizando divulgar os produtos desenvolvidos. O *Educar* possui espaços voltados para aprendizado e troca de experiências, com sala de estudos, biblioteca, espaço de convivência e espaço multiuso. O *Comer* deve servir como atrativo para os visitantes da região e como apoio para os funcionários e frequentadores diários do Espaço Trilhar.

Por fim, os setores *Apoio* e *Infraestrutura* representam o administrativo e o serviço do edifício, contando com recepção, administração, sala de reuniões, almoxarifado, sala dos funcionários e vestiários.

Com a estruturação do programa de necessidades e considerando os condicionantes legais, foi gerada uma proposta de zoneamento que distribuía os setores no lote, parte deste ocupando o edifício principal do Clube dos Ferroviários, preservando suas principais características e parte propondo a construção de novas ampliações no lote.

A Figura 7 apresenta um esquema de ocupação da área, trazendo em primeiro plano a visual da esquina entre Ruas Manoel Ribas e Dr. Wauthier.

A proposta do projeto se desenvolveu embasada em uma série de diretrizes como: a valorização da preexistência do edifício da esquina, a conexão entre o pátio interno e a via pública e a coerência com a paisagem local.



Legenda:

- setor apresenta
- setor criar
- setor educar
- setor comer
- setor de infra
- setor de apoio

Dessa forma, como é possível notar na Planta Baixa Térrea da Figura 8, foram propostos vários usos na edificação principal a fim de ativá-la ao máximo. Ainda, o pátio do terreno foi preenchido com o setor *Comer*, assim, cria-se um espaço convidativo que faz ligação com a rua.

Considerando a altura das residências da Vila Belga que compõem o entorno da área de intervenção, propôs-se que as construções novas tivessem aproximadamente seis metros de altura (Figura 9).

Considerações finais

A história de Santa Maria registra entre um de seus marcos de desenvolvimento a presença de um centro ferroviário estadual. A instalação da Estação Férrea, de oficinas de manutenção, de um centro logístico que conectava e distribuía linhas pelo interior do Rio Grande do Sul mudou a estrutura da cidade.

Foi a partir da consolidação de um centro ferroviário em Santa Maria que a cidade viu a sua população crescer, as regiões em torno das oficinas tornaram-se núcleos de concentração de comunidades e a região central, que conectava a Estação Férrea até a Rua do Comércio e praça tornou-se um centro pujante de trânsito de pessoas, hotéis, comércio e palacetes da alta sociedade local.

A nova classe trabalhadora dos ferroviários destacou-se em Santa Maria pelo número de pessoas envolvidas, desde funcionários ligados à direção e administração, até os operários de manutenção de linhas por sua organização e identidade. Das associações de ferroviários, Santa Maria herdou a Vila Belga como um dos primeiros conjuntos habitacionais do Rio Grande do Sul, escolas, hospital e clubes recreativos e de lazer que se mantêm em funcionamento.

Da decadência do transporte ferroviário e interrupção de viagens com passageiros, os equipamentos vinculados à comunidade ferroviária mudaram suas características e mesmo usos. Alguns edifícios foram cedidos ou adquiridos por outras entidades e investidores privados, enquanto outros, como é o caso do Clube dos Ferroviários, vem sofrendo com o abandono da sua estrutura física e degradação.

Apesar de estar em situação de ruína, a sede da Associação dos Empregados da Viação Férrea é reconhecida enquanto objeto construído com valor patrimonial pela ocupação histórica, localização e aspectos formais, de modo que o edifício é um dos registros de um período fundamental para a organização espacial da cidade de Santa Maria. Sensível a isso, em 2021 o edifício foi escolhido como objeto do Concurso Iconicidades, que selecionou as melhores propostas de intervenção no bem tombado para receber um novo uso.

Interpreta-se que o edifício deixou de ser um clube desde o momento que não foi mais ocupado como um local de reunião de associados. Para além de uma estrutura física que materializa o abandono nas paredes que estão ruindo, o abandono se faz também pela ausência de pessoas, pelo desinteresse de uma agremiação que se desfez quando o ponto que os unia também ruiu, ou seja, a elite ferroviária que deixou de existir.

Ao adotá-lo como tema de Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, reconhece-se o bem material como referência e marcador para a história e memória local ao mesmo tempo que se compreende a necessidade de renovação de sua estrutura física para viabilizar sua manutenção. Ainda assim, a proposta de um novo nome - espaço trilhar - que exclui o termo *clube* fortalece a ideia de novos tempos para o edifício que rejeita a proposta de uso restrita à associados para ser ocupado por todos.

Os desafios impostos pela proposta em nível de estudos acadêmicos foram além de questões referentes ao tombamento, normativas de projeto ou índices urbanísticos, mas se fazem no equilíbrio entre preservar e atualizar, reconhecer suas marcas e inovar, ler o espaço construído e o espaço esquecido nos vazios da ruína ou nos vazios do que está sem uso. Pelos estudos desenvolvidos acredita-se na viabilidade da renovação do edifício, impactando positivamente na nova dinâmica da Vila Belga e Centro Histórico de Santa Maria.

Referências

CARITÁ, Maria Luiza Nunes. BENÍCIO, Danielle Rocha. *Intervenção em preexistência: estudo para consolidação e valorização da ruína Mussi (Laguna/SC)*. Cadernos NAUI, Florianópolis, vol. 4, n. 7, p. 22-38, jul./dez. 2015.

CONCURSO Iconicidades Santa Maria - RS. Disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2022/05/11/concurso-iconicidades-santa-maria-rs/>. Acesso em 09 nov 2022.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. *Os trabalhadores da V.F.R.G.S.: profissão, mutualismo, cooperativismo*. Santa Maria: Palloti, 2008.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA - IPLAN. *Cartilha da Vila Belga*, s/ d. Disponível em: http://iplan.santamaria.rs.gov.br/legislacao/66_0.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

Jornal Santa Maria 24horas. *Equipe do projeto Iconicidades visita prédio do Clube dos Ferroviários*. Disponível em: <https://santamaria24horas.com.br/Not%C3%ADcias/equipe-do-projeto-iconicidades-visita-predio-do-clube-dos-ferroviarios/>. Acesso em: 09 nov 2022.

KUMMEL, Márcia Barroso. *Estudo sobre o Art Déco em Santa Maria/RS: O caso da Avenida Rio Branco e seu patrimônio edificado*. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. FILHO, Valter Antônio Noal (org). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. Santa Maria: UFSM, 1997.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. 2008.

MELLO, Luiz Fernanda da S. *O pensamento utópico e a produção do espaço social: a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, 2010.

MELLO, Luiz Fernando da S. *O espaço do imaginário e o imaginário do espaço: a ferrovia em Santa Maria, RS*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. Porto Alegre, 2002.

SANTA MARIA. *Decreto executivo nº 161/97*. Declara tombado definitivamente a Vila Belga. Prefeitura Municipal de Santa Maria, Santa Maria, ago. 1997.

SANTAMARIA. *Santa Maria Distrito Criativo*. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. 2021. Disponível em: <http://www.santamariaturismo.com.br/index.php/pt/a-cidade/santa-maria-distrito-criativo>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. *A Mancha Ferroviária de Santa Maria*. In: Anais do Seminário Território, Patrimônio e Memória, Santa Maria, setembro, MULLER, Siomara Ribeiro; LOPES, Caryl Eduardo J. (org). 2001; p. 99-100).

SEDAC - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. *Portaria nº 030/00/SEDAC*. Resolve tomar o sítio ferroviário de Santa Maria. Porto Alegre, jul. 2000. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=23802>. Acesso em: 10 nov. 2022.

A MULTITEMPORAL VILA ITORORÓ

THE MULTITEMPORAL VILA ITORORÓ

Eduardo Oliveira Soares¹

Resumo

A Vila Itororó foi inaugurada em 1922 e está localizada na cidade de São Paulo. O conjunto arquitetônico inicialmente era formado por um palacete, casas de aluguel e uma piscina. Desde 2013 abriga um Centro Cultural. A configuração arquitetônica atual revela a variedade de usos e de públicos ao longo do tempo; as mudanças urbanas da cidade e do bairro; as oscilações entre os perfis dos moradores; e as abordagens sobre como lidar com o patrimônio das cidades. Esses fatores ajudaram a forjar, ao longo de um século, um conjunto arquitetônico que mescla edificações já restauradas, obras em andamento e estruturas aparentemente abandonadas. O artigo apresenta uma narrativa textual e fotográfica a partir de uma visita realizada em 2022, registrando atributos e percepções de um patrimônio marcado pela atuação do tempo.

Palavras-chave: arquitetura do abandono, narrativa fotográfica, narrativa textual, patrimônio cultural, Vila Itororó.

Abstract

Vila Itororó was inaugurated in 1922 and is located in the city of São Paulo. The architectural ensemble initially consisted of a mansion, rental houses and a swimming pool. Since 2013 it houses a Cultural Center. The current architectural configuration reveals the variety of uses and audiences over time; the urban changes of the city and the neighborhood; the oscillations between the profiles of the residents; and approaches on how to deal with the heritage of cities. These factors helped to forge, over a century, an architectural ensemble that mixes buildings already restored, works in progress and apparently abandoned structures. The article presents a textual and photographic narrative based on a visit carried out in 2022, in order to record attributes and perceptions of a heritage marked by the performance of time.

Keywords: architecture of abandonment, photographic narrative, textual narrative, cultural heritage, Vila Itororó.

¹ Doutor em Arquitetura e Urbanismo (2021), mestre em Arquitetura e Urbanismo (2013) e especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (2009) pela Universidade de Brasília/UnB. É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas/UFPEL (1995). É servidor da UnB. Admirador, criador e pesquisador de narrativas.

A Vila

Na cidade de São Paulo, no bairro Bela Vista, nas cercanias de onde – sob a superfície – transita o metrô, e de onde corria o agora canalizado Córrego Itororó, há um terreno em declive. Com acesso por três ruas, nele foi inaugurado há um século, em 1922, um curioso conjunto arquitetônico: a Vila Itororó (Figura 1). O conjunto era formado pela casa do empreiteiro e comerciante português Francisco de Castro – o idealizador da construção –, por casas de aluguel e por uma piscina que, por algum tempo, integrou o Clube Éden-Liberdade.

Desde 2013, ano que marca a retirada dos últimos moradores, o terreno de cerca de 5.000 m² (CASTRO; FELDMAN, 2017, p.6) abriga o Centro Cultural Vila Itororó, mantido pela Prefeitura de São Paulo. A configuração arquitetônica atual revela um pouco da variedade de usos e de públicos ao longo do tempo; das mudanças urbanas da cidade e do bairro; das oscilações entre os perfis dos moradores; e das abordagens sobre como lidar com o patrimônio das cidades. Esses fatores ajudaram a forjar, ao longo de um século, um conjunto arquitetônico que mescla edificações já restauradas, obras em andamento e estruturas aparentemente abandonadas. Um conjunto que contrasta com o entorno e instiga os visitantes a tentar entender os motivos da sua configuração e do seu estado atual de conservação.

A visita a esse espaço motivou a elaboração desse texto no qual, por meio da revisão da bibliografia sobre a Vila Itororó, da observação dos seus espaços e da realização de uma narrativa textual e fotográfica, foram registradas peculiaridades desse curioso e centenário espaço. Narrar os espaços por meio de textos e de fotografias é uma maneira de, minimamente, inseri-los na historiografia e na memória da sociedade. É uma abordagem afim à área da arquitetura, do urbanismo e do patrimônio que visa criar um ensaio sobre o efeito do tempo nas cidades. Afinal, “pedras, concreto, vidro, aço, arquitetura, palavras, textos e imagens não apenas carregam memórias, as narram” (MEDEIROS, 2017). Narrar para os outros e para si é um exercício de melhor entender as experiências vividas e de melhor decodificar um espaço arquitetônico que tem em si marcas de abandono e de preservação cunhadas durante décadas.

A narrativa sobre a Vila procurou resgatar fragmentos da história, conceito aparentemente pertencente ao passado, mas que é permanentemente redefinido a partir do tempo atual. Essa narrativa também apresenta as percepções sobre o presente, mais especificamente, as de uma visita ao Centro Cultural realizada no ano de 2022. A vivência e os registros textuais e iconográficos auxiliam na construção de uma memória sobre o que foi experimentado.

Os conceitos de história e memória estão imbricados. Como define Pierre Nora (1993, p.9), “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; (...)”. Visitar a Vila Itororó é deparar-se com muitas histórias e memórias, recortes de vários tempos. “Abordar o tempo a partir da sociedade e de suas narrativas, incluindo as fotográficas, é considerar aspectos de sucessão – passado, presente e futuro –, de ciclos, de convenções sociais, de vontades terrenas e de desígnios do sobrenatural” (SOARES, 2021, p.46).

Ana Castro e Sarah Feldman (2017) sintetizaram a cronologia da Vila. A construção teve início em 1912 e se estendeu até 1932, sendo a inauguração em 1922. Ações sobre a sua preservação iniciaram-se nos anos 1970, suscitando a especulação sobre diferentes abordagens nas intervenções. Data de 2002 o tombamento municipal e de 2005 o estadual. Apesar de estudos que previam a continuidade do uso da Vila como residencial, de acordo com o que foi primariamente concebido, os últimos moradores



foram retirados em 2015. Atualmente, a Vila Itororó é um Centro Cultural gerenciado pela Prefeitura que, por meio do *Projeto Canteiro Aberto*, procura apresentar, discutir e definir em conjunto com a sociedade as possibilidades de restauração e de uso dos espaços.

A inscrição da Vila Itororó no Livro do Tombo por parte do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CON-DEPHAAT) destacou o “caráter singular, pitoresco e onírico (...); a criatividade na composição arquitetônica resultado de uma colagem de elementos decorativos provenientes, em sua grande maioria, do antigo Teatro São José (...); o pioneirismo na introdução de uma piscina em propriedade particular” (SÃO PAULO, 2005, p.29). Quando a sociedade formaliza o tombamento significa que reconheceu o valor daquele bem para a geração atual e que também o considera relevante para as futuras gerações.

Para quem, como eu, não é morador da cidade de São Paulo, visitar o Centro Cultural é um programa que requer especial atenção, pois não será repetido tão cedo. Em poucas horas deve-se descobrir o que o local tem de relevante.

Algumas horas

A atual entrada do Centro Cultural Vila Itororó se dá pelo que parece ser, originalmente, os fundos do conjunto (Figura 1). Ao final de uma rua sem saída, em uma pequena ladeira, os visitantes adentram, por uma via interna ladeada por edifícios já restaurados – que abrigam entidades como o Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial –, cômodos que parecem espaços para exposições; instalações utilizadas por funcionários e visitantes; uma construção sem utilização aparentemente em ruínas (Figura 2). Uma edificação do tipo *casa de fundos* atualmente é uma lanchonete. Ao adentrar o terreno, há um percurso com um muro de tijolos à vista (Figura 03) que resguarda a antiga piscina pública do Clube Éden-Liberdade. Não há água na piscina atualmente. O clube “teria funcionado desde ao menos a década de 1940 (...) até ao menos a década de 1980” (BARDOUR, 2017, p.28). Existe, ainda, um conjunto de casas em ruínas em uma espécie de elevação que forma um mirante para o palacete (Figuras 4-5).

Os centros culturais localizados em imóveis históricos comumente apresentam em sua arquitetura um didático contraste entre as partes antigas – restauradas –, e as

partes ou elementos novos, como se cada uma compusesse uma camada histórica. Na Vila Itororó, porém, as camadas do tempo são múltiplas e estão embaralhadas, reelaboradas, sobrepostas. Um palimpsesto tridimensional. A intenção arquitetônica inicial não pode ser facilmente imaginada.

O palacete eclético de quatro andares, que ainda hoje domina a paisagem, era circundado por cerca de quatro dezenas de casas. É a ocupação de quartos no palacete e a essas pequenas casas por parte de uma população de poucos recursos materiais que se deve a permanência ou, pelo menos, a não demolição do conjunto. Com o tombamento, definiu-se o uso da Vila como equipamento cultural. Houve mobilização dos moradores em prol da permanência nesse local, que acolhia muitas famílias e que propiciava uma peculiar sociabilidade devido às suas características urbanas únicas. Porém “(...) essa não era uma demanda uníssona, tendo em vista a heterogeneidade das condições de habitabilidade das construções da Vila Itororó, havendo quem morasse em casas com boa infraestrutura, até quem morasse em buracos improvisados nas paredes” (BARDOUR, 2017, p.219). Os moradores lutaram pela permanência, mas acabaram perdendo e foram transferidos para outros imóveis (CASTRO; FELDMAN, 2017, p.16-17). Atualmente, as ruínas das precárias moradias das pessoas que foram despejadas ironicamente ou sarcasticamente ostentam cênico letreiro de *Saudosa Maloca* (Figura 4). Transformaram-se em um cenário para fotografias e *selfies*.

As escadarias das *malocas* formam uma espécie de mirante e as escadas que constituíam a entrada do palacete – e que atualmente estão interditadas –, lembram um intrincado cenário (Figura 06) criado pelo artista Maurits Cornelis Escher. Ao desviar o olhar, é possível encontrar tanto um trecho restaurado quanto espaços em precários estados de conservação. Cada parte das edificações gera a vontade de dar um passo além das barreiras que limitam a circulação dos visitantes para que se possa olhar o precário interior das antigas habitações (Figura 07). Assim, talvez, se conseguisse vislumbrar o passado pelas frestas das ruínas atuais.

Uma rua interna em uma ladeira (Figura 08) desperta a curiosidade sobre o sentido de sua existência. Quais seriam os limites do terreno? A alguns passos dali, em frente ao grande buraco daquilo que já foi uma agitada piscina, há bancas de uma feirinha provisória de produtos diversos. E, também, uma lanchonete – aquela citada no início do texto – com criativa decoração em um espaço cuja destinação inicial não é perceptível.

Cada elemento do extenso terreno colabora para a complexidade de um espaço que foi construído com algumas partes singulares. “É o espírito barroco que ali predomina” (BRUAND, 2010, p.41). A composição é uma espécie de enigma sobre o tempo e a arquitetura (Figura 09), um convite à interpretação sobre o porquê da sua existência e do seu estado de conservação atual.

Viajar é expor-se a paisagens diferentes, algumas delas tão singulares que despertam o interesse na realização de uma pesquisa mais detalhada para que melhor se compreenda o que foi vivenciado. “Os relatos de viagens – orais, textuais ou iconográficos – apresentam-se como um modo de assimilação, triagem, reelaboração e disseminação das experiências vividas” (SOARES, 2019, p.3).

A Vila Itororó é um local que instiga muitas perguntas que, obviamente, não são respondidas durante a visita. Como as edificações resistem há tanto tempo, aparentemente sem a conservação adequada? Como ainda não desabaram por completo? Qual o motivo de terem sido vítimas de tanto abandono?

A “permanência das formas do traçado urbano e das edificações (...), fazem da materialidade dos núcleos urbanos um suporte da memória, recorte preciso com

contornos apreensíveis, capaz de orientar o conhecimento ou o reconhecimento dos que por elas passam ou nelas moram” (BRESCIANI, 2007, p.238). Assim como os percursos das já citadas *escadas do Escher*, as possibilidades de abordagens sobre a história e a memória do espaço e dos usos da Vila Itororó são muitas. Dentre tantos elementos, um, em especial, chama mais atenção: a presença das cariátides (Figura 10).

O registro por meio de textos ou imagens permite que se crie narrativas que podem tanto apresentar as experiências vividas quanto alicerçar a reflexão sobre elas. Os textos complementam o que só pode ser registrado por imagens. As fotografias explicitam as descrições realizadas por meio das palavras.

Algumas imagens

Uma fotografia ou um conjunto delas pode constituir uma narrativa sobre o tema fotografado. Não se trata apenas de ilustrar um texto, mas de apresentar, de forma distinta, algo de uma natureza diversa das palavras. Afinal, “o que não é visível num plano, verifica-se no outro, de maneira que cada domínio de saber fornece uma chave de entrada ao objeto” (PESAVENTO, 2002, p. 391). Em conjunto com a narração textual da visita ao Centro Cultural, pode-se observar nas imagens vários aspectos da Vila.

Nas fotografias fica aparente o abandono de uma casa logo à entrada (Figura 02), bem como o recorte no muro que enquadra a imagem de escultura incrustada em uma parede da Vila (Figura 03). Esse foi um artifício utilizado para valorizar mais ainda essa *máscara* que é uma referência iconográfica do local.

Há imagens que capturam as várias camadas do tempo e das condições de conservação (Figura 04). Percebem-se, lado a lado, edifícios conservados e em ruínas; antigas moradias e uma construção aparentemente industrial; e, ainda, o contraste entre o Conjunto Cultural e o entorno. Escadas, janelas, colunas, bancos, passarelas (Figura 05) formam um quebra-cabeça arquitetônico em um terreno onde a topografia também é protagonista (Figura 6).

O tempo é outro protagonista, afinal, foi ele que ajudou a desgastar a alvenaria e a nutrir a vegetação (Figura 7). Olhando atentamente as imagens, notam-se peculiaridades construtivas, como o vão em arco que foi fechado e acabou por tornar-se mais um elemento de destaque na parede (Figura 08). Ou, ainda, a diferença de conservação entre os dois edifícios que ladeiam o palacete (Figura 9). “A visualização de diferentes miradas de um local ou tema instiga o observador das fotografias a ir completando as informações necessárias para assimilar minimamente as imagens apresentadas. Com isso, pode-se desvendar – ou criar – uma narrativa fotográfica” (SOARES, 2021, p.157). Cada imagem apresenta informações registradas e selecionadas por quem as fotografou. Cabe ao observador tentar reconectá-las, descobrindo nos detalhes peculiaridades que revelem parte da essência da Vila Itororó.

Na abundância de elementos visuais há de se destacar as cariátides, cujas imagens evocam estabilidade e permanência ao longo do tempo, em um cenário marcado pela ruína (Figura 10). A narrativa fotográfica de parte da cidade constitui um “álbum de vistas urbanas, ao reunir esses fragmentos segundo uma ordenação lógica concebida pelo seu autor, funciona, assim, como coleção desses restos da cidade, elaborada para permanecer como memória de um tempo preciso que lançou sua marca no espaço ali presente em imagem” (POSSAMAI, 2007, p.3). A narrativa fotográfica traz para a contemporaneidade imagens que sempre são do passado – do tempo da captura fotográfica.



Figura 2 - Vila Itororó: fragmentos do abandono. Fonte: Autor do texto, 2022. Figura 3 - Vila Itororó: o muro e a máscara, referência iconográfica do local. Fonte: Autor do texto, 2022. Figura 4 - Vila Itororó: camadas da arquitetura e do tempo. Fonte: Autor do texto, 2022.

Figura 5 - Vila Iitororó: palacete. Fonte: Autor do texto, 2022. Figura 6 - Vila Iitororó: escadas. Fonte: Autor do texto, 2022. Figura 7 - Vila Iitororó: a construção e a vegetação. Fonte: Autor do texto, 2022.



Figura 8 - Vila Iitororó: fachadas desgastadas. Fonte: Autor do texto, 2022. Figura 9 - Vila Iitororó: o palacete e o entorno do bairro. Fonte: Autor do texto, 2022. Figura 10 - Vila Iitororó: a abundância de elementos visuais. Fonte: Autor do texto, 2022.

Mais de um século

Na Vila Itororó há elementos que são de um período anterior à sua própria construção. Como afirma Paul Veyne (1998, p.18), “como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos”. Então vale a pena resgatar um pouco da longa história de alguns elementos que integram a Vila Itororó.

O palacete burguês foi erguido em conjunto com casas destinadas a serem alugadas. Na construção, há elementos do Theatro São José. Essas peças fazem com que a construção evoque uma cronologia ainda mais antiga: a de dois teatros já desaparecidos.

O primeiro Theatro São José (aos fundos da Catedral da Sé) teve a construção finalizada em 1877 (RIBEIRO NETO, 1969, pp.73-74). Em 1898, o edifício ardeu em chamas (RIBEIRO NETO, 1969, pp.77). Um novo Theatro São José foi então construído em um terreno localizado ao lado do Viaduto do Chá. Essa espécie de reencarnação do teatro incendiado anteriormente foi projetada por Carlos Ekman. A inauguração ocorreu em 1909, porém, em 1911, o Theatro Municipal de São Paulo, localizado nas proximidades, foi inaugurado. Por ser mais sofisticado, o Municipal acabou absorvendo as atividades do Theatro São José. “Um novo incêndio destruiu parte de suas instalações e após esse incidente suas portas não voltariam a se abrir. Sua localização privilegiadíssima despertou o interesse da Companhia Light, que adquiriu o imóvel para ali construir sua nova sede. O teatro foi demolido em 1925” (HEREÑÚ, 2007, p.69). Alguns elementos da demolição – incluindo as cariátides (Figuras 08-09) – desse segundo teatro São José foram incorporados à construção do conjunto que viria a ser conhecido como a Vila Itororó.

Uma leitura possível sobre as cariátides, essas deusas que suportam o peso das construções, é que “(...) são figuras de visibilidade secundária, nunca protagonistas ou revolucionárias. Como corpos silenciosos, estão colocadas pela Arte em mansas travessias. Seus gestos se submetem ao peso e à resignação que carregam” (FLECK, 2022, p.13). Mas no teatral espaço da Vila Itororó, incrustadas nas paredes, elas são protagonistas, sendo utilizadas como referência iconográfica do conjunto arquitetônico.

Além disso, aparentemente, as cariátides do teatro que foi demolido mantiveram o espírito inovador e transgressor das artes cênicas, contaminando a arquitetura e os usos da Vila. O cênico conjunto tem referências que desnorream os seus visitantes e que podem ser abordadas dos modos mais diversos e criativos. “O tempo segmentado enquanto passado, presente e futuro apresenta-se como lastro de memórias, vivências e expectativas, muitas vezes imbricadas e sujeitas a mudanças” (SOARES, 2021, p.44). Como a história e memória podem ser revisitadas, a criação de novas narrativas a respeito dos espaços amplia e traz para o tempo atual os debates sobre a cidade. Afinal, a história e a memória são pesquisadas, problematizadas e narradas a partir do presente.

A Vila é fruto de uma época em que era possível forjar a arquitetura utilizando um “(...) ecletismo desordenado: a fantasia andava à solta e o exótico, o inesperado, o bizarro, tornaram-se moda. É curioso notar que, pelo menos num caso, o vocábulo clássico foi utilizado com esse espírito e chegou-se a um resultado um tanto surpreendente” (BRUAND, 2010, p.41). Evidentemente, Bruand se refere à Vila Itororó que, sem dúvida, surpreende.

Os textos sobre a Vila comumente são repletos de descrições e adjetivos. No já citado artigo de Ana Castro e Sarah Feldman, há registros e menções a outros autores sobre características do bairro, do terreno, da ocupação, do conjunto arquitetônico e dos detalhes da construção: pitoresco, belo, histórico, de excepcional valor, bizarro, popular, pobre, com acréscimos espúrios, deteriorado, descaracterizado, magnífico, singular, *sui generis*, espontâneo, simpático, complexo, onírico (CASTRO; FELDMAN, 2017). A multitemporal Vila Itororó é um pouco de tudo isso.

As novas narrativas a seu respeito podem destacar diferentes aspectos, uma vez que há diversos modos de narrar espaços tão curiosos como os da Vila Itororó. “O importante é lembrar que narrativas textuais e iconográficas utilizadas em conjunto se complementam. E que a narrativa apresentada é sempre uma versão, dentre muitas possíveis” (SOARES, 2019, p.17). A Vila é um enigma a respeito dos modos de construir, ocupar, abandonar, preservar e manter um conjunto arquitetônico em meio à dinâmica social e econômica de uma cidade.

Tempo atual

Como nem todos os enigmas são passíveis de solução, os pormenores e nuances da trajetória da Vila Itororó não podem ser totalmente compreendidos em uma rápida visita. Por outro lado, uma pequena narrativa textual e fotográfica registra percepções desse *canteiro aberto*. Talvez outros visitantes tenham tido percepções semelhantes e se identifiquem com as narrativas.

Na trajetória do conjunto arquitetônico há momentos de uso como residência burguesa; casa de aluguel para a população de baixa renda; ocupação assemelhada a um cortiço; pioneiro clube com piscina pública na cidade; espaço cultural; cenário para *shows*; local de oferta de serviços para a população. Pairando sobre tudo isso, no mundo das impressões e significados, a Vila evoca o uso de elementos construtivos de outro edifício. Não um edifício qualquer, mas de um teatro vítima de um incêndio. Algo bem dramático. Tanto quanto os debates a nível de estado sobre como e o quê preservar.

O ciclo de valorização e abandono que permite que muito do patrimônio das cidades se mantenha a salvo da especulação imobiliária parece ter deixado histórias e memórias fortemente marcadas nas paredes, esquadrias, escadas, cobertura, piscina e esculturas que constituem a Vila. Não é um local abandonado, mas um conjunto que, na sua matéria, registra tanto o abandono quanto a resistência em se manter no escorregadio tempo presente. Faça o que tem conseguido há um século.

Registrar impressões sobre esse local que remete a tantas temporalidades é colaborar minimamente no exercício de assinalar atributos e percepções sobre o patrimônio. A Vila Itororó é um curioso caso sobre como a sociedade reinventa os espaços da cidade. Sabe-se lá no que ela ainda pode se transformar.

Referências

- BARDOUR, Vivian Moreno. *O patrimônio existe? Os sentidos da Vila Itooró*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, FAU USP, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-14122017-112827/pt-br.php#:~:text=A%20disputa%20em%20torno%20da,final%20e%20ao%20seu%20uso>. Acesso em: 18 out 2022.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e Historiografia das cidades, um percurso. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- CASTRO, Ana; FELDMAN, Sarah. Desafios da Vila Itooró: história e memória da metrópole paulistana. In: *XVII Encontro Nacional da ANPUR, 2017, São Paulo. Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?* São Paulo: ANPUR-FAUUSP-IAUUSP-UFABC, 2017. v. 01. p. 01-21. Disponível em: http://xviienanpur.anpur.org.br/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.4/ST%207.4-01.pdf. Acesso em: 18 out 2022.
- FLECK, Débora Balzan. Atlas da submissão do feminino: o corpo-cariátide. ARJ – Art Research Journal: *Revista de Pesquisa em Artes*. V. 9 n. 1 (2022): Dossiê Warburg: contribuições ao Simpósio Internacional Warburg 2019, Buenos Aires, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/artresearchjournal/article/view/29664>. Acesso em: 18 out 2022.
- HEREÑÚ, Pablo Emilio Robert. *Sentidos do Anhangabaú*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, FAU USP, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-17052010-145047/pt-br.php>. Acesso em: 18 out 2022.
- MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. A Língua que habitamos. *IV Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa - Belo Horizonte - Inhotim*. Belo Horizonte: AEAULP, 2017.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUC/SP*, dez. de 1993, n. 10 ed.: pp. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 18 out 2022.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: URGs, 2002.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. *Revista Brasileira de História*, jan.-jun. de 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/z6sbRJsW5F7xvmCzR9D9cFk/?lang=pt>. Acesso em: 18 out 2022.
- RIBEIRO NETO, Oliveira. Os primeiros teatros de São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, IEB. USP, São Paulo. 1969. n. 7, pp. 63-78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69602>. Acesso em: 18 out 2022.

SÃO PAULO. Resolução SC - 9, de 10-3-2005, de 20 de abril de 2005. Diário Oficial Poder Executivo - Seção I. São Paulo, 115 (74), p.29. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Vila-Itoor%C3%B3-res.pdf>. Acesso em: 18 out 2022.

SOARES, Eduardo Oliveira. Narrativas sobre o Recôncavo: entre Cachoeira e São Félix, entre palavras e fotografias, v. 1, In JORGE, Luís Antonio. *Espaços Narrados: as línguas na construção dos territórios ibero-americanos*. São Paulo: FAU/USP, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39601980/Narrativas_sobre_o_Rec%C3%B4ncavo_entre_Cachoeira_e_S%C3%A3o_F%C3%A9lix_entre_palavras_e_fotografias. Acesso em: 18 out 2022.

SOARES, Eduardo Oliveira. *Tempos e territórios transluzidos: narrativas fotográficas instantâneas nas redes sociais sobre o Campus Universitário Darcy Ribeiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, FAU UnB, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41342>. Acesso em: 18 out 2022.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ABANDONO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

A obsolescência dos espaços fabris na Vila de Santa Thereza, em Bagé/RS

ABANDONMENT OF INDUSTRIAL HERITAGE
The obsolescence of the manufacturing spaces
in Santa Thereza's Village, in Bagé/RS

Isadora Baptista Alves¹ e Aline Montagna da Silveira²

Resumo

Ao longo do tempo, os processos industriais podem passar por uma série de transformações, seja com os avanços tecnológicos, ou pelo surgimento de novas práticas. Assim, os núcleos e edificações fabris que compõem um complexo industrial estão sujeitos à passar pelo processo de obsolescência de determinados usos e funções. Este fato acarreta no arruinamento ou perda total dos bens que integram essa ambiência. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a situação de abandono das ruínas da Vila de Santa Thereza, localizada em Bagé no Rio Grande do Sul a partir da premissa da obsolescência dos espaços fabris e apresentar a importância do reconhecimento e da salvaguarda dos exemplares da arquitetura industrial, em consonância com as reflexões contemporâneas do campo disciplinar. O método de análise constitui-se a partir de uma investigação através de revisão bibliográfica atrelada a análise de levantamento fotográfico realizado in loco. Em Santa Thereza, apesar de legislações existentes no âmbito estadual e municipal, constata-se a falta de ações efetivas de preservação, o que pode ser adquirido com o envolvimento das comunidades nos processos de patrimonialização.

Palavras-chave: patrimônio industrial, Santa Thereza, obsolescência, abandono, ruínas.

Abstract

Over time, industrial processes can undergo a series of transformations, either with technological advances or emergence of new practices. Thus, the industrial core and buildings that make up the industrial complex are subject to the process of obsolescence of certain uses and functions. This fact leads to the ruin or total loss of the assets that make up this ambience. In this sense, the goal of this work is to analyze the situation of abandonment of the ruins of Santa Thereza's village, located in Bagé, in Rio Grande do Sul from the premise of the obsolescence of factory spaces and to present the importance of recognizing and safeguarding examples of industrial architecture, in line with contemporary reflections in the disciplinary field. The method of analysis is based on an investigation through a bibliographical review linked to the analysis of a photographic survey carried out in loco. In Santa Thereza, despite existing state and municipal legislation, there is a lack of effective preservation actions, which can be acquired with the involvement of communities in heritage processes.

Keywords: industrial heritage, Santa Thereza, obsolescence, abandonment, ruins.

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2020).

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP/2009), Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (UFPel/2001) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/1994).

Introdução

Ao longo do século XX, os inúmeros debates relacionados ao patrimônio cultural, sua proteção e preservação, culminaram na produção de novos conceitos, definições e perspectivas que visavam proteger e guiar as ações em obras de valor cultural. Nesse contexto de transformações e ampliações do conceito de patrimônio, surge a valorização do *Patrimônio Industrial*, categoria na qual se insere o objeto deste estudo. Segundo Kühn (2010), os trabalhos e discussões sobre esse tema tiveram seu início na década de 1950, porém, ganharam maior atenção em 1960 com a demolição de importantes obras arquitetônicas industriais.

Os avanços tecnológicos, econômicos e culturais da sociedade impactam de maneira significativa os complexos industriais. Este cenário de mudanças faz com que certas atividades da indústria acabem se transformando ou sendo extintas. Assim, os núcleos e edificações fabris acabam passando por um processo de obsolescência, que culmina na substituição ou desaparecimento total destes bens. Essa é uma realidade que ocorre em âmbito internacional, nacional e chega, inclusive, à fronteira sul do Rio Grande do Sul.

O núcleo fabril-charqueador de Santa Thereza, localizado na cidade de Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, manifesta características desses processos. Apesar de se desenvolverem no complexo, até os dias atuais, atividades econômicas importantes para a região sul, como o caso dos frigoríficos, percebe-se que os processos de abandono de edificações ligadas à indústria do charque, mais especificamente, acontecem neste espaço.

Este trabalho pretende analisar a situação de abandono das ruínas da Vila de Santa Thereza, a partir da premissa da obsolescência dos espaços fabris. O local foi palco de muitas mudanças industriais e de encerramento do ciclo do charque na região de Bagé. Salienta-se que a realização de estudos e pesquisas acerca do tema proposto contribuem para fomentar discussões sobre a transformação desses espaços, as quais são inevitáveis. Dessa maneira, não se pretende alcançar constatações precisas, mas sim, refletir sobre os processos de abandono e arruinamento como consequência da obsolescência de determinados espaços. Outro objetivo é apresentar a importância do reconhecimento e da salvaguarda dos exemplares da arquitetura industrial, em consonância com as reflexões contemporâneas do campo disciplinar, que ressalta a ampliação tipológica dos bens passíveis de patrimonialização.

Caminhos metodológicos

A questão que orienta esta pesquisa é o abandono de edificações fabris na Vila de Santa Thereza em Bagé/RS, como uma consequência de diversos fatores, entre eles as mudanças tecnológicas e industriais e falta de ações efetivas para a proteção do patrimônio industrial. Partindo de uma revisão bibliográfica acerca da temática proposta (que engloba a preservação do patrimônio industrial, as indústrias derivadas da economia do charque e o abandono destes espaços), o estudo de caso será analisado a partir da escolha dos exemplares arquitetônicos que se encontram em estado de arruinamento. Desta forma, o presente estudo está dividido em quatro partes, além das considerações finais e referências.

Na primeira parte, busca entender as ressonâncias dos processos de industrialização na Vila de Santa Thereza, caracterizando as particularidades locais do complexo fabril-charqueador. Para isso, é realizada uma pesquisa histórica acerca dos processos de industrialização e seus impactos nas cidades. São analisadas as contribuições de Choay (1979), Benevolo (1994) e Rufinoni (2019).

A seguir, propõe uma investigação sobre as mudanças que ocorreram no local a partir da decadência do ciclo do charque, analisando as percepções de Fernandez (1939), Marques (1990) e um documento presente no *Inventário para dossiê de tombamento do centro histórico de Bagé* (NEUTZLING, 2009) que dialoga com as informações analisadas.

A terceira parte reflete sobre a atual situação de abandono e o conseqüente arruinamento das edificações de valor cultural, discutindo a problemática da obsolescência dessas ambiências. As contribuições de Rocha (2010), Rodrigues (2017) e Maia (2019) auxiliam na compreensão desse espaço fabril que é analisado através de fotografias de edificações que se encontram em ruínas.

As imagens fotográficas foram obtidas através de levantamento realizado no ano de 2019 durante a elaboração do Trabalho Final de Graduação³ da primeira autora deste artigo. Os registros, realizados em um total de três dias de levantamento *in loco*, foram produzidos a partir de percurso nas ruas do local, visando uma maior aproximação com o objeto de estudo. Também foi realizado levantamento aéreo com o auxílio de veículo aéreo não tripulado (VANT) que permitiu a captura de imagens da extensão da área, bem como a ruína do Palacete do Visconde (de difícil acesso), que será analisada neste trabalho.

A partir do levantamento foram selecionados cinco exemplares em estado de arruinamento que representam aspectos relevantes para a construção do espaço fabril-charqueador, como residências, estabelecimentos comerciais e culturais. São eles as ruínas da antiga fábrica de línguas enlatadas McCall & Co. Ltda.; o Teatro Santo Antônio; as ruínas do coreto, as ruínas do palacete do Visconde de Ribeiro Magalhães (proprietário da Charqueada Santa Thereza), e a ruína de uma edificação residencial do conjunto em fita da vila dos operários.

O trabalho encerra debatendo a importância da salvaguarda do Patrimônio Industrial, avaliando questões elencadas por Choay (2006), Kühl (2009), Sant'Anna (2015), Rufinoni (2019) e Sousa (2019).

As repercussões da industrialização na Vila de Santa Thereza

Os processos de industrialização da sociedade foram responsáveis por inúmeras mudanças nas cidades e nas formas de uso do solo. As alterações provocadas por estes avanços geraram o aumento da produção alimentar que acarretou na expulsão dos agricultores do campo, criando assim um enorme crescimento demográfico nas cidades. Estas, entretanto, não estavam aptas a comportar tais transformações, e passaram a enfrentar problemas de moradia, infraestrutura e insalubridade.

Como explica Benevolo (1994), entre as décadas de 1760 e 1790, houve um crescimento absoluto da produção industrial, atrelado ao desenvolvimento e crescimento das

indústrias, que se concentravam nas grandes oficinas. Isso chamou a atenção de inúmeras famílias provenientes dos distritos agrícolas, as quais deslocaram-se rumo aos distritos dos centros das cidades. Assim, houve uma grande mudança para essa população, que foi transferida de suas casas isoladas no campo, para os pequenos bairros construídos nos arredores das oficinas industriais. Foi dessa forma que surgiram, espontaneamente, novas cidades, e outras delas aumentaram significativamente.

Choay (1979) analisa a industrialização sob duas perspectivas: estrutural e quantitativa. Com relação ao ponto de vista estrutural, a autora pondera que, nas antigas cidades da Europa, toda a mudança e modernização dos meios de produção e de transporte, bem como o surgimento de novas funções urbanísticas, acabam colaborando para a dissolução dos antigos contextos, geralmente sobrepostos da cidade medieval e barroca. Já no que se refere à perspectiva quantitativa, a Revolução Industrial ocorre atrelada a uma intensa expansão demográfica das cidades, através do esgotamento dos campos em detrimento de um desenvolvimento urbano que atinge proporções jamais vistas.

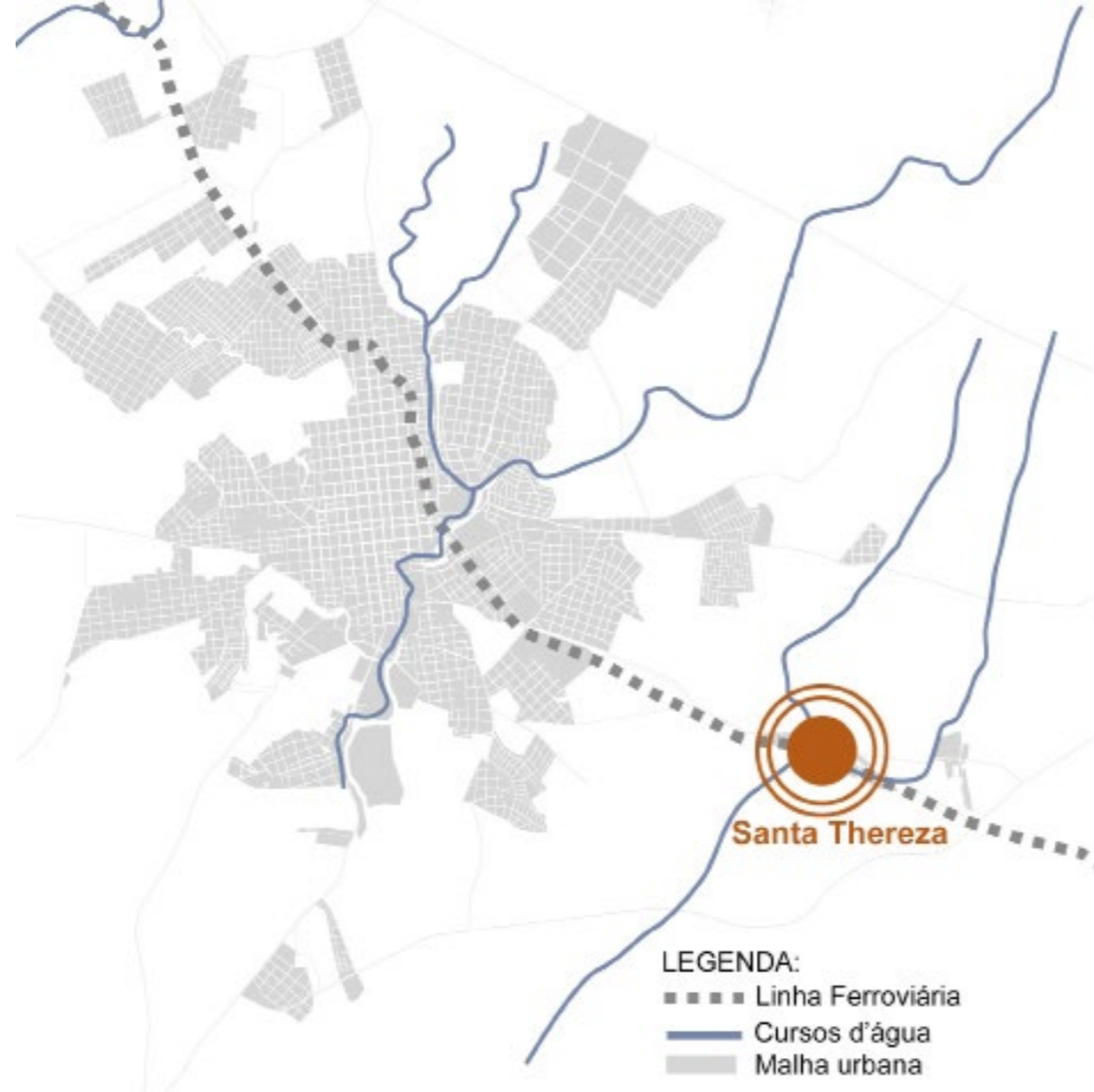
Um novo cenário começa a surgir, tanto no campo do urbanismo como das tipologias arquitetônicas. As áreas verdes foram incorporadas a esta nova configuração, criando uma nova paisagem nas cidades. Entre os modelos emergentes, surgem alternativas para os problemas existentes, reforçando a cidade como lugar de convívio, oportunidades e socialização.

Essas acentuadas transformações reverberam na Vila de Santa Thereza, na fronteira sul do Rio Grande do Sul. Uma das particularidades mais evidentes é a formação de um núcleo autônomo em relação à cidade, com todos os usos necessários ao seu funcionamento. A formação do conjunto fabril data de 1897 com a criação da Charqueada Santa Thereza. Esta charqueada se diferenciava das charqueadas do século passado e daquelas localizadas em outras regiões, como Pelotas, pelo complexo urbano formado ao seu redor. A Vila abrangia igreja, residências para os operários, teatro, hospital, escola, e outros estabelecimentos necessários para o aproveitamento total da indústria saladeiril, como fábrica de línguas enlatadas, de velas, de sabão, curtume, entre outros.

Diversas características presentes no complexo fabril-charqueador estão em consonância com os modelos provenientes da modernização dos espaços. Como mencionado, a utilização de amplas áreas verdes tornou-se um elemento marcante nesse novo panorama. Além dos aspectos materiais, o conjunto apresenta diversos aspectos imateriais e naturais que compõem a paisagem peculiar do local. A vegetação nativa é composta pela mata ciliar que está presente em toda a extensão do Arroio Quebrachinho. Somando-se a ela, existe ainda a vegetação implantada pelo ser humano: os eucaliptos e as palmeiras que o Visconde de Ribeiro Magalhães (fundador da charqueada) plantou do centro da cidade até Vila de Santa Thereza, criando um *boulevard*, que remete às intervenções que estavam ocorrendo nas cidades europeias do final do século XIX.

Afastada do centro urbano (ver Figura 1), a Vila de Santa Thereza se desenvolveu em meio a amplas áreas verdes, resultando em uma ocupação rarefeita do solo, que reforça o rompimento em relação à malha reticulada tradicional. Para Rufinoni (2019), os valores excepcionais podem, por vezes, se manifestar em uma edificação industrial isolada. Porém, na maioria dos casos, esses valores expressam-se em uma rede de edifícios, sejam eles industriais ou não, que se conectam em razão da produção, como “galpões, edifícios fabris, vilas operárias, pátios de manobras, equipamentos, estruturas voltadas ao fornecimento de água e energia etc.” (RUFINONI, 2019, p.46).

³ Entre Charqueadas: Um Caminho de Memórias - Diretrizes de preservação para as Vilas de Santa Thereza e Industrial - Bagé/RS. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tfgonline/temas/patrimonio/>



Esta rede de edifícios compõem o complexo de Santa Thereza, que contava com inúmeros estabelecimentos necessários à vida de seus moradores, como escola, farmácia, hospital, restaurante, armazém, teatro e igreja. Além dessas, as vilas operárias surgem nesse contexto de mudanças e de uma lógica de controle do complexo fabril (BOLZAN *et al.*, 2017).

Nos novos modelos do urbanismo progressista, como a Cidade Industrial de Tony Garnier (1904), também é definido um lugar central para a implantação de edificações de maior porte ou caráter coletivo. No que se refere às edificações mais imponentes em Santa Thereza, estas são dispostas de modo isolado no lote, cercadas por jardins e áreas verdes. As ruínas do coreto, ruínas do palacete, a igreja e o teatro, como veremos em uma próxima etapa deste trabalho, demonstram essa peculiaridade.

Por fim, vale destacar a estrada de ferro como um elemento marcante dos processos fabris. No interior do Rio Grande do Sul, a implantação deste modal de transporte foi determinante para o surgimento e consolidação dos estabelecimentos saladeiris, que impulsionam as atividades econômicas na região, conectando a região da campanha gaúcha com o porto de Rio Grande e o Oceano Atlântico. Na Charqueada Santa Thereza foi implantada uma estação ferroviária própria de pequeno porte, junto às edificações do complexo fabril.

A decadência do ciclo do charque

Segundo Marques (1990), com as mudanças nos processos de produção, a indústria charqueadora foi lentamente sendo substituída pelas indústrias frigoríficas. Segundo ele, os primeiros indícios foram logo no começo do século XX, com o surgimento de

fábricas de conservas enlatadas como as de extrato de carne, línguas e rabadas. Essa situação pode ser vista em Santa Thereza com a criação, em 1903, da fábrica de línguas em conserva Paysandú de McCall & Co. Ltd. (BOUCINHA, 2008)⁴.

Outro fator que pode ter contribuído para a decadência do ciclo do charque foi a dependência da ferrovia como sistema de transporte. Nessa perspectiva, observam-se as informações do Visconde Ribeiro de Magalhães narradas em correspondência ao Governador Borges de Medeiros, que revelam o descontentamento dos proprietários desses empreendimentos na década de 1920 (NEUTZLING, 2009).

De acordo com os relatos, no ano de 1919, o Visconde apontava para um possível “complô” entre a empresa de viação férrea e os proprietários dos frigoríficos, visto que havia solicitado trens para o transporte de gado e em resposta a viação afirmou que a finalidade dos vagões seria apenas para o transporte de mercadorias. Assim, o Visconde afirma que o estoque das charqueadas não seria enviado, dificultando o funcionamento desses estabelecimentos do interior do Estado.

Em 1931, Fernandez (1939) revela também uma intensa crise no setor saladeiril. Segundo ele, os charqueadores vinham passando por prejuízos constantes, sem perspectivas de melhoras para o futuro. As indústrias de derivados, a invenção das máquinas frigoríficas e até mesmo o modal de transporte utilizado foram os precursores da queda do ciclo do charque. Este fato contribuiu para significativas mudanças que afetaram as ambiências saladeiris. Como veremos a seguir, os impactos se manifestam nas edificações de produção, nas residenciais e também naquelas voltadas ao lazer da população que vivia neste complexo.

Estudo de caso: a obsolescência nas ambiências da Vila de Santa Thereza

As últimas décadas apontam um contexto de mudanças nas concepções de salvaguarda de bens culturais, a partir de ampliações tipológicas, geográficas e temporais (CHOAY, 2017). Nesse contexto, observa-se a inserção dos bens oriundos dos processos industriais nos processos de patrimonialização. Mas, ao mesmo tempo, percebe-se que as heranças da industrialização ainda são pouco debatidas, e acabam sofrendo com o descaso e a falta de efetivas políticas públicas de preservação destes bens. Além da ação do tempo e das práticas humanas (ou a falta delas), as mudanças de função e de usos das edificações acabam por conferir às obras um estado obsoleto, como afirma Maia (2019):

(...) a mudança dos tempos, que acaba por desencadear esta destruição, começando pela destruição das funções. A obsolescência funcional é um dos maiores motivos para a existência deste problema, a mudança dos valores, da sociedade e dos seus modos de vida, faz com que seja forçosa a mudança no tipo de espaços, no tipo de edifícios (MAIA, 2019, p.2).

A obsolescência de determinados usos contribui de maneira significativa para o abandono de espaços e edificações e, como consequência, leva ao arruinamento ou destruição total de obras arquitetônicas. Na Vila de Santa Thereza, tais processos podem ser visualizados em diversas edificações.

⁴ <http://claudioantunesboucinha.blogspot.com/2008/07/fabrica-de-conservas-linguas-de-mac-cool.html#links>



O arruinamento pode depender de inúmeros fatores como o “grau (mais ou menos arruinado) e da causa da ruína (ação do tempo, destruição violenta de ordem natural ou antrópica, falta de um uso, abandono)” (RODRIGUES, 2017, p. 60). Em sua tese de doutorado⁵, Rodrigues (2017) identifica três grupos onde podem ser aplicadas as noções de ruína, a partir dos fatores que provocaram a degradação da obra e do tempo passado.

As *ruínas do tempo* são as edificações que tiveram o seu reconhecimento como obras de valor cultural já em estado de arruinamento, sendo o fator temporal o principal agente de degradação. As *ruínas da incúria* são aquelas onde o valor cultural já era reconhecido e posteriormente passaram pelo processo de arruinamento. Este grupo é atrelado à negligência com sua preservação e manutenção e a falta de uso. *Ruínas do incidente* são aquelas onde o valor cultural já é reconhecido e foram impactadas por algum acontecimento inesperado, como uma catástrofe natural ou resultante da ação humana (RODRIGUES, 2017).

O complexo fabril charqueador objeto deste estudo presenciou descaracterizações e perdas totais no seu conjunto edificado, mesmo após a criação da Lei Estadual nº 11891/2003 que o declara patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Sul. No âmbito municipal apenas a Capela de Santa Thereza é protegida pela Lei nº 3534/1999. Essas medidas protetivas entraram em vigor quando o complexo já havia apresentado perdas e descaracterizações em seu conjunto edificado. Dessa forma, as ruínas que aqui serão apresentadas podem ser denominadas *ruínas de tempo*⁶ e são destacadas no mapa da Figura 2.

O primeiro remanescente analisado trata da ruína da antiga Fábrica de Línguas enlatadas Paysandú (Figura 03). A fábrica pertencia à firma McCall & Co. Ltda. que, de acordo com Lloyd (1913), possuía, na época, nove fábricas espalhadas pela América do Sul, sendo quatro no Brasil. De acordo com o autor, as línguas Paysandú possuíam fama mundial e eram preparadas a partir dos saladeiros de Bagé.

⁵ RODRIGUES, Angela Rosch. *Ruína e patrimônio cultural no Brasil*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

⁶ Apesar dessa constatação, existe a possibilidade das ruínas se encaixarem na definição de *Ruínas da Incúria*, pois não existem informações precisas sobre o estado desses bens no momento dos processos de patrimonialização.



Figura 3 - Ruínas da antiga fábrica de línguas enlatadas Paysandú. Fonte: Acervo das autoras, 2019.

A fábrica era um estabelecimento importante no complexo fabril-charqueador, propiciando oportunidades de emprego para a população do núcleo e alavancando a economia local. A indústria do charque era suporte para o funcionamento da fábrica, e o declínio de tal prática, acabou repercutindo na condução deste estabelecimento. Não foi encontrada a data em que a fábrica fechou suas portas, mas a ruína presente no local atualmente revela as consequências das transformações dessas atividades industriais. A partir do percurso *in loco* e dos registros fotográficos realizados em 2019, os sintomas do abandono podem ser percebidos.

A ruína da fábrica de línguas localiza-se próxima às instalações da antiga charqueada Santa Thereza, e é possível avistá-la ao percorrer a Avenida Visconde de Ribeiro Magalhães⁷. Uma aproximação física, entretanto, se tornou árdua devido à vasta presença de vegetação ao seu redor, invadindo o seu interior. Além desse sintoma, a aparência da antiga fábrica é repleta de rachaduras, infiltrações, lixo e vandalismo.

De acordo com Rocha (2010), é comum vermos surgir manifestações de pichadores e artistas em detrimento da sensação de liberdade que o edifício neste estado proporciona. Entretanto, segundo o mesmo autor, esse fato pode ocasionar desconforto na população do seu entorno. Essas manifestações estão presentes em todo o perímetro da fábrica de línguas, apesar da dificuldade de acesso antes mencionada.

A edificação apresenta uma perda significativa de seus elementos arquitetônicos, ressaltando o abandono através do vazio das portas, janelas e cobertura. Apesar do estado de ruína, nota-se nas imagens, a volumetria da antiga fábrica e a data de sua fundação, 1902, onde é possível perceber elementos da antiga cobertura, composta por múltiplas águas.

Outra edificação analisada é o Teatro Santo Antônio. Integrante deste complexo, foi construído em 1908 (BOUCINHA, 1993), com o intuito de propiciar atividades de lazer à população de Santa Thereza. Segundo Soares (2006) existia um grupo de arte dramática e uma banda musical formada por trabalhadores das charqueadas. No teatro havia seis camarins, 17 camarotes, 50 cadeiras na plateia e ainda galerias para dezenas de pessoas, mesas de bilhar, piano, copa e bilheteria (SOARES, 2006).

⁷ Principal via de acesso à Vila de Santa Thereza.



O teatro, apesar de sua significativa figuração na vida dos moradores de Santa Thereza, ruiu completamente. Em 2005 quando se iniciou um projeto de revitalização e restauro na Vila, apenas as fundações do antigo teatro eram visíveis e, no seu lugar, uma nova edificação⁸ foi construída (Figura 04). Sobre este fato, Rocha (2010) pondera:

Na cidade, a maior parte das novas obras é desenvolvida após o abandono (e a demolição ou sobreposição) da estrutura anterior; um corpo fica onde anteriormente outro esteve. Para aqueles que vivem buscando esses momentos, sempre existirão duas construções: a abandonada e a atual (ROCHA, 2010, p. 98).

Apesar das fundações serem um resquício da estrutura do antigo teatro, a nova edificação, com uma linguagem contemporânea, reforça a ideia de sobreposições e agrupamentos da história. Conforme afirma Pesavento (2004), a cidade é um acúmulo de marcas de historicidade; como um palimpsesto⁹, existe uma sobreposição de camadas (tipologias, materialidades, experiências) que deixam vestígios e marcas na cidade.

Localizado à frente do Teatro Santo Antônio, encontra-se a ruína do antigo coreto (Figura 05). De acordo com Fagundes (2012), o coreto era circundado por um lago artificial e, no local, ocorriam apresentações musicais. Hoje, o lago já não existe e o acesso à *ilha* do coreto não pode ser realizado por questões de segurança. Assim como na Fábrica de Línguas, o abandono acaba por dificultar a aproximação física com essas arquiteturas.

De acordo com Rocha (2010), “no abandono tudo tende ao cinza, as cores se desvanecem pelo tempo, as superfícies descascam, revelando o cinza, tudo como um sinal ou sintoma do abandono, vestígios levinasianos” (p. 430). O coreto destaca-se hoje pela atmosfera cinza em meio ao verde do pampa gaúcho, onde apenas o

⁸ A nova edificação seguiu o uso da edificação anterior: um teatro.

⁹ Pergaminho no qual a primeira escritura foi apagada para o reaproveitamento, entretanto, ainda se percebe os resquícios dos escritos antigos.



esqueleto estrutural do que um dia fora um local vívido e palco de festividades pode ser visto.

Apesar de ser um elemento construído que não se relacionava diretamente com a atividade charqueadora, essa ruína integrou o panorama de abandono causado pela queda do ciclo do charque, manifestando também os sintomas deste fato.

O Palacete foi construído para abrigar a família do Visconde. A edificação se destacava entre as demais por possuir dois andares e apresentar diversos detalhes e ornamentos arquitetônicos. Segundo Soares (2006), foi implantado em local privilegiado, de onde era possível observar todo o complexo de Santa Thereza. Entre paredes e vazios, a tipologia e volumetria da edificação não podem mais ser reconhecidas devido ao estado de arruinamento atual. As ruínas do palacete do Visconde (Figura 06) podem ser visualizadas a partir do centro histórico, entre palmeiras e vegetação, marcando a paisagem do pampa gaúcho.

Novamente, a vegetação circunda a ruína e invade o seu espaço anterior. O abandono impede a aproximação com essa arquitetura. Desta forma, a edificação foi vista de longe, uma vez que o acesso se tornara perigoso em razão da presença dos trilhos do trem e da vegetação circundante. O uso do drone para a realização de alguns registros permite uma aproximação com a edificação abandonada.

Seguindo no rol de edificações residenciais, o abandono pode ser visto também naquelas voltadas para a vida dos trabalhadores das charqueadas ou indústrias de derivados. A ruína da unidade habitacional apresentada na Figura 07 faz parte do conjunto residencial destinado aos operários que trabalhavam na fábrica de línguas Paysandú.

Manchas, rachaduras, sujidade são sintomas do abandono que se manifestam nas paredes da edificação, assim como em seus vazios. Portas, janelas e a cobertura podem ser apenas imaginadas neste cenário de arquitetura residencial. Percebe-se nas novas inserções a tentativa de barrar o acesso à edificação, evidenciando uma certa atenção da população local em relação ao bem arruinado.



Figura 6 - Ruína do palacete do Visconde. Fonte: Acervo das autoras, 2019.
Figura 7 - Ruína de unidade residencial. Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Das edificações que empregam as atividades industriais, como a fábrica de línguas enlatadas, às ligadas às atividades de lazer, como o coreto, até aquelas residências, como o palacete e a unidade residencial dos operários, observa-se que as mudanças nos processos industriais reverberam em todos os tipos edilícios remanescentes de um complexo voltado à esta atividade. O abandono que pode ser visto inclusive na imponente construção residencial do proprietário da charqueada, o que reforça esta constatação.

A salvaguarda do patrimônio industrial

Um dos primeiros indícios de ações relacionadas à preservação do patrimônio remontam a época da Revolução Francesa (CHOAY, 2006), onde obras selecionadas, edifícios e também monumentos começaram a ser compreendidos como públicos, como parte do coletivo, uma herança dos povos ancestrais, e, por isso, seria necessário preservá-los (SOUSA, 2019).

A preservação patrimonial, no âmbito da ação estatal, estabeleceu-se em diversos países da Europa no século XIX. Porém, apenas por volta da década de 1930 é que se manifestam e disseminam-se os documentos que objetivavam regulamentar

a sua preservação. Tais determinações buscavam atuar na resolução de problemas frutos do século XIX, a partir da restauração de monumentos e preservação de sítios arqueológicos (SANT'ANNA, 2015).

A preservação e a intervenção no âmbito do patrimônio cultural começam a receber mais atenção no início do século XX. Como consequência da organização dos encontros internacionais, são concebidas as primeiras recomendações e definições acerca do patrimônio e alguns instrumentos e órgãos que atuam na sua proteção e preservação. É neste momento que surge a Unesco e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que redigiram uma série de documentos voltados à salvaguarda de bens culturais.

Atualmente, muitas questões pertinentes ao estudo e a preservação do patrimônio industrial são tratadas pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), reconhecido como consultor pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).

Dentre os diversos instrumentos existentes que contribuem para o campo disciplinar da preservação patrimonial, as Cartas Patrimoniais se constituem como uma dessas ferramentas. Tais documentos objetivam contribuir e orientar o exercício das instituições e sujeitos que atuam na proteção do patrimônio (KÜHL, 2010). Os primeiros documentos voltados para as construções oriundas dos processos industriais surgiram no início dos anos 2000. A Carta de Nizhny Tagil e os Princípios de Dublin foram publicados em 2003 e 2011, respectivamente, e, segundo Rufinoni (2019), destacam a dimensão urbana e territorial fruto da industrialização como um obstáculo a ser superado pelos instrumentos de preservação.

A Carta de Nizhny Tagil aborda a temática de Patrimônio Industrial, apontando sua importância, métodos de reconhecimento, manutenção e conservação deste patrimônio.

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolvem atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (NIZHNY TAGIL, 2003, s.p.).

Rufinoni (2019) ao se referir aos Princípios de Dublin constata que existe um alargamento desses conceitos e definições, os quais passam a absorver outros aspectos presentes em sítios industriais, como aqueles ligados à imaterialidade. Assim, para além das evidências materiais da atividade fabril, o seu entendimento passa a compreender também os saberes e práticas, a articulação e desenvolvimento do trabalho, ou seja, a herança, o patrimônio social, cultural e histórico advindo da intervenção da indústria no cotidiano da população, o qual produzem transformações na organização de sociedades e até mesmo no mundo todo (RUFINONI, 2019).

Ao considerar a herança da industrialização como patrimônio cultural, deve-se entender que o tratamento e a preservação dos sítios industriais envolvem uma série de questões. De acordo com Kühl (2009):

O valor afetivo e simbólico associado a determinadas atividades produtivas e ao trabalho, a vinculação de variadas comunidades

com seu passado industrial e o potencial político e econômico das transformações, possuem grande relevância e devem ser devidamente examinados e ponderados (KÜHL, 2009, p. 22).

Entende-se, assim, que os exemplares arquitetônicos não podem ser desassociados do contexto histórico, econômico, político e social a partir dos quais foram produzidos. No caso da arquitetura industrial, esses bens possibilitam a compreensão das atividades econômicas praticadas, sendo fonte de investigação sobre o local, o período histórico e as comunidades que os integram.

Ao considerar a herança da industrialização como patrimônio cultural, deve-se entender que o tratamento e preservação dos sítios industriais envolvem uma série de questões. Nessa perspectiva, a Carta de Nizhny Tagil (2003) e os Princípios de Dublin (2011) são documentos importantes para o entendimento do *Patrimônio Industrial*.

Na realidade da Vila de Santa Thereza, existem alguns instrumentos de proteção que foram citados anteriormente. Entretanto, o descaso e abandono evidentes no local objeto deste estudo pode ser justificado pela falta de ações efetivas de salvaguarda.

É importante ressaltar a participação da população local para as medidas relacionadas com a preservação patrimonial. Os princípios da Política do Patrimônio Cultural Material (PPCM) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) apontam, em sua totalidade, para o direito de participação das comunidades nos processos de patrimonialização; assim, os grupos integrantes do patrimônio em suas diversas manifestações devem ser voz ativa nas tomadas de decisão.

A educação patrimonial é uma ferramenta essencial para a compreensão dos motivos pelo qual se preserva determinado bem, logo, auxilia nas ações de preservação e conservação. O processo de identificação de um bem a ser preservado torna-se limitado quando se lança o olhar a apenas certos exemplares, como a arquitetura que apresenta valor estético e/ou excepcional. Assim, reforça-se a importância da participação das comunidades locais nos processos de patrimonialização.

Considerações

A transformação dos espaços se concretiza através da passagem do tempo e os diferentes aspectos sociais, históricos, culturais e regionais atrelados a ele. Muitas vezes as mudanças são inevitáveis, principalmente em locais onde não existem ações efetivas de salvaguarda. É preciso entender, entretanto, que estas mudanças podem causar perdas e descaracterização do patrimônio e, por isso, torna-se fundamental tecer uma análise e um debate profundos com a finalidade de entender como e de que maneira essas transformações podem ocorrer, a fim de orientar futuras ações de intervenção.

Apesar do complexo arquitetônico da Vila de Santa Thereza representar parte de um período importante para a história da cidade de Bagé, e até mesmo do Rio Grande do Sul, verifica-se a fragilidade em relação às medidas efetivas de preservação do conjunto, que se manifesta na descaracterização e no abandono desses bens.

Este trabalho buscou caracterizar e analisar o complexo fabril-charqueador de Santa Thereza e as transformações que ocorrem através da análise da obsolescência da ambiência fabril. O período onde usos e espaços adquirem um grau obsoleto em decorrência de transformações pode provocar o arruinamento ou perda total das edificações expressivas de valor cultural. Neste cenário, não somente os espaços de

produção são afetados, mas também todos os que compõem o sítio industrial, como as residências e as edificações comerciais e institucionais.

Apesar das legislações existentes no âmbito estadual e municipal, os processos de patrimonialização precisam do envolvimento das comunidades locais para a manutenção e a preservação efetiva dos bens. Nessa perspectiva, as inquietações apontadas neste trabalho contribuem para as reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado em andamento, que pretende realizar essas aproximações a partir da escuta da população local, buscando identificar questões importantes para o reconhecimento e apropriação desses bens materiais e imateriais de valor cultural.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. *As Origens da Urbanística Moderna*. Lisboa: Presença, 1994.
- BOUCINHA, Cláudio Antunes. *A História das Charqueadas de Bagé (1891 – 1940) na Literatura*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- BOLZAN, Greyci B. *et al.* O Relógio Urbano: a vida regrada pelo tempo da fábrica. In: Seminário de História das Artes, 2017, Pelotas. *Revista Seminário História das Artes*. Pelotas: Ed. UFPel, 2017. v. 6. p. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/11568>. Acesso em: 08 nov. 2022.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo - Utopias e Realidades*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- CHOAY, Françoise. *Patrimônio em Questão: Antologia para um Combate*. Tradução de João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.
- FERNANDEZ, Cassiano Alberto Lorenzo. *Nova era para a indústria do charque*. Rio de Janeiro: Tipografia Esperantista, 1939.
- ICOMOS, TICCIH. *Princípios conjuntos do ICOMOS-TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial*. [Princípios de Dublin]. Aprovados na 17ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 28 de novembro de 2011. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Princi%CC%81pios-de-Dublin.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- IPHAN. Portaria nº 275, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política do Patrimônio Cultural Material do IPHAN. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 182, p. 7-11, 20 de setembro, 2018.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização*. Cotia: Ateliê, 2009.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In. *Anais do Museu Paulista*, 2010, vol.12, n.2.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. *Arq.urb: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, 3, 2010.
- LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., Inglaterra. Londres, 1913.

MAIA, Marta Lagoutina Maia. *Lugares de abandono: da obsolescência arquitetônica ao turismo identitário. Proposta de turismo vitivinícola para a reabilitação do palácio dos Duques de Aveiro em Azeitão*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Evolução das charqueadas Rio Grandenses*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1990.

NEUTZLING, Simone Rassmussen (coord.). *Inventário para dossiê de tombamento do centro histórico de Bagé*. 2009. (Relatório Técnico). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Revista Esboços*, 11(11), 25-30. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ROCHA, Eduardo. *Arquitetura do abandono* (ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte). 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RODRIGUES, Angela Rosch. *Ruína e patrimônio cultural no Brasil*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do CONDEPHAAT (1968-2018). *Arq.urb: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, (26), 44-60, 2019.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SOARES, Fernanda Codevilla. *Santa Thereza: Um Estudo sobre as Charqueadas da Fronteira Brasil-Uruguaí*. 2006. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana), – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Santa Maria. Santa Maria. 2006.

TICCIH. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Nizhny Tagil: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/?page_id=675>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FISSURADA

Imagens do desabitar no bairro de Bebedouro em Maceió/AL

FISSURED
*Images of the uninhabitation process
of the neighborhood of Bebedouro in Maceió/AL*

Patrícia Soares Vieira¹ e Roseline Vanessa Santos Oliveira²

Resumo

Este artigo trata do abandono como um acontecimento: o desabitar recente do bairro de Bebedouro na cidade de Maceió/AL, ocasionado pelo agravamento das consequências da mineração de longa data de sal-gema em região da cidade. Deparamo-nos aqui com um lugar de memória, que passou por transformações profundas e que atualmente se apresenta por rastros tangíveis e intangíveis de outros tempos, evidenciando circunstâncias traumáticas que propiciaram a desestruturação e descontinuidade de seus modos de habitar. A partir de revisão e análise documental, observação empírica e análises de conteúdo, privilegiou-se imagens de diferentes tempos e fontes para construir o conceito de fissura enquanto polissemia que nos permite interpretar e relacionar reverberações históricas e socioambientais desse acontecimento: o que quebrou, o que não resistiu, o que persistiu, o que se construiu pelos efeitos de uma força que compôs uma memória traumática.

Palavras-chave: fissura, desabitar, imagem, Bebedouro, patrimônio.

Abstract

This article approaches abandonment as an event: the recent uninhabitation of the Bebedouro neighborhood in the city of Maceió/AL, caused by the aggravation of the consequences of the salt mining in this region of the city. Here we find a place of memory that has undergone profound transformations and currently presents itself with tangible and intangible traces of other times, showing traumatic circumstances that led to the destructuring and discontinuity of its ways of inhabiting. Based on document review and analysis, empirical observation and content analysis, images from different times and sources were used to build the concept of fissure as a polysemy that allows us to interpret and relate historical and socio-environmental reverberations of this event: what broke, what did not resist, what persisted, what was built by the effects of a force that composed a traumatic memory.

Keywords: fissure, uninhabitation, image, Bebedouro, heritage.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Alagoas (FAU/UFAL), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado (PPGAU/DEHA) da UFAL e integrante do grupo de Pesquisa Laboratório de Interpretação de Núcleos habitados (LIN.A).

² Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL e de seu Programa de Pós-graduação. Líder do Laboratório de Interpretação de Núcleos Habitados (LIN.A-CNPQ). Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), tendo realizado pós-doutorado junto à Universidade de Évora.

Introdução: situando o bairro, a fissura e a literatura

Pensando na chamada desta revista, buscou-se construir este artigo a partir de uma das questões postas – *quais as reverberações de um abandono?* Situamos aqui o termo abandono como um acontecimento: o desabitar recente do bairro de Bebedouro na cidade de Maceió/AL. Nesse sentido, discutiremos o termo fissura, acolhendo a sua polissemia, que nos permite interpretar e relacionar reverberações deste desabitar pela maioria dos moradores do bairro.

O termo fissura, além de se configurar como uma abertura que se manifesta em determinadas superfícies, como um mecanismo de alívio das tensões de seus componentes, traz aberturas semânticas que nos possibilitam outras compreensões. Por exemplo, ao transbordar seus sentidos, abre-se a possibilidade de entrelaçamento entre dimensões históricas e socioambientais reconhecidas no bairro de Bebedouro.

O bairro integra a área diretamente afetada (figura 1) pelo processo de subsidência – fenômeno que se caracteriza, de maneira geral, pelo rebaixamento de superfícies devido a alterações no suporte subterrâneo de determinada área (SANTOS *et al.*, 2020, p. 92). Tal processo aconteceu de maneira silenciosa até ser evidenciado em 2018 por ocorrência de um tremor de terra no bairro do Pinheiro. Após diversos estudos sobre o local do tremor entre 2018 e 2019, A CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM, 2019), apresentou um detalhado relatório apontando como causa-gatilho para tal processo, a exploração de sal-gema pela petroquímica Braskem, que atuava nesta atividade desde a década de 70.

As áreas afetadas pela mineração tornaram-se instáveis para ocupação. Dentre os 14.394 imóveis existentes, 13.641 estão desocupados e mais de 55 mil pessoas foram prejudicadas (VELEDA; ESTRELA, 2022). Além de Bebedouro, outros bairros como Pinheiro, Mutange, Bom Parto e parte do Farol, com realidades socioeconômicas, histórias e uso e ocupação distintos, também foram afetados, carregando em comum consequências da mineração que se perpetuam por décadas.

O bairro de Bebedouro é uma das áreas afetadas e um dos primeiros aglomerados urbanos da cidade com significativo papel na expansão da cidade para o interior³, além de conter marcos arquitetônicos e paisagísticos centenários. Apresenta em parte de sua delimitação, um polígono reconhecido (talvez apenas) pelo plano diretor (MACEIÓ, 2005) como *Zona Especial de Preservação 3 (ZEP 3)*, duas *Unidades Especiais de Preservação (UEP)* e *Áreas de Preservação Permanente (APP)* nas faixas que margeiam o Riacho do Silva e na orla da Lagoa Mundaú – este último, fazendo parte do *Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba - CELMM*⁴.

³ Bebedouro, como um aglomerado distante de Maceió (O que se considera hoje o bairro do Centro era colocado em mapas como *Maceió*) foi se constituindo em decorrência dos eixos de escoamento da produção mercantil: “A consolidação da formação territorial de Maceió deve-se principalmente à situação estratégica em que se encontrava, possuindo grande potencialidade para fins comerciais. Foi o potencial vislumbrado na atividade portuária que progressivamente despertou o interesse dos gestores provinciais. A atividade comercial, em função principalmente do porto de Jaraguá, marcou profundamente a formação espacial da cidade até a atualidade. É em torno da produção mercantil que se organizavam suas principais localidades, destacando-se o Centro, Jaraguá, Bebedouro, Levada, Poço, Trapiche e, posteriormente, o bairro do Farol” (AMARAL, 2018, p.97, grifo nosso).

⁴ Compreende o maior complexo estuarino do Estado e é constituído por “(...) um conjunto amplo de lagunas, ilhas e canais flúvio-marinhos, distribuído no litoral central sul de Alagoas, onde ocupa frações dos municípios de Maceió, Marechal Deodoro, Rio Largo, Satuba, Pilar, Coqueiro Seco e Santa Luzia do Norte” (SILVA; FERREIRA, 2021, p. 69).



Figura 1 - Localização da cidade, destaque a Bebedouro (laranja) e delimitação da região diretamente afetada. Fonte: Google Earth, 2022. (adaptado).

Um campo de estudos largamente difundido, e que abrange as circunstâncias observadas no Bairro, é o *Patrimônio Cultural*. Em uma de suas difundidas conceituações é entendido como sendo os bens de natureza tangível ou intangível de forma individual ou em conjunto que referenciam identidades, ações e memórias de grupos constituintes da sociedade (BRASIL, [2016]). A interpretação e gestão oficial do patrimônio está associada a uma seletividade de valores atribuídos pela sociedade detentora dos meios para a sua difusão e/ou conservação. Contudo, quando pensamos nas delimitações e identificações oficiais de um bem, outras escalas do cotidiano urbano do local podem acabar esmaecidas nesse processo. Como Castriota (2019) aponta, um lugar de patrimônio está associado a múltiplos valores culturais nunca intrínsecos, mas sempre atribuídos, mutáveis e frequentemente conflitantes. Nesse sentido, podem ser percebidos em diversas consistências: da escala arquitetônica a urbanística; da palavra a imagem; de (re)apropriações e (re)significações dos espaços e práticas; do vazio ao preenchido. Sempre em movimento pela sua “(...) capacidade de deformação, ruptura e coesão, a depender de com que forças ele precise se opor” (OLIVEIRA, 2019, p. 14).

Ao olhar para Bebedouro atualmente, dentro da perspectiva patrimonial, nos deparamos com um *lugar de memória*. Pelo termo referenciado por Nora (1993), podemos compreender como um lugar que passou por transformações profundas, que se apresenta apenas por rastros de dinâmicas de outros tempos e que evidencia, assim, circunstâncias traumáticas que propiciaram a desestruturação e descontinuidade de seus modos de habitar. Dessa maneira, compreendemos que a percepção do patrimônio de Bebedouro está profundamente associada às perdas recentes geradas pelas consequências da subsidência no bairro. Vale ressaltar que estas transbordam limites oficiais, pois não abrangem apenas os bens protegidos/identificados pelos instrumentos municipais urbanísticos da ZEP 3 e UEPs, o que nos motiva a pensar sobre a memória e reconhecimento dessa área pelas pessoas, sejam elas moradoras do bairro ou da cidade.

Com sua possibilidade de existência e permanência em meios tanto tangíveis, quanto intangíveis, como o virtual, podemos pensar na imagem como uma forma de ancorar memórias, de fazer perdurar. O lugar pode ser fisicamente transformado, esvaziado, desabitado, mas a memória do mesmo pode caminhar, se imbricar em outras quando existe um meio para ativá-las.

Ao estudar obras que tratam de imagens (SAMAIN, 2012; WARBURG, 2020, 2021; DIDI-HUBERMAN, 2011; 2013; OLIVEIRA, 2018) abriram-se possibilidades para conduzir um olhar sobre as imagens de Bebedouro. Em trabalhos como do Atlas Mnemosyne⁵ (1924-1929) de Aby Warburg (1866-1929), podemos observar o potencial de construir leituras sobre a história a partir das imagens. O atlas (THE WARBURG INSTITUTE, 2020) se constitui como uma leitura visual que se coloca aberta ao encontro de diferenças e similaridades que podem ser interpretadas nas montagens anacrônicas intercaladas por fundos pretos. Levam nosso olhar ao(s) passado(s) e presente(s) de maneira a (re)conhecer ou tornar visíveis outros significados e lacunas presentes na contemporaneidade. E assim, construir possibilidades de ler além de sua sobrevivência (*Nachleben*), perceber *supervivências* quando colidimos e/ou movimentamos imagens de diferentes tempos e/ou conteúdos.

Como um texto, que carrega as formas de pensar e os desejos de comunicação do autor, as imagens também podem ser lidas, pois a percepção visual é, ela própria, um ato de representação. Ela descreve através do traço. Da mesma maneira, a palavra e a pintura, enquanto imagens, códigos, carregam um caráter subjetivo que participam da interpretação do próprio autor. Nesse sentido, mesmo guardando suas especificidades, a leitura desses registros compartilha uma subjetividade reconhecida no texto escrito e no desenhado, que resulta na criação de um outro universo informativo (...) (OLIVEIRA, 2018, p. 86).

Como dito acima, olhar para uma imagem e estudar seus conteúdos é um movimento de interpretação, uma tentativa de leitura que tensiona subjetividades de quem produz e de quem lê. Em muitos casos, essa tensão inclui aquele que solicita a imagem... Nesse sentido, pensando com a imagem podemos entender sobre modos de construir e habitar o urbano e suas relações com as particularidades dos meios pelos quais elas são veiculadas – que envolve o acesso, sua produção, apreensão, entre outros. A partir dessas relações, rastros de significados, permanências e impermanências, que permeiam a percepção do espaço urbano, podem emergir da leitura quando possibilitamos a associação com outras imagens ou textos. Essa possibilidade de movimento nos permite compreender como tais registros carregam intenções e vivências de um sujeito ou grupo de determinado período e continuamente ressignificam e/ou desconstróem memórias de outros tempos. Desse modo, interessa aqui, sem pretender esgotar interpretações (DIDI-HUBERMAN, 2013)⁶, perceber a polissemia da fissura quando olhamos para imagens do bairro de Bebedouro.

Na introdução do livro *Mil Platôs - Capitalismo e esquizofrenia*, os autores (DELEUZE; GUATTARI, 1995) apresentam, entre outros conteúdos, conceitos e princípios do *rizoma*. Podemos citar alguns como o da *conexão e heterogeneidade*, em que entende

5 “(...) um conjunto de imagens que reproduziam fragmentos de pinturas, textos, documentos, livros, cartografias, genealogias e recortes de jornal. Dispostos lado a lado em painéis de madeira de 2m x 1,5m e fixados de maneira sempre provisória por meio de pinças metálicas, os fragmentos eram facilmente deslocáveis, possibilitando a incessante busca por novos arranjos. O registro fotográfico das configurações parciais que hoje permite analisar as variações dos painéis, era também um meio para expô-los em aulas ministradas por Warburg, por meio de projeções de slides” (BARRETO, 2021, p. 48).

6 “Reler o mundo: vincular de modo diferente os pedaços díspares, redistribuir a sua disseminação, um modo de a orientar e de a interpretar, é certo, mas também de a respeitar, de a remontar sem pretender resumi-la nem esgotá-la” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 19-20).

tal estrutura como constituída de conexões entre suas linhas de forma heterogênea, descentrada; o *princípio da multiplicidade*, em que o rizoma se constitui por dimensões com direções movediças, que se entrelaçam, se modificam e tornam difusas relações entre sujeitos e objetos; o *princípio da ruptura*, em que a ruptura de determinada linha(s) do rizoma não se constituirá na destruição dele. Outras estratificações, significações, territorializações, organizações podem ser (re)criadas a partir de suas interrupções; e o *princípio da cartografia e decalcomania*, em que o rizoma é mapa e não decalque, o que os remete a cartografia: na construção de um mapa que é aberto, conectável, adaptável a montagens, modificações, rasgos, com múltiplas formas de se fazer visível e lido. A partir desta leitura, podemos pensar sobre patrimônio como uma multiplicidade, com processos que correm em diversas direções, uma vez que se interrelacionam ao arranjo urbano da cidade – um grande e complexo sistema que comporta o cruzamento de inúmeros outros⁷.

Neste processo de cruzamento que envolve Bebedouro, alguns questionamentos surgem: Como olhar para um processo que acontece intensamente no presente? Como estudar pelo meio? Como pesquisar a partir de suas imagens? De que forma abordar? Palavras soltas foram colocadas no papel: subsidência, Braskem, demolições, tragédia ambiental, registros, ruptura, interrupção, afundamento, tempo, fragmentos, patrimônio, rastros, vazios, silêncios, pessoas, memórias, fissuras... Motivada pelas leituras sobre rizoma, este último termo foi destacado, pensando como o mesmo abriga uma multiplicidade semântica, tanto em sentidos figurados como também em sentidos literais⁸.

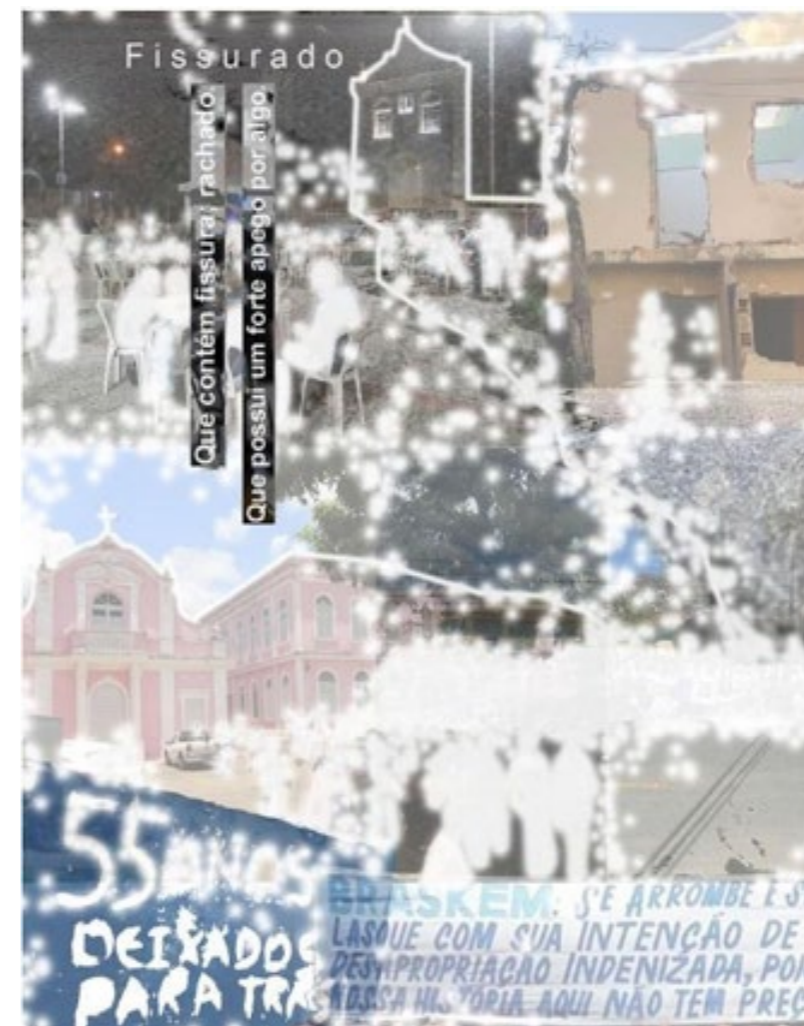
De acordo com o entendimento abaixo, que faz analogia à produção de cartas náuticas, adotou-se neste trabalho, a cartografia como uma posição metodológica, em que movimenta e engaja a arquiteta pesquisadora à experiência de adentrar em dinâmicas enquanto ocorrem. Neste caso, requer uma atenção ao inesperado para desvendar e narrar linhas de expressão em relação ao que se pesquisa. Em acordo com Deleuze e Guattari (1995) a cartografia, como um dos princípios do rizoma, se distancia mais da ideia de representação e se aproxima mais da noção da produção crítica e visibilização de realidades e problematizações:

Cartografar é mapear por cartas. Inscrever cartas como as náuticas que são traçadas enquanto se navega, mudando de direção, mareando, narrando tudo que é preciso para se navegar, desde uma mudança de ventos até o relevo aquático mais ínfimo (ROCHA *et al*, 2017, p. 150).

Na cartografia apresentada na figura 2, a ideia foi pensar em sentidos distintos, com o intuito de discutir como eles estão presentes no bairro, considerando a complexidade do agravamento da mineração na região para o local. Utilizou-se o termo no participio e no masculino (*fissurado*) remetendo as fissuras observadas no bairro: em sentido literal, nas edificações e ruas; e figurativamente, atribuiu-se o sentido de uma ruptura

⁷ “O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. (...) Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído (n-1). (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15).

⁸ Como parte de um exercício da disciplina ofertada pelo Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (PPGAU/UFAL) *Cidades e suas representações*, conduzida pela professora Dra. Juliana Dias Michaello, foi proposto aos alunos o desenvolvimento de uma cartografia (baseada em leituras sobre o rizoma (introdução de *Mil platôs*) e cartografia (*Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*), com o intuito de movimentar ideias sobre o desenvolvimento de trabalhos de dissertações, teses ou planos de pesquisa.



nas dinâmicas do espaço urbano e também ao sentido *da fissura por algo*, remetendo aos vínculos afetivos (positivos e/ou negativos) das pessoas com o bairro. Como exposto anteriormente, o princípio da ruptura do rizoma não expressa a sua destruição, mas a possibilidade que ele tem de se (re)criar, se fazer visível, de dar visibilidade a memórias através de suas fissuras. Dessa forma, buscou-se trazer uma reflexão sobre como diversos sentidos da fissura se fazem presentes nessa pesquisa de maneira não necessariamente dicotômicas.

Em virtude dos conteúdos apresentados, vê-se coerência e pertinência em reconhecer a multiplicidade semântica do termo fissura em relação às consequências da mineração no bairro de Bebedouro utilizando-se de estudos imagéticos que tensionam sua dimensão histórica e socioambiental. Assim, foram explorados registros imagéticos do bairro com o intuito de tratar concepções e referenciais que o consolidaram como um conjunto delimitado como patrimônio na cidade, bem como narrativas atuais que são profundamente atravessadas por memórias que transbordam seus enquadramentos oficiais. Trata-se de um percurso por concepções e imagens de um dos primeiros assentamentos urbanos da cidade que vem passando por uma intensa degradação.

A partir dos recortes imagéticos estudados e produzidos, compreende-se o patrimônio de Bebedouro atravessado e composto por acúmulos de fissuras literais e figuradas – resultados de dinâmicas urbanas ao longo do tempo que se imbricam em sintomas, vínculos e tensões. A exploração da polissemia da *fissura* se construiu a partir da interpretação em três noções: a) Em um sentido literal, consiste em uma pequena abertura que se manifesta em determinadas superfícies como um mecanismo para alívio das tensões, compreendida como um sintoma de determinado problema em

Figura 2 - Cartografia realizada na disciplina Cidades e suas representações. Fonte: Patrícia Vieira, 2020.

determinado componente de uma edificação. Pode caracterizar problemas menores ou maiores como princípios de rachaduras (FERREIRA, 2020); b) A segunda, em sentido figurado, em que se interpretou como uma desestruturação de um vínculo com o espaço; c) E a terceira, também em sentido figurado, como uma expressão de tensão que remete aos vínculos afetivos com determinado objeto/espaço.

A seguir serão apresentados os recortes e condutas metodológicas seguidas para suas construções. Como o trabalho se baseia em uma dissertação, serão realizadas sínteses em virtude das limitações do formato deste artigo, o qual se detém, portanto, às discussões sobre a polissemia da fissura enquanto reverberação do desabitado de grande parte dos moradores do bairro de Bebedouro.

Sobre os recortes imagéticos

Como maneira de explorar imagens que falam sobre Bebedouro, buscou-se apreendê-las de fontes e temporalidades distintas como forma de perceber a partir desses fragmentos, as fissuras que se acumulam e/ou se sobrepõem, que nos contam sobre relações do habitar e desabitado do bairro ao longo do tempo. Parte-se do pressuposto de que a cartografia enquanto acompanhamento de processos não exclui a associação com outras condutas metodológicas. Nesse sentido, para a construção e exploração dos recortes foi utilizado a revisão documental, observação empírica e análise de conteúdo.

Primeiro recorte

Inicialmente foram coletados os *primeiros registros imagéticos do bairro*, que se constituem de cartões-postais e fotografias presentes em produções que tratam da historiografia da cidade – as referências estudadas se caracterizam por serem bastante acessadas quando se busca compreender e/ou questionar sobre a cidade em seu início. As fotografias antigas coletadas em sua grande parte não apresentam autoria identificada e as que apresentam tem como autoria os fotógrafos Gabriel Jatubá e Luiz Lavenère. A revisão e análise documental foi a conduta adotada para delinear esse primeiro recorte.

Em Maceió, a primeira série de cartões-postais é circulada ao público no ano de 1903, um ano após a publicação do *Indicador Geral do Estado de Alagoas*, em 1902. Este dado se torna relevante, segundo Campello (2009), quando se compreende que o indicador foi uma obra destinada à comercialização ao público e que apresentava a divulgação de uma certa imagem da cidade. As fotografias, de autoria do fotógrafo Gabriel Jatubá, contidas no livro foram utilizadas nas primeiras séries postais da cidade; e os editores das primeiras séries são também editores do indicador – M. J. Ramalho e Antônio M. Murta.

Nesse sentido, Campello (2009) nos sugere que o Indicador e os cartões-postais constituem partes de um mesmo projeto de divulgação de uma imagem da cidade, em que o segundo, pelo seu custo mais acessível, poderia alcançar um público mais amplo. Seria um segundo empreendimento editorial pensado para popularizar uma imagem, ainda restrita do Indicador, que abrange significados que a expressão *torrão natal* pode incorporar – como o progresso intelectual, material aliada a uma afetividade da tradição. Tais informações se fazem relevantes para ressaltarmos, pois os cartões-postais que apresentam paisagens do bairro (na época ainda considerado um arrabalde) de Bebedouro contemplam atmosferas que contrastam com os enquadramentos e conteúdos do bairro do Centro, área com maior recorrência de aparições nas séries e com maior quantidade de equipamentos e estrutura urbana. Contudo, as imagens

que referenciam os bucólicos arrabaldes como o de Bebedouro se alinham a uma expressão afetiva sobre a cidade, que acolhe e intenta mostrar, não só os notáveis edifícios do Centro, mas também a simplicidade e singularidade de paisagens locais que as elites da cidade costumavam habitar e frequentar em temporadas festivas e de veraneio entre os séculos XIX e XX.

Compreendendo “(...) a paisagem como fenômeno social, percebido e operado pela sociedade” (MENESES, 2002, p.35) os cartões-postais atuam na divulgação das mesmas e, assim como diversas formas de representação, carregam intenções, filtram realidades, produzem e expressam imaginários (LAMOUNIER, 2017). Nesse sentido, estes meios apresentam a capacidade de atribuir (CAMPELLO, 2009) e talvez até engessar um certo aspecto da memória urbana de uma cidade a partir do reforço e impregnação de determinada paisagem ou aspecto da mesma, dentro da dinâmica de funcionamento desse meio de representação. Com isso dito, interpreta-se que muitas das referências arquitetônicas e urbanísticas de Bebedouro, enquadradas pelos cartões-postais, marcam a sua paisagem até hoje. Nesse sentido, considerando o contínuo rearranjo do espaço urbano, permanências tangíveis (arquitetônicas e urbanísticas), bem como a persistência de algumas relações intangíveis com os espaços, nos permitem compreender a influência das imagens construídas pelos cartões postais.

“(...) da cidade que se oferece ao olhar como um todo, os *fotógrafos* capturam a sua. Da cidade dos fotógrafos, os *editores* propõem um olhar ao público. Desta última, o *público* consolida a construção dos marcos paisagísticos da cidade, finalmente plasmados nos cartões-postais” (CAMPELLO, 2009, p. 159, grifo nosso).

Como citado acima, os cartões-postais não se constituem necessariamente como um produto com apenas um ponto de vista, mas sim como um processo que trata e dilui três grupos de olhares. Estes se constituem como filtros que adicionam ou reduzem camadas de elementos e significados às imagens. Sobre a atuação dos fotógrafos, estes são os primeiros a ter um contato com a urbe. Nesse momento, já vão se construindo direcionamentos de olhar a partir dos enquadramentos, elementos em destaque, a luz, nos distanciamentos e aproximações, na presença de pessoas ou não, entre outros. Na editoração tem-se outra camada de interferência que consiste da filtragem das fotografias para compor uma série postal, em que se constrói um percurso de lugares, uma narrativa de significados que traduzem uma imagem de cidade. Por fim, e não menos importante, um público consolida e participa dessa construção quando faz a sua seleção durante a aquisição, quando deposita significados e os compartilha como correspondência ou os guarda ressignificando ao longo do tempo.

Esta busca em olhar para as primeiras imagens de Bebedouro (cartões-postais e fotografias antigas) partiu da percepção da recorrência de dados históricos sobre o bairro (textos, arquivos públicos e referências orais de moradores e frequentadores de longa data) que referenciam os tempos que os cartões-postais e fotografias estudados situam. Tais imagens (figura 3) marcam os principais referenciais paisagísticos que ainda sobrevivem e situam a imagem do bairro como registro que evidencia fragmentos da memória urbana de Maceió.

A seguir, será apresentado o segundo recorte imagético: os registros de um Bebedouro em subsidência, atualmente com suas paisagens dos cartões-postais degradadas e desabitadas.



Segundo Recorte

Uma pesquisa cartográfica se constrói pelo acompanhamento de processos e não apenas pela representação (KASTRUP; BARROS, 2009, p. 53) ou caracterização de determinado objeto. Dados não são apenas coletados, mas também produzidos à medida que vão sendo construídos os caminhos que evidenciam expressões no qual o objeto se encontra conectado. Nesse sentido, esse aspecto reverso⁹ do método cartográfico motivou também o olhar para os rastros, que continuamente compõem imagens que demonstram na superfície as consequências recentes da mineração sobre o bairro.

“Qualquer sinal que fica quando algo passa” (RASTRO, 2022) seria uma das definições que se pode encontrar sobre rastro em dicionários. Articulado a outras referências o rastro pode ser entendido como um signo excepcional em relação a outros, pois não é criado, mas deixado ou esquecido (GAGNEBIN, 2006, p. 113), ele “(...) significa fora de toda intenção de significar” (LEVINAS, 1993, p. 75). É marcado por uma fragilidade quanto a sua existência material, em que se materializa de uma decomposição ou se projeta na mesma, podendo, assim, nos fazer olhar tanto para o que se desvinculou de sua constituição anterior, quanto para o que ficou.

⁹ Segundo Alvarez e Passos (2009, p. 137) “(...) o caminho vai se fazendo no processo, indicando essa reversão metodológica que a cartografia exige (hodós-metá)”. Compreende-se aqui que o engajamento do pesquisador e percurso de pesquisa está sempre em construção.

O rastro, como uma superfície que sobra, que exprime dinâmicas ausentes de um todo, uma multiplicidade. E por essas superfícies, esse recorte se desenha. A arquiteta pesquisadora se coloca no campo e os atravessa enquanto os interpreta na produção de registros fotográficos – a partir de uma exploração pelo registro edificado nos tempos recentes. Desse modo, a observação empírica foi adotada e se configurou da realização de derivas – compreendendo aqui como um deslocar-se sem um rumo específico, que não necessita de um empurrar ou de uma direção preestabelecida (CARERI, 2017), de maneira a manter uma atenção receptiva aos diversos estímulos e imprevisibilidades presentes no espaço edificado. Apesar dessa liberdade, entendemos que esse deslocar-se sem rumo requer uma atenção receptiva e consciente sobre nossos movimentos e interação com o urbano, sobre o que e o porquê um caminho ou determinado enquadramento nos atrai, nos repele, nos faz pensar, lembrar. Dessa forma, o registro fotográfico e textual foram procedimentos que incrementaram a observação e que possibilitaram a produção de reflexões a posteriori pela rememoração da experiência.

Ao penetrarmos em determinados locais da cidade, sentimos que sua ambiência se funde conosco: corpo e espaço entram em consonância, construindo a realidade espacial que nos circunda e é com esse corpo alargado pelo campo perceptivo que tocamos e sentimos o que está além das demarcações físicas imediatas, *construímos sentimentos que são os nossos mas são também os do lugar que nos envolve*. Trata-se da base por meio da qual nos situamos no mundo e atribuímos sentidos, significados e afetos ao espaço por onde circulamos (DUARTE, 2015, p. 74, grifo nosso).

O diálogo com fundamentos teóricos sobre as *ambiências/atmosferas*¹⁰ aproximadas às noções de imagem de uma cidade trazidas por Lynch (1960), foi importante para a busca de formas de registrar e perceber a coexistência do espaço físico e os outros sentidos que o constroem. Esse conjunto que nos referimos como *ambiência/atmosfera* se constitui por um campo difuso e penetrante (*pervasive field*), isto é, em que não há uma delimitação precisa (THIBAUD, 2015; LAMOUNIER, 2017), visto que relaciona níveis muito variáveis de memórias e afetividades de uma diversidade de sujeitos – moradores, frequentadores e/ou visitantes de curta ou longa data – com o local, a relação de elementos intangíveis e tangíveis, impregnação de concepções coletivas, oficiais e/ou dominantes sobre determinado local. Em seu livro *A imagem da cidade*, Lynch sintetiza sobre os elementos físicos da forma que compreendem uma imagem da cidade e que nos possibilita interpretar uma aproximação da noção de ambiência/atmosfera:

Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dele, participando com os outros num mesmo palco. Na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não

¹⁰ De acordo com Lamounier (2017), existe uma certa confusão com a tradução literal feita do termo *ambiance*, utilizado pelo autor Jean-Paul Thibaud (2015) em estudos sobre atmosferas urbanas. Tal tradução literal na língua portuguesa, não evoca tão claramente e intuitivamente o aspecto difuso e intangível do termo em francês. Além disso, a tradução *ambiência* acaba por remeter às definições utilizadas em linguagens mais técnicas associadas a aspectos tangíveis e concretos do campo projetual. Entretanto, há textos que trazem o termo *ambiência* com os sentidos propostos por Thibaud, como nos textos aqui citados de Duarte (2015) e Duarte e Pinheiro (2013). Dessa maneira, foi adotado aqui a utilização dos termos em conjunto, com exceção das citações diretas das autoras citadas anteriormente.

é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos e a imagem é o composto resultante de todos eles (LYNCH, 1960, p. 12).

Os elementos ressaltados pela análise do autor se constituem por vias (*paths*), limites (*edges*), bairros (*districts*), cruzamentos (*nodes*) e pontos marcantes (*landmarks*). As vias seriam os caminhos que permitem a circulação das pessoas pela cidade (LYNCH, 1960). Em sua interpretação sobre a análise visual de Lynch, Panerai (2014) utiliza o termo *percurso*. Esse termo nos parece pertinente, quando olhamos suas definições mais simples, em dicionários. Supõe uma via habitada, que se percorre ou que se tem como rota. Seja cotidianamente ou raramente, parece incluir uma noção de temporalidade em que determinados percursos podem se consolidar ou se desfazer ao longo das transformações na cidade; Os *limites* são interrupções de uma continuidade em que podem marcar visualmente o término de determinada área, permitir ou não uma permeabilidade entre partes; Os *bairros* se constituem por uma região de médio ou grande porte delimitados oficialmente a partir de características que conferem algum tipo de reconhecimento social, unidade ou limite em comum na cidade; Os cruzamentos são interpretados por Panerai (2014) como *pontos nodais* ou *núcleos*. Essa interpretação se aproxima mais do termo original e aqui se faz pertinente pois se relaciona mais à compreensão dos *nós* dentro de um bairro, em que podem se constituir como uma influência significativa dentro dele; E por último os *pontos marcantes*, em que se constituem como referências a nossa vista, externas. Podem marcar e direcionar a um percurso, indicar um núcleo de bairro, estando a grandes ou pequenas distâncias do observador.

A construção deste recorte levou em consideração a percepção de tais elementos, contudo transbordou em alguns aspectos, pois o autor deixa claro que alguns fatores, não considerados em sua análise, como o "(...) significado social de uma área, a sua função, a sua história, ou, até o seu nome" (LYNCH, 1960, p. 57) também se incorporam e influenciam na apreensão da imagem da cidade. Desse modo, a rememoração a posteriori de sentidos outros além do visual se deu a partir dos registros fotográficos in loco e dos relatos escritos produzidos logo após as derivas – entendendo a imagem como uma forma disparadora de pensamentos e reflexões que traz e tensiona relações do corpo no espaço a partir de seus conteúdos e enquadramentos.

Durante as derivas no bairro, foram produzidas 56 fotografias na primeira, 98 fotografias na segunda e 89 fotografias na terceira. Os pontos marcantes, que podem se constituir não só por um, mas por uma composição de elementos que referenciam o bairro, foram um dos elementos que auxiliaram a leitura e a rememoração dos conteúdos percebidos na experiência em campo. Essa primeira catalogação influenciou no primeiro olhar sobre as imagens e rememoração para a escrita dos relatos sobre as derivas. Na figura 4 temos um pouco dos registros fotográficos que foram produzidos.

A experiência nos requer afeto. Este não é apenas entendido por uma construção atribuída ao *Outro*¹¹ em um sentido positivo, mas também por aquilo que nos marca tanto positivamente quanto negativamente, que pode ser imposto aos nossos corpos (TRINDADE, 2014), e que pode nos trazer efeitos diversos como angústias, medos etc. Nesse sentido, a subjetividade e sensibilidade foram inerentes às derivas pelo bairro. A construção de afetos da pesquisadora com o espaço – um cenário difícil de se ver e não se sensibilizar pelo *Outro* que uma vez habitou aquele local ou possibilitou um

11 Duarte em sua reflexão sobre empatia espacial traz a noção do *Outro* não apenas como o indivíduo, mas também o próprio espaço: "O espaço como construção simbólica é o *Outro* na medida em que, através de suas materialidades, de suas leis e de seus rituais, se interpõe no drama íntimo e familiar dos indivíduos, ligando-os ao grande teatro da coletividade (UGLIONE, 2008 *apud* DUARTE, 2015, p. 5).



habitar – permitiram também a interpretação dos rastros materiais, como capazes de comunicar vínculos de seus moradores e/ou frequentadores do bairro.

Como dito, relatos foram produzidos a partir da experiência das derivas e da rememoração a partir dos registros produzidos. Abaixo temos um trecho da primeira deriva:

Bebedouro, Maceió 19 de dezembro de 2020 - 9h30 às 11:20

A deriva, realizada a pé e em conjunto com mais outros três colegas do mestrado (Karina, Arlindo e Manuela), teve início na Praça Coronel Lucena Maranhão, núcleo de assentamento do bairro de Bebedouro. Neste núcleo estão edificações importantes para a expansão e atratividade do bairro como a Igreja de Santo Antônio de Pádua, que já vimos em sua forma mais primária em um dos cartões postais estudados no primeiro capítulo. A igreja marca a imagem que tenho de Bebedouro, vejo como a porta de entrada da frente do bairro. Aparece em grande parte das fotografias do bairro do século XIX e XX, seja como um ponto marcante na paisagem ou como um elemento de fundo, um abrigo para movimentos, estrutura para festas e encontros ao longo da história do bairro.

(...) desde a primeira vez que conheci o bairro me inquietava porque o mesmo, pelo menos em sua área principal, se colocava de costas para a Lagoa Mundaú, um corpo d'água tão bonito, águas tão próximas e distantes ao mesmo tempo. Ao estudar um pouco para buscar entender motivações, compreendi a influência de teorias urbanísticas da época com o higienismo (...).

Figura 4 - Alguns dos registros realizados nas derivas (entre 2020 e 2022) pelo bairro. Fonte: Patrícia Vieira, 2020.

Para chegar ao bairro entrei pelo percurso que conhecia, para observar do alto a Lagoa no horizonte e por ter interesse em ver como estavam as edificações da Ladeira do Calmon (nos mapas Rua Dr. Passos de Miranda). Casas se esvaziando, trânsito com caminhões e trabalhadores da Braskem na rua, a vista da Lagoa muito marcante com a edificação do antigo Colégio Bom Conselho aparecendo à medida que descíamos.

(...) Observando os elementos presentes na Praça da Igreja Santo Antônio, temos a mesma implantada, a praça logo a frente e os percursos que a envolvem, reminiscências de seu tecido inicial; Este tecido também é composto de quadras que voltam suas fachadas para a mesma com lotes de casarios geminados sem recuos à esquerda (referencial olhando para a frente da igreja). E, à direita, uma casa com aspectos coloniais da família Nunes Leite, diferente de todas as edificações em volta, com implantação descolada de seus limites, ao lado de uma edificação esquina, que era um colégio, implantada no limite do terreno com aspectos mais modernos. Na quadra em frente à fachada lateral direita da igreja vemos lotes de casas também geminados, já com fachadas reformadas ou com aspectos menos antigos. Eram casas que realmente eram habitadas em tempos mais recentes, ao contrário dos casarões mencionados, que já eram imóveis vazios há anos, vazios (já) históricos. Adentramos em algumas dessas casas. Foram as primeiras que entrei. A sensação de entrar em um vazio recente, uma vez privado, sem convite pra entrar, era estranha. Estava acompanhada de alguns colegas de mestrado e por isso sentia uma segurança maior.

Olhava para dentro de uma das primeiras casas (não consegui lembrar se era a primeira ou segunda que entrei), com todas as suas esquadrias e tudo que pudesse ser arrancado, até o teto com seu forro de gesso estraçalhado. Enquanto fazia registros ali pensava o quão frustrante pode ter sido o processo de ser realocado. Não foi uma “simples” mudança, em que geralmente se deixa o habitar em um estado habitável para outro dono construir sua vida ali, mas sim uma mudança, quase literalmente de um dia para o outro, em que não foi preciso apagar ou amenizar os rastros de quem saiu. O que evidencia aos meus olhos, intencionalmente ou não-intencionalmente, como seus escombros contam sobre o peso de assinar para a destruição de um lar, assim como sobre a descontinuidade das relações ancoradas pelo espaço à sua volta. E assim conseguir a possibilidade de ter uma compensação financeira para tentar se (re)construir em outro espaço (...).

Em dezembro de 2020, tudo estava diferente. Rastros e silêncios alternados com casas ainda habitadas – ao entrar nos escombros das casas, seguranças da Braskem nos alertaram para nossa segurança e avisaram que nelas estavam sendo instalados alarmes para que ninguém permanecesse. O mercado de Bebedouro também foi outro ponto observado naquela dinâmica. Ainda aberto, apresentava um escasso movimento de pessoas. Uma vez que o mesmo se sustentava de forma local em que atraía os moradores próximos, o aumento gradativo da área de realocação de partes do bairro nos mapas de danos influenciou na redução acentuada de seu movimento. Além disso, a linha que passava o VLT foi interrompida nos trechos do Mutange e Bebedouro em março de 2020 pela CBTU, visto os riscos quanto à instabilidade do solo. O silêncio dos movimentos de pessoas, de carros, do som do VLT anunciando sua chegada, a ausência de olhos cotidianos da rua interrompe a continuidade e movimentos da vida urbana, em que se constrói dessa relação entre o público e o privado, o tangível e o intangível.

Retorna-se a compreensão de que as fissuras podem ser interpretadas a partir das particularidades das formas de veiculação, dos tempos e sujeitos que produzem as imagens, buscou-se em seguida, para a construção do último recorte imagético, perceber as expressões e relações produzidas em um outro meio: o virtual, através da rede social do Instagram.

Terceiro Recorte

Como uma prótese do nosso corpo, as interfaces virtuais compõem cada vez mais os nossos cotidianos. Em intensidades distintas trabalhamos, interagimos com o *Outro*, nos manifestamos sobre nossas realidades e afetos, compartilhamos e experimentamos mundos distantes e/ou debaixo de nossos pés por imagens e palavras advindas de diversos pontos de vistas e sujeitos dentro de espaços virtuais (*ciberespaço*¹²). Nesse sentido, as fronteiras entre as realidades materiais e virtuais, ou melhor, entre o *on-line* e *off-line* se diluem, estão borradas.

A escolha em explorar as imagens do e no *Instagram* se deu inicialmente pelas circunstâncias da pandemia, que influenciaram na redução das possibilidades de aproximações com as pessoas em 2020. Esta rede se constitui como um grande banco de dados, em que a imagem se destaca como um dos aspectos estruturadores de sua interface – esteticamente construída e reconstruída a cada instante por diversos fragmentos imagéticos e textuais advindos de processos de publicações e interações contínuas em um “(...) scroll vertical infinito, na tela do usuário do aplicativo” (PRATA, 2016, p. 6). Essa disposição parte também da interpretação desse dispositivo de produção de imagens como sendo capaz de reforçar visibilidades, e/ou talvez, dar dizibilidade a narrativas esmaecidas no espaço urbano. Percebendo o *Instagram* como um aplicativo que permite a produção contínua de linguagem imagética (fotográfica, gráfica, audiovisual), observamos conteúdos infinitamente diversos. Habitamos nesse imenso e fragmentado espaço virtual que permite a construção de narrativas e percepções sobre tudo à nossa volta.

Nesse sentido, com tal dispositivo, criamos registros de cidade e cotidiano, das relações com o/no meio urbano que queremos mostrar, acrescentamos e produzimos assim dados sobre a própria memória da cidade ou parte dela. Construindo, desconstruindo, visualizando narrativas, produzimos cada vez mais camadas fragmentadas da imaterialidade, que atravessam qualquer espaço urbano – enquanto produto de uma sociedade. Proporcionamos visibilidades “(..) ao cotidiano, ao ordinário (...)” (PRATA, 2016, p. 3) e também ao atípico, ao que nos choca. O que nos afeta.

Apesar do aplicativo atualmente conter a opção de visualização cronológica das publicações, o *feed* dele é aberto, por padrão, sob o ordenamento dos algoritmos de relevância. Desse modo, as publicações expostas aparecem em determinada ordem de acordo com a “(...) interação do usuário e de suas escolhas, seus atalhos, buscas, nomeações e apropriações algorítmicas, como definição do uso do pin georreferenciador e a escolha das *hashtags* (palavras-chaves)” (PRATA, 2016, p. 17). Nesse sentido, esse grande banco de dados, não se apresenta da mesma maneira para todos, o que nos leva a infinitas camadas de leituras e interatividade entre usuários sobre determinado conteúdo.

Em *Como pensam as imagens*, Samain (2012) as mostra como portadoras de intenções de quem as produziu, de concepções coletivas e/ou abertas à incorporação e interpretação de quem as observa. Também as trata como formas que pensam e que comunicam, através e/ou independente de nós. Com isso dito, a ampla e fragmentada diversidade de agrupamentos e produções imagéticas que não se configuram da mesma maneira para nós na rede, nos remete a uma das discussões do autor em que

12 Lévy (1999) define *ciberespaço* como rede, no sentido de um meio de comunicação que surge da interconexão entre computadores e outros dispositivos: “Como outros meios de comunicação, o ciberespaço deve ser concebido não apenas como uma infraestrutura material ou suporte tecnológico, mas como um conjunto de informações e de usuários que habitam esse espaço e o alimentam de informações” (LÉVY, 1999, p. 14).

nos desloca a pensar além. Na imagem como um conteúdo diverso e fragmentado e não como uma síntese homogênea de uma cultura ou pensamento:

Toda imagem é portadora do pensamento de seu autor e principalmente da cultura. Essa é uma afirmação tão óbvia quanto insuficiente, porque ofusca um universo de presenças descontínuas – e, portanto, também de lacunas – que compõem a imagem. Tendemos a idealizar a imagem como síntese homogênea de uma cultura, assim como idealizamos a cultura como lugar de trânsito pacífico de tradições e valores. E pretendemos fazer do pensamento da imagem algo já resolvido em sua origem, que apenas precisa ser resgatado pelo olhar atento e pelo método. Mesmo quando tentamos ‘flexibilizar’ nossa acepção de ‘pensamento’ para além da linearidade da linguagem verbal, esperamos da imagem que revele uma articulação que deve apenas permanecer funcional e coesa, como um organismo cujas partes estão previamente e devidamente relacionadas (ENTLER apud SAMAIN, 2012, p. 133).

Entendendo um pouco das características que estruturam a produção imagética nesse dispositivo, em que se forma pela fragmentação de momentos, de acessos, de alcance e se diluem no fluxo contínuo da rede, partimos dessas compreensões para a construção do recorte norteado pelas seguintes questões: Como e de que lugar acessar? Que fluxos podemos percorrer, mapear?

Compreendendo que não seria necessário e nem possível coletar todos os dados imagéticos que se referiam especificamente a situação de subsidência do bairro de Bebedouro, pelo próprio funcionamento e estruturação do aplicativo, foi necessário pensar em alguns critérios para o recorte imagético. Um primeiro critério, foi a busca dentro de um universo que abrangia publicações de caráter público. Associado a isso, buscou-se explorar camadas de produções imagéticas a partir de dados algorítmicos próprios das possibilidades de navegação do dispositivo do *Instagram*. Nesse caso, foram utilizadas as palavras-chaves precedidas do símbolo #, as *hashtags*, entendendo-as como elementos organizadores e disparadores de narrativas sobre determinado evento. A escolha deste critério também se baseou na observação (figura 5) da larga presença destes metadados em publicações sobre a situação dos bairros afetados pela mineração, bem como pelas *hashtags* enquanto forma de acesso que se iniciou a partir da busca pelo nome do bairro e a quantidade de publicações. Foram escolhidas a *hashtag* #*sosbebedouro* e #*bairrodebebedouro* como segundo critério, pois, além de conter o nome do bairro em suas nomenclaturas, abrangem muitas das publicações presentes em *hashtags* com menores quantidades de publicações.

A análise de conteúdo foi o método adotado na construção deste recorte – tal método consiste em uma estruturação das mensagens (conteúdo e expressão do conteúdo) como maneira de evidenciar certos aspectos para interpretação de uma realidade ou outra além da mensagem (BARDIN, 1977). Tratar os dados significa produzir uma codificação, o que pressupõe que a interpretação já se inicia na maneira como se recorta, como se identifica as unidades de registro, categoriza e relaciona as categorizações criadas. Com isso foram extraídos os seguintes dados das publicações das *hashtags* selecionadas: a imagem (dado imagético), o título (*link* do *post*), as marcas (são as *hashtags* que aparecem em cada publicação), os comentários (é o texto da legenda) e os autores (perfil que produziu o *post*).

A categorização, um procedimento de análise comum, pode ser definida como uma operação de classificação de elementos que reúnem aspectos semelhantes e que compõem um conjunto e nos ajudam a agrupar ideias, elementos, temas, entre outros.

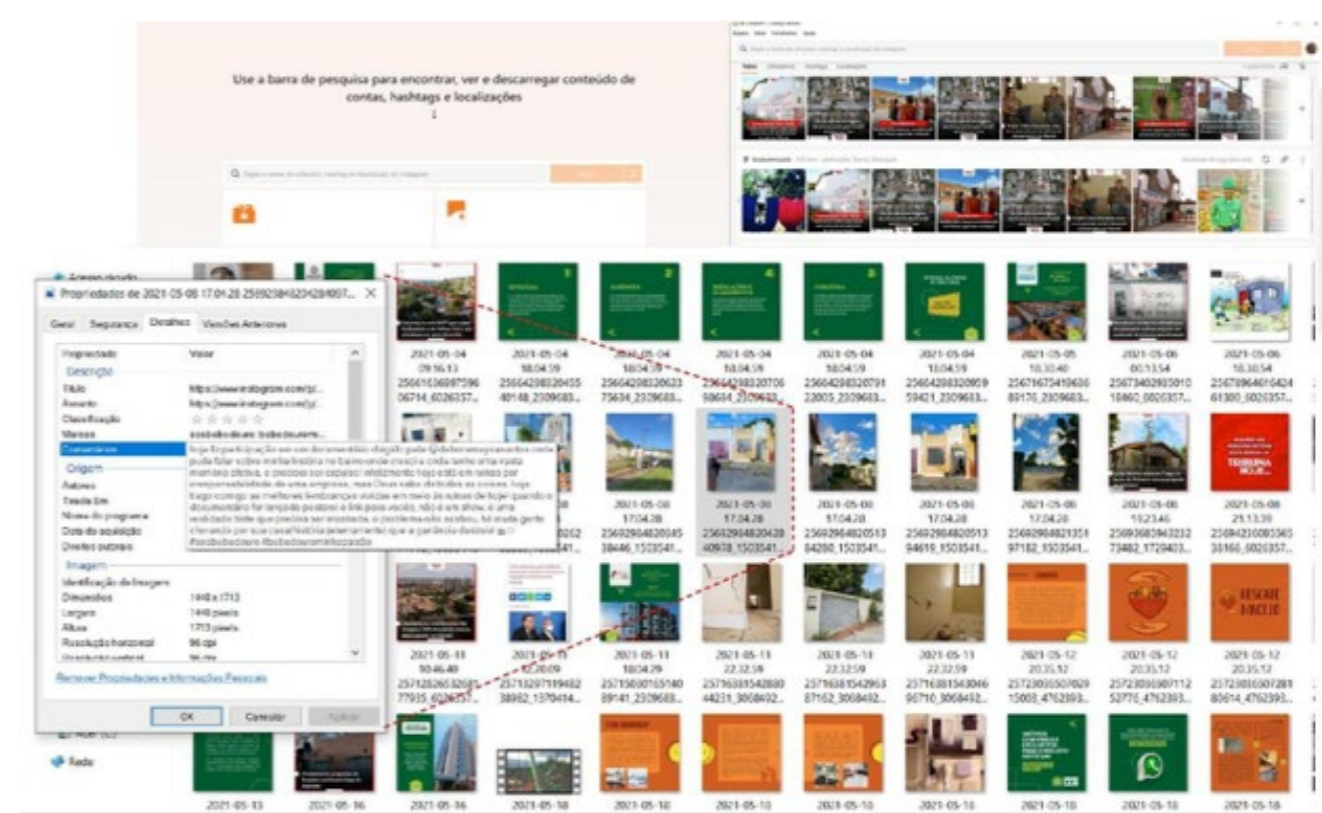


Figura 5 - Processo de acesso e download das publicações das *hashtags* selecionadas a partir do software 4k Stogram. Fonte: Patrícia Vieira, 2022.

Os critérios para a definição de categorias geralmente estão adaptados à realidade que nos é oferecida (BARDIN, 1977) ou a realidade que propomos nos aproximar. Nesse sentido, uma primeira categorização foi produzida e teve como critério o agrupamento e diferenciação dos conteúdos da *hashtag* pela localidade a que se referia (dentro os bairros afetados pela mineração). Este agrupamento foi importante, pois foi possível enumerar inicialmente a presença da especificidade dos *posts* do bairro de Bebedouro em relação aos outros bairros afetados e produzir este terceiro recorte¹³ – que consistiu dos registros imagéticos das duas *hashtags* que apresentavam postagens específicas ao bairro de Bebedouro.

Em meio a tantas publicações buscou-se maneiras de apresentar as principais expressões e os afetos múltiplos, individuais e coletivos presentes nos dados imagéticos do recorte. Com isso, uma forma encontrada foi a montagem de uma coleção imagética, intitulada *Olhares*¹⁴, que trazem camadas de narrativas, em que predominaram dados visuais que evidenciam, a partir de partilhas sensíveis de diversos sujeitos, processos do desabitado do bairro. É composta (figura 6) de conteúdos que tensionam dados visuais e textuais dos *posts*, selecionados do recorte, como legendas (texto) e comentários – interpreta-se que estes últimos demonstram as interações carregadas de expressões afetivas (sejam positivas ou negativas) estimuladas pelas imagens também carregadas de afetividades difundidas nas publicações. O propósito não é esgotar narrativas, mas apresentar e entrelaçar olhares múltiplos.

Difundidas por diferentes e inúmeros sujeitos, em ritmos e períodos distintos, as publicações dessas *hashtags* trazem conteúdos que se relacionam às consequências da subsidência nos bairros afetados como um todo, com uma quantidade significativa de publicações que especificam mais o bairro de Bebedouro. Dessa maneira, trazem conteúdos que nos levam a compreensão de afetos, ancorados pelo urbano, que atravessam principalmente as pessoas diretamente afetadas pela mineração na região. Permitem a possibilidade de documentação e associação, em que visibiliza o acesso

¹³ Buscou-se catalogar os dados em planilha (uma para cada ano) de maneira a conseguir aproximar em paralelo os dados sistematizados. Devido a extensão das planilhas e a dificuldade para visualização dentro do formato deste documento, ela pode ser acessada a partir deste link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/12320NUzN9bZeU-1zmYvXI50OzJr9dFD2O3IT1QAicUE/edit#gid=885452224>.

¹⁴ Na íntegra no trabalho de dissertação do qual esse artigo sintetiza as principais ideias.



"Da janela onde se viu tanto o lugar onde morava, com vizinhos, casas, árvores, animais e cor, a última vista contrapôs. O horizonte que se mostrou trouxe uma nova realidade: vazio, rachaduras, destroços, entulhos, silêncios, preto e branco, ausência de vida. A visão foi decisiva: é hora de dar adeus"

a um grande agrupamento de fragmentos, a partir das mídias de comunicação e pela própria população prejudicada, que vivencia e registra imageticamente determinados instantes e memórias. Diante dos dados coletados e interpretados, as perdas tangíveis e intangíveis que levam a uma individual e coletiva frustração, parecem ser os grandes disparadores da necessidade de não apenas vivenciar o processo, mas também de contar e documentar memórias e relações daquele espaço.

Como já dito, foram tomadas três noções sobre a *fissura*, de maneira mais geral, que já apontam uma polissemia do termo. Uma em um sentido literal e as outras duas em sentidos figurados. Pensando no bairro de Bebedouro, interpreta-se aqui que todas elas estão presentes e se entrelaçam e/ou se sobrepõem de alguma forma. A partir da diversidade imagética estudada nos três recortes, desdobramentos semânticos da fissura são percebidos, em que podem nos contar sobre os processos desse desabitado no bairro sob o ponto de vista histórico e socioambiental. A multiplicidade observada no termo em relação ao estudo nos remete a um dos princípios do rizoma, o princípio da ruptura (DELEUZE; GUATTARI, 1995), que não expressa apenas o aspecto da destruição, mas a potência que o mesmo tem de se fazer visível, de dar visibilidade, revelar afetos (positivos e negativos ou ambos). Nesse sentido, fissuras diversas estão presentes de maneiras tangíveis e/ou intangíveis, de maneiras objetivas e subjetivas nas ambiências/atmosferas do bairro. Nesse sentido, serão apresentadas, a seguir, breves discussões a partir de algumas possibilidades de interpretação das *fissuras* do bairro de Bebedouro.

Um aviso, um sintoma

Em sentido literal, podemos compreender a *fissura* como uma abertura compreendida como uma manifestação patológica em superfícies sólidas, causando no mínimo uma perda parcial de sua uniformidade. Apresentam espessuras inferiores a 0,5 mm, conforme (THOMAZ, 1989). Apesar de suas espessuras terem tamanhos pequenos, elas podem evidenciar problemas estruturais sérios, como indicar princípios de rachaduras. Nesse sentido, podemos compreender a fissura em Bebedouro como um fato que se configura como um sintoma da ação antrópica, com diversas irregularidades, sobre

sua região. Tal sintoma, nos remete ao contexto de exploração da Braskem sobre sua área e outros bairros adjacentes (Pinheiro, Mutange, Bom Parto e parte do Farol).

O *Sal-gema*¹⁵, é uma matéria-prima que foi encontrada em regiões da cidade de Maceió entre 1941 e 1985 por acaso, quando empresa especializada em prospecção para verificação da existência de petróleo, contratada pelo Conselho Nacional de Petróleo em 1941, identificou a existência de *Sal-gema* de alta pureza em parte do subsolo da cidade. Como parte de um projeto de modernização para estímulo do desenvolvimento de Alagoas, na década de 70, foi implantada a *Salgema indústrias químicas S/A* (atual *Braskem*) no bairro Pontal da Barra. Esse empreendimento e o próprio local de implantação da empresa desencadearam um processo de descaracterização do ecossistema da área e aumento do risco de contaminação ambiental no meio que já se constituía como uma região ambientalmente frágil e de grande importância para o desenvolvimento da vida lacustre (TICIANELI, 2015; DUARTE, R., 2010).

Para além desses empreendimentos que já evidenciava uma atuação de alto risco ambiental na região mais próxima da área de implantação, é relevante mencionar que durante a época de instalação dos poços de exploração concentrados nos bairros do Pinheiro, Bebedouro e Mutange já havia alertas quanto ao processo de subsidência na cidade, como o do secretário do meio ambiente e biólogo José Geraldo Marques. Entretanto, a ocupação urbana próxima às minas continuou a se expandir, assim como a própria mineração na região ao longo das décadas de 1980 a 2010 (TNH1, 2019).

O bairro de Bebedouro integra a área diretamente processo de subsidência, que foi intensificado após chuvas intensas em fevereiro de 2018 e, dessa maneira, evidenciado à cidade pelos tremores de terra de magnitude de 2,4 na escala *Richter* no dia 3 de março de magnitude de 2,4. Como já introduzido, a visibilização e compreensão dos responsáveis pelo processo de subsidência aumentou com a publicação do relatório da *CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - Serviço Geológico do Brasil)* comprovando a responsabilidade da mineradora sobre a desestabilidade e estado de calamidade pública da região. Outros relatórios (GALINDO, 2022) também apontaram como o processo de mineração realizado de forma inadequada em conjunto com as falhas geológicas do próprio solo como agravantes da subsidência, levando ao colapso de várias minas de sal-gema da região afetada (tanto das que se localizam embaixo da Lagoa Mundaú quanto as que se localizam nas superfícies dos bairros).

Com essa histórica atuação desastrosa sobre o meio, vemos as consequências se apresentando intensamente nos últimos quatro anos: um processo de grande êxodo urbano dessa região e bairro de Bebedouro, continuamente fazendo desaparecer seus registros edificados, marcadas por antigas edificações e traçados, esvaziados e gradativamente sendo cobertos por tapumes metálicos. A fissura revelou, deu vista ao que acontecia em décadas silenciosas.

Bairro, Bebedouro, Bem, breu

As *fissuras* de Bebedouro transbordam o sentido literal. Apesar de se manifestarem fisicamente na superfície, já estavam presentes em outras camadas de sua história, não apenas pela exploração de sal-gema ao longo de décadas. Imagens das *ambiências/*

¹⁵ Conhecido também como um sal-fóssil, é uma rocha sedimentar que se forma no subsolo a cerca de mil metros da superfície e apresenta em sua composição geralmente uma grande concentração de Cloreto de Sódio (NaCl). Usado para a produção de sal de cozinha, bem como para outras produções químicas como a soda cáustica, cloro, o polímero PVC (Policloreto de Vinila), entre outros (VELEDA; ESTRELA, 2021; FREITAS, 2021).

atmosferas de Bebedouro começaram a se construir e se difundir desde o século XIX com a ajuda de instrumentos de veiculação de massa como os cartões-postais. Apesar de possibilitarem a visibilização de determinados enquadramentos dos tempos mais remotos do bairro, traziam algumas limitações pelo seu próprio formato fragmentário e pelas intenções de difusão de certos imaginários de cidade. Contribuíram para a construção e impregnação de determinados marcos paisagísticos, que abrangem suas edificações e áreas mais antigas, como o seu núcleo de origem.

Tais marcos ancoraram vivências múltiplas, possibilitando a construção de vínculos individuais e coletivos com o bairro. Entretanto, em alguns de seus imóveis foram implementados hospitais psiquiátricos com estruturas e serviços precários, trazendo, dessa forma, precarizações à vida dos pacientes. Segundo Ribeiro (2012, p. 61) hospitais psiquiátricos foram implantados no bairro, como a Casa de Saúde Miguel Couto inaugurada em 1961, a Casa de Repouso Dr. José Lopes de Mendonça¹⁶ e a Casa de Saúde e Clínica de Repouso Ulisses Pernambucano, em 1968. Essa implantação se relacionava ao modelo seguido por outros países na época, de reutilizar amplos casarões construídos por famílias abastadas. Além disso, a localização à margem da Lagoa Mundaú era um dos atrativos para a implementação delas, pois era ainda um local mais isolado da centralidade da Cidade.

Nesse sentido, temos a Clínica de Repouso Dr. José Lopes pela monumentalidade de sua edificação, como um símbolo de um período nebuloso: em que sustentou formas de tratamentos psiquiátricos precários e degradantes aos pacientes antes das reformas psiquiátricas e lutas antimanicomiais, que se iniciaram no estado na década de 80, e objetivaram tratamentos mais humanizados (RIBEIRO, 2012). Na associação abaixo percebemos uma *supervivência* (figura 7) que se constitui visualmente por imagens antigas da edificação da antiga Clínica e da paisagem mais recente que envolve tal edifício, em que evidencia o novo uso da área da antiga edificação: como o canteiro central de operações para monitoramento das minas da Braskem. Transformações vão se incorporando e por vezes esmaecendo marcas de outras épocas. Ao nos debruçar sobre os registros desta edificação, compreendemos que as fissuras podem estar além da superfície, sobrepostas. Marcando a paisagem de maneira simbólica, evidenciando explorações impostas pela ação antrópica sobre os corpos, sobre o meio.

Mais do que um palimpsesto (as escritas superpostas que são frequentemente encontradas nos manuscritos sobre pergaminho), a paisagem, na expressão do historiador Fernand Braudel (1986-87) é como nossa pele, condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas (MENESES, 2002, p. 37).

As *fissuras* são antigas e se sobrepõem no tangível e intangível. Apesar do bairro ser reconhecido e conter delimitações que o identificam como um bem patrimonial pelo plano diretor da cidade (MACEIÓ, 2005) – como uma *ZEP (Zona Especial de Preservação)* e por conter duas *UEPs (Unidade Especial de Preservação)* –, a presença de vazios e degradação já era histórica antes mesmo da consequência da mineração atingir fortemente a dinâmica e uso do local. Sua fragilidade enquanto documentação edificada de outros tempos era evidente em algumas de suas edificações antigas, como na edificação conhecida como *Solar Nunes Leite*, que já se encontrava em estado de

¹⁶ Um palacete à margem da Lagoa construído em 1914 por Francisco de Amorim Leão. Originalmente residencial e, segundo Amaral (2018, p. 256), de característica arquitetônica eclética com ascendência mourisca, com recuos ocupados por um imenso jardim e organizado em quatro pavimentos. Após alguns anos sem uso, em 1962, foi adquirido por José Lopes de Mendonça para ser utilizado como residência de sua família; o pavimento inferior mais o anexo construído próximo ao palacete foi utilizado para o funcionamento de sua clínica psiquiátrica.

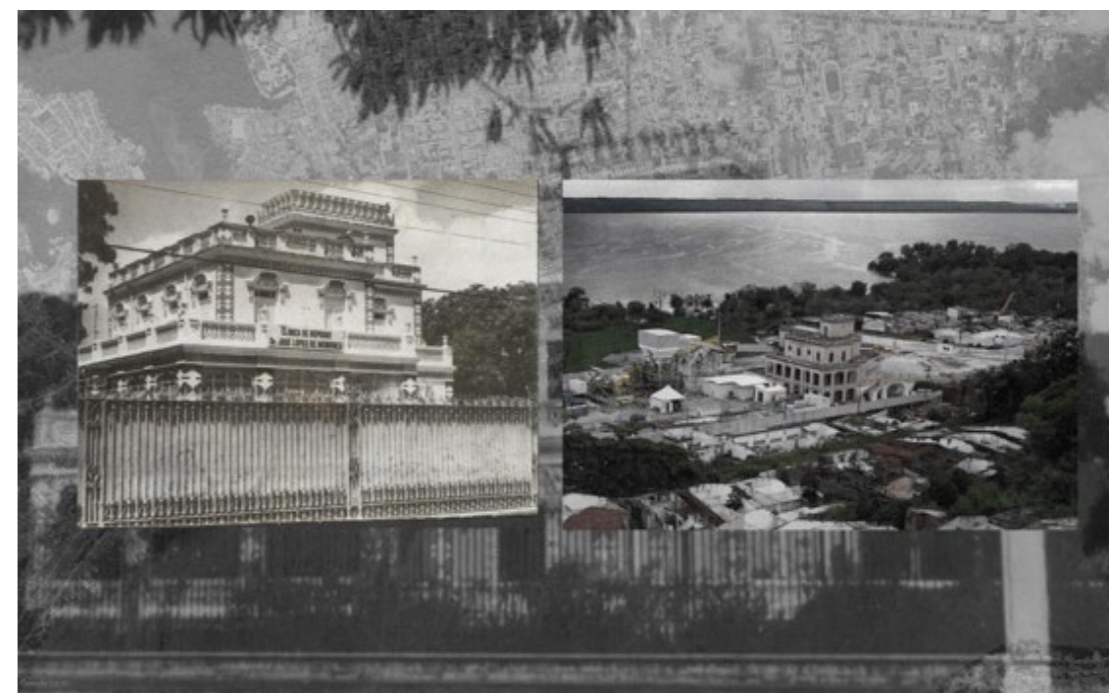


Figura 7 - Supervivências na paisagem de Bebedouro. Fonte: Arquivo público, s/d; ESTRELA, 2021 (adaptado).

degradação. A imagem na cidade de um Bebedouro das festas tradicionais na Praça da Igreja, dos folguedos, do veraneio, de nomes famosos da cidade, das feiras, dos bondes, da pesca, dos cartões-postais permaneceu em uma escala mais local, às margens, assim como a própria Lagoa. Em meados do século XX deu lugar à difusão de imagens de outras águas: do litoral e seu entorno.

Contudo, as *fissuras* são profundas e se evidenciam em outros aspectos que atravessam a percepção de um bem. A degradação material dos monumentos, dos bens considerados patrimônios era histórica, mas hoje é desabitada. Apesar dessa *desvalorização* patrimonial, Bebedouro era cotidiano, casa, vínculo, um chão cheio de memórias. A mineração dispersou e desvinculou esse patrimônio vivo que morava, movimentava as ruas, as praças, que dava corpo às ambiências/atmosferas do bairro. Hoje o bairro é um breu, uma imagem de rastros, mais um símbolo da ação antrópica devastadora sobre o meio, uma cova aberta (figura 8).

Mas como dito, a *fissura* é profunda. Ainda há outros bens à margem da cidade e do estado. São os moradores de uma área do bairro conhecida como *Flexal de cima* e *Flexal de baixo*, ainda com aproximadamente 800 famílias morando (ASCOM OAB/AL, 2022), que não entraram no mapa da realocação e que estão buscando acordos e processos para conseguirem ser incluídos, apesar da precariedade destes procedimentos de compensação promovidos pela mineradora. Essas áreas do bairro se encontram isoladas com seus moradores sob riscos de rachaduras, afundamentos e danos constantes pela influência não só da subsidência, como também das inundações decorrentes das chuvas de inverno; prejudicados pela insalubridade e insegurança dos espaços, economicamente e socialmente desrespeitados. Percebemos aqui a fissura como uma desestruturação que ainda não é critério e nem laudo para entrar no mapa, mas ainda uma postura inerte por parte da *Braskem* e estado que acabam promovendo a continuidade da desestruturação urbana e social dos moradores do local.

Expressões de um desabitar

Segundo THOMAZ (1989), as *fissuras* são aberturas que surgem nas superfícies de edificações como um mecanismo de alívio de tensões formadas pela movimentação de seus componentes. Aparecem quando os esforços solicitantes nos materiais ou



estruturas são maiores que os esforços de resistência. Com relação a esta breve síntese, que se refere à fissura física em edificações, podemos pensar um pouco sobre as imagens, em especial no Instagram, em que mostram fragmentos do cotidiano do bairro há quase dois anos, quando grande parte dos moradores de Bebedouro começaram a sair de suas casas.

Largamente compartilhadas, movimentam a rede enquadrando rastros de casas, ruas, praças, as edificações antigas oficialmente protegidas (abandonadas) atrás de tapumes, o lixo que se acumula no espaço urbano, os animais desamparados, a vegetação preenchendo ruínas, entre outros. São imagens fotogênicas, na medida em que nos demonstram o engajamento de quem as produz. Tais registros, além de visibilizar através da rede, desvendam "(...) a parte de luz que a sombra coloca em evidência e que a percepção imediata dificilmente permite ver" (FONSECA, 2018, p. 2). Comunicando tensões que as consequências da perda frustrada de um habitar impõem aos corpos. E trazem, com o envolvimento dos moradores e outros sujeitos com a questão, reações expressas por meio do pixo nos muros e ruínas das edificações, dando palavras para o mal-estar nesse espaço urbano (figura 9).

Nesse sentido, podemos perceber a *fissura* como a expressão das tensões desse desabitado. Fazendo uma analogia ao sentido literal, como um alívio, no sentido de externar tal desestruturação à superfície. Além das tensões, observamos a expressão de vínculos afetivos construídos com o bairro ao longo do tempo, nos remetendo também à fissura não só como uma quebra, mas como um forte laço com algo e que resiste a partir desse reconhecimento compartilhado do que era e que não será mais dali.

E além desse patrimônio deslocado e fissurado, se evidencia a resistência de um *Outro* que não humano: uma natureza que sobrevive e vai persistindo em meio aos abandonos, preenchendo e esverdeando o hiato urbano do bairro. O deserto de movimento de pessoas que se transformou o bairro, esconde aparentemente os movimentos do meio, sua resiliência e, ao mesmo tempo, mostra sua fragilidade. Imagens de animais em risco e/ou abandonados, uma Lagoa de longe imponente e de perto com seu ecossistema lacustre fragilizado, vegetações vivendo e morrendo pelos movimentos do urbano.



Fissurada

A *fissura* traz efeitos sobre as superfícies. O trauma urbano na região afetada (que não inclui só o bairro de Bebedouro) deixou marcas no tangível, mas também sobre o intangível (sobre as pessoas e suas relações e memórias ancoradas pelo local).

A *fissura* atravessa e fragmenta deslocamentos da cidade, que tiveram seus trechos de VLT (veículo leve sobre trilhos), de carros e alguns trajetos de ônibus interrompidos. Isola e esconde a Lagoa que permanece à margem do olhar da cidade, marcada pelo isolamento. Desagregou fisicamente o urbano, provocando também a desagregação sociocultural e o adoecimento de muitos moradores de longa data no local. Antigos moradores chegaram até a voltar para suas casas já deterioradas pelo tempo, pela transformação das ambiências/atmosferas, devido às precariedades dos processos de compensação e dificuldades financeiras e emocionais encontradas para se estabelecer e se (re)construir em outro local da cidade de maneira semelhante ao que se tinha antes.

Os efeitos e irregularidades da mineração de sal-gema levaram a bruscas transformações, como a desocupação da área pelos seus moradores, o que levou a ocupação em outras localidades da cidade e até mesmo em cidades do interior, aumentando as demandas imobiliárias. Os bairros afetados e suas adjacências imediatas, foram estigmatizados e desvalorizados economicamente, ambientalmente e socialmente. Este cenário hostil parece estar à margem, funcionando como mais um meio frágil da cidade transformado pela ação antrópica. Insuficientes foram as participações do poder público, até o momento, para amenizar e mediar as vulnerabilidades, de longo prazo e imediatas ambientais – como das consequências das chuvas do inverno de 2022, a proliferação de reservatórios de vetores de doenças.

Desse modo, olhando para as diversas imagens que falam desse trauma urbano, compreendemos aqui que este desabitado do bairro e da região afetada mais diretamente, compromete outros movimentos da cidade como um todo, em especial a mobilidade e habitação. A *fissura*, como uma abertura, trouxe a instabilidade à tona. Cultivada do passado ao presente, nos aponta uma condição contemporânea de incertezas, carregadas de lacunas para se pensar um futuro habitável da área.

Considerações

O que quebrou? O que não resistiu, o que persistiu e/ou que se construiu pelos efeitos de uma força? São perguntas que se apresentaram a partir dos processos estudados e vivenciados do olhar sobre uma grande diversidade imagética de Bebedouro. Buscou-se refletir e compreender, neste artigo, a multiplicidade semântica da fissura em relação às consequências históricas e socioambientais da subsidência no bairro a partir dos recortes imagéticos delineados e interpretados.

Neste percurso, foi possível perceber a capacidade da imagem, influenciadas por suas particularidades de tempo e veiculação, de comunicar olhares sobre acontecimentos que atravessam memória e cidade, sobre rasgos nos vínculos com o espaço, sobre rastros de um habitar. Um patrimônio deslocado, fissurado que movimenta outras fissuras, evidenciado em uma imensidão de imagens repletas de memórias e afetos em diversas consistências que registram o processo de esvaziamento do bairro.

Contudo, a desvinculação material com o espaço gerada pela consequência da mineração, não conseguiu totalmente produzir uma quebra de laços e vivências criadas ao longo do tempo. Como uma fissura, estes laços emergiram à superfície e demonstram, além das tensões do desabitar que este lugar de memória carrega, a persistência e movimentação de afetos atribuídos com a produção da imagem e sua veiculação. O que nos leva a pensar que as experiências desse habitar se perdem na sua descontinuidade urbana, mas sobrevivem pelas disposições de dizer para quem puder ouvir sobre um patrimônio agora marcado e, em si, composto pela perda brusca do habitar e a construção traumática da memória.

Referências

AMARAL, Vanine Borges. *Expressões Arquitetônicas da Modernidade em Maceió: uma perspectiva de preservação*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

ASCOM OAB/AL. Comissões da OAB/AL fazem vistoria em área afetada pela mineração nos Flexais. *Tribuna Hoje*, Maceió, 15 set 2022. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/09/15/109172-comissoes-da-oabal-fazem-vistoria-em-area-afetada-pela-mineracao-nos-flexais>>. Acesso em: 20 nov 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Daniel Saboia Almeida. *Atlas: percursos imaginários, cidades em movimento*. 2021. 308 f. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) - Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, Universidade Federal da Bahia. CPRM - Serviço Geológico do Brasil. *Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL): Relatório síntese dos resultados n. 1*. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/21133>>. Acesso em 12 jul 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: presidente da república, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 jul 2022.

CAMPELLO, Maria de Fátima de Mello Barreto. *A construção coletiva da imagem de Maceió: cartões-postais 1903/1934*. 2009. 268 f. Tese (doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco.

CARERI, Francesco. *Caminhar e parar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Lidando com um patrimônio sensível. O caso de Bento Rodrigues, Mariana MG. *Arquitextos*, São Paulo, ano 20, n. 230.00, Vitruvius, 2019. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7423>>. Acesso em: 25 set. 2022.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. (vol. 1). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas ou a Gaia ciência inquieta: o olho da história*. Lisboa: KKYM/EAUM, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira Duarte. A empatia espacial e suas implicações nas ambiências urbanas. In: VII SEMINÁRIO PROJETAR - ORIGINALIDADE, CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NO PROJETO CONTEMPORÂNEO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA, Natal, 2015. *Anais...* Natal: PPGAU/ UFRN, 2015.

DUARTE, Rubens. *Orla lagunar de Maceió: apropriação e paisagem (1960-2009)*. 2010. 193 f. Dissertação (mestrado em dinâmicas do espaço habitado) - Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

FERREIRA, Guilherme Henrique. *Fissuras em edificações de concreto armado: revisão e estudo de caso*. 2020. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Ouro Preto.

FONSECA, Darci Raquel. As múltiplas faces da fotogenia. *Contemporânea*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 01-07, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contemporanea/article/view/33832/18327>. Acesso em: 12 de ago de 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 1. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2006, Cap. 8, p. 107-118.

GALINDO, Abel. Aspectos técnicos de uma mineração desastrosa. In: FRAGOSO, E. (org). *Rasgando a cortina de silêncios*. 1. ed. Maceió: Ed. Instituto Alagoas, 2022.

KASTRUP, Virgínia.; BARROS, Regina Benevides de. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009, Cap. 4, p. 76-91.

LAMOUNIER, Alex. *Atmosferas de Preferência e a 'Cidade Maravilhosa'*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense.

LEVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. Petrópolis: Vozes, 1993.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Pontes, 1997.

MACEIÓ. *Lei Municipal nº 5.486 de 30 de dezembro de 2005*. Institui o Plano Diretor do Município de Maceió/AL. Disponível em: <https://www.sedet.maceio.al.gov.br/servicos/pdf/plano_diretor/00_lei_municipal_5486.pdf>. Acesso em: 30 fev 2020.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, Eduardo. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, Cap. 2, p. 29-64.

NORA, Pierre. Entre memória e história: *a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28. 1993.

OLIVEIRA, Roseline Vanessa Santos. As “Pedras” de Bluteau e o patrimônio paisagístico. *Ímpeto*, Maceió, v. 9, p. 9-16, 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/issue/view/504>>. Acesso em: 05 abr 2020.

OLIVEIRA, Roseline Vanessa Santos. *As vilas e seus gestos urbanos: o desenho de seis núcleos de origem colonial no contexto da representação textual e iconográfica dos séculos XVI e XVII*. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

PANERAI, Phillipe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

MOTA, Ricardo. Cientista que previu há 40 anos danos da mineração. *TNH1*, Maceió, 09 maio 2019. Disponível em: <<https://blog.tnh1.com.br/ricardomota/2019/05/09/o-cientista-que-previu-ha-40-anos-os-danos-da-mineracao-do-sal-gema/>>. Acesso em 10 maio 2020.

PIMENTEL, Evellyn. Lagoa Mundaú é “barril de pólvora”, alerta pesquisador. *Tribuna Hoje*. Maceió, 08 out 2021. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/10/08/78599-lagoa-mundau-e-barril-de-polvora-alerta-pesquisador>>. Acesso em: 10 nov 2021.

PRATA, Didiana. *Imageria e poéticas da representação da paisagem urbana nas redes*. 2016. 141f. Dissertação (Mestrado Projeto, Espaço e Cultura) - Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

RASTRO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/rastro/>>. Acesso em: 08 fev 2022.

RIBEIRO, Maria Cristina. *A saúde mental em Alagoas: trajetória da construção de um novo cuidado*. 2012. 243 f. Tese de doutorado (doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

ROCHA, Eduardo *et al.* Cartografias sensíveis na cidade: experiência e resistência no espaço público da região sul do RS. *Revista Pixo*, Pelotas, v.1, n. 3, p. 148-161, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/12790>>. Acesso em: 10 maio 2022.

SAMAIN, Etienne. *Como pensam as imagens*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

SANTOS, Caroline Gonçalves dos; *et al.* Solo em subsidência em bairros de Maceió-AL: emergências impostas aos agentes produtores do espaço urbano. *Ímpeto*, Maceió, v. 10, p. 91-100, 2020. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/issue/view/551>>. Acesso em 18 dez 2020.

SILVA, Thiago Cavalcanti Lins; FERREIRA, Bruno. Geomorfologia do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM, Alagoas, Nordeste do Brasil. *Revista de Geociências do Nordeste*, v. 7, n. 2, p. 68–79, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadogregne/article/view/24790>. Acesso em: 24 ago. 2022.

TICIANELI, Edberto. Descoberta de sal-gema em Alagoas foi por acaso. *História de Alagoas*, Maceió, 22 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/descoberta-da-sal-gema-em-alagoas-foi-por-acaso.html>>. Acesso em: 10 abr 2020.

THIBAUD, Jean Paul. The backstage of urban ambiances: when atmospheres pervade everyday experience. *Emotion, Space and Society*, Elsevier, pp. 39-46, 2015.

THOMAZ, Ercio Thomaz. *Trincas em edifícios: causas, prevenção e recuperação*. São Paulo: Pini, 1989.

TRINDADE, Rafael. Espinosa - Origem e natureza dos afetos. *Razão inadequada*, 2014. Disponível em: <<https://razoainadequada.com/2014/07/15/espinosa-origem-e-natureza-dos-afetos/>>. Acesso em: 08 abr 2021.

VELEDA, Raphael; ESTRELA, Igo. Afundamento de Maceió provoca êxodo urbano de 55 mil pessoas. *Metrópoles*, 23 maio 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/afundamento-de-maceio-provoca-exodo-urbano-de-55-mil-pessoas>>. Acesso em: 18 Ago 2021.

THE WARBURG INSTITUTE. Virtual Tour – Aby Warburg: Bilderatlas Mnemosyne exhibition at Haus der Kulturen der Welt. 2020. Disponível em: <<https://warburg.sas.ac.uk/virtual-tour-aby-warburg-bilderatlas-mnemosyne-exhibition-haus-der-kulturen-der-welt>>. Acesso em: 11 ago 2021.

PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

O não abandono do patrimônio arquitetônico como forma de instigar nos sujeitos o (re) conhecimento das heranças urbanas

HERITAGE PRESERVATION

The non-abandonment of architectural heritage as a way to instill in subjects the (re)knowledge of urban heritage

**Tarcisio Dorn de Oliveira¹, Cristhian Moreira Brum²,
Patrícia Viana Pereira de Lima³, Eva da Silva Neta⁴,
Julia Licks Chassot⁵, Estevan de Bacco Bilheri⁶ e
Fernanda Corrêa da Silva⁷**

Resumo

Ao preservar o patrimônio é possível garantir suas características para entender e explicar a evolução histórica e urbana das cidades por meio de heranças objetivas e subjetivas. A relação entre memória urbana e sentimento de pertencimento pode refletir na identidade de cada pessoa, trazendo uma reflexão consciente pela preservação da arquitetura. Por meio de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, este texto objetiva refletir a importância da preservação patrimonial como possibilidade de propiciar o não abandono do patrimônio arquitetônico de forma a instigar nos sujeitos o (re) conhecimento de suas heranças e a preservação da arquitetura patrimonial ainda remanescente nas cidades. Preservar vai além de proteger o patrimônio, haja vista que o patrimônio arquitetônico reforça a identidade e estabelece o sentido de pertencimento das pessoas aos lugares. Logo, a preservação patrimonial deve estar vinculada a todas as camadas da sociedade, auxiliando a montar o quebra-cabeça da história urbana das cidades.

Palavras-chave: patrimônio, arquitetura, preservação, identidade, pertencimento.

Abstract

By preserving heritage, it is possible to guarantee its characteristics to understand and explain the historical and urban evolution of cities through an objective and subjective heritage. The relationship between urban memory and the feeling of belonging can reflect on the identity of each person, bringing a conscious reflection for the preservation of architecture. Through a bibliographical review and documentary research, the text aims to reflect the importance of heritage preservation as a possibility to encourage the non-abandonment of architectural heritage in order to instill in the subjects the (re) knowledge of their heritage and the preservation of heritage architecture still remaining in cities. Preserving goes beyond protecting heritage, given that architectural heritage reinforces identity and establishes people's sense of belonging to places. Therefore,

1 Doutor em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ.

2 Doutor em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ.

3 Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela UNIJUÍ.

4 Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ.

5 Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ.

6 Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel.

7 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel.

heritage preservation must be linked to all layers of society, helping to put together the urban history puzzle of cities.

Keywords: heritage, architecture, preservation, identity, belonging.

Introdução

O patrimônio arquitetônico faz alusão aos bens imóveis que retratam a história e a memória local, remetendo sua importância à sociedade tanto para quem os deixou quanto para quem vai herdá-los. Com o avanço e o desenvolvimento das cidades, muitas vezes esses bens são descartados ou deixados à mercê ante as intempéries do tempo ou forças do capitalismo, propiciando uma deterioração provocada. Infelizmente esse é o destino fatídico de muitos prédios, acarretando a perda da identidade e da peculiaridade dos lugares, dando origem a caixas brancas ou imitações vergonhosas que não remetem à cultura, identidade ou memória das pessoas que ali residem.

O não abandono do patrimônio arquitetônico auxilia as pessoas a sentirem-se membros efetivos de uma cultura, de uma comunidade; razão porque sua apreciação torna-se crucial contribuindo para a identidade das cidades, além de servir como um registro fundamental para seus sucessores. Logo, falar em patrimônio é enfatizar seu papel na preservação das ações e das memórias de diversos grupos sociais. O patrimônio arquitetônico encerra em si diversas características culturais, filosóficas, intelectuais, dentre outras, das civilizações anteriores, pois transforma o testemunho histórico em monumento vivo e tangível. Nessa perspectiva,

Preservar os prédios antigos não é só guardar recordações dos velhos tempos, é possibilitar que outras gerações possam estudá-los, observá-los e tirar suas conclusões sobre a evolução que ali se sucedeu, além de se encantarem com suas formas e ter uma prova concreta de que aquilo que lhes falam realmente existiu. A construção da memória social urbana implica na referência ao que não foi presenciado, onde representa processos e estruturas sociais que já se transformam (OLIVEIRA; LOPES, 2018, p. 14-15).

O patrimônio abandonado, vítima da não preservação, torna-se uma página apagada da história – vestígios dignos de ser legado e transmitido para as gerações futuras. Tais materialidades devem ser preservadas e salvas da destruição por meio de políticas públicas que regulamentem sua preservação e manutenção. É necessário, entretanto, unir políticas públicas com interesse social para que aconteça a valorização patrimonial e histórica de um espaço. A preservação do patrimônio age no sentido de integrar e incorporar valor aos lugares, vinculando-se a um planejamento adequado e sustentável culturalmente para as cidades, à medida que ganha sua legitimidade social de maneira a estabelecer uma relação direta entre a preservação e o desenvolvimento econômico, estabelecendo, desta forma, significância à sua identidade simbólica. Logo,

[...] a preservação patrimonial não apenas auxilia na manutenção e conservação dos ambientes, mas, acima de tudo, guarda a memória e a cultura dos povos, haja vista, que as memórias e costumes passados de geração em geração são manifestações patrimoniais encontradas na atualidade. Um bem de caráter patrimonial remete ao pertencimento e à identidade de uma geração ao lugar, pois tais ambiências trazem em sua essencialidade história e memória que dão força ao lugar (OLIVEIRA; CALLAI; ZAMIN; ROCHA; TOLFO, 2022, p. 16).

As cidades crescem e desenvolvem-se a cada dia, e as arquiteturas atuais e passadas não podem sobreporem-se umas às outras. A consciência entre o antigo e o novo é fundamental para que a identidade, a memória e a história das cidades sejam mantidas. A metodologia empregada neste texto, por intermédio dos procedimentos, estrutura-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, posto que a pesquisa bibliográfica calca-se em teorias já publicadas, possibilitando que o pesquisador se aproprie do conhecimento, podendo sistematizar, analisar e (re) interpretar o material pesquisado, enquanto a pesquisa documental apoia-se em fontes primárias (dados e informações) que precisam de um olhar científico e analítico.

A preservação e o não abandono dos bens arquitetônicos estruturam-se como fundamentais para a evolução das cidades e das pessoas, pois é por meio deles que é possível avançar na compreensão de quem somos e de onde viemos. Nesse entendimento, o texto⁸ intenta refletir sobre a importância da preservação patrimonial como possibilidade de propiciar o não abandono do patrimônio arquitetônico de forma a instigar nos sujeitos o (re) conhecimento de suas heranças e da preservação da arquitetura patrimonial ainda remanescente nas cidades. Toda a arquitetura preservada possui uma carga de memórias e lembranças de períodos vividos em determinado espaço e tempo, criando e estabelecendo uma aproximação entre o passado e o presente, possibilitando uma compreensão da atualidade e vislumbrando avanços para o futuro.

Desenvolvimento

Salvaguardar o patrimônio arquitetônico é garantir que a história de um determinado lugar seja preservada, valorizada e comunicada às gerações futuras mediante a ação dinâmica e preservacionista das pessoas que ali residem. Em uma sociedade altamente dinâmica, em que determinados bens tornam-se obsoletos em um curto espaço de tempo, globalizar é aliar a preservação a uma educação humana e cidadã nas cidades, suscitando políticas públicas envolvendo comunidade, agentes e bens portadores de memória e identidade. Cultivar a memória do passado é fundamental, pois a prática de valorizá-la, para despertar sentimento de pertencimento da comunidade, induz a um pensamento e um movimento de preservação, aliada ao não abandono dessas materialidades, instigando uma postura ambiental mais qualificada para o desenvolvimento individual e coletivo da sociedade.

O patrimônio arquitetônico pode ser compreendido como toda construção de valor arquitetônico e cultural que caracteriza e identifica uma sociedade ao longo do tempo. Assim, uma edificação antiga pode ser considerada patrimônio de valor arquitetônico e histórico por preservar vestígios de uma memória. Para Rolnik (2003), as construções arquitetônicas de um determinado período guardam muito das experiências vivenciadas pelas sociedades que as edificaram, e, por isso mesmo, a preservação da memória coletiva dessas sociedades, por meio da existência desse patrimônio, é importante. Nesse ponto de vista,

O (re) conhecimento e, ao mesmo tempo, um olhar crítico por parte da população mostram-se fundamentais para uma efetiva preservação

⁸ O texto faz parte das reflexões oriundas do Projeto de Pesquisa “Patrimônio territorial urbano: a preservação da arquitetura patrimonial e suas inter-relações com a memória, identidade, pertencimento, cidadania e o planejamento das cidades”, que conta com o apoio da Agência de Fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), edital nº 10/2021 – ARD/ARC, sob Termo de Outorga nº 22/2551-0000588-8. Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias (GTEC).

do patrimônio. Permitir a interação entre a comunidade e os espaços a serem conservados proporciona aos indivíduos o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento à cidade o que, naturalmente, contribui para a salvaguarda dos espaços urbanos (OLIVEIRA; CALLAI; ZAMIN; ROCHA; TOLFO, 2022, p. 17).

Sobre a importância da preservação arquitetônica, entende-se que agora é a hora de agir e repassar toda e qualquer informação, ao invés de deixá-la só nas mãos de quem esteja ligado ao meio preservacionista – há a necessidade de expandir às escolas e a todos os lares. Nesse sentido, Tomaz (2010) reforça que ao preservar uma edificação de relevância para uma cidade também se preservam histórias, fazendo uma ligação entre elas que vai se renovando e se (re) significando diariamente, pois com a conservação de bens patrimoniais perpetua-se a memória urbana, preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história.

Proteger os bens arquitetônicos é preservar a identidade dos lugares e a cultura das pessoas, uma vez que, ao perder ou alterar as manifestações arquitetônicas e paisagísticas, o indivíduo perde, também, seus referenciais, que, por vezes, acabam não permitindo a identificação da cidade em que vive. Todos os costumes e tradições, hoje, ainda conseguem ser resgatados por conta da existência dos monumentos, construções, cidades, bairros, sítios, etc. que compõem o patrimônio, reforçando a integração das três esferas de Poder (federal, estadual e municipal) e setores da sociedade civil, garantindo ações mais eficazes na recuperação física, econômica e social dos núcleos urbanos. Assim, o patrimônio arquitetônico

[...] possui a capacidade de estimular a memória das pessoas, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação. A preocupação em protegê-lo começou no início do século XX, sendo criadas a partir daí várias normativas, comissões e conferências para estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio. A importância de entrelaçar situações de ensino e aprendizagem com o que se denomina de preservação da arquitetura surge junto a movimentos sociais que buscam uma autonomia e a valorização da cultura local e global (OLIVEIRA; CALLAI, 2017, p. 147).

O respeito ao patrimônio arquitetônico deve ser ressaltado, afinal, os bens patrimoniais são verdadeiras caixas de conhecimento e de motivação para a preservação, pois consiste exatamente em manter esses monumentos únicos com suas qualidades e peculiaridades próprias, consagradas pela história – o que faz com que, em breve, novas memórias sejam estabelecidas, haja vista que a arquitetura não para e a toda hora há algo novo surgindo, uma vez que as dinâmicas citadinas estão sempre em constante mudança. Para Oliveira e Lopes (2018, p. 14), “a arquitetura possui em si uma monumentalidade, a qual transcende, refletida na ambiência urbana por uma ideia, concepção e crença, haja vista que os bens patrimoniais (objetos-símbolo) propiciam às pessoas a possibilidade de viajar no imaginário”.

O indivíduo é parte de um todo, e, por menor que seja o contato com tal edificação, cidade, monumento ou qualquer outro patrimônio, de certa forma ele torna-se parte daquela história/memória, e é isso que se precisa entender, pois são marcas e lembranças que, ao manterem intactas as edificações/patrimônios, permanecem para toda a eternidade. Rolnik (2003) salienta que o patrimônio é uma riqueza que pode ser descoberta por meio da memória, das imagens e da oralidade das personagens que conheceram essas construções do tempo em que elas pulsavam. Mediante a dinâmica de seus antigos habitantes, a arquitetura da cidade é, ao mesmo tempo, continente e registro da vida social. Ou seja,

Interessa, pois, neste sentido lembrar que o passado já foi, passou e o futuro ninguém sabe o que será. O momento presente é o único que temos na vida para fazer algo, sempre considerando o que o passado nos legou com as marcas que deixou e, do mesmo modo criando condições para viver a vida atualmente, que deixará as marcas e condições para o futuro, seja ele qual for. [...] é fundamental conhecer e reconhecer os bens arquitetônicos que são relevantes para resgatar a história, a memória, a identidade e os acontecimentos passados, podendo compreender o universo social e cultural, bem como sua trajetória histórica e temporal em que estão inseridos. Ao preservá-los espera-se que o indivíduo faça a leitura do espaço que o rodeia, (re) montando e contando a história do passado (OLIVEIRA; CALLAI; ZAMIN; ROCHA; TOLFO, 2022, p. 18).

As pessoas necessitam de continuidade histórica, pois não há evolução sem tradição, ou seja, sem vivência histórica através das evidências históricas. Tais artefatos culturais antro-p-históricos possuem particularidades e justificam as peculiaridades e a essência da identidade das cidades. Lara (2016) salienta que foi somente a partir do início do século 20 que o conceito de memória passou a ser vinculado a um fenômeno social – a memória é a história e vice-versa –, na medida em que as relações entre os indivíduos são estabelecidas pelas formas em que os mesmos interagem entre si por meio dos aspectos socioculturais, por exemplo, nos ambientes familiar, profissional, político, religioso, dentre outros.

Entender o patrimônio arquitetônico como um bem de interesse público não basta para mobilizar as pessoas, uma vez que estas desconhecem o seu real valor e a necessidade de preservá-lo. A identificação com o (re) conhecimento (lugar e pessoas) estabelece uma alteração no modo de ver e perceber as coisas e o mundo. Para Tomaz (2010), ao preservar uma edificação de relevância para uma cidade também se preservam histórias, fazendo uma ligação entre elas, que vai se renovando e se (re) significando diariamente, pois com a conservação de bens patrimoniais perpetua-se a memória urbana, preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história. Nesse entendimento, percebe-se que os bens arquitetônicos

[...] pertencem à comunidade que os produziu e que a compõem, onde a consciência em preservar, sem dúvida, contribui para que os demais possam usufruir desta herança e, que por meio destes testemunhos do passado, possam compreender o processo de desenvolvimento da identidade e pertencimento desse espaço (OLIVEIRA; CALLAI, 2017, p. 148).

A preservação do patrimônio arquitetônico necessita de ações concretas de salvaguarda que fomentem o não abandono, de forma que é fundamental que cada pessoa tenha ciência da importância de protegê-lo e de ter conhecimento sobre os mecanismos administrativos e legais a serem utilizados para este fim. O patrimônio pertence à comunidade que o produziu, não sendo possível considerar a sua proteção desvinculada do interesse da comunidade. De acordo com Lemos (1981 p. 19), “preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma cidade velha [...]. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares”. A memória está presente em nossa vida de várias maneiras, com manifesto de ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos. Estes elementos estão armazenados e, quando necessários, recuperam-se os fatos distintos com a memória cultural e patrimonial. Quando incitados, tais elementos tendem a tomar relevância na vida da comunidade. Nesse sentido,

Tratar de memória remete-nos a diversos conceitos que abrangem os mais variados enfoques científicos e/ou experimentais. Em sua origem etimológica do latim, a palavra significa a faculdade de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos, anteriormente, reportando-se às lembranças e reminiscências (DIMENSTEIN, 20217 p. 10).

A memória, estimulada pela cultura, instiga uma preservação patrimonial que reforça o sentimento de pertencimento das pessoas com seus lugares. Ou seja, a memória vincula-se a um armazenamento em que as informações ficam guardadas e, quando necessário, essas são recuperadas retornando aos pensamentos presenciais. Ela é entendida como a capacidade que o ser humano tem de guardar e relembrar experiências vividas e informações relacionadas ao passado. Para Oliveira e Engerhoff (2021), o reconhecimento do patrimônio que tenha sua arquitetura e características preservadas acaba tornando-se importante para a questão da sustentabilidade, uma vez que, quando mantidas, não geram resíduos da construção civil e sua estrutura ainda pode ser reaproveitada, podendo até ser ocupado para diferentes atividades.

O conceito de memória passou a ser definido como um fenômeno social por meio dos aspectos socioculturais, como nos ambientes familiar, profissional, político, religioso, dentre outros. Tais elementos são fundamentais na construção das memórias e, conseqüentemente, da história destes indivíduos. Assim sendo, a memória é tão importante no sentido de pertencimento ao local onde se vive e é tão significativa abordá-la nos estudos e projetos científicos. Segundo Costa, Lima e Souza (2019), é preciso fortalecer a relação entre o objeto patrimonializado e as dinâmicas socioculturais que o produziu, isto é, manter o vínculo entre o objeto significado e aquele que o significa. Nessa perspectiva,

A lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção se dá mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais; a lembrança individual é então baseada nas lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. Nessa ótica, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva (SILVA, 2013, p. 2).

Entende-se, então, a importância da memória, que pode ser individual e coletiva, quando experiências vividas no futuro serão reconstruções do passado. Preservar o patrimônio para manter a memória vivida é de suma importância, pois a consequência de tal fato torna a sociedade pertencente e responsável ao/pelo ecossistema que habita. Dias e Machado (2009) observam que o indivíduo compreender sua realidade faz com que ele passe a dar valor à sua história e, conseqüentemente, à sua memória, posto que a memória é o elo entre as pessoas e a preservação de sua identidade.

A salvaguarda ao patrimônio necessita acontecer o mais breve possível. A população precisa valorizar estes bens, mas, para isso, deve tomar conhecimento da importância da proteção para que, no futuro, existam traços do momento em que o país começou a ser colonizado e as pessoas entendam as suas origens e consigam enxergá-los de forma palpável, não apenas no imaginário. Maltês *et al.* (2013) sinalizam que reconhecer, respeitar e, principalmente, preocupar-se com a preservação do patrimônio, está diretamente ligado às questões de pertença e reconhecimento do cidadão ao lugar. Nessa lógica,

Grande parte da preservação da memória urbana coletiva da cidade está principalmente em seus edifícios. Eles são os testemunhos mudos, porém de extrema valia de um passado distante, servindo para transmitir às novas gerações os episódios históricos que neles tiveram lugar e também como referência urbana e arquitetônica, por isso a importância de preservá-los, para que as gerações futuras possam sentir in loco a visão de uma cidade humana. [...] a importância das edificações de valor arquitetônico simboliza o poder transmitido às pessoas do presente e do futuro, derivando da intenção de fazer do espaço urbano um espaço exuberante capaz de gerar emoções, reviver tradições e recapitular relações através do tempo entre o perto-presente e o longe-passado (OLIVEIRA, 2017, p. 66).

A preservação cria um elo afetivo que conecta a sociedade aos patrimônios remanescentes, inclinando-a a defender e salvaguardá-los. Considera-se que o sentimento de pertencimento proporciona e estimula os grupos sociais a criar políticas públicas de planejamento urbano voltadas à proteção cultural das cidades. Magalhães (2006) assevera que a memória é um dos principais fatores de coesão entre a identidade e o patrimônio arquitetônico. A memória estrutura-se por meio do patrimônio coletivo produzido pelo conjunto da sociedade. Logo, é possível perceber o patrimônio arquitetônico nos bens isolados ou conjunto deles, formando e fortalecendo o testemunho da intervenção humana nos lugares.

A relação do patrimônio arquitetônico com as questões de memória, identidade, pertencimento e cidadania apresenta-se como um ciclo retroalimentador, ao entender-se que o sentimento de pertencimento de um indivíduo ocorre por meio da memória afetiva nele criada; já a memória nele incentivada chega por intermédio da preservação da cultura, e, logo, da cultura patrimonial arquitetônica. No entendimento de Martins (2003), o patrimônio arquitetônico é um conjunto de bens materiais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade, vinculado às lembranças e acrescentado à noção de cultura, materializado, assim, por um produto cultural que é herdado e passado de geração para geração. Nesse sentido,

O patrimônio arquitetônico é parte das nossas histórias e registros das vidas vividas; diz, portanto, da tradição que carregamos junto com nós. E cidade é o lugar onde vivemos e construímos as nossas histórias. Está nela o registro das heranças que acolhemos e os nossos feitos na vida que estamos nela vivendo, e as culturas expressam essas duas dimensões que nas cidades estão demarcadas (OLIVEIRA; CALLAI; ZAMIN; ROCHA; TOLFO, 2022, p. 16).

Guardar o patrimônio é tentar conservar vivos os traços da história e fazer com que as gerações futuras experimentem as reflexões que a sociedade construiu ao longo do tempo. Entende-se que quando há a preservação patrimonial se está impedindo que se perca a essência do lugar (desde costumes, crenças, tradições, etc.), permitindo-se que as novas gerações tomem conhecimento de como foi construído o que hoje ainda resiste ao tempo. Muito já perdeu-se e não há mais nada a ser feito; por isso é fundamental que as pessoas se conscientizem da importância dos bens arquitetônicos remanescentes, deixando de lado a ideia de que o *velho* não carece de atenção e cobrar das autoridades uma posição mais firme de preservação do que ainda existe, patrimônios que marcaram a história e formaram a memória urbana das cidades.

A proteção do patrimônio arquitetônico liga-se diretamente à memória urbana e ao não abandono de tais reminiscências arquitetônicas. Para que isto seja efetivo são necessários o empenho e a participação pública e social, refletindo em novos hábitos

em busca de um objetivo comum preservacionista. É por meio da arquitetura patrimonial ainda existente que se pode notar a diversidade de povos, cultura e tradições. A preservação do patrimônio não deve servir apenas como um ato de musealização do passado, mas, sim, cumprir seu papel de formador de uma identidade social que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo à comunidade, e aos indivíduos que a integram, compreender e questionar o contexto em que estão inseridos e onde se situam na contemporaneidade.

Conclusão

A falta de conhecimento da população sobre a importância da preservação do patrimônio arquitetônico e seu abandono, aliada a um discurso de modernização, coloca em risco a identidade cultural e arquitetônica das cidades, tendo em vista que, com a passagem dos anos, cresce a descaracterização das edificações, apagando traços históricos que compõem a ambiência e a memória das cidades. Preservar vai além de proteger o patrimônio; preservar é não deixar que o legado existente se perca mesmo que já não esteja mais em seu estado original. Logo, não abandonar o patrimônio arquitetônico reforça a identidade e estabelece o sentido de pertencimento das pessoas aos lugares, haja vista que o passado se apresenta de forma palpável e fidedigna na cultura do povo registrada na materialidade.

Na sociedade vivida, o sentimento de pertencimento gerado em um indivíduo pelo patrimônio arquitetônico está atrelado à sua preservação e à identidade que o mesmo confere ao lugar. Sentir-se pertencente ao espaço em que se vive é imprescindível, posto que o ato de pertencer, do qual deriva o substantivo masculino pertencimento, diz da necessidade tanto da identificação do humano quanto da maioria dos animais, e é por essa sensação inconsciente e subjetiva que as pessoas se reúnem em agrupamentos – por uma necessidade latente de sentir-se parte, pertencente.

É por meio da memória urbana, evidenciada pelo patrimônio arquitetônico, em grande monta, que se constitui a identidade. Todas as cidades possuem seus atrativos (algumas conhecidas por suas comidas típicas, outras por suas paisagens naturais), mas, certamente, é seu patrimônio arquitetônico característico que faz com que seus moradores se sintam orgulhosos em dizer: *é lá na minha cidade*. Preservar o patrimônio arquitetônico é não abandonar as raízes culturais – é manter a identidade e a peculiaridade das cidades, favorecendo a evolução humana, pois, ao resgatar a história, se estabelece a preservação da riqueza cultural conectando a memória com o sentimento de pertencimento aos lugares.

Toda cidade tem sua própria história e identidade, contada e expressa por sua arquitetura, propiciando uma compreensão da evolução destes espaços que foram deixados por nossos antepassados. O patrimônio arquitetônico deve constituir-se ao mostrar toda a diversidade dos povos, exprimindo o passado e as tradições em certo tempo e espaço. Uma consciência crítica, quanto à relevância de sua preservação e proteção, contribui para a construção da cidadania, o sentimento de não abandono e a consciência cultural e histórica, ao permitir que as gerações futuras tenham a oportunidade de usufruir, também, dessas materialidades e ambiências que expressam referências e autenticidades de caráter histórico.

Referências

COSTA, H. J. de F.; LIMA, L. P.; SOUSA, M. S. R. de. Patrimônio e pertencimento: reflexões sobre patrimônio cultural nos aspectos material, imaterial e ambiental. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 9., 2019. São Luís. *Anais* [...]. São Luís, 2019. v. 1, p. 1-12.

DIAS, R.; MACHADO, G. de C. Patrimônio cultural e turismo: educação, transformação e desenvolvimento local. *Revista Patrimônio: Lazer & Turismo*, v. 6, n. 8, 2009.

DIMENSTEIN, D. *Educação patrimonial, memória e cidadania: a experiência dos professores de história da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes – PE*. 2017. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, BA, 2017.

LARA, C. de B. Q. A importância da memória para a construção da identidade: o caso da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, 13., 2016. Coxim. *Anais* [...]. Coxim, MS: Anpuh-MS, 2016. p. 1-8. V. 1.

LEMOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MAGALHÃES, S. M. F. *Educação patrimonial através da compreensão da Arquitetura de museus na cidade de São Paulo*. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, 2006.

MALTÊZ, C. R.; SOBRINHO, C. P. C.; BITTENCOURT, D. L. A.; MIRANDA, K. dos R.; MARTINS, L. N.; CASTRO, M. Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. *Revista Pedagogia em Ação*, v. 2, n. 2, 2013.

MARTINS, J. C. de O. Identidade: percepção e contexto. *In: MARTINS, J. C. de O.* (org.). *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca, 2003.

OLIVEIRA, T. D. de. A arquitetura como cenário de nossas lembranças: o patrimônio arquitetônico de Tupanciretã/RS. *Revista Missioneira*, Santo Ângelo, RS, v. 19, n. 2, p. 60-68, jul. 2017.

OLIVEIRA, T. D. de; CALLAI, H. C. Compreender a cidade e a arquitetura através da educação patrimonial. *Revista Di@logus*, Cruz Alta, RS, v. 6, n. 3, p. 141-149, 2017.

OLIVEIRA, T. D. de; CALLAI, H. C.; ZAMIN, L. P.; ROCHA, M. M. da; TOLFO, J. P. Preservação do patrimônio arquitetônico: a educação patrimonial como possibilidade de manter viva e latente a história das cidades. *Revista Concilium*, [S.l.], v. 22, ed. 2, 2022.

OLIVEIRA, T. D. de; ENGERROFF, F. Z. O inventário como possibilidades de preservação do patrimônio arquitetônico. *Revista Plures Humanidades*, [S.l.], v. 21, ed. 1, p. 27-37, 2021.

OLIVEIRA, T. D. de; LOPES, C. E. J. Monumento, monumentalidade, valor e poder: interações com a memória e preservação arquitetônica. *Revista METAgraphias: Letra JK de JK de Utopias Políticas Possíveis*, v. 3, n. 3, p. 1-17, 2018.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, G. F. *A memória coletiva de Halbwachs*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

A MEMÓRIA DO VAZIO CONTRA O VAZIO DA MEMÓRIA

O método do arquivo na investigação artística de um lugar apagado

*THE MEMORY OF THE VOID
AGAINST THE VOID IN THE MEMORY
The archival method in the artistic investigation
of an erased place*

Flora Paim¹

Resumo

Aborda-se a metodologia do arquivo na arte contemporânea para problematizar as tensões subjacentes ao registro da memória, sobretudo urbana. Parte-se da genealogia do conceito de *arquivo*, em formulações inspiradas pelo *archival turn* observado nas ciências sociais e humanas a partir dos anos 1990, e da análise de dois projetos artísticos que investigam as histórias relacionadas a um descampado localizado no Porto/PT. Neste terreno existia um dos primeiros conjuntos de *habitação social* da cidade, erigido nos anos 1940, em uma zona urbana então periférica, e demolido nos anos 2000. Diante da destruição do lugar e da sua sub-representação nos arquivos oficiais, faz-se necessário discutir a relação entre as operações de reestruturação urbana e a parcialidade dos registros dominantes sobre o passado. Destaca-se a potência da prática artística em operar nas lacunas dos arquivos hegemônicos para amplificar histórias consideradas *menores*, relativas a lugares atingidos por operações físicas e simbólicas de obliteração.

Palavras-chave: memória urbana, prática artística situada, *terrain vague*, *archival turn*.

Abstract

The archive method in contemporary art is approached to problematize tensions underlying the records of memory, especially urban memory. We depart from the genealogy of the archive concept, following theoretical contributions inspired by the archival turn observed in the social sciences and humanities since the 1990s, and the analysis of two artistic projects that investigate stories behind a wasteland at Porto/PT. On this vacant lot used to stand one of the oldest public housing estates of the city, erected in the 1940s, on a former peripheral urban area, and demolished in the 2000s. Given the place destruction and its underrepresentation in official archives, it is worth to discuss the tensions between urban restructuring operations and the bias of dominant records about the past. We highlight the potency of artistic practice to work within the gaps of hegemonic archives to amplify other stories, regarding places targeted by

¹ Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. Arquiteta, artista e investigadora do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa na qualidade de bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa *Escavar lugares-arquivo: Metodologias críticas e artísticas de leitura e intervenção em descampados urbanos* no âmbito do Doutorado em Estudos Artísticos: Arte e Mediações dessa mesma faculdade. É mestre em Arte e Design para o Espaço Público pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas.

physical and symbolic obliteration.

Keywords: urban memory, situated artistic practice, terrain vague, archival turn.

O lugar apagado

Na zona oriental da cidade Porto, em Portugal, um descampado de quase três hectares e com vistas para o Rio Douro permanece desocupado há cerca de dez anos, resistindo às transformações que marcam a paisagem ao seu redor (Figura 1). Como uma espécie de cicatriz, esse grande vazio, pontuado por vegetação ruderal² e fragmentos de estruturas construtivas do passado, destoa do cenário de grandes obras de reestruturação que predominam em parte da *freguesia*³ de Campanhã nos últimos anos⁴. Esta zona é um pedaço limítrofe de cidade caracterizado por traços de uma matriz de ocupação rural, de um processo de industrialização já superado, e por novos projetos que prometem guiar a expansão da cidade.

Em um primeiro contato, o vazio materializado por esse descampado não deixa antever o que poderá ter existido ali. Quase todos os traços do antigo *Bairro*⁵ de São Vicente de Paulo foram apagados do terreno, restando apenas o desenho original das ruas e algumas estruturas em pedra: o miradouro, alguns muros de sustentação e as escadas que conectam os desníveis do espaço. Um olhar mais atento, no entanto, poderá desvendar também outros fragmentos dispersos: vestígios de pisos cerâmicos e divisões em tijolos que compunham as casas. Originalmente denominado *Bairro da Corujeira*, por sua proximidade com a praça homônima, o *São Vicente de Paulo* foi um dos primeiros conjuntos de *habitação social* da cidade do Porto, construído em etapas a partir do final da década de 1940 em um terreno anteriormente inculto⁶ (ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, 1945). Surgiu no influxo de um esforço público para lidar com a crise habitacional da cidade⁷, caracterizada pela grande presença de *ilhas*⁸ e habitações precárias, sobretudo no Centro.

² *Ruderal* (latim científico *ruderalis*, do latim *rudus*, *-eris*, cascalho, caliça, entulho, escombros, ruínas) é um termo oriundo da botânica utilizado para classificar espécies vegetais que brotam espontaneamente em terrenos que foram alvo de intensa intervenção humana, em ambientes urbanizados ou entre escombros e ruínas. Designa, em modo alternativo, o que seria usualmente conhecido por *ervas daninhas*.

³ Em Portugal, o termo *freguesia* designa as subdivisões territoriais de um município. Em contexto urbano, poderíamos dizer que este termo seria o correspondente de *bairro* no Brasil.

⁴ O recém-construído *Terminal Intermodal de Campanhã* e o canteiro de obras de reconversão do *Matadouro Industrial do Porto* em um polo cultural e artístico (projeto do arquiteto japonês Kengo Kuma) distam apenas algumas centenas de metros do terreno em questão. Empreendimentos públicos (ou semipúblicos) desse porte, aos quais vale acrescentar a recente reabilitação do tradicional *Mercado do Bolhão*, atestam a vontade política de forjar uma imagem da cidade enquanto cosmopolita e atrativa para investidores e turistas, apesar dos efeitos colaterais desse fenômeno para os habitantes locais. Efeitos estes sentidos sobretudo na dificuldade de acesso ao mercado de habitação, a qual vem se intensificando desde a última década.

⁵ A denominação *bairro*, em Portugal, está frequentemente associada a conjuntos habitacionais construídos e geridos pela iniciativa pública municipal. Neste texto, usa-se o termo *Bairro* e, de modo alternativo, *habitação social* ou *conjunto de habitação social* para fazer referência a esse modelo de moradia.

⁶ A descrição do antigo *Bairro de São Vicente de Paulo* realizada neste texto apresenta-se como um desenvolvimento atualizado de um relato presente na dissertação de mestrado da autora. Para mais informações ver Paim (2018).

⁷ Esforço esse que culminará com o *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto* (1956-1966), que tinha por objetivo principal a extinção das *ilhas* (ver definição na nota a seguir) e a criação de *habitação social* com melhores condições de habitabilidade, geralmente localizados nas periferias da cidade. Para mais informações ver Pereira (2003).

⁸ Tipologia de habitação operária característica da cidade do Porto, disseminada durante o processo de industrialização da cidade no século XIX. Morfologicamente, caracterizavam-se pela implantação de pequenas habitações em fila, ao longo de lotes compridos e estreitos cuja parte frontal era ocupada pela casa burguesa, geralmente mantida pelo dono da fábrica.



A construção manifestava alguns vetores que caracterizavam a política habitacional do *Estado Novo*⁹ como, por exemplo, a predominância da moradia individual e a defesa da instituição familiar como meio de manutenção da ordem social e moral (MATOS, 1994). Nesse sentido, a tipologia construtiva do conjunto diferia bastante dos blocos coletivos verticalizados característicos dos exemplares mais recentes de *habitação pública*. O *Bairro* era composto por moradias térreas ou com dois pavimentos. Estas últimas tinham duas unidades habitacionais, uma em cada piso. Cada unidade era bastante restrita em termos de área útil, mas possuía pequenos jardins frontais e quintais nas traseiras, que eram geralmente cultivados pelos moradores com pequenas hortas e árvores frutíferas (Figura 2). Estas permanecem enraizadas no terreno vazio como marcos espaciais da memória.

As ruas eram nomeadas por números, toponímia anônima para um conjunto de casas em série. Ao longo do tempo, os habitantes apropriaram-se dessa arquitetura *standard*. As ruas converteram-se em espaços de sociabilidade e as casas foram adaptadas de acordo com as necessidades de cada família, pela realização de modificações como o acréscimo de anexos. Esse sentido de autonomia na manutenção das habitações surgiu também como resposta à falta de assistência por parte da municipalidade, o que precipitou a degradação das construções.

O processo de remoção dos moradores e demolição das casas do *Bairro de São Vicente de Paulo* foi realizado em etapas entre 2005 e 2008, mesmo sem que houvesse, na altura, qualquer plano para o terreno. Foram alegados como motivos a falta de segurança e o estado de precariedade das casas, que não ofereceriam condições de habitabilidade e conforto em razão das “áreas pequenas, falhas de construção ao nível da estabilidade e dos materiais utilizados (...) e o comportamento térmico, acústico e higrométrico [ao nível da humidade]” (RODRIGUES, 2008, p.21). A demolição foi questionada pela associação de moradores e por movimentos sociais e civis, por não ter sido indicada a alternativa de reabilitação de um dos mais antigos conjuntos de

9 O *Estado Novo* corresponde ao regime político ditatorial que vigorou em Portugal desde a aprovação da Constituição de 1933 até a *Revolução dos Cravos*, em 25 de Abril de 1974.



Figura 2 - Quintal de uma das casas do Bairro de S.V.P. com o respectivo anexo construído pelos moradores. Fonte: Arquivo pessoal de Fátima Carvalheiro, 1997.

habitação social do Porto, exemplar da memória urbana e da história das políticas de habitação da cidade. Essas manifestações contrárias conseguiram postergar o processo, mas não o evitar¹⁰.

Com a demolição, pessoas que residiram a vida toda no lugar foram realojadas para diferentes *conjuntos de habitação pública*, não raro distantes da sua zona de origem. Alguns moradores, sobretudo os idosos, encontraram grande dificuldade em adaptar-se à nova realidade nas torres habitacionais. A população do *Bairro* transformou-se ao longo dos anos, tanto por mudanças quanto por falecimentos, mas muitos ainda pertenciam ao núcleo original. O realojamento disperso representou uma ameaça a qualquer sentido de comunidade que pudesse ter se desenvolvido entre os habitantes do lugar.

Em 2017, cerca de dez anos após a demolição, é anunciada a intenção de voltar a construir habitações no terreno municipal. Desta vez, no entanto, no lugar de *habitação social*, seriam construídas habitações para classe média. Sob o argumento de promover um *mix social*, estipula-se que metade das 232 unidades de habitação criadas sejam disponibilizada em regime de *rendas acessíveis* e a outra metade em livre mercado. De acordo a última proposta apresentada pela municipalidade, prevê-se que o programa seja executado por meio de uma parceria público privada, em um modelo contratual no qual o promotor receberia como contrapartida a cedência de 50% do terreno (avaliado em 4,4 milhões de euros) e quatro lotes em outra zona da cidade (avaliados em 11,6 milhões de euros) (SILVA, 2021). O plano de reocupação do terreno é acionado justamente quando a zona circundante se encontra, conforme mencionamos anteriormente, a metamorfosear-se em decorrência de uma série de projetos estruturantes e particularmente apelativos, como é o caso do *Terminal Intermodal de Campanhã* e da reabilitação do *Matadouro Industrial do Porto*, esta última idealizada por um renomado arquiteto.

10 Foram demolidas 201 unidades unifamiliares, que levaram ao realojamento de 167 famílias para outros conjuntos de *habitação social* da cidade, 7 despejos e 24 entregas voluntárias de casas (COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, 2013).



Depois de todo o processo de despejo e demolição, a destinação do terreno novamente para o uso habitacional evidencia como a operação de apagamento do lugar não passou de uma manobra especulativa e de uma espécie de filtragem social. Ao mesmo tempo em que promoveu a valorização econômica do terreno, permitiu selecionar o tipo de público que deveria habitá-lo. Desde 2021, um grupo de antigos moradores do *Bairro* tem se mobilizado politicamente para reivindicar o direito de regressar ao lugar (MONTEIRO, 2021). Por serem os moradores tradicionais da área, pedem prioridade no arrendamento das casas a partir de um regime compatível com os seus rendimentos.

No Arquivo Municipal do Porto, os registros da existência do *Bairro de São Vicente de Paulo* limitam-se a treze fotos a preto e branco de sua construção, extraídas do *Relatório de Contas referentes ao ano de 1946*; três fotos a preto e branco de Teófilo Rego, na época da sua inauguração, que retratam um grupo de crianças no miradouro (1947-1957) (Figura 3); e cadernos de projetos de arquitetura e engenharia da construção das casas, do bloco de apartamentos posteriormente realizado e de estruturas de apoio, como a sede da associação de moradores, a quadra poliesportiva e um parque infantil que nunca saiu do papel. Não é disponibilizado o relatório técnico que aconselha a demolição do *Bairro*. Aliás, não há qualquer menção à sua destruição¹¹. O conjunto só é cristalizado no arquivo oficial da cidade enquanto representa um feito, um novo empreendimento municipal a ser construído ou recém-inaugurado, ainda não apropriado pelos moradores. À exceção, talvez, das três fotos do miradouro, nenhum desses documentos nos fala minimamente sobre os 60 anos de vida do lugar. À demolição, primeira operação de amnésia, segue-se outro gesto de apagamento: a sua supressão da memória urbana da cidade.

¹¹ Além disso, as notas emitidas pela *Câmara do Porto* sobre o novo projeto parecem evitar a menção à existência prévia do *Bairro de São Vicente de Paulo* no terreno. Nos comunicados oficiais, a zona aparece rebatizada como *Monte da Bela*, nome do conjunto de *habitação social* vizinho ao descampado e da formação geográfica onde este se encontra.

O arquivo

Esboçar uma aproximação entre as noções de lugar e de arquivo talvez seja um caminho inicial para refletir sobre a elaboração de um arquivo para um lugar. A geógrafa britânica Doreen Massey propõe um entendimento do lugar “como um tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular, dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada” (MASSEY, 2008, p. 191). Interessa aqui perceber como Massey abre o entendimento do conceito, admitindo-o não como uma estrutura fixa e imutável condicionada por uma identidade local rígida, mas como o resultado de uma série de negociações que envolvem agentes naturais, sociais e políticos. Uma “sempre mutante constelação de trajetórias”, onde se acumulam diversas configurações espaçotemporais, influenciadas por relações de ordens diversas, inclusive de poder (MASSEY, 2008, p. 215).

A declaração de Massey citada acima também pode apontar para uma abertura do conceito de arquivo conforme usualmente entendido. Apesar de o imaginário clássico do arquivo remeter para um sítio restrito de acúmulo dos documentos da história, podemos arriscar concebê-lo como *uma tarefa inacabada, uma constelação particular dentro das geometrias de poder*. O arquivo poderia, assim, ser visto como um repositório aberto e mutável, condicionado por operações que implicam inclusões e exclusões de narrativas. A partir dos anos 1990, uma viragem no pensamento do *arquivo como fonte* de evidências históricas para o *arquivo como objeto* do conhecimento alimentou inúmeros debates no campo das ciências sociais e humanas, operando a expansão crítica do conceito. Sob influência das ideias de Jacques Derrida, e de Michel Foucault algumas décadas antes¹², começou-se a problematizar o arquivo enquanto um sistema condicionado por expressões de autoridade que governam “a lei do que pode ser dito”, ou aquilo que é lembrado ou esquecido em uma sociedade (FOUCAULT, 1987, p. 148).

Na busca por reelaborar o conceito de arquivo, Derrida mergulha na análise etimológica do termo. Encontra na memória da palavra *arquivo*, o termo grego *arkhê*, que “designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*” (2001, p. 11):

Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, *ali onde as coisas começam* – princípio físico, histórico ou ontológico –, mas também o princípio da lei *ali onde os homens e os deuses comandam*, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar a partir do qual a ordem é dada* – princípio nomológico (DERRIDA, 2001, p. 11).

Os grifos do autor no texto – *ali onde, nesse lugar, comandam, ordem* – sublinham a correlação que existe entre o princípio do poder e uma localização, ou domiciliação, na origem do conceito de arquivo. O princípio nomológico mencionado também é sublinhado pelo termo *Arkheion*, que designa a residência dos arcontes, os magistrados superiores que detinham o poder político de fazer ou representar a lei na Grécia antiga. Em razão de sua autoridade publicamente reconhecida, era na sua casa, no seu domicílio, onde se armazenavam os documentos oficiais. Guardiões e legisladores, aos arcontes também cabia o direito e o privilégio de consignação, o ato de “coordenar um único corpus em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal” (DERRIDA, 2001, p. 14).

¹² A primeira edição de *L'archéologie du Savoir*, de Michel Foucault, é publicada na França em 1969.

O sistema como a unidade de uma configuração ideal, ou seja, o arquivo, é instaurado por operações de reunião, organização e classificação, as quais guardariam o traço desse poder arcôntico e arcaico latente na raiz do conceito. Nesse sentido, a síntese parcial operada pelo arquivo traz à tona questões sobre a escritura da história. Esta se encontra sujeita a esquecimentos, repressões e recalques¹³, tanto inconscientes, enquanto mecanismos da memória, quanto voluntários, pela interdição de determinados conteúdos. Derrida nos chama à atenção para como não há “nenhum poder político sem o controle do arquivo, se não da memória. A democratização efetiva é sempre medida por este critério essencial: participação e acesso ao arquivo, à sua constituição e interpretação” (DERRIDA, 1995, p. 14, tradução da autora).

A preocupação interdisciplinar com o arquivo alinha-se com a *síndrome de memória*, identificada por Andreas Huyssen em um texto do começo dos anos 2000. Para o autor, se as primeiras décadas da cultura modernista do século XX foram alimentadas pelo imaginário do futuro, das vanguardas artísticas às utopias tecnológicas e urbanas, as décadas finais desse século e as primeiras do XXI, parecem ser assombradas por uma cultura de revisitação ou recodificação do passado no presente. A emergência de outros tipos de discursos de memória no Ocidente, marcados pela crítica às narrativas hegemônicas, apontariam para os anos 1960, com os movimentos de descolonização e os debates sociais em busca de histórias alternativas e narrativas ocultas (HUYSSSEN, 2000). Em busca da democratização efetiva, mencionada por Derrida, estes indicariam a necessidade de escavar outras memórias, ou as memórias dos *outros*, para melhor recordá-las, questionando as narrativas oficiais enquanto símbolos absolutos de verdade. Ao “escovar a história a contrapelo”, tornar-se-ia possível encontrar as suas lacunas, resgatar os factos obscurecidos e deixados para trás, que ainda poderiam informar reescritas da história (BENJAMIN, 2013, p. 13).

Paralela à obsessão contemporânea com a memória, parece coexistir o pânico frente ao esquecimento, sendo difícil precisar qual dos impulsos seria o originário. “É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é, talvez, o contrário?” (HUYSSSEN, 2014, p. 19). Justamente quando se dispõe da maior capacidade técnica de armazenamento e inscrição, desenvolve-se o pavor da amnésia, justificado, talvez, pela imaterialidade dos meios digitais de registro e pelo volume de dados e informações continuamente acumulados. Nesse sentido, Huyssen (2014) questiona se o excesso de memória, em uma cultura saturada de mídia, provocaria uma sobrecarga no sistema de memórias, colocando-o em perigo constante de implosão, e acionando, assim, o medo do esquecimento.

Diante do medo do esquecimento, o arquivo mostra-se como um meio privilegiado, “um contrapeso ao sempre crescente passo da mudança, *um lugar* de preservação espacial e temporal”¹⁴ (HUYSSSEN, 2014, p. 33, grifo da autora). Um lugar, portanto, de externalidade¹⁵, fora da memória mesma, que assegura a possibilidade de registro e preservação, mas também de reprodução e repetição (DERRIDA, 2001). Ao seguir o pensamento de Derrida, encontra-se, neste ponto, um paradoxo. A repetição (como

13 O uso do termo psicanalítico aponta para a influência do texto freudiano no pensamento de Derrida sobre o arquivo. No ensaio *Mal de arquivo – uma impressão freudiana*, o autor parte do texto *Nota sobre o ‘bloco mágico’* (1925) de Freud, onde este aborda a memória enquanto um processo de inscrição, para estabelecer ligações entre o arquivamento e as operações do inconsciente.

14 A ideia de um lugar com sistemas próprios de abertura e fechamento, regido por um conjunto de regras específicas apresenta pertinências com o conceito de *heterotopia* de Michel Foucault. Este chega a fornecer uma possível pista para o pensamento do arquivo como uma heterotopia (e uma *heterocronia*) ao falar do museu e da biblioteca como heterotopias acumulativas do tempo. Para mais informações: FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. *Architectures. Mouvements. Continuité* n°5, 1984, pp.46-49.

15 *Hipomnésico*, diria Derrida, “suplemento ou representante mnemotécnico, auxiliar ou memento”, distinto da *memória* ou *anamnese* “em sua experiência espontânea, viva e interior” (DERRIDA, 2001, p. 22).

recordação e reprodução) seria o procedimento que asseguraria o arquivamento. Para Freud, no entanto, a repetição, a lógica da repetição e a compulsão à repetição, estariam relacionadas à pulsão de morte, que impele à amnésia, ao esquecimento. Nesse sentido, na própria raiz do arquivo estaria contido o pressuposto de sua aniquilação, conforme afirma Derrida:

Diretamente naquilo que permite e condiciona o arquivamento só encontraremos aquilo que expõe à destruição e, na verdade, ameaça de destruição, introduzindo *a priori* o esquecimento e a arquiviolítica no coração do monumento. No próprio “saber de cor”. O arquivo trabalha sempre *a priori* contra si mesmo (DERRIDA, 2001, p. 23).

Um impulso arquivístico buscaria, então, resistir essa pulsão de morte, já que não haveria desejo de arquivo sem a possibilidade de esquecimento que, nesse caso, assombraria o arquivo a partir de dentro. A “impaciência absoluta de um desejo de memória”, memória esta constantemente ameaçada de destruição, é o que Derrida chama de *mal de arquivo* (DERRIDA, 2001, p. 09).

No campo das práticas artísticas, o *impulso arquivístico* identificado por Hal Foster (2004) se relacionaria à emergência, na contemporaneidade, de uma tendência internacional relacionada ao uso de materiais e referências históricas. Segundo Foster, os artistas arquivistas¹⁶ buscariam tornar a informação histórica, frequentemente perdida ou deslocada, fisicamente presente. Para isso, favorecem o formato não hierárquico da instalação, ao usar na elaboração de seus trabalhos imagens, objetos e textos encontrados. Tal ausência de hierarquia regida por um princípio de combinação parece emular uma visualidade complexa que remete aos sistemas próprios da memória, que procede por acumulação, sobreposição e ocultação. Esses materiais heterogêneos seriam obtidos em fontes da cultura de massa, para serem posteriormente subvertidos em sua legibilidade, ou viriam de origens obscuras, quase desaparecidos e “recuperados em um gesto de conhecimento alternativo ou contra-memória” (FOSTER, 2004, p. 04, tradução da autora).

Nessa linhagem os trabalhos não apenas se baseiam na recolha de materiais em arquivos da cultura, como podem eles mesmos criar os seus próprios arquivos a partir de cadeias de conexão e sobreposição. Assim, Foster (2004) fala da multiplicação de arranjos estruturais de apresentação de trabalhos artísticos que seguem lógicas arquivistas, como plataformas, estações e quiosques, às quais acrescentaríamos as tipologias do atlas, do álbum, do inventário e outras matrizes de coleção, classificação e encadeamento. Esses arranjos potencialmente inacabados, de inspiração rizomática, delegariam ao espectador a tarefa de completar as conexões e os intervalos, buscando transformar “espectadores passivos em comentaristas engajados” (FOSTER, 2004, p. 06, tradução da autora).

Os arquivos privados e informais criados pelos *artistas-arquivistas* questionariam os arquivos públicos e “podem ser vistos como ordens perversas que visam desestabilizar a ordem simbólica em geral” (FOSTER, 2004, p. 21, tradução da autora). Ao “conectar aquilo que não pode ser conectado”, apontariam para outras cadeias de pensamento sobre a cultura, assim como para reescritas ou pontos cegos da memória (FOSTER, 2004, p. 21, tradução da autora). Apesar de alimentar-se de materiais que remetem a outras temporalidades, a crítica representada pelas operações arquivísticas na arte

16 Foster menciona vários exemplos de artistas cujas práticas revelariam esse impulso. No entanto, detém-se na análise de três específicos: o suíço Thomas Hirschhorn, a britânica Tacita Dean e o americano Sam Durant.

buscam agir sobretudo no tempo presente. Assim, Foster destaca a ambição utópica da arte arquivista:

(...) o seu desejo de transformar a tardança em devir, de recuperar visões falhadas na arte, literatura, filosofia e vida quotidiana em cenários possíveis de tipos alternativos de relações sociais, de transformar o não-lugar do arquivo no não-lugar de uma utopia (...) Este ato de transformar “locais de escavação” em “locais de construção” é também bem-vindo noutro sentido: sugere um afastamento de uma cultura melancólica que vê o histórico como pouco mais do que o do que o traumático (2004, p. 22).

No próximo item, serão abordados dois trabalhos desenvolvidos a partir do terreno do antigo *Bairro* que é, nas palavras de Foster (2004), um *local de escavação*, onde nada parece restar à superfície. Busco ressaltar como, por meio de uma prática investigativa, pode-se aprofundar nos estratos ocultos desse tipo de espaço, convertendo-o em um *local de construção*, saturado de reminiscências, tensões e expectativas que se tornam matéria para o fazer artístico.

O arquivo do lugar apagado

Assim como o arquivo é assombrado a partir de dentro pela pulsão de morte, todo lugar guarda em suas fundações um impulso entrópico de degradação, que é a semente da sua própria destruição. O vazio onde existia o *Bairro de São Vicente de Paulo* tornou-se a metonímia da demolição: traduz um gesto de violência e corporifica a ausência do que se pretendeu apagar. “Como nenhum lugar desaparece totalmente, sem deixar rastros”, recordações, marcas e vestígios povoam o sítio apagado, permitindo a investigação de práticas e espacialidades anteriores, seja através de inscrições físicas, no espaço, ou mnemônicas (LEFEBVRE, 1991, p. 164, tradução da autora). Diante do registro lacunar e parcial do *Bairro* no arquivo da cidade, quem deseja investigá-lo deve dedicar-se a uma pesquisa oblíqua em arquivos não oficiais, por conversas com antigos moradores e outros que conheceram o lugar. Deve empreender também investigações indiretas sobre espaços próximos ou semelhantes que possam revelar, em um canto de uma imagem ou em uma nota textual, traços da existência do lugar.

Em 2017 iniciei o processo de recolha sistemática de materiais relacionados ao descampado onde se localizava o *Bairro de São Vicente de Paulo*. Em linhas gerais, essa coleção é atualmente composta por mapas do terreno (antes, durante e após o *Bairro*), fotografias do conjunto habitacional e do descampado em diferentes momentos, documentos, objetos, reportagens jornalísticas e televisivas, vídeos amadores, imagens de álbuns familiares e gravações sonoras de conversas com antigos moradores. No início, a investigação era impulsionada pelo desejo de *remapear* a espacialidade do *Bairro*, o qual não cheguei a conhecer. Depois, procurava perceber os motivos que tinham levado à sua demolição. Estes logo se mostraram indissociáveis dos planos futuros para o terreno e para a zona onde ele se encontra. Além de contarem a história de um lugar específico, esses materiais também constituíam um registro das transformações urbanas da área e, de certa forma, das políticas de planejamento da cidade. Os materiais heterogêneos reunidos ao longo dos últimos anos têm sido reformatados em trabalhos artísticos que buscam desvelar as diversas camadas temporais que compõem esse vazio, ao mesmo tempo em que pretendem constituir um *contra-arquivo* do *Bairro*, incluindo em seu *corpus* as memórias dos moradores sobre o lugar e suas narrativas sobre a destruição.



Por meio dessa investigação, o descampado, apesar de aparentemente vazio e obsoleto, foi se afirmando como “o resultado de uma condensação [...] completamente carregado que está de vestígios e leituras passadas forçadas” como uma espécie de palimpsesto (CORBOZ, 2010, p. 851). Nele convergiriam vetores relacionados à ocupação passada do espaço (recordações e marcas deixadas por antigas práticas cotidianas e acontecimentos memoráveis), mas também linhas de força ligadas às projeções futuras para o terreno (planos, especulações e expectativas de novos usos) e às dinâmicas presentes no lugar (utilizações clandestinas e brotações ruderais de natureza baldia). Arriscaria, então, a pergunta: seria o descampado, ele mesmo, uma sorte de arquivo? Para já, resalto como a sua condição de indefinição e disponibilidade, *entre* uma ocupação anterior e o atual estado expectante, pode fornecer uma posição privilegiada para escavar os textos do passado, imaginar caligrafias futuras e observar traços informais e fortuitos que também vão marcando o espaço abandonado.

O trabalho *Arqueologia do vazio*¹⁷ consiste em um percurso, marcado por apontamentos sonoros, espaciais e imagéticos que os visitantes encontram à medida que caminham pelo terreno do antigo *Bairro* (Figura 4-5). Cerca de quinze faixas sonoras são distribuídas através de reprodutores de áudio instalados em pontos específicos do espaço (Figura 6). Algumas faixas, reproduzidas em caixas de som, correspondem a ambiências fantasmagóricas que buscam evocar simbolicamente antigos usos do espaço como, por exemplo, os ruídos de uma partida de futebol a decorrer na quadra desportiva, o som de crianças a brincar em uma das ruas e o barulho de uma escavadeira que revira, em *loop*, o solo. Outras, disponíveis para serem ouvidas individualmente em fones de ouvido, transmitem discursos que problematizam a condição do vazio na cidade, assim como o passado e o futuro do terreno.

Essas últimas faixas foram elaboradas a partir da leitura de documentos sobre a construção do conjunto; de trechos de um *audioguia*¹⁸ realizado em colaboração com um antigo morador (Ângelo Coelho, o Lito), que busca remapear as antigas estruturas e hábitos por meio das recordações que este tem do *Bairro*; matérias jornalísticas

17 *Arqueologia do vazio* foi apresentado pela primeira vez no ciclo de passeios pedestres críticos *The (mis)guided tours*, projeto satélite da *Porto Design Biennale 2019*. Posteriormente, uma versão reduzida, apenas com as faixas sonoras, foi apresentada no projeto *ERRE – Bonjoia*, proposta de ativação do território promovida pela CRL – Central Elétrica em 2021.

18 O *audioguia Percurso sonoro* foi realizado em 2018, no âmbito da investigação de mestrado *A terra sob o asfalto: terrenos vagos, resistência e entropia* na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. O *audioguia* foi apresentado integralmente em 2018 e algumas faixas foram posteriormente selecionadas para inclusão no projeto *Arqueologia do Vazio* (2019).

- 001_Entrada do bairro (Lito)
- 002_Memória descritiva construção do Bairro (AMP/1947)
- 003_História sobre a carta de propriedade (Lito)
- 004_Gil Sapateiro (Lito)
- 005_Campo do Mau-mau (Lito)
- 006_CMP sobre o novo projeto para o lugar
- 007_Sobre o espaço vazio (Saskia Sassen)
- 009_Os Viola (Lito)
- 010_Reportagem sobre a demolição (2007)
- 011_Uma descoberta inesperada
- 012_O muro do Borrachinho (Lito)
- 013_Miradouro (Lito)
- 015_Jogo de futebol (Som Atmosférico/Ambiência)
- 016_Vozes crianças (Som Atmosférico/Ambiência)
- 017_Ruído demolição (Som Atmosférico/Ambiência)
- Fotografias em monóculos
- Video demolição



Figura 6 - Mapa do percurso Arqueologia do vazio com a distribuição das faixas sonoras pelo descampado. Fonte: Mapa elaborado pela autora sobre imagem aérea do Google Earth, 2021.

sobre a demolição do conjunto; pronunciamentos políticos sobre o futuro do terreno; um trecho de uma entrevista com a geógrafa holandesa Saskia Sassen, onde esta analisa a importância dos vazios no imaginário urbano; uma narrativa ficcional desenvolvida a partir de uma história específica do *Bairro*¹⁹; e a fala de uma antiga moradora (Maria José Santos) sobre o desejo de regressar ao sítio²⁰. A polifonia do material sonoro, permeado por ecos, diferentes vozes e ordens de discursos (mnemônicos, políticos, críticos, burocráticos, ficcionais), alude ao caráter multidimensional do lugar, preenchido por uma “constelação de trajetórias”, como diria Massey (2008, p. 215), mencionada anteriormente. Apesar da feição de aparente abandono e obsolescência do

19 Os moradores contam que o terreno teria sido doado para a municipalidade por uma senhora benfeitora da burguesia portuense sob a condição de que fossem construídas moradias para famílias pobres. Segundo eles, durante a construção do *Bairro* (1947), teria sido enterrado no lote um documento que previa a transferência da propriedade das casas aos moradores após 25 anos de pagamento regular dos aluguéis. Fábula ou realidade, a história da carta de propriedade tem sido disseminada através das gerações e é frequentemente convocada pelos moradores para defender a sua ligação incondicional ao terreno. Serve de argumento para contestar a demolição do conjunto já que as casas seriam, por direito, deles. A carta é um símbolo curioso: um objeto do passado destinado ao futuro, guardado e protegido dentro da terra, em estado de promessa. A faixa sonora em questão apresenta uma reportagem fictícia na qual simula-se a descoberta da carta durante a construção do novo empreendimento imobiliário no terreno.

20 Esta faixa sonora, elaborada a partir do discurso de Maria José em uma manifestação coletiva dos moradores, foi adicionada à 2ª apresentação do percurso, no projeto *ERRE – Bonjoia* em 2021.



Figuras 7 e 9 - Registo do percurso Arqueologia do vazio. Apresentação de imagens em dispositivos ópticos (monóculos) instalados no antigo miradouro do Bairro de S.V.P.. Fonte: Fotografia de Maria Kemmer e de Orlando Vieira Francisco, 2019.

descampado, torna-se evidente a multiplicidade de agentes envolvidos na constituição do lugar, assim como de fatores em disputa na definição do futuro uso do terreno.

A camada sonora era complementada por um conjunto de fotografias do cotidiano do *Bairro*, assim como de sua construção e demolição, apresentadas em pequenos monóculos instalados no miradouro (Figura 7-9). O miradouro, antigo ponto de encontro social e uma das poucas estruturas remanescentes, é ativado como uma posição para visualizar o passado a partir de fragmentos diminutos que convidam a uma mirada individual minuciosa. Em outro ponto do espaço, um vídeo realizado a partir do registo da demolição de outro conjunto de *habitação social* do Porto, o *Bairro do Aleixo*, que acontecia no momento de apresentação do percurso (2019), é exibido em um monitor instalado ao nível do chão. Este vídeo busca chamar à atenção como as operações físicas de destruição do espaço foram instrumentalizadas enquanto mecanismo de gestão pública para supostamente solucionar problemas sociais e econômicos que atingiam determinadas comunidades urbanas, frequentemente residente nos conjuntos de habitação pública.

O percurso não possuía um itinerário predefinido. Os materiais heterogêneos que compunham esse *contra-arquivo* do Bairro (as faixas sonoras, as pequenas fotografias e o vídeo) deveriam ser remontados pelo visitante de acordo do seu livre trajeto pelo descampado. A ele caberia completar as conexões implícitas, tornando-o, assim, sujeito ativo na constituição do trabalho, como o *expectador-comentador engajado*

mencionado por Foster (2014) anteriormente. O contato com esses fragmentos sonoros e imagéticos tornava possível desvelar, aos poucos, as camadas do sítio, indicando que esse seria mais complexo do que parecia ser. A experiência individual da caminhada e de contato com esses fragmentos pontuais, contrapostos à paisagem desimpedida do descampado, propunha o estabelecimento um regime de atenção distinto. Um intervalo contemplativo capaz de acionar operações de imaginação e reflexão crítica a partir do espaço vazio.

A tarefa de arqueologia do vazio responde à desconfiança diante da aparente nulidade do espaço descampado. Didi-Huberman diz que olhar as coisas de um ponto de vista arqueológico corresponde a comparar “o que se vê no presente, o que sobreviveu, com o que se sabe ter desaparecido” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 41). Investigar o vazio com um olhar arqueológico consiste em escavar os seus estratos para desvelar os vestígios e as tensões latentes, buscando, assim, sublinhar movimentos passados, expectativas futuras e dinâmicas ativas no presente.

Logo, nunca poderemos dizer: não há nada para ver, não há mais nada para ver. Para saber desconfiar do que vemos, devemos saber mais, apesar de tudo. Apesar da destruição, da supressão de todas as coisas. Convém saber olhar como um arqueólogo. E através de um olhar desse tipo – de uma interrogação desse tipo – que vemos que as coisas começam a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 61).

Em 2021, no âmbito de uma residência artística²¹, retomei o trabalho a partir do descampado do antigo *Bairro*, desta vez, em uma circunstância particular. No final de 2020 e começo de 2021, a *Câmara do Porto*²² inicia os procedimentos para pôr em marcha o plano de construir habitações para classe média no terreno: realiza a operação de loteamento e aprova o novo projeto de urbanização e construção. Em resposta, um grupo de antigos moradores, liderado por membros da geração mais jovem do *Bairro*, organiza-se por meio das redes sociais e passa a realizar tanto encontros no terreno, como manifestações públicas em frente à *Câmara* e à *Junta de Freguesia*²³, mobilizando a imprensa em algumas dessas ocasiões. Entre 2021 e 2022, organizam reuniões e angariações de fundos para reativar a antiga *Associação de Moradores*.

Ao acompanhar essas movimentações, tive contato com outras recordações, imagens e histórias, partilhadas por algumas pessoas que ainda não tinha tido a oportunidade de conhecer. Realizei entrevistas, registradas em áudio, com algumas moradoras que, gentilmente, cederam-me fotografias do cotidiano do *Bairro* extraídas dos seus álbuns familiares. Essas fotografias são fragmentos dispersos por origens distintas, outra sorte de escombros e poeira que restaram da demolição. Cada imagem encontrada ganhava um ar de descoberta única e revelava, um pouco mais que as anteriores, algo novo sobre a espacialidade apagada. Às poucas imagens existentes do *Bairro* no arquivo da cidade somavam-se outras, mais íntimas e feitas pelos próprios moradores. Registros aparentemente banais do cotidiano, fotografias familiares de festas no interior das diminutas casas e de confraternizações entre vizinhos nas ruas contrastavam com as imagens impessoais e violentas veiculadas nos jornais na época das demolições. Voltei ao terreno e comparei os antigos pontos de vista com os atuais: o *background* das fotos também nos fala de uma paisagem que se transformou à volta do terreno. Antes que

21 Programa *Residir*, promovido pelo *Espaço Cultural Lameiro* (Porto/PT).

22 *Câmara Municipal* seria a unidade de administração correspondente à *Prefeitura* no Brasil.

23 *Junta de Freguesia* corresponde a um órgão executivo de administração local das cidades portuguesas. Para a definição de *freguesia*, ver a nota nº 3.



o descampado desapareça como tal, que seja reconvertido pelo novo projeto, decidi registrá-lo em vídeo. Trabalho para um arquivo do futuro, quando a amplitude do vazio for, enfim, pavimentada pelas estruturas construídas.

*Nenhum lugar desaparece*²⁴ é uma instalação composta por três vídeos construídos a partir de conversas com antigas moradoras, imagens atuais do descampado, assim como fotografias e vídeos oficiais e familiares do antigo *Bairro* (Figura 10). Dois dos vídeos são conduzidos pelas vozes de duas gerações de mulheres²⁵ que recordam a vida no lugar, falam do impacto que teve a demolição nas suas trajetórias e expressam o desejo de regressar. Huyssen (2014, p. 91) refere-se à nostalgia como a “melancolia pelo afastamento da terra natal” e decompõe a palavra para desvelar em seu sentido uma conexão entre *lar* e *dor* (do grego, *nostos*=lar e *algos*=dor). Em alguns momentos, os depoimentos das moradoras são carregados pela *dor do lar*. Parecem enfrentar uma espécie de luto coletivo prolongado pela perda da casa e da comunidade. Em outros, são inflamados e reivindicatórios, ao exclamar o direito por um lugar que acreditam ser delas. A imagem, por sua vez, investiga o descampado a partir do *olhar arqueológico*. Apesar da destruição, busca o que há para ser visto no vazio, sonda os espectros e

24 A instalação foi apresentada na exposição final do programa *Residir*, intitulada *Curva*, que aconteceu em outubro de 2021 na *CRL - Central Elétrica*. Os vídeos que compõem a instalação encontram-se individualmente disponíveis para visionamento em: https://youtube.com/playlist?list=PL5dwaR5pZ_K0SvxoOkmvGIBHuBg-DkiO

25 Duplas de mães e filhas: Ana Santos e Isabel Vieira em um dos vídeos, Fátima Cavalheiro e Manuela Ferreira no outro.

as ausências e os contrapõe a feições, gestos e detalhes resgatados nas fotografias e vídeos de arquivo.

O terceiro vídeo, um loop curto e sem som, estabelece pela montagem um nexo de continuidade entre dois registros de naturezas distintas. O primeiro, um gesto meticuloso do passado: um vídeo amador onde um grupo de moradores segura, com as pontas dos dedos, um balão de papel prestes a ser lançado pelos ares no último São João festejado no *Bairro* antes da sua demolição. O balão inflado pelo fogo é uma aposta. Levanta voo a partir de um gesto coletivo de cumplicidade e esperança. O segundo, uma fantasmagoria do futuro: um *teaser* promocional que simula, através de uma animação 3D, uma volumetria representativa do novo projeto a cair do céu e aterrissar sobre o descampado. No vídeo, no entanto, o movimento ascendente é invertido, e os blocos ao invés de convergirem para o terreno, distanciam-se dele.

A versão original do *teaser* assemelha-se a uma propaganda imobiliária e codifica pela imagem indícios do posicionamento municipal diante do lugar. Nele, observa-se o descampado do alto e de longe, a uma escala de distância em que as pessoas se tornam indistinguíveis. Salta aos olhos a extensão do terreno e a sua localização: bem conectado por vias rápidas, em um ponto alto de onde se vê o Rio Douro, próximo aos já mencionados novos empreendimentos da zona. Nas margens do enquadramento, cartelas textuais exibem os valores do empreendimento e a quantidade de unidades habitacionais a ser disponibilizadas. No centro da imagem, os blocos translúcidos caem do céu, preenchendo o espaço com banalidade. Elementares, pesados e abruptos, surgem como que por um gesto demiúrgico movido pela voluntária ignorância acerca do contexto no qual se simula a sua implantação.

Considerações finais: o arquivo como lugar compartilhado

Nas ciências sociais e humanas a revisão do arquivo enquanto conceito e estrutura, a partir do final dos anos 1990, tornou evidente os seus nexos com as noções de poder, governo e ordem que estão latentes na própria etimologia do termo, conforme demonstrado por Derrida (2001). Não é novidade ressaltar o viés político que permeia os atos de seleção de materiais e a arbitrariedade totalizante das categorias que organizam a *História* (com H maiúsculo) nos arquivos. Na maioria dos arquivos institucionais predomina o entendimento deste como um repositório de assuntos encerrados que testemunham o curso inequívoco da *civilização*. O acesso a essa matéria parece ainda controlado por cuidadosos arcontes que regulam não apenas os protocolos de manuseio dos documentos, mas o que é digno de constar no conjunto de acordo com o projeto político em vigor. Abrir o conceito de arquivo corresponde a entender os documentos não como matéria morta de outros tempos, mas como elementos ativos no presente, precisamente porque esses documentos podem tanto legitimar a continuidade da destruição, quanto permitir alguma reparação de violências operadas no passado (AZOULAY, 2017).

Enquanto Foster (2004) chama de *impulso arquivístico* o interesse renovado pelo arquivo enquanto método artístico, Azoulay (2017) reinterpreta a tradução inglesa do título do livro de Derrida (1995) para chamar de *febre*²⁶ a esse ímpeto. A febre de arquivo infectaria indivíduos²⁷ desejosos de perturbar a ordem dos arquivos do Estado,

26 O título do livro *Mal d'archive: une impression freudienne* de Derrida (1995) foi traduzido para a língua inglesa como *Archive Fever: A Freudian Impression*.

27 A autora destaca como esses esforços não são levadas à cabo por historiadores clássicos em busca de retrair o passado, mas por investigadores de campos relativamente novos como os estudos pós-coloniais e de gênero, ou por iniciativas autônomas de perspicácia civil. Cita como exemplos os arquivos

de reordenar e interferir nos seus documentos, e de fundar os seus próprios arquivos civis a partir de outros modelos de partilha baseados no direito público de acesso à informação (AZOULAY, 2017). Esse direito, de acesso, formulação e interpretação do arquivo, seria uma das bases da democratização efetiva de que fala Derrida (2001), mencionado anteriormente. Os esforços dos arquivistas civis e febris negariam a ideia do passado enquanto um fato consumado e seriam motivados pelo interesse nas formas de intervenção no mesmo e na sua transmissão. A autora propõe, então, enxergar o arquivo não como uma instituição que preserva a memória como se o seu conteúdo não afetasse diretamente a vida individual e coletiva, mas como um lugar partilhado e disputado que permite manter o passado incompleto (AZOULAY, 2017). O arquivo como um lugar, “um tecer de histórias em processo (...), uma tarefa inacabada”, retomando a formulação de Massey (2008, p.191) convocada no início deste texto.

Ao converter o arquivo em um conceito operativo, os artistas e investigadores infectados pela febre de que fala Azoulay (2017) contribuem para a abertura de lugares compartilhados a partir de onde problematizar discursos hegemônicos sobre fatos já decorridos e negociar narrativas mais plurais de memória. Assim, uma viragem para o arquivo seria sobretudo “um modo essencial de compreender e imaginar outras formas de viver no presente” (EICHHORN, 2013, p.09, tradução da autora). O *contra-arquivo* do antigo *Bairro*, expresso pelos dois projetos abordados, busca regressar no tempo não apenas para reconstituir a espacialidade perdida, mas para destrinchar as tramas de violência que envolveram o processo de demolição e afirmar a pertinência do vínculo que os antigos moradores mantêm com o lugar. O debate em torno do novo projeto a ser construído no descampado encontra-se em curso e em uma espécie de impasse - entre a pressão do poder público e a reivindicação do grupo de moradores. Na impossibilidade de desfazer a destruição já ordenada, estes reivindicam, ao menos, o retorno ao terreno onde viviam. Diante da sub-representação do lugar nos arquivos oficiais da cidade, torna-se necessário produzir outros documentos de memória acerca do acontecido que possam, inclusive, contribuir no coro que exige a reparação das violências praticadas contra a comunidade. Abrir as camadas do descampado, por meio da prática artística e investigativa, e trazer para fora as narrativas pessoais obscurecidas pelo processo de destruição é uma forma de amplificar a questão e provocar a discussão em torno das dinâmicas de reestruturação da cidade e de constituição dos arquivos urbanos.

Agradecimentos

Agradeço aos moradores do antigo *Bairro de São Vicente de Paulo*, nas pessoas de Ana Santos, Ângelo Coelho, Isabel Vieira, Fátima Carvalheiro, Manuela Ferreira, Maria José Santos e Telmo Guerra, pela generosidade em partilhar suas memórias e impressões comigo. Agradeço também ao coletivo *MAAD - Mulheres, Arte, Arquitetura e Design* pelo suporte na elaboração do percurso *Arqueologia do Vazio* e ao programa *Residir*, promovido pelo *Espaço Cultural Lameiro*, pela integração à residência artística onde foi produzida a instalação *Nenhum Lugar Desaparece*. Este texto foi elaborado no âmbito da minha investigação de doutorado, financiada pela *Fundação para a Ciência e Tecnologia* (FCT) à qual sou grata pelo apoio.

Kurdistan criado pela fotógrafa Susan Meiselas, a organização *Arab Image Foundation* criada, dentre outros, pelo cineasta e fotógrafo Akram Zaatari, *The Atlas Group* pelo artista Walid Raad e o *Unknown Photographer* criado pela artista, curadora e ativista Michal Heiman.

Referências

ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO. *Memória descritiva e justificativa. Estudo de localização de aglomerados de casas para alojamento de famílias pobres e de casas desmontáveis*, jan. 1945. Cota D-CMP/3(148).

AZOULAY, Ariella. Archive: Ariella Azoulay. *Political concepts: a critical lexicon*, n. 01, n.p., 21 jul. 2017. Disponível em: <http://www.politicalconcepts.org>. Acesso: 21 fev. 2023.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. CDU defende estratégia integrada para os Bairros S. Vicente de Paulo e S. João de Deus. 10 nov. 2013. *Cidade do Porto*. Online. Disponível em: <https://www.cidadedoporto.pcp.pt/2013/11/10/cdu-defende-estrategia-integrada-para-os-bairros-s-vicente-de-paulo-e-s-joao-de-deus>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CORBOZ, André. O território como palimpsesto. In: GOMES, José Manuel Rodrigues (coord.). *Teoria e crítica da arquitetura século XX*. Lisboa: OA-SRS; Caleidoscópio, 2010.

DERRIDA, Jacques. *Mal d'archive: une impression freudienne*. Paris: Édition Galilée, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

EICHHORN, Kate. *The archival turn in feminism: outrage in order*. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

FOSTER, Hal. An Archival Impulse. *October*, vol. 110, p. 3–22, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford e Cambridge: Blackwell Publishing, 1991.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma nova Política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Fátima Loureiro de. *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. *Análise Social*, vol. XXIX (127), p. 677–695, 1994.

MONTEIRO, Maria. Para os ex-moradores do antigo bairro de São Vicente de Paulo, “os pobres também têm direito a olhar o rio”. 27 mar. 2021. *O Público*. Online. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/03/27/local/noticia/exmoradores-antigo-bairro-sao-vice-paulo-pobres-tambem-direito-olhar-rio-1956218>. Acesso em: 21 fev. 2023.

PAIM, Flora. *A terra sob o asfalto: terrenos vagos, resistência e entropia*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arte e Design para o Espaço Público) - Faculdade de Belas Artes, Universidade do Porto.

PEREIRA, Virgílio Borges. Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Sociologia: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º XIII, p. 139–148, 2003.

RODRIGUES, Aníbal. Demolidas últimas moradias de São Vicente de Paulo. *O Público*, p. 21, 30 dez. 2008.

SILVA, Isabel Moreira da. Assembleia Municipal aprova alienação de imóveis para construir habitação no Monte da Bela. 29 mar. 2021. *Porto. - o portal de notícias do Porto*. Online. Disponível em: <https://www.porto.pt/pt/noticia/assembleia-municipal-aprova-alienacao-de-imoveis-para-construir-habitacao-no-monte-da-bela>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CASA-RUÍNA

Modos de habitar a memória a partir do livro de artista

HOUSE OF RUIN
Ways of inhabiting memory through the artist's book

Bianca De-Zotti¹ e Raquel Andrade Ferreira²

Resumo

O artigo explora as relações entre arte, memória e cartografia ao apresentar o processo de criação de um livro de artista, que objetivou construir uma cartografia do abandono na busca de representar as memórias de uma casa através de poemas e fotografias. O artigo aborda modos de habitar através de autores como Bachelard e Ferreira. O método empregado é a cartografia, e possui como fundamento Kastrup e Rolnik. Propõe-se refletir o que resta de uma casa após a sua ruína? Quando não há mais ninguém para habitá-la? A partir de tais reflexões, o artigo apresenta uma casa ruína, apagada, que desaparece e se desfaz lentamente entre os processos de arruinamento que o espaço-tempo proporciona. Os cômodos se abrem, colocando em exposição fotografias e poemas que podem ser percorridos à deriva.

Palavras-chave: cartografia, livro de artista, casa, ruína.

Abstract

The article addresses the relation between art, memory and cartography by presenting the creation process of an artistic book that aimed to build a 'cartography of abandonment' in search of representing the memories of a house through photographs and poems. It intends to reflect what remains of a house after its ruin? When there's no one else to inhabit it? From such reflections, the article presents a dilapidated house, faded, which slowly disappears and falls apart between the processes of ruin that space-time provides. The rooms open up, putting on display photographs and poems that can be wandered through.

Keywords: cartography, artistic book, house, ruin.

¹ Graduanda em Letras na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Membro do Grupo de Pesquisa Proposições Vagantes: Mulheres artistas suleando contextos, tendo como ponto de partida o sul do Brasil.
² Doutora em Artes Visuais com Linha de Pesquisa em Poéticas Visuais (PPGAV/UFRGS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande. Orientadora do Grupo de Pesquisa Proposições Vagantes: Mulheres artistas suleando contextos, tendo como ponto de partida o sul do Brasil.

Introdução

A *Casa Ruína* é um trabalho que se utiliza do espaço da casa enquanto lugar a ser habitado livremente pela memória. O trabalho busca representar uma casa que, fisicamente, não existe mais, e que agora só existe na memória daqueles que a habitaram, através de poemas e fotografias sobrepostas que se reúnem em um livro de artista. Foram desenvolvidos doze poemas que apresentam os cômodos dessa casa de forma afetiva e sensível. Os poemas surgem como tentativa de recuperar essa linguagem esquecida da memória, que escapa entre os dedos. Realidade e ficção se misturam, atravessadas pela afetividade. Aquilo que foi esquecido surge, de repente, através do inconsciente. As pessoas se misturam, os espaços se resumem a um só: uma casa. Uma casa ruína, apagada, que desaparece e se desfaz lentamente entre os processos de arruinamento que o espaço-tempo proporciona. Esses processos correspondem à própria passagem do tempo, à ruína do corpo, e ao apagamento de parte das memórias.

O trabalho *A Casa Ruína* é vinculado ao projeto de pesquisa *Proposições Vagantes: Mulheres artistas suleando contextos, tendo como ponto de partida o sul do Brasil*, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), que propõe relações subjetivas entre o caminhar e o olhar por meio da arte. O trabalho teve início em 2020, durante a pandemia do COVID-19, um período que nos impossibilitou de percorrer o território da cidade e que nos enclausurou dentro de nossas casas. Em vista disso, busquei investigar cartografias possíveis no momento de isolamento, direcionando o olhar para os ambientes internos. Por isso, o trabalho partiu da proposição de investigar o espaço da casa e sua relação com a memória e a ruína. Para Raquel Ferreira (2015),

A casa pode ser pensada também como o lugar do aconchego onde habitamos e nos sentimos protegidos. Lugar dos microacontecimentos da vida cotidiana, é nela que experimentamos nossos afetos, nossos conflitos e toda sorte das sensações, sejam positivas ou não. [...] Lugar da vida, daquelas que aconteceram e das que apenas foram imaginadas, onde aprendemos a nos relacionar com o outro que a nós está ligado por laços afetivos ou parentais. Lugar marcado pelos gestos e pelos ritmos do dia a dia, das pequenas e grandes repetições reveladoras de um estar íntimo no mundo, o espaço doméstico, a casa da gente. Lugar privilegiado dos hábitos banais, onde praticamos nossa singularidade (FERREIRA, 2015, p.44).

Conforme Gaston Bachelard (2003), em *Poética do Espaço*, o espaço é figura central para localizar nossas memórias. Segundo o autor (2003, p.199), "A casa nos fornecerá simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens." Para Bachelard (2013), a casa é um corpo de sonhos, pois a nossa imaginação interfere na forma como lembramos do espaço, por isso "[...] nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz apenas, quem sabe, a poesia perdida." (BACHELARD, 2013, p. 201).

Para que serviria, por exemplo, dar a planta do aposento que foi realmente o meu quarto, descrever o pequeno quarto no fundo de um sótão, dizer que da janela, através de um buraco no teto, via-se a colina? Só eu, nas minhas lembranças de outro século, posso abrir o armário que guarda ainda, só para mim, o cheiro único, o cheiro das uvas que secam sobre a sebe. O cheiro das uvas! Cheiro-limite, é preciso muita imaginação para senti-lo (BACHELARD, 2003, p.206).

Dessa forma, foi realizada uma cartografia afetiva que parte da memória para criar poemas e fotografias de uma casa tomada pelo abandono. No campo da arte, a cartografia enquanto método objetiva acompanhar um processo de produção, no entanto, baseia-se na subjetividade e não em regras e protocolos pré-existentes. Virgínia Kastrup em *Pistas do Método da Cartografia* revela que:

A cartografia é um método formulado por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para a utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre ad hoc. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procurem estabelecer algumas pistas que tem em vista descrever, discutir e, sobretudo coletivizar a experiência do cartógrafo (KASTRUP, 2009, p. 32).

Ainda, conforme Suely Rolnik (2013), a cartografia é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem, ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros. Para a autora, a cartografia se constrói conforme os afetos são revisitados e um território vai se compondo para eles. Assim, o mapa proposto pela cartografia sensível transforma-se em um mapa vivido, movimentado pela experiência.

O encontro entre arte e cartografia traça possibilidades para criar novas sensibilidades, novos mundos estéticos e novos movimentos de transformação do espaço. A cartografia tece possibilidades de entrar em contato, identificar e se relacionar com as particularidades do lugar em que habitamos, a partir de uma perspectiva mais sensível e um olhar mais atento ao banal e ao cotidiano. Nesse sentido, Souza (2020, p. 9) pensa a prática artística como um exercício de percepção de mundo atrelado ao cotidiano: “[...] às pequenas coisas que configuram nossa existência no mundo – como sentir um aroma, varrer uma calçada ou tomar uma xícara de chá –, entendendo que alguma coisa pode ser arte por conta da percepção, da presença, do envolvimento numa dinâmica de tempo e da experiência.” Assim, essas pequenas percepções do cotidiano, que muitas vezes podem ser consideradas banais, integram a poética desenvolvida ao longo desse trabalho, pois propõem uma relação de afetividade com o nosso entorno a partir daqueles elementos que nos afetam no dia-a-dia.

Portanto, o presente trabalho propõe uma cartografia realizada a partir da memória e da experiência, apresentando uma casa preenchida por cenas de lembranças e recordações que, no entre-lugar do livro, habitam o passado e o presente simultaneamente. Ao mesmo tempo que é realidade, ao retratar o mundo empírico, é também ficção, pois se ocupa de agenciar subjetividades e afetos sem uma margem bem definida. São elementos principais do trabalho o espaço e o tempo, que se desdobram livremente em uma lógica particular. Os cômodos se abrem, colocando em exposição fotografias e poemas que podem ser percorridos à deriva.

Desenvolvimento

A ideia de ruína guiou a produção do trabalho, na tentativa de representar o processo de destruição, de perda, de desmantelamento, uma cartografia do abandono. A ruína, nesse sentido, apresenta-se como uma ruína física do espaço-tempo, e a memória constitui-se como o único vestígio que resta desta casa, no entanto, essa memória também é ruína, já que também pode ser esquecida e desaparecer. Para Beatriz R. Ferreira (2006, p.4), “As ruínas são traços de uma memória-lugar que é impregnada de paredes. As casas são tão potentes de memórias como a nossa paisagem memorial é repleta de lugares.”

A construção dos poemas teve como inspiração os relatos da minha avó, que após ficar viúva morou sozinha até os 92 anos em uma casa no centro de Rio Grande, RS, perto de uma das praças principais da cidade, a Praça Tamandaré. Ela precisou sair de sua casa e morar conosco por conta da ruína do seu próprio corpo, a velhice. No entanto, esse abandono representou a perda de um ente querido, um processo extremamente doloroso, de luto, afinal, aquela era a casa onde ela viveu durante 62 anos de sua vida.

Penso que ela queria mesmo ficar lá porque cada canto guardava uma memória. Por causa da cama onde meu avô ficava ao lado dela. A gaveta que sempre tinha bala de caramelo. A poltrona onde meu tio sempre sentava. O corredor onde eu e meu primo andávamos de triciclo na infância. O mesmo onde eu desfilava vestida com as roupas dela. A estante cheia de livros, decorações, fotos, e até mesmo objetos inúteis que ninguém nunca conseguiu doar. A sala que tinha o pato de bronze e o telefone de disco. A cozinha onde passamos a maior parte dos Natais, onde meu avô fazia chuleta e, depois que ele faleceu, meu tio passou a fazer. O jardim com a árvore de arará amarelo. Era comum pisar naqueles que caíam no chão, o cheiro era sempre bem azedo.

Quando questionei minha avó sobre o que a casa representava, ela respondeu que a casa, para ela, era o mundo inteiro. A casa simbolizava proteção, era a memória de um tempo em que a família ainda estava reunida. Para Bachelard (2013, p.200), “A casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela.”

Além disso, a casa da minha avó acompanhou as perdas que ocorreram na vida dela, então habitar aquele lugar era uma forma de conservar a memória das pessoas que ela perdeu. Portanto, abandonar a casa, para ela, foi o abandono de uma vida inteira. Conforme a professora, artista e pesquisadora Raquel Ferreira (2015), a casa pode se constituir como um espaço de perda, uma vez que a perda é um aspecto ligado ao cotidiano doméstico da casa:

Perdas de caráter afetivo, produzidas pelas relações dadas no âmbito pessoal, e que são traduzidas pela forma como nos relacionamos com o outro, tanto físico como psicológico. Mas também há a perda de tempo, tempo perdido, e ainda a recuperação da perda pelo tempo redescoberto (FERREIRA, 2015, p.84).

Esse processo me fez questionar o que é uma casa além de uma construção, além de um abrigo, de um teto sobre nossas cabeças, do lugar onde nossas coisas estão. O que resta de uma casa após a sua ruína? Quando não há mais ninguém para habitá-la, o que resta da casa? O que resta sem nossos silêncios, sem as reuniões em família, sem a estante decorada pelas memórias, sem a travessia das pessoas pela nossa vida, sem a natureza, os organismos, como a vida é possível? Como é ser obrigada a

abandonar tudo aquilo que compõe a história da nossa vida?

A perda também teve um papel essencial para que esse projeto tivesse início, foi o que me motivou a começar a revisitar memórias, fotografias antigas e, de modo geral, deu início a essa cartografia do abandono. A memória implica uma ausência, um vazio, a constatação de uma falta. No caso dessa casa, nunca mais será possível habitá-la da mesma forma porque ela corresponde a um passado que nos escapa lentamente, que se desfaz pouco a pouco.

Ao refletir sobre essas questões, decidi chamar a casa da minha avó de *Casa-Ruína*, já que não é mais uma casa habitada. É uma casa em que não se criam novas memórias, uma casa que não cumpre a sua função enquanto estrutura pensada para fornecer abrigo. A partir disso, desenvolvi uma série de poemas, um para cada cômodo da casa, na busca de evocar elementos da memória que expressassem não apenas a disposição dos cômodos, mas que também transmitissem a parte mais sensível daquela casa.

Nesse sentido, os poemas dialogam com a seção “Arquitetura de Interiores”, do livro *A vida submarina* da escritora Ana Martins Marques, na qual a poeta compõe um desenho poético dos cômodos e utensílios da casa, que dão nome aos poemas, como: “Sala”, “Copa”, “Telefone”, “Cortina”, “Piscina”. Esses fragmentos e detalhes do cotidiano pouco a pouco revelam a paisagem da casa como um todo. Conforme Medeiros (2017), os poemas apresentam uma série de imagens do cotidiano, mostrando *flashes* da casa e da rotina, que parecem ser permeados por duas impressões: a de um espaço que já foi ocupado por mais pessoas e que guarda a memória de momentos anteriores, ou a de um espaço que abrigava um amor que chegou ao fim. “A imagem da casa na poesia de Ana Martins Marques se expressa através de desejos e sonhos do eu lírico, e são evocadas através das suas arquiteturas, seus cômodos, seus objetos e seus utensílios” (BARROS, 2019, p. 11).

Os poemas sobre a *Casa-Ruína* foram produzidos tanto a partir de relatos da minha avó quando eu solicitava para que ela me contasse sobre a sua casa e sua relação com aquele espaço quanto a partir das minhas próprias memórias, evocando elementos que remetiam a cada cômodo. Nesse processo, revisei sensações, acontecimentos, cheiros, gostos, sabores e experiências. Assim, os poemas refletem os modos de habitar a memória, diferentes formas e maneiras de preencher um espaço e um tempo, bem como expressam a relação entre o prático e o simbólico. Então, organizei esses poemas no formato da planta da casa da minha avó (Figura 1).

A ideia de mapear os poemas conforme a planta da casa minha avó surgiu a partir de uma proposição da oficina *Caminhar, coletar, publicar*³, ministrada por Beatriz Rodrigues e Gustavo Reginato, realizada em dezembro de 2020, de forma virtual. A oficina propôs reflexões sobre a casa como morada do inconsciente e da memória partindo do conto *Casa Tomada*, de Julio Cortázar. No conto de Cortázar, a casa, a relação familiar, o cotidiano e as recordações assumem um papel importante para a narrativa. Este trabalho inicial, no qual especializei os poemas em uma planta-baixa, foi publicado na coletânea *Ruína Expandida*⁴, um livro de artista que conta com a participação de outros artistas que integraram a oficina e que apresentaram a sua visão sobre a temática da ruína.

³ A oficina “Caminhar, Coletar, Publicar” surgiu como um desdobramento do Projeto Inventário (www.projetoinventario.com), disponível em: <<https://projetoinventario.com/oficina-caminhar-coletar-publicar/>>, acesso em novembro de 2021.

⁴ O livro de artista *Ruína Expandida* está disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YMDM34GmV_QXILi27TnMhzpIfBHXyWA/view>, acesso em novembro de 2021.



Figura 1 - Planta-baixa da Casa-ruína. Fonte: Imagem do acervo pessoal da autora, 2022.

A CASA - RUÍNA

A planta-baixa foi organizada a partir da memória, portanto, o objetivo de apresentar os poemas através da planta da casa afasta-se da objetividade de representação do espaço real. Nas palavras de Helene Sacco (2009, p. 46), “Não pretendo com essa proposição tentar esquematizar o espaço, muito menos o pensamento, isso seria encarcerar a experiência poética, que traz a marca da liberdade, mas sim traduzir essa experiência do pensamento ao reconstruir o lugar lembrado.”

A memória, então, constitui uma casa inventada, uma casa que é tanto fictícia quanto real, habitada pelas lembranças de quem a viveu. De acordo com a professora, artista e pesquisadora Helene Sacco (2009), a lembrança é uma matéria em construção atualizada no presente, a memória não é apenas conservação, mas também construção: “Ou seja, existe no movimento da relembração sempre uma participação do imaginário, do lado ficcional e poético da criação.” (SACCO, 2009, p. 72). Ainda, conforme Bachelard (2003), “Toda memória está para ser reimaginada. Temos na memória microfilmes que não podem ser lidos senão quando recebem a luz viva da imaginação.” Portanto, a memória não é fixa, e não se compromete com a objetividade de trazer à tona os fatos da mesma forma como aconteceram. A memória é, também, criação, é poética, fluida, e está em constante movimento.

Refletindo sobre essas questões e, ao mesmo tempo, evocando minhas próprias memórias daquela casa, revisei fotos antigas que possuíam a casa como cenário. O contato com as fotografias antigas nos apresenta vestígios de momentos, pessoas e lugares, e nos aproxima da memória. De acordo com Boris Kossoy (2002), a fotografia são imagens-relicário que preservam cristalizadas nossas memórias. Conforme o autor, os momentos vividos estão registrados no nosso íntimo sob forma de impressões: situações, sensações e emoções que, com o passar do tempo, se tornam etéreas, nubladas, longínquas, se tornam fugidias com o enfraquecimento da memória. Ainda, de acordo com Kossoy (2002), a fotografia não guarda essas impressões, elas situam-se ao nível do invisível, mas é o ponto de partida para uma viagem no tempo onde a história particular de cada um é restaurada e revivida na solidão da mente e dos sentimentos. Dessa forma, a fotografia possui uma linguagem própria, que busca concretizar o espaço e conter a memória do tempo.

Através da fotografia aprendemos, recordamos, e sempre criamos novas realidades. Imagens técnicas e imagens mentais interagem entre si e fluem ininterruptamente num fascinante processo de criação/construção de realidades — e de ficções. São essas as viagens da mente: nossos “filmes” individuais, nossos sonhos, nossos segredos. Tal é a dinâmica fascinante da fotografia, que as pessoas, em geral, julgam estáticas. Através da fotografia dialogamos com o passado, somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão (KOSSOY, 2005).

As fotografias que foram selecionadas não possuíam como cenário unicamente a casa da minha avó, nessas fotografias estão presentes também a minha própria casa e de outros membros da família. Todas essas casas da minha memória se misturaram, formando uma única imagem de lar. Além disso, ao evocar memórias da casa da minha avó, memórias de outros momentos, outros espaços, também foram trazidas à tona, justamente porque a memória não é linear, espacializada e organizada. No momento em que comecei a revisitar essas fotografias percebi que o trabalho que, inicialmente, possuía a proposta de reconstruir uma casa-ruína a partir da memória, passou a investigar em um sentido mais amplo o que significa habitar, quais são os modos de habitar uma casa, quais são as relações que se criam entre os seres e objetos que residem no espaço da casa.



Figura 2 - Poemas e sobreposição de fotografias. Fonte: Imagem do acervo pessoal da autora, 2022.

Conforme Michel de Certeau (2013, p.202), “o espaço é um lugar praticado”. Assim, atribuímos sentido ao espaço conforme as práticas cotidianas que nele ocorrem, pelos movimentos que nele se desdobram, as relações que são criadas, pois é a partir dessas práticas que somos capazes de construir esse espaço. Nesse sentido, transformamos o espaço conforme a maneira como o habitamos e como percebemos o nosso entorno. Conforme Certeau (2013, p. 189), estamos ligados ao lugar através de lembranças, os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas.

Nesse processo, realizei uma sobreposição de fotografias antigas e atuais (Figura 2) na busca de representar o movimento da recordação, que é nebuloso, por vezes distorcido, sofre atravessamentos, mistura-se com a ficção e que também é revisitado e reavaliado a partir de um olhar atual, que expressa a perspectiva de quem somos hoje em contato com o passado. A sobreposição foi realizada de forma digital, através de um *software* de *design* gráfico vetorial, *CorelDraw*. Portanto, a sobreposição das imagens buscou transmitir a opacidade da memória, quando nossas recordações vão desaparecendo lentamente, e se misturam com outras lembranças, pessoas e espaços.

[...] A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos da duração, e assim, por sua dupla operação,



faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela (BERGSON, 1999, p. 77).

Conforme Helene Sacco (2014), a produção de textos, fotografias, desenhos, tornam-se uma outra forma de fazer memória. Para a autora, a relação com a realidade se mantém, mas é alterada por uma nova ordem que reconfigura o sentido do lugar a partir de uma perspectiva traçada através do olhar: “Portanto, passo a ser narradora daqueles lugares e de seus objetos, numa espécie de memória inventada que, ao inventariar, cria outras formas de agenciamentos, alterando na forma de ver o mesmo, o que sempre esteve ali e, por isso, se tornou invisível” (SACCO, 2014, p. 97).

Dessa forma, os poemas, ao mesmo tempo em que buscam apresentar uma casa real, inauguram uma casa inventada, já que é uma casa produzida a partir de uma memória em movimento, em construção. Uma casa que é percebida de uma nova forma no momento do seu abandono. Ao mesmo tempo em que busquei construir nos poemas a perspectiva da minha avó, de quem abandona uma casa onde viveu a maior parte de sua vida, as memórias que apresento também são minhas. Nesse movimento da escrita que busca entender o olhar do outro, o meu próprio olhar se mistura e se confunde no processo. A relação que se estabelece entre as fotografias e os poemas reside nesse atravessamento entre a minha própria linguagem poética com a memória do outro. É inevitável colocar a minha perspectiva, minhas percepções e afetos, porque eu também habitei aquela casa.

A *Casa Ruína*, portanto, tornou-se um livro que se apresenta no formato de uma casa, aberto à proposição (Figura 3). A escolha desse formato foi pensada para que os poemas e fotografias pudessem ser explorados, percorridos, manipulados, e que o espaço do livro pudesse ser habitado como uma casa. Assim como a casa, o livro possui uma arquitetura própria, a qual circulamos e habitamos por uma duração indeterminada de tempo. De acordo com Julio Plaza (1982, p. 3): “O livro é um volume no espaço. Livro é uma sequência de espaços (planos) em que cada um é percebido como um momento diferente. O livro é, portanto, uma sequência de momentos.” Nesse sentido, a estrutura do livro possui as paredes e o chão como espaços expositivos dos poemas e fotografias.

Para a realização do livro de artista, foram utilizadas duas folhas de papel sulfite A4 180g, com a impressão das fotografias na frente e no verso. Ao cortar, dobrar e montá-lo, o livro-casa mostra 12 espaços, possuindo as paredes e o chão como espaços expositivos dos poemas e fotografias. O livro-casa oferece, a partir destes 12 planos diferentes, novos modos de habitar e de compreender a relação entre um Livro e uma casa.

De certa forma, livros são objetos-lugares que seguramos com as duas mãos, com certo zelo, cuidado; possuem um interior habitado e, ao mesmo tempo, por habitar. São democráticos, propiciam o livre pensar e a circulação do pensamento e, por isso, são também libertadores, possibilitando a quem o cria encontrar a sua própria voz. Está relacionado também a preservação da memória, uma forma de evitar o esquecimento ou de recuperar o que estava esquecido (SOUZA, 2020, p. 104).

Para Edith Derdyk (2018), a base essencial ao pensar o livro é a maneira como a palavra e a imagem se relacionam. A narrativa do objeto-livro nada mais é do que a inter-relação entre espaço e tempo, que se dá na forma como o livro se apresenta para ser folheado. Segundo a artista, o livro é uma superfície contínua cheia de descontinuidades. Ele se apresenta como uma partitura coreográfica, pois há nele uma sugestão de um modo de acessar, ou seja, uma coreografia. O livro é a proposição de uma maneira do outro corpo se relacionar com aquele objeto. “[...] no livro de artista o ‘suporte’ é a temporalidade que se atualiza a cada instante em que o livro é lido, visto, tocado, manuseado.” (DERDYK, 2013, p.12). O livro, então, deixa de ser um suporte passivo, neutro, e passa a dialogar com o seu conteúdo.

Conforme Julio Plaza, “O ‘livro de artista’ é criado como um objeto de design, visto que o autor se preocupa tanto com o ‘conteúdo’ quanto com a forma e faz desta uma ‘forma-significante’.” (PLAZA, 1982, p. 3). A publicação de artista, para Souza (2020, p. 106), torna-se um lugar possível para a produção e exposição: “pode resultar em uma espécie de ‘exposição portátil’, uma distensão da noção de espaço expositivo e de exposição da forma como estamos acostumados, revelando novos circuitos e outros territórios de experimentações.” O livro, ou publicação de artista, se expande em sua materialidade, ampliando contextos e possibilidades.

Em vista disso, o livro-casa se expandiu como uma possibilidade de construir e expor o espaço-tempo dessa casa inventada, um espaço habitável - uma continuidade descontínua, múltipla, desmontável. O trabalho não deixa de possuir uma linearidade pois, da mesma forma que quando chegamos a uma casa entramos pela porta, o livro-casa também possui uma porta de entrada. No entanto, essa linearidade é arbitrária, sendo apenas uma das inúmeras possibilidades de explorá-lo, por isso, o livro-casa também pode ser percorrido à deriva.

Figura 4 - O livro "Casa-Ruína". Fonte: Imagem do acervo pessoal da autora, 2022.



Portanto, o livro-casa é uma proposição que motiva a interação, é um convite para a entrada nesta casa construída de afetos e memórias (Figuras 4 e 5). Proponho que o espectador/participador possa se identificar ou ser afetado por esse livro que busca expressar um modo sensível de habitar essa casa da memória. Por fim, espero, a partir desse livro-casa, conectar contextos e relações que encontram algo em comum: a afetividade com o espaço em que habitamos.

Considerações finais

O processo de criação da *Casa-Ruína* proporcionou um novo olhar para a casa que eu habitei durante tantos anos, uma casa que fez parte da minha infância e da minha adolescência. A partir dessa produção, descobri uma nova forma de habitar essa casa da memória, e esse novo modo de habitar se traduz na experiência sensível, na percepção dos afetos que nutrimos em relação ao espaço onde habitamos.

Além disso, a produção desse trabalho ressignificou não apenas minha relação com o espaço da casa, mas também com a minha avó e com a minha família, de modo geral. Cada etapa desse processo proporcionou novos atravessamentos: visitar as memórias, fotografias antigas, a escuta das histórias e relatos, o exercício de alteridade, de sentir o que essa perda significou para a minha avó.



Figura 5 - O livro "Casa-Ruína". Fonte: Imagem do acervo pessoal da autora, 2022.

Ao compreender essas relações familiares que se dão no espaço onde habitamos, compreendo melhor a mim mesma e a minha própria história, pois o processo de investigação das memórias sobre a casa guarda um potencial de transformação e de reconexão com as nossas relações íntimas, subjetivas e cotidianas. Essa produção também configurou-se como uma forma de expressar as perdas que se acumulam na estrutura familiar, que geram dor, sofrimento e melancolia, mas que não são ditas. Todas aquelas dores que se emaranham nos silêncios, que não são vistas e, portanto, nunca são de fato resolvidas.

Através dessa produção, entendi que as formas de habitar uma casa são múltiplas, por isso o trabalho também me instigou a pesquisar mais sobre o que a casa representa, como a casa e o sentimento de habitar se relacionam, quais são outros modos de habitá-la, como se estabelecem esses atravessamentos entre memória e afeto na vida de outras pessoas e como estas se relacionam com suas próprias casas. A observação destes contextos implica, sobretudo, em transformar e reinventar os modos de existir e potencializar as representações simbólicas do espaço e de quem o habita.

Por fim, reitero a possibilidade que a arte proporciona ao gerar movimentos de transformação do espaço a partir do olhar sensível e da percepção do nosso entorno pois, na mesma medida que o espaço nos constitui como indivíduos, também nos torna capazes de alterá-lo a partir de nossa percepção. Espero, portanto, que o trabalho contribua para gerar novas perspectivas e reflexões a respeito da relação afetiva com o território.

Agradecimentos

O trabalho foi desenvolvido com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS/IFRS), através do projeto de pesquisa *Proposições Vagantes: Mulheres artistas suleando contextos, tendo como ponto de partida o sul do Brasil* (IFRS).

Referências

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em: <<https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/bachelard-a-poc3a9tica-do-espaco.pdf>> Acesso em Novembro de 2022.

BARROS, Talles. *Entre a Casa e o Acaso: valores de intimidade e vastidão nas imagens poéticas de Ana Martins Marques*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35180>> acesso em novembro de 2022.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: 1 Artes do fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. *A invenção do espaço: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DERDYK, Edith. Entre ser um e ser mil. In: DERDYK, Edith (Org.). *Entre ser um e ser mil: o objeto livro e suas poéticas*. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

DERDYK, Edith. "Entre ser um e ser mil - o objeto livro e suas poéticas" com Edith Derdyk - Parte 1 de 2. 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/hnVF4uNDpmE>> Acesso em 10 de Novembro de 2022.

FERREIRA, Beatriz R. Os silêncios da cidade - As ruínas e as suas capacidades memoriais. In: *Sab Sul - Encontro da Sociedade de Arqueologia do Brasil - Região Sul*, 2006, Rio Grande / RS. *Sab Sul - Encontro de Arqueologia da Região Sul*, 2006. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/sabsul/V%20-%20SABSul/comunicacoes/37.pdf>> Acesso em novembro de 2022.

FERREIRA, Raquel. *Espaços da perda e da destruição: o labirinto como metáfora da casa e vice-versa, na constituição de uma poética contemporânea*. 2015. Tese (Doutorado em Poéticas Visuais) - Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131026>> Acesso em novembro de 2022.

KASTRUP, Virginia. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virginia Kastrup e Liliana da Escóssia*. - Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <<https://desarquivo.org/sites/default/files/virginia-kastrup-liliana-da-escossia-eduardo-passos-pistas-para-o-metodo-da-cartografia.pdf>> Acesso em novembro de 2022.

KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, nº 49, p. 35-42 - 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rbh/a/zSfhkMynHqRXtCDzCwrfYqz/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em novembro de 2022.

MEDEIROS, Diamila. *A poeta e a casa: uma cartografia íntima dos versos de Ana Martins Marques*. *Revista Versalete*, Curitiba, v. 5, nº 9, jul.-dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaversalete.ufpr.br/edicoes/vol5-09/13%20A%20poeta%20e%20a%20casa.%20Diamila%20Medeiros.pdf>> Acesso em novembro de 2022.

MARQUES, Ana Martins. *A vida submarina*. Belo Horizonte: Scriptum, 2009.

PLAZA, Julio. O livro como forma de arte I. *Arte em São Paulo*, São Paulo, n. 6, p. 19-34, abr. 1982. Disponível em: <http://www.mac.usp.br/mac/expos/2013/julio_plaza/pdfs/o_livro_como_forma_de_artei.pdf> Acesso em novembro de 2022.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2016.

SACCO, Helene. *A (Ré) fábrica: um lugar inventado, entre a objetualidade das coisas e a sutil materialidade do desenho e da palavra*. 2014. Tese (Doutorado em Poéticas Visuais) - Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116093>> Acesso em novembro de 2022.

SACCO, Helene. *Casa - movente (A1[infinito]): diário de construção*. 2009. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16799>> Acesso em novembro de 2022.

SOUZA, Elivelto Alves de. *A sobrevivência do lugar: o cuidado como prática artística*. 2020. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6866/1/Dissertacao_Elivelto_Alves_de_Souza.pdf> Acesso em novembro de 2022.

O CHAMADO: OLHARES SOBRE CAIS DAS ARTES Ou das ruínas do futuro às ruínas vitais

*THE CALL: VIEWS ON THE CAIS DAS ARTES
Or the future ruins to vital ruins*

Leonardo Izoton Braga¹

Resumo

Este ensaio é construído a partir de um chamado da cidade no contexto pandêmico, disparando uma deriva de olhares para um corpo arquitetônico: O Cais das Artes. Tem como objetivo a apreensão, circulação e a crítica das imagens do Cais, reintegrando-o ao imaginário urbano e público. O texto divide-se em um prólogo e cinco sessões. Sua montagem é composta e tensionada por fotografias, na tentativa de tramar escrita, imagem e pensamento. Almeja-se com isso explorar problemas, mas, sobretudo, as potencialidades do complexo arquitetônico, que se apresenta na tensão entre sonho e abandono, ruína vital e ruína do futuro. Deste modo, o ensaio manifesta um chamado à sua visibilização crítica, sua ocupação corpórea, a luta política pelo seu término e sua entrega enquanto complexo cultural e espaço público.

Palavras-chave: arquitetura, imagem, crítica, ruína, Cais das Artes.

Abstract

This essay is built by a call from the city in the pandemic context, triggering a drift of views towards an architectural body: the Cais das Artes. Its objective is to apprehend, circulate and criticize the images of the Cais, reintegrating it into the urban and public imagination. The text is divided into a prologue and five sections. This montage is composed and tensioned by photographs, in an attempt to sew writing, image and thought. The aim is to explore problems, but, above all, the potential of the architectural complex, which presents itself as tensions between the dream and the abandonment, the vital ruin and the ruin of the future. In this way, the essay expresses a call for its critical visibility, its corporeal occupation, for the political struggle for its end and delivery as a cultural complex and public space.

Keywords: architecture, image, critic, ruin, Cais das Artes.

¹ Arquiteto Urbanista pela UFES, mestre em Psicologia pela UFF e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Atualmente faz pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo na UFMG.



Prólogo

Escrevo no calor da pandemia e no deserto do isolamento social. Memórias se agenciam, lembro-me de conversas, imagens, palavras trocadas na cidade. No silêncio, parece urgir um rumor coletivo, uma mistura de desejo e revolta. Nesse ressoar, em meio a uma situação política catastrófica, lembro-me de um objeto da cidade, algo que podemos olhar, experimentar e pensar, para além da clausura e do desespero-nosso-de-cada-dia, oscilando entre o futuro falido e o presente aberto. Olhar para a cidade, seus problemas e potências, torna-se uma aposta poética e política, um ato de resistência. Ocupar com corpo-pensamento o espaço, tecer laços. Para isso, o Cais das Artes, uma obra arquitetônica de grande porte, parece um prisma analítico, uma zona de disputa, um solo comum de onde podem surgir múltiplas leituras a respeito da arquitetura e da arte, reconectando-nos ao exterior, ao coletivo, ao público, à cidade.

Instituição

O Cais das Artes é um projeto concebido em 2008, pelo renomado arquiteto capixaba, radicado em São Paulo, Paulo Mendes da Rocha (1928-2021), em parceria com o escritório paulista METRO. O complexo compreende um teatro, um museu com edifício administrativo em anexo e uma praça às margens da Baía de Vitória - ES, localizados no bairro Enseada do Suá (Figura 1). Totalizando quase 30000 m² de espaço construído, 3000 m² de área expositiva, com capacidade para acolher até 1300 espectadores no teatro (FERNANDES, 2011), o equipamento público de escala monumental seria destinado a receber eventos de grande porte, de escala nacional e internacional.

Sua implantação atuaria como um dinamismo econômico e cultural na região, lançando-se como um *hub* espetacular na rede global. A intervenção arquitetônica, que possui a marca de uma geografia humanizada pelas formas ortogonais e pela brutalidade material do concreto aparente, dialoga com a condição portuária da capital do Estado, fazendo referência às docas – essas fábricas nas quais máquinas e humanos trabalham sem cessar, zelando pelo fluxo dos insumos e bens de consumo. O volume contempla a entrada da baía e coloca-se defronte à Prainha de Vila Velha, porta da colonização do solo espírito-santense e local onde se assenta, ao alto do morro, o Convento de Nossa Senhora da Penha.



Olhar de longe: pensar a ruína do futuro

Ao passar pela terceira ponte, observa-se o estranho e imponente objeto arquitetônico como que adormecido. Da Prainha e do Convento, se vê, com certa melancolia, a titânica edificação em estado de adoecimento, inativa, devorada pelo tempo. Aclamado e criticado em seu lançamento, o projeto, ao longo dos anos, caiu no esquecimento, tornando-se um elefante branco, desconhecido pela maioria da população. Espaçadamente, aparecia nos jornais, em tom de denúncia. Em estágio avançado, a construção foi suspensa diversas vezes, seja por mudança de construtora, suspeita de irregularidades ou embargo.

Em decorrência da interrupção da construção e de seu abandono, a massa de concreto escurece e transparece uma estranha face arruinada (Figura 2), contrastando com o projeto original e seu semblante solar. Estranheza que produz uma certa distância das promessas do empreendimento, evocando fantasmas que a imagem nos dá a ver. O monumento moderno nos revela a catástrofe. A catástrofe nos faz recordar a degradação de um projeto modernista, pautado no progresso industrial e ausente nos dias de hoje. A catástrofe nos apresenta um projeto de país, protagonista global no início do século XXI, que colapsou. A catástrofe nos lança em direção à horizontes destruídos.

Diante da baía, a edificação vai sendo corroída. O movimento cultural é devorado pelas intempéries e pelo descaso. Assim, o Cais das Artes se apresenta como *ruína do futuro*, um projeto que se depara com o colapso, com a interrupção em sua inscrição ativa no presente, uma possibilidade de futuro que já fracassou. A abertura do futuro se choca com os entraves da atualidade, produzindo um objeto que, antes de ficar pronto, é abandonado. Sua monumentalidade inconclusa apresenta um tempo lacunar, no qual o novo já se mostra obsoleto. A matéria abandonada – sobretudo neste contexto pandêmico – torna-se uma alegoria da catástrofe, da falência das promessas de um Estado Moderno, da ferrugem da locomotiva do progresso, do naufrágio do espetáculo humanista, da imagem apodrecida do porvir, dos quais é preciso desviar.



O projeto é, muitas vezes, rechaçado ou ignorado pelos habitantes, por ter pousado de maneira abrupta no tecido urbano, implantado de cima para baixo. Sabe-se que sua aparição iria revolucionar a cena cultural da ilha, porém, há uma tristeza que paira sobre o complexo arquitetônico isolado. Uma tristeza que acomete os trabalhadores da cultura que, finalmente, teriam um novo espaço para ocupar, se multiplicar e se proteger. A interrupção e a exposição deste exemplar inacabado nos recordam a necessidade de reelaborarmos nossa relação com o território, a cultura e sua produção.

De longe, sua imagem se torna a revelação da catástrofe, nos lembrando da relação entre o progresso moderno e o futuro em ruínas como duas faces da mesma moeda. Nos mostra a distância entre a promessa e o uso cotidiano. Expõe o desastre. O grande navio cultural de concreto e aço encontra-se encalhado, entregue ao tempo.

Olhar de perto: viver o espanto²

O sol estava forte, o céu aberto, alguma brisa do mar. Adentramos a rua do Cais acesando-a pela Praça do Papa. Um longo tapume separava a obra em construção da apreciação pública. Seu volume, monumental, se apresentava rasgando a paisagem em altura. Concreto aparente, sujidade e ferrugem exibiam o corpo arquitetônico, bruto, que impedia a vista da Baía de Vitória.

Vencemos o tapume graças à chancela, o acompanhamento e a boa vontade de um agente da Secretaria de Obras Públicas. O senhor, solícito e gentil, nos permitiu deixar de lado os conselhos sobre a impossibilidade da visita. Fomos até a entrada, uma guarita e um pé de mamão como referência. Demos nossos nomes ao vigia, que sorriu. Ao chegar, nos deparamos com a esplanada, a baía emoldurada pelo vão livre

² Escrevo este bloco no plural, pois é resultado de uma visita acompanhada de conversas com amigos e colegas: Bárbara Veronez, Lutero Procholdt, Karoline Leite, Ariny Bianchi e Paulo – a quem agradeço.

Figura 4 - Vista do vão da passarela de acesso entre o museu e o anexo.
Fonte: Autoral, 2021.



do museu e algumas pilhas de materiais da obra (Figura 3). A volumetria ganhava mais sentido à medida que nos aproximávamos. Cenas, perspectivas e amplitudes acompanhavam nosso movimento no térreo, produzindo impacto.

De prontidão, o velho engenheiro – que já foi professor – se propôs a nos guiar, apresentando a obra. Adentramos o complexo arquitetônico pelo bloco administrativo – anexo ao museu – subindo as escadas. Os andares similares, com área confortável e aberturas quadradas, conferiam certa simplicidade. Imaginem estes lugares ocupados pelos trabalhadores da cultura! Num certo patamar, era possível acessar o museu por uma conexão em passarela. O ar corria por entre a fenda, a distância entre os blocos, onde visuais se apresentavam enquadrados pelas linhas das edificações (Figura 4).

O corpo do museu, visto de dentro, era um grande pavilhão com pé direito alto, estrutura metálica robusta e leve, ladeada pelas empenas de concreto vivo. Do andar do grande salão, era possível acessar uma área para eventos e avistar o pavimento inferior. A temperatura diminuía dentro daquele bloco maciço, conferindo conforto térmico. A paisagem exterior se exibía por entre uma abertura, por onde se tinha a visão de um exuberante panorama da paisagem, possibilitando uma contemplação singular da baía. Naquele momento, surgia a clareza, em termos de estrutura, qualidade e complexidade, de que esta obra seria algo – guardadas as devidas proporções e o intervalo de mais de meio século – como um MASP³ ou um MAM⁴ para o Espírito Santo, para cidade de Vitória.

A obstrução da paisagem pelos blocos monolíticos era atenuada pela relação entre cidade e baía, cultura e natureza, *in loco*. A estrutura racional, pré-moldada, decorrente do sofisticado encontro entre concreto e aço, criava um silencioso diálogo com a paisagem que ecoava em seus interstícios. A arquitetura moderna brasileira ainda conseguia dialogar com seu presente, não sem tensões.

3 Museu de Arte de São Paulo (1947), projetado por Lina Bo Bardi (1914-1992).

4 Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1948), projetado por Affonso Eduardo Reidy (1909-1964).

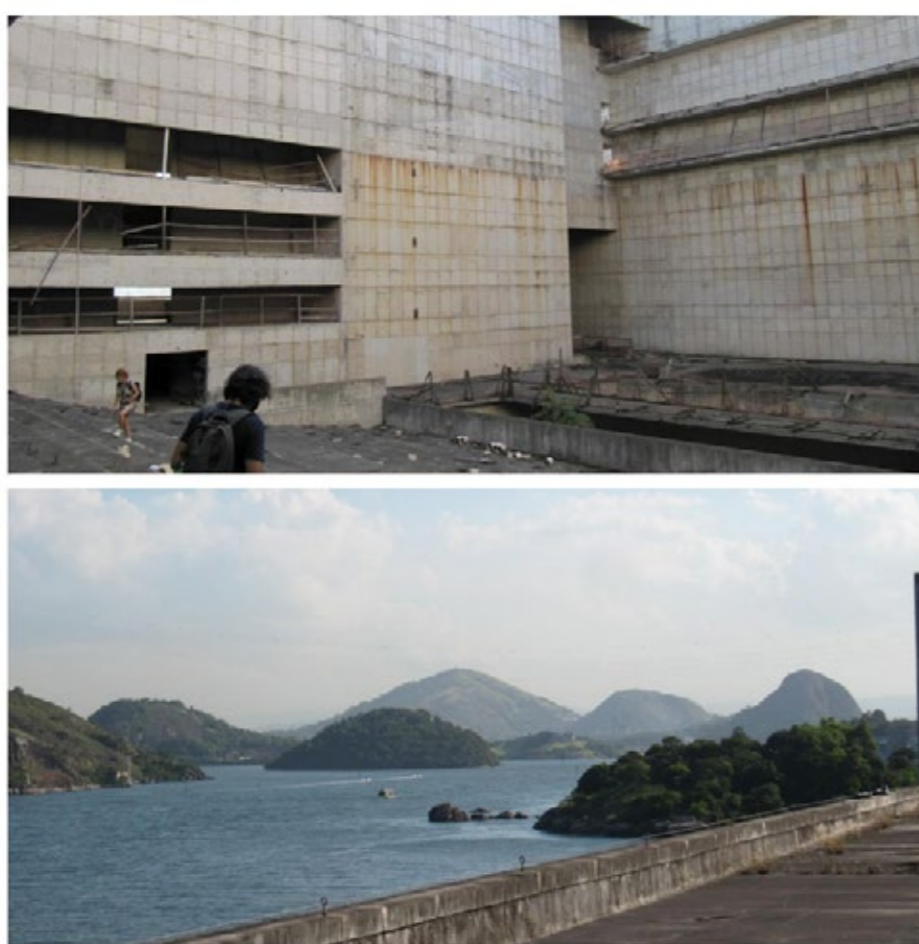


Figura 5 - Vista do museu para o bairro Praia do Suá e Vista da obra de Amílcar de Castro na praça. Fonte: Autoral, 2021.

Foi-nos dada a oportunidade de subirmos ao terraço do museu, espaço incrível que, aparentemente, não será acessível ao público. De lá, pudemos observar, de um lado, os pastiches e clichês arquitetônicos da Praia do Suá (Figura 5), o cone visual da Reta da Penha e parte da vista da cidade de Vitória, e, do outro, a Baía de Vitória e sua entrada, que divide e une Vitória e Vila Velha, a Terceira Ponte e todo o desenho topográfico da região (Figura 6). A morfologia orgânica da baía contrastava com a ocupação urbana no entorno da locação. Este contraste nos fez desconfiar do olhar distanciado e inflamado lançado em direção ao projeto e despertou uma curiosidade quanto às potencialidades daquilo que se apresentava.

Dali, descemos, retornando à esplanada. Atravessamos a praça, ainda vazia – apenas com peças de uma estrutura metálica –, passamos por uma escultura em aço corten de Amílcar de Castro – com um rastelo apoiado – e alcançamos o teatro (Figura 5). A estrutura de concreto, robusta, se lançava sobre a baía e organizava uma conexão entre terra e água amparada pela paisagem. Subimos as amplas escadas – sujas, molhadas e com limo – que criavam uma estranha atmosfera entre sonho e descaso. A medida em que subíamos, pudemos observar belas aberturas e o enorme palco aberto com um imenso vão que seria coberto com uma grelha de aço e vidro (Figura 6). Aquele espantoso vazio, no osso, tornaria possíveis grandes e complexas apresentações de teatro, dança, música etc. Algo que traria, se bem cuidado e gerido, uma revolução no campo da produção cultural no Estado.

A possibilidade dos eventos, do acervo e dos empregos nas áreas de arte e cultura seria um ganho substancial para a cidade, ofertado ao público de maneira pública. Contudo, a questão da interrupção da construção, o descaso com o dinheiro público e o atraso na entrega do projeto, que já se arrasta por mais de uma década, ainda se impõem como algo inaceitável.



Adentrar, ver de perto, vivenciar, talvez seja uma das grandes potencialidades da arquitetura que não é apenas forma e função, mas ambiente de experimentação, criação de atmosferas vivenciais. A crítica da ideologia moderna, o projeto colonial, o descaso institucional, o colapso político e a imagem distanciada nos permitem pensar criticamente a *ruína do futuro* como alegoria da catástrofe, porém, isto seria insuficiente, injusto.

Há entre a arquitetura deste Cais algo que faz o campo das artes ganhar alguma animação. Ao percorrermos o complexo, sonhos possíveis nos invadem, irrompendo uma vontade de ocupar esses espaços, coloca-los em uso. Observamos a vegetação brotando entre a construção, as castanhas espalhadas pelos morcegos que tomam o piso do museu, os fragmentos de paisagem que alimentam a imaginação e vislumbramos *ruínas vitais*⁵ (MANGUE, 2019), mundos por germinar. Essa vitalidade da ruína é um convite à composição coletiva com este corpo arquitetônico em construção. Seu inacabamento é a abertura essencial, da qual podemos nos apropriar como participantes de sua produção imaginária e material. É nossa tarefa coletiva cuidar deste navio, reivindicar sua continuação, pois já é hora de embarcar, levantar as velas e zarpar.

O sol seguia forte, o céu, aberto. Ver de longe e ver de perto tem suas dissonâncias. Aprendemos que olhar ajuda, mas viver ainda nos espanta.

Crítica: um jogo de distâncias para abrir o presente

Após uma aproximação curiosa deste projeto, me deparei com a repentina morte de Paulo Mendes da Rocha, decorrente de um câncer no pulmão, no dia 23/05/2021, dias

⁵ Este termo é tomado de empréstimo da poeta e artista multilinguagem Cafira Zoé, integrante do Teatro Oficina Usyna Uzona e do coletivo Arquivo Mangue.



após a visita, enquanto ainda pensávamos aonde estas linhas nos levariam. Aturdido pelo acontecimento inesperado, falar sobre este complexo cultural me pareceu menos uma mera curiosidade e mais um exercício ético em que memória e política se compõem em um chamado. Um chamado à lembrança do arquiteto e ao engajamento na continuação do projeto, neste momento, divulgando-o como algo que deveria ter sido desde o começo: um equipamento cultural público e coletivo. Publicar é um ato de circulação de pensamentos, inserção de imaginário, produção de base crítica, disseminação política.

Retornemos ao início, agora, desequilibrados. Ora, após esses três movimentos – uma apresentação institucional, um exercício de olhar distanciada e um encontro com o corpo arquitetônico, além da morte de seu arquiteto –, ficam problemas. A crítica requer não apenas um olhar atento e analítico, mas uma reversibilidade de lentes e, talvez, mais que isso, uma experimentação existencial em que a própria vida seja posta em jogo com aquilo que é analisado, suspendendo a relação sujeito e objeto e tornando-se um jogo de distâncias, um corpo-a-corpo em que se passam acontecimentos. Esta tentativa fragmentária de leitura é inconclusa, porque propõe-se aberta. Oscilando entre denúncia e apologia, interessam os trânsitos nesta zona cinzenta, entre o perto e o longe, o embate entre instituição e vida.

A ambivalência desse projeto, as complexidades envolvidas, tornam-se um campo problemático no qual a construção já é uma ruína, que carrega tanto o frescor da vitalidade quanto a corrosão da catástrofe. Há um corpo vivo arquitetônico que habita e conversa com seu contexto, local e global, em tensão permanente. Ao olharmos de longe, nos deparamos com seu estado carcomido, concreto e alegórico, ao chegarmos mais perto, experimentando com atenção, abrem-se caminhos, respiros. A sua incompletude é sua potência analítica e nos permite pensar o que deve ser deixado e aquilo no qual se deve apostar. Dessa leitura precária, nos interessa atentar para a materialidade erguida sobre mar e terra, explorar os problemas e potências entre a arquitetura e o presente que nos interpela, abrir as imagens, expandir as palavras.



Uma vez que o futuro se apresenta como catástrofe e as *ruínas do futuro* parecem se amontoar sobre nossos olhos, reivindicamos as *ruínas vitais* que nos permitiriam uma arqueologia crítica e inventiva do/no presente, fazendo do Cais terreno para que as sementes de culturas porvir possam germinar, emergindo entre os escombros que obstruem as passagens, tornando-se saúde diante das tantas adversidades que nos adoecem.

Dançar com as ruínas do futuro, habitar ruínas vitais

Corpos e sons emergem, apropriando-se do espaço carcomido pelo tempo, ativando a potência poética deste grande complexo cultural interrompido. Movimentos de corpos femininos pincelam ritmos e cores, desmontando a ortogonalidade, interpelando o brutalismo estrutural. A oralidade ecoa, os desenhos sonoros ressoam, fazem a edificação pulsar. Aquilo que parecia morto, respirava.

No vídeo dança *Ruína do Futuro*⁶ (2022), dirigido por Dorottya Czako, as bailarinas Bárbara Veronez e Gabriela Moriondo, dançam com a construção e a paisagem em movimento (Figuras 9 e 10). O título, possui um tom crítico, colocando em cena o campo problemático do Cais das Artes sob uma perspectiva sensível, revelando contrastes entre o estático e o dinâmico, a luz e a sombra, a ortogonalidade e a organicidade, a paisagem e o ambiente construído. Se a *ruína do futuro* apontava para o fracasso do amanhã, o que vemos nesta apropriação é um desvio pelo presente e pela presença, uma aposta naquilo que ainda pulsa, um roçar na matéria nua, crua e viva.

6 O vídeo dança *Ruína do Futuro* foi produzido a convite do Colóquio CAIS+ARTES: museu, teatro e cidade (2022), na cidade de Vitória – ES, e, desde então, está circulando por festivais de cinema nacionais e internacionais. Aproveito para tornar público o agradecimento, tanto aos realizadores do curta, pela cessão das imagens, quanto aos realizadores do evento, os professores/as e arquitetos/as Kleber Frizzera, Flávia Botechia, Ângela Gomes e Lutero Procholdt.



Esta produção imagética cultiva uma imaginação ativa, inquirindo a estática do complexo monumental. O desenho sonoro interrompe o silêncio, agitando o espaço. Os gestos dançados rasgam o retrato do descaso, intervindo sobre a materialidade e subvertendo o abandono. Os corpos em ação expõem a dimensão marítima da paisagem, tornando-se ondas, turbilhões que invadem todo o complexo, complexificando-o. Presenciando a dança com a *ruína do futuro*, entrevemos as *ruínas vitais*, nas quais a cultura é semente, espaço de cuidado conjunto e fonte de cura. Esta atmosfera é expressa com emoção e sensibilidade por este trabalho que revela, no avesso do espetáculo, presentes em gestação.

Ondas, margens, morros... Rumores de territórios em emergência ressoam no museu e no teatro, transformando-os em câmaras de eco. Os limites físicos se esboroam pelo soar afetivo. A ruína se atualiza e vitaliza pelas presenças, exibindo, no abandono institucional, a potência de apropriação crítica e as latências da imaginação política, que convertem a esterilidade e a impermeabilidade em terra fértil e porosa às paisagens e territórios. É este o chamado que devemos ouvir. Um chamado à ocupação artística e política, pública e plural deste complexo, antes que seja colocado à serviço do capital. Neste trabalho, somos convocados também à colocar a musealidade, a teatralidade e o espaço público para dançar, a refletir para resistir, a ocupar para acontecer, se apropriar para não deixar perecer. Pelo direito à cidade, pela habitação criativa na e com a terra.

O cosmos ecoa no Cais, conseguem ouvir?

*

Durante os últimos anos vivemos mundialmente uma catástrofe sanitária, uma pandemia, enquanto, no Brasil, assistíamos ao ataque deliberado à cultura e a coisa pública, a corrosão das condições dignas de cidadania. Diante disso, este texto não é nada mais que um convite para respirar um objeto arquitetônico, expandir o debate,



tornando-o público, polifônico e coletivo. A arquitetura nos convida a experimentar uma participação política, uma ontologia do presente pela ocupação encarnada dos espaços. Sentir, pensar e agir, desde aqui, juntos e – por mais distantes e ausentes que possamos estar – ocupando a cidade.

Texto escrito e reescrito entre Vitória e Vila Velha, 2021 – 2022.

Referências

FERNANDES, Gica. *Cais das Artes / Paulo Mendes da Rocha + METRO*. 23 Dez 2011. ArchDaily Brasil. Acessado 16 Jan 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/01-16341/cais-das-artes-paulo-mendes-da-rocha-mais-metro>>

MANGUE, Arquivo. *Ruínas Vitais*, 2019. Acessado 16 Jan 2023. <<https://www.pivo.org.br/app/uploads/2022/08/ruinas-vitais-sitio-especifico-1160x1547.jpg>>

RUÍNA DO FUTURO. Direção: Dorottya Czakó. Produção: Labvídeo-CAR/UFES, 2021. Online. Acessado 16 Jan 2023. <https://drive.google.com/file/d/1L8R0TT7uBjVGNowgcNLkfnm0yjjeD-0h/view?usp=share_link>

A RUÍNA COMO RESISTÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS

RUIN AS RESISTANCE IN FLORIANÓPOLIS

Djonathan Freitas¹ e Evandro Fiorin²

Resumo

Este artigo tem como objetivo explorar o conceito de cartografia como desvio na cidade, a partir das práticas cotidianas do sujeito e território, demonstrando a importância histórica e cultural de Florianópolis e, para isso, foram realizadas cartografias narrativas. Assim, por meio do caminhar como prática estética, buscamos por um encontro com o Outro; traçamos atalhos, desvios, reinventando os lugares e ocupando espaços conforme nos deslocamos a pé ou de bicicleta. Aqui, ressaltamos a importância dessa paisagem que legitima as edificações em ruínas, para a construção de identidades, diante da necessidade de sua permanência, sem que haja um rejuvenescimento arquitetônico. Como resultados, construímos uma discussão sobre a percepção do patrimônio e da paisagem cultural, tendo em vista os conceitos e os processos de percepção que revelem as surpresas dessas ruínas como resistência desse lugar para a constituição de um novo olhar.

Palavras-chave: patrimônio cultural, cartografias, narrativas urbanas, ruínas, percepção na paisagem da ilha de Santa Catarina.

Abstract

This article aims to explore the concept of cartography as a daily deviation in the city, based on practices, demonstrating the historical and cultural importance of Florianópolis and, for which, narrative cartographies were broadcast. Thus, through walking as an aesthetic practice, we look for an encounter with the Other; we draw shortcuts, detours, reinventing places and occupying spaces as we move on foot or by bicycle. Here, we highlight the importance of the landscape that legitimizes the buildings in ruins, for the construction of identities before the need for their permanence, without a rejuvenation being sustainable. As, we build a reflection on the perception of the concept and the cultural landscape, in which the concepts and processes of perception are revealed as resistances of these ruins of this place for a view of results as a new look.

Keywords: cultural heritage, cartographies, urban narratives, ruins, perception in the landscape of the island of Santa Catarina.

Introdução (rumo ao centro)

Nos últimos anos, o centro de Florianópolis, localizado na região insular, tem passado por inúmeras mudanças em seu território: aterros, alargamento de vias, loteamentos, e destruição de muitos exemplares arquitetônicos. Neste artigo, faremos algumas leituras sobre esta paisagem, principalmente, buscando revelar como algumas ruínas podem contar a história da Ilha de Santa Catarina, pela resistência a um modelo de cidade que se pretende construir. Ao nos debruçarmos nas áreas centrais como objeto de estudo, a cartografia se destaca enquanto metodologia, pois permite-nos produzir maneiras de inteligência em pleno deslocamento. Assim, nas idas e vindas cotidianas, de um lugar para o outro, percorremos a multiplicidade que compõe o espaço, tecendo trajetórias, na busca por imagens que não nos são familiares. Por meio da narrativa cartográfica damos conta da existência de fragmentos do tempo, em suas diferentes camadas, que podem revelar, em diversas intensidades, novas experiências sobre a realidade. Nesse ínterim, o conceito de cartografia formulado por Deleuze e Guattari (1995 p. 21), está voltado para “uma experimentação ancorada no real”. É o princípio metodológico que norteia nossa ação para uma inteligência do território e produção de mapas dos percursos. Uma modalidade para a descoberta dos elos perdidos entre o presente e o passado edificado pelas áreas centrais da Ilha de Santa Catarina.

[...] o mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói [...]. O mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social [...]. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

Recorremos também a uma ideia de narrativa, que associada às ferramentas da cartografia, mostram-se como um campo de aproximação para um espaço-tempo desse percurso. Sua elaboração não se descola da experiência; começa a elaborar-se já em movimento nas ruas, mas sua trajetória prossegue incluindo elementos da teoria, detalhes apenas percebidos ao se reviver a memória e os registros de campo. Como descreve Rolnik (2006), seria algo como um roteiro que é inventado ao mesmo tempo em que as pontes e passagens vão sendo por nós percorridas. Na narrativa se aplicam também artifícios ficcionais e abre-se espaço para múltiplos desvios. Para Michel de Certeau (2009, p. 141), a “narrativização das práticas seria uma “maneira de fazer” textual, com seus procedimentos e táticas próprios”. Portanto, neste procedimento escritural de construção de “um discurso em histórias”, assume-se a entrada no campo da ficção.

Na narração não se trata mais de abordar uma realidade (uma operação técnica etc.) com a maior proximidade possível e fazer do texto aceitável, legítimo, pelo “real” que exhibe. Ao contrário, a história narrada cria um espaço de ficção. Ela se afasta do real – ou melhor, ela finge escapar às circunstâncias presentes [...] e precisamente desta maneira, mais que descrever um golpe, ela o realiza. [...] O discurso produz então efeitos, não objetos. É narração, não descrição. É uma arte de dizer (CERTEAU, 2009, p. 142).

Deste modo, nosso ponto de partida tem como pressuposto viver as experiências, sem diretrizes específicas, ou fórmulas definidas, pois o método cartográfico não traça planos de trabalho. O mesmo constitui-se no momento em que se inicia a ideia do pesquisar. Um caminho que é composto por pistas, alguns rastros a serem seguidos,

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo UFSC.

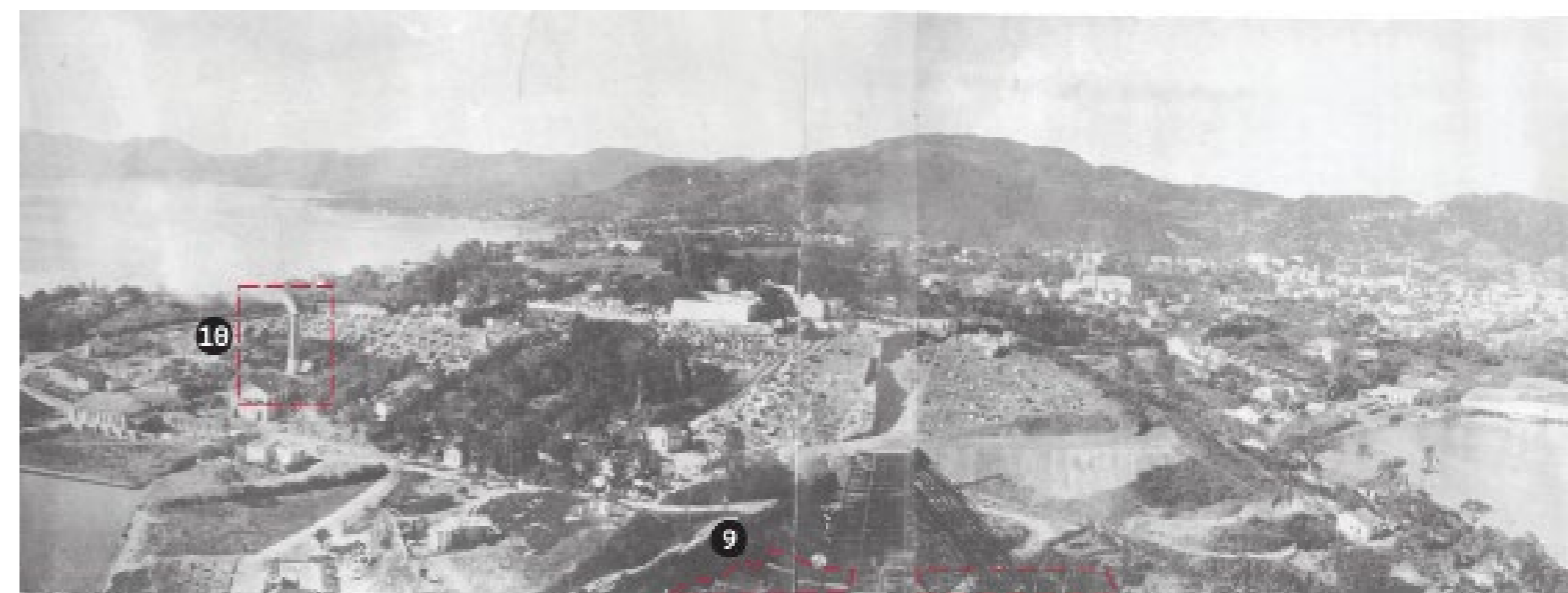
² Doutor em Arquitetura e Urbanismo FAU-USP. Professor do Programa de Pós-Graduação da UFSC.



frestas entreabertas que aguçam nosso olhar, os nossos sentidos e nos levam a uma possibilidade de perceber e interagir com o espaço como uma forma de interpretação singular. Aqui passamos a ser os nômades do asfalto. Vamos encontrando algumas ruínas pedalando e caminhando. Nessa viagem sem destino, adentramos no universo dos Outros, somos como o estrangeiro que vai descortinando uma nova cidade.

Partimos rumo ao centro do mapa oficial, para construir nossos próprios mapas (Figura 1) sobre a centralidade que nos convém narrar e retratar. A Ilha da Magia, do fascínio turístico do cone sul do Brasil, vai, aos poucos, revelando a sua face arruinada. Uma nova experiência irá acontecer andando de bicicleta, ou a pé, tomando desvios como a nossa única meta. Essa experimentação foi registrada com um olhar fotográfico, anotações e *croquis*; cada qual ao seu tempo. Depois, reunimos essas informações para constituir as cartografias que, de um modo ou de outro, narram um recorte, a nossa compreensão singular sobre o lugar urbano que vivenciamos.

Na experiência vivida no centro de Florianópolis, observamos como muitos espaços urbanos centrais podem ser lidos pelo viés da deterioração. Ao invés de tentar ajustar essa imagem às narrativas hegemônicas de revitalização, desejamos nos aproximar da ruína, como objeto do arruinamento; ou seja, como um *lòcus* que está em processo de transformação. Nos interessa a ideia de profanação da obra construída; justamente, porque, nela habita o sentido mais plural da cultura do espaço. De tal sorte, o que antes retratava os modos de produção industrial da cidade, agora pode revelar o uso mais mundano e cotidiano. Nesse sentido, as sobras do Estaleiro Arataca (1907) se mostram potentes espaços de transgressão, na base do cartão postal da ponte Hercílio Luz; enquanto os restos da chaminé do antigo incinerador de lixo (1910), se mantém como último testemunho de um passado fabril (Figura 2) que, diante do contexto da



paisagem em seu conjunto mais amplo, agora é revendido como mercadoria pela construção de torres espelhadas no Centro Executivo Hoepcke, junto da antiga Fábrica de Pontas da Cia Hoepcke (FIORIN, 2021) – o novo Armazém Rita Maria.

Nessa investigação, temos como resultado obtido, uma narrativa cartográfica que aponta um sentido de resistência (ALMEIDA; SALDANHA, 2014) para algumas ruínas das áreas centrais de Florianópolis, buscando evidenciar traços arquitetônicos e culturais que ainda se mantêm no contexto atual das transformações dessa paisagem; além de outros tantos que afloram como ruídos que atritam o lugar urbano e nos fazem ratificar a importância da existência das arquiteturas abandonadas na cidade contemporânea, como constructos de ordem crítica; isto porque, eles agasalham as subjetividades subalternas, as várias camadas de cidade, além de uma capacidade de recuperar uma leitura da urbe como um palimpsesto.

Sendo assim, caminhamos como estrangeiros em terras de descobrimentos (FIORIN, 2020), construindo um *olhar de estranhamento* sobre o lugar, que será acionado pelo método da cartografia, recorrendo à fotografia, às anotações e aos croquis, como alguns instrumentos para perceber e representar algumas ruínas e auxiliar nos processos de investigação para a constituição de mapas que revelem nossos percursos pelas paisagens florianopolitanas. Essa estratégia busca por um encontro com o inesperado, sobretudo, com os Outros (FOUCAULT, 2009), diante de um espaço arruinado que não é encerrado em si mesmo. Por conta disso, cada rua, esquina e sinal vermelho é também um ponto de parada nessa jornada de busca, daqueles que se abrigam nas arquiteturas abandonadas. Além disso, procuramos intervir nas ruínas, como forma de uma retomada crítica dessa paisagem; uma ação política do arquiteto, que faz a ruína emergir para uma ressignificação do espaço da cidade contemporânea.

Pedalando e caminhando pelo arruinamento

Nossas experimentações pelas ruas da cidade foram realizadas pedalando sobre uma bicicleta e caminhando pelas ruínas. É importante salientar que esses dois processos de ação em movimento, não são experiências similares. Se o ato de caminhar é universalmente compartilhado e tem o seu tempo; podemos dizer que, o pedalar, envolve uma temporalidade própria. Além disso, há o esforço físico, as adaptações corporais aos obstáculos do trânsito, assim como, um arranjo sempre mutante para criar um estado de atenção corporal, que não está apenas ocupado em manter-se a



salvo e sempre em equilíbrio, mas também, expandir a experiência investigativa de nossas reflexões. Este tipo de mobilidade ativa é mais viável para percorrer distâncias relativamente maiores. Com esse propósito vencemos o reconhecimento de um território muito mais amplo, que precisava ser percorrido para reconstruir um primeiro levantamento sobre os edifícios em estado de arruinamento pelas áreas centrais na cidade de Florianópolis (Figura 3).

Cada uma dessas experiências – pedalar ou caminhar – proporcionou suas próprias formas de liberdade, mas também limitações, assim como alcances variados de percepção e contato com o ambiente e com os Outros. Nessa medida, a realização do exercício cartográfico por meio de ambas ações, nos revelou as multiplicidades de visões que são capazes de serem produzidas a partir das ruas de Florianópolis, gerando atributos que a mantêm sempre em transformação, como um espaço que nos conduz a novas sensibilidades e práticas estéticas. Lançamos mão de um olhar de cunho fenomenológico, baseado na experiência do espaço e balizado nas vivências do lugar, para que pudessemos revelar, algumas essências, para além das aparências, independentemente da distinção entre forma e conteúdo (MERLEAU-PONTY, 1999).

Percorremos uma das avenidas mais movimentadas da área central da porção insular, a Avenida Mauro Ramos. De bicicleta partimos pela ciclovia que nos levou direto para a ponte Hercílio Luz. Ao parar a bicicleta na ponte, percebemos a passagem do tempo, ao avistarmos as ruínas do antigo Estaleiro Arataca. Construído em 1907, era parte integrante da paisagem marítima, antes da construção do aterro da Baía Sul. Seu sítio ocupava 15 mil metros quadrados e abrigava diversas edificações (Figura 4), responsável pelos consertos e fabricações de navios que atracavam em Florianópolis. Hoje vemos apenas as partes de sua estrutura original, servindo para a ocupação de alguns moradores em situação de rua. Ao atravessarmos a ponte, nos deparamos com os vestígios das ruínas do antigo Forte São João do Estreito, uma estrutura abobadada com diversos trechos de muralhas que se escondem na mata, quase impossível de ser fotografado.

Aqui o caminhar como prática estética de Francesco Careri (2013) foi assumido como modalidade de pesquisa; um instrumental para a percepção dessa paisagem em constante transformação. Nos propomos a caminhar, buscando explicitar essa



experiência e demonstrá-la sem determiná-la como coleta de dados que venha a resultar em conclusões; mas sim, uma construção sempre em movimento, para informar um espaço que está sendo reconhecido.

Desse modo, erramos pelas ruas da cidade, flanamos, perambulamos sem destino certo, mudamos o ritmo dos passos, para perceber o tempo lento das ruínas e observar as janelas das edificações, até encontrar uma pessoa; caminhar mais um pouco, retornar por outra rua, evitando a calçada, atravessando fora da faixa de pedestre. Paramos um pouco, sentamos na mureta, conversamos e tocamos o Outro; deixamos nos seduzir pelos encontros na região central de Florianópolis, por entre o seu sentido mais profano de descoberta da entropia da paisagem e da necessidade de convivemos com o arruinamento, para que o curso da vida siga seu rumo normal.

Nesse sentido, as ruínas das nossas cidades apresentam-se aos indivíduos com uma dupla qualidade: por um lado, são repositório de outros modos de vida e, por outro, estimulam a construção imaginária do momento presente (FORTUNA, 2013). Recuperamos nelas alguns traços de veracidade que ainda resistem, em meio a construção das imagens dos emblemas do capital; daquelas arquiteturas espelhadas que rechaçam o sentido de urbanidade. Exemplo das sobras da fachada de uma edificação na Av. Mauro Ramos (Figura 5); espelha-se ali total descaso com a singularidade arquitetônica das edificações que existiam até o século passado. Um procedimento de leitura, rememorado por nós, em uma espécie de *neo-flânerie*.

Aqui, o imaginário benjaminiano da cidade do século XIX, pode ser atualizado por essa figura do caminhante que tenta decifrar o que restou de verdade na paisagem arruinada dessa ilha, que, agora, se desenha como uma nova cidade. Georg Simmel (1958), no seu ensaio sobre a ruína, aponta que: cabe ao observador identificar os valores subjetivos contidos nesses resquícios do tempo. Diz ainda, que nós somos os responsáveis pela compreensão da obra construída, considerando o seu processo de destruição para uma conformação pitoresca e sublime. Destaca também a sedução encontrada na ruína, quando a natureza se sobrepõe à obra humana. A partir desses conceitos, portanto, o referido autor identifica a ruína com um potente sentido transformador:

Figura 5 – Ruína Avenida Mauro Ramos; Será que é feio o que não é espelho? Fonte: autores, 2022



[...] é na fascinação da ruína que a obra do homem nos aparece inteiramente como um produto da natureza. As mesmas forças que dão às montanhas suas formas através das ações do tempo, erosão, falhas, crescimento da vegetação, aqui fazem seu trabalho em velhas paredes (SIMMEL, 1958, p.381).

Desse modo, cada ruína pode ser o testemunho da nossa irracionalidade. Nos restos das edificações e na linguagem expressiva dos seus escombros, parece se inscrever a nossa inconstância, a impermanência de todo avanço possível; incúria que atrela o passar do tempo. Assim, caminhar por ruínas, pode ser um exercício tão impressionante, quanto melancólico: entre os resquícios ínfimos e grandiosos, na exuberante sintaxe dos destroços, lê-se, com facilidade, o histórico de erros que levaram ao declínio; testemunha-se a magnitude e, também o nosso fracasso civilizatório. Logo, ao utilizarmos a designação de ruína aqui, nos referimos às edificações em diferentes graus de abandono e destruição, promovidos por uma junção de fatores: a passagem e ação do tempo, a perda de sua função original e as consequências da demolição de ordem natural ou antrópica (Figura 6).

Parar no sinal vermelho

Neste percurso em busca das ruínas, as possibilidades de caminhos a serem seguidos fizeram nos aproximar daqueles que estão à margem, carregando em seus corpos as marcas da desigualdade social e luta pela sobrevivência, principalmente as subjetividades subalternas que estão pedindo esmola nas sinaleiras. Nesse caminhar e parar pelas ruas é preciso desnaturalizar o caminho a ser seguido e ir contra um modelo de automatismo, um processo que vai ao encontro do desconhecido, descrito por Careri (2017), daquilo que ainda está por vir. É nesse deslocamento que os corpos afirmam a sua existência, expressam a sua subjetividade (ROLNIK, 2011) e criam possibilidades para romper as fronteiras usuais entre o público-privado, o íntimo-impessoal, ainda que sob a marca do estigma, da subjugação e das inúmeras discrepâncias sociais.

Deleuze e Guattari (1995) sublinham que as cidades evidenciam exatamente a natureza imanente da dobra que dissolve a rígida fronteira aparente entre interior e exterior, fazendo parte de uma trama ilimitada de acoplamentos entre máquinas de subjetivação.

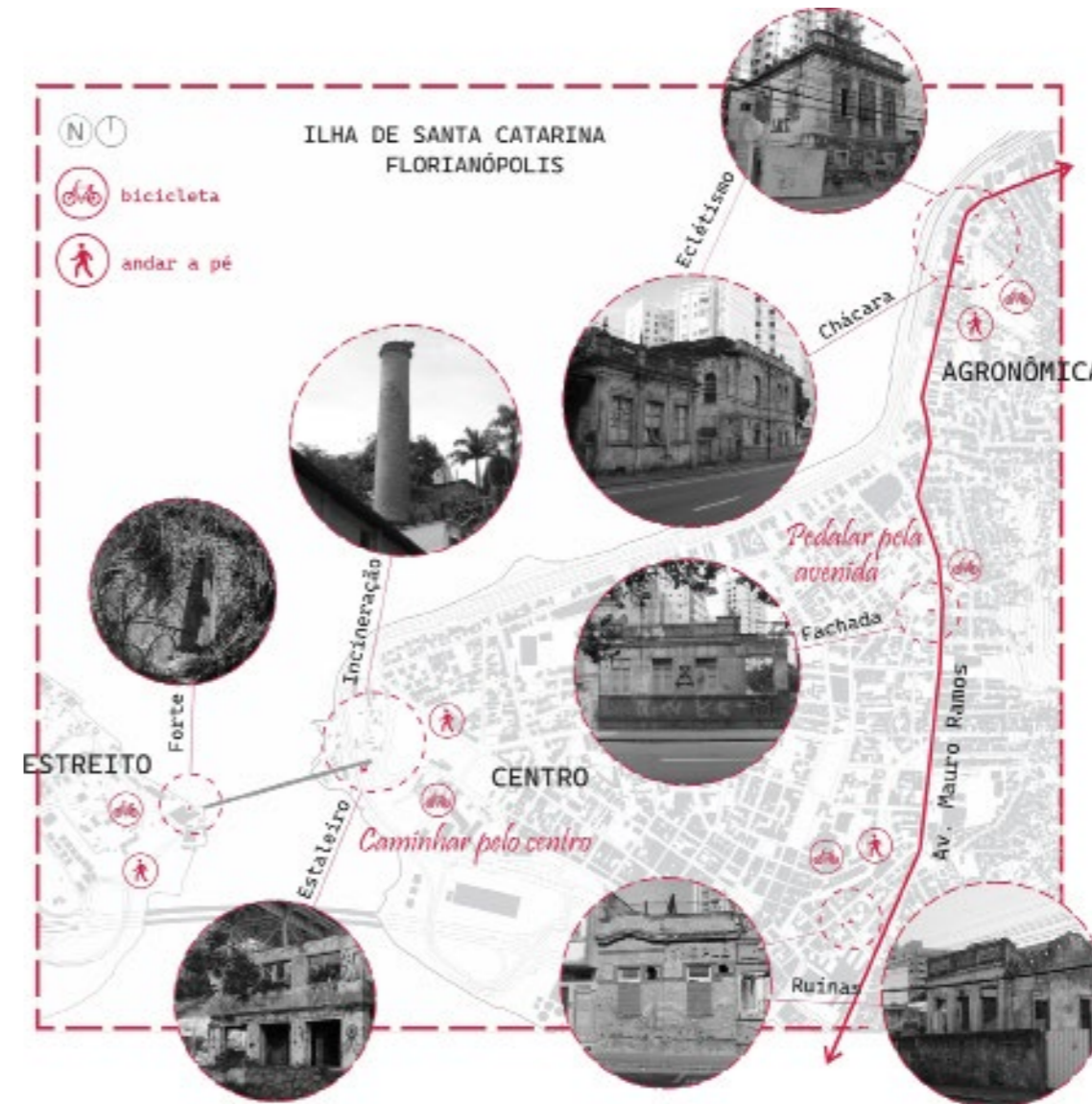


Figura 6 – Cartografia das Ruínas das áreas centrais de Florianópolis. Fonte: autores, 2022.

Nesse sentido, a ruína não está circunscrita ao lote urbano; Ela tem tentáculos. Desde os carrinhos de supermercado que servem para transportar os pertences dos nômades urbanos que nelas habitam, até as fontes e os espelhos d'água nos logradouros, que servem para que as subjetividades subalternas lavem suas roupas e tomem banho. Em última instância, os pedintes no sinal vermelho são a face mais próxima da ruína, que manifesta a cidade desigual sob a assepsia do nosso urbanismo rodoviário. Ali está a nossa verdadeira cidade, outrora destacada por Lefebvre (2009), como um lugar de encontro de pessoas e coisas, local de troca, representada pelas narrativas urbanas dos sujeitos, pelas memórias, pelo vivido e pelo experimentado. É no sinal vermelho que a urbe é reconvertida; um lugar de passagem, um *não-lugar*, demarcado pelo processo de subjetivação, mas também, de uma sociedade que exclui e estigmatiza os corpos.

Nesse percurso, cartografamos alguns retratos que desvelam as ruas de Florianópolis. Eles se constroem com um *olhar do estrangeiro* (PEIXOTO, 1988), em um desejo de contar histórias simples e originais, que são atravessadas por possibilidades de documentar, mas, também, criar ficções, em um jogo lúdico para fazer o nosso próprio recorte sobre um modelo de cidade arruinada. Àquela imagem da urbanidade perfeita vai se desfazendo a cada parada no sinal vermelho. Tratamos, então, de flagrar o momento em que o sujeito que pede esmola se inteira dos poucos segundos que pode interpelar o motorista. Há, nesses instantes, uma espécie de empoderamento do corpo sobre o automóvel. O pedinte é notado, quando toca o retrovisor. Supera-se um olhar psicastênico; e, por um segundo, tem seu lugar no mundo, mesmo que à mercê da debacle de sua própria existência.



O fotógrafo encontra-se inapelavelmente mergulhado na cidade, de modo que olhar é também andar, visualizar é tatear por entre muros. Como se o ato de ver acabe sempre pela experimentação tátil de um objeto erguido diante dele e que ele precise contornar. Há um encavalamento entre o visível e o tangível. Esse campo denso entre aquele que vê e a coisa que é vista é constitutivo de sua visibilidade. O olhar apalpa as coisas: estamos no meio do mundo [...] (PEIXOTO, 1988, p.361).

Na sinaleira fechada, a ruína das nossas mazelas sociais se revela. Trazemos vestígios sobrepostos, evidenciados pelas narrativas urbanas e pelas suas relações, na forma de perceber e interagir com o espaço. Há, portanto, uma cartografia da ruína que se expande pelas esquinas, praças, marquises e nos desvios que almejam outras rotas em busca da singularidade do Outro. As narrativas acerca da vida nas ruas nos mostram um cotidiano inusitado, que abarcou novas maneiras de como as pessoas se organizam para sobreviver e habitar a cidade.

Esses modos de viver compõem apenas para nos lembrar que esses sujeitos estão vivos, produzindo táticas, como assinalou Certeau (2013). Evidenciam novas formas de fazer-existir e ocupar o lugar, traçando uma rede de comunicação entre o sujeito e o desconhecido. Sentimos que, nessa cidade, este corpo que vagueia a pedir esmola na rua, decorre de dificuldades de convivência familiar, questões relacionadas à dependência química, desemprego e, por vezes, a um ciclo de perdas afetivas. Corpos marginalizados, carregando as marcas da desigualdade social que, muitas vezes, opera pela lógica racista.

Esse encontro com o Outro, nos atravessa por meio da fotografia. Nos tangencia e forja um modo de ver, durante o dia, pedindo esmola na sinaleira, quem se abriga na ruína durante a noite. Esse flagra traduzido por meio da imagem fotográfica, aponta para a presença daqueles corpos que produzem vestígios nas arquiteturas abandonadas. De tal sorte, essas fotografias coletadas se mostram pelo sentimento de um solavanco no processo perceptivo de qualquer pesquisador, em linhas que desvendam conexões possíveis, mas, também, acontecimentos inusitados, além de outros tantos que nos envergonham (Figura 7, 8).



Ao mesmo tempo, nos colocam questões complexas que precisam ser refletidas e discutidas, porque são o produto de um choque (BENJAMIN, 1995), deflagrado pela barbárie e por um novo estado de selvageria. Algo que precisa ser enfrentado também pelo pesquisador, para que produza algum tipo de mudança. Essa dimensão vem alimentar o desejo de intervir criticamente sobre a ruína para fazer-ver outras possibilidades de ação, que possam alertar para o quadro de crise que se esboça.

Intervir no esquecimento

A cidade que vem sendo construída pelo mercado imobiliário na Ilha de Santa Catarina, tem o patrimônio cultural associado a um produto a ser consumido como distintivo de preservação.

Nessa leitura é preciso combater a deterioração do centro banindo os Outros, para recuperar um sentido histórico a ser destinado a públicos que podem pagar mais por ele. Entretanto, essa narrativa para a revitalização do centro histórico de Florianópolis (FIORIN, *et al.* 2022) deve ser combatida; inclui-se aí, também, o nosso repúdio a um processo de restauração de arquiteturas abandonadas, somente para serem destinadas aos mais seletos seguimentos da sociedade.

Muito frequentemente, manter o edifício em estado de ruína também pode ser benéfico para sua posterior demolição, como é o caso do conjunto arquitetônico da Rua Frei Caneca. Hoje plantas tomam conta do que antes eram as estruturas do telhado e apenas algumas paredes ainda se mantêm de pé. Pulamos o muro e adentramos seu corpo frágil e nos deparamos com um depósito de lixo. Um homem sai de dentro. Era final de tarde e a melancolia típica desse período nos fez pensar em fantasmas, porque por entre as rachaduras e frestas, a luz do sol atravessava os trincos. A residência principal foi construída no início do século XX, fez parte da antiga Chácara Gonzaga, no bairro da Agrônômica, no centro expandido da Ilha de Santa Catarina (VEIGA, 1993). É um bem tombado, mas que, contraditoriamente, está sobre um grande terreno que pertence a uma construtora, em uma área nobre da cidade, rodeada por vários edifícios altos (FIORIN, 2021).

Nesse contexto, algumas das ações para recuperação do rico patrimônio arquitetônico pelas grandes empresas têm sido, puro fachadismo. Sempre um meio para conferir *status* a um novo empreendimento. Esses espaços se projetam para o afluxo de capital, onde casarões antigos, fábricas em desuso e a trama tradicional das ruas são substituídos por imagens de um mundo hiper-real (BAUDRILLARD, 1981).

Assim, lemos nas ruínas que permanecem de pé, alguns fragmentos de cidade real, diante da linguagem postiça que vêm sendo criada, seja pelo falso histórico, pela repriminção, ou pelos projetos de revitalização. Nesse trabalho, somos os novos detetives, agora capazes de fazer ver signos do passado, diante das neo-fantasmagorias do presente; àquelas fabricadas pela publicidade dos *stands* imobiliários e pelo *image-making* do culturalismo de mercado (ARANTES, *et al.*; 2000).

Diante desse processo de espetacularização das cidades como um desdobramento de sua mercantilização, intervir na urbe surge como uma tática subversiva. Uma tentativa de interferir no cotidiano dos transeuntes, frente às problemáticas políticas, culturais e sociais que envolvem as narrativas hegemônicas sobre o patrimônio arquitetônico no centro da cidade de Florianópolis. Agindo de maneira sorrateira, nômade, anônima e na contracultura do consumo conspícuo, instalamos algumas placas; poesias concretas sobre as ruínas, que tendem a operar no tecido urbano de maneira micropolítica, instaurando pequenas tensões e articulações, que podem vir a impulsionar novos desejos, encontros e afetos. Sendo assim, essa Intervenção surge como uma maneira de se apropriar das ruínas no meio urbano como um lugar de criação.

Aqui a ação performática de fixar as placas de tapume nas edificações tornou-se um manifesto urbano, que deixa os rastros do caminhante pelo caminho e, assim, a sua maneira, procura participar ativamente de uma disputa sobre esses territórios na cidade. O tapume de cada intervenção é uma prática de visibilidade desse projeto inconcluso que é uma ruína. Ele opera contra uma lógica mercadológica, assume a condição de destruição como qualidade e o abandono como chance para que a cidade seja lida como coisa inacabada. Não há qualquer projeto a ser feito para essas ruínas. Sua condição de destruição é necessária para que o Outro nela possa habitar, além do que, por meio do arruinamento do edifício, possamos enxergar que a cidade é feita de diversos tempos e camadas, que sobrepostas constroem seu sentido plural e democrático, vivo e transformador (FIORIN, *et al.* 2001).

Vagar com as placas nas mãos revelou um novo mapa da cidade. Uma cartografia que se transformava a todo instante enquanto percorríamos o território. Vivenciar essa nova cidade revelada, deu espaço para mergulhar em seu universo experiencial. Aqui nos tornamos o sujeito da experiência que recria o próprio lugar do acontecimento para autodescobrimento. Desta forma, assumimos um ato performático de caminhar, desse corpo em movimento que se orienta a partir das vozes e do barulho, rumo ao centro. Seguimos pela Avenida Mauro Ramos, onde foram fixadas placas poéticas nas ruínas da Rua Anita Garibaldi. Depois de instaladas, de longe, percebemos que logo ativaram a curiosidade dos passantes.

Ao contrário das publicidades padrão, o apelo visual se dá por oposição ao senso-comum do marketing usual, uma vez que não são atraentes, não possuem remetente, não são sedutoras nem dão indícios de que alguma campanha publicitária esteja por começar. Sem pedir licença, mas, também, sem agredir, elas informam, criticamente, aqueles que vagueiam diariamente nas vias públicas. São sobrepostas no muro e ou no chão; no caso das ruínas do Estaleiro Arataca (Figura 9), a placa é para ser vista de cima da ponte Hercílio Luz. Neste movimento buscamos experiências transgressivas, questionamentos que impulsionam uma mudança de pensamento sobre as arquiteturas abandonadas no centro da cidade de Florianópolis.



Figura 9 – Intervenção nas Ruínas do Estaleiro Arataca; Fonte: autores, 2022.

De tal sorte, esse nosso processo de pesquisa-intervenção interconectou diversas vertentes e ações, pedalamos, caminhamos, paramos e intervimos. Assim envolvemos o corpo, lidamos com as diferentes camadas de cidade, o esquecimento, a memória e o seu arruinamento. Habitamos um território existencial e reconfiguramos cartograficamente o sentido das ruínas. Dessa forma, queremos que sejam enxergadas pelo viés de sua necessidade; como parte de um processo de resistência, que se abre à prática criadora. Nesse caso, ainda somos capazes de fazer alguma diferença, porque somos mediadores; intervimos na ruína para que não haja esquecimento. Projetamos um pensamento que, vira e mexe, se dá pelo meio, pelo contrário, ou é sempre nômade, justamente para instaurar novas perspectivas sobre o real.

Algumas considerações

No decorrer do percurso realizado pedalando e caminhando pelo centro da cidade de Florianópolis procuramos construir uma possibilidade de leitura das ruínas e sua importância para a compreensão das várias camadas e tempos diferentes da cidade. Configuramos alguns cartogramas que ajudam a entender onde se localizam as arquiteturas abandonadas, além de um olhar fotográfico sobre esses lugares. Paramos no sinal vermelho e encontramos com os habitantes das ruínas. O caminhar e parar foi impelindo a necessidade de intervir nesses espaços como estratégia política de ação

do arquiteto como um mediador no território; nos apoiamos nesse sentido para colher os afetos necessários para compor a intervenção nas ruínas. Agora elas passam a ser lidas aqui como um lugar de resistência, aberto às práticas criadoras, seja pelos seus usos transgressores ou por sua aparência destruída. Deixam ver o avesso da cidade, suas matrizes subjacentes, subjetividades subalternas. As ruínas lidas pela prática do caminhar e cartografar são compreendidas como um projeto sempre inconcluso, diante de uma cidade que está em plena transformação, coisa inacabada por natureza.

Apoio

CNPq Processo no. 401732/2022-23

Referências

- ALMEIDA, Sebastião Ferreira de; SALDANHA, Márcia. *Ruína como resistência: um lugar estranho num promontório de desejos*. Revista Arça de Arquitetura e Urbanismo, Lisboa, v.137, p. 108-111, abr. 2014.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori; et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis. Imprensa da UFSC, 1972.
- CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- CARERI, Francesco. *Caminhar e Parar*. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2017.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1; Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- FIORIN, Evandro; POLLI, Paula Gabbi; MORAES, Sérgio. Na contracultura da revitalização do centro histórico de Florianópolis. *Revista Vírus*, v. 1, n. 25, pp. 125-138, 2022. Disponível em: <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/612> . Acesso 17 fev. 2023.
- FIORIN, Evandro; et al. *A Cidade Inacabada*. Florianópolis, Arquitetura & Urbanismo Publicações, 2021.
- FIORIN, Evandro. Florianópolis: debaixo da ponte, em cima do morro e no muro da rua: entre grafites e lugares à margem | Florianópolis: under the bridge, over the hill and on the wall: among graffiti and marginal places. *Oculum Ensaios, [S. l.]*, v. 18, pp. 1–20, 2021. DOI: 10.24220/2318-0919v18e2021a4807. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4807>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- FIORIN, Evandro. *Caminhar como estrangeiro em terras de descobrimentos: processos de percepção da arquitetura e urbanismo contemporâneos*. ANAP, 2020 128 p.: il. E-book, 2020.
- FORTUNA, Carlos. *Georg Simmel: as cidades, a ruína e as novíssimas metrópoles*. Philosophica 42, p. 107-123, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Outros espaços*. In: FOUCAULT, Michel (Org.). *Ditos & Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, pp. 411-422.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 3. ed. Petrópolis: 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2009.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PEIXOTO, Nelson. Brissac. *O Olhar do Estrangeiro*. In: NOVAES, Adauto (Org). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 361-363.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2ªed., Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.
- SIMMEL, Geog. (1958). *A ruína*. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998, pp. 137-144.
- VEIGA, Eliane Vera da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: editora da UFSC/ Fundação Catarinense de Cultura Edições, 1993.

ERA UMA VEZ UMA CERCA...

Ensaio sobre limites e abandonos

ONCE UPON A TIME, A FENCE...
Essay on limits and abandonment

Ana Elísia da Costa¹

Resumo

Abandonos urbanos são, muitas vezes, sutilmente delimitados e de difícil percepção, quer do céu, quer do chão. É sobre um desses abandonos que esse ensaio se debruça: o território de uma comunidade carente e periférica, onde uma ordem de cercamento de um remanescente de mata desencadeia reflexões sobre descasos ambientais e físico-sociais. Insubordinando-se a essa ordem, buscou-se inventar com essa comunidade modos outros de cercar, física e simbolicamente mais inclusivos. Apoiada principalmente no conceito de Terceira Paisagem e nas próprias reflexões e práticas dessa comunidade, a cerca-outra que emerge ganha espessura. Com contornos físicos e virtuais imprecisos, ela ensaia ser uma cerca ecológica, produtiva, pedagógica e autoconstruída, ressignificando assim ideias de limite e, conseqüentemente, abandonos de diversas ordens por elas impostos. A cerca emergente é uma utopia política, aberta a incertezas da vida e aos sonhos por vir.

Palavras-chave: abandono, terceira paisagem, limite, prática comunitária.

Abstract

This essay is built by a call from the city in the pandemic context, triggering a drift of views towards an architectural body: the Cais das Artes. Its objective is to apprehend, circulate and criticize the images of the Cais, reintegrating it into the urban and public imagination. The text is divided into a prologue and five sections. This montage is composed and tensioned by photographs, in an attempt to sew writing, image and thought. The aim is to explore problems, but, above all, the potential of the architectural complex, which presents itself as tensions between the dream and the abandonment, the vital ruin and the ruin of the future. In this way, the essay expresses a call for its critical visibility, its corporeal occupation, for the political struggle for its end and delivery as a cultural complex and public space.

Keywords: architecture, image, critic, ruin, Cais das Artes.

Aproximações

Desde uma imagem de satélite, se percebe um tecido urbano na periferia da região metropolitana de Porto Alegre: cidade de Gravataí - RS. Na periferia dessa periferia, delimitados entre a rodovia *Freeway* e o Rio Gravataí, emergem dois loteamentos. Arruamentos monótonos, poucas áreas verdes públicas, escassos serviços. Ocupações irregulares, clareiras na mata ciliar, depósito de lixo e assoreamentos de margens desenham as interfaces desses loteamentos com o Rio.

Em outra perspectiva, o corpo no chão não só vê, mas também sente um território em abandono. Sem infraestruturas e serviços, uma comunidade empobrecida (sobre)vive ou toca imprecisos projetos de vida. Em descaso, um rio corre, mantendo em agonia sua fauna e sua flora. Esse abandono, portanto, é físico, social e ambiental. Ele, é também simbólico, trazendo subjacente ordens que restringem a alguns o *Direito à Cidade* (LEFEBVRE, 2001) e o *Direito ao Bem-Viver* (SUESS, 2017).

Em um dos referidos loteamentos, o Mato Alto, surge um conjunto habitacional. Sua massa edificada ordenada se assemelha a outros tantos conjuntos, mas ergue-se junto com uma mata. De perto, o que o satélite não revela é que (co)habitam ali seres da mata e uma comunidade particular, a Comunidade Autônoma Orquídea Libertária. Essa comunidade é uma reunião social que, desde 2014, constrói um projeto de vida sob princípios solidários do cooperativismo e da autogestão. Trata-se, portanto, de um movimento tático (CERTEAU, 1998) que, naquele contexto, emerge como resistência aos abandonos descritos.

A luta dessa comunidade é sentida no contato direto com os sujeitos do abandono. São homens e mulheres, idosos, adolescentes e crianças, com os quais partilhamos dores e alegrias, frustrações e esperanças, por meio de ações que articulam ensino, pesquisa e extensão universitária desde 2021². Entre as inúmeras expectativas deles, está o desejo de definir os destinos de sua mata que, por exigência da Prefeitura de Gravataí, deve ser cercada, sob o argumento de ser essa uma Área de Proteção Ambiental (APP)³.

Para além do estatuto legal de uma APP, essa mata da Orquídea é entendida aqui como uma Terceira Paisagem, conceito desenvolvido pelo paisagista francês Gilles CLÉMENT (2019). Terceiras Paisagens são resíduos ou fragmentos de mata que, após explorações agrícolas e urbanas e posteriores desusos, se regeneram. Como parcelas isoladas, elas se juntam a outros fragmentos urbanos verdes destituídos de função na lógica produtiva das cidades: margens de estradas e rios, terrenos baldios, e até pequenas superfícies permeáveis em pisos e muros. Em conjunto, esses fragmentos compõem uma *rede de abandonos* desprezados por seus valores-de-troca insignificantes, já que são áreas difíceis de acessar, ocupar e, conseqüentemente, de rentabilizar investimentos imobiliários. A despeito desse juízo, aí sementes são dispersadas, brotam, crescem, se estabilizam, aumentando a biodiversidade nas cidades. São esses abandonos, portanto, junto ao verde institucionalizado (áreas protegidas, parques e praças), reservas fundamentais para os ecossistemas urbanos, assumindo valor-de-uso.

² Em um contínuo atuar-refletir e de modo colaborativo e participativo, a *Comunidade Orquídea* se juntou a estudantes da disciplina de graduação *Projeto Arquitetônico 2* e ao *Coletivo TransLabUrb*, articulados por um projeto de extensão (Programa Junt(x)s) e um projeto de pesquisa (Objeto-de-fronteira) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ As APPs são áreas, cobertas ou não por vegetação nativa, que são protegidas para preservar rios, suas paisagens e estabilidade, facilitando a reprodução de plantas e animais e assegurando o bem-estar das populações (BRASIL, 2012).

¹ UFRGS – PROGRAU-UFPel.

Entender e intervir em Terceiras Paisagens exige ressignificar aquilo que, culturalmente, é tido como resto, sobra, marginal. Guiando-se por desejos de inclusão, acolhe-se aquilo que é abandonado ou apartado, questionando-se assim a concepção de limite que reduz o mundo das coisas a binômios antagônicos. Entre tantas realidades, limites determinam hierarquias e privilégios entre espaços – centros e periferias, construídos e naturais –; entre sujeitos – ricos e pobres, brancos e pretos, homens e mulheres, etc. –; e entre espécies – *nobres e vagabundas*, humanas e não-humanas –. Limitar, necessariamente, envolve apartar e, conseqüentemente, abandonar.

Desde essa perspectiva crítica, o urbano de Clément (2019-a) não é tido como antítese ao natural. Esses são espaços que se sobrepõem, se hibridizam, compondo um ecossistema em que humanos e não-humanos coabitam em condição de interdependência e com direitos iguais de existência. Esse urbano-outro, por sua vez, se junta ao ecossistema planetário, compondo um todo que é desobediente ao que a geografia e a burocracia insistem em delimitar. Assim, o limite em Clément é borrado, buscando lógicas integrativas e, naturalmente, dinâmicas, complexas e conflitivas. Emerge aí uma paisagem-outra para a urbanidade, uma Terceira Paisagem.

É com essa perspectiva que aquelas cenas, vistas do satélite e sentidas pelo corpo territorializado no chão, são questionadas e reexaminadas. Quais reflexões podem ser desencadeadas pelas contradições desses territórios, ao mesmo tempo abandonado e permeado por significados ecológicos e sociais? Quais enunciados e tempos a conduzir operações em territórios nessa condição? Mais especificamente, como a ordem do referido cercamento da APP-Orquídea pode ser questionada ou ressignificada, para ganhar dimensões físicas e simbólicas inclusivas?

Tais reflexões objetivam prospectar outros modos de ver cidades, especialmente suas redes de abandonos, bem como busca imaginar outros modos de fazê-las, experimentando isso por meio da construção conceitual de uma cerca-outra para a APP-Orquídea. A busca por modos renovados de reflexão e ação sobre esses tecidos se justifica por desestabilizar aquilo que se impõe como norma, aquilo que, ao padronizar, é indiferente e excludente de singularidades e diferenças.

Essa cerca-outra é construída como aproximações, o que justifica o caráter fragmentado do ensaio. Esses fragmentos são reflexões aportadas por referências teóricas e pelas experiências na Orquídea que envolveram mediações de saberes teóricos e locais e de conflitos de interesses.

O que resulta desse processo reflexivo é uma cerca que abdica de um desenho linear e rígido. Ela assume espessura com contornos indefinidos, para suportar um habitat ecológico, produtivo, pedagógico e autoconstruído. Ela, portanto, tensiona as ideias de limite e os abandonos a elas associados. A despeito de ensaiar essas possibilidades, essa cerca não é definitiva ou um modelo a seguir. Ela ainda é um *provisório*, mas um provisório que, além de suportar as incertezas do viver, quer também suportar sonhos por vir.

Aproximações - Cenas desde o céu

A mata da Orquídea que se via nas imagens de satélite possuía contornos definidos, contudo, eles foram borrados. Buscou-se reconstituir elos perdidos entre ela e a mata ciliar do Rio Gravataí. Por outro lado, buscou-se enlacá-la com o tecido urbano do município e do seu loteamento do Mato Alto, bem como com o conjunto habitacional que a ladeava. Tratava-se de dismantelar fronteiras entre espécies humanas e não-



Figura 1 - Rio Gravataí, Gravataí-RS. Fonte: da autora. Adaptações sobre captura do Google Earth, 2022.

humanas que ali coabitavam. Perseguiu-se o desejo de incluir, como perspectiva de superação da exclusão e do abandono.

O olhar, então, deslizou sobre o rio. Em uma grande planície, via-se meandros, enormes banhados, escapes para o regime de cheias do rio. Seu curso também não obedecia a limites, formando o que institucionalmente se conhece como APA-Banhado Grande (APA-BG)⁴. Ali, também era possível perceber trechos em que o Rio foi retificado: ajustes ortogonais impostos pela racionalidade humana que, frente ao que lhe parece irregular, feio ou improdutivo, pode ser controlado ou corrigido⁵ (Figura 1).

Zoom na imagem de satélite: margens do Rio próximas ao loteamento Mato Alto do município de Gravataí. Bordas de mata ciliar descontínuas – aqui, ali e ali também – foram reveladas. Mais próximo: edificações, restos de lixo, margens erodidas. Restos de mata e rastros humanos. Sobreposição. Restos e rastros coabitavam ali, medindo forças. O humano ocupava as margens e o Rio avançava sobre elas com seu regime de cheias. O primeiro, contudo, se mostrava imperativo em seus domínios, já que a tentativa de costurar uma imagem integrativa das porções verdes remanescentes era custosa. Aceitou-se elas assim, em fragmentos, potencialmente, articuláveis. (Figura 2)

Dos tons verdes e terrosos, o olhar se prendeu aos acinzentados que desenhavam a cidade de Gravataí. Um rio de concreto, a rodovia *Freeway*, era leito para carros que corriam. Fluxo. Essa rodovia cortava o tecido urbano e definia duas margens. Centro e Periferia. No centro, infraestruturas e serviços; na periferia, carências. No centro, adensamento em meio a parques e praças; na periferia, um território frouxo, nenhuma praça ou parque, assumindo a borda do Rio o caráter de um verde marginal ou ilegal. De

4 As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) são áreas de proteção da biodiversidade que buscam garantir uma ocupação sustentável (BRASIL, 2000). A APA-BG foi criada com objetivo de proteger os banhados formadores do rio Gravataí, abrangendo os municípios de Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Viamão e Gravataí (RS-SEMA, n.d.).

5 Essa retificação foi estratégia dos anos 1960, adotada para aumentar a vazão do rio em benefício à irrigação de grandes plantações de arroz que, ainda hoje, não são tributadas pelo uso dessa água.

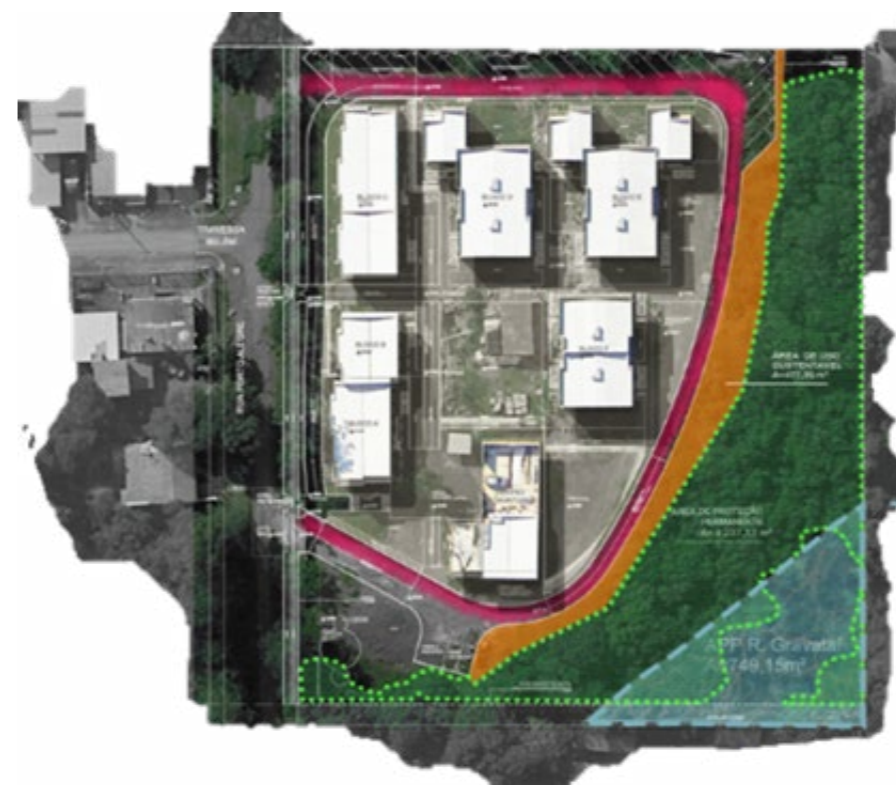


perto, os verdes centrais eram também pequenas ilhas, ora ameaçadas por ocupações irregulares; ora preservadas em condomínios privados de alto padrão. Depredação em contraste com privatização e elitização da natureza (LEFEBVRE, 2001). De perto, os verdes periféricos eram também territórios privados em lotes de fábricas e pequenas e singelas casas. (Figura 3). Quem viveria ali? Provavelmente, sujeitos que sustentavam modos possíveis (e, portanto, legítimos) de habitar. Recorrendo ao que se dá em outras periferias, era possível pensar que esses sujeitos eram carentes de sentimentos de pertença, dependentes do centro e, ao mesmo tempo, apartados dele, sutilmente impedidos de ocupá-lo ou usufruí-lo (KILOMBA, 2019) (Figura 2).

Um zoom na Orquídea revelava, de um lado, a aridez de blocos em sequência e, de outro, a exuberância de uma massa desenhada por copas de árvores. Esse verde era um privilégio, diante no cenário contemplado nas cenas anteriores. Uma via de circulação interna ao condomínio, assim como a *Freeway*, ensaiava um limite. O que seria ali centro e periferia? E mais importante, entre as espécies humanas e as não-humanas, quais estavam, inescapavelmente, sendo excluídas pela imposição desse limite?

Atentando, via-se ainda uma borda entre essa via e a mata. Essa borda remanescia das movimentações de terra que foram necessárias para a construção da via e, nela, uma cobertura vegetal se destacava pela ausência de árvores. Ela era um *entre*. Não queria se apresentar como espaço edificado e ainda não comportava feições de mata. Era um abandono remanescente da ação humana, uma Terceira Paisagem da Terceira Paisagem (CLÉMENT, 2019-a), onde a fronteira se alargava, assumindo espessura (Figura 3).

Desde o céu, em diferentes escalas de aproximação, o isolamento da mata foi sendo ressignificado. A sua preservação não deveria ser tomada como dado isolado. Ela se integrava aos inúmeros esforços para superar os abandonos a que estão sujeitos o Rio Gravataí e a APA-BG, reservas de biodiversidades no planeta. Essa preservação era também uma tática para enfrentamento dos abandonos das periferias, consolidadas por dicotomias entre espaços físicos (edificados-naturais) e sociais (privilegiados-



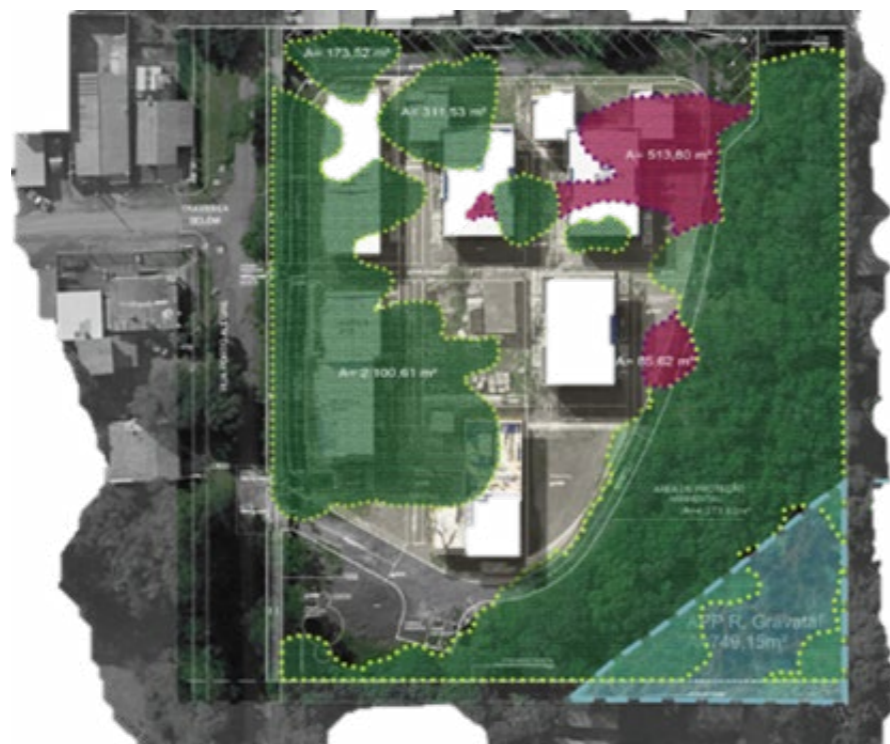
excluídos) que afetavam todas as formas de vidas presentes. Repensar os valores a guiar a preservação dessa área era oportunidade para experimentar uma construção de modos solidários de viver, uma utopia.

Essa experimentação utópica, assim como nas Terceiras Paisagens, não questionaria só o valor-de-troca das cidades, mas também *o que e, principalmente, como* preservar, contrapondo-se a modos de patrimonializar pontuais e universalizantes. Isso envolvia uma ação política (CLÉMENT, 2019-a), uma utopia política.

Se assim, questões emergiram: *como* preservar a mata da Orquídea? Como integrá-la politicamente aos ecossistemas que a envolviam? Como dismantlar a cerca a ela imposta? Esses questionamentos não deslegitimavam os mandos do cerco, mas também não se submetiam a eles, em favor da investigação de outras possibilidades de delimitar e de como delimitar. Buscava-se reinventar novos contornos, não só físicos, retílineos ou definitivos, mas também simbólicos ou virtuais, imprecisos, orgânicos e até processuais. Seriam limites construídos continuamente, por meio do diagnóstico cotidiano de conflitos e de suas mediações, conduzindo a formas sempre renovadas de delimitar e, ao mesmo tempo, de integrar territórios e vidas.

Sucessões Ecológicas

O que não se via, desde o céu ou da terra, eram as diversas camadas de ocupação do sítio da Orquídea ao longo do tempo e os conflitos dali emergentes. Do que foi possível documentar, a disputa humana pela área devastou uma mata nativa existente (PEREIRA, 2014), para viabilizar atividades agrícolas. Essas foram seguidas de abandono e, na década de 1960, de um loteamento que se estendia literalmente até a beira do rio, desconsiderando quaisquer ideais de áreas de proteção ambiental/ hoje vigentes. Em porções desse terreno, contudo, uma segunda mata se consolidou por meio de processos de sucessão ecológica (CLÉMENT, 2019-b). Ventos, pássaros e insetos dispersaram ali sementes, fixando espécies pioneiras que, por sua vez, criaram condições para fixação de espécies secundárias e outros seres. Em disputa por solo,



sol, ar e água, as espécies mais adaptadas ao local aniquilaram as mais frágeis, até chegar à estabilização de um novo ecossistema, fechado e complexo. Embates entre espécies (humanas e não-humanas), portanto, se davam ali em ciclos históricos que, entre desaparecimentos e (re)aparecimentos, compunham narrativas de resiliência.

Quando movimentos sociais que deram origem à comunidade ocuparam a área, em 2014, essas porções de mata secundária já se encontravam em estágio médio e avançado de regeneração (PEREIRA, 2014). Entre elas, remanesceram depósitos, ferros velhos e pequenas edificações. Tratava-se de uma área disfuncional na cidade, sem valor-de-troca, mas também e sobretudo, um lugar onde a vida buscou formas para se restituir.

A partir de então, ali, humanos passaram também a buscar formas de restituir modos dignos de viver. Não queriam só erguer moradias, mas construir um projeto de vida que envolvia ainda planos de educação, socialização e de cuidados com o meio-ambiente. Com um alto nível de auto-organização e gestão, conseguiram desenvolver um projeto arquitetônico em que preocupações ambientais se expressam na preservação de uma das porções da mata e ainda, na adoção de sistemas de aproveitamento de águas pluviais, de redução do consumo de energia e de tratamento do esgoto. Lavanderia e cozinha coletivas, espaço infantil e hortas, por sua vez, evidenciam preocupações com convívio social. Com esse projeto, no mesmo ano, a área foi concedida à comunidade pelo Governo Federal e a obra foi financiada.⁶

Apesar de todos esses cuidados, o extenso programa impôs que algumas porções da mata secundária fossem novamente cortadas. (Figura 4). Como forma de compensar esse gesto *depredador*, a Licença Ambiental⁷ concedida à Orquídea impôs a ela várias

6 O terreno foi gravado para fins de interesse social, por meio de Concessão Real de Uso, e o projeto, selecionado pelo Ministério das Cidades, foi financiado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades.
7 Segundo essa Licença, o terreno tinha 6.474,26m² de vegetação em estágio avançado de regeneração, devendo ser preservado 4.373,65 m² desse total, ou seja, um pouco a mais dos 50% exigidos pela Lei

medidas, entre as quais, o desenvolvimento de um programa de educação ambiental, o replantio de 340 mudas de espécies nativas e o cercamento e o não uso da mata preservada no projeto, então tida como uma APP integrante da APP do Gravataí e da APA-BG⁸.

Estava sendo constituído aí um *ecossistema* que, ao mesmo tempo, aniquilava espécies mais frágeis e buscava um reequilíbrio ambiental. Essa ocupação, portanto, não é um dado não conflitivo, pelo contrário, expressa as diversas camadas de interesse e valores, bem como de contradições, na afirmação do humano em seu território e na sua relação com outras espécies.

Cenas desde o chão

Sábado de sol. Em uma roda de conversas, mulheres da Orquídea falavam sobre suas relações com a natureza, o Rio Gravataí e a mata da Orquídea. Sobre o Rio, memórias do passado – banhos, fotos, colheita de flores – e práticas no presente – pesca, piquenique, churrasco –, mas também distanciamentos das que nunca estiveram lá, evidenciando fronteiras existentes. Sobre a mata, em consenso, havia a percepção de um território em regeneração desde a sua ocupação e, em certo sentido, a sua sacralização.

Essas narrativas não versavam só sobre o mundo, mas também o produzia (REYES; CARON; CIDADE, 2020). A mata, então (re)inventada, pode se compartilhada em depoimentos de uma dessas mulheres, especialmente por essa participar da Orquídea desde sua origem:

Ali por dentro não tinha nada de mata (...) era puro chão batido (...) as pessoas passavam e tavam compactando, vai tirando a vegetação. Era tudo aberto (...) um monte de sujeira, muito material contaminante, motor de carro, bateria, tinha um cemitério de carro velho ali.

Acho que ela *regenerou 50% do que era antes*. O biólogo (...) veio e ele disse “*nunca vi um lugar assim, desse jeito que vocês tão cuidando*. Eu trabalho em vários empreendimentos de pessoas ricas e não tem esse *cuidado que vocês têm com essa área aí*.” O biólogo ficou bem impressionado em ver como ela cresceu.

Aqui a gente tem formiga, borboleta, vagalume, grilo, sapo, tem tudo né? (...) *Eles estão indicando que ali está bom para eles viver* (COSTA, 2022, p.16-17 - Itálico da autora).

Essa regeneração se deu de modo espontâneo. As condições criadas para isso se apoiaram em um artifício simbólico, sem recorrer a um cercamento físico. A área passou a ser tratada pela comunidade como um imaginário, a *Casa 51*. Tratava-se da quinquagésima primeira unidade habitacional do condomínio, onde viviam os bichos e plantas e que, por privacidade deles, deveria se manter isolada da presença humana. O abandono aqui, portanto, possuía conotações de profundo respeito e desejo de relação pacífica entre espécies:

Federal n.º 11.428/2006 (PMG-FMMA, 2019).

8 Possuindo o Rio Gravataí entre 50 e 200 m de largura, a faixa da sua APP é de 100m, o que afeta 749,15m² do terreno da Orquídea. Por outro lado, esse terreno está na zona de amortecimento da APA-BG que envolve uma faixa de 100m para além dela.

(...) porque aquela casa ali é a *casa 51*, né? (...) tem ser vivo ali dentro do morando, né? Que então, *se a gente não quer que ninguém vá da nossa casa, por que a gente vai invadir a casa do outro?* (...) estão morando ali uns animais, vários tipos uns fungos, tudo é ser vivo, não é? Então é a mesma coisa (...) Se a gente quer ter um espaço, quer ter uma casa, quer ter um lugar, um lugar que seja seguro para nós, porque que a gente vai levar insegurança para os animais? É isso que a gente quer, que as pessoas entendam que aquilo ali não é uma área para fazer churrasqueira. Tem ser vivo morando ali. *A gente tem que respeitar o espaço deles, né?* (COSTA, 2022, p. 17 - Itálico da autora).

Desde essa concepção de mundo e prática, o cercamento imposto não encontrava sentidos para a Orquídea. O seu questionamento, portanto, não decorria só por razões financeiras, o que também se justificaria pelos poucos recursos da comunidade; nem só por razões estéticas, o que também se explicaria, já que isso iria “ficar uma coisa bem feia, bem estranha”, segundo a referida narradora (COSTA, 2022, p.23). Sobretudo, esse questionamento se dava de uma recusa à concepção de mundo que aparta natureza e ser humano, colocando esse segundo como *agressor irremediável*.

Essa recusa, contudo, não se mostrava inocente aos conflitos que potencialmente dela emanavam. Se reconhecia que, apesar da idealização da *Casa 51* como impenetrável, desejos expressos por alguns de usufruir a área representavam ameaças à sua preservação, o que permitiria questionar a eficácia de um simples simbolismo para coibir o acesso e o uso da área. Diante disso, apontavam que qualquer medida, além de educação ambiental, exigiria uma gestão coletiva amparada por *regras* que estipulassem punição financeira e/ou moral:

a ideia era que *não cerque*, né? Mas daí vai depender da comunidade para a gente poder deixar aberta (...) deixar aberta para a pessoa ir lá incomodar o bichinho, então é infelizmente.

Porque a gente vai fazer *documento* tudo direitinho para se certificar que ninguém vai entrar, não é? Todo mundo vai assinar um *documento*, se eu for lá e fizer uma coisa errada, a comunidade toda vai pagar. Então, vai responsabilizar *todos a partir de um*, né?

Todo *mundo vai ter que cuidar de todo mundo*, porque se um fizer, todos vão pagar (...). Então, a pessoa que vai fazer alguma coisa errada tem que *pensar que ela não vai estar só* (...) como que essa pessoa que não cumpriu vai se *sentir*, se ela fizer alguma coisa que todos tenham que pagar? (...) Eu não vou querer ficar mal com a comunidade.... E aí aquele que fez *não vai ficar bem-visto* pelos outros? (COSTA, 2022, p.23 - Itálico da autora).

A Orquídea, assim, já expressava consciência coletiva sobre a importância das Terceiras Paisagens, não dependendo de especialistas (CLÉMENT, 2019-a). Por si só, borrava a ideia de limite e fazia isso desde lógicas integrativas e, naturalmente, dinâmicas, complexas e conflitivas. Esboçava modos próprios e possíveis de gestão, se contrapondo aos que são constituídos pela força e pela adoção de modelos ou padrões.

Cercos

A discussão sobre cercos, especialmente como modos de preservação, mobilizava reflexões na comunidade, era uma demanda da realidade vivida. Partindo disso e de uma das exigências da referida Licença Ambiental, nasceu um programa de educação ambiental. Esse tinha como meio e fim a constituição de uma cerca-outra, expressa em um plano participativo de uso e gestão da área.

Para além do tradicional enfoque de proibição de captura da fauna e flora, separação de resíduos ou aspectos legais, esse plano buscava também refletir sobre outras cercas e sobre as condições de abandono físico e social que elas impunham ao viver individual e coletivo, na Orquídea e fora dela. Buscava-se, portanto, promover reflexões sobre a realidade, criando condições para atuar nela e transformá-la (FREIRE, 2013).

Nesse contexto, didaticamente, o cercar foi tomado como limite, abordando-o em perspectivas diferentes: como reprodutor de visões de mundo que, historicamente, apartam o humano do natural; e como medida que, potencialmente, poderia suportar contradições ético-políticas.

A discussão da passagem do ideal iluminista, com sua natureza *selvagem-hostil* e seu humano *observador-governante do mundo*, ao ideal da ecologia humanista, com o humano visto como *participante-dependente* dos ecossistemas em se insere (MILANI, 2020), permitiu desdobrar questionamentos. Se os muros dos antigos jardins buscavam conformar recintos controlados por humanos, afastando a natureza inimiga (AURELI; GIUDICI, 2022), o cerco à mata não estaria agora tomando o humano como o próprio inimigo? Não seria possível construir uma relação humano-natureza permeada pela aceitação do diferente e pela solidariedade igualitária, sem imposição da força, como anuncia os próprios princípios da Orquídea?

Por outro lado, as discussões sobre as legislações federal e municipal, que não impunham o cercamento⁹ e que abriam exceções ao veto de uso de APPs, permitiram questionar a legitimidade das exigências impostas à Orquídea. Por que cercar, se isso, nem sempre, era demandado a condomínios de alto padrão de Gravataí? Por que vetar usos, se intervenções leves, como pequenas trilhas, poderiam ser benéficas à relação humano-natureza? Essas exigências não trariam subjacentes o juízo de que, em decorrência do recorte geográfico e social da comunidade, ela seria incapaz de ter boas condutas ambientais? Por pré-conceito, não estaria sendo ignorada a sensibilidade e inteligência da comunidade no processo de ocupação daquele lugar?

Esses questionamentos impulsionaram o reclame pelo direito de experimentar outros cercos e usos. Essa experimentação deveria contemplar negociações entre os próprios *orquideanos(as)* e os seus resultados, em última instância, instrumentalizar esses(as) a negociar com a Prefeitura as referidas imposições legais.¹⁰

9 Segundo a Lei Ordinária n° 3565/2014 de Gravataí, a legislação sobre uma APP recorre ao que está definido na Lei Federal n° 12.651/2012 (CMG, 2014), onde o cercamento não é uma imposição.

10 Sinteticamente, foram realizados quatro encontros, entre 25 de junho e 06 de agosto de 2022. Guiados pelo conceito de objetos-de-fronteira (TROMPETTE; VINCK, 2009), buscou-se borrar os limites ou construir pontes entre saberes arquitetônicos e de outras áreas de conhecimento, bem como entre esses saberes acadêmicos e os locais, fazendo emergir conhecimentos coletivos, um comum. Para maiores informações, consultar Costa (2022).

Espessuras

“Linha Retta: Linha sem imaginação” (QUINTANA, 1987, p.666)

“Quando pensamos e observamos algo abandonado, é necessário que utilizemos nossa imaginação simbólica e espacial.” (ROCHA, 2008, n.p.)

Limites são expressos graficamente por linhas, muitas vezes, retas. Nelas, contudo, nada cabe, nem imaginação, nem vida, nem incertezas ou contradições. Para caber mais, limites precisam se alargar, assumir espessuras. Ser borda ou margem.

Voltamos, então, à referida área remanescente entre a via de circulação interna e a mata da Orquídea. Ali, uma borda já se ensaiava em forma de abandono. O abandono seria a cerca-outra. A ela seriam dados contornos virtuais, definidos por acordos coletivos de como usá-la e por simbolismos já estabelecidos. Ela seria o muro imaginário da Casa 51, mas um muro alargado e poroso, com portas e janelas nunca fechadas, permitindo intercâmbios entre humanos e não humanos, entre o antropizado e o natural. Por isso mesmo, seus contornos físicos seriam ainda imprecisos e dinâmicos, mas nunca diminuídos.

Apesar de uma aparente precariedade e fragilidade, ela seria, antes de tudo, um território livre, para que se pudesse experimentar e (re)inventar outros modos de cercar. Como observa Rocha (2008, n.p.), é na dimensão livre dos abandonos que “podem surgir todos os tipos de conceitos, de propostas, de projetos e de tudo mais que se queira fazer ou desfazer.”

Gozando dessa liberdade, ali todas as formas de vida teriam seus legítimos lugares, inclusive as que, por construções culturais, são tidas como menores, diferentes ou marginais. Todos os humanos, indiferente aos marcadores de classe, raça, gênero, etc. Todos os não-humanos, das espécies classificadas como nobres (e comerciais) às que são tomadas como vagabundas: os vira-latas, os sem-raça-definida, os matos e as ervas daninhas. Todos, sem mandantes e subordinados, sem hierarquias, mas sempre em disputas e mediações.

Sendo tantos e diferentes em seus valores e dinâmicas, o belo a emergir ali não poderia ser desejoso de perfeição e padronização. Imperfeições, assimétricas, mutações e diversidades, comumente associadas ao abandono e desleixo, comporiam um belo-outro, entendendo que a beleza e a feiura não estão nos objetos, mas nas relações estabelecidas com eles (BARATA-SALGUEIRO, 2019; ECO, 2007).

Com esse conteúdo estético-ético, a ação sobre essa espessura perseguiria algo entre intervir e não-intervir. Seria um gesto sutil, buscando não afetar vidas ali operantes. Também seria um gesto efêmero ou nunca acabado, lento, para que, da observação das livres apropriações e naturais mutações ao longo do tempo, o território se colocasse em contínua avaliação, (re)invenção e (re)construção. (CLÉMENT, 2019-a; SOLÀ-MORALES, 2009; LEFEBVRE, 2001).

Essa espessura, portanto, não seria um território *colonizado*, ordenado e com formas e usos definitivos, pela ação exclusiva de um(a) arquiteto(a). O que permanecer-extirpar-cultivar ou preservar-demolir-construir seria uma reflexão-ação coletiva e contínua. Movimento e incertezas. (CLÉMENT, 2019; SOLÀ-MORALES, 2009).

Um projeto não-projeto

Sábado, sala cheia na Orquídea. Quarto encontro de discussão sobre a APP. Um projetor tatua na parede uma implantação. Manchas. Verde: mata ou APP; Vermelho: a sua cerca-borda.

No verde, refúgio e em contínua regeneração. Território passivo, com alguns intercâmbios. Para dinamizar seu crescimento, gestos de vida – replantio de clareiras com espécies com ciclos distintos (rápido, médio e longo) –; e gestos de morte – corte de espécies invasoras ou doentes que comprometiam o surgimento de novas –. Embate. Para ampliar a relação entre espécies – pequenas trilhas educativas, em benefício de deixar ver, deixar tocar e ser tocado, pelo que aquele ambiente podia ensinar. Essas trilhas seriam também artifícios apaziguadores de conflitos, diante daqueles que contestavam a proibição de acesso e uso da área. Grupos com número restrito, horários marcados, condução ambiental por guias da própria comunidade desenhavam um cercamento virtual necessário e a ser avaliado ao longo do tempo. Provisório.

Na espessa cerca, em vermelho, usos, nunca ocupações. Seria ali um lugar de ligação ou comunicação entre as vidas da mata e as da Orquídea. Isso permitiria colocar em sinergia quatro possíveis dimensões conceituais para a cerca-outra da Orquídea: Ecológica, Produtiva, Pedagógica e Co-construída¹¹.

Como Cerca-Ecológica, seria ali um *jardim em movimento*. Novas espécies seriam introduzidas em meio às existentes, mas se acataria desaparecimentos, novos surgimentos, hibridizações, compondo um belo-outro, rico em diversidade. A contínua observação dessas dinâmicas da vida é que conduziria qualquer intervenção, agindo *com* e não *contra* elas. As espécies a serem introduzidas seriam frutíferas, para que essa cerca fosse também uma Cerca-Produtiva, mas essas seriam frutíferas nativas, evitando que competissem com a vegetação da APP, pelo contrário, reforçassem a sua trama. Entre essa dimensão ecológica e produtiva, seria priorizada a primeira, abdicando da ordem vigente que insistente em transformar o inculto, o baldio, o vazio em cultivado e/ou edificado (SOLÀ-MORALES, 2009).

Essa cerca seria um laboratório de uma estética-ética outra, cuja experiência poderia fazê-la também uma Cerca-Pedagógica. Ela poderia dar suporte a práticas contínuas de educação ambiental (cursos, oficinas/ateliês, caminhadas, etc.) que zigzagueassem pela borda e mata. Nos percursos a explorar, seriam evidenciadas suas atmosferas: suas luzes-sombras, abandonos-cuidados; sua vegetação diversa – existente, introduzida, regenerada, insurgente –; seus ritmos de vida – brotação, floração, frutificação, perda e surgimento de folhas –, marcando as estações do ano e a passagem do tempo. Desde uma sensibilização, a fragilidade e dependência desse sistema seria ensinada-aprendida, despertando sentidos de cuidado.

O projeto dessa cerca ecológica-produtiva-pedagógica, contudo, exigiria o enfrentamento de carências. Faltavam recursos para comprar mudas nativas e, como exigido pela Licença Ambiental, mudas com 1,5 m. de altura! Faltava capacitação técnica para definir onde, o que e como plantar e manter. Faltava capacitação para guiar e ensinar. Com os poucos recursos humanos e materiais disponíveis, o erguer a cerca-outra exigia dismantelar outros cercamentos e abandonos.

¹¹ Se inspira no projeto do *Epinay - Parc de la Reserve* (Paris, 2019), desenvolvido pelo coletivo francês Coloco, que tem fortes relações com Clément.

Seria necessário buscar se solidarizar com *outros*, romper os muros da Orquídea e alcançar ecossistemas maiores. Se assim, essa cerca também necessitaria ser uma Cerca Co-Construída! Seria plantada e gerenciada em práticas cotidianas da própria comunidade, mas também em atividades eventuais, mobilizando vizinhanças, escolas e associações, bem como parceiros públicos ou privados (financiadores ou não), para a implementação de projetos que, além de preservar uma mata da Orquídea, levassem a uma consciência ecológica comum.

Fim da reunião. As manchas verde e vermelha tatuadas na parede se apagam. As ideias por elas representadas foram convertidas em palavras, documentadas no plano de Uso e Gestão da área entregue à comunidade.

Ele se efetivará como planejado? Talvez sim, talvez por um tempo determinado, talvez nunca ganhe corpo, mas, ainda assim, é uma fagulha a alimentar sonhos que, na tentativa de construir alternativas para vidas humanas e não-humanas atravessadas por abandonos, tensiona o que se impõe.

Provisório ou notas finais

A ordem simples de cercar uma mata pertencente à comunidade carente e periférica é tomada aqui como uma oportunidade para refletir sobre a ideia de limite e sobre os abandonos dela decorrentes. Assim como em outras escalas territoriais, vê-se ali a sobreposição de abandonos ambientais, sociais e físicos, sutilmente perpetuados por ordens de interesses dominantes que se baseiam em visões de mundo excludentes.

A contestação dessas ordens, portanto, possui uma dimensão política e também utópica, já que reclama por uma ética-estética que não corresponde às vigentes. A utopia aqui não diz respeito à idealização de um futuro harmonioso, nem à reconstrução de um passado perdido. Ela se refere a um sonho, um desejo de *vir a ser*, construído como alternativa aos conflitos cotidianos do presente e que acata esses mesmos conflitos como condição inescapável do viver.

A cerca-outra construída pela Orquídea é, portanto, uma utopia política. Desobedece a ideia histórica de limite, linear e preciso, para assumir uma espessura que, em oposição ao excluir, busca acolher diversas formas de vida e seus contínuos embates. Prospectando a sinergia entre possíveis dimensões ecológicas, produtivas, pedagógicas e autoconstruídas, ela tenta ressignificar exclusões e, conseqüentemente, abandonos.

A despeito de ensaiar essas possibilidades, essa cerca não é definitiva e nem pretende ser um modelo a seguir. Ela se apresenta ainda um *provisório*, um derivante no tempo, que suporte as incertezas do viver, com seus conflitos e sonhos a emergir. Um eterno (re)inventar-construir.

Agradecimentos

Esse ensaio não seria possível sem a interlocução com o *ecossistema* Orquídea, com os(as) estudantes de P2 e ainda com o TransLabUrb, o engenheiro Álvaro Meneguzzi e o biólogo Vili Saldanha, profissionais de outras áreas que se juntaram a nós nessa caminhada. Os afetos construídos com eles não possuem limites, transbordam essas páginas e me tiram dos abandonos impostos pela vida.

Referências

AURELI, Pier Vittorio; GIUDICI, Maria. Gardeners' world: a short history of domestication and nurturance. *The Architectural Review*. 20 jan. 2022. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/essays/ecology/gardeners-world>. Acesso em: 15 set. 2022.

BARATA-SALGUEIRO, Teresa. Posfácio – conhecer os vazios na cidade. In: E. Brito-Henriques, C. Cavaco, & M. Labastida (Eds.), *Ruínas e Terrenos Vagos: explorações, reflexões e especulações*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2019. Posfácio, p.84-87.

BRASIL. *LEI Nº 9.985*, 18 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. *LEI Nº 12.651*, 25 mai. 2012. (Código Florestal Brasileiro). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ (CMG). 15 dez. 2014. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-3565-2014-245974>. Acesso em: 15 set. 2022.

CERTEAU, Michel De. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLEMENT, Gilles. Manifesto da Terceira Paisagem. *Paisagem Textos*, São Paulo, v. 4, n. 1, ago./2019-a, p. 10-46.

CLEMENT, Gilles. O Jardim em Movimento. *Paisagem Textos*, São Paulo, v. 4, n. 1, ago./2019-b, p. 46-105.

COLOCO. *Epinay - Parc de la Reserve*. Disponível em: <https://www.coloco.org/projets/epinay-parc-de-la-reserve/>. Acesso em: 15 set. 2022.

COSTA, Ana Elísia da. *Educação-Ação: educação ambiental para por um Plano Participativo de Gestão* (Apostila). Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/253859>. Acesso em: 14 fev.2023.

ECO, Umberto. *História da Feiura*. Record: São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação - Episódios do racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O Direto à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MILANI, Livia. Gilles Clément e Piet Oudolf. Confronto tra i giardinieri umanisti. *Artribune*. 4 jul. 2020. Disponível em: <https://www.artribune.com/professionisti-e-professionisti/who-is-who/2020/07/gilles-clement-piet-oudolf-giardini-ecologia/>. Acesso em: 15 set. 2022.

PEREIRA Viviane Camejo. *Parecer Técnico Ambiental da área*. Gravataí, 2014 (Não publicado).

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (PMG-FMMA). Licença de Instalação - Orquídea (018/2019). Gravataí, 2019.

QUINTANA, Mario. Da Preguiça como Método de Trabalho, 1987. In CARVALHAL, Tania F. (org.). *Mario Quintana. Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

REYES, Paulo; CARON, Daniele; CIDADE, Daniela. Narrar por projetos: o projeto narra. In: JACQUES, Paula B.; PEREIRA, Margareth S.; CERASOLI, J. F. (Orgs.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo III - Modos de narrar*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 254-271.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (RS-SEMA). *Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande*. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/area-de-protecao-ambiental-do-banhado-grande>. Acesso em: 15 set. 2022.

ROCHA, Eduardo. Os lugares do abandono. *Arquitextos*, São Paulo, ano 09, n. 097.06, Vitruvius, jun. 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/137>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Terrain Vague*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.

SUESS, Paulo. O bem viver dos povos indígenas como crítica sistêmica e alternativa de um mundo pós capitalista. IN: XIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL FILOSÓFICO-TEOLÓGICO. Belo Horizonte, FAJE, 2017. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/simposio2017/arquivos/seminarios/O%20bem%20viver%20dos%20povos%20indigenas%20Paulo%20Suess.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

OLIVEIRA, Ana Rosa de. Gilles Clément e o jardim planetário. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 002.03. Vitruvius, jul. 2000. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.002/997>. Acesso em: 15 set. 2022.

TROMPETTE, Pascale; VINCK, Dominique. “Retour sur la notion d’objet-frontière”. *Revue d’anthropologie des connaissances*, v.3, n.1, p.3-25. 2009.

REFLETINDO SOBRE AS CIDADES BRASILEIRAS COMO CONSTRUCTOS MASCULINOS

Uma discussão sobre gênero e cidades

*THOUGHTS ON BRAZILIAN CITIES
AS MASCULINE CONSTRUCTIONS
A discussion about gender and cities*

Walace Rodrigues¹ e Thelma Pontes Borges²

Resumo

Este artigo traz reflexões sobre as cidades brasileiras a partir de uma visão de gênero e demonstra que os espaços públicos se materializam como arquiteturas do abandono por não acolher o público feminino, as crianças; enfim, todos que não sejam homens heterossexuais. Nossa pesquisa para este texto foi qualitativa e de cunho bibliográfico. Autores importantes para este escrito são: Barbosa (1995), Butler (2020), Santos (1996), Harvey (2000), Gehl (2015), Freitag (2006), Maricato (2013), Kern (2021), entre outros. Como resultado, compreendemos as cidades brasileiras como constructos eminentemente masculino, pois aqueles que projetam as cidades são, historicamente e em sua grande maioria, homens. Tal planejamento deixa de lado necessidades básicas femininas, como banheiros públicos, trocadores para bebês, calçadas acessíveis, entre outras condições urbanas e espaços majoritariamente de uso feminino. Vemos a necessidade de adequação dos espaços públicos para o acolhimento das pessoas e a diminuição das desigualdades de acesso a estes espaços.

Palavras-chave: cidades, gênero, constructos, feminino.

Abstract

This article brings reflections on Brazilian cities from a gender perspective by demonstrating that public spaces materialize as architectures of abandonment because it does not welcome the female public, children, in short, all who are not heterosexual men. Our research for this text was qualitative and bibliographic. Important authors for this paper are: Barbosa (1995), Butler (2020), Santos (1996), Harvey (2000), Gehl (2015), Freitag (2006), Maricato (2013), Kern (2021), among others. As a result, we understand Brazilian cities as eminently masculine constructs, since those who design cities are, historically and mostly, men. Such planning leaves aside basic female needs, such as public bathrooms, changing tables for babies, accessible sidewalks for baby strollers, among other urban conditions and spaces mostly for female use. We see the

¹ Pós-Doutor pela Universidade de Brasília – UnB/POSLIT. Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela *Universiteit Leiden* (Países Baixos). Licenciado pleno em Educação Artística/UERJ e com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e da Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

² Pós-doutorado pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Trópicos Úmidos pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo/USP. Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP. Docente do curso de Letras e do Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

need to adapt public spaces to welcome people and reduce inequalities in access to these spaces.

Keywords: cities, gender, constructions, feminine.

Considerações iniciais

Compreendemos a cidade como um campo de forças caleidoscópicas em que aspectos como política, poder e economia determinam os rumos do planejamento urbano e os focos de investimento. Como afirma Maricato (2013, p. 12), “o urbanismo (...) tem na cidade espetáculo, na cidade mercadoria, na cidade empresa”, os nexos centrais se referem a uma competitividade urbana e são socialmente excludentes. Isso parece ter acontecido como o resultado do que Maricato (2013) chama de *tragédia urbana brasileira*, constituída ao longo dos séculos de formação do Brasil determinados, sobretudo, pela lei de privatização da terra em 1850 e a emergência do trabalho livre em 1888, que jogou as populações negras e pobres para as bordas da cidade, sem direito à propriedade e trabalho formal (MARICATO, 2013). Essa separação entre centro como reservado para classes sociais abastadas e periferias em regiões distantes foi produzindo ao longo do tempo, revelando um alto nível de segregação urbana.

Além de se definir cada tipo de território a depender do grupo social, devemos mencionar que o advento do lar, da constituição das moradias como determinante da vida privada fabrica o que Rolnik (1995, p. 55) chama de “gênese da arquitetura de isolamento”, que instaura uma separação entre rua e casa ou público e privado. Ficando as questões familiares, íntimas, restritas ao espaço confinado dos lares e a rua como o lugar perigoso e onde se misturam pessoas, sexos, funções e todo tipo de libertinagem.

Como resultado, temos uma genealogia da micropolítica familiar que enclausura a mulher no espaço privado, ou seja, na casa, e a converte em *rainha do lar*, longe da produção dos espaços sociais, do capital e das disputas de poder. A cidade se mimetiza em um território do dinheiro, do poder e do homem e a mulher que ousa romper as barreiras da casa é identificada como *mulher da vida*, prostituta. Temos aí a morte da rua como espaço de sociabilidade e de encontro com a diversidade. “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores” (ROLNIK, 1995, p. 45). O confinamento na casa, fez da mulher, da criança, do idoso e de todo aquele, que não o homem-branco-hetero, fosse esquecido como coparticipante da vida social. O resultado é a produção de uma *arquitetura do abandono* de populações historicamente marginalizadas e que, quase nunca, se veem acolhidas e representadas no ferro e concreto das vias, praças e construções. Rocha (2010, p. 32) define o abandono como líquido, que não permite a estruturação e a sustentação, que provoca desamparo do corpo e dos sentimentos; melhor ainda, descreve a *arquitetura do abandono* como *espelhos da exclusão*.

Neste caminho, buscamos, com este trabalho, refletir sobre questões de gênero em relação aos planejamento urbano das cidades brasileiras a partir de uma perspectiva humanista e inclusiva, principalmente pensando nas crianças e naquelas que cuidam dessas crianças, que são, geralmente, as mulheres.

Percebemos que o planejamento urbano e regional no Brasil baseia-se em uma perspectiva masculina, o que abarca, também, uma forma cultural de ser e pensar as cidades, suas construções, seus usos e a ocupação funcional de seus espaços.

Nossa pesquisa para este artigo teve um caráter bibliográfico e natureza qualitativa. Buscamos pensar a partir de conceitos de diferentes autores, tais como: Barbosa

(1995), Butler (2020), Santos (1996), Harvey (2000), Gehl (2015), Freitag (2006), Maricato (2013), Kern (2021), entre outros autores relevantes para nossa discussão.

O texto aqui apresentado está dividido em duas frentes: na primeira, discorreremos sobre o paradigma de que o planejamento urbano brasileiro é masculino, adultocêntrico e heteronormativo; na segunda frente, apresentamos alguns pressupostos e ideias de uma cidade que considera as mulheres, as crianças e pode funcionar como acolhedora e inclusiva para toda a população.

As cidades brasileiras como constructos masculinos: uma questão de gênero e poder

Quando começamos a pensar sobre as cidades brasileiras como as conhecemos hoje, sejam cidades grandes e extremamente urbanas (como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília etc) ou cidades pequenas do interior do Brasil (como Tocantinópolis/TO, Itatinga/SP, Paracatu/MG, entre tantas outras) e com suas mais diferentes formações econômicas e *planejamentos urbanísticos*, compreendemos o quanto é difícil abarcar, de maneira mais geral, o ponto específico que desejamos: pensar as cidades brasileiras como constructos eminentemente masculinos.

Percebemos que uma cidade pode ser concebida como aglomeração de seres humanos, circunscrita dentro de uma área geográfica e que contém construções variadas (para moradia ou outras atividades sociais, mercantis, econômicas etc). Vale pensar as cidades como sempre buscando espelhar-se em exemplos de outras. Cidades planejadas ou não são sempre um local de aglomeração humana *organizada*, ou seja, com uma infraestrutura urbana básica para as pessoas que ali habitam.

Ainda, vale destacar que o ordenamento das cidades sempre foi, em sua maior parte, planejado por homens. Eles construíram espaços que interferem diretamente nos processos de urbanização, de locomoção, de soluções para o esgoto, de distribuição de água tratada, de calçamento das ruas, das construções de praças e áreas de lazer, entre tantos outros focos do planejamento urbano.

Não podemos nos esquecer que as cidades como as conhecemos hoje, sejam grandes ou pequenas, estão inseridas numa dinâmica do mecanismo do capital e que a exclusão capitalista se utiliza de categorias como raça, gênero, origem, entre outras, para subjugar pessoas (geralmente pobres e com baixa instrução escolar) e subalternizá-las. No caso deste estudo, vemos que os mecanismos capitalistas de planejamento e construção das cidades brasileiras é extremamente excludente das mulheres e das crianças.

Ainda, o lugar do capital é definido como o que tem valor e onde se deve aplicar dinheiro. Assim sendo, os investimentos públicos, com a disponibilização de equipamentos urbanos e comunitários e infraestrutura, são majoritariamente realizados nos centros. Nessa esteira é que as cidades se organizam pelas mãos decisivas do estado, produzindo segregação urbana, ignorando e negando o direito de acesso às crianças e às mulheres, bem como as populações negras e pobres.

É Saskia Sassen (citada por FREITAG, 2006) que nos apresenta uma tipologia de cidades no mundo e pensadas a partir do poder avassalador do capital, a saber: (i) *cidades globais* que funcionam como infraestrutura econômica do mundo, dispõem de enorme infraestrutura comunicacional, de mídia, de redes bancárias e garantem os fluxos do capital e de pessoas, sendo alguns exemplos: Nova York, Tóquio, São Paulo; (ii) *megacidades*, marcadas por grandes concentrações de pessoas, fruto

de migrações e crescimento demográfico e com problemas de segurança, saúde, transporte, moradia, poluição etc, uma das marcas é o multiculturalismo e podem ser visualizadas no Rio de Janeiro, Bogotá, Mumbai, por exemplo; (iii) *metrópoles*, cidades que têm infraestrutura e história, que conseguem se adequar ao capital, mas tentam manter uma tradição em seu modo de ser. A autora aponta Roma, Paris, Lisboa como exemplos dessa tipologia; (iv) *cidades periféricas*, que perderam espaço em função das demais e se tornaram secundárias nas transformações econômicas mundiais, como Sevilha e Porto; (v) *cidade-satélite ou dormitório*, que não têm condições de sobreviver sozinhas e funcionam como dormitórios dos trabalhadores que atendem as grandes cidades. Podemos citar o ABC paulista como exemplo dessa modalidade.

As tipologias apresentadas nos permitem visualizar como o desenho global econômico determina o papel das cidades no xadrez mundial e inferir que populações marginalizadas e/ou que lutam para ocupar espaços considerados naturalmente masculinos terão que produzir ainda muitas fissuras para ver seus lugares reconhecidos. A *generificação* dos estudos da cidade é apontada por Freitas e Gonçalves (2021), que demonstram que os debates feministas nunca são colocados no âmbito do direito à cidade, ficando apenas identificadas como pauta identitária, ligada ao corpo e à natureza, à subjetividade e ao espaço privado, enquanto o homem, esse, por direito, ocupa o espaço da civilização. As autoras identificam nos movimentos feministas de ocupação das ruas, como as primaveras, marchas das margaridas, por exemplo, como “sementes de um projeto de cidade feminista, que transforma os alicerces das relações de gênero, raça e propriedade na cidade, e questiona o caráter desigual da distribuição de recursos e bens públicos” (FREITAS; GONÇALVES, 2021, p. 4).

Alicerçados nos autores citados até aqui, ressaltamos que o território é resultado dos corpos que ali o compõe, performando nas cidades e produzindo reverberações para o espaço e o sentimento de pertencimento. É justamente na impossibilidade de se afetar pela *urbe*, com suas construções fálicas e machistas, que ocorre os desencontros entre a necessidade da maior parte da população e a infraestrutura instalada. Vale ressaltar que “Planejamento é coisa do Estado e este é a expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário” (MARICATO, 2013, p. 48).

Pensem historicamente e a partir de um marco no planejamento das cidades brasileiras: a reforma urbanística de Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX. Tal reforma, planejada e executada por homens, mostra-nos também o que aconteceu no planejamento de Belo Horizonte (por Aarão Reis), Goiânia (por Attilio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy), Brasília (envolvendo Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a partir dos pensamentos de uma capital no Planalto Central de Oscar Niemeyer), entre tantas outras cidades brasileiras.

Compreendemos que essas cidades citadas tiveram suas reformas urbanísticas em épocas diferentes, mas, no Brasil, após a Proclamação da República, em 1889, vários homens públicos (políticos) buscaram adequar suas cidades e construir cidades para o *futuro*. Isso se deu muito fortemente desde o final do século XIX aos inícios do século XX, por meio da forte ideia de progresso. Percebemos que Brasília também nasceu desta concepção desenvolvimentista de progresso em direção ao interior do país.

Damos, aqui, o emblemático exemplo das reformas de Francisco Franco Pereira Passos (1836 — 1913), que foi um engenheiro e político brasileiro que estudou em Paris em fins do século XIX, assistindo à reforma urbana de Paris realizada por promovida por Georges-Eugène Haussmann. Lembremos que Paris era uma das cidades mais importantes do mundo nos fins do século XIX, senão a mais influente culturalmente, uma cidade global já no século XIX.

Pereira Passos tornou-se prefeito do Rio de Janeiro (então Distrito Federal) entre os anos 1902 e 1906, tendo sido nomeado pelo presidente Rodrigues Alves. Ele planejou, junto a Lauro Müller, Paulo de Frontin e Francisco Bicalho, uma imensa reforma urbanística na cidade, principalmente em suas áreas centrais, mas sempre tendo em mente uma capital brasileira nos moldes franceses. O primeiro ponto que nos chama a atenção aqui é a equipe que planejou tal reforma: somente composta por homens; O segundo ponto: tal reforma visava higienizar a cidade, acabando com a fama de porto sujo ou *cidade da morte* (por causa das doenças que atingiam a população local). Eles destruíram habitações coletivas (os famosos cortiços, tidos como insalubres), expulsando das áreas centrais da cidade ex-escravos e os pobres que habitavam essas áreas; O terceiro ponto é que utilizaram o argumento de terem que aplacar epidemias de febre amarela, cólera, varíola, entre outras doenças, para realmente higienizar o centro, ligando tais doenças aos mais pobres; Quarto ponto: a reforma Pereira Passos revela nossa clara condição inconsciente de colonizados.

Também, podemos citar a influência inglesa em São Paulo, cuja empresa de energia elétrica, *Ligth*, tinha o monopólio no Brasil e iluminou os centros urbanos, bem como fez as instalações dos bondes elétricos das grandes capitais brasileiras na década de 20 do último século. Esse modelo de transporte foi substituído pelo modelo americano dos carros, deixando de lado toda uma discussão acerca do transporte público coletivo. O modelo urbanístico americano ainda foi responsável pela introdução dos *shoppings centers* no Brasil, desenhando grandes palacetes de consumo padronizado, seguros e higienizados, matando os comércios locais, botecos de esquina, vida de bairros e a organicidade das relações. Por Freitag (2006), temos que a influência francesa e americana no Rio de Janeiro pode ser percebida nos nomes de origem francesa ou americana dos edifícios e restaurante dos bairros do Leblon, Ipanema e Barra da Tijuca. “Os urbanistas e arquitetos que planejaram e construíram nesses espaços (projetos originalmente aprovados por Lúcio Costa) conseguiram destruir a orla marítima carioca” (FREITAG, 2006, p. 132).

Também, pensemos em nossa condição brasileira de sermos um país colonizado e que nos faz sofrer dos vários complexos dos colonizados, apesar de não quisermos admiti-los, já que em tudo buscamos ser o mais europeu possível: ter cabelos lisos, ter pele clara, entre outras características raciais relacionadas à Europa. Até mesmo, buscamos planejar nossas cidades como cidades europeias, como no caso da reforma Pereira Passos, não adequando as nossas cidades às nossas necessidades. A historiadora da arte Ana Mae Barbosa (1995) fala-nos sobre essa nossa confusa na condição de colonizados:

Estávamos condenados [como colônia] à ignorância e a receber como habitantes os prisioneiros e indesejáveis do país que nos dominava. Entretanto, em 1808, com receio da invasão por tropas de Napoleão Bonaparte, o Rei de Portugal transferiu o governo, a Corte, para o Brasil. Um país que vivia à margem se toma centro, o poder central e a colônia fundiram-se e confundiram-se. As decisões passaram a ser geradas na colônia que se mascarou de império, embora os interesses a defender fossem ainda os dos colonizadores. Este deslocamento de poder foi responsável por um deslocamento da [nossa] noção de identidade. Quem somos nós? Colonizados ou colonizadores? A cumplicidade entre colonizados e colonizadores levou à independência do Brasil, doada por ordem de Portugal. Para confirmar minhas afirmações, lembro que as revisões pós-colonialistas têm sido mais rigorosamente condenatórias das invasões culturais francesa e inglesa, pouco se criticando os portugueses e, no caso do ensino da arte, ainda menos (BARBOSA, 1995, p. 59-60).

Notemos que a reforma Pereira Passos seguiu um modelo de exclusão capitalista, retirando os negros e mais pobres de áreas centrais habitadas e que foi planejada e pensada somente por homens, revelando a exclusão das mulheres no pensar as cidades. Temos aí parte da origem das diversas favelas, invasões e ocupações que ocorreram no Rio de Janeiro, uma megacidade, e se configuram como o reverso do planejamento urbano, pois é uma cidade pensada para poucos abastados das classes dominantes. Formou-se, a nosso ver, uma expansão urbana bipartida, como diz Freitag (2006), que separa ricos e pobres, além de mulheres e homens, brancos e pretos, adultos e crianças.

Compreendemos que a sociedade brasileira é uma sociedade machista, violenta, socialmente excludente, xenófoba (preconceituosa contra estrangeiros e *diferentes*), misógina (preconceituosa contra as mulheres), racista, aporofóbica (preconceituosa contra os pobres) etc, mas isso não nos deve imobilizar ao pensar em soluções para nossos problemas coletivos, assim como não deve nos imobilizar em inserir diversidade no planejamento urbano das cidades (sejam elas grandes ou pequenas). Podemos pensar cidades mais seguras para as mulheres, por exemplo. Judith Butler, refletindo sobre a violência contra as mulheres na América Latina, diz-nos que:

A violência, como sabem, não é um ato isolado e tampouco é apenas uma manifestação das instituições ou dos sistemas em que vivemos. É também uma atmosfera, uma toxicidade que invade o ar. Estamos aqui porque estamos vivos, porque continuamos vivendo, mas *as mulheres que continuam vivas persistem em uma atmosfera de dano potencial, de uma morte repentina e violenta. A população de mulheres ainda vivas vive, até certo ponto, aterrorizada com a prevalência dos assassinatos contra elas.* Algumas aceitam a subordinação para evitar esse funesto destino, mas essa subordinação serve apenas para lembrá-las de que são, em princípio, uma classe assassínvel. “Submeta-se ou morra” se torna o imperativo imposto às mulheres que vivem nessas situações de terror. E é esse poder de aterrorizar que, é claro, recebe o respaldo, o apoio, o reforço da polícia que se nega a proteger, ou a processar, ou que inflige ela mesma violência às mulheres que se atrevem a denunciar legalmente a violência que sofrem ou testemunham, ou que se unem em grupos para protestar ou se juntam a alianças transregionais ou transnacionais para enfrentar a violência contra as mulheres e as pessoas trans (BUTLER, 2020, s.p. grifo nosso).

Não podemos nos esquecer que é a partir da realidade que criamos subjetividades e que os espaços das cidades criam, também, como realidades espaciais habitadas, subjetividades positivas ou negativas. Como nos diz Butler, a atmosfera de violência contra as mulheres pode, também, ser amenizada no planejamento das cidades. Vias bem iluminadas, por exemplo, já dão um aspecto de maior segurança para as mulheres.

Lembremos que nossas experiências nas cidades revelam nossos sentidos sobre elas e revelam, também, as maneiras como elas criam subjetividades em nós. Ainda, pensemos que o objetivo maior do capitalismo é despersonalizar os seres humanos e os transformar em meros consumidores, desconsiderando nossos afetos, saberes e fazeres locais etc. Assim, as cidades que são planejadas e pensadas a partir de uma perspectiva eminentemente capitalista serão sempre excludentes.

Trabalhando com a dimensão do cotidiano a partir de Milton Santos, vemos que as cidades acabam por se tornarem um espaço de relações de cooperação, mas isso não quer dizer que há igualdade no uso dos espaços:

[...] assistimos a um conflito na cooperação e a uma cooperação no conflito. *É a isso que nós presenciemos no espaço geográfico, sobretudo no espaço urbano. Esta cooperação no conflito e este conflito na cooperação levam à negociação permanente, explícita ou implícita, mas negociação sempre. Negociação onde uns perdem sempre; negociação onde outros ganham sempre; negociação em que alguns ganham às vezes; negociação em que alguns perdem às vezes; mas negociação sempre*, que tem a ver com a maneira como o espaço se dá. (SANTOS, 1996, s.p, grifo nosso).

Nestas negociações em relação aos espaços urbanos, verificamos que o planejamento não tomou em conta, pelo menos no Brasil, as necessidades femininas, deixando claro que há um conflito de gênero na criação e organização dos espaços das cidades. Essa masculinização dos espaços revela uma das facetas dos conflitos que devem ser negociados permanentemente nas cidades brasileiras.

David Harvey (2000) assevera que as correntes de solidariedade social é o que seguram nossas cidades contemporâneas (severamente influenciadas pelo capitalismo) de se tornarem lugares ainda mais violentos do que já são e deveriam se pautar pela ética, estética e estilos de vida. Ele nos diz que:

Meu palpite é que as únicas coisas que impedem tumultos ou colapso social total em muitas cidades são *as intrincadas redes de solidariedade social, o poder e a dedicação das organizações comunitárias e as centenas de grupos voluntários que trabalham dia e noite para restaurar algum senso de decência e orgulho em um mundo urbanizado em estado de choque* por mudanças rápidas, desemprego, migrações em massa e todas as dificuldades radicais infligidas pela modernidade capitalista passando para o lado negativo nihilista da pós-modernidade. E não há dúvida de que o desenvolvimento limitado ocorre e ocorrerá ainda mais como consequência da mobilização da comunidade (HARVEY, 2000, p. 38, grifo nosso)³.

Neste caminhar, compreendemos, assim como Harvey, que nossas cidades necessitam de mudanças radicais para não irem em direção de ainda maiores dificuldades para seus habitantes. Em nosso caso, com um olhar mais atento para as mulheres e as crianças. A partir de cidades pensadas por mulheres e para mulheres e crianças, poderemos ter, talvez, novas formas de planejamento dos espaços urbanos que respeitem esses grupos e que não os violentem ainda mais. Compreendemos que a produção de espaços urbanos deva ocorrer a partir, também, de um olhar feminino para as atividades que afetam as mulheres e as crianças.

Luiza Coelho, Sarah Gamrani e Clementine Tribouillard (2021) trazem claramente o problema atual da questão de gênero em relação às profissões de arquitetos/as e de urbanista, das quais tratamos neste trabalho:

³ Traduzido de: "My own guess is that the only things stopping riots or total social breakdown in many cities are the intricate networks of social solidarities, the power and dedication of community organizations, and the hundreds of voluntary groups working round the clock to restore some sense of decency and pride in an urbanising world shell-shocked by rapid change, unemployment, massive migrations and all of the radical travails inflicted by capitalist modernity passing into the nihilistic downside of postmodernity. And there is no question that limited development does and will even further occur as a consequence of community mobilization."

As profissões de arquiteto e urbanista foram historicamente ocupadas, principalmente, por homens. No entanto, hoje também há muitas arquitetas e urbanistas. De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o CAU, em 2019, o Brasil registrava 167.000 arquitetos e urbanistas ativos, cuja maioria (63%) são mulheres. No entanto, *as mulheres têm baixa representatividade nas entidades profissionais: estão subrepresentadas não apenas na organização da profissão, mas também na história da arquitetura e na memória coletiva nacional*. Enquanto os estudantes aprendem sobre os grandes nomes e obras dos arquitetos masculinos, *as arquitetas mulheres permanecem nas sombras*. Além de apresentarem paridade, estas profissões também precisam ser transdisciplinares, para *pensar a cidade da maneira mais representativa possível*. (...) As políticas públicas urbanas são o instrumento que organiza e transforma as cidades, especialmente a nível municipal e local. *As mulheres precisam ter oportunidades iguais de acesso a cargos de decisão política e urbana. Se as decisões são estatisticamente tomadas por um grupo homogêneo de pessoas, geralmente homens, brancos e de classe média alta, com seus próprios padrões de pensamento e representações sociais, como criar políticas públicas adaptadas às situações reais de outras pessoas nas cidades, como mulheres ou outros grupos específicos?* Quais estruturas permitem ser mais sensíveis às necessidades das mulheres nas cidades, e ao mesmo tempo dar para elas um espaço de fala, aprendizagem e empoderamento? (COELHO; GAMRANI; TRIBOUILLARD, 2021, s.p, grifo nosso).

As autoras revelam que não é por falta de mulheres arquitetas e urbanistas em nossa sociedade que as cidades ainda são planejadas majoritariamente por homens, mas por uma clara iniquidade de gênero à brasileira (também muito ligada à ocupação generificada de cargos políticos). Para tanto, muitas reformas educacionais nos cursos de arquitetura, urbanismo, engenharia civil e paisagismo precisam acontecer: não basta colocar mulheres no planejamento urbano, mas é preciso que elas também acessem uma formação não machista, que abarque a vulnerabilidade multidimensional e os elementos de gênero e da infância. Considerando que 84% das pessoas hoje vivem em áreas urbanas, os avanços civilizatórios dependem de um planejamento da *urbe* que não objetifique a vida, que reconheça direitos e encontre alternativas sistêmicas de inclusão social (LOEB; LIMA, 2021).

Esperamos que, neste momento de planejamento das cidades e seus espaços urbanos (hoje em dia fala-se muito nas cidades tecnológicas), as mulheres sejam inseridas de forma mais contundente no pensamento, organização, utilização e construção dos espaços públicos das cidades.

Elementos para a femini-cidade: por um desenho urbano acolhedor a todas as pessoas

A eleição natural do homem como referência do cidadão da *urbe* impõe a exclusão participativa dos demais públicos no direito à cidade, pois bebês, crianças, mulheres e idosos não são devidamente acolhidos nesses espaços. Conforme Tonucci (2020, p. 238), "a cidade e seus administradores, escolheram como cidadão protótipo um cidadão do sexo masculino, adulto, trabalhador e motorista" o que, por si só, já define o planejamento urbano com foco nos carros, poucos espaços de convívio e, marcadamente pensado pelo viés do capital, que cada vez mais domina as decisões de investimento nos planejamentos urbanos municipais. Exclui-se, assim, elementos

da boa vida, da habitação, dos serviços, da valorização do pedestre e de formas alternativas de transportes, entre outros.

O pensar a cidade a partir de padrões normativos expõe um modelo específico de urbanismo que caminha na contramão das proposições de Gehl (2015), que considera as ruas, os bairros, o espaço público em geral como *locus* privilegiado de encontros, trocas de afetos, vivências e (re)modelações das sociabilidades.

A proposta seria instilar intervenções urbanas e novas modulações nas maneiras de pensar e planejar a *urbe*, de forma a construir elementos que agregam e atendam a toda uma população em sua diversidade. Nesse foco, temos as ideias da Urban95 (2019), que sugere às municipalidades uma inversão radical. Isso para que tentem pensar a cidade a partir do lugar de uma criança de até 95 centímetros de altura. Pensamos que uma localidade acolhedora é aquela que também dispõe de equipamentos urbanos e comunitários que atendam de forma integral o pequeno infante e seu ou sua cuidadora.

A premissa posta é que se a cidade atende bem esse público, atenderá a todos, além de propiciar investimentos que garantam o presente e o futuro de bebês e das crianças de forma responsiva. “Por isso, eis uma proposta nova: substituir o cidadão médio, adulto e masculino pela criança” (TONUCCI, 2019, p. 60). Ainda, Tonucci (2019, p. 189) expõe, “A criança constitui uma boa representante de todos os cidadãos, a partir dos mais frágeis, como os deficientes e os idosos. Por esta razão, ela pode ser usada como paradigma de uma nova filosofia para a administração pública”.

A Urban95 (2019), o Núcleo Ciência pela Infância (2021) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB, 2021) têm despendido esforços para a propagação da ideia de um urbanismo que valorize o desenvolvimento infantil, facilite o cuidado e funcione como catalisador da saúde urbana com espaços seguros, inclusivos, contato com a natureza e o brincar em equipamentos disponíveis, em quantidades e qualidades, e espalhados pelos bairros, para que fiquem o mais próximo possível das moradias, ou seja, “uma cidade sinalizada, segura, limpa, iluminada, salutar ao desenvolvimento das crianças e com qualidade arquitetônica para toda a população do território, de forma atenciosa ao mais vulneráveis” (CRUZ; BORGES, 2022, p. 10).

As crianças extraem seus elementos simbólicos das relações sociais que estabelecem nas cidades, uma vez que os laços sociais são resultantes da estruturação da linguagem, pensar e organizar as urbes podem funcionar como facilitadores dos fluxos simbólicos estruturantes da subjetividade humana (CRUZ, 2022, p. 26).

Entendemos que uma cidade acessível e acolhedora precisa oportunizar acesso às artes, educação, esportes, mobiliário urbano adequado, traçamento das ruas que propiciem segurança viária, ciclovias, transporte público que facilite entrar e sair com crianças e carrinhos de bebês, equipamentos de convívio e serviços públicos de qualidade. Esse novo paradigma acompanha a proposta de dar lugar e vozes a grupos socialmente apartados das decisões do espaço público, como as mulheres e crianças. Atender as necessidades da infância é ofertar uma cidade que acolhe a mãe-mulher cuidadora e/ou os homens que têm a honra de assumir suas funções maternas e paternas de forma presente. Assim, uma *feminicidade ou cidade feminina* é aquela que se preocupa com todos os cidadãos/cidadãs e constitui espaços públicos para tanto.

Lembramos que as mulheres e suas necessidades nunca foram foco do planejamento urbano, visto que, com exceções, os homens saem continuamente com seus bebês pela *polis*. Dessa feito, estamos a tratar da interface entre gênero e urbano:

As cidades ainda contêm barreiras múltiplas (...) a *localização de áreas residenciais, locais de trabalho, redes de transporte e o layout das cidades em geral refletem a expectativa de uma sociedade capitalista patriarcal* de quais tipos de atividades ocorrem, onde, quando e por quem. Todas as formas de planejamento urbano se baseiam em um conjunto de suposições sobre o cidadão urbano *típico*: seus planos de viagem diários, necessidades, desejo e valores. Chocantemente, este cidadão é um homem. Um marido e pai provedor, fisicamente apto, heterossexual, branco e do gênero cis (KERN, 2021, p. 54-55, grifo nosso).

Não é a toa, que Kern (2021) designa essas cidades como as *cidades dos homens*, pois não atendem minimamente às expectativas de uma mulher, mãe e criança, e se apresentam com inúmeras barreiras físicas, simbólicas e emocionais. Apesar das mulheres cada vez mais ocuparem lugares e postos de trabalho remunerados, sua perspectiva urbana ainda lhe é negada. Segundo Kern (2021, p. 29), “Nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto” e acrescenta: “a linguagem da arquitetura baseia-se na ideia de que gênero é uma posição binária” (p. 30), tanto que cita os trabalhos de Simmel, Baudelaire entre outros e mostra que o *flâneur* é sempre um homem, posto que uma mulher seria confundida com uma prostituta e uma *flâneur grávida* seria inimaginável para os urbanistas.

A pergunta que se faz é: como planejar espaços urbanos que diminuam as desigualdades e funcionem como encontros da diversidade? E uma das respostas foi dada a partir do paradigma da infância, em que se abandona o viés adultocêntrico, heteronormativo e masculino. Para Loeb e Lima (2021), 85% das pessoas que cuidam de crianças são mulheres, assim *a dimensão transformativa do urbano passa pelo debate de gênero*. Os investimentos precisam alcançar os diversos espaços do território, sobretudo aqueles que se encontram nas bordas urbanas da sociedade.

Para a Urban95, algumas ideias precisam ser seguidas para a constituição de uma cidade que respeita a diversidade e se adéqua a todos a partir da premissa da primeira infância, vejamos:

- 1) *Conceito de bairros de 15 minutos*, o que consiste em bairros caminháveis e que atendam a todas as necessidades de uma família com uma criança pequena. Deve permitir acesso à praça ou áreas verdes, creches, postos de saúde e/ou outros equipamentos comunitários pensados a partir da intersectorialidade saúde-educação-assistência social.
- 2) *Espaços públicos verdes*, que permitam convivência social, conforto e equipamentos adequados para a ludicidade infantil, bem como, bancos sombreados para sentar-se, ambiente para amamentar, banheiros para trocar fraldas, pias para lavar mãos, mamadeiras e bicos. Deve-se pensar as ruas, as calçadas e os parques
- 3) *Rotas seguras de transporte*, seja como pedestre, ciclista, usuário de transporte público e ou outras formas de transporte. As rotas precisam prever passagens elevadas para atravessar ruas, sistemas de diminuição de velocidade próximo a espaços com pedestre, arborização para permitir uma rota protegido do sol, bebedouros públicos no percurso, além das políticas de segurança pública etc.
- 4) *Qualidade do ambiente*, sempre com preocupação em relação à poluição ambiental, tanto do ar quanto sonora, rede de esgoto adequada, acesso à água potável etc.

O espaço público deve sempre ser pensado como ambientes agradáveis e estimulantes. Por exemplo, as ruas próximas às escolas precisam ter banheiros, pias e bebedouros. Os percursos mais utilizados podem ser educativos, com paredes com poemas, calçadas com amarelinha e outras brincadeiras. Ainda é possível planejar pequenas intervenções como apresentação de músicas, recitações de contos e poemas, teatros que acontecem nesses espaços de mobilidade etc. Para tanto, os planejadores precisam pensar em condições climáticas, alterações de rotas de veículos automotivos e disponibilizar seguranças e educadores. O percurso entre as casas e os equipamentos urbanos podem ser muito ricos em experiências sensoriais e múltiplas (TRONCOSO, 2021). A cidade deve ser compreendida como uma ferramenta em si e sempre educativa.

Caffaro, Nunes e Sabino (2021, p. 271) propõe que a cidade seja analisada por suas cidadãs a partir das seguintes camadas: (i) *camada de baixo*: analisa as calçadas e travessias, verificando suas texturas, estimulações sensoriais, segurança, obstáculos, problemas e soluções; (ii) *camada de cima*: tudo que está sobre as calçadas e travessias, como iluminação pública, lugares para sentar, limpeza, poluição, sinalização, comércio, violência simbólica etc; (iii) *camada de acesso*: as possíveis conexões com transporte, vias acessibilidade e lugar de espera; (iv) *camada de usos e pessoas*: sensação e interação, diversidade, sons, cheiros, estimulações, comportamentos. Essas autoras em trabalho analítico dessas camadas com uma metodologia de auditoria cidadã com as mulheres da zona norte de São Paulo chegaram a produzir um *fac-símile* de um manifesto de ponto de ônibus ideal que atenda as questões femininas.

As características de um ponto de ônibus amigável à mulher engloba: ter faixa de pedestre, funcionar próximo a comércios que ficam abertos 24 horas por dia, proteger de sol e chuva, ter espaço para carrinho de bebê e cadeirante, ser bem iluminado, transparente e visível de todos os lados, ter bebedouro, *wifi*, máquinas para recarregar o cartão de transporte, ter manutenção permanente e um serviço de reclamações, oferecer informações de linhas de ônibus, percursos e horários, ter câmeras de segurança, campanhas contra assédio e botão de pânico (CAFFARO; NUNES; SABINO, 2021 p. 278).

Podemos verificar que muitas das demandas envolvem a proteção pessoal, uma vez que as mulheres são vítimas permanentes da concepção do corpo público, como aponta Butler (2020). Outras sugestões que podemos fazer sobre os pontos de ônibus é que eles podem funcionar como pontos de cultura, com músicas ambientes, áudios de leituras de pequenos poemas, chãos lúdicos, com pequenas bibliotecas. Ainda, os terminais de ônibus podem oferecer serviços dos CRAS e CREAS e espaços de escuta e acolhimento da violência intrafamiliar.

“A transformação para um padrão de mobilidade sustentável e o enfrentamento à violência de gênero nos espaços públicos são estratégias imprescindíveis à construção de cidades sustentáveis e inclusivas” (CAFFARO; NUNES; SABINO, 2021 p. 280), mas, infelizmente, as diversas formas de violência de gênero são pouco conhecidas e, apesar das mulheres serem a maioria no transporte público, os processos são pensados por homens numa perspectiva masculina. Vemos a cidade *generificada* quando as mulheres precisam se enclausurar em vagões próprios, espaços determinados, horários preestabelecidos, gerando uma cidadania demarcada e enquadrada naquilo que os homens permitem.

A situação é ainda mais agravante quando somamos o fator raça, mulheres negras e pretas têm ainda menos acessos à cidade do que as demais, pois as cidades são racializadas e comprometem o usufruto da cidadania plena. Essas mulheres são quase estrangeiras dentro da própria terra:

Tomando como base o conceito de direito à cidade como reinvenção do espaço de acordo com desejos e corporalidades, notamos que tanto o movimento feminista, quanto o movimento negro e LGBTQIA+ têm lutado para alterar a paisagem urbana há séculos, exibindo corpos que resistem e contrariam a norma heterossexual, a hegemonia branca e a sujeição feminina, ocupando de forma *clandestina* espaços reservados àqueles considerados *não marcados* (FREITAS; GONÇALVES, 2021, p. 10, grifo nosso).

A melhoria do planejamento urbano que inclua o acolhimento de todas as pessoas, sobretudo dos adultos responsivos a crianças e/ou idosos, repercute ainda na saúde mental das mulheres, posto que os avanços qualitativos de uma cidade que abraça as necessidades de segurança, acolhimento, movimento etc, delas, em vez de criar obstáculos para coisas simples como amamentar, lavar a mão de uma criança, beber uma água, ter onde se sentar e descansar, poder sair com um carrinho de bebê, entre outros. Um planejamento urbano inclusivo é produtor de bem-estar emocional, de diminuição de fatores estressores do cotidiano e permite instalar a sensação de parte verdadeiramente integrante da comunidade para todos. Um percurso agradável diminui as incertezas, permite contato social, facilitando um pouco o cotidiano de quem exerce múltiplas jornadas sociais como as mulheres.

Conforme quadro 1 verificamos diversos elementos a serem analisados em equipamentos urbanos que acolham:

Água potável, e coleta de lixo	Ciclovias
Ambiente físico, seguro e estimulante que possa ser explorado	Desenho da rua que obrigue a diminuição da velocidade de carros
Áreas sombreadas	Deslocamentos ativos às escolas
Bairro caminhável	Espaço adequado para lavar frutas, mamadeiras, bicos, mãos etc
Banheiros com sabonete, água corrente e condições de higiene	Espaço com microondas para aquecer mamadeiras e papinhas
Banheiros familiares e unissex	Iluminação pública
Banheiros com trocador de bebê	Local adequado para amamentar
Bebedouro	Mobiliário para descanso
Brinquedos seguros	Ocorrências de trânsito
Calçadas largas	Paisagens verdes: acesso e contato à natureza (árvores, gramas, lago)
Passagem elevada para pedestre	Pontos de ônibus cobertos, seguros, estimulantes e que possam ser explorados
Proximidade de áreas verdes (População a 15 minutos de áreas verdes)	Proximidade dos equipamentos
Ruas de lazer temporárias	Percursos educativos

Quadro 1: Variáveis de acolhimento Fonte: adaptado do protocolo de Cruz (2022).

Podemos encontrar variações nos indicadores e elementos em cada autor estudado, mas o que os une é a adequação dos espaços públicos para o acolhimento das pessoas e a diminuição das desigualdades de acesso. Adequar as cidades às mulheres, crianças e/ou a todo público que não o masculino é questão urgente e civilizatória num país que cada vez mais as mulheres ocupam os lugares solos de cuidar das famílias.

Considerações finais

Notamos, a partir dos pontos levantados neste artigo, que a dominação masculina no planejamento urbanístico das cidades brasileiras colocou-se como uma constante dos homens em seus papéis de legitimar a imposição de seus sistemas de poder sobre as instituições, os espaços, o feminino, entre outras posições sociais. Planejar cidades sempre foi e ainda é uma atividade ligada à esfera daqueles que detêm o poder da construção, demolição, remodelação, crença numa compreensão utilitária espacial, entre outros pontos.

Compreendemos que devemos encontrar um modelo biofílico de sociedade e não um modelo baseado na necropolítica e na transformação de tudo (até afetos, ideias e sentimentos) como mercadoria para consumo e aqui incluímos também as cidades. Ainda, temos que levantar uma reflexão crítica sobre as relações de gênero em relação ao planejamento urbano e regional e suas consequências. Pensar as cidades também com concepções femininas significa fazer com que mulheres e crianças não acabem por se tornarem ainda mais fragilizadas e vulneráveis nos espaços urbanos.

Verificamos com Rocha (2010) que a *arquitetura do abandono* envolve elementos materiais e imateriais. Podemos ter o abandono de prédios, ruas, ruínas esquecidas, mas que funcionam como marcador de pertencimento de grupo e, também, como materialidade do próprio esquecimento. No caso das mulheres, por exemplo, o abandono é tão intenso que não produz marcações físicas no espaço, portanto nem se lembra que são preteridas e invisibilizadas. Os *arquitetos do abandono* excluem tão sutilmente parcela significativa da população que mal percebemos essa configuração de arquitetura.

Por fim, entendemos que o debate sobre cidade, planejamento e gênero se encontra como pauta dos movimentos pelo direito à cidade e feministas. Infelizmente, percebemos que a trilogia de dominação colonial, baseada em classe, raça e gênero ainda prevalece na atualidade e no planejamento das cidades brasileiras. Falta-nos uma cultura coletiva de construir leituras positivas a partir das diferenças, dando espaço, assim, à diversidade de pensamentos e à criatividade na construção de soluções para os mais variados grupos que habitam nossas cidades e seus espaços.

Referências

- BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação Pós-colonialista no Brasil: Aprendizagem Triangular. *Comunicação e Educação*. São Paulo, v.01, n.02, p. 59-64. jan./abr. 1995.
- BUTLER, Judith. “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?” Babelia. *EL PAÍS Brasil*. 10 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html#:~:text=Aqueles%20que%20perderam%20quem%20amam,de%20ter%20acesso%20ao%20luto>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- CAFFARO, Alice Junqueira T.; NUNES, Ana Carolina A. S.; SABINO, Leticia Leda.

Mulheres caminhantes: Afortunadas cidadãs e perspectiva de gênero na zona norte de São Paulo. *Cidade, gênero e infância*. São Paulo: Romano Guerra: Pistache Editorial: Instituto Brasileira, 2021.

COELHO, Luiza; GAMRANI, Sarah; TRIBOUILLARD, Clementine. Mulheres que transformam a Cidade #5: Profissões urbanas e gênero. 15/02/2021. *Ideação - Inovação em gestão pública*. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/mulheres-que-transformam-a-cidade-5-profissoes-urbanas-e-genero>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CRUZ, Luciana Ribeiro. *Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal*. Dissertação Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, 2022.

CRUZ, Luciana Ribeiro; BORGES, Thelma Pontes. A importância do arranjo da cidade para a primeira infância. XIX ENANPUR- planejando o urbano e o regional – organizando a esperança. *Anais...* 22 a 26 de maio de 2022. Disponível: https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT_SEM_1_30_84_20211024223926.pdf Acesso em: 04 ago. 2022.

FREITAS, Lídia dos Santos F de; GONÇALVES, Eliane. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. *Cadernos PAGU*, (62), p. 1-17, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202100620010> Acesso em: 04 ago. 2022.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HARVEY, David. *Possible Urban Worlds*. Twynstra Gudde Management Consultants, Amersfoort, The Netherlands, 2000.

IAB. Instituto de Arquitetos do Brasil. *Guias para o desenvolvimento de bairros amigáveis à Primeira Infância*. 2021. Publicação: Fundação Bernard Van Leer. Guia-1_Estruturaode-politicas-publicas/Guia-2_Manual-de-politicas-publicas/Guia-3_Diretrizes-para-desenhourbano/Guia-4_Indicadores-para-monitoramento. Disponível no site: <https://bernardvanleer.org/pt-br/publications-reports/guias-para-o-desenvolvimento-debairros-amigaveis-a-primeira-infancia-bapis/> Acesso em: 04 ago. 2022.

FREITAG, Bárbara. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2006.

KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*/Leslie Kern; [tradução de] Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LOEB, Rodrigo M.; LIMA, Ana Gabriela G. *Cidade, gênero e infância*. São Paulo: Romano Guerra: Pistache Editorial: Instituto Brasileira, 2021.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2013.

ROCHA, Eduardo. *Arquiteturas do abandono (ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte)*. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010, 263f.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. 'Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência'. *Revista Prosa Verso e Arte*. Conferência publicada originalmente no "Boletim Gaúcho de Geografia" (UFRGS), Porto Alegre, nº 21, agosto 1996. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoarte.com/por-uma-geografia-cidada-por-uma-epistemologia-da-existencia-texto-fabuloso-do-professor-milton-santos/> Acesso em: 16 jul. 2022.

TONUCCI, Francesco. *A cidade das crianças*. Uma nova forma de pensar a cidade. Lisboa/Portugal: editora Factoria K de livros, 2019.

TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. Dossiê temático. *Revista Práxis Educacional*. Vitória da conquista/Bahia, v. 16, n. 40. P. 234-257, jul-set. 2020. Disponível: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6897> Acesso em: 04 ago. 2022.

TRONCOSO, Ursula. Percursos da Primeira infância: mobilidade e espaços públicos. As experiências do Urban 95 Boa Vista. *Cidade, gênero e infância*. São Paulo: Romano Guerra: Pistache Editorial: Instituto Brasiliana, 2021.

URBAN95. *Principais eixos*. Qual é o foco da Urban95. Disponível no site: <https://urban95.org.br/principais-eixos/> Acesso em: 04 ago. 2022.

URBAN95. *Guia URBAN95*. Ideias para a ação. Fundação Bernard Van Leer, 2019.

CORPOESPAÇOTEMPO DO ABANDONO

Práticas extensionistas em visualidades e invisibilidades feministas

BODYSPACETIME OF ABANDONMENT
Extensionist practices in
feminist visualities and invisibilities

**Adriana Nascimento¹, Amanda Lima Martins²,
Isadora Helena Julio de Carvalho³ e Tânia Solano Ardito⁴**

Resumo

O presente artigo visa dar visibilidade a corpos, espaços e tempos indissociadamente e associados a abordagens interdisciplinares do abandono enquanto invisibilidade na contemporaneidade. O *corpoespaçotempo* é uma correspondência entre os diversos componentes básicos de subsistência do indivíduo por diferentes escalas e relações políticas e intersetoriais, bem como produz uma alusão aos conhecimentos referentes às visibilidades, aos direitos e a representatividade de parcelas da população, com foco na mulher, em debates feministas e acerca da alteridade. Os diferentes tipos de abandono estão presentes no cotidiano das minorias, no viés rotineiro da exclusão, da subordinação e da discriminação em corpos a espaços e tempos. Os debates teóricos e as práticas extensionistas aqui apresentadas, desenvolvidas junto ao Fórum de Mulheres das Vertentes, permitem uma percepção atualizada daquilo que é vago, marginalizado e degradado nos dias atuais, evidenciando reincidências em negligências de corpos em relações espaço-temporais e sociais invisibilizadas de modo inter-relacionado e interseccional.

Palavras-chave: abandono, corpo, espaço, tempo, invisibilidade.

Abstract

The purpose of this article is to highlight visibility to bodies, spaces, and times in an inseparable way associated with interdisciplinary approaches to abandonment as invisibility in contemporary times. The bodyspacetime is a correspondence between the various basic subsistence components of the individual by different scales and political and intersectoral relations, as well as produces an allusion to the knowledge regarding visibilities, rights and representativeness of parts of the population, with a focus on women, in feminist debates and about otherness. The different types of abandonment are present in the daily life of minorities, in the routine bias of exclusion, subordination, and discrimination from bodies to spaces and times. The theoretical debates and the extensionist practices presented here, developed with Women's Forum of Vertentes, allow an updated perception of what is vague, marginalized, and degraded nowadays, evidencing recidivism in the neglect of bodies in space-time and social relations invisibilized in an interrelated and intersectional way.

Keywords: abandonment, body, space, time, invisibility.

¹ Pesquisadora da Universidade Federal de São, João Del-Rei (UFSJ) adrianan@ufsj.edu.br

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). amandamartins1024@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). isadorahelennaj@gmail.com

⁴ Doutoranda em Modernidades Comparadas, Universidade do Minho/ Portugal. tania.ardito@gmail.com

Introdução

O tema arquitetura do abandono permite diferentes abordagens devido ao amplo significado do verbo abandonar, assim como as inúmeras questões que envolvem a arquitetura, e espaço urbanizado em suas diversas escalas, incluída a regional (sudeste brasileiro) e a global (sul-sul) (UNDP, 2020). Partindo de nossa atuação extensionista este artigo foca em abordagens relacionais em *corpoespaçotempo*⁵ pelo viés do abandono de minorias sociais, com foco na mulher, em debates feministas e acerca da alteridade. A esta compreensão situada e multidimensional de *corpoespaçotempo* articula-se o debate territorial de Haesbaert (2020) que incorpora transversalmente a realidade colocando corpos, espaços e tempos de forma indissociável e como condição existencial (ARENDR, 2002), em termos interseccionais e produzindo conhecimentos a partir de dados e informações quantitativas e qualitativas.

O *corpoespaçotempo* é uma correspondência entre os diversos componentes básicos de subsistência do indivíduo por diferentes escalas e relações políticas e intersetoriais, bem como produz uma alusão aos conhecimentos referentes às visibilidades, aos direitos e a representatividade de parcelas da população, neste trabalho orientado em estudos e práticas sobre mulheres.

De início, delimitamos o nosso entendimento a respeito das minorias sociais. Segundo Madeira et al. (2022) o termo inclui todas as pessoas que se encontram em desvantagens na sociedade, sem apoio, reféns da invisibilidade. São grupos diversos como negros, mulheres, homossexuais, e constituem um grande percentual da população, entretanto, considerados minorias devido a falta de representatividade na esfera pública política, suas lutas tem sido historicamente negligenciadas e abandonadas.

Enquanto de um lado existe uma população refém do abandono e de ausências (SANTOS, 2002), do outro encontra-se uma parcela social de alto poder aquisitivo, que não se preocupa com a classe baixa e deseja um distanciamento dos menos favorecidos. A existência de políticas públicas não implementadas ou a ausência de direcionamentos para as minorias, por fatores diversos, contribuem para uma desigualdade social cada vez maior.

Nesse cenário no qual a manutenção das desigualdades tem sido aprofundada, apresentamos algumas das práticas do programa de extensão (R)Urbanidades Afro, Latino e Pan Americanas do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da Universidade Federal de São João Del-Rei no sentido de difundir debates que contribuem para dar visibilidade a temas relevantes como o feminismo, a arte, a política, a cultura em diferentes contextos e condições em urbanidades e ruralidades.

Entre as parcerias do programa de extensão está a participação junto ao Fórum de Mulheres das Vertentes (FMV), um movimento na mesorregião do Campo das Vertentes em Minas Gerais que abarca as microrregiões de Barbacena, de São João Del-Rei e de Lavras e busca articular coletivos e discussões feministas para promover transformações sócio-espaciais e em diferentes âmbitos.

Diante de experiências e atuações desenvolvidas em parceria com o FMV, abordamos no texto o abandono vivenciado e assistido socialmente na região do Campo das Vertentes, por meio de diferentes lentes: 1. enquanto mulheres; 2. como participantes

⁵ Este debate vem sendo estruturado desde 2011 quando da publicação do artigo Territórios do *corpoespaçotempo*: quem planeja? apresentado no ENANPUR 2011.

do FMV e 3. como integrantes da Universidade, protagonistas em diferentes ações que incluem as extensionistas.

Ao abordarmos diferentes tipos de abandono dos quais as mulheres são historicamente vítimas, verificamos com o passar do tempo, por meio da luta, que há trabalho e muito a ser feito para mudar este cenário, ainda com desafios encontrados em termos de desigualdades e alteridades, conforme dados do IBGE (2018) e do relatório sobre desenvolvimento da ONU (UNDP, 2020).

Dentre os debates que estruturam a proposta do programa e deste artigo nos apoiamos na construção de Lélia González (1988) acerca do que denomina de *amefricanidade*. Segundo Ochy Curiel (2007, p. 98-99): “González denunció la latinidad como una nueva forma de eurocentrismo, pues subestima o descarta las dimensiones indígenas y negras en la construcción de las Américas”.

Esta definição de *amefricanidade* situa a compreensão da abordagem *corpoespaçotempo* do abandono que junto a uma breve contextualização local e da região histórica do Campo das Vertentes em Minas Gerais evidencia contradições desde os processos de colonização e urbanização. Na atualidade é conhecida pelo seu acervo histórico, sua economia, em grande parte voltada para o turismo, além de atualmente ser pólo universitário que atrai jovens de diferentes localidades de Minas Gerais e do Brasil, sobressaindo em diferentes meios de difusão, sobretudo pela ênfase ao patrimônio cultural material.

De origem barroca, foi constituída e ocupada por processo colonizatório relativo ao ciclo do ouro, diretamente relacionada com práticas patriarcais via regimes administrativo, jurídico e eclesiástico pautados por paradoxos religiosos e escravocratas.

Como exposto anteriormente, este artigo está pautado em atividades realizadas pelo programa de extensão (R)Urbanidades Afro, Latino e Pan Americanas desenvolvidas durante o período da pandemia da Covid-19, entre elas mesas-redondas on-line denominadas *Poéticas Latinas* (A.T.A. Grupo de Pesquisa, 2022) que exploraram temas decoloniais acerca da representatividade feminina, reforçando o debate sobre a igualdade política entre os sexos, dos pontos de vista econômicos, sócio-espaciais, legais e raciais, assim como fomentar o debate e a difusão de conhecimentos sobre diferentes âmbitos destas questões, de modo interdisciplinar e articulado em ensino-pesquisa-extensão.

Dentre as ações realizadas houve também contribuições em levantamentos de dados sobre as condições de vida das mulheres integrantes e atendidas pelo FMV no cenário pandêmico por meio de diferentes ações como questionários e rodas de conversa. Estas ações vem permitindo trocas de conhecimentos e experiências de vida, de reciprocidades, assim como de anseios e necessidades gerais e básicas ocasionadas por abandonos sistêmicos materiais e imateriais, no sentido de 1. aprofundar conhecimentos locais em termos amplos - em *corpoespaçotempo*; 2. contribuir em visibilidades acerca dos problemas encontrados e 3. agir no sentido de transformar entendimentos sobre diferentes realidades (perceptiva, mental e material) de forma multidimensional.

Sociedade do abandono

Há diversos autores como Paulo Freire⁶, bell hooks⁷, Patricia Hill Collins⁸ Simone Beauvoir⁹, Grosfoguel¹⁰ e, Boaventura de Souza Santos (2002) - que neste artigo contribui mais especificamente - com os debates sobre a relação social com o outro, a objetificação e subordinação histórica de alguns sujeitos, aqui destacados pelas mulheres.

Pensar no abandono é também pensar na invisibilidade. Tudo que é abandonado é passível tanto à regeneração, quanto ao esquecimento. Mas e quando pessoas são abandonadas? Quando o ser humano é tratado como invisível, sem nenhum suporte para viverem dignamente?

Dentre as atividades do FMV e do programa de extensão, os debates e estudos sobre os diferentes tipos de abandono também foram objetos de interesse e ações. Nesse sentido, destacamos o estudo do artigo de Santos (2002) que formula o termo *sociologia das ausências*. Segundo o autor, o que não existe é criado para não existir, ou seja, o sistema garante a manutenção das invisibilidades e desigualdades. Deste modo, a *sociologia das ausências* surge para investigar as questões sociais de uma lógica independente de relações de subordinação impostas.

Ainda segundo o mesmo autor, a reprodução da invisibilidade acontece de diferentes maneiras. Primeiramente existe a *monocultura do saber* que deslegitima todo conhecimento proveniente de classes menos favorecidas. Além disso, há também a *monocultura do tempo*, que define a História como sequencial, dando destaque ao que hegemonicamente se define como grandes potências mundiais. Neste viés, todos os grupos sociais que não se constituem de maneira similar ao que se estabelece como países desenvolvidos são rotulados como subdesenvolvidos, sem levar em consideração as especificidades de cada povo, comparando trajetórias diferentes de uma mesma perspectiva, em disputa desigual.

Outro mecanismo da produção de invisibilidades segundo Santos (2002) é a *lógica da classificação social*. Esta teoria, naturaliza relações de poder ao justificá-las como provenientes da classificação social, em outras palavras, a relação de dominação existente é determinada pela raça, gênero, classe, entre outros fatores sociais já estabelecidos, não havendo responsáveis pela inferioridade, sendo simplesmente pré-estabelecido pelas características herdadas.

Dentro da teoria de Santos (2002) há também, a *lógica da escala dominante*, afirmando que quem detém o poder dita as prioridades, definindo por particularidades próprias a não-existência de demais causas. Por esta abordagem, outros pontos de vista que não os dominantes são irrelevantes. E por último, a *lógica produtivista*, na qual o crescimento econômico é quem dita as condições de trabalho.

6 Vide: *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

7 Vide: *Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade*, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

8 Vide: *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Revista Sociedade e Estado, vol. 31, núm. 1, janeiro-abril, 2016, pp. 99-127

9 Vide: *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.

10 Vide: *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*, Revista Sociedade e estado, vol. 31, n. 1, p. 25- 49, Jan-Apr 2016.

A partir da análise feita por Santos (2002), é possível perceber a existência de métodos para produzir a invisibilidade, ficando evidente que o abandono das minorias sociais é historicamente proposital. Nessa perspectiva, a *sociologia das ausências* surge da preocupação em garantir o desenvolvimento autônomo, permitindo a cada grupo social vivenciar suas especificidades e seu tempo, tornando válido a luta dos menos favorecidos.

Françoise Vergès (2020), teórica feminista, afirma em seus estudos que as relações de classe e raça entre mulheres permanecem reproduzindo lógicas capitalistas e patriarcais de subordinação social que perpetuam invisibilizações espaço-temporais, globalmente. O fato de mulheres brancas ascenderem a cargos e profissões atribuídas historicamente aos homens não termina com as exclusões de raça, já que trabalhos e profissões consideradas menores permanecem subvalorizadas e, de modo ainda colonial, perpetuadas.

Trata-se, portanto, de uma cultura que privilegia alguns grupos sociais e menospreza outros. Nesse cenário, a desigualdade tende a aumentar quando um indivíduo é pobre, mulher, negra(o), periférica(o), no qual são encontrados mais obstáculos para melhorar as condições de vida. Poucas são as oportunidades de ascensão social, de empoderamento subjetivo, de representatividade e de ação individual e coletiva sobre consciência social. Logo, o espaço do abandono é interseccional, pois muitas são as camadas sociais vítimas dessa disparidade.

Se mulheres são as mais afetadas por essa lógica segregacionista, analisando pela abordagem de Santos (2002), percebe-se como a *monocultura do saber* atua invisibilizando a luta feminista. Todas as questões vivenciadas pelas mulheres são julgadas e analisadas por um pensamento produzido cultural e historicamente masculino e patriarcal. Espaço e temporalmente, no ambiente de trabalho, de estudos, de segurança pública e no seu próprio lar, seus conhecimentos são questionados e muitas vezes ignorados. Suas falas não são ouvidas mesmo quando possuem grande domínio sobre a temática abordada, muitas vezes ainda é necessário que um homem se posicione por ou com as mulheres para que o assunto ganhe a devida seriedade.

Situações de desigualdade e invisibilidade também dificultam a vida das mulheres pela *lógica produtivista* (SANTOS, 2002) que define as condições de trabalho pelo viés dos detentores dos meios de produção. No caso das mulheres integrantes, atendidas e escutadas pelo FMV as precariedades são variadas, mas o abandono de práticas e modos de vida, trabalhistas, das condições de moradia e de suporte em políticas públicas sociais, de saúde e educacionais são generalizadas.

Ainda nos dias atuais as mulheres são responsáveis pelos filhos e pela casa, mesmo trabalhando e contribuindo com as despesas da família e as funções do lar, na maioria das vezes, não são divididas igualmente com seus parceiros. O abandono dos estudos, nas escutas, é um dos fatores no qual a maternidade se atrela.

Diante da sobrecarga de tarefas, as mulheres ainda são submetidas a condições de trabalho que negligenciam essas questões exigindo o máximo de seus esforços, com salários inferiores e carga horária semelhante à dos homens. Reforçamos que à *lógica das monoculturas*, acrescenta-se a do *tempo* de dedicação aos afazeres domésticos, que compromete social, econômica e culturalmente as dinâmicas da mulher em relação à sobrecarga de trabalho aos quais é historicamente subordinada.

Contribuindo com os pressupostos da *monocultura do tempo linear* de Santos (2002) as mulheres nunca estiveram historicamente em condições de igualdade com os homens, e por muito tempo não tiveram direito ao voto, aos estudos, tiveram vontades

reprimidas, incluindo desejos profissionais que foram negados em razão de constituírem família ou outras razões quaisquer. Os direitos conquistados foram obtidos por meio de movimentos feministas e esse histórico de limitações ainda afeta os dias atuais, dificultando a conquista de espaços dominados pela presença masculina.

Seguindo a tese das *monoculturas* de Santos (2002) associada à *classificação social*¹¹ de Quijano (2014) e à abordagem decolonial destacadas por Curiel (2007) e Vergès (2020) coloca-se a mulher como subordinada não apenas ao homem, mas em relação a diferentes grupos sociais a que pertence, ainda que com muita luta para mudar essas relações. Nessa lógica, enquanto alguns homens e mulheres de certas classes sociais e raças trabalham e produzem riquezas, outras mulheres cuidam da casa, em trabalhos instáveis e com posições subalternizadas e menos valorizadas.

A *lógica da escala dominante* (Santos, 2002) coloca sobretudo a raça branca como autoridade, sendo suas pautas alvo de atenção e, todos os demais assuntos são tratados como alheios, secundários e mesmo negligenciados, garantindo a continuidade deste modo civilizatório criado por grupos privilegiados.

Além de todos esses mecanismos históricos e culturais que garantem a manutenção das disparidades econômico-sociais e entre os sexos, perpetua-se a invisibilidade das mulheres e a negligência com o corpo feminino, que ocorre em diferentes situações. Diariamente mulheres são vítimas de feminicídio, violência física e psicológica, preconceito, assédio, desvalorização salarial, retirada de autonomia, silenciamentos, entre outros tipos de invisibilidades e abandono.

A estas relações de abandono e invisibilidades cotidianas associamos os debates sociológico-geográficos (NASCIMENTO et al, 2019) entre Ana Clara Torres Ribeiro¹² e Milton Santos¹³ ao tratarem de gestos e espaços banais. Dizemos que a banalização de práticas sócio-espaciais ratificam práticas culturais ao longo do tempo perpetuando lógicas excludentes em *corpoespaçotempo*.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 elaborado por meio de dados fornecidos pelas secretarias públicas estaduais, pelas polícias civis, militares e federais e outros órgãos oficiais de segurança pública, o número de homicídios de mulheres e feminicídios de 2020 a 2021 diminuíram, entretanto, o número de tentativas de feminicídios, de lesão corporal dolosa neste mesmo período aumentaram, ou seja, crimes letais diminuíram, enquanto outras formas de violência aumentaram.

Em 2020, a pandemia de Covid-19 fez com que mulheres em situação de violência ficassem ainda mais vulneráveis. O início da pandemia foi marcado por uma crescente preocupação a respeito da violência contra meninas e mulheres, as quais passaram a conviver mais tempo em suas residências com seus agressores, muitas vezes impossibilitadas de acessarem (sic.) serviços públicos e redes de apoio (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 165).

11 Vide *Colonialidad del poder y clasificación social*, In: Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. p. 285-327. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

12 Vide *Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário*, In: Forma em crise. Utopias necessárias, p. 93-111. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

13 Vide *Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Outro dado relevante diz respeito à situação econômica durante a pandemia da Covid-19. Em pesquisa realizada pelo Datafolha em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020 quem mais sentiu a diminuição da renda familiar foram as mulheres. Ao buscar entender esses dados, é importante levar em consideração que são as mulheres o grupo social que mais exerce empregos informais e, deste modo, durante a pandemia da Covid-19 foram as primeiras a sofrerem com os impactos econômicos e serem demitidas.

O que se percebe da realidade cotidiana das mulheres pelo viés das ausências e de meios que buscam dar visibilidade a essas condições na atualidade permanecem ainda carentes de respostas econômico-sociais, em políticas públicas, educativas, culturais e em diversos outros âmbitos, como abordaremos adiante.

O abandono do corpo feminino na cidade (urbano) e no campo (rural)¹⁴

Na busca de uma abordagem aprofundada da realidade vivenciada pelas mulheres, nesta abordagem articulada em ensino-pesquisa-extensão realizada pelo programa (R)Urbanidades Afro, Latino e Pan Americanas fez-se necessário uma série de recortes temáticos sobre questões relevantes identificadas. Primeiramente abordamos as minorias sociais, em seguida questões de invisibilidades e vulnerabilidades relacionadas às mulheres em geral. Agora, quais são essas mulheres em condições de vulnerabilidade?

Apesar de todas as mulheres sofrerem com o apagamento histórico e serem submetidas a cumprirem um papel social de subordinação seguindo padrões patriarcais e sexistas, essas dificuldades são vivenciadas de forma diferente por mulheres brancas, mulheres negras e também de acordo a classe em que se encontram e, portanto, relacionadas com suas condições financeiras.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, 37,5% das vítimas de feminicídio são brancas e 62% são negras. As mulheres negras além de lidarem com o machismo, são vítimas também de racismo e de estereótipos historicamente impostos pela sociedade.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2022), analisando índices da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio com referência em dados do IBGE, as mulheres negras possuem altas taxas de desemprego e informalidade comparadas a outros grupos sociais como o de mulheres brancas e pardas e até mesmo de homens brancos e pardos.

Joice Berth (2019) ao escrever sobre *Empoderamento* para a Coleção Feminismos Plurais destaca como as relações sociais mantêm a população negra no lugar da subalternidade ao negar os saberes produzidos por essas pessoas. Quando se trata da mulher negra, a invisibilidade e inferioridade é mais perceptível ainda, visto que este grupo ocupa uma posição de abandono também no âmbito das lutas sociais. Pautas como o machismo e o racismo, por exemplo, abordam a realidade do negro e da mulher, mas o recorte da mulher negra tem sido deixado de lado.

¹⁴ Dados obtidos em atividades de ensino-pesquisa-extensão realizadas no âmbito da UFSJ e articuladas junto ao grupo de pesquisa A.T.A. desde 2010.

Nesse sentido, “o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 101). É nítido que a mulher negra vivencia uma realidade específica e que, portanto, precisa, de um olhar de sua própria realidade com o propósito de articular à políticas públicas que atendam, de fato, as necessidades deste grupo social.

Se a mulher ocupa um papel importante na sociedade, sobretudo nos lares, por ser ela a responsável pelos cuidados e educação dos filhos, pela organização e limpeza da casa e também pelo sustento de suas famílias, muitos também são os obstáculos e desafios encontrados diariamente, pois este papel se perpetua e se reproduz também social e culturalmente. No âmbito da urbanização e também nas áreas periféricas e rurais relaciona-se às necessidades básicas que são negligenciadas, tais como, luz, água potável, tratamento de esgoto, segurança, mobilidade, saúde e educação, como também, demandas específicas das mulheres (CURIEL, 2007).

A ineficácia dos serviços públicos de qualidade dificulta a vida de todos, e as mulheres, em suas muitas atividades exercidas diariamente sentem mais intensamente essas dificuldades, na cidade e, mais intensamente, no campo, sobretudo ao tratarmos dos serviços públicos básicos como a mobilidade e a educação¹⁵, ou a falta de tratamento de esgoto e água potável que ocasionam doenças principalmente em crianças, e as distâncias e precárias condições de atendimentos pediátricos e dos postos de saúde dificultam acessos médicos¹⁶.

Desta forma, mães são obrigadas a faltar em seus empregos para cuidarem dos filhos, ficam horas em filas de hospitais, desamparadas pelo poder público. Todas as dificuldades sentidas de maneira mais intensa pelas mulheres, podem também ser observadas pela falta de iluminação pública, tornando trajetos diários de trabalho, escola e casa mais arriscado para elas (NASCIMENTO et al., 2019)¹⁷.

Enquanto os homens sentem medo de assaltos devido a insegurança gerada por locais mal iluminados, as mulheres além de assaltos são vítimas de sequestros seguido de violência sexual, entre outros crimes.

Retomando o debate sobre o acesso à educação, a administração pública além de não garantir condições para que mães possam estudar, também dificulta que as mesmas trabalhem, vista a ausência de creches e vagas que atendem toda a demanda. Desse modo, as mães são obrigadas a enfrentar filas em busca de vagas, quando há creche.

Como relatado pela reportagem da TV EPTV1, já há em 2019 indignação nas filas de espera:

O sol está muito quente, muito calor, é difícil ficar na fila com criança desse jeito. A gente precisa trabalhar e não posso pagar escola particular. A gente tem que passar por humilhação porque precisa. Eu me sinto humilhada, principalmente porque estamos com crianças (faxineira Lourivanda em reportagem para TV EPTV1, 2019).

¹⁵ Há diversos estudos que abordam os tempos de deslocamento casa-trabalho, em sua maioria sem especificar gênero. Regionalmente e em estudos locais realizados no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ esta questão tem aparecido em disciplinas teóricas e estúdios ministrados pela Profa. Adriana Nascimento.

¹⁶ Dados obtidos junto ao Fórum de Mulheres das Vertentes e ao Observatório da Saúde Coletiva da UFSJ.

¹⁷ Vide o debate do artigo O caminhar é para todas? Uma abordagem de mulheres latino-americanas sobre derivas e *flâneries* na contemporaneidade, publicado no ENANPUR de 2019.

Em síntese, as necessidades básicas não são garantidas, as cidades não são planejadas em relação direta com as demandas existentes e políticas públicas ainda não garantem vida digna a todas as mulheres. Além das questões apresentadas acima, esta minoria social precisa de visibilidade para pautas urgentes, como os diferentes tipos de violência contra e cuidados da mulher.

Não há local e idade para os casos de violência contra a mulher: as agressões são desde psicológicas, assédio moral, sexual, violência obstétrica e agressões físicas. Atravessados por discursos racistas e machistas, infelizmente, em muitos casos a vítima não busca ajuda devido ao medo das reações dos agressores e descrença na atuação da justiça e com isso, se tornam vítimas do feminicídio.

Recorrendo novamente ao levantamento do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, aponta-se o estado de Minas Gerais como o que mais registrou casos de feminicídios no Brasil. Entre os casos mais recentes, a morte de Tânia Aparecida em outubro de 2022, em Belo Horizonte, nos revela como é falha a atuação da polícia em crimes contra a mulher.

Segundo o jornal G1, a vítima ficou dois dias em casa até ser levada ao hospital pelo marido. Ao ser internada, com a presença do agressor no local, a polícia militar foi acionada, mas conforme relatado, nada foi feito. Após receber alta, a vítima procurou a polícia para realizar denúncia, entretanto, no dia seguinte veio a falecer devido uma hemorragia.

Após a morte da vítima, o homem agressor foi agredido. Ao recorrer à polícia militar, confessou a violência contra a mulher, sendo instaurado um procedimento investigatório para apurar os fatos. De agressor passou à vítima e não foi preso. Por trás de crimes como esse, muitas também são as agressões psicológicas sofridas, o que acontece frequentemente com outras mulheres.

A impunidade do feminicídio relatada, e difundida por noticiários, colabora exponencialmente com a ideia de favorecimento aos agressores, que se sentem à vontade para continuarem a praticar violência. Dessa forma as vítimas perdem a credibilidade frente a atuação da polícia, contribuindo para ausências, apagamentos, ocultamentos, silenciamentos, sofrimentos, angústias e abandonos das causas de violências contra as mulheres.

Entende-se que ao dar visibilidade a pautas destes tipos de abandonos em gestos, práticas e espaços por diferentes campos do conhecimento, podem ser realizadas melhorias relacionadas aos cuidados e à qualidade de vida em *corpoespaçotempo*, independente de ser no espaço urbano ou no rural.

Poéticas Latinas e outras ações: olhares sobre as urbanidades e ruralidades

A partir de demandas, juntamente ao FMV e articuladas ao programa nacional de movimentos e lutas participamos das realizações do evento 8M, referente ao dia das mulheres, 8 de março, no qual tivemos muitos compartilhamentos interdisciplinares de vivências e subjetivação em diferentes mesas de conversa na proposta *Poéticas Latinas* (Figura 1).



As mesa redondas foram realizadas entre os dias 22 e 25 de março de 2022 com as seguintes temáticas:

1. Poética performativa y política que tratou de relacionamentos e proporções ambientais, analisando dispositivos pedagógicos, artísticos e ativistas, mesclando entre teoria e práticas criativas sistêmicas, sociológicas, econômicas e políticas da sociedade¹⁸;
2. La poética feminista en las arquitecturas para la vida en la producción del espacio urbano que debateu sobre o papel da mulher na produção sócio-espacial e estrutural urbana e plural¹⁹;
3. Poética de la vida en ruralidades y urbanidades que foi uma roda de conversa sobre experiências revolucionárias entre cidade-campo envolvendo a qualidade de vida em diferentes comunidades²⁰;
4. Poética feminista en la literatura que deu ênfase aos debates literários,

18 Vide: mesa-redonda disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FIQPAEmdn_I

19 Vide: mesa-redonda disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9HtUchRiWeA>

20 Vide: mesa-redonda disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6leoND76Jfg>

relacionando o lugar ocupado pela mulher no espaço produtivo, discutindo seus direitos em múltiplos ambientes e tempos²¹.

As ações do *Poéticas Latinas* proporcionaram debates interessantes acerca do olhar das mulheres e sobre a mulher tanto historicamente, profissionalmente, nas artes performáticas e na literatura, na arquitetura, quanto das condições das mulheres nas áreas rurais em relação às urbanas, interseccional e internacionalmente, sendo as participantes de diferentes origens: africanas, brasileiras, chilenas e portuguesas.

Importantes autoras foram destacadas e discutidas, bem como suas contribuições nas diferentes produções e profissões, desde a escrita literária à teórico-acadêmica acerca das condições das mulheres nas sociedades latinoamericanas e africanas. O olhar crítico também foi trabalhado abordando diferentes temporalidades em comparação com os dias atuais, observando o que mudou e o que ainda permanece na contemporaneidade em urbanidades e ruralidades.

Com relação ao trabalho feminino literário, alguns focos foram pontuados, como a investigação do trabalho com a escrita de mulheres e principalmente o trabalho com a escrita de mulheres negras, suas realidades, percepções e vivências. Observou-se nos debates uma denúncia em virtude do racismo estrutural ainda presente na sociedade, com a naturalização de pensamentos e ações que promovem a segregação sócio-espacial de pessoas negras, invalidando e inviabilizando seus trabalhos, permanecendo com baixo reconhecimento intelectual nos espaços do saber e, portanto, com alcances ainda limitados. Atitudes de cunho preconceituoso e discriminatório atingem duramente essa população produtiva.

As ações promovidas pelo programa de extensão junto ao FMV visam contribuir para que as mulheres e em especial pretas e pardas sejam vistas, respeitadas e que saiam de condições de subalternidade e exclusão, potencializando a valorização cultural, intelectual e histórias em diferentes contextos, escalas e alcances.

Considerando alguns aspectos mencionados, as perspectivas das mulheres presentes nas mesas realizadas, em especial nas mesas do *Poéticas Latinas*, se manifestaram sobre a escrita, o corpo, a sexualidade, o gênero, o prazer, a produção espacial e cultural em seus diferentes âmbitos e conjunturas, assim como sobre os caminhos trilhados em relação aos desafios existentes e delineados por questões culturais, econômicas, sociais e morais como é o caso da política em diferentes âmbitos, desde as do mercado editorial às políticas públicas, da ausência de planos setoriais que favorecem o silenciar e atrapalham a circulação de projetos e ideias femininas/feministas pelos diferentes espaços sociais.

Normalmente este tipo de produção cultural tem sido ocultada pelo patriarcado, que camufla a figura feminina, sendo reservados ainda e sobretudo os papéis de dona de casa e de cuidadoras dos filhos. Figuras revolucionárias que conseguem *fugir à regra* são importantes para a história, também por suas contribuições. O compartilhamento deste tipo de trabalho feminino juntamente com suas vivências e histórias traz mediações e importantes repertórios para os diferentes grupos sociais e seus contextos locais.

No texto *Intelectuais Negras*²² bell hooks (1995) promove interessantes reflexões no qual faz referência a observação de mulheres negras que militam e educam em suas comunidades e/ou em um quilombo afetivo, construtivo e potente e conseqüentemente,

21 Vide: mesa-redonda disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=heCOxmVxFQ4>

22 Vide artigo *Intelectuais Negras*. Revista Estudos Feministas, vol. 3, n.2, p. 464-478, 1995.

fica clara a necessidade de se pensar em mulheres negras e no conceito de intelecto a partir de diferentes pontos de vista, especialmente do delas.

Outros pontos trabalhados e discutidos nos encontros proporcionados pelo A.T.A. UFSJ, grupo de pesquisa interdisciplinar, que coordena o programa de extensão aqui mencionado, buscam desenvolver trabalhos e diálogos entre diferentes campos e áreas do conhecimento, como os estudos artísticos, de gênero na crítica feminista; as possibilidades de incursão no mercado de trabalho feminino; as expectativas alheias com relação à postura das mulheres, onde quer que elas estejam; os significados impostos aos corpos como forma de negá-los e silenciá-los, visto que práticas como essas estão, inconsciente e conscientemente presentes ainda nos dias atuais.

Além dos encontros com o FMV e das rodas de conversa interdisciplinares, em parceria com a Revista Subversa, especializada em literatura contemporânea luso-brasileira, realizou-se a oficina de escrita literária Sonhos Pandêmicos urbanos e rurais, que foi uma atividade desenvolvida durante o Inverno Cultural da UFSJ em 2021, direcionada, exclusivamente, às mulheres.

As participantes desta oficina relataram sobre os diferentes sonhos que tiveram durante o período da pandemia. Esse processo se transformou em um trabalho de escrita, edição, ilustrações e colagens em cima de textos, sendo uma participação nos processos de planejamento e de visualização de múltiplas dinâmicas territoriais. A atividade difundiu métodos de organização e proporcionou diferentes discursos, que geraram segmentos de análise e uma visão interseccional para discussões e reflexões sobre essa experiência.

Desdobramentos interdisciplinares foram articulados a pesquisas, desde a filosofia, a literatura e a arte conceitual até a arquitetura e urbanismo, observando a comunicação, o ser, o fazer e a orientação no espaço com mapeamentos colaborativos e cartografias, além do desenvolvimento de tecnologias, a distribuição e a mobilidade informacional, no qual ferramentas de exploração e experimentação urbana têm por finalidade a elaboração de novas possibilidades de produção e aproveitamentos (CARVALHO, 2021), a partir e pelas resoluções obtidas pelo programa de extensão.

Ressaltamos que é na interdisciplinaridade e nas trocas de saberes que se permite oferecer acesso à qualidade de vida a todos os corpos, espaços e tempos. Os textos trabalhados no grupo de pesquisa e junto aos parceiros do programa, têm sido marcados por debates sobre culturas, de racialização, de invisibilidades, do lugar da violência, assim como por marginalizações e, em contraponto, os da fruição estética via literatura e arte, por atravessamentos amorosos.

O lugar do outro fora de contexto, da subalternidade da mulher e de sua emancipação como sujeito poético feminino que reivindica sua voz na luta pela liberdade (DAVIS, 2021), por funções, cargos, espaços, tempos e referências no contexto social, político e também histórico, fugindo das *monoculturas*, como orientado por Santos (2002).

Corpo feminino e a política

Diante da realidade de abandonos e invisibilidades vivenciadas pelas mulheres, são grupos como o Fórum de Mulheres das Vertentes (FMV) que auxiliam na luta por melhorias para este segmento social, contribuindo para que a mulher seja livre dos padrões coloniais impostos a elas. A atuação do movimento na região do Campo das Vertentes é articulada por diferentes coletivos e integrantes em grupos de trabalho (GT's). No cenário pandêmico, foram articulados meios para arrecadar cestas básicas

destinadas a famílias e mulheres necessitadas da região (PINHEIRO; GUIMARÃES; LIMA, 2021).

Na atuação junto ao FMV, a fim de entendermos o perfil das integrantes do coletivo, foi elaborado questionário e encaminhado a todas as participantes abordando perguntas relacionadas a dados pessoais, a saúde física e mental, condições de trabalho e anseios futuros. As respostas obtidas resultaram em um compilado de informações que auxiliam a entender as condições e demandas dessas mulheres.

Um dado importante diz respeito à raça das participantes que responderam ao questionário, sendo que 60% das mulheres integrantes se consideram e autodeclararam como brancas. Esse percentual nos faz pensar qual o motivo da discussão feminista não ocupar ou alcançar, na região onde atua, espaços de mulheres negras, visto que são as minorias sociais mais atingidas pela invisibilidade, ainda que esta participação venha aumentando gradativamente.

Se pretendemos construir um feminismo mais inclusivo, precisamos ter abordagens e capilaridade para tornar o feminismo como parte das vidas das mulheres que não estão, por diferentes motivos ou condições de sobrevivência, em espaços usualmente frequentados pelas integrantes, coletivos e mulheres feministas. (PINHEIRO, GUIMARÃES, LIMA, 2021, p. 109)

Ao perguntarmos no formulário sobre a saúde física e mental das mulheres durante a pandemia da Covid-19, várias foram as respostas indicando aumento do cansaço mental, variação de humor, estresse, desânimo, ansiedade, esgotamento e sobrecarga de trabalho. Esses dados só reafirmam o papel da mulher como responsável pelo lar, e durante o período da Covid-19, em que parte da população ficou em casa e a demanda por tarefas domésticas aumentou, exigindo mais de mães e esposas.

Por meio da interação promovida pelas atividades do FMV e das respostas ao questionário observa-se o desejo das mulheres em ampliar o conhecimento de assuntos relacionados à política a fim de conquistarem espaços de decisões públicas para garantir que pautas voltadas para questões como a violência contra a mulher e a independência financeira, sejam melhor abordadas e implementadas.

A realização da sociedade urbana exige uma planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade urbana. Ela necessita de uma ciência da cidade (das relações e correlações na vida urbana). Necessárias, estas condições não bastam. Uma força social e política capaz de operar esses meios (que não são mais do que meios) é igualmente indispensável. (LEFEBVRE, 2001, p. 138)

Apesar dos direitos das mulheres serem assegurados por algumas legislações, a falta de representatividade feminina nos cargos de decisão colaboram para a não aplicação das leis. À medida que mulheres são eleitas para cargos políticos e de liderança em setores públicos como delegacias, universidades, hospitais, suas necessidades ganham mais atenção e cuidados.

Não basta apenas criar políticas públicas direcionadas para as mulheres, é preciso uma correta abordagem das questões feministas e também o cumprimento das leis visto que os índices de violência contra mulheres não diminuíram, permanecendo necessário questionar atuações e realizações em *corpoespaçotempo*.

A negligência dos setores de segurança pública assim como a falta de profissionalismo para lidar com as vítimas dos diversos tipos de violência evidenciam a necessidade de uma educação voltada para mudanças de pensamento e de comportamento, sobretudo em direção ao combate ao machismo enraizado culturalmente.

Das atividades desenvolvidas no ano de 2022 devido às eleições presidenciais, destaca-se a atuação do FMV na busca e disseminação de informações verídicas e fundamentadas por meio das redes sociais no sentido da conscientização política e de suas repercussões em pautas, ações e projetos que as incluam nos debates sócio-espaciais e culturais.

Considerações finais

Uma abordagem interseccional dos corpos femininos nos diferentes tempos e espaços da contemporaneidade revela diferentes abandonos dessa minoria social. Hoje, após muitas lutas, a mulher ainda ocupa um lugar de inferioridade e subalternidade decorrente de atrasos históricos.

Todas as temáticas abordadas tanto em termos práticos como teóricos, expostos no artigo, direcionam para a necessidade de articulação de debates dentro e fora dos movimentos feministas a fim de dar visibilidade e notoriedade às lutas das mulheres, de modo crítico, com especificidades, seja em contextos locais, regionais ou globais, conforme agendas internacionais e com necessidade de estabelecimento de agendas nacionais e locais.

Em síntese, grupos marginalizados junto às minorias sociais, referenciadas ao longo do artigo, sofrem com o abandono, em condições *corpoespaçotempo* ainda reduzidas em atenção, atendimentos, ascensão social, profissional, financeira, artística e com o baixo reconhecimento intelectual ao longo dos anos. Portanto, experienciam constantes desigualdades e a escassez de oportunidades nos diferentes ambientes culturais e em variados âmbitos e escalas: trabalhistas, sociais, culturais, midiáticos, municipais, urbanos e rurais.

Os debates e ações aqui expostos procuram avançar na busca da difusão e da visibilidade sobre desafios acerca das relações das mulheres com a vida cotidiana, no fortalecimento coletivo feminino/ feminista no sentido de regenerar e conquistar espaços e tempos, facultativos de liberdade e em direitos igualitários.

Agradecimentos

Agradecimentos à PROEX/UFSJ, ao Fórum de Mulheres das Vertentes (FMV), às integrantes das mesas *Poéticas Latinas*, sobretudo às coordenadoras adjuntas Gabriela Manzi Zamudio da Universidade do Chile, à editora Tânia Ardito e à Revista Subversa, suas contribuições junto ao grupo de pesquisa A.T.A., à Larissa Alves, bolsista de extensão, e aos integrantes e colaboradores do projeto de extensão (R) Urbanidades Afro, Latino e Pan Americanas. Para informações do grupo de pesquisa vide: <https://linktr.ee/ataufsj>

Referências

- ARENDE, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.
- BERTH, Joice. *Empoderamento / Feminismos Plurais / coordenação Djamilia Ribeiro*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- CARVALHO, Isabel Cristina. Critical spatial thinking in Women's Resilience for An Inclusive City. *Journal of Advanced Research in Social Sciences*, 4(1), 32-40., 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.33422/jarss.v4i1.688> Acesso em: 10 nov. 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado. Brasília: Universidade de Brasília, vol. 31,n.1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339945647006>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- CURIEL, Ochy. *Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. Nómadas (Col)* [en linea]. 2007, (26), 92-101. Acesso em: 14 Nov. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241010>
- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.
- EPTV 1. *Busca por vagas em creche leva mães a enfrentarem fila sob sol forte em Ribeirão Preto*. Globo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/11/04/busca-por-vaga-em-creche-leva-maes-a-enfrentarem-fila-sob-sol-forte-em-ribeirao-preto.ghtml>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- FEIJÓ, Janaína. *A participação das mulheres negras no mercado de trabalho*. Blog do Ibre, 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- FREIRE, Paulo . *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública 2022*, n. 16, 2022. ISSN 1983-7364. Disponível em:<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DATAFOLHA. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3ª Edição. 2021.ISBN 978-65-89596-08-0. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 03 nov.2022.
- GROSGOUEL, Ramón. *A estruturado conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. *Revista Sociedade e estado*, vol. 31, n. 1, p. 25- 49, Jan-Apr 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- GRUPO DE PESQUISA A.T.A. *Poética Performativa y Política*. YouTube, 19 de abr. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FIQPAEmdn_I>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.
- GRUPO DE PESQUISA A.T.A. *A poética feminista en las arquitecturas para la vida en la producción del espacio urbano*. YouTube, 19 de abr. de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9HtUchRiWeA>>. Acesso em: 08 de nov. de 2022.
- GRUPO DE PESQUISA A.T.A. *Poética de la vida en Ruralidades y Urbanidades*. YouTube, 19 de abr. de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6leoND76Jfg>>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.
- GRUPO DE PESQUISA A.T.A. *Mesa redonda Poética Feminista en la literatura*. YouTube, 24 de abr. de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=heCOxmVxFQ4>>. Acesso em: 08 de nov. de 2022.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100> Acesso em: 10 nov. 2022.
- HOOKE, bell. *Intelectuais Negras*. *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n.2, p. 464-478, jan. de 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 08 nov. 2022.
- HOOKE, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo:WMF Martins Fontes, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/bell_hooks_-_Ensinando_a_Transgredir_1.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.
- IBGE Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil In: *Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.41*, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em 14 nov. 2022.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MADEIRA, Fernando *et al. Inclusão da minoria e seus direitos na sociedade*. Pesquisas e inovações em ciências humanas e sociais: produções científicas multidisciplinares no século XXI, Florianópolis, SC: Instituto Scientia, vol. 1, p. 276 - 288, 2022. Disponível em: <https://institutoscientia.com/catalogo/livro-humanas-sociais-3>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- MG2. *Mulher é agredida pelo marido e morre após denunciar caso à polícia na Grande BH*. Globo, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/10/22/mulher-e-agredida-pelo-marido-e-morre-apos-denunciar-caso-a-policia-na-grande-bh.ghtml>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- NASCIMENTO, Adriana; LEITÃO, A. S.; GONÇALVES, Thais de A.; CARVALHO, A. L. R. *O caminhar é para todas? Uma abordagem de mulheres latino-americanas sobre derivas e flâneries na contemporaneidade*. In: XVIII Encontro Nacional da ANPUR, 2019, Natal. Anais do XVIII Encontro Nacional da ANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/enanpur-xviii/>
- NASCIMENTO, Adriana; CUNHA, Pedro Henrique A.; VELHO, Ana Carolina; CANAVEZ, Luciana Vale. *Sujeito corporificado e urbanidades: relação espaço-sociedade*. Anais XVIII ENANPUR, Natal, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1190>

NASCIMENTO, Adriana. *Territórios do Corpospaçotempo: quem planeja?*. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/862/846>. Acesso em 09 nov. 2022.

PINHEIRO, Cassi Ane; GUIMARÃES, Beatriz; LIMA, Tatiana Diniz. Fórum de Mulheres das Vertentes: entre diálogos, lutas, desafios e futuros possíveis. *SIAUS 2021 - o design do futuro hoje*. São João Del-Rei, Brasil, p. 95-110, 2021. Disponível em: <https://pipaus.ufsj.edu.br/siaus2021/anais-2-SIAUS-2021.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

PROJETO DE EXTENSÃO (R)URBANIDADES AFRO, LATINO E PAN AMERICANAS, FÓRUM DE MULHERES DAS VERTENTES. *Formulário caracterização das mulheres participantes do Fórum de Mulheres das Vertentes*, São João Del-Rei, 2021.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. p. 285-327. Buenos Aires: CLACSO, 2014. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>

REVISTA SUBVERSA. *Oficina sonhos pandêmicos urbanos e rurais*. Edição especial, vol. 14, n.4, 2021. ISSN 2359-5817. Disponível em: https://issuu.com/revistasubversa/docs/revista_subversa_final. Acesso em: 08 nov. 2022.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário*. In: Forma em crise. Utopias necessárias, p. 93-111. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF. Acesso em: 02 nov. 2022.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *O território e o saber local: algumas categorias de análise*. Cadernos Ippur, v. 2, p. 15-25, 1999.

UNDP (United Nations Development Programme). 2020 Gender Social Norms Index (GSNI): Tackling Social Norms: A game changer for gender inequalities. New York, 2020. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdperspectivesgsnipdf_1.pdf Acesso em 14 nov. 2022.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

RESISTIR, INSISTIR, EXISTIR E INSURGIR Ecos da cidade abandonada

*RESIST, INSIST, EXIST AND RISE
Abandoned city echoes*

Kary Emanuelle Reis Coimbra¹

Resumo

Neste texto apresento as ações dos Coletivos Salve Rainha e In.surge enquanto problematizadoras e contraventoras do projeto colonial-moderno e do discurso da modernização na cidade de Teresina (PI). Enquanto a estrutura da colonial-modernidade estabeleceu o padrão de ser e viver a partir da lógica capitalista, ancorada no discurso do progresso e do desenvolvimento, as fraturas desse discurso são vivenciadas pelos sujeitos excluídos, marginalizados e abandonados da hierarquia social. A partir de uma análise discursiva crítica, as narrativas dos entrevistados revelaram a movimentação dos coletivos teresinenses no sentido de visibilizar e valorizar aspectos patrimoniais e culturais da cidade, deliberadamente abandonados pela gestão pública local. As contradições do discurso modernizante aparecem quando, para além das periferias, tem-se verificado uma negligência generalizada de políticas públicas em Teresina, sugerindo que a gestão urbana ganhou novos contornos sob a égide da extrema-direita bolsonarista.

Palavras-chave: discurso colonial-moderno, modernização, coletivos urbanos.

Abstract

In this text, I present the actions of Salve Rainha and In.surge Collectives as agents of problematizations and contraventions of colonial-modern project and the discourse of modernization in the city of Teresina (PI). While the structure of colonial-modernity established the pattern of being and living from the capitalist logic, anchored in the discourse of progress and development, the fractures of this discourse are experienced by excluded, marginalized and abandoned people in social hierarchy. From a critical discursive analysis, the interviewees' narratives revealed the action of Teresina's collectives to making visible and valuing heritage and cultural aspects of the city, deliberately abandoned by the local public administration. The contradictions of modernizing discourse comes up when, beyond the peripheries, there has been a generalized neglect of public policies in Teresina, suggesting that urban management has acquired new format with the bolsonarism' far-right.

Keywords: colonial-modern discourse, modernization, urban collectives.

Introdução – ou das imposições e contravenções da colonial-modernidade² capitalista

O locus de enunci(ação) deste trabalho é a cidade de Teresina, capital do Piauí, região Nordeste do Brasil. Do ponto de vista da hierarquia social, falo da periferia de um Brasil que historicamente estabeleceu o Norte e Nordeste como regiões subdesenvolvidas. Essa divisão etnocêntrica que delimita a importância cultural dos espaços não surgiu à toa, mas como produto interno da própria formação sócio-histórica do Brasil enquanto periferia mundial.

O discurso civilizatório da modernidade subsidiou a expansão do capitalismo, que se tornou o primeiro grande sistema histórico global: o sistema-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2001). O sistema-mundo moderno diz respeito a “uma divisão territorial do trabalho multicultural na qual as produções e intercâmbio de bens básicos e matérias-primas são necessárias para a vida de seus habitantes todos os dias” (PENNAFORTE, 2011, p. 44). Assim, o sistema mundial moderno estabelece vários centros políticos (Estado-Nação) organizados de forma interdependente e hierarquizada – centro e periferia – conectados por relações fabris e comerciais (WALLERSTEIN, 2001).

Poder e discurso estão estreitamente relacionados, de modo que os grupos dominantes da sociedade exercem controle e influência na produção discursiva (VAN DIJK, 2020). Na prática, isso representa o conceito de *ordem do discurso*, “uma noção foucaultiana para aquilo que determina o que pode e o que deve ser dito em cada lugar e em cada ocasião, de acordo com a perspectiva social hegemônica” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 56). Para Foucault (1996), a formação de um discurso é historicamente situada e segue critérios de seleção, organização e distribuição, de modo que, ao ser *produzido*, não é neutro e, portanto, relaciona-se diretamente com o poder na sociedade. Essa relação entre poder e discurso permite a compreensão dos aspectos ideológicos e hegemônicos estabelecidos socialmente. Desse modo, o discurso como prática ideológica constitui, mantém ou modifica significações de mundo; como prática política, empenha-se no estabelecimento, manutenção ou transformação das relações de poder e das entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) (RESENDE; RAMALHO, 2004).

Para Fairclough (2016), o discurso diz respeito ao uso da linguagem como prática social, o que implica um modo de ação – a forma pela qual pessoas agem sobre o mundo e sobre os/as outros/as – e um modo de representação. Há uma relação dialética entre o discurso e as estruturas sociais, de forma que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significado do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95). Assim, o discurso como prática social é situado historicamente, constituído socialmente e constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença; e a linguagem assume funções identitária, relacional e ideacional. A análise do discurso crítica se propõe a desvelar questões político-ideológicas contidas nos discursos e, portanto, explicitando a relação de atores e atrizes sociais com a *reprodução* ou com a *mudança* da ordem social.

² Embora o fim do colonialismo moderno no período pós-Segunda Guerra possa ter transformado os modos de dominação implantados pela modernidade, a essência das relações centro-periferia persistiu. Nesse sentido, as estruturas edificadas durante os séculos XVI e XVII implantaram hierarquias de dimensões epistêmica, espiritual, racial/étnica e de gênero/sexualidade que perduraram mesmo após o encerramento do colonialismo histórico sobre territórios (CASTRO-GOMEZ; GROSFUGUEL, 2007). Essas estruturas foram nomeadas por Anibal Quijano de colonialidade. Para Mignolo (2007, p. 32; tradução livre), modernidade e colonialidade representam os dois lados da mesma moeda, de modo que “não se pode ser moderno sem ser colonial” e, desse modo, “a ideia de América não pode estar separada da colonialidade”.

¹ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora no curso de Administração na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Em termos conceituais, como delineado por Castilho (2010, p. 125; grifos meus), “a modernização se apresenta como um projeto da modernidade feita a partir de uma ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade”. Desse modo, a modernização é reflexo da expansão territorial da própria modernidade e do modo de produção capitalista, estabelecendo-se a partir de dois pilares: 1) um plano político-ideológico e 2) uma base técnica e infraestrutural econômica. Não sendo os espaços neutros, mas socialmente produzidos (LEFEBVRE, 1991), implicam, assim, em discursos e relações de poder. A fim de assegurar a reprodução da ordem social, o Estado cria estratégias para a produção do espaço como instrumento político intencionalmente organizado e manipulado, isto é, um meio e um poder nas mãos da classe dominante (CARLOS, 2009).

No âmbito das imposições do sistema colonial-moderno capitalista sobre os modos de ser e viver, os coletivos apresentam-se como um significativo agente de contestação da ordem do discurso, sobretudo pela atuação crítica e questionadora dos espaços públicos, das cidades, da estrutura social, enfim. Neste texto apresento, assim, uma análise discursiva crítica sobre as ações dos Coletivos Salve Rainha e In.surge enquanto problematizadoras e contraventoras do projeto colonial-moderno e do discurso da modernização na cidade de Teresina (PI). Considerados por alguns autores como “novas formas de mobilização na sociedade civil” (PEREZ; SILVA FILHO, 2017, p. 257), especificamente em Teresina, agrupamentos com pautas distintas e transversais têm atuado de forma mais expressiva na cidade desde os anos 2010, sob o título de coletivos *artísticos, urbanos, culturais, educativos, negros, feministas*, apenas para citar alguns. Antes de aprofundar sobre as ações dos coletivos, apresento inicialmente como o discurso da modernização influenciou o desenvolvimento histórico-cultural de Teresina.

Contradições do discurso da modernização na criação de Teresina

Na perspectiva da *história oficial*, Teresina foi fundada em 1852 pelo Governador José Antônio Saraiva, imbuído pelo desejo de mudar a então capital da Província do Piauí, Oeiras, para um local mais estratégico. Entretanto, a despeito do *centro histórico* atribuído na fundação da cidade, o núcleo de povoamento inicial da cidade era outro, situado na região denominada Barra do Poti, a mais antiga ocupação da cidade. Situada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, a região já era habitada por indígenas quando da chegada do bandeirante Domingos Jorge Velho, no século XVII.

Ao longo do século XVIII, contava com casas de pescadores, canoieiros e plantadores de fumo e mandioca, cuja expansão populacional e econômica subsidiaram a elevação da Barra do Poti à categoria de Vila, em 1832. Precariedades em questões sanitárias e infraestruturais na Vila do Poti, entretanto, tornaram-se empecilho para a mudança da capital para esta região. A fundação de Teresina ocorreu, então, a seis quilômetros dali, na região da Chapada do Corisco, recebendo o título de *Vila Nova* do Poti. O núcleo de povoamento inicial ficou conhecido como a *Vila Velha* do Poti, hoje com o nome de Poti Velho, o bairro mais antigo da nova capital (SEMPPLAN, 2018). Em pesquisa sobre identidades e alteridades na memória oral do bairro Poti Velho, moradores proclamam que *Teresina nasceu ali*. Inclusive, a denominada Igreja Matriz de Teresina, Nossa Senhora do Amparo, padroeira do bairro e da cidade, leva o mesmo nome de capela já existente na então Barra do Poti (PEREIRA; MORAIS, 2014).

Sobre Teresina, Silva (2012, p. 217; grifos meus) frisa que, “embora pouco estudada do ponto de vista urbanístico, tem muita importância na história do urbanismo brasileiro por se tratar da *primeira cidade-capital planejada e construída no período do Império*”. Para a autora (2012, p. 218), “a nova capital deveria se constituir em instrumento adequado

à estratégia política e ao desenvolvimento do Piauí. Como tal, a escolha do local para a implantação do núcleo urbano foi criteriosa”, tendo como referencial a urbanística portuguesa. Desse modo, a forma urbana de Teresina é resultante da rigorosa legislação portuguesa, voltada à criação de vilas e cidades coloniais brasileiras. O planejamento de Teresina retomaria a aplicação de alguns dos princípios que seriam utilizados na reconstrução de Lisboa, à época, peculiaridade que não apenas estabelece um vínculo formal com a capital de Portugal, mas que também traduz a hierarquia metrópole-colônia (SILVA, 2012).

Teresina foi criada 44 anos após a vinda da família imperial para o Brasil. Em um contexto colonial, Marques (1994) destaca os três primeiros séculos de existência do país, em que toda a atividade econômica se subordinava aos interesses da burguesia comercial europeia, de modo que as colônias constituíam instrumentos de poder de suas metrópoles. A vinda da corte portuguesa ao Brasil almejou a implantação de algumas medidas de modernização com vistas a adequá-lo à nova condição de sede da metrópole. Essas medidas, no entanto, eram *mais ideológicas que modernizantes*, voltadas a legitimar a imagem de uma “monarquia esclarecida”, que criava centros de tecnologia simples e apoiava pesquisadores europeus (MARQUES, 1994, p. 17).

Diante desse contexto modernizador, em 1852, o então governador José Antônio Saraiva mudara a capital da Província do Piauí da cidade de Oeiras para a região onde existia a Vila Nova do Poti, no intuito de projetá-la comercialmente (NASCIMENTO, 2011). Escolhida como capital por se localizar entre os rios Poti e Parnaíba, a mudança ocorreu como “fruto de interesses políticos e econômicos ao reivindicarem a modernidade e o desenvolvimento para o Estado do Piauí”, estimulando, assim, a agricultura de exportação e a navegação à vapor (GANDARA, 2011, p. 109). Como destaca Nascimento (2011, p. 1), além dos objetivos comerciais, os idealizadores da mudança da capital também almejavam “a ruptura com o velho”, assim como a superação dos entraves “ao progresso da Província”, conferindo um sentido de modernização à fundação da nova capital.

Entre 1937 e 1945, período denominado pela historiografia brasileira de Estado Novo, Teresina recebeu tratamento urbano, novas áreas de sociabilidades, além de transportes modernos, sendo tudo isso valorizado no discurso oficial. Estas intervenções visavam a transformar Teresina em uma cidade moderna. Na construção dessa cidade, alguns símbolos da modernidade foram sendo incorporados ao cotidiano da cidade e de seus habitantes. O automóvel foi ganhando espaço e as ruas do centro tiveram que ser adequadas para esse objeto de consumo de alguns poucos. Mas, existia outra cidade menos presente no discurso oficial, onde não havia água tratada e canalizada, luz elétrica, e suas ruas não eram calçadas; nela, animais domésticos eram criados à solta e os moradores atingidos por um grande número de doenças, dentre as quais a febre tifoide, a varíola, a tuberculose. Nessa outra cidade, a maioria da população morava em casas de palha (NASCIMENTO, 2011, p. 4).

Na década de 1970, a modernização da área urbana de Teresina contou com demolições de barracos para a criação das Avenidas Miguel Rosa e Gil Martins, expulsando moradores/as para regiões periféricas (bairros Água Mineral e Buenos Aires). Essas ações também tinham o intuito de filtrar a circulação, na região central, de segmentos *indesejáveis* da população pela elite local. Mais que impactos estruturais nos espaços físicos da cidade, as demolições refletiram, sobretudo, “na memória desses moradores e construtores da cidade”. Os processos de remoção obrigavam a busca por novos espaços de pertencimento, afetando, de forma brusca, as relações sociais já construídas

com vizinhos, a proximidade de emprego e/ou escola e as relações identitárias com o próprio lugar (MONTE, 2017, p. 183).

Desde o início, portanto, as aspirações da modernidade no tecido urbano teresinense trouxeram segmentação e gentrificação dos espaços, ficando as sociabilidades de moradores/as em segundo plano, no curso do *progresso*. A propósito, Monte (2016) narra como ocorreu o processo de esvaziamento do Centro de Teresina como área residencial, com a migração da população do local para a região Leste da cidade:

[...] a área do Centro, a partir de então, perde progressivamente o espaço de área residencial e passa ser eminentemente comercial, uma vez que a população de alto poder aquisitivo se transfere para Zona Leste da Cidade. Alguns estudiosos afirmam que a inserção dos automóveis também favoreceu a esse processo, uma vez que era possível por meio do veículo ter acesso à área comercial sem necessariamente morar nela. Ficando no Centro apenas uma pequena parcela da população que relutava em permanecer nesse espaço, as demais residências ou sofreram modificações para se adequarem a espaços comerciais ou são postas a baixo para ceder espaços para estacionamentos de veículos. Com a saída da população de classes mais abastadas do centro da cidade, espaços de lazer e sociabilidades passam por modificações. É o caso de praças, como a Pedro II, o Teatro 4 de Setembro e o Clube dos Diários, importante eixo cultural da cidade. Uma vez que as formas de lazer eram substituídas por clubes e restaurantes situados na Zona Leste como o Jockey Clube. Em contrapartida o Centro vai ficando cada vez menos movimentado, principalmente no período noturno. Cedendo lugar para moradores de ruas e usuários de drogas que passam a fazer outros usos desses espaços. Dessa forma, fica ameaçada também a memória desses espaços, uma vez que perdendo sua função original, suas práticas são cada vez menos presentes (MONTE, 2016, p. 3).

A falta de estrutura de determinados espaços públicos e a insegurança quanto ao seu uso constituem fatores que favorecem a utilização de espaços privados para lazer, que, de modo geral, são bem equipados, fechados e contam com equipamentos de segurança. Como dito por Carlos (2020), a cidade é socialmente produzida e respaldada pelo capitalismo, tornando-se, também uma mercadoria. Logo, o lazer como mercadoria (OLIVEIRA; LUZ, 2016), é mais facilmente consumido por parte da população que possui maiores recursos econômicos.

Contraopondo-se a tal lógica, já se encontra em curso a construção de pontes entre decolonialidade e o campo do lazer a fim de desvelar práticas de lazer, inclusive, em contextos de re-existência, “como um espaço de protesto, demarcação das diferenças, opressões e desigualdades” (MAURÍCIO *et al.*, 2021, p. 699). Este é o caso dos Coletivos Salve Rainha e In.surge, agentes tensionadores da lógica colonial-moderna capitalista que priorizou o consumo à fruição nas cidades.

Ecoss do abandono: problematiz(ações) de coletivos juvenis teresinenses

O método de análise de discurso crítica foi utilizado na interpretação de postagens em mídias sociais dos coletivos e de narrativas obtidas em entrevistas virtuais com seus participantes, em dezembro de 2020 e janeiro de 2021. A seguir, acompanhamos as narrativas de Camila e Renata, do Coletivo Salve Rainha; Mariana, do Coletivo In.surge; e Alex, membro integrante dos dois Coletivos. Os *corpora* da análise foi



constituído tanto das falas, como das publicações dos coletivos em suas mídias sociais (gêneros discursivos). Ao evidenciarem uma relação afetiva com a cidade de Teresina, os principais temas (macroestruturas semânticas) levantados foram: história, memória, patrimônio, arte, cultura e sociabilidade, como abordado a seguir.

Vivências, ausências e emergências

O Coletivo In.surge surgiu em 2017 a partir da reunião de um grupo diverso de estudantes e profissionais de áreas interdisciplinares para o mapeamento de lugares alternativos às opções de lazer hegemônicas, geralmente concentradas em áreas nobres de Teresina. Dessa experiência, o In.surge produziu, de forma independente, um Mapa Colaborativo (Figura 1) destinado sobretudo aos/às jovens teresinenses. Segundo Mariana, idealizadora do coletivo, o propósito é oferecer *uma versão da cidade que eles não iam conhecer através de guias turísticos tradicionais*.

O propósito do In.surge foi visibilizar locais com características culturais específicas em cada região da cidade, ao invés dos que são *genéricos* e podem ser experienciados em qualquer cidade, inclusive ao redor do mundo, como as franquias de restaurantes, por exemplo. O Mapa Colaborativo foi lançado em 2018, disponibilizado em formato físico e virtual. Possui a indicação de 70 lugares distribuídos em categorias (comer, bares & cafés, compras, ver, sair, participar) e acompanhados de uma breve descrição. O Mapa apresenta, ainda, a indicação de 26 lugares em quatro rotas de visita. O foco na sociabilidade juvenil a partir das experiências culturais de cada região indicada no mapa caracterizam a autointitulação do In.surge como um *coletivo de afetividade urbana*. O Coletivo ainda se encontra ativo e chegou a iniciar a produção da segunda edição do Mapa, mas interrompeu as atividades com a eclosão da pandemia de covid-19.

Já o Salve Rainha foi um coletivo artístico que se apresentava como uma *tecnologia social de valorização do patrimônio histórico e cultural de Teresina*. Esteve ativo entre os anos de 2014 e 2018, constituindo um dos agrupamentos de atuação mais significativa na cidade, com a produção de eventos com *mais de 160 atrações musicais, mais de*

Figura 1 – Ilustração do Mapa Colaborativo produzido pelo Coletivo In.surge. Fonte: In.surge (2022).



305 exposições e feira com aproximadamente 415 empreendimentos. Nesse intervalo, realizou diversas ocupações e intervenções em espaços públicos da cidade, como praças, parques, ruas; em espaços abandonados, como as edificações da Fundação Nacional de Humor e do Sanatório Meduna; e espaços subutilizados, como embaixo de uma das principais pontes da cidade.

Segundo Mourão (2017, p. 53), as tecnologias sociais constituem “alternativas para a resolução de problemas estruturais dos setores mais excluídos da sociedade, na medida em que se apresentam como soluções modernas, simples e de baixo custo”, sendo, em alguns casos, apoiadas por programas governamentais. Ao focar na valorização dos patrimônios cultural e histórico de Teresina, a ação do coletivo Salve Rainha é direcionada no intuito de que tais atributos sejam notados por seus/suas moradores/as e mais acessado por eles/elas. A Figura 2 ilustra o logotipo do Coletivo Salve Rainha.

Camila, uma das integrantes do Salve Rainha, relatou que a ideia do Coletivo surgiu da *proposta* de um dos fundadores do coletivo, Francisco das Chagas Júnior (*in memoriam*), de *salvar Teresina*, cidade cujo nome foi dado em homenagem à então Imperatriz do Brasil, Teresa Cristina. Na denominação Salve Rainha, o verbo salvar está conjugado na terceira pessoa do discurso do modo imperativo – que remete a uma ação em tom de pedido ou comando – e a cidade de Teresina é metaforizada pela palavra *rainha*. Nas palavras de Camila, a ideia era *salvar Teresa Cristina, rainha; salvar Teresina, né, Salve Rainha*. De modo literal, teríamos a proposição: *salve você a rainha Teresina*.

Sobre o nome do coletivo, o léxico *salvar* designa uma situação de perigo ou dificuldade que necessita de resgate. Por sua vez, se os/as integrantes do coletivo são os atores e as atrizes que se propõem a *salvar Teresina*, a seleção lexical deixa implícita que algo ou alguém a colocou em perigo, o que, conseqüentemente, leva ao pressuposto de que os/as responsáveis por sua gestão não estão cumprindo seu papel. O salvamento a que se propõe o coletivo se relaciona, também, à sua concepção enquanto tecnologia social. Camila ressalta que esse é um conceito oriundo da virada do século, relacionado a *propostas inovadoras de desenvolvimento de uma cidade, dentro do econômico, do*

social e do ambiental. Segundo ela, o caráter social dessa tecnologia reside em sua ação voltar-se a *tentar solucionar diversos problemas, promover inclusão*.

Renata, também integrante do Salve Rainha, e Mariana, integrante do In.surge, contam que o surgimento dos coletivos teve uma relação direta com a cidade de Teresina, problematizando a escassez de oferta de programações artístico-culturais na cidade, sobretudo aos domingos.

RENATA – SALVE RAINHA - [...] ele [Coletivo Salve Rainha] foi pra rua, né, e já era um instiga também do pessoal que começou ocupar o centro. Já era um instiga deles também fazer algo aos *domingos*, né, visto que em Teresina a *gente não tem muita oferta cultural* acontecendo naturalmente e num fluxo semanal, e domingo, então, nem se fala. *Tanto que* essa cidade, não sei como tá hoje de índice, mas ela já foi a principal capital de *suicídios* femininos entre jovens. Eu atribuo isso muito *ao que a gente tem* de possibilidade, e *ao que a gente não tem*, de entretenimento, de convivência, de relação com o espaço em que se vive [...]

MARIANA – IN.SURGE - [...] Tipo, *aqui é uma terra árida pra produção cultural, artística?* É! Mas ficar repetindo que não tem nada pra fazer aqui só destrói a autoestima e a relação que as pessoas têm com a cidade. Então eu como urbanista, mais o Caio como Antropólogo... o Alex Sampaio também participou muito da concepção do projeto, ele escreveu [o livro] *Ressuscito na Cidade Suicida*. Foi muito isso de que, tipo, se a gente fica batendo na tecla de que Teresina não é uma cidade especial pra gente, não é uma cidade que tenha valor, as pessoas que nascem aqui elas *já nascem desestimuladas, desesperançosas* [...]. E a gente veio justamente construindo o mapa em torno dessa mentalidade [...] a relação com Teresina também tá no nome, que o nome *In.surge*, tanto de *insurgir*, de, tipo, tentar se *rebelar* contra esse discurso de que não tem nada pra fazer em Teresina. E é separado [In.surge] porque é de surgir de dentro, sabe, de algo que *surge de dentro da cidade*, a própria cidade *questionando* isso, questionando esse discurso. Então no próprio nome do coletivo a gente tem essa relação com Teresina.

Sob a tônica de denúncia sobre o desamparo, Renata e Mariana relatam a ausência de programações de lazer, de atividades culturais e artísticas em Teresina, deixando implícita a demanda por tais atividades na cidade por meio das seleções lexicais “*a gente não tem muita oferta cultural*” e “*aqui é uma terra árida pra produção cultural, artística*”, situação que se acentua aos *domingos*, dia da semana comumente associado ao lazer. Apesar de tal constatação, Mariana destaca que reforçar essa ausência é destrutivo e não ajuda na resolução da situação, mas amplifica o desestímulo e a desesperança de jovens que se propõem a produzir. Dessa forma, citando a criação do próprio coletivo como exemplo, jovens representam atores e atrizes sociais que agem na criação de produtos e serviços culturais na cidade. De forma implícita, o Estado também aparece como ator social quando a narrativa deixa evidente o interdiscurso entre a passividade e a atividade de cidadãos e cidadãs em relação à própria cidade. Nesse sentido, ao invés da postura de recepção de serviços por parte de instituições governamentais, a ação dos/as habitantes emerge – ou melhor, *insurge* – em confronto com o contexto sociocultural dado (*se rebelar, surge de dentro da cidade; a própria cidade questionando*).

Em sua narrativa, Renata relata ainda a questão das taxas de suicídio em Teresina³, chamando a atenção para índices maiores entre pessoas jovens e mulheres, chegando a relacionar a ocorrência desse fenômeno ao cenário cultural da cidade. O fenômeno do suicídio em Teresina também é explicitado por Mariana, que destaca a obra *Ressuscito na cidade suicida*, do escritor teresinense Alex Sampaio, que também participa neste trabalho, como integrante do In.surge e do Salve Rainha. Diante disso, percebemos como a relação com a cidade de Teresina ou, mais especificamente, as ausências e negligências por parte do poder público impulsionaram a articulação dos coletivos.

Reverberações: arte, cultura e patrimônio

Sobre as ocupações e intervenções do Salve Rainha, Camila explicita que a escolha dos locais era realizada a partir de um estudo preliminar, de modo a priorizar aspectos histórico-culturais, arquitetônicos e ambientais desses espaços. As ocupações ocorriam intencionalmente em lugares negligenciados ou subutilizados, problematizando os usos dos espaços públicos e o direito à cidade.

CAMILA – SALVE RAINHA - [...]. No Salve Rainha a gente sempre pensa esses lugares a partir de um estudo, a partir de *uma pesquisa patrimonial* que é feita, né, e é escolhido através de critérios que priorizam valores históricos, arquitetônicos, ambientais. A gente dá preferência a *lugares, mas também a não-lugares, né, lugares que foram negligenciados, que estão subutilizados, como forma mesmo de resgate e valorização dessas memórias*. Eu sou muito chata em relação a essa palavra *resgate* porque eu acho que *a gente não é salvador*, eu acho que a gente *assume pra nós uma responsabilidade* que vai para além do que um coletivo pode fazer, né. E é tirar mesmo das nossas costas essa grandiosidade de determinadas *responsabilidades*, né. Paciência! Então *resgate não*, mas acho que *a valorização e visibilidade* tudo bem, né [...]. E acho que essa relação passa muito também por esse respeito à cidade, né, compreendendo essas suas necessidades e entendendo que *a população tem direito a esses espaços, o direito à cidade*, né [...].

RENATA – SALVE RAINHA - O Salve Rainha, ele se propõe a *ocupar espaços públicos*, né? [...]. Eu acho que sim, que a gente tem muita coisa que pode ser criada na cidade e que sim, acontecem em outras *zonas que, muitas vezes, a gente não acessa*. Mas eu acredito que *é preciso investir em políticas públicas* que façam essas coisas acontecerem. *Espaços precisam ser criados pras pessoas se encontrarem*, né? E tem sido um processo recente. Ter um Parque na [Avenida] Frei Serafim é uma questão fundamental e isso *aconteceu muito recente*. Quanto tempo aquilo ali ficou em construção? E por aí vai, né. É sobre *transporte público* também e *maneiras de acessar* isso, enfim, são inúmeros fatores. O projeto se propõe a ocupar espaços públicos – e isso *é também sobre direito à cidade* [...].

³ Em matéria do Portal G1 Piauí (2019), um levantamento realizado pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) entre os anos de 2010 e 2017 revelou que a taxa de suicídios do Estado do Piauí era de 10 mortes a cada grupo de 100 mil habitantes, um índice que corresponde a quase o dobro da taxa nacional (5,6). Dados do Observatório Mulher Teresina, vinculado à Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SMPM), apontam que, em um recorte por sexo, os maiores índices percentuais de violência entre pessoas e tentativas de suicídio em Teresina, nos anos de 2019 e 2020, foram relacionados a mulheres (PREFEITURA DE TERESINA, 2021).

As ações e intervenções do Salve Rainha eram largamente marcadas por *contrausos*, “práticas cotidianas que, desafiando o espaço disciplinar, subvertem os usos esperados dos espaços enobrecidos mediante táticas que criam lugares e tornam públicas as diferenças” (LEITE, 2012, p. 276). Desse modo, a ocupação de não-lugares produz ressignificações, transformando-os em lugares. Segundo Camila, a proposta do coletivo, idealizado por Francisco das Chagas Júnior, era o *resgate* e a *valorização* patrimonial da cidade e, portanto, de suas *memórias*. Sobre isso, ela questiona o uso da nomenclatura *resgate*, pois acredita que não era *responsabilidade* do coletivo resgatar pessoas e lugares (*a gente não é salvador, a gente não tá aqui pra resgatar ninguém de nada*), mas, por outro lado, oferecer *visibilidade* e estimular a *valorização* de determinados espaços em Teresina, problematizando os usos dos espaços públicos e o direito à cidade.

De fato, do ponto de vista conceitual, o trabalho da memória não pode ser designado *resgate*, posto que traduz uma mirada sobre o passado, a partir do presente. O passado nunca é alvo dado, pronto, para ser resgatado, mas algo a ser significado por diferentes grupos, de diferentes formas, como indicam os estudos sobre memória coletiva e memória social (HALBWACHS, 1990; CONNERTON, 1999). Trata-se, portanto, de uma produção de sentidos sobre o passado com ancoragem espacial da memória (HALBWACHS, 1990).

O posicionamento de Camila também é visualizado na fala de Renata. Nas seleções lexicais “*é preciso investir em políticas públicas*” e “*espaços precisam ser criados pras pessoas se encontrarem*”, ela explicita as demandas de sociabilidade da população, cuja estruturação necessita da ação direta e concreta de órgãos institucionais, inclusive para que ocorram de modo mais amplo. É o caso do *Parque Estação Cidadania Maria do Socorro de Macêdo Claudino*, popularmente conhecido como Parque da Cidadania, criado no ano de 2016, na Avenida Frei Serafim, principal avenida do Centro de Teresina. O Parque é um espaço revitalizado que conta com áreas para a prática de esportes, como um campo de futebol e a maior pista de Skate do Nordeste, construída a partir da demanda da Associação dos Skatistas de Teresina; um anfiteatro para a realização de eventos com capacidade para 1.500 pessoas; um museu e quiosques para alimentação – sendo um deles o Quiosque Salve Rainha Café Sobrenatural, atuante entre os anos de 2016 e 2018.

Apesar de salientar uma conquista, Renata também enfatiza aspectos que evidenciam o atraso e a negligência de instituições públicas em relação ao atendimento dessas demandas. Assim, reitera que esse processo *aconteceu muito recente*; e que, de modo paralelo às demandas da população relacionadas à construção e manutenção de espaços culturais, existem demandas relacionadas à estruturação de redes de mobilidade urbana e transporte público que possibilitem o acesso e a ocupação de tais espaços (*zonas que, muitas vezes, a gente não acessa; maneiras de acessar, é também sobre direito à cidade*).

Importante destacar que as ocupações e intervenções do Salve Rainha influenciaram diretamente setores da gestão pública, mobilizando representantes governamentais a repensarem as políticas culturais de Teresina. Nos meses de maio de 2015 e 2016, após ocupações do Coletivo em espaço ocioso situado embaixo da Ponte Juscelino Kubistchek, popularmente conhecida como Ponte JK, uma parceria entre a Secretaria Estadual de Cultura e o Governo do Estado do Piauí resultou na proposta de vitalizar o espaço, que, em 14 de agosto de 2017, foi inaugurado com o nome de *Praça Cultural Francisco das Chagas*, em homenagem ao idealizador do Coletivo. A Figura 3 ilustra um dos eventos promovidos pelo Salve Rainha após a reforma do local, em 2018. A atuação do Coletivo também influenciou a criação do Museu da Imagem e do Som nas instalações de prédio ocupado pelo Coletivo, no centro da cidade.



A criação desses locais representa um avanço na promoção institucional de lazer e sociabilidade, como pontuado na fala de Renata (*espaços precisam ser criados pras pessoas se encontrarem*). A sociabilidade configura outra dimensão da condição juvenil, representando a dinâmica das relações juvenis em suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, ainda, de identidades. As culturas juvenis e a sociabilidade são influenciadas por conjunturas espaciais (desde as expressões sobre o lugar onde se vive até a transformação de espaços físicos em espaços sociais e a criação de territorialidades) e temporais, seja as marcadas pela pontualidade das institucionalidades, seja as aleatórias e experimentais dos espaços de natureza sociabilística (DAYRELL, 2003).

A propósito dos usos do espaço público, Mariana, do Coletivo In.surge, explicita algumas problematizações relacionadas ao tema, criticando a ausência de políticas públicas importantes e indispensáveis para a materialização da sociabilidade na cidade.

MARIANA – IN.SURGE - Bom, a gente discutiu muito, muito sobre o que a gente colocaria no mapa porque quando você afirma alguma coisa num documento impresso, num documento escrito, porque, de certa forma, é um documento, você tá, de certa forma, também, se responsabilizando pelas ações que as pessoas vão tomar em cima daquilo que você tá afirmando [...]. Então a gente teve muitas discussões, como é que a gente ia abordar isso, como, por exemplo, a Lagoa do Centro Administrativo. É um espaço público, é super bonito, mas *tem um horário pra você ir lá*, tem uma forma de você chegar lá, você não vai descer do ônibus e sair caminhando pra lá, a menos que você não tenha nada a perder porque *é arriscado*, a gente sabe que é e a gente não queria enganar, nem *maquiar a cidade* que a gente tinha, *não era a nossa intenção pintar Teresina como uma cidade pacífica e perfeita e cheia de atividades na periferia*. Isso foi uma coisa que as pessoas questionaram muito, tipo, “ah, não tem muitos lugares na periferia”, mas, “pô, você queria o que, que tivesse muitos...?” Não tem lugares na periferia [no Mapa] porque

não tem lugares na periferia, é esse o problema! É justamente esse o problema, é por isso que tem mais lugares na Zona Leste e no Centro, essa é a cidade que você tá vivendo. Se você não percebeu isso e você acha que é porque eu estou maquiando a cidade através do meu mapa, você não entendeu nada. Tipo, não é bem assim, né. A gente, claro, teve a dificuldade de encontrar vários lugares, tem lugares que a gente não conseguiu encontrar, mas a realidade é dura, *não tem muitas opções de entretenimento pro jovem na periferia não*. Então não é que a gente queira *romantizar* também o espaço público, por exemplo. A gente fez um roteiro pras pessoas, de como elas percorreriam o centro e ver algumas coisas que não são muito óbvias, né, algumas *casas antigas que ainda tavam lá – até mesmo como forma de registro pra algo que tá se perdendo*. Então a nossa relação com o espaço público é, em primeiro lugar, de muita responsabilidade com relação ao que a gente ia colocar e de que forma a gente ia colocar. Então o Mirante do Monte Castelo é um lugar massa pra todo mundo ir lá e ter uma vista da cidade, mas a gente colocou “olha, vá acompanhado, não vá em determinados horários, né, dê uma olhada antes, se tá funcionando, se você vai tá sozinho lá talvez não seja uma boa ideia”. Sabe, até mesmo a forma de informar as pessoas que não conhecem, não preservam, quem não conhece a história da cidade não tem uma relação afetiva com ela, também não tá interessada em preservar nada. [...]. Até mesmo *como uma forma das pessoas conhecerem a própria cidade e ter interesse em valorizar aquilo* e saber que lá no centro ainda tem poste desses antigos, da época que a gente não tinha telefone ainda, e eles tão lá no centro, num lugar super visível e ninguém nunca se perguntou sobre eles, sabe. Então tem muito detalhe assim que a gente saiu coletando, tipo *a última casa da Frei Serafim, só tem uma casa que é habitada, que ainda tem função residencial na Frei Serafim*, a gente colocou lá no mapa pras pessoas, tipo, sentirem que, “olha, era uma avenida inteira residencial”, hoje você só tem uma pessoa que mora nela e essas casas tão desaparecendo. Sabe, até uma forma de chamar atenção pra isso. Com relação aos espaços públicos que a gente chamou as pessoas a visitar, olhar, ter esse olhar diferenciado, talvez tanto por a gente já ter o conhecimento que esses lugares existiam, né, e a gente só apontar pra eles, *colocar só a lanterna em cima deles* e as pessoas poderem saber também que eles existem e outras vezes com muita *responsabilidade* também, né, do que a gente tava sugerindo que a pessoa fizesse na cidade. Em nenhum momento a gente romantizou a experiência do espaço público na cidade não.

Mariana relata, em tom de crítica, duas questões que fazem parte do contexto urbano de Teresina que influenciaram na elaboração do Mapa: a violência e os perigos envolvidos no acesso a determinados espaços públicos (*tem um horário pra você ir lá; é arriscado*), revelando a negligência institucional quanto à segurança pública; e a escassez de locais destinados ao lazer em regiões periféricas (*não tem lugares na periferia, é esse o problema!*; *não tem muitas opções de entretenimento pro jovem na periferia não*), revelando a ausência de políticas públicas artístico-culturais, sobretudo em regiões periféricas. Diante de tais questões, ela ressalta que o Coletivo In.surge intencionalmente elaborou um material que refletisse o contexto social e cultural de Teresina, sem *maquiar* ou *romantizar* a cidade (*não era a nossa intenção pintar Teresina como uma cidade pacífica e perfeita e cheia de atividades na periferia*).

Acerca da temática do lazer em Teresina, Santos (2015) analisou a distribuição, o acesso e a manutenção de espaços públicos de lazer na capital⁴, de 1994 a 2014. A pesquisa apontou uma desigualdade quanto à distribuição desses espaços, que, em sua maioria, estão localizados nas regiões Centro e Leste da cidade – onde residem a população com maior renda; a região Sudeste foi apontada com a menor quantidade de equipamentos de lazer.⁵ No aspecto qualitativo, vários desses espaços apresentaram-se deteriorados ou abandonados, com ausência de limpeza e/ou de iluminação. A violência urbana também foi apontada na pesquisa, constituindo um dos principais entraves para a utilização de espaços públicos de lazer, principalmente as praças. Desse modo, os resultados apontam para a falta de estrutura de determinados espaços públicos e a insegurança quanto ao seu uso como fatores que favorecem a utilização de espaços privados de lazer, que, de modo geral, são bem equipados, fechados e contam com equipamentos de segurança. Logo, o lazer como mercadoria é mais facilmente consumido pela parte da população que possui maiores recursos.

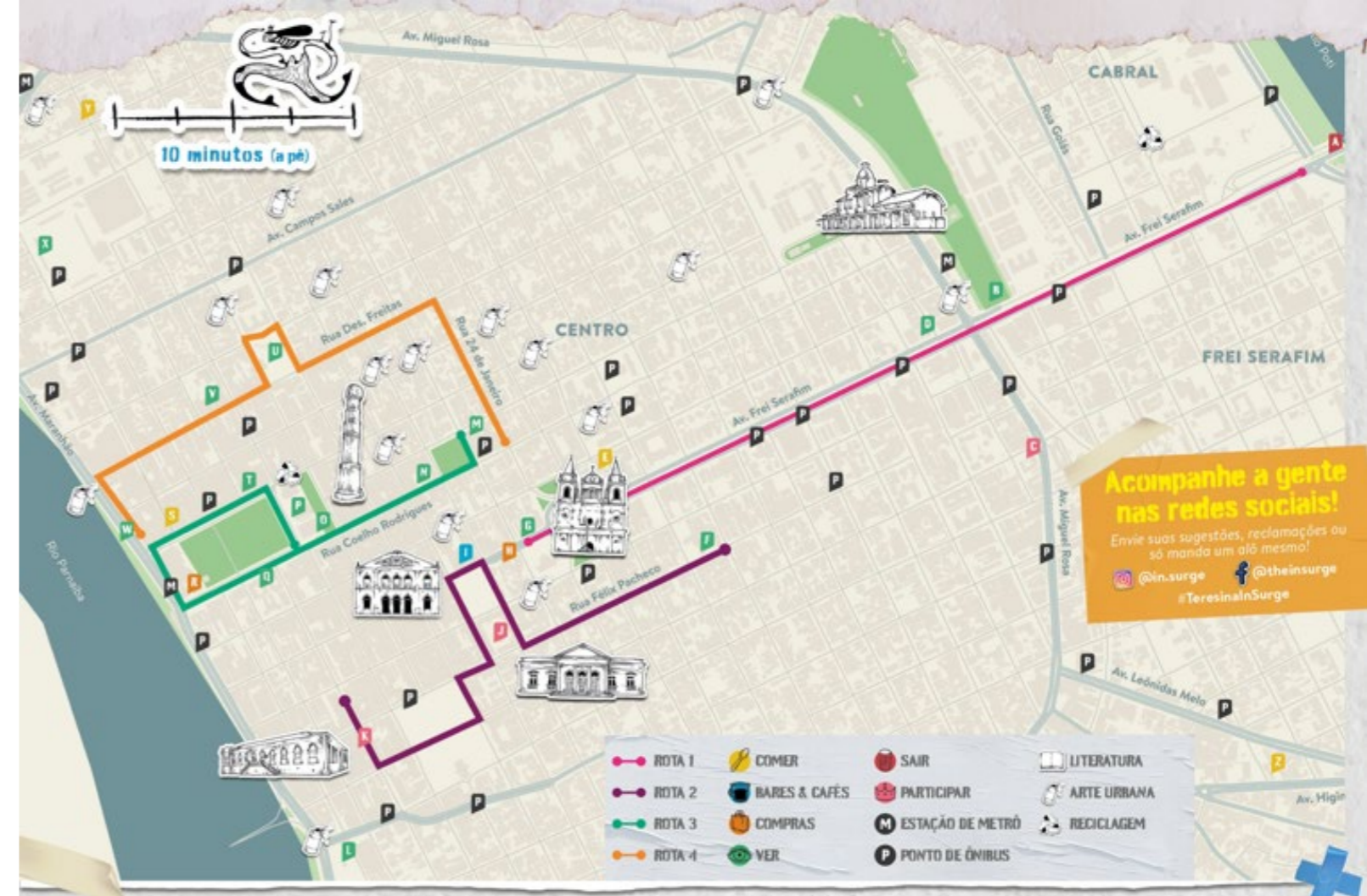
Entretanto, em uma análise a partir das lentes da perspectiva teórica da colonialidade/modernidade, sabemos que a lógica capitalista que transforma até mesmo lazer em mercadoria tem suas bases constitutivas na colonialidade do poder. Ou, como dito por Grosfoguel e Onesko (2021, p. 15), “[o] capitalismo sempre foi colonial, de modo que sua projeção histórica não [foi] possível sem a expansão colonial”. É, portanto, a soma de processos econômicos, políticos e culturais que mantém o sistema capitalista como uma rede global de poder (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007). Contrapondo-se a tal lógica, já se encontra em curso a construção de pontes entre decolonialidade e o campo do lazer a fim de desvelar práticas de lazer, inclusive, em contextos de re-existência, “como um espaço de protesto, demarcação das diferenças, opressões e desigualdades” (MAURÍCIO *et al.*, 2021, p. 699).

O lazer como mercadoria também foi objeto de estudo de Oliveira e Luz (2016), ao analisarem os lazeres de jovens teresinenses, nos anos de 2013 e 2014. A pesquisa apontou a escassez de equipamentos de lazer em regiões periféricas, onde residiam os/as jovens entrevistados/as. Em função disso, o acesso ao lazer ocorria em outras regiões, sendo a Leste a mais mencionada. Dentre os espaços públicos, como praças e parques, o Parque Potycabana foi mencionado como opção de lazer; entre os espaços privados, *shoppings* e bares foram apontados. Tanto o Parque Potycabana, como os *shoppings* e uma grande concentração de bares e restaurantes estão localizados na região Leste. Desse modo, a relação entre lazer e consumo foi revelada em função (da necessidade) do custeio tanto 1) do deslocamento para a região quanto 2) do consumo de bebidas/alimentos e/ou pagamento de entradas/ingressos no acesso a locais como bares e cinema. Logo, parte da remuneração desses/as jovens era destinada ao lazer. Críticas ao setor público foram realizadas pela ausência de investimento em espaços públicos e equipamentos de lazer, sobretudo nos bairros e regiões periféricas.

Mariana explicita, ainda, que o Mapa elaborado pelo Coletivo In.surge apresenta e indica lugares de valor histórico em Teresina, *como uma forma das pessoas conhecerem a própria cidade e ter interesse em valorizar aquilo, até mesmo como forma de registro pra algo que tá se perdendo*. Ao citar o exemplo da *última casa da Frei Serafim*, na

4 A autora utiliza o conceito de Ricardo Azevedo, em que, “sob o ponto de vista material, o espaço público de lazer pode ser entendido como uma área, geralmente mantida pelo Poder Público, cuja infraestrutura e elementos paisagísticos favoreçam a prática de atividades de lazer e recreação”. Desse modo, ela considera como espaço público de lazer “espaços públicos que podem, de alguma forma, propiciar momentos de lazer à população, de forma gratuita ou a preços pequenos, como: praças, parques ambientais, áreas verdes, quadras de esportes, academias públicas de ginástica, parquinhos para crianças, ginásios poliesportivos, teatros, museus, centros culturais, cinemas e centros sociais” (SANTOS, 2015, p. 19).

5 A autora utiliza os termos *equipamento de lazer* e *espaço* como sinônimos. Logo, equipamentos de lazer representem espaços de lazer.



seleção lexical *só tem uma casa que é habitada, que ainda tem função residencial na Frei Serafim*, o vocábulo *ainda* deixa implícito o pressuposto da incerteza quanto à continuidade desse espaço como residência, diante da função comercial que a Avenida ganhou. A entrevista com Mariana ocorreu em dezembro de 2020; em dezembro de 2021, a casa já se encontrava à venda. A Figura 4 ilustra as rotas sugeridas no Mapa, em que o Coletivo incluiu circuitos importantes para a familiarização e sensibilização dos jovens teresinenses quanto aos aspectos histórico-culturais da cidade.

Segundo Mesquita, Campos e Lima (2019), no decorrer do século XX, o processo de descaracterização do Centro Histórico de Teresina foi acelerado em função da expansão urbana, marcada pela especulação imobiliária, pelo surgimento de subcentros e até mesmo pelo aumento do uso de transportes individuais, como o automóvel. Nesse contexto, e com foco nas atividades comerciais da região, construções históricas foram sendo demolidas e descaracterizadas de seu uso original, cedendo espaço para a construção de lojas comerciais e, mais recentemente, de estacionamentos. “Este processo de desaparecimento do acervo histórico teresinense acarreta inúmeras prejuízos no que diz respeito a modificações da morfologia da cidade, com alterações na paisagem e no valor de identidade cultural, ao representarem parte da história da cidade” (MESQUITA; CAMPOS; LIMA, 2019, p. 11).

No âmbito dessa descaracterização, Alex denuncia a descaracterização do Centro de Teresina em relação a seus aspectos patrimoniais históricos e culturais em detrimento de sua caracterização como comercial. Segundo Mesquita, Campos e Lima (2019), os centros históricos representam áreas fundacionais das cidades, onde estão localizados seus marcos históricos nos âmbitos econômico, administrativo e cultural. A caracterização do Centro de Teresina como *comercial* torna evidente a perspectiva econômica da cidade colonial-moderna, quando, nos termos conceituais de Baudrillard

Figura 4 – Ilustração das rotas de visitação sugeridas no Mapa Colaborativo do In.surge. Fonte: In.surge (2022).

(1995), seu valor de troca se sobrepõe a seu valor de uso. A sobreposição desse *ethos comercial* provoca o esvaziamento do *ethos cultural* da cidade e de seus usos pela população, algo reforçado, inclusive, pelo maior acesso ao centro durante o período diurno, no chamado *horário comercial*. A resistência a essa lógica surge da atuação dos próprios coletivos.

ALEX – SALVE RAINHA/IN.SURGE - [...] eu falo assim: “olha só, se eu tivesse lá no centro de *Recife*, apareceria Centro Histórico; se eu tivesse no centro de *São Luís* apareceria *Centro Histórico*; aqui aparece *Centro Comercial*. Então nosso centro continua sendo comercial, não é histórico e, portanto, não é cultural e a gente tá nessa resistência, né? [...] Porque se um povo não conta sua história é um povo sem memória, né, e sem memória não existe. Então pra gente existir... por isso que, inclusive, o lema lá do *Salve Rainha* é “resistir, insistir e existir”, né? Então você tem que existir, precisa contar sua história.

Alex chama a atenção sobre a importância da preservação de elementos históricos como forma de *contar a própria história*, o que também reflete na valorização de memórias. Para Fischer (2010), espaço e tempo são categorias indissociáveis e, portanto, remetem a memórias. Le Goff (1990) afirma que a memória é um elemento fundamental na busca pela constituição de identidades individuais e coletivas. As memórias coletivas, entretanto, também podem ser acionadas politicamente, como instrumento e objeto de poder, servindo de modo distinto a interesses de grupos sociais diversos. Daí a consideração do autor de que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990, p. 250). Portanto, no âmbito da construção social, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLACK, 2012, p. 5; grifos no original).

Tomando por base essa contextualização, na seleção lexical “se um povo não conta sua história é um povo sem memória, né, e sem memória não existe”, o vocábulo “povo” estabelece uma relação interdiscursiva entre a história oficial e a história das populações, salientando a importância da enunciação daqueles que foram sistematicamente desprezados e silenciados. Para Dussel (1997), no âmbito cultural, o povo constitui o grupo daqueles/as localizados na *periferia* do sistema de poder, em oposição aos/às que estão no *centro*. Desse modo, a cultura popular e o próprio povo emergem e representam a exterioridade do sistema e, por isso, são atribuídos como *um Outro*.

A existência do povo está condicionada à tecitura de suas histórias no mundo, por meio da ação e do discurso (ARENDDT, 2007); por sua vez, a preservação de suas memórias representa, decerto, um instrumento de resistência às tentativas de silenciamento, apagamento ou deslegitimação de suas existências. O lema do Coletivo Salve Rainha, *resistir, insistir e existir*, simboliza esse movimento. Em 2017, o Salve Rainha realizou uma temporada de eventos, entre os quais um intitulava-se *Rainha do Tempo*. Em publicação no Facebook, o coletivo ressalta o que consideram o *abandono* de determinados espaços na cidade. Diante do descaso da gestão pública com o local, sobretudo em termos culturais, realizam a *ocupação* do espaço, com o objetivo de *levar mais vida, contar histórias e criar memórias*. Na Figura 5 vemos ensaio fotográfico do coletivo promovendo o evento, posando em frente à fachada da Igreja Nossa Senhora das Dores, no Centro da cidade.



A *Rainha do Tempo* vem falar sobre a vida. Seus ciclos, passagens e poder. Incertezas, transformações e até mesmo o medo, às vezes presente em lembranças do passado ou imagens de um futuro incerto. A escolha do Salve Rainha em ocupar a Praça Saraiva volta o olhar de Teresina e do coletivo para um espaço lindo e *atualmente abandonado*. Lugar que já movimentou muitas histórias, gerou momentos inesquecíveis, mas também mexe com o inconsciente de quem passa por ele, especialmente à noite. Quais seus segredos? Seus mistérios? Suas belezas? Dos anos 70 à atualidade, muito se passou, mas algo permanece: a vontade de fazer acontecer, de buscar, evoluir e amar. *Ocupando estes espaços, levamos mais vida a eles, contamos novas histórias. Criamos memória! A vivência do Salve Rainha e seu público na Praça Saraiva nos mostra que os tempos estão em constante renovação e que, quando não estamos sós, somos mais fortes e assim não há o que temer* (SALVE RAINHA, 2017a).

O silenciamento sobre histórias da cidade, o desprezo e apagamento de suas memórias por meio da demolição de edificações que simbolizavam e comunicavam essas histórias e memórias fazem parte do projeto colonial-moderno capitalista. O discurso modernizante está voltado para o *desenvolvimento econômico*, mesmo que para isso esteja subjacente o próprio o *desenvolvimento humano*. Lembro com Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) que o capitalismo não se trata apenas de um sistema econômico, como defendem os teóricos da economia política, tampouco apenas um sistema cultural, como defendem os teóricos dos paradigmas dos estudos culturais e pós-coloniais na vertente *anglo*, mas “uma rede global de poder, composta por processos econômicos, políticos e culturais, cuja soma mantém todo o sistema” (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOQUEL, 2007, p. 17).

Figura 5 – Ensaio fotográfico do Salve Rainha na fachada de igreja no centro histórico da cidade para evento Rainha do Tempo. Fonte: Salve Rainha (2017b).

Se é da nossa vitalidade, da exploração de nossa força de trabalho que o sistema necessita para extração da mais-valia, podemos chamar esse processo de *cafetagem*, “para lhe dar um nome que diga mais precisamente a frequência de vibração de seus efeitos em nossos corpos” (ROLNIK, 2018, p. 32). Nesse sentido, para além da dimensão econômica, é de fontes culturais e subjetivas, da própria vida e sua potência de criação e transformação, que o capital se apropria e extrai sua força. Isto é, “em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor” (ROLNIK, 2018, p. 32).

Contraopondo-se a essa ordem social-discursiva, que os coletivos Salve Rainha e In.surge lançam luz sobre temas como memória, patrimônio, cultura, espaço público, direito à cidade e sociabilidade. No bojo dessa crítica, finalizo com a ressonância política, epistêmica, ontológica e ancestral do verso e da voz da intelectual piauiense Maria Sueli Rodrigues de Sousa (*in memoriam*), ao criticar o capital e seu projeto *desenvolvimento*, posto que foi justamente esta lógica que nos apartou e segregou; e incentivar, ao contrário, a necessidade de nos *envolver* e *desobedecer quando for possível*.

Algumas considerações

Teresina foi a primeira capital planejada do Brasil Imperial. Apesar da posição inicial na largada da modernização e urbanização seguindo os moldes da metrópole, a cidade ocupa até hoje uma posição derradeira em termos de desenvolvimento econômico, quando comparadas a outras capitais do Nordeste brasileiro. A despeito dessa realidade periférica, persiste o ideal modernizador, oriundo da racionalidade moderna implantada desde a invasão portuguesa. O horizonte discursivo do *desenvolvimento* e do *progresso* continuam, desde sua fundação, *norteando* o planejamento urbano teresinense, fato que levou ao silenciamento, ao apagamento e à exclusão de discursos, artefatos, memórias e sujeitos.

Se, no âmbito do projeto da colonial-modernidade, o desenvolvimento dos *centros* se sobrepõe ao desenvolvimento das periferias, em Teresina é possível observar que a negligência e o abandono atingem até mesmo os centros econômicos da cidade, revelando as contradições do discurso da modernização. A partir das narrativas dos participantes de coletivos juvenis notamos que, para além da reafirmação da ausência de políticas públicas nas periferias teresinenses, fato característico da sociedade capitalista (CARLOS, 2020; LEFEBVRE, 1991), algumas problematizações são levantadas também sobre os *centros* da cidade.

Em sua fundação, o núcleo de povoamento inicial de Teresina, na então Vila do Poti, foi desprezado como centro histórico de Teresina em função da precariedade sanitária e de infraestrutura da região, à época. O deslocamento dessa centralidade reverbera até hoje: a despeito de sua importância histórica, turística e cultural, o bairro Poti Velho apresenta um cenário de pobreza, exploração e segue em esquecimento por parte do poder público (LIMA, 2020). O *desenvolvimento* só chegou por lá com o nome de *Programa Lagoas do Norte*, com a proposta de reconstrução da paisagem cultural da região, à revelia dos moradores, colocando em risco a histórica atividade oleira e ceramista que emprega grande parte dos que ali vivem e trabalham (MONTE; MORAES, 2016).

Já o designado centro histórico de Teresina, do ponto de vista da narrativa oficial (situado na Chapada do Corisco), também sofreu descaracterização em relação a seus elementos patrimoniais e culturais. O desenvolvimento do comércio na região levou

à sua representação social como um espaço *comercial* e não como *histórico*, como culturalmente referenciado em outras capitais brasileiras. No bojo dessa predominância econômica sobre aspectos culturais, a expansão da cidade produziu a zona Leste, construída para a habitação e sociabilidade das elites locais que originalmente habitavam o centro. A região tornou-se o *centro* econômico e sociocultural das elites. Essas (re)distribuições ao longo da história de Teresina evidenciam a demarcação e a territorialização socioespacial que segrega a periferia, o centro e a *zona Leste*.

A demolição de edificações histórico-culturais para ceder espaço a estacionamentos e outros estabelecimentos comerciais na cidade reforça o discurso do projeto urbano-modernizador. Histórias e memórias deliberadamente desprezadas, silenciadas e excluídas da paisagem urbana e do cotidiano das pessoas, evidenciando a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, que também se reflete no âmbito da sociabilidade, por meio da desigual distribuição de equipamentos de lazer e mobilidade urbana. Não à toa, essa distribuição socioespacial negligencia a juventude preta e pobre que habita as periferias. Portanto, mais que os espaços, o desprezo, o silenciamento e a exclusão também são sobre sujeitos – ou os *outros*, aqueles subalternizados pela estrutura hegemônica (DUSSEL, 2016; KILOMBA, 2020).

Essas, entre outras, percepções consistiram em foco de problematizações dos coletivos In.surge e Salve Rainha. A profunda ligação afetiva dos sujeitos com a cidade constituiu um dos motivos que fomentaram a práxis em direção ao diálogo tanto com habitantes quanto com gestores da cidade. A movimentação da juventude em torno de temáticas para além de *seu tempo* também chama a atenção. Esses coletivos urbano-juvenis constituem articulações juvenis contra-hegemônicas que visibilizam formas outras de ser e viver em coletividade, inclusive a partir do fortalecimento de novas sociabilidades; o surgimento dessas expressões coletivas contemporâneas é, portanto, reflexo da própria ordem social, histórica e cultural da cidade de Teresina.

A cartografia social, cultural e histórica do coletivo In.surge mobilizou a juventude teresinense a conhecer lugares alternativos, não hegemônicos, oferecendo a oportunidade de experienciar diversas faces da cidade. Já o Coletivo Salve Rainha possibilitou a produção de espaços de pertencimento, sociabilidade e inclusão, em meio às ausências físicas e simbólicas institucionais, sobretudo para as juventudes. Suas ocupações e intervenções repercutiram na mobilização histórica da gestão pública municipal e estadual na revitalização e criação de espaços artístico-culturais e sociais. Por outro lado, o encerramento das atividades do coletivo, seguido da eclosão da pandemia de covid-19, repercutiram na recrudescência de ações socioculturais por parte da gestão pública.

Em um cenário mais contemporâneo, sob a égide de uma gestão municipal signatária do bolsonarismo, o abandono da cidade tem se mostrado generalizado. Esse abandono da cidade representa a ausência de políticas públicas desde questões de infraestrutura urbana, que tem afetado inclusive zonas *nobres* da cidade, até questões relacionadas a mobilidade urbana, segurança pública, saúde, combate à violência contra mulheres e populações negra e LGBTQIA+, cultura, lazer, entre outras dimensões. Notoriamente, essa ausência da gestão pública reverbera de modo mais severo nos núcleos desprivilegiados de poder econômico. Todas essas (in)ações públicas, contudo, não avançam sem contestação social; do outro lado da trincheira dessa disputa político-discursiva, a resistência, a luta e a esperança continuam a ecoar.

Referências

- ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Portugal: Edições 70, 1995.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “ilusão” da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 10, p. 289-306, 2009.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. *GEOUSP*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 412–424, set./dez. 2020.
- CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul./dez., 2010.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Lisboa: Celta, 1999.
- DUSSEL, Enrique. *Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação*. Trad. Sandra Tarbaucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997.
- DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr., 2016.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- FISCHER, Gustave-Nicolas. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, Jean François (org.). *O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 2010. v. 2.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- G1 PIAUÍ. *Taxa de mortalidade por suicídio no Piauí é quase o dobro do índice nacional; saiba como buscar ajuda*. 10 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/09/10/taxa-de-mortalidade-por-suicidio-no-piaui-e-quase-o-dobro-do-indice-nacional-saiba-como-buscar-ajuda.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2022.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.
- GROSGUÉL, Ramón; ONESKO, Gabriel. A complexa relação entre modernidade e capitalismo: uma visão descolonial. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 6-23, 2021.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- IN.SURGE. *Mapa colaborativo do Coletivo In.surge*. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1HHS0OwgDZ3ukx1X_RKLzpsqcXwsrkGLM/view?fbclid=IwAR3IKE67y4YjRnWyOW5HSuF9Uskrow-3D_AW_tIOOgvN3IIEIUNidAN9BYg. Acesso em: 19 set. 2022.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Rogério. Críticas para o não esquecimento: práticas cotidianas e *contrausos* da cidade. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa (org.). *Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália em discussão*. São Paulo: EDUC; CAPES, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LIMA, Amanda. “Onde fica o Poti Velho?”: contradições urbanas da cidade de Teresina – Piauí. *Revista Latino-Americana de História*, v. 9, n. 24, jul./dez. 2020.
- MARQUES, Paulo. *Modernização do Brasil: dilemas e perspectivas*. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, 1994.
- MAURÍCIO, Joise Simas de Souza; EUGÊNIO, Jordânia de Oliveira; PAULA, Juliana Araújo de; SOARES, Khellen Cristina Pires Correia; NUNES, Raquel Rocha. Lazer e a opção decolonial: diálogos teóricos e possibilidades de construções contra-hegemônicas. *Licere*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, mar. 2021.
- MESQUITA, Larissa de Fátima Ribeiro; CAMPOS, Lucas Bruno Barbosa de; LIMA, Sílvia Maria Santana Andrade. A descaracterização do centro histórico de Teresina-PI para a implantação de estacionamentos. In: Seminário Ibero-Americano de Arquitetura e Documentação, 6, 2019, Belo Horizonte, *Anais [...]*. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2019.
- MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MONTE, Catarina Nery Cruz; MORAES, Maria Dione Carvalho de. Paisagem Cultural em (re) construção, artesanato ceramista direitos culturais no Poti Velho. *Revista FSA*, Teresina, v. 13, n. 4, jul./ago. 2016.
- MONTE, Regianny Lima. (Res)significando a cidade: o projeto de revitalização do centro de Teresina (1990-2010). In: Simpósio Nacional de História Cultural, 8, 2016, Araguaína, *Anais [...]*. Universidade Federal do Tocantins: Araguaína, 2016.
- MONTE, Regianny Lima. *Vidas incertas: o processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970*. Teresina: IFPI, 2017.
- MOURÃO, Nadja Maria. Tecnologias sociais e empreendimentos criativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 5, n. 1, p. 53-67, 2017.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011 São Paulo, *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- OLIVEIRA, Tâmara Feitosa; LUZ, Lila Cristina Xavier. Lazer de jovens teresinenses: compra-se excitação!? In: LUZ, Lila Cristina Xavier; ADAD, Shara Jane Holanda

Costa; SILVA, V. *Juventudes rurais e urbanas: territórios, culturas, sociabilidades e identidades*. Teresina: Eufpi, 2016.

PENNAFORTE, Charles. *Análise dos sistemas-mundo: uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.

PEREIRA, Lucas Coelho; MORAIS, Maria Dione Carvalho de. Entre “Teresina nasceu aqui” e “aqui no poti e lá em Teresina”: identidades e alteridades na memória oral do bairro Poti Velho. *In: Encontro Nacional de História Oral*, 12, 2014, Teresina, *Anais [...]*. Teresina: ABHO, 2014.

PEREZ, Olivia Cristina; SILVA FILHO, Alberto Luís. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, v. 11, n. 1, p. 255-294, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200- 212, 1992.

PREFEITURA DE TERESINA. *Tentativas de suicídio e violência entre pessoas afetam mais as mulheres, revela estudo do Observatório da Mulher Teresina*. 21 set. 2021. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/2021/09/21/tentativas-de-suicidio-e-violencia-entre-pessoas-afetam-mais-as-mulheres-revela-estudo-do-observatorio-da-mulher-teresina/>. Acesso em: 07 nov. 2021.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane Cristina Vieira Sebba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SALVE RAINHA. *Identidade visual feita para o Salve Rainha Café Sobrenatural em Março de 2014 pela artista visual e publicitária Renata Reis*. Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe>. Acesso em: 30 set. 2022.

SALVE RAINHA. *Publicação no Facebook*, Teresina, 2 out. 2017a. Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe>. Acesso em: 12 out. 2022.

SALVE RAINHA. *Publicação no Facebook*, Teresina, 3 out. 2017b. Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe>. Acesso em: 12 out. 2022.

SALVE RAINHA. *Publicação no Facebook*, Teresina, 12 fev. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS, Laudénides Pontes dos. *Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI)*. 2015. 326f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015.

SEMPPLAN. *Bairro Poti Velho*. Publicado em maio de 2018. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/POTI-VELHO-2018.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, Ângela Martins Napoleão Braz e. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. *Cadernos Proarq*, n. 18, p. 216-236, jul. 2012.

VAN DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira (org.)*. *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

OCUPAÇÕES CULTURAIS, INTERSTÍCIOS URBANOS E BEM-ESTAR NAS CIDADES

Uma experiência em Jundiaí, São Paulo, Brasil¹

*CULTURAL OCCUPATIONS,
URBAN INTERSTICES AND WELL-BEING IN CITIES
An experience in Jundiaí, São Paulo, Brazil*

Bárbara Bonetto² e Ana Maria Girotti Sperandio³

Resumo

Nas cidades existem espaços abandonados, ou subutilizados, que podem ser aproveitados com ofertas de lazer, cultura e interação social, como interstícios urbanos e suas possibilidades de resignificação. No contexto da arquitetura, ambientes homeodinâmicos são aqueles que contribuem com a homeostase, preservação e restauração da vida. O objetivo deste artigo foi investigar e refletir em relação às dinâmicas e transformações geradas por ocupações culturais para resignificação de interstícios urbanos e a relação com saúde e bem-estar. Foi utilizada revisão bibliográfica e relato de experiência para analisar o potencial homeodinâmico da ocupação cultural e inserção deste processo no contexto da *OcupaColaborativa* em Jundiaí, São Paulo. Foi observado que esta ocupação configurou ambiente homeodinâmico nas esferas biológica, sociocultural e urbana. A ampliação das possibilidades daquele espaço, anteriormente abandonado, atendeu demandas por lazer, cultura, representatividade e pertencimento. O movimento possibilitou uma pluralidade de expressões artísticas e culturais, corroborando com o desenvolvimento de cidades saudáveis.

Palavras-chave: interstícios urbanos, ocupações culturais, ambientes homeodinâmicos, cidades saudáveis, bem-estar.

Abstract

In cities there are abandoned, or underused, spaces that can be used to offer leisure, culture and social interaction, such as urban interstices and their resignification possibilities. In an architectural context, homeodynamic environments are those that contribute to homeostasis, preservation and restoration of life. The objective of this article was to investigate and reflect on the dynamics and transformations generated by cultural occupations for the re-signification of urban interstices and the promotion of health and well-being. A literature review and an experience report were used to analyze the homeodynamic potential of cultural occupation and the insertion of this process

¹ Parte deste conteúdo foi utilizado em apresentação de resumo pro congresso internacional - International Union for Health Promotion and Education IUHPE, 2022.

² Mestre em Saúde Pública pela Southern Illinois University, mestranda em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na FECFAU/Unicamp, desenvolve projeto de pesquisa sobre as interfaces do planejamento urbano e da promoção da saúde na América Latina. Pesquisadora do Laboratório Investigações Urbanas LABINUR; Membro do Grupo de Pesquisa em Metodologias do Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis da FECFAU/Unicamp. Desde 2016 atua na organização não governamental COURB, em projetos de urbanismo colaborativo com foco nos processos participativos e intersetoriais de transformação urbana.

³ Sanitarista, Mestre e Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado em Saúde Coletiva Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da FECFAU/Unicamp. Pesquisadora do Laboratório Investigações Urbanas LABINUR; Líder do Grupo de Pesquisa em Metodologias do Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis da FECFAU/Unicamp; Pesquisadora Associada do Centro de Estudos sobre Urbanização e Inovações (CEUCI) da Unicamp e Pesquisadora Associada do Centro Paulista de Estudos da Transição Energética (CPTEn).

in the context of OcupaColaborativa in Jundiaí, São Paulo. It was observed that this occupation configured a homeodynamic environment in the biological, sociocultural and urban spheres. The expansion of the possibilities of that space, previously abandoned, met demands for leisure, culture, representation and belonging. The movement made possible a plurality of artistic and cultural expressions, supporting the development of healthy cities.

Keywords: urban interstices, cultural occupations, homeodynamic environments, healthy cities, well-being.

Introdução

O bem-estar dos habitantes das cidades pode ser gerado na escala do desenho urbano em espaços abertos e públicos como áreas verdes, interstícios urbanos e praças (ZUANON; FERREIRA & MONTEIRO, 2020). A interconexão entre cidade, saúde e bem-estar é documentada e deve ser abordada em diferentes escalas, transdisciplinarmente. Uma estratégia para as cidades que têm sido pauta de agendas globais, o movimento das Cidades Saudáveis, visa um desenvolvimento e planejamento urbano integrado à promoção da saúde (WHO, 2020).

Outro aspecto relevante do planejamento urbano, conforme referido no parágrafo anterior, seriam as estratégias desenvolvidas, por meio de ações, projetos e programas intersetoriais que atendem de forma integrada a determinação social de saúde tais como a alimentação, o trabalho, a moradia, o saneamento básico, a educação, a atividade física, a renda, o meio ambiente, entre outros (BRASIL, 1990).

A qualidade de vida nas cidades deve considerar como eixo fundante os interstícios urbanos, que podem ser transformados em espaços aproveitáveis e permitam a ampliação das ofertas de lazer, cultura e interação social nas áreas urbanas consolidadas. Em relação aos interstícios, segundo Silva, 2013, refere que:

Estes são lugares em suspenso, à espera de serem construídos e reabilitados, à espera de serem vividos. Estes espaços intersticiais estão repletos de potencialidades (...) Reabilitação, reutilização e revitalização constituem, em parte, a resposta economicamente mais responsável às questões que se colocam de reformulação da cidade, e também uma maneira de preservar a memória dos nossos espaços e da nossa identidade (SILVA, 2013, p 1-2).

Por outro lado, a utilização e ocupação de interstícios pode configurar-se, no contexto das manifestações culturais, como micro resistência, em resposta a perda de espaço e representação e ocorre independente de ações institucionais (SILVA, 2021). A cultura como ferramenta de regeneração e transformação da paisagem urbana foi incluída com sucesso em planos e políticas de desenvolvimento (URSIĆ; KRNIC; MIŠETIĆ, 2020). O pertencimento e a apropriação dos espaços públicos pela população são essenciais para o desenvolvimento do respeito por esses espaços e seu entorno (SPERANDIO; GOMES & GARANITO, 2019).

Desta forma sentimentos, emoções e lugares se entrelaçam na configuração dos ambientes urbanos. Segundo Damásio (2018) os sentimentos se configuram, como motivos e motivadores das proezas culturais. O mesmo autor (2011) considera que os expedientes culturais criados em resposta ao desequilíbrio visam restaurar o equilíbrio dos indivíduos e do grupo e que sentimentos provenientes de relações sociais, e outras fontes, são componentes cruciais da regulação da vida. (DAMÁSIO & CARVALHO, 2013). Este processo regulatório ocorre ao nível biológico e sociocultural, ambos com

o mesmo fim, mas o segundo resulta de uma consciência complexa que melhora as condições de vida ao nível individual e coletivo (DAMÁSIO, 2010).

O dinamismo e a constante transformação dos estados de equilíbrio, desvios e busca pelo balanceamento de influências foi abordado pelo conceito dos processos homeodinâmicos (ROSE, 1998). No contexto da arquitetura, as ambiências humanizadas podem se configurar em ambientes homeodinâmicos, que por meio de sua interação com o sujeito, afeta positivamente os processos homeodinâmicos, atuando na preservação e na restauração da vida (ZUANON; FERREIRA & MONTEIRO, 2020). Esta restauração da vida pode ser compreendida para além de seu sentido biológico, na direção de que uma cidade com vitalidade e riqueza cultural é aquela em que se constrói e desenvolve, a partir de iniciativas cidadãs, espaços e dinâmicas diversas, com possibilidades de encontros e convivência acessíveis, que estimulam e inspiram.

O acesso às possibilidades de vivências e experimentações culturais em que haja uma diversidade nos protagonistas destas iniciativas e interações que aproximam a arte e o cotidiano pode ser ampliada à partir da utilização desses interstícios urbanos como espaços de regulação das forças hegemônicas em um balanço que se desloque no sentido da inclusão socioterritorial e equidade.

A representatividade e pertencimento de grupos minoritários via iniciativas culturais faz parte dos esforços aliados ao desenvolvimento de ambientes urbanos saudáveis, que são aqueles territórios em que as pessoas estão no centro de seu planejamento e utilização, em uma lógica de priorização das demandas e sonhos coletivos em detrimento da ordem capitalista e hegemônica.

Ambientes urbanos saudáveis

Em 2020, a ONU-HABITAT e a Organização Mundial da Saúde publicaram o Guia *Integrating Health in Urban and Territorial Planning: a sourcebook*. Este documento apresenta caminhos para implementação, no contexto do planejamento urbano, com ações e estratégias que contribuam com a promoção da saúde e cidades saudáveis. Desta forma é configurado como um referencial técnico por indicar mecanismos de aplicação dos conceitos teóricos na prática de uma gestão urbana que integra a saúde em suas decisões, processos e intervenções urbanas no âmbito de um planejamento urbano que considera a saúde da população em seu caráter multidimensional (UN-HABITAT & OMS, 2020).

O *Guia* apresenta as dimensões de um planejamento urbano saudável, e pontos de entrada para a inclusão da saúde no processo de tomada de decisão e nas iniciativas relacionadas à gestão urbana. As quatro dimensões de um planejamento urbano saudável, de acordo com este referido documento, são normativas e diretrizes de planejamento para evitar riscos à saúde, planos que limitam o aprofundamento das iniquidades e ambientes não saudáveis, ordenamento espacial que facilita a adoção de estilos de vida saudáveis, processos de gestão urbana que integram saberes e destacam os co-benefícios de considerar uma centralidade na saúde ao planejar e gerir as cidades e espaços urbanos durante todo o ciclo do planejamento (UN-HABITAT & OMS, 2020).

Na seção que traz os pontos de entrada da saúde no planejamento urbano o documento aponta serem: o diagnóstico, por meio de uma avaliação das necessidades e estado de saúde da população; na etapa de formulação de políticas e estratégias ao considerar evidências do que funciona e ao estimar os possíveis impactos na saúde das propostas; na etapa de implementação estimulando a inclusão e engajamento social e na avaliação e monitoramento reportando os resultados em saúde e conduzindo numa

coleta de dados constante que embasam as tomadas de decisão em alinhamento com as premissas das cidades saudáveis (UN-HABITAT & OMS, 2020).

Em consonância com as agendas urbanas atuais, este documento aponta a sinergia do planejamento urbano e da saúde pública e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e estabelece como pré requisitos para ação o comprometimento político, desenvolvimento de lideranças, inclusive na sociedade civil com uma visão conjunta sobre um futuro saudável e equitativo e investimentos e consolidação da saúde no planejamento urbano e territorial como um padrão norteador. Neste guia são destacadas as perspectivas de um planejamento baseado nos recursos, em que a comunidade e sua saúde são centrais ao processo e o foco deste planejamento.

O desenvolvimento urbano saudável necessita possuir diretrizes compatíveis com uma cidade pensada para todas e todos e não para alguns. Nesta construção é importante a produção e divulgação de documentos norteadores que aproximem os movimentos do planejamento urbano e da promoção da saúde, no sentido de incentivar e facilitar a implementação de estratégias na cidade que possam combater as vulnerabilidades impostas pela desigualdade social e que contemplem a saúde das pessoas e o bem viver, em especial das populações com demandas básicas não atendidas.

Evidencia-se assim, por meio de pesquisas e documentos norteadores do planejamento urbano, que estes podem afetar os processos da saúde e doença. Dessa forma as tomadas de decisão na cidade devem incluir evidências que facilitem os efeitos de estratégia para a saúde em suas diferentes dimensões com o propósito de subsidiar o desenvolvimento da cidade saudável (SPERANDIO; BLOES & LIN, 2019). Este artigo tem o objetivo de investigar e refletir em relação às dinâmicas e transformações geradas por ocupações culturais para ressignificação de interstícios urbanos e da promoção da saúde e bem-estar.

Métodos

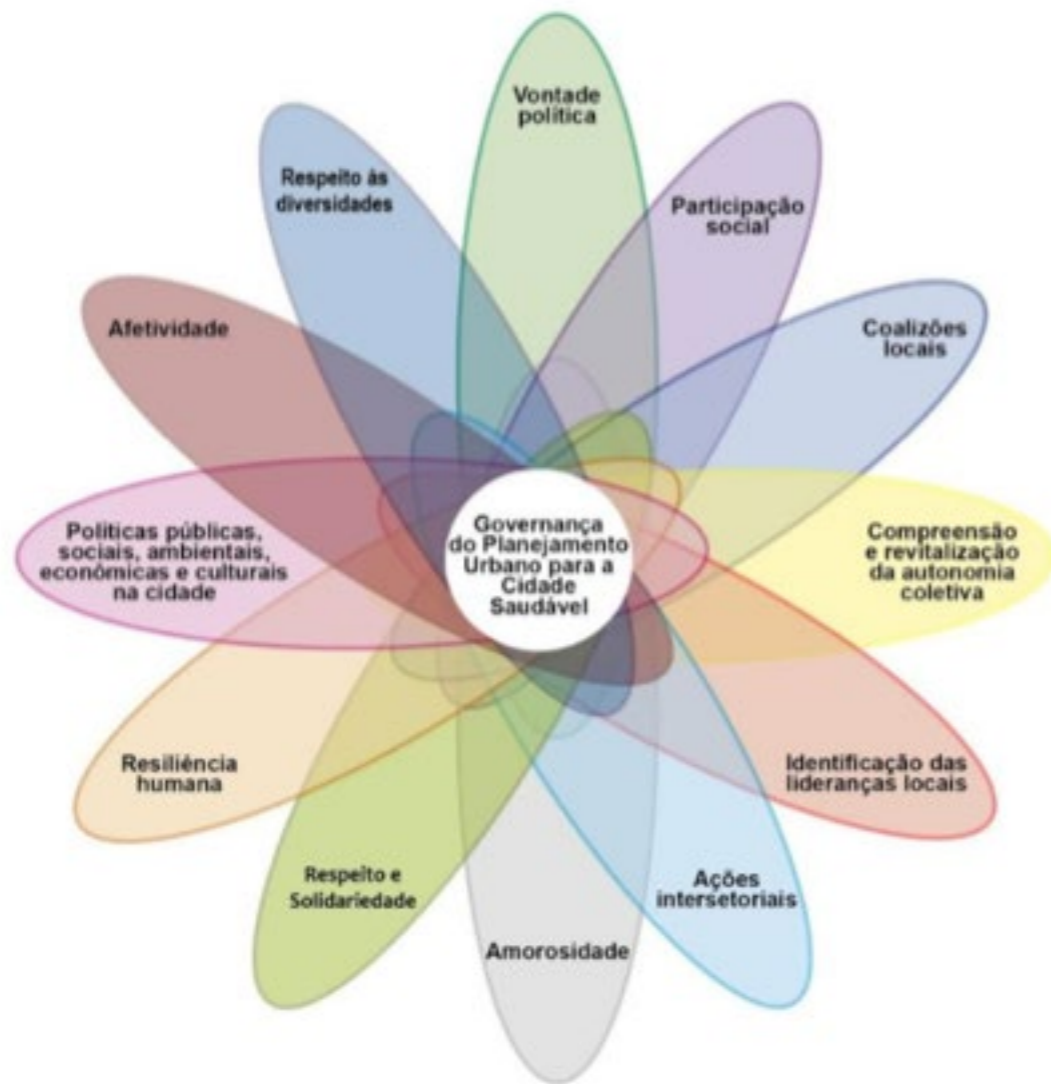
Estudo transdisciplinar exploratório com revisão bibliográfica não sistemática da literatura nas bases *SCOPUS*, *SciELO* e *GOOGLE* acadêmico com os unitermos de interstícios urbanos, ocupações culturais, ambientes homeodinâmicos, manifestações culturais e bem-estar para os últimos dez anos.

As informações da pesquisa bibliográfica foram revisadas para destacar possíveis contribuições das ocupações culturais para a ressignificação de interstícios urbanos na perspectiva dos participantes. Foram investigados quais os possíveis efeitos deste movimento nos processos homeodinâmicos e as aproximações com o desenvolvimento das cidades saudáveis.

Análise dos resultados

O estudo utilizou um exercício para proposição inicial de um instrumental para análise preliminar dos dados elaborado com critérios identificados na literatura para ambiências humanizadas (ZUANON; FERREIRA e MONTEIRO, 2020). Os dados utilizados no relato de experiências foram provenientes de visitas ao local, artigos publicados sobre a ocupação, levantamentos fotográficos, de registros e notícias disponíveis virtualmente.

A aproximação com o movimento das cidades saudáveis foi verificada aplicando a Mandala Sperandio (SPERANDIO, 2018) “Coalizão das estratégias de planejamento urbano e promoção da saúde para cidades saudáveis”, representada na *Figura 1* para identificação dos elementos presentes no que convergem com as pétalas da Mandala,



que trazem características da governança para um planejamento urbano saudável, discutidas neste artigo para as esferas sociocultural, biológica e urbana.

Nesta Mandala pode se destacar, em um de seus elos, as políticas voltadas para a cultura, que podem se relacionar a aplicabilidade e as vivências culturais, de acordo com as características locais em que a liberdade cultural se faz necessária para o desenvolvimento e contribuição com a cidade saudável, interagindo com outros elos da Mandala, que a seguir será apresentado:

Nas discussões foi conduzida uma reflexão a respeito das ocupações culturais e seu papel na construção de ambientes e processos homeodinâmicos que possam contribuir com a saúde e bem-estar dos participantes.

Abrangência do estudo

A *OcupaColaborativa* foi uma ocupação cultural em 2016 no bairro Vila Arens na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, Brasil, que durou oito meses e ocupou um galpão que por vinte anos esteve abandonado, em débitos de impostos com a prefeitura e em situação de abandono e degradação (SANTOS, 2017).

Resultados

A iniciativa da ocupação se deu por parte do coletivo Casa Colaborativa em resposta à especulação imobiliária na cidade e à falta de opções plurais e acessíveis de cultura. O movimento foi apoiado por outros coletivos culturais da cidade, durante a ocupação foram oferecidas mais de 250 atividades em programação aberta e coletiva, promovendo um uso diverso e uma governança coletiva (SANTOS, 2017) que resultou em transformações físicas e mudanças na dinâmica de uso do espaço conforme *Quadro 1* abaixo.

Características da transformação física	Características da transformação da dinâmica
	
Limpeza e retirada do entulho Grafites Mobiliários Obras de arte Reforma Biblioteca comunitária	Programação livre e diversa Ocupação constante Interações entre coletivos Espaços de deliberação (no meio físico e virtual) Eventos

Quadro 1 - Transformações observadas durante a *OcupaColaborativa*, 2016. Fonte: elaborada pelas autoras com os dados do artigo de referência SANTOS, 2017.

Os resultados descritos no *Quadro 1* apontam que a ocupação cultural promoveu mudanças significativas ao *status* de galpão abandonado e interstício urbano, tendo em vista a iniciativa e processo de que a própria comunidade cultural local construiu as dinâmicas e regras funcionamento do local para atendimento de seus desejos coletivos, o acesso a elementos vinculados a um planejamento urbano saudável permitiram a coligação e interação destas transformações para atendimento de novos desejos, em um processo que utilizou espaço privado abandonado para sua reconfiguração em espaço público com benefícios para o coletivo.

Durante os oito meses da ocupação, segundo relato dos organizadores, foram desenvolvidas no espaço dinâmicas de uso e decisão coletiva com engajamento e autogestão horizontal dos participantes (SANTOS, 2017). As transformações físicas representaram um avanço na recuperação parcial do estado degradado por meio de limpeza e retirada do entulho, instalações artísticas, de banheiro, sala de exposições, instalações que permitem a permanência e utilização do espaço com algum conforto, além de ter promovido o estímulo aos sentidos por meio das intervenções artísticas.

No *Quadro 2* os critérios estabelecidos para *Ambiência humanizada*, como por exemplo abertura ao diálogo e processo interativo, personalização dos espaços por seus usuários e a manifestação de identidade (ZUANON; FERREIRA & MONTEIRO, 2020), são identificados para as características da ocupação e transformações obtidas no espaço, e em seu uso, pelo movimento.

Ambiência humanizada	OcupaColaborativa
Abertura ao diálogo e processo interativo	Decisões em assembleias abertas (1) Programação livre aberta e gratuita (4)
Personalização dos espaços por seus usuários (conferem aos espaços qualidades que necessitam)	Pluralidade de Manifestações culturais no espaço (4) Artes, biblioteca comunitária, mobiliários, instalações (7)
Simbiose	Cultura como forma de transformar e ser transformado (3)
Atribuição de significados	Manifestações culturais com inclusões de pautas e subjetividades plurais (8) Resistência e movimento de luta contra o poder hegemônico, direito à cidade e direito à cultura (2)
Manifestação de identidade	Expressões artísticas em diferentes mídias emergentes (9). A ação também impede o apagamento da memória presente no galpão e transforma a partir da interação com o patrimônio, proporcionando novas intervenções que questionem a cidade (10).

Quadro 2 - Características da *OcupaColaborativa* para os critérios de *ambiência humanizada*, 2022.
Fonte: elaborada pelas autoras com os conceitos da referências (ZUANON; FERREIRA & MONTEIRO, 2020) e (SANTOS, 2017).

As evidências de ação e dinâmicas da *OcupaColaborativa* apontaram que a ocupação cultural possibilitou a transformação de um espaço vazio e sem significado em uma *ambiência humanizada* (ZUANON; FERREIRA e MONTEIRO, 2020), atendendo aos cinco critérios selecionados: abertura ao diálogo e processo interativo, personalização dos espaços por seus usuários, simbiose, atribuição de significados e manifestação de identidade.

Esses resultados da *OcupaColaborativa* se comparados aos doze elementos da *Mandala Sperandio* (2018) apresentam a presença de dez características convergentes ao planejamento urbano saudável conforme indicam os números inseridos na coluna 2 do *Quadro 2*: participação social (1), resiliência humana (2), identificação de lideranças locais (3), respeito e solidariedade (4), amorosidade (5), políticas culturais (6), afetividade (7), respeito a diversidades (8), coalizões locais (9), compreensão e revitalização das autonomias coletivas (10). As indicações numéricas não representam que aquele



elemento é somente encontrado naquela observação específica, sendo aplicadas para exemplificar as características apontadas a partir do relato dos organizadores, alguns elementos podem ser encontrados transversalmente nas transformações que o movimento da *Ocupa Colaborativa* gerou durante a sua ocorrência.

Este exercício, conforme descrito acima, possibilitou visualizar e compreender a aproximação da *ambiência humanizada* com as premissas da cidade saudável, em que se destaca uma centralidade no ser humano e o processo interativo e participativo que dialoga com as características individuais e coletivas das pessoas e grupos envolvidos.

Condição do galpão após a desocupação

O galpão após a reintegração de posse em 2017 se manteve sem uso nos quatro anos até a data de escrita deste artigo. As figuras 2 e 3 abaixo mostram que o galpão, em 2021, estava parcialmente reformado, mas ainda se encontrava parado e sem utilização ou ocupação.

A desocupação e parada total das atividades da ocupação cultural neste local não deram lugar para nenhuma outra atividade. O abandono e o descumprimento da função social, que foram resultados da ação jurídica e da força policial, estão presentes ainda em 2022. O imóvel, além de ser um objeto de acumulação capitalista e especulação imobiliária, em nada contribui com a vitalidade do bairro, com a comunidade, ou com a cidade em si, se configurando em mais um cenário da arquitetura do abandono, ditada pelas forças econômicas excludentes.

Discussão

A aproximação dos conceitos de *ambiência humanizada* com o planejamento urbano saudável possibilitou a interconexão de dois tipos de narrativas, a primeira a partir da interação entre sujeito e entorno e a segunda da interação entre promoção da saúde e ordenamento territorial. Essa convergência apontou que iniciativas nos dois sentidos poderiam ser sobrepostas para atingir seus objetivos compartilhados de promover o bem-estar e a saúde. Agregar diferentes lentes, convergentes com a promoção da saúde e equidade, poderia contribuir com um processo decisório sobre quais estratégias de utilização dos interstícios urbanos deveriam ser incorporadas nas políticas, planos e ações ao nível local.

Figuras 2 - Frente do galpão em 2021. Figura 3 - Lateral do galpão em 2021. Fonte: arquivos das autoras, 2021.

Figura 4 - Processos homeodinâmicos OcupaColaborativa no nível individual, coletivo e ambiental, em 2016. Fonte: Elaboração das autoras com imagens disponíveis online Estratosféricos e Festival Delas. <https://estratosfericos.weebly.com/foto--viacutedeo.html>, <https://festivaldelas.com.br/2016> e <https://festivaldelas.com.br/2016>



Os resultados da ocupação cultural identificados nesta pesquisa foram discutidos em três subseções que abordaram as perspectivas homeostáticas nas esferas biológica, sociocultural e urbana, esta separação não indicou independência dos processos, que ao contrário, são sobrepostos, mas visou facilitar a compreensão de cada perspectiva especificamente. A Figura 4 apresenta o resumo dos apontamentos sobre o potencial homeodinâmico de ocupações culturais por meio dos resultados da *OcupaColaborativa*.

Esfera biológica

Em consideração aos processos homeodinâmicos na dimensão física, observaram-se que as atividades e instalações no ambiente do galpão possibilitaram estímulos para movimentar o corpo e estímulos à atividade física a partir das possibilidades de manifestação artística e estímulos sensoriais para a dança. O próprio trabalho envolvido na recuperação do espaço envolveu a movimentação do corpo. Essas características são descritas para ambientes homeodinâmicos utilizados no modelo do instrumento de análise.

A interação social e cultural possibilitou a minimização do stress e relaxamento, assim como atividades de lazer, e atividades criativas e artísticas no geral. Não houve a identificação de registros diretos com relação ao desenvolvimento da espiritualidade, ainda que criação de um senso de comunidade e propósito e as próprias manifestações culturais desenvolvidas possam ter propiciado reflexões e vivências nesta direção.

Esfera sociocultural

A ocupação cultural como estratégia de luta urbana possibilitou o desenvolvimento do senso coletivo, pertencimento e apropriação do espaço, com melhora na qualidade de vida aos artistas e organizadores que envolvidos em um movimento cultural encontraram espaço de expressão para o fazer artístico.



Na perspectiva dos participantes, um lugar com oferta gratuita de lazer, cultura e educação, com uma agenda aberta e participativa, ampliou as possibilidades de participação e interação, sendo condizente com um lugar de desenvolvimento cognitivo, profissional e interpessoal (SANTOS, 2017). A permanência e interações sociais, assim como a abertura e respeito à diversidade, em um local aberto e gratuito são elementos que promovem o bem-estar coletivo.

Esfera urbana

As dinâmicas sociais, bem como o espaço físico, são dimensões urbanas que afetam a qualidade de vida e bem-estar (GALLO, 2017). A mobilização social e organização em torno do projeto *OcupaColaborativa* foram voltadas para o bem comum, transformaram o entorno e criaram oportunidades de convívio, aprendizado e interação em um ambiente que contestou, explicitamente pela fala de seus organizadores, a especulação imobiliária e propôs uma autogestão participativa, aberta e horizontal (SANTOS, 2017).

Mecanismos de co-governança na cidade e em espaços urbanos são necessários para inclusão e pertencimento das populações que não são proporcionalmente representadas nas vias de participação formal e do poder hegemônico (SPERANDIO; BONETTO & LIN, 2020). Ocupações culturais trazem para espaços anteriormente desprovidos de vida, manifestações de solidariedade e equidade em uma contestação ao planejamento urbano hegemônico e uma territorialização do direito à cidade.

Segundo HARVEY (2012), no contexto do direito à cidade, o poder coletivo pode ser exercido para moldar o processo de urbanização e o direito de mudar a nós mesmos por meio da mudança da cidade, compõe este direito. Neste sentido, nos processos e resultados da *OcupaColaborativa* foram relatadas transformações e geração de dinâmicas convergentes ao direito à cidade.

Figura 5 - Mosaico dos resultados da OcupaColaborativa, 2022. Fonte: elaboração própria das autoras, 2022.

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) estabelece que a propriedade que cumpre com sua função social é aquela que assegura o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, e condiz com a aplicação de imóveis em desuso, degradados, e devedores para finalidades coletivas e culturais.

A *Figura 5* utiliza da geometria do mosaico para propor uma analogia dos ladrilhos típicos deste revestimento como representações do interesse, em que na esquerda um ladrilho único, o galpão abandonado, representa o interesse privado individual, desprovido de significado e de possibilidades para o bem-estar coletivo.

Na *Figura 5* são representadas uma amostra de possibilidades criadas para um interstício urbano, neste caso o galpão abandonado na Vila Arens em Jundiaí/SP. Na figura está representado que após o *processo regulatório* da ocupação cultural, foi gerado um mosaico de efeitos possibilitados pelo uso e ocupação do galpão, que quando na situação de uma propriedade privada estava completamente sem uso e degradado, sem oferecer uma função ao contexto urbano e social da cidade, representado na *Figura 5* como um *único ladrilho*.

A ampliação das possibilidades daquele espaço resgatado durante a *OcupaColaborativa* atendeu as demandas por lazer, cultura, representatividade e pertencimento. O movimento considerou a pluralidade de expressões e interesses inclusos no processo e corroborou com o desenvolvimento de cidades saudáveis. Esta expansão de potencialidades, de um lugar privado degradado para um equipamento cultural aberto a todas e todos, está representado na figura pelo formato de mosaico, em que um ladrilho único dá lugar a um mosaico de possibilidades.

Considerações finais

A intersetorialidade e múltiplas escalas de atuação devem ser contempladas nos espaços decisórios sobre a cidade e na gestão de seus espaços. O controle e cuidado com o entorno, interações sociais e construção coletiva podem somar ao potencial homeodinâmico das manifestações culturais e contribuir com o bem-estar dos envolvidos e com o ambiente cultural e urbano das cidades.

A aplicação de ferramentas como a *Mandala Sperandio*, que mesclam diferentes elementos voltados a um planejamento urbano saudável e a governança das cidades no sentido de possibilitar iniciativas urbanas de promoção da saúde pode ainda reforçar a conexão das iniciativas culturais com o bem estar e qualidade de vida das pessoas.

Neste contexto, a junção de conhecimentos da neurociência, arquitetura e planejamento urbano e promoção da saúde são beneficiadas na elaboração de instrumentos que aproximem as narrativas destas áreas com o objetivo comum de atender aos desejos coletivos e desta maneira contribuir na transformação urbana em direção à equidade.

A partir dos resultados pode ser apontado que a ocupação cultural estudada configurou-se em ambiente homeodinâmico na perspectiva de seus organizadores, das transformações físicas e nas dinâmicas sociais de permanência e ocupação do interstício urbano. Considerando a esfera de atuação cultural, entendeu-se que a *OcupaColaborativa* atuou nas dimensões preventiva e restauradora dos processos homeodinâmicos.

A ativação de espaços urbanos por meio de iniciativas culturais autogestionadas pode configurar alternativas complementares a políticas públicas saudáveis, que contribuem com as cidades no sentido de ampliar o engajamento cívico e pertencimento (SPERANDIO; GOMES & GARANITO, 2019). Dessa forma os processos nos locais de abandono, por meio da resignificação de interstícios e vazios urbanos, podem contribuir favoravelmente aos processos homeodinâmicos. O exercício realizado nesta pesquisa de aproximação desta dinâmica biológica, com as premissas das cidades saudáveis e de ambiências humanizadas podem ser replicados para outras iniciativas que buscam reconfigurar as arquiteturas do abandono para ambientes que valorizem o protagonismo cidadão e iniciativas que promovem a saúde e o senso de comunidade.

Um ambiente excludente, que não provê oportunidades de acesso à cultura, à renda, ao lazer, à saúde, à educação e outros direitos básicos humanos gera o desperdício de inúmeras vidas e talentos que poderiam contribuir com a transformação urbana e melhoria da sociedade. Este abandono é produzido e reproduzido nas cidades e um planejamento urbano incluyente, a co-governança e o protagonismo cidadão poderiam ser um contraponto a estas injustiças sociais e ampliar a diversidade nos espaços públicos e de convivência nas cidades.

O percurso do planejamento urbano para a cidade saudável ela depende de movimentos de retomada cultural e de outras áreas, a cidade saudável não está pronta e nunca estará pronta, é sobre os processos e dinâmicas da mesma forma que o equilíbrio homeostático é dinâmico tendo que ser adequado às novas circunstâncias e necessidades postas pelos próprios indivíduos e seus contextos.

Referências

ANDRES, Lauren; BRYSON, John R.; MOAWAD, Paul. Temporary urbanisms as policy alternatives to enhance health and well-being in the post-pandemic city. *Current environmental health reports*, v. 8, n. 2, p. 167-176, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40572-021-00314-8>. Acesso em: 10 de out. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade*. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 10. out. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Lei Orgânica da Saúde*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Ministério da Saúde, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

DAMÁSIO, António. *A estranha ordem das coisas: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura*. Editora Companhia das Letras, 2018.

DAMÁSIO, António. (2010). *O Livro da Consciência* (ed. 1). Lisboa, Temas e Debates.

DAMASIO, Antonio; CARVALHO, Gil B. The nature of feelings: evolutionary and neurobiological origins. *Nature reviews neuroscience*, v. 14, n. 2, p. 143-152, 2013.. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nrn3403>. Acesso em 10 de out. 2022.

GALLO, Douglas. Desenvolvimento sustentável e qualidade de vida: reflexões sobre vulnerabilidade e resiliência urbana. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da*

Alta Paulista, v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.eventoanap.org.br/data/inscricoes/2559/form5707440.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

HARVEY, David. *O direito à cidade*. Lutas sociais, n. 29, p. 73-89, 2012.

ROSE, Steven PR. *Lifelines: Biology beyond determinism*. 1998. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/ROSLBB>. Acesso em: 10 de out. 2022.

SANTOS, Thiago Moreira. AS OCUPAÇÕES CULTURAIS COMO ESTRATÉGIA DE LUTA: A luta popular pela cultura na Ocupa Colaborativa da cidade de Jundiaí. **Curso:** Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT), 2017. Centro de estudo latino-americanos sobre cultura e comunicação. Universidade de São Paulo. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/tcc_celacc/ocupacoes-culturais-estrategia-lutaa-luta-popular-pela-cultura-ocupa-colaborativa-da. Acesso em 10 de jul. 2021.

SILVA, Luana Andrade da. INTERVENÇÕES URBANAS ARTÍSTICAS EFÊMERAS: ALTERNATIVAS DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BAIRRO CENTRO DE ARACAJU-SE. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE*, v. 6, n. 3, p. 41-41, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/9599>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SILVA, Maria Inês Pires da. *Construir No Construído. Interstícios Urbanos-Lugares Em Suspenso*. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2585814028?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>. Acesso em 10 de out. 2022.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti. WORLD HEALTH SUMMIT REGIONAL MEETING. Coimbra, Portugal, 2018l.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; GOMES, Elis Regina Barbosa; GARANITO, Paula Verônica Antunes. A CULTURA COMO PROMOTORA DA CIDADE SAUDÁVEL. *Revista Intellectus*, Brasil, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21116/2019.3>. Acesso em 10 de out. 2022.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; BLOES, Rodrigo Brandini; LIN, Pamela Shue Lang. Evidências de métodos participativos para o planejamento urbano da cidade saudável. *Labor e Engenharia*, v. 13, p. e019024-e019024, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8657594>. Acesso em 10 de out. 2022.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; BONETTO, Bárbara; LIN, Pamela Shue Lang. *MOBILIDADE HUMANA E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA*. Migrações Internacionais e a Pandemia da Covid-19, p. 189, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/612c9fe4-65db-4355-819f-c7f661646b45/miginternacional.pdf#page=189>. Acesso em 10 de out. 2022.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; BLOES, Rodrigo Brandini; DE CAMARGO, Carlos Henrique Tristão. Cidades saudáveis: Novos desafios para o planejamento urbano após 20 anos de Estatuto da Cidade. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2022. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/cidades.saudaveis.cadernos.pos.au.2022.1/11325>. Acesso em 10 de out. 2022.

URSIĆ, Sara; KRNIĆ, Rašeljka; MIŠETIĆ, Roko. Cultural Planning and Participation as a Strategy for Revitalizing a Resort Town: A Case Study from Červar Porat, Croatia. *Sociologija i prostor: časopis za istraživanje prostornoga i sociokulturnog razvoja*, v. 58,

n. 3 (218), p. 357-378, 2020. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/file/362324>. Acesso em: 10 de out. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Integrating health in urban and territorial planning: a sourcebook, 2020*. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/integrating-health-%20in-urban-and-territorial-planning>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ZUANON, Rachel; FERREIRA, Claudio Lima; MONTEIRO, Evandro Ziggianti. Ambientes e Produtos Homeodinâmicos: perspectivas e contribuições à saúde e ao bem-estar do ser humano. *DAT Journal*, v. 5, n. 4, p. 194-212, 2020. Disponível em: [https://datjournal.anhembibr.dat/article/view/290/211](https://datjournal.anhembibr/dat/article/view/290/211). Acesso em: 10 out. 2022.

DOS NOVOS PROJETOS URBANOS AOS ABANDONOS DO CENTRO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

*FROM NEW URBAN PROJECTS TO THE ABANDONMENTS OF
THE DOWNTOWN OF PRESIDENTE PRUDENTE/SP*

Bárbara Pozza Scudeller¹

Resumo

O centro das cidades passa por transformações constantes de tempos em tempos. Quase que em um processo cíclico ao longo da história das cidades, o centro recebe novos projetos. Seja sob a justificativa de retomar o seu valor simbólico, seja para atualizar a sua infraestrutura, seja para atrair novos investimentos econômicos, há um consenso entre agentes públicos e privados quanto a ideia de intervir no centro. Esse artigo apresenta o caso da cidade de Presidente Prudente/SP, que recebeu novos projetos para o seu centro nos anos 2010. A discussão gira em torno da ambiência espacial criada por esses novos projetos, comparativamente a ambiência de projetos anteriores. No que são representativas de um processo de abandono ou deterioração do centro? Conclui-se que a ideia de abandono desses espaços é apenas parcial e sua deterioração apenas relativa. Ao invés do abandono dos espaços, houve um abandono do antigo modelo de sociedade local, implicando na necessidade e na conveniência de se pensar novos projetos para o centro.

Palavras-chave: abandono, projetos urbanos, centro, práticas socioespaciais, Presidente Prudente/SP.

Abstract

The downtown undergoes constant transformations from time to time. Almost in a cyclical process throughout the history of cities, the downtown receives new projects. Whether under the justification of resuming its symbolic value, or to update its infrastructure, or to attract new economic investments, there is a consensus between public and private agents on the idea of intervening in the downtown. This article presents the case of the city of Presidente Prudente/SP, which received new projects for its downtown in the 2010s. The discussion revolves around the spatial ambience created by these new projects, compared to the ambience of previous projects. How are they representative of a process of abandonment or deterioration of the center? It is concluded that the idea of abandoning these spaces is only partial and their deterioration is only relative. Instead of abandoning spaces, there was an abandonment of the old model of local society, implying the need and convenience of thinking about new projects for the downtown.

Keywords: abandonment, urban projects, downtown, socio-spatial practices, Presidente Prudente/SP.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre e Doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC-USP). Atuante no eixo de pesquisa Conformações Espaciais Urbanas. Possui experiência acadêmica na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em teoria urbana, projeto urbano e produção da cidade.

O abandono do centro

Ao longo da história urbana de cada cidade, há um consenso entre população e gestores públicos quanto a ideia recorrente de se intervir no centro. As intervenções ocorrem de tempos em tempos, como que em um processo cíclico presente em sua história. Os motivos para se intervir no centro costumam ser os mesmos, variando apenas dentro de um rol finito de justificativas. Às vezes, o argumento principal pode ser a valorização do seu aspecto simbólico para seus cidadãos, pode ser o seu papel estruturador dos fluxos que ocorrem na cidade, pode ser a valorização da rede de infraestrutura já consolidada, ou a necessidade de novas estruturas de suporte ao grande fluxo de pessoas e mercadorias. Seja qual for o motivo, as intervenções no centro serão sempre uma constante. Dentre alguns dos argumentos possíveis para justificar a execução de novos projetos, um aqui merecerá destaque: o aspecto de abandono desses centros.

Em essência, o processo de degradação dos centros está vinculado ao seu próprio processo de formação. Segundo Villaça (1998), o centro surge enquanto ponto estratégico na estrutura intraurbana representativo do mínimo de descolamento possível entre todos os integrantes dessa aglomeração². Mas a aglomeração absoluta de todas as pessoas em um único ponto da cidade é impossível. Por isso começam a acontecer os movimentos de afastamento e aproximação a partir dele. Entre aproximações e afastamentos, é possível citar três momentos de mudanças para a conformação espacial do centro: o de concentração, o de degradação e o de transformação (CARLOS, 2007).

O momento inicial de formação dos centros é representativo de uma grande concentração de pessoas, capitais e mercadorias. É nesse ponto nodal da aglomeração que passam a se concentrar os setores administrativos, as áreas residenciais, o setor bancário e os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. A concentração de pessoas e todos esses equipamentos em um único ponto representa uma vantagem competitiva para a minimização de custos e tempo de deslocamento. Contudo, a minimização destes custos nem sempre é do interesse de todos. Alguns segmentos sociais podem escolher arcar com os custos de tempo e deslocamento em troca de exclusividade espacial e prestígio social. As elites sociais podem escolher arcar com estes custos para terem terrenos maiores do que teriam no centro, por exemplo (VILLAÇA, 1998). Mas há aquelas que a escolha de permanecer ou não no centro não seja verdadeiramente uma escolha, mas a única alternativa. São estas as diferenças que marcam a apropriação diferenciada do espaço urbano, incluindo o centro.

Como a concentração de todos os recursos em um único ponto é fisicamente impossível, alguém terá que se afastar do centro, seja por interesse ou necessidade. É justamente neste momento em que o centro começa a ser palco do seu processo de degradação ou aparente abandono. Para Villaça (1998) o processo de degradação do centro é resultado do seu abandono pelas elites locais. Segundo bem destacado pelo autor, o que primeiro se degrada no centro não é o seu ambiente físico, mas a sua localização. A degradação do centro é sobretudo o desgaste de *pontos* da cidade. Perante o aumento da mobilidade espacial motivada pelo aumento da taxa de motorização das classes de mais alta renda, as elites locais passam a se dirigir a novos *pontos*. Então a cidade passa a se expandir em direção a estes novos *pontos* e para eles passam a atrair a valorização imobiliária e o prestígio social. Não foram as deficiências internas

² Lembrando aqui que o centro da cidade não precisa se localizar necessariamente em seu centro geográfico. O uso da palavra *centro* para fazer referência a este ponto é representativo do seu valor material e simbólico para a cidade. Quanto maiores forem as dificuldades de deslocamento da aglomeração, maior será o valor dado ao centro.

ao centro que determinaram o seu abandono, mas a fragilidade de vinculação mútua entre o centro e as elites sociais que o sustentam. Aqui cabe muito bem uma citação direta do autor, em que ele destaca o quanto que o processo de abandono do centro é resultado do desinteresse das suas elites locais.

Não foram deficiências internas dos centros principais que determinaram seu abandono por parte das camadas de mais alta renda. Esse abandono, como já vimos, foi motivado pela fragilidade da vinculação mútua entre nossos centros e a diminuta classe que o sustenta. Tal exiguidade impediu que se formasse um círculo de classes médias e mesmo alta, em torno do centro, sustentando-o e assegurando estabilidade espacial mútua, tanto ao centro como a essas classes. [...]. Não foi por seu *envelhecimento* que o centro principal foi abandonado. Se conviesse às burguesias continuar a usá-lo, elas o teriam renovado e aprimorado, como, aliás, já haviam feito no passado, em inúmeros casos (VILLAÇA, 1998, p. 279).

Ou seja, o aspecto de abandono atribuído ao centro é resultado de sua obsolescência espacial perante o surgimento de novas centralidades urbanas. Com isso e com o passar do tempo o centro resta às classes de baixa renda. Mas um ponto merece aqui destaque: a ideia de abandono é socialmente construída e parcialmente incorreta. A ideia de abandono do centro se confunde ao aspecto depreciativo atribuído aos segmentos populares no Brasil. Por mais que sua infraestrutura física se apresente já muito desgastada pelo tempo, pelo intenso uso, pela falta de investimentos públicos em sua infraestrutura, e pelo desinteresse das elites locais em renová-lo, o centro continua sempre sendo ocupado.

Como bem lembra Vargas e Castilho (2015), não apenas resta ao centro a sua ocupação pelas classes populares, mas também as atividades comerciais e de serviços que continuam no centro passam a se voltar preferencialmente a essas classes. Com o êxodo das elites locais, a substituição se dá por atividades de menor rentabilidade, informais, e às vezes, até ilegais, praticadas por frequentadores com baixo ou quase nenhum poder aquisitivo. Por conta do baixo fluxo de capital que passa a se dar no centro, o poder público pouco se interessa em investir seu capital nesse ponto da cidade. Assim, a ideia de degradação simbólica do centro, resultado da visão pejorativa atribuída às classes populares que passaram a ocupá-lo, começa a também resultar em um aspecto físico de degradação. Fruto da falta de interesse público em se fazer presente em um espaço carente de prestígio político, social e econômico.

Mesmo assim, de tempos em tempos, chega o momento em que novamente o poder público ou privado decide voltar a intervir no centro. Eis que se inicia o momento de transformação desses centros. Como apontado logo no início desse artigo, há vários motivos para se intervir no centro. Alguns dos mais frequentes são a renovação de sua infraestrutura, a revalorização de seu valor histórico para a cidade, e o reestímulo às transações comerciais, financeiras e imobiliárias de maior capital. Seja qual for o argumento usado para se intervir no centro, todos perpassam pela ideia de interrupção do processo de *abandono* – mesmo que esse abandono tenha sido apenas parcial, realizado por grupos sociais específicos.

Dentre os autores que estudam os processos de transformação dos centros, há duas formas distintas de se enxergar as intervenções propostas. Há autores, como Vargas e Castilho (2015) que atribuem a elas uma aparente melhora da imagem da cidade, de pertencimento ao espaço urbano do centro, valorização do patrimônio construído, dinamização do comércio e geração de empregos. “[...] implementar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem

a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção” (ibidem, p. 05). Por mais que este possa ser um resultado possível, este artigo pretende destacar um resultado mais pragmático e menos idealista dessas transformações. O que geralmente ocorre nos projetos de intervenções em áreas centrais é o desbloqueio do seu potencial de valorização. Os projetos, alguns deles tidos literalmente como *indutores de valorização* (FIX, 2004), desencadeiam a revalorização fundiária do centro. Como consequência, ao invés de os projetos reaverem os antigos valores simbólicos do centro, acabam por destruí-lo.

Esse ponto é bem apresentado e discutido em Carlos (2007), no qual a autora, ao falar especificamente sobre a cidade de São Paulo, destaca alguns pontos sobre os projetos de transformações de áreas centrais. Ao privilegiarem os interesses de circulação, acumulação e reprodução do capital, a preservação dos aspectos simbólicos do lugar são desconsiderados. São estes os aspectos que garantem aos habitantes de uma determinada região da cidade o seu sentimento de pertencimento ao lugar. A partir da destruição dos referenciais cotidianos dos usuários do centro, por exemplo, ou de qualquer outro bairro, ou região da cidade, estes projetos gradativamente enfraquecem a ligação entre espaço-usuário e desestimulam a ocorrência de determinadas práticas socioespaciais. A depender do quanto os projetos de transformações dos centros impactam na sua valorização fundiária e imobiliária, é usual que as classes de baixa renda sejam gradativamente expulsas dos centros – seja por falta de recursos financeiros para arcarem com a especulação da terra ou por falta de vínculos históricos e afetivos que antes tinham com o lugar.

O ponto de vista do habitante, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões, o habitar (e as relações que este ato implica como usos de outros lugares), são elementos constantemente negligenciados quando a gestão é a revitalização dos lugares da cidade. Esta lógica revitalizadora esvazia a dimensão da reprodução da vida – que foge a racionalidade homogeneizante imposta pela sociedade de consumo – e nega a cidade enquanto lugar que visa a realização dos desejos do cidadão, lugares apropriados para o uso, cujo conteúdo ultrapassa aquele do mero consumo produtivo dos lugares da cidade. É o que nos revela, por exemplo, o conteúdo dos espaços públicos em sua multiplicidade de sentidos, decorrente da cultura, dos hábitos e costumes. Todavia, reduzidos aos equipamentos coletivos, veem negado seu sentido pela impossibilidade de apropriações múltiplas como lugares de encontros/desencontros, da comunicação, do diálogo, etc. Lugares marcados pelas formas de apropriação diferenciadas enquanto momentos privilegiados que constituem a identidade cidadão-cidade, o que vai se contrapor às necessidades de acumulação (CARLOS, 2007, p. 88).

Como recorte mais específico a ser discutido no espaço deste artigo, gostaria de propor uma reflexão justamente sobre a espacialidade urbana criada por alguns desses projetos de transformação urbana dos centros. O quanto estes projetos de transformação revertem, de fato, um processo de *abandono* do centro? A que tipo de prática ou a que tipo de público esses projetos buscam privilegiar nas áreas centrais? Na busca pelo desbloqueio de valorização do centro, o que é abandonado e o que é preservado? O que passa a ser abandonado hoje por essas novas espacialidades? Para ilustrar essa discussão e torná-la mais palpável, trago o caso da cidade de Presidente Prudente, situada no interior e no extremo oeste do Estado de São Paulo. Tida como uma cidade

média³, Presidente Prudente recebeu novos projetos para os espaços públicos do seu centro a partir dos anos 2010. Tais projetos e suas relações socioespaciais foram estudadas e discutidas em trabalhos anteriores (SCUDELLER, 2021), cabendo para este artigo uma discussão circunscrita ao tipo de espacialidade – de abandono – por eles criado. Apesar desse artigo apresentar apenas o caso da cidade de Presidente Prudente, suas reflexões não precisam se limitar a ele⁴. Por mais que seja fundamental se considerar a especificidade de cada caso de estudo, pontos teóricos-empíricos aqui destacados poderão se relacionar facilmente com outras cidades e outros casos de estudo. Caberá ao leitor também analisá-lo a luz do seu repertório.

O processo de formação do centro de Presidente Prudente/SP

Compreender o processo de formação e transformação do centro de Presidente Prudente perpassa pela compreensão da história de sua fundação⁵. A fundação da cidade de Presidente Prudente foi motivada essencialmente por dois fatores: a criação nacional da Lei de Terras de 1850 e a expansão da cultura cafeeira para a região do extremo oeste do Estado de São Paulo. A Lei de Terras, criada em 1850, foi um marco importante para o país na transformação de todas as terras brasileiras em mercadorias. Segundo essa lei, todas as diferentes formas de aquisição de terras realizadas até o ano de sua regulamentação, 1854, estavam sancionadas. Ou seja, tornava legítima as aquisições de terras feitas por concessões governamentais, por ocupações ou por compras. A exceção se daria a partir dali. Após o sancionamento da lei, as terras brasileiras só poderiam ser adquiridas por meio das relações de compra e venda. A criação dessa lei estava vinculada à garantia de crescimento da economia brasileira da época, prestes a abolir o regime de trabalho escravo. Assim, as terras do Pontal do Paranapanema ocupadas por José Teodoro de Souza, em 1856⁶, foram regulamentadas – depois sucedido por outros compradores de terras da região.

3 Segundo Sposito et al. (2006), nem todas as cidades de *porte médio* são, de fato, cidades médias, pois se deve considerar mais elementos do que apenas os indicadores demográficos e se analisar os papéis por ela desempenhados no conjunto da rede urbana. Nas palavras da autora, “atribui-se a denominação ‘cidades médias’ àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano” (SPOSITO et al., 2006, p. 175). Também podem ser tratadas como *cidades intermédias* tendo em vista o seu papel de *intermediação* entre cidades pequenas, áreas rurais, e regiões metropolitanas dentro de sua escala regional.

4 O método de pesquisa utilizado no trabalho que deu origem a este artigo foi o *estudo de caso*. Yin (2015) define como escopo dos estudos de caso as pesquisas empíricas que “desejam entender um fenômeno no mundo real e assumir que esse entendimento provavelmente englobe importantes condições contextuais pertinentes ao seu caso” (p. 17). Diferentemente das pesquisas experimentais, em que as variantes podem ser separadas dos contextos em que ocorrem, as pesquisas de estudo de caso lidam com o problema de não usufruírem da possibilidade de separação das suas variáveis de seus contextos. Este é o principal dilema das pesquisas em ciências sociais aplicadas. No uso desse método, o pesquisador precisa deter especial atenção na busca pela generalização teórica a partir dos dados coletados, estabelecendo relações teórico-empíricas ao longo do trabalho. Segundo Yin (2015), a busca pela generalização teórica passa pela descoberta/identificação de fenômenos-chaves. Neste artigo, o fenômeno-chave a ser discutido será o processo de abandono e conseqüente transformação dos centros.

5 O objetivo deste tópico é dar ao leitor repertório histórico sobre a cidade de Presidente Prudente, para que, no tópico seguinte, se possa estabelecer paralelos teóricos-empíricos sobre os processos de abandono e transformação do centro. Assim, a apresentação deste tema é fundamental. Inclusive aos leitores que não tenham familiaridade com a história de formação da cidade e os projetos urbanos nela envolvidos.

6 Interessante aqui observar que a apropriação de José Teodoro de Souza ocorreu no ano de 1856, portanto, posteriormente a criação e o início da vigência da Lei de Terras de 1850. Mas essa forma ainda irregular de apropriação das terras foi o que essencialmente caracterizou as primeiras ocupações do Oeste Paulista. No caso, as apropriações irregulares eram legalizadas por favores políticos e/ou suborno dos funcionários do governo. (ABREU, 1972) De qualquer forma, a criação desta lei foi o que impulsionou a ida dos primeiros ocupantes de terras à região.



O segundo fator de estímulo à ocupação das terras do Pontal do Paranapanema foi a retomada da expansão da cultura cafeeira ao extremo oeste do Estado de São Paulo. Após a revalorização da produção cafeeira no Brasil, a ocupação do Planalto Ocidental Paulista voltou a ser vantajosa, porque acabou por implicar na gradativa valorização fundiária de suas terras. Foi a expansão da monocultura cafeeira à porção oeste do Estado a que também se deveu a origem da cidade de Presidente Prudente, pelo parcelamento do solo e do loteamento urbano das antigas glebas locais (ABREU, 1972)⁷. Em 1919, a Estrada de Ferro Sorocabana chega em Presidente Prudente, responsável por todo o escoamento do café da região para o Porto de Santos.

O primeiro loteamento da cidade foi construído em frente à Estação Ferroviária Presidente Prudente da Estrada de Ferro Sorocabana, estação que deu nome à cidade. Este loteamento foi empreendido pelo então Coronel Francisco de Paula Goulart, que decidiu lotear parte da sua fazenda de café em lotes urbanos. No dia 14 de setembro de 1917 – data em que se comemora o aniversário da cidade – o engenheiro José Carlos Fairbanks efetuou a demarcação dos alicerces da Estação Presidente Prudente. Junto a este evento também demarcou a construção de uma grande avenida de frente à Estação, a pedido do próprio Goulart. A avenida demarcaria a divisão da sua fazenda e do primeiro loteamento urbano a ser realizado por ele em suas terras. O que um dia foi o primeiro loteamento, hoje é o que se reconhece como o *quadrilátero central* da cidade, circunscrito por quatro de suas principais avenidas (figura 1).

7 Segundo Abreu (1972), as cidades do Planalto Ocidental Paulista foram fundadas por um motivo diferente das do Vale do Paraíba – local da primeira expansão cafeeira no Brasil. As cidades do Oeste Paulista foram fundadas com o objetivo de dar suporte às atividades agrícolas. Ou seja, a fundação dessas cidades antecedeu a ocupação do campo pela cultura do café. Elas não foram fundadas após a ocupação rural, mas sim antes dela.

Figura 1 - Quadrilátero central de Presidente Prudente, formado pelo encontro de quatro das principais avenidas da cidade, com a demarcação de alguns pontos que serão citados nesse trabalho. Fonte: Google Maps, editado pela autora, 2020

Desde o lançamento deste primeiro loteamento urbano, a área central da cidade foi ininterruptamente ocupada. As primeiras ocupações datam do início da década de 1920⁸. Desde então, a ocupação da área não parou mais. Os primeiros moradores foram atraídos pelo espírito empreendedor do então Coronel Goulart, que na ânsia de ocupar o seu loteamento com rapidez, negociava os seus lotes de forma verbal ou por *contratos de gaveta*. Para Sposito (1983), foi exatamente esse tipo de negociação que garantiu a agilidade necessária para que as terras de Presidente Prudente fossem rapidamente ocupadas. Pois, para valorizarem cada vez mais, a sua ocupação precisava estar em constante crescimento.

Apesar das primeiras ocupações datarem do início da década de 1920, as primeiras obras públicas na cidade demoraram a acontecer. Isso porque o Município de Presidente Prudente, fundado em 1923, não tinha autonomia administrativa para gerir o seu orçamento arrecadado. Foi apenas na década de 1930 que as primeiras melhorias em infraestrutura puderam ser iniciadas, graças à Lei Orgânica dos Municípios. Promulgada em âmbito federal em 1935, a Lei Orgânica dos Municípios deu a autonomia administrativa dos Municípios, extinta com a Constituição Republicana de 1891. Foi só a partir daquele ano que Presidente Prudente pôde usufruir de independência administrativa e tributária para realizar as melhorias públicas que a cidade tanto necessitava. A exemplo desses investimentos, algumas obras cabem ser citadas⁹. Duas delas terão destaque neste trabalho: a construção da Rua Tenente Nicolau Maffei e da Praça Nove de Julho.

A Rua Tenente Nicolau Maffei, hoje uma das principais ruas comerciais de Presidente Prudente, foi construída junto ao primeiro loteamento urbano. Apesar do loteamento ter sido implementado na década de 1920, a Maffei só foi pavimentada em 1933, 13 anos depois. Junto a este projeto de pavimentação de algumas das ruas do *quadrilátero central*, foi construído também o primeiro projeto para a Praça Nove de Julho. Sobre a histórica ocupação da área central, é relevante observar o quanto a área destinada à construção desta praça já era efetivamente usada e ocupada pelos primeiros moradores da cidade. Mesmo sem nenhum tipo de infraestrutura pública, ainda em chão de terra batida, a região já era usada para a prática do *footing*, para os comícios políticos, para as quermesses e para os espetáculos circenses desde 1920.

Constituía velha aspiração dos prudentinos um local onde pudessem passar algumas horas de lazer e os jovens realizarem o *footing*, prática tradicional das cidades do interior. O quarteirão, adquirido pela Municipalidade nos tempos da administração goulartista, para se fazer nele uma praça, era um vazio desgracioso, varrido constantemente pela poeira ou prejudicado pelo lamaçal. Ali se realizavam os comícios e as quermesses e funcionavam os circos....

⁸ Não se sabe exatamente o ano em que as primeiras ocupações aconteceram, muito por conta do tipo de negociação dos lotes empreendida pelo Coronel Goulart, exclusivamente verbal. Inclusive, a inexistência de regras para a construção dos primeiros edifícios nos lotes fez com que as primeiras edificações precisassem ser demolidas e reconstruídas. Daí o motivo pelo qual pouco se observa a existência de edifícios que datam dos primeiros momentos de colonização desta área (WHITACKER, 1997). A estimativa toma como base o ano da construção da Estação de Ferro Presidente Prudente, concluída em 1919. Supõem-se que a partir desse ano a procura pelas terras do então Coronel Goulart tenha se intensificado e a ocupação tenha ganhado força.

⁹ Além da construção de praças públicas no centro da cidade, edifícios públicos também foram construídos nesse período, igualmente graças à Lei Orgânica dos Municípios. Foram construídos, por exemplo, o primeiro Paço Municipal de Presidente Prudente, em 1933, e o antigo edifício do Fórum da cidade, concluído no final da década de 1930. Outro edifício significativo para o centro e para o imaginário urbano da cidade foi a construção da Igreja Matriz. O seu primeiro edifício em alvenaria foi executado nos anos 1930, mas o seu segundo edifício – e que até hoje perdura como a catedral da cidade – foi concluído apenas em 1947 (SCUDELLER, 2021).



O Prefeito Felício Tarabay transformou esta quadra num excelente jardim público (ABREU, 1972, p. 138).

Enfim, em 1933, a Praça Nove de Julho recebeu o seu primeiro projeto urbano (figura 2). De acordo com os registros fotográficos levantados¹⁰, o primeiro projeto para esta praça consistiu na construção de toda uma infraestrutura urbana básica ainda inexistente no local. Foram instalados postes de iluminação pública, jardineiras, floreiras e bancos de concreto. Como parte do projeto original, a praça foi construída em um nível mais elevado do que o nível da rua, sendo o seu acesso dado através de escadas projetadas aos arredores da praça. A praça também foi projetada com dois calçamentos transversais que acompanhavam as diagonais da quadra, sendo estas diagonais sobrepostas por um segundo calçamento que contornava toda a lateral da quadra da praça – constituindo caminhos possíveis para os pedestres que ali caminhavam (SCUDELLER, 2021). Além da sua construção em desnível com a rua e do seu calçamento constituindo caminhos por entre a quadra, o projeto da Praça Nove de Julho ficou marcado pela construção do seu coreto, localizado em uma das adjacências da quadra e bem em frente à igreja matriz da cidade, a Catedral São Sebastião.

Porém, este projeto original da Praça Nove de Julho durou apenas duas décadas, recebendo um novo projeto já na década de 1950¹¹. As alterações do projeto original foram drásticas, pois todos os elementos característicos deste primeiro projeto foram demolidos – exemplo disso foi a destruição do coreto, o antigo elemento arquitetônico de maior destaque para a praça na década de 1930. O projeto que se seguiu a este primeiro é o que se faz presente na praça até os dias atuais (figura 3). Todo o calçamento, o mobiliário urbano, a iluminação e a vegetação foram alterados, não restando nada do projeto original. A destruição do coreto deu lugar a uma fonte luminosa no centro da praça e que até hoje guarda o seu lugar de destaque no projeto. Apesar dessas

¹⁰ Neste trabalho, os levantamentos bibliográficos somaram-se aos levantamentos documentais realizados no Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente. Ali foram realizados levantamentos sistemáticos junto ao banco de dados e fotografias disponibilizados no acervo no museu. Graças a esses levantamentos fotográficos, foi possível historicizar e descrever os projetos urbanos realizados na Praça Nove de Julho desde o início de sua ocupação, na década de 1920. As fotografias ali encontradas somaram-se as descrições encontradas em Abreu (1972), contribuindo ao cruzamento de dados e informações históricas sobre a cidade.

¹¹ Não foi possível precisar exatamente o ano em que este segundo projeto foi executado. Segundo os registros fotográficos encontrados no Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, este segundo projeto já havia sido concluído em 1957, antes do final da década de 1950 (SCUDELLER, 2021).

Figura 3 - Praça Nove de Julho com o seu segundo projeto, em 1961. Fonte: Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, acesso em 2019.



alterações projetuais, a Praça Nove de Julho continuou exercendo o seu papel de protagonista da centralidade intraurbana de Presidente Prudente (SCUDELLER, 2021).

Dando um salto histórico de algumas décadas, é importante destacar um outro projeto relevante para o centro de Presidente Prudente e também para a discussão neste artigo: o Calçadão da Rua Tenente Nicolau Maffei, construído no final dos anos 1970. A Rua Tenente Nicolau Maffei foi uma das primeiras ruas a serem concebidas pelo projeto inicial da Vila Goulart e que futuramente viria a compor as ruas do quadrilátero central. Além de ser uma das primeiras a serem concebidas pelo projeto de arruamento, também foi uma das primeiras ruas a receber calçamento, em 1933 – o que desde então já demonstrava o seu grau de relevância para a cidade de Presidente Prudente. Desde os primeiros anos da cidade, esta rua foi predominantemente ocupada por estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, fato este que se acentuou ainda mais com o passar dos anos e com o crescimento da malha urbana da cidade.

Antes da efetiva construção do projeto, a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente decidiu fechar a Maffei para a circulação de veículos motorizados. O principal objetivo desse fechamento da rua era o de convencer os comerciantes e prestadores de serviços localizados no centro de que tal empreendimento não significaria uma queda do fluxo de consumidores no local. No período de dois anos, nos quais a via ficou fechada, a própria Prefeitura trabalhou fortemente em campanhas de divulgação das vantagens da criação de uma via de uso exclusivo aos pedestres na cidade. Levantamentos realizados junto a um dos principais jornais de circulação na cidade da época¹², *O Imparcial*, mostrou a criação de um evento tido pelo jornal como de *muito sucesso*¹³: a *Semana do Freguês*.

12 Parte da pesquisa constitui-se de levantamentos documentais junto aos antigos jornais de circulação diária na cidade durante a década de 1970. O objetivo desses levantamentos era buscar informações detalhadas sobre a implantação do Calçadão na Tenente Nicolau Maffei. Para isso, foi feita uma varredura por todas as publicações diárias do jornal *O Imparcial* nos anos 1978, 1979 e 1980. Essa varredura possibilitou não só o encontro de publicações referentes ao Calçadão, mas também sobre o seu contexto político e o seu processo de implementação pela Prefeitura Municipal.

13 É importante esclarecer aqui que a imprensa local assumiu um posicionamento favorável à ideia da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente em pedestrianizar parte da Rua Tenente Nicolau Maffei. Tanto é que as reportagens divulgadas frequentemente destacavam as vantagens da implementação do projeto e quase nunca apresentavam críticas contrárias à proposta.



Figura 4 - Rua Tenente Nicolau Maffei logo após a conclusão do seu primeiro projeto, em 1980. Fonte: Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, acesso em 2019.

A *Semana do Freguês* era um evento organizado pela própria Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente¹⁴ em que promoções eram lançadas aos consumidores – ao longo de uma semana – pelas lojas localizadas no centro e parceiras do evento. A iniciativa da Associação tinha como objetivo convencer os lojistas contrários à ideia do Calçadão, mostrando a eles que a pedestrianização daquele trecho da Tenente Nicolau Maffei não traria prejuízo aos seus estabelecimentos, pelo contrário. A transformação deste trecho em uma via de uso exclusivo para pedestres representaria um diferencial de mercado favorável aos estabelecimentos comerciais ali localizados. A primeira edição da *Semana do Freguês* aconteceu em meados de outubro de 1978.

Além da elaboração deste evento em meados de outubro daquele ano, a Prefeitura Municipal também ornamentou todo o trecho pedestrianizado da Tenente Nicolau Maffei com uma decoração natalina no final do mês de novembro. Esta foi uma estratégia adotada para criar uma associação positiva da população com o trecho a receber o projeto. Também para estimular a ida das pessoas ao centro nessa época de compras de final de ano, as lojas da área central permaneceram abertas no período noturno. Mais uma vez, isso mostrou aos lojistas que a pedestrianização do trecho criaria um espaço de lazer e sociabilidade favorável aos interesses do comércio local. Nesse sentido, é possível observar o quanto que a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente trabalhou no convencimento dos lojistas para a adesão de sua proposta¹⁵.

Quando foi finalmente executado, em 1979, o projeto consistia na implantação de um grande eixo central de circulação de pedestres ao longo de um trecho da Rua Tenente Nicolau Maffei e pavimentado com pequenos blocos de concreto intertravado, que se iniciava na Avenida Brasil e terminava na Avenida Coronel José Soares Marcondes.

14 A Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente deu apoio irrestrito à iniciativa da Prefeitura Municipal. Esse apoio se deu *de cima para baixo*, vinda diretamente da presidência da Associação, capilarizando-se gradativamente a cada um dos lojistas do centro da cidade a ela associada.

15 A Prefeitura se mostrava obstinada, desejava construir o seu Calçadão a qualquer custo – fosse este custo econômico, político ou social. Para convencer a todos, trabalhou constantemente junto à imprensa local e à Associação Comercial e Industrial da cidade, a todo momento mostrando e reafirmando as benfeitorias que este projeto traria para o comércio, para a população e para a imagem da cidade de Presidente Prudente (SCUDELLER, 2021). Muito dessa obstinação vinda de um certo *modismo* da década de 1970, no qual a construção de vias de uso exclusivo para pedestres era massivamente apresentada como a solução para a *modernização* das cidades e para a suposta *melhoria* da qualidade de vida urbana. A exemplo disso, foram as propostas no Seminário Internacional de Revitalização de Áreas Centrais, realizado em São Paulo em 1975 (ABRAHÃO, 2008, p. 39).

Aos arredores deste eixo central de circulação, foram projetados espaços de permanência, diferenciados espacialmente pela pavimentação em *petit pavé* de pedras portuguesas¹⁶. Ao longo desses espaços de permanência foram implantados alguns mobiliários urbanos para darem suporte a este tipo de atividade, como a instalação de bancos, lixeiras, cabines de telefone público, pergolados, luminárias e nichos para o projeto de jardinagem (figura 4).

O poder de centralidade já exercido pelo centro de Presidente Prudente, desde a época da fundação da cidade, foi reiterado com a construção de seu Calçadão. Se o quadrilátero central já era um ponto de convergência de fluxos, pessoas, mercadorias e prestações de serviços perante sua rede intraurbana, este aspecto foi intensificado com a construção de sua rua pedestrianizada. Segundo levantamentos realizados em pesquisas anteriores sobre o tema (SCUDELLER, 2021), o Calçadão era o principal ponto de encontro da cidade. Para lá se dirigiam pessoas de todas as idades e classes sociais – desde as elites socioeconômicas até a população de baixa renda. Prova disso era o fato desta área abarcar lojas e prestadores de serviços de diferentes perfis¹⁷. As práticas de *ver e ser visto* aconteciam no centro – principalmente na Maffei. A exemplo disso é possível citar o *footing* praticado por todas as classes sociais ao longo das ruas e praças do centro, acontecimentos que serão melhor descritos mais adiante.

Mas o centro passa por alterações cíclicas ao longo da história da cidade, e o centro de Presidente Prudente não é uma exceção à regra. Como já apontado através de Villaça (1998), o centro é um ponto nodal da estrutura urbana que busca concentrar em si os fluxos da cidade. Mas, como a concentração em um único ponto é fisicamente impossível, alguns segmentos tendem a se afastar do centro – por interesse ou por necessidade. Com o processo de expansão da malha urbana, outras centralidades surgem e passam a representar um ponto concorrencial ao centro. Na busca por outros *pontos* da cidade, representativos de exclusividade espacial e prestígio social, as elites podem sair do centro. Com isso, esse espaço resta a quem fica: os segmentos populares.

No caso do centro de Presidente Prudente, o seu *abandono* pelas elites locais aconteceu ao longo da década de 1990. Se na década de 1980, logo após a construção de seu Calçadão, o centro era o lugar ocupado por todos os segmentos sociais, o cenário mudou na década seguinte. Estabelecendo um paralelo com os movimentos cíclicos de concentração-degradação-transformação do centro (CARLOS, 2007; VILLAÇA, 1998), é possível dizer que o centro de Presidente Prudente presenciou o seu processo de *degradação* ao longo da década de 1990, justamente perante o surgimento de outros pontos de centralidades mais atrativos ao comércio e prestação de serviços de mais alto padrão.

A diferenciação do espaço urbano que levou ao *abandono* do centro de Presidente Prudente, na década de 1990, foi consequência do surgimento do maior *shopping center* da cidade: o *Prudenshopping*. Segundo Montessoro (1999), o *Prudenshopping* foi construído a partir da iniciativa da própria Prefeitura Municipal, que utilizou inicialmente do dinheiro público para a construção deste empreendimento comercial fechado. A

16 O *petit pavé*, também popularmente conhecido como *calçada portuguesa*, é um estilo de calçamento constituído por pedras de calcário ou basalto de formato irregular. Formam um padrão de assentamento decorativo composto por cores distintas, geralmente preto e branco. Esse estilo de calçamento chegou ao Brasil por volta de 1905.

17 As lojas presentes no Calçadão na década de 1980 atendiam aos mais diversos perfis socioeconômicos, desde às Lojas Almeida e ao Bazar Alice – estabelecimentos de alfaiataria de alto padrão –, até os magazines populares e pequenos armarinhos. Todos localizados no quadrilátero central de Presidente Prudente.

Prefeitura, através da Companhia Prudentina de Desenvolvimento (Prudenco), era a proprietária do terreno sob o qual este *shopping center* foi construído e também foi a responsável pela primeira etapa de construção da obra. Assim, a Prefeitura se associou a duas empresas privadas após o início das obras, o que facilitou a ampliação da área para a instalação do *shopping center*.

A construção deste novo centro comercial – que até hoje é o maior centro comercial fechado da cidade – atraiu para si as classes sociais de maior poder aquisitivo, que costumam realizar suas compras e suas práticas de lazer e sociabilidade na área central da cidade. Segundo Miño (2005), os referenciais de consumo e lazer das elites de Presidente Prudente deixaram de estar situados no centro e foram transferidos para o *Prudenshopping*. Como exemplo, Miño (ibidem) cita o antigo *footing*, que costumava acontecer nas ruas e praças do centro, mas passou a acontecer de forma adaptada neste *shopping center*. Outro acontecimento de destaque que simboliza esta atração/transferência dos referenciais de compra e sociabilidade das elites da cidade foi a exposição do Bar Cruzeiro do Sul na área de eventos do *Prudenshopping* (figura 5). Em entrevista concedida por Dióres Abreu a Miño (ibidem), o Bar Cruzeiro do Sul era popularmente conhecido como *Senadinho*¹⁸ por ser o ponto de encontro informal dos agentes sociais responsáveis por conduzir as decisões políticas da cidade. Advogados, médicos, comerciantes e funcionários públicos se encontravam ali para conversar, fumar e tomar um café – oportunidade para negociar as decisões políticas fora dos espaços oficiais. Nas crônicas escritas por Benjamin Resende (1992) sobre a história de Presidente Prudente, o autor descreve claramente o grau de relevância política que o Bar Cruzeiro do Sul tinha para a cidade. “Foi o Bar Cruzeiro [do Sul] o hospedeiro das ideias de políticos, professores e médicos. Era o lugar de encontro em quase todas as horas em que permanecia aberto. Fechar, o bar não fechava. Só na Sexta-feira Santa” (RESENDE, 1992, p. 113). De forma caricata, a transposição do Bar Cruzeiro do Sul ao *Prudenshopping* representava que o encontro das *peessoas graúdas da cidade* deixava de ser realizado no centro para ser realizado em outro lugar (MIÑO, 2005).

Mediante a este contexto, é possível considerar que a fundação do *Prudenshopping*, especificamente, veio a acentuar um processo já em curso de desconcentração de algumas das atividades situadas no centro. Além de buscarem áreas adjacentes ao quadrilátero central, estabelecimentos voltados às elites econômicas passaram a ocupar o então novo *shopping center* da cidade. Na observância deste processo de desconcentração, Whitacker (1997) também observa que ocorreu um processo de especialização das atividades comerciais presentes no centro. Poucos anos após a fundação do *Prudenshopping*, em 1991, o comércio popular e informal passou a predominar na paisagem urbana da área central. Como trazido por Miño (2005), os *camelôs* já ocupavam a Praça da Bandeira desde 1995, e vários deles já estavam espalhados pela área central – principalmente no Calçadão da Maffei e na Praça Nove

18 O Bar Cruzeiro do Sul ganhou esse nome por conta do café oferecido com o nome dessa marca. Era localizado na esquina da Rua Tenente Nicolau Maffei com a Rua Joaquim Nabuco, no quadrilátero central de Presidente Prudente. Era um misto de bar com mercearia, vendia-se de tudo, de produtos nacionais a importados. Seu proprietário era o S. Pinho. Segundo Resende (1992), S. Pinho era um comerciante hábil e com jogo de cintura para agradar a todos. Para o autor, foi o carisma do proprietário que garantiu o sucesso do bar. Com um número crescente de frequentadores, as mesas do bar foram retiradas, restando apenas uma. Esta ficou conhecida como a *Mesa do Senadinho*. Nela sentavam-se prefeitos, vereadores, servidores municipais, médicos e professores para discutirem temas variados. Ao redor dela é que os demais frequentadores do bar se amontoavam para tentar acompanhar a conversa. “Presenciou a ‘Mesa do Senadinho’ todas as histórias do Estado Novo, da Constituição liberal de 46, da empolgação e renúncia de Jânio, da fervilhante luta de Lacerda e Jango, da ‘redentora de 64’, da esperança das Diretas-Já e dos anseios da redemocratização” (RESENDE, 1992, p. 115). Quando do fechamento do bar, por volta da década de 1990, o então proprietário doou a mesa para a Museu e Arquivo Histórico da cidade, e até hoje lá se encontra.

Figura 5 - Exposição sobre o Bar Cruzeiro do Sul realizada no Prudenshopping em 2002. Fonte: Miño, 2004.



de Julho. Portanto, a paisagem urbana que passou a predominar no centro, a partir dos anos 1990, foi a do comércio popular.

Ainda assim, o processo de *abandono* do centro precisa ser aqui relativizado. A saída das elites sociais e econômicas do centro não significou o seu efetivo *abandono* ou *esvaziamento*. Significou que em um determinado momento da história da cidade e perante o surgimento de outros pontos de centralidade mais interessantes às elites locais, o centro restou aos segmentos populares. Como bem apontado por Villaça (1998), o processo de deterioração do centro nada mais é do que a sua deterioração simbólica e locacional para as elites perante ao surgimento de novos *pontos* da cidade. Muito do discurso de seu *abandono* e *deterioração* está vinculado a um discurso depreciativo à população de baixa renda que passou a predominantemente ocupar o centro. O que não significa que o centro tenha sido totalmente abandonado ou que a sua centralidade tenha deixado de existir perante a estrutura intraurbana da cidade.

Sobre os novos projetos e o abandono de antigas práticas

O discurso sobre a deterioração do centro de Presidente Prudente perdurou ao longo dos anos 2000. Tendo a última intervenção pública acontecido no final da década de 1970, a área central já se encontrava fisicamente muito danificada. Em trabalhos anteriores (SCUDELLER, 2021), foi possível levantar alguns relatos sobre a situação em que se encontrava o centro de Presidente Prudente naquela época, mais especificamente o seu Calçadão.

Segundo as reportagens mais antigas levantadas sobre o Calçadão junto à Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, esta rua peatonal apresentava constantes problemas nas suas galerias de captação de água pluvial, o que levava a necessidade de repetidas iniciativas de pequenos reparos. Também havia complicações no antigo piso de *petit pavé* de pedras portuguesas, que já estavam se soltando em alguns trechos da via peatonal, além da exigência de constantes manutenções nos antigos mobiliários urbanos, deteriorados com o uso frequente já há muitos anos. Assim, o cenário encontrado no Calçadão à época era bem diferente do momento de seu lançamento, pois as precárias condições de conservação de sua infraestrutura remetiam a um aspecto de descaso público para com a área.

Aplicado a um caso de estudo, é possível notar aqui exatamente o aspecto apontado por Villaça (1998), Carlos (2007), Vargas e Castilho (2015) sobre o movimento cíclico de se intervir no centro. Ainda que fisicamente danificado, o centro continuou ocupado.



Figura 6 - Rua Tenente Nicolau Maffei após a conclusão do seu último projeto, de 2011. Fonte: autora, 2019.

Continuou sendo um ponto importante para a acumulação e reprodução do capital, ponto de convergência de pessoas e mercadorias, além de representar um ponto simbólico fundamental para a história da cidade. Assim, de tempos em tempos, voltar a intervir no centro pode representar uma importante retomada do seu valor. Eis que o centro presencia momentos de transformação espacial. Uma busca de reverter gradativamente o processo de *aparente abandono* do centro.

Mediante a este cenário de *aparente abandono* e deterioração física do centro de Presidente Prudente, foi anunciada a intenção de se realizar um novo projeto para o Calçadão da Maffei. Milton Carlos de Mello, eleito em 2008, era o secretário de obras à frente da Prefeitura durante a gestão municipal anterior. Assim, dias após a sua posse na Prefeitura, *Tupã* anunciou um amplo projeto de reforma para a área, que daria fim às pequenas e constantes obras de manutenção do antigo projeto. No ano seguinte, em 2010, este plano de obras tomou mais concretude, não só com a concepção do projeto do Novo Calçadão, mas também com a proposta de melhorar a circulação de automóveis e pedestres na área central. Ao final do mesmo ano, o projeto do Calçadão foi lançado e apresentado ao público pela Prefeitura (SCUDELLER, 2021).

O projeto lançado para o trecho de pedestrianização da Maffei consistiu em uma ampla reforma com o objetivo de dar solução a problemas infraestruturais. O primeiro problema solucionado com esse projeto foi a troca de toda a tubulação de abastecimento de água e captação de esgoto ao longo do trecho. Segundo reportagens levantadas, o mau cheiro que vinha das antigas tubulações era uma antiga reclamação dos frequentadores do local, sendo necessárias constantes manutenções na limpeza das caixas captadoras de águas pluviais para minimizar o problema. Uma segunda questão que este novo projeto buscou alterar foi a existência do piso de *petit pavé* de pedras portuguesas. Na época, a Prefeitura se posicionou contrária à manutenção deste tipo de piso, sob a justificativa de que ele era de difícil manutenção e de que ele comprometeria as condições de acessibilidade tão estimadas por aquela gestão – justificativas que se mostram hoje questionáveis. Em substituição ao piso de *petit pavé* de pedras portuguesas foi instalada uma composição de blocos de concreto intertravado e um piso cimentado – contando também com a instalação de pisos de sinalização tátil. Os postes de iluminação pública também foram trocados, agora com fiação subterrânea e lâmpadas de LED (Light-Emitting Diode), além da instalação de novos bancos, pergolados, lixeiras e jardineiras. Ou seja, as materialidades observadas no projeto de 1979 foram totalmente desconsideradas pelo novo projeto lançado em 2010 – e executado em 2011. Ainda assim, a proposta da existência de uma rua peatonal neste trecho da Tenente Nicolau Maffei foi mantida, basicamente fazendo deste novo projeto uma atualização de sua infraestrutura física (figura 6).



Sob as mesmas justificativas de deterioração física e do seu aparente *abandono*, um novo projeto também foi lançado e executado na Praça Nove de Julho. As características espaciais desse novo projeto diferiram das implementadas para o Calçadão situado na sua adjacência. Para o caso dessa praça, as características físicas do projeto anterior precisaram ser preservadas. Do ponto de vista prático, a ambiência do projeto implementado para essa praça na década de 1950 continuou a predominar no seu novo projeto da década de 2010. Por conta de uma participação direta do Ministério Público Estadual e defensores do patrimônio histórico público, o antigo projeto da Praça Nove de Julho não pôde ser descaracterizado. Assim, após longas negociações entre os agentes públicos, o projeto aprovado foi aquele que conciliou a materialidade do *petit pavé* de pedras portuguesas na praça com a presença do piso tátil em estreitas faixas de concreto escovado (SCUDELLER, 2021) (figura 7). Tendo que ser preservado o antigo piso, a relação projetual pretendida entre a Praça Nove de Julho e o Calçadão da Maffei se deu através da instalação de uma mesma tipologia de mobiliário urbano. Após a aprovação do projeto final pelo Ministério Público, a Prefeitura Municipal pôde abrir uma nova licitação para a escolha da empresa a executar a obra. Em novembro de 2013, o novo projeto para a praça foi inaugurado.

Mais do que apenas caracterizar no que consistiram esses projetos, o propósito desse artigo é refletir sobre a ambiência urbana por eles criada. Também refletir sobre quais aspectos esses projetos representaram um eventual processo de *abandono* - mesmo que parcial. Por mais que o discurso de justificativa para se intervir no centro de Presidente Prudente, na década de 2010, fosse o seu aspecto de abandono e deterioração, cabe novamente destacar que esse abandono não foi completo e sua deterioração apenas relativa. Apesar das classes de alta renda frequentarem outras áreas da cidade que não tanto o centro, os segmentos de baixa renda se faziam massivamente presentes ali. Prova disso foi a forte reivindicação desses segmentos para que um projeto de renovação fosse lançado para o Calçadão, por exemplo. A própria infraestrutura pública do centro não estava apenas deteriorada por anos sem investimentos na sua atualização, mas também pelo intenso fluxo diário de pessoas que ali passam todos os dias – segundo a Prefeitura Municipal, cerca de 30 mil pessoas por dia (SCUDELLER, 2021). O que demonstra que o discurso de abandono, novamente, é apenas parcial. E o argumento da deterioração diz respeito apenas a seu aspecto físico, e não locacional.

Ainda assim, as transformações significam que algo mudou. E, se algo mudou, algo também foi deixado para trás. Algo foi abandonado, deixou de existir. Mas o que

especificamente? A ambiência urbana criada pelos antigos e novos projetos para o centro podem trazer pistas dessas transformações. Para isso, será estabelecida uma comparação entre as antigas e novas espacialidades do Calçadão e da Praça Nove de Julho com o objetivo de analisar no que são representativas de um eventual processo de abandono do centro da cidade.

Nessa empreitada comparativa entre as antigas e novas ambiências do centro, o método da colagem se mostrou uma ferramenta de experimentação muito válida. Em posse dos levantamentos fotográficos realizados no Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente e de novas fotografias realizadas em campo, a comparação entre elas foi inevitável. Como alguns dos elementos da paisagem do centro ainda não foram descaracterizados, foi possível localizar exatamente o local onde as antigas fotografias levantadas foram tiradas e reproduzi-las – no mesmo ponto e sob o mesmo ângulo da câmera. Essa experimentação revelou simultaneamente mudanças e preservações. Ao sobrepor esses registros, decidi investigar como se daria o uso da colagem nesses experimentos.

A principal referência utilizada foi o trabalho de Fernando Fuão, em seu livro *A collage como trajetória amorosa* (2011). Nesse livro, o autor traça um paralelo entre o processo da colagem¹⁹ e a trajetória amorosa. Ambas seguem um processo dividido em três momentos. Na trajetória amorosa, existe a *captura*, o *enlace* e a *decadência*. Transposto à colagem, estes mesmos momentos assumem a forma do *recorte*, do *encontro* e da *cola*.

Para Fuão (2011), a colagem se inaugura com o *recorte*, atribuindo um novo significado às figuras antes apenas recortadas pelos limites da câmera fotográfica. Ao contrário do que podem pensar, o que faz a colagem não é a cola, mas o ato de recortar, selecionar imagens a partir de seu potencial em conjunto com outras. Após o recorte, as figuras recortadas assumem um significado próprio e buscam se articular com outras. O ato iluminador da colagem é o *encontro*. Recortadas, as figuras podem dar forma a uma intenção criadora diferente das quais foram pensadas originalmente. A colagem obriga as figuras a contarem uma outra história. A paixão pelo encontro se encerra quando finalmente se encontra a figura, o *enlace*. A *cola*, o momento final da colagem, nada mais é do que uma ponte, um elo entre as figuras que se encontraram. Ao mesmo tempo, também é a *decadência* de uma trajetória amorosa.

Em posse dessa ferramenta, a experimentação comparativa entre as ambiências espaciais de abandono e transformação do centro de Presidente Prudente transcorreu com a dinâmica de sobreposições. Como poderá ser visto mais adiante nesse artigo, as colagens tiveram como fundo-base a sobreposição das fotografias antigas e atuais do centro – fonte dos levantamentos documentais e trabalhos de campo. Com o uso dos *softwares* de diagramação gráfica, as imagens foram sobrepostas em multiplicação, permitindo a visibilidade de uma sobre a outra. Com a proposta de trazer à tona aquilo que pôde ser visto, mas não captado pelas câmeras, foram recortadas e coladas figuras de outras imagens ou registros de campo. Mais do que uma preocupação com o resultado final, a colagem se deu como exercício de compreensão de processos. Uma forma de estar atenta ao processo de transformação dos espaços urbanos do centro materializados em sua paisagem.

¹⁹ No livro de Fuão (2011), o autor decide usar a grafia do termo em francês, *collage*. Derivado do francês, significa literalmente *colar*. Mas o mais importante do uso do termo *collage* vem da sua origem do latim, *colegare*. Verbo designado para fazer referência ao ato de *aproximação* entre duas ou mais pessoas, ato de *estar ou andar junto*. Neste artigo, decidi usar a grafia do termo em português, *colagem*.

Figura 8 - Colagem sobre a prática do footing na Praça Nove de Julho. Fonte: autora, elaboração própria, 2021.



Como descrito no tópico anterior deste artigo, o projeto para o Calçadão da Maffei da década de 1970 criava uma espacialidade semelhante a uma praça pública – como a própria ambiência urbana existente na Praça Nove de Julho, por exemplo. O traçado ondulado formado pelo *petit pavé* de pedras portuguesas era acompanhado de arbustos, bancos e floreiras. Os bancos em madeira eram espaçosos e numerosos ao longo da via – além de serem todos projetados com encosto, o que criava um espaço de repouso mais confortável, convidativo a uma permanência mais prolongada. A forma como esses bancos eram dispostos também é um ponto que merece ser mencionado: eles estavam dispostos um de frente para o outro, criando uma ambiência convidativa ao encontro e diálogo entre as pessoas. De forma geral, o antigo projeto estimulava práticas de lazer e sociabilidade entre os frequentadores do centro.

Em algumas das crônicas escritas por Benjamin Resende (1992) é possível termos uma ideia das práticas socioespaciais que aconteciam no centro de Presidente Prudente até a década de 1960. Segundo o autor, o centro era o principal ponto de encontro de todos os moradores da cidade. Em seus relatos, temos uma ideia sobre como essas práticas sociais se davam no espaço do centro. Aos finais de semana, os passeios noturnos começavam no antigo Cine João Gomes, na própria Maffei. Após o término da sessão de cinema, todos circulavam pelas ruas do centro, onde acontecia o famoso *footing* (figura 8). A dinâmica consistia na circulação das mulheres pelas ruas do centro enquanto os homens ficavam parados nas calçadas, observando as mulheres que iam e vinham. Existia um autofalante na Praça Nove de Julho, onde a locutora Dona Odete tocava músicas dedicadas aos enamorados da praça. Terminado o *footing*, todo o movimento da rua se dirigia aos bares do centro, como o Bar Cruzeiro do Sul – citado no tópico anterior como um dos principais pontos de encontro da elite prudentina.

É nesse ambiente que a Maffei viveu um histórico momento de Presidente Prudente, nas décadas acima nomeadas [décadas 40, 50 e 60]. Ninguém se esquece dos bares: Cruzeiro [do Sul], Nove de Julho, Copacabana, Haidamus, Tio Patinhas e Oásis. Também da velha e querida Cantina Nápoli, do Salão de Cristal do Hotel Naufal e do eternamente inesquecível Ambassadeur. Era uma passarela da noite. De bar em bar, rolava a boemia, aqui e acolá. A noite começava, familiarmente tranquila, com as sessões do Cine João Gomes. Depois, o *footing*. Dois lugares imorredouros. Naquele, a namorada guardava o lugar enquanto o *boyzinho* dava voltas pelo salão do cine, simplesmente por hábito. Apagadas as luzes, cada um



Figura 9 - Colagem sobre a transformação da ambiência do Calçadão da Maffei em um grande shopping à céu aberto. Fonte: autora, elaboração própria, 2021.

ia para o seu aconchego, ao lado da namorada. Após, terminada a sessão, o espaço da Maffei ficava à disposição de todos. Neste os homens ficavam nas calçadas e as mulheres na rua, indo e vindo flirtando e piscando, com os olhos cobiçosos, e os homens, atentos como sempre, caidíssimos a cada soslaio da paquera. Era a busca incansável para o namoro certo e insofismável. Vinte e duas horas. De repente, a Maffei ficava deserta. A garotada voltava para o lar doce lar e a vida noturna começava. Chegara a hora e a vez dos bares e restaurantes. Silenciara por completo o alto-falante da dona Odete. Começava, assim, o momento precioso para a turma do sereno, da noite e da madrugada (RESENDE, 1992, p. 104).

Mas com o passar dos anos e das transformações da sociedade, essas práticas deixaram de existir no centro. É nesse sentido que a espacialidade criada para o projeto do Calçadão da Maffei dos anos 2010 difere da criada pelo seu projeto da década de 1970. Se antes o projeto do seu Calçadão se assemelhava a uma praça pública, onde todas as pessoas da cidade ali se encontravam para *ver e ser visto*, esse cenário se alterou nos anos 2000 e 2010.

O projeto do novo Calçadão buscou eliminar todos os aspectos que pudessem associá-lo a uma praça pública. Existe hoje no Calçadão um amplo eixo de circulação construído em piso de concreto liso e escovado, quase buscando remeter a superfície lisa e polida dos pisos usados nos *shoppings centers*. O mobiliário urbano agora está disposto de forma um tanto diferente. A maioria dos bancos está disposta nas adjacências do eixo central de circulação. Eles estão presentes de forma mais numerosa em frente aos estabelecimentos comerciais – servindo de suporte às práticas de consumo desses estabelecimentos. Cabe também destacar a forma como estes novos bancos foram projetados. Quase todos não tem encosto e foram instalados em locais com forte insolação – aspectos que dificultam uma permanência mais prolongada em uma cidade onde as temperaturas chegam a 40°C no verão. Com o novo projeto, apenas três locais contam com a existência de pergolados e bancos com encostos – locais disputados por seus frequentadores (SCUDELLER, 2021).

A semelhança do projeto do Novo Calçadão a um corredor de compras de um *shopping center*, vem de encontro às declarações proferidas pelos próprios agentes públicos que o conceberam. Se em um primeiro momento foi o *shopping center* que buscava imitar os espaços públicos do centro, agora esse processo se inverte (figura 9). É

o centro público das cidades que buscam propositadamente se assemelhar aos espaços comerciais privados dos *shoppings centers*. Repetidas menções foram feitas por parte da Prefeitura Municipal, por exemplo, de transformar o Calçadão da Maffei em um *grande shopping à céu aberto*. Em junho de 2011, quando o primeiro trecho pedestrianizado do Calçadão foi concluído, o então Secretário de Planejamento, Laércio Alcântara, concedeu uma entrevista à Secretaria de Comunicação em que declarava a sua intenção de transformar o Calçadão em um centro de compras bonito, moderno e agradável ao consumo, capaz de consolidar o Calçadão como um dos principais centros de compras da cidade.

Inclusive a população já pode ver mais ou menos como vai ficar o futuro Calçadão, que é um Calçadão bonito, é um Calçadão moderno, é um Calçadão que vai perpetuar Presidente Prudente como um grande centro de compras e um grande *shopping à céu aberto* no centro da cidade. (ALCÂNTARA, Laércio Batista de. Entrevista. Entrevistador: Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2011²⁰).

As repetidas referências ao Calçadão como um *shopping à céu aberto* após a execução de seu novo projeto não se restringem ao período de seu lançamento. Em reportagem divulgada em novembro de 2013, no ato da festividade de entrega do novo projeto da Praça Nove de Julho, o então prefeito Milton Carlos de Mello *Tupã* voltou a fazer esta referência. Segundo o ex-prefeito, o novo projeto para a praça visava compor com o novo projeto do Calçadão. Considerando-o um “grande *shopping à céu aberto*”, tanto as instalações da praça quanto as instalações do Calçadão precisavam ser “adequadas” e de “primeira linha”, semelhante ao que se encontraria em um *shopping center* efetivamente.

Nós temos que tentar, ao menos, oferecer conforto para a população. Eu sempre falo que o Calçadão de Presidente Prudente é um *shopping à céu aberto*. E como *shopping*, as instalações têm que se adequadas, tem que ser de primeira linha. Espero só que a população ajude a manter esse lugar, porque aqui os recursos que foram deslocados para essa obra são recursos próprios. (TUPÃ, Milton Carlos de Mello. Entrevista. Entrevistador: Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2013²¹).

Ao que indica, a intenção da Prefeitura Municipal era a de criar um grande eixo de circulação de pedestres construído de forma a favorecer às práticas de consumo. À semelhança dos *shoppings centers*, o novo projeto para o Calçadão da Maffei acabou por retirar todos os mobiliários urbanos situados ao longo do seu eixo central, criando um grande corredor de circulação, agora com os seus mobiliários nos eixos laterais e de frente aos estabelecimentos comerciais – servindo mais se suporte às práticas de consumo destes estabelecimentos do que de suporte às práticas de sociabilidade não intermediadas pelo consumo.

O então secretário de planejamento fez referência a este espaço como um *shopping democrático* à população, tendo em vista que não seria necessário pagar para estacionar na área – afirmação que não procede, pois desde 1980 é necessário pagar o Zona Azul,

20 ÁREA central do primeiro trecho do Calçadão é liberada para circulação de consumidores. *Prefeitura Municipal de Presidente Prudente*, Presidente Prudente, 22 jun. 2011. Disponível em: <http://www.presidentepudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=13770>. Acesso em: 03 nov. 2022.

21 NOVA Praça 9 de Julho recebe estátua em homenagem ao fundador Francisco Goulart. *Prefeitura Municipal de Presidente Prudente*, Presidente Prudente, 30 nov. 2013. Disponível em: <http://www.presidentepudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=25964>. Acesso em: 07 jan. 2021.

taxa de estacionamento rotativo, para estacionar qualquer veículo na área central. De qualquer forma, esta referência à construção de um *shopping democrático* e/ou à um *grande shopping à céu aberto* remete ao movimento de criação de *shoppings centers* populares ocorrida fortemente a partir dos anos 2000, momento em que os segmentos populares puderam usufruir de uma ampliação de sua capacidade de consumo.

Segundo Góes et al. (2019), as diferenças dos *shoppings bons* dos *shoppings populares* estão essencialmente na sua localização, que se relaciona diretamente ao público a que se destina. No caso dos *shoppings centers* populares, a sua localização tende a ocorrer onde estes segmentos populacionais costumam residir e/ou consumir. Levando-se em consideração que estes centros comerciais fechados buscam associar as práticas de consumo e sociabilidade às práticas de consumo dos seus próprios espaços, o surgimento dos *shoppings centers* voltados à população de baixa renda indica que estes segmentos sociais passaram a ser incluídos nas práticas de consumo do espaço – antes destinado apenas às classes médias e altas. É nesse sentido que, a partir dos anos 2000, observou-se o processo de popularização do consumo dos espaços destinados à população de baixa renda.

Aplicando este entendimento a discussão desse artigo, o uso do termo *shopping à céu aberto* para fazer referência aos espaços públicos do Calçadão da Maffei demonstra que a Prefeitura Municipal passou a reconhecer os segmentos populares que ali já faziam suas compras como também potenciais consumidores destes espaços. Reconhecendo a busca por melhores condições espaciais de consumo pelos segmentos populares, a Prefeitura Municipal passou a unir o útil com o agradável. Estando estes espaços em condições físicas já muito deterioradas pelo tempo e com dinheiro em caixa para realizarem novos projetos, o poder público decidiu unir a necessidade física por um novo projeto com uma demanda popular por melhores condições espaciais de consumo. Com isso, não só resolveria um problema de infraestrutura como também tiraria vantagens políticas em atender estas novas demandas populares.

O processo de transformação dos espaços do centro não é apenas consequência do seu abandono pelas elites locais, mas também reflexo do surgimento de um outro modelo de sociedade. Os novos projetos lançados para o Calçadão e para a Praça Nove de Julho são apenas o reflexo dessas transformações. Nesse sentido, o que efetivamente deixou de existir no centro foram as práticas de encontro, de lazer e de sociabilidade que não estivessem permeadas pelas relações de compra. O momento de transformação dos espaços do centro ocorreu de forma paralela à transformação de um modelo de sociedade, de uma outra forma de ser e estar no mundo. A ambiência urbana existente nos antigos e atuais projetos são apenas o reflexo desses modelos. O *abandono* que o centro de Presidente Prudente efetivamente presenciou foi o *abandono de antigas práticas de sociabilidade*.

Em rumo a qual abandono?

Transformações sociais implicarão em transformações espaciais. Se o espaço urbano é socialmente produzido e portanto reflexo da sociedade que o produz, ele passará por transformações. Se a sociedade muda, o espaço da cidade também muda. A produção do espaço das áreas centrais não é exceção a essa regra. A exemplo disso, desde Lefebvre (2016), as cidades não são tidas como dados naturais. Para o autor, as obras naturais não são passíveis de produção e reprodução. Dizer que a cidade é uma *obra da natureza* seria o mesmo que dizer que ela não pode ser produzida. E nos deparamos constantemente com os atos intencionais de produção – e não de criação – das cidades.



Um segundo autor importante para essa premissa é Correa (1989), que toma a cidade como produto social a partir de alguns pontos básicos. Dois deles merecem ser aqui citados: um que toma a cidade como reflexo da sociedade – *civitas* – e outro que toma a cidade como fato físico – *urbs*. Portanto, as cidades se constituem enquanto reflexo da sociedade que as compõem porque expressam em sua forma os seus diversos momentos históricos vividos, tanto o presente quanto o passado.

Nesse sentido, cabe aqui fazer um esclarecimento importante. Os espaços da cidade mudam de acordo com as transformações da sua sociedade, mas elas não ocorrem de forma síncrona. Ou seja, as transformações sociais e espaciais não acontecem exatamente ao mesmo tempo. Primeiro uma ocorre para que depois a outra a acompanhe. Gottdiener (1993) estabelece o paralelo da produção do capital com a produção da cidade. Para o autor, as formas urbanas nem sempre acompanham temporalmente os atuais estágios de produção do capital. Apesar das cidades estarem diretamente relacionadas ao modo de produção de seu modelo econômico, por exemplo, é preciso levar em conta a existência de um possível descompasso entre seus estágios de produção e suas implicações nas formas urbanas. Como orientação, Gottdiener (ibidem) sugere focarmos primeiramente na análise dos espaços, para só depois relacioná-los com os modelos sociais que o produziram.

Segundo essa sugestão, olhemos para as novas ambiências urbanas propostas para o centro de Presidente Prudente. Dois projetos foram destacados nesse trabalho: o novo projeto para o Calçadão da Maffei e o novo projeto para a Praça Nove de Julho. Por conta de uma direta intervenção do Ministério Público Estadual e de ativistas do patrimônio histórico da cidade, o novo projeto lançado para a Praça Nove de Julho pouco mudou, sendo a sua antiga espacialidade urbana preservada. A principal mudança espacial que se observou no centro da cidade nos anos 2010 se deu através do novo projeto para o Calçadão da Maffei. A nova espacialidade criada para esse trecho pedestrianizado mais se assemelha a um corredor comercial do que a um espaço essencialmente público. Se o projeto executado na década de 1970 primava pela criação de espaços de encontro, permanência e sociabilidade entre os seus diferentes frequentadores, o projeto dos anos 2010 é o seu o extremo oposto. Inúmeras vezes mencionado como um grande *shopping à céu aberto* ou como o novo *shopping popular* da cidade, o Calçadão da Maffei se transformou em uma ode ao consumo (figura 10). É claro que o centro de Presidente Prudente historicamente sempre foi reconhecido pela sua concentração de estabelecimentos comerciais – e isso não mudou. O que mudou foi a prioridade dada as práticas de consumo *no* e *do* espaço do centro em detrimento a qualquer outra forma de apropriação espacial.

Se as transformações espaciais são conformadas por condicionantes sociais, cabe pensar sobre o nosso atual modelo de sociedade, tão fortemente embasada nas relações de consumo. Segundo Bauman (2008), a sociedade passou por uma significativa transformação na transição do século XIX para o século XX, que consistiu na passagem da *sociedade de produtores* para uma *sociedade de consumidores*. Para o autor, essas duas formas de se estabelecerem relações sociais são entendidas como opostas, justamente pelos aspectos basilares que as constituem: em uma, as relações de produção, e em outra, as relações de consumo. Por isso, cabe aqui fazer um breve adendo sobre a histórica diferença entre esses modelos de sociedade.

Até o final do século XIX, o que estruturava a sociedade eram as relações que seus membros estabeleciam com a produção de suas condições de subsistência no mundo. Por isso, por exemplo, os membros dessa sociedade de produtores tinham uma relação tão forte com a ética do trabalho. Seus membros encaravam as suas relações com o trabalho do ponto de vista moral. A prática do trabalho era tida como moralmente importante para a construção do homem no mundo.

É claro que as relações de compra e venda de mercadorias se faziam presente na sociedade de produtores. Mas o seu papel era muito diferente do significado que passou a assumir hoje em nossa sociedade de consumidores. Costa (2004) destaque que o consumo nos séculos XVII, XVIII, e XIX tinha uma conotação totalmente diferente do consumo do século XX e XXI. O consumo realizado na sociedade de produtores tinha o foco no longo prazo, o ideal do consumo era o de que as mercadorias compradas durassem o máximo de tempo possível – de preferência, passassem de geração em geração. Já a sociedade de consumo se caracteriza por uma cultura *agorista*, que visa o consumo imediato e rapidamente substituível, com uma enorme pressa em adquirir, descartar e substituir (BAUMAN, 2008).

Na atual sociedade de consumo, o consumismo passou a estruturar a sociedade e todos os aspectos a ela relacionados, como a economia, a política, a cultura e – inclusive – o espaço. Nesse sentido, Canclini (1995) aponta o consumo como um conjunto de práticas cotidianas mais complexas no contexto atual, já que não diz mais respeito a uma interação entre produtos e consumidores. Agora essas práticas estão associadas também a uma forma de estabelecer uma troca de mensagens entre os seus membros. O consumo passou a ser o que Canclini (ibidem) definiu como uma “racionalidade sociopolítica interativa” (p. 54)

A essa altura o leitor deve estar se perguntando: mas as transformações espaciais do centro de Presidente Prudente não aconteceram todas entre o século XX e XXI? Até porque a cidade, fundada em 1917, tem hoje pouco mais de cem anos. Por isso, essas transformações espaciais não aconteceram todas nos moldes de uma sociedade de consumo? É exatamente nesse ponto que cabe retomar o ensinamento de Gottdiener (1993): as formas urbanas nem sempre acompanham temporalmente os mesmos estágios de produção do capital e da sociedade. No caso, é possível afirmar que os aspectos espaciais representativos dessa transição social para uma sociedade de consumidores aconteceram em Presidente Prudente nos anos 2000 – repercutindo na execução de novos projetos para o seu centro em 2010.

As práticas socioespaciais presentes no centro da cidade antes e depois dos anos 2010 são representativas dessa transição. Cabe aqui lembrar das narrativas de Resende (1992) sobre a vida noturna do centro de Presidente Prudente durante a década de 1960. Segundo o autor, a *boemia* prudentina acontecia no centro, chegando a avançar madrugada adentro. O centro era o local de *ver e ser visto*. Após a missa do começo da noite na Igreja Matriz, hoje Catedral da cidade, seguiam-se as sessões nas salas de cinema. Terminadas as sessões, os jovens da época circulavam pelas ruas e praças

do centro no famoso *footing*, embalados pelas músicas tocadas pela Dona Odete, locutora do autofalante da Praça Nove de Julho. Aos boêmios, a noite se estendia para os diversos bares e restaurantes do centro, que permaneciam abertos, noite adentro.

A realidade que se vê hoje no centro de Presidente Prudente é radicalmente distinta da narrada por Resende (1992). A começar pelo fato de não existir mais vida noturna no centro da cidade. Ao acompanhar as práticas espaciais presentes hoje no centro, é possível afirmar que elas são insipientes e pontuais (SCUDELLER, 2021). Poucas são as pessoas que ousam circular nas ruas do centro durante a noite. Quando muito, observam-se algumas pessoas sentadas nos bancos da Praça Nove de Julho jogando um carteadado, ou alguns jovens aproveitando do vazio sepulcral do Calçadão para fazer ensaios fotográficos ou andar de skate. Os raros bares e restaurantes que permanecem abertos durante a noite recebem poucos clientes²². A única exceção acontece nos finais de ano, durante as compras de Natal e Ano Novo, quando os lojistas do centro estendem o seu horário de funcionamento para atenderem a demanda da clientela. O intenso movimento que se observa hoje no centro acontece em dias úteis e em horário comercial, justamente porque as práticas socioespaciais que acontecem ali estão intrinsecamente ligadas às relações de consumo. O cenário que hoje se apresenta ao centro é diferente do que se apresentava nos anos 1960.

Perante tais mudanças, que tipo de abandono o centro de Presidente Prudente presenciou? Levanto a ideia de duas esferas de abandono para o centro. Uma de natureza espacial e outra de natureza socioespacial. A de sua natureza espacial data da década 1990, quando da sua perda de diferencial de mercado e prestígio social, implicando no surgimento de outras centralidades intraurbanas capazes de atrair para si as elites econômicas da cidade. Data dessa época o surgimento do *Prudenshopping*, centro de compras para onde os lojistas com maior capital de investimento se dirigiram. Já o abandono de ordem socioespacial aconteceu principalmente nos anos 2000, quando do predomínio das práticas de consumo em detrimento das práticas de lazer e sociabilidade não permeadas pelas relações de compra e venda. Representativo desse processo de transformação são as diferentes ambiências espaciais presentes nos antigos e atuais projetos para os espaços públicos do centro. Enquanto, os projetos anteriores remetiam ao estímulo de práticas de permanência e de encontro entre os seus diferentes frequentadores, as espacialidades dos novos projetos buscar apenas a dar suporte às práticas de consumo de bens e serviços que lá acontecem.

Contudo, ainda assim, o *abandono* do centro nunca foi completo. Sempre foi relativo e parcial. Mesmo perante o surgimento de novas centralidades na malha urbana da cidade, o centro de Presidente Prudente permaneceu ocupado. O que leva a crer que o discurso de abandono e de deterioração de seus espaços esteve muito mais ligado ao estigma negativo socialmente atribuído aos segmentos populares que lá permaneceram. Também pelo próprio movimento cíclico de intervenções do centro, resultado dos processos de degradação e transformação dos seus espaços. Assim, dizer *abandono* não significa dizer *esvaziamento*. Pois, os espaços do centro tendem a ser reflexo da sociedade que os produzem, sendo espaços constantemente ocupados, transformados e renovados ao longo de sua história.

²² Quando do lançamento do projeto do novo Calçadão para a Maffei, o Sindicato do Comércio Varejista de Presidente Prudente lançou uma campanha de estímulo aos lojistas para a atualização das fachadas das lojas do centro. Em cooperação com a Prefeitura Municipal, a solicitação era a de que os lojistas reformassem as suas fachadas de forma a construir vitrines que pudessem expor as suas mercadorias mesmo fora do horário comercial. Segundo o Sindicato, essa era uma forma de atrair as pessoas a frequentarem o centro de Presidente Prudente durante o período noturno, dando continuidade a proposta da Prefeitura em fazer do Calçadão da Maffei um grande *shopping à céu aberto* (SCUDELLER, 2021).

Agradecimentos

A pesquisa que deu origem ao trabalho de mestrado citado neste artigo contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à qual expresso aqui os meus agradecimentos. Número do processo: 2018/17476-1.

Referências

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, 2008.
- ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CANCLINI, Nestor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CARLOS, Ana Fani. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. Declínio do comprador, ascensão do consumidor. In: *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Garamond, 2004.
- FIX, Mariana. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. *Cadernos de Urbanismo*, v. 3, 2004.
- FUÃO, Fernando. *A collage como trajetória amorosa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- GÓES, Eda Maria. et al. *Consumo, crédito e direito à cidade*. Curitiba: Appris, 2019.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Itapevi: Nebli, 2016.
- MIÑO, Oscar. Sobarzo. *Os espaços da sociabilidade fragmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Doutorado em Geografia—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2005.
- MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. *Shopping centers e (re)estruturação urbana em Presidente Prudente*. Dissertação em Geografia—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 1999.
- RESENDE, Benjamin. *Raízes prudentinas*. São Paulo: Senac, 1992.
- SCUDELLER, Bárbara Pozza. *Espaços públicos e consumo: os impactos das lógicas econômicas sob a produção do espaço urbano e suas implicações no “projeto de revitalização” da área central de Presidente Prudente/SP*. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo—São Carlos: Universidade de São Paulo, 13 dez. 2021.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MIÑO, Oscar Sobarzo. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Dissertação em Geografia—Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1983.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias, resultados*. Barueri, SP: Manole, 2015.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WHITACKER, Arthur. *A produção do espaço urbano em Presidente Prudente*. Dissertação em Geografia—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 1997.

YIN, Roberto. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5º ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VAZIOS URBANOS PÚBLICOS

Abandono e rupturas na cidade de Erechim/RS

PUBLIC URBAN VOIDS
Abandonment and ruptures in the city of Erechim/RS

Luciana Sobis Alves¹ e Ayrton Portilho Bueno²

Resumo

A produção do espaço urbano é regida por aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais e a urbanização contemporânea reflete as decisões de agentes e poder público nas camadas históricas de expansão urbana. O espaço urbano brasileiro tem como característica a estruturação dispersa permeada por vazios urbanos marcados pelo abandono, de Erechim-RS, que possui espaços livres públicos em situação de vazio urbano: linha férrea, praças e áreas verdes. O objetivo da investigação é discutir o significado do abandono dos vazios urbanos públicos periféricos, mediante pesquisa bibliográfica, documental e análises espaciais por meio das técnicas de *mapping* e *overlay-mapping*. O abandono simboliza o descaso, a subutilização, sobretudo em áreas que a população mais necessita do acesso ao espaço urbano de qualidade. As contribuições deste artigo estão na reflexão do papel dos vazios urbanos públicos, pois é fundamental que esses espaços integrem de modo efetivo a dinâmica socioespacial a fim de minimizar desigualdades.

Palavras-chave: abandono, vazios urbanos públicos, desigualdade socioespacial, *overlay-mapping*.

Abstract

The production of urban space is governed by social, political, economic and cultural aspects and contemporary urbanization reflects the decisions of agents and public power in the historical layers of urban expansion. The Brazilian urban space has as characteristic the dispersed structuring permeated by urban voids marked by abandonment, of Erechim-RS, which has public free spaces in a situation of urban emptiness: railway line, squares and green areas. The objective of this research is to discuss the meaning of abandonment of peripheral public urban voids, through bibliographic and documental research and spatial analysis using mapping and overlay-mapping techniques. The abandonment symbolizes neglect, underutilization, especially in areas where the population most needs access to quality urban space. The contributions of this article are in the reflection of the role of public urban voids, because it is essential that these spaces integrate effectively the socio-spatial dynamics

1 Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (2022 - presente) pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da UFSC. Integrante do grupo de pesquisa "Urbanidades: Forma Urbana e Processos Socioespaciais"- UFSC. Especialista em Gestão e Projetos: Arquitetura e Design de Interiores (2018-2019) pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Bacharela em Arquitetura e Urbanismo (2011-2016) pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Possui como interesse de pesquisa a produção do espaço urbano, o sistema de espaços livres e as dinâmicas socioespaciais.

2 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Graduação em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1996) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo (2006), com estágio doutoral (fomento CAPES, concluído em 2004) e Estágio Sênior de Pós-doutorado (fomento CAPES, concluído em 2016) no Departamento de Urbanismo e Ordenação Territorial da UPC/ETSAB, Barcelona, Espanha. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano. Entre 2012 e 2014 foi coordenador do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PósARQ da UFSC.

in order to minimize inequalities.

Keywords: abandonment, public urban voids, urban space, socio-spatial inequality, overlay-mapping.

Introdução

Esta pesquisa investiga as questões acerca da produção do espaço urbano, especialmente a fragmentação socioespacial que gera vazios urbanos que se caracteriza como uma problemática relacionada ao urbanismo. O abandono presente na cidade contemporânea é reflexo da desarticulação entre poder público e planejamento urbano, visto que em determinados momentos de expansão foram criadas novas áreas em detrimento do esquecimento de outras. O espaço urbano é constituído por diversas partes, dentre elas o espaço público, elemento fundamental na conformação das cidades que constitui o Sistema de Espaços Livres Públicos (SEL), o qual possui relevância na malha urbana tanto por estruturar o espaço urbano e conectar os usos do solo, quanto por ser o local do encontro, das interações sociais que alimentam a dinâmica socioespacial.

Apesar da importância histórica, ao longo do crescimento das cidades essa função primordial reduziu e na cidade contemporânea o SEL é constituído por desigualdades. Existem espaços públicos que não foram devidamente implantados, outros que até receberam certo tratamento paisagístico com mobiliário ou pavimentação, por exemplo, mas que não obtiveram manutenções periódicas. Essa conjuntura é oriunda do abandono estrutural que acontece no decorrer de 5, 10, 20, 40 anos, e resulta hoje em diversos espaços públicos como praças e áreas verdes - foco da pesquisa - abandonados, subutilizados, desconectados da dinâmica socioespacial da cidade. Isso se deve, sobretudo, aos modos de produção do espaço urbano influenciados por diversos agentes produtores, fatores econômicos, políticos, culturais e sociais. Um fator importante é a permissividade do descaso com os espaços públicos por parte do poder público municipal de distintas gestões urbanas por meio da legislação: desde o não estabelecimento da criação desses espaços de modo mais específico nas áreas de expansão, passando pela não implantação efetiva e falta de manutenção periódica.

A partir do entendimento de que a terra urbana é desejada por muitos, pesquisas recentes discutem o futuro dos vazios urbanos e indicam a necessidade de estudos mais completos dessas áreas antes de futuras ocupações, além de instrumentos de gestão urbana que possam garantir o aproveitamento desses espaços pela cidade e sociedade. Os estudos se dividem em duas perspectivas, a primeira foca em vazios privados - terrenos e/ou edificações. Tarnowski (2007) estuda a influência desses vazios na paisagem urbana de Curitiba-PR, revelando a importância de incentivar estudos específicos. Ainda sobre esse mesmo grupo de vazio, Borde (2006) investiga no Rio de Janeiro-RJ as razões pelas quais as grandes cidades se tornam produtoras desses espaços e estabelece critérios e categorias para analisar os vazios urbanos. A segunda perspectiva abrange vazios industriais e ferroviários. Os primeiros são investigados por Vásquez (2016) em Medellín-Colômbia, visando identificar potencialidades para sua reinterpretação no sistema urbano e estruturar estratégias espaciais para a reintegração em que a intervenção urbana orienta o crescimento da cidade. Dittmar (2006) estuda os vazios ferroviários em Curitiba-PR junto às vivências urbanas e apresenta possibilidades para auxiliar a gestão urbana mediante o tratamento integrado da paisagem e da morfologia. Em Campinas-SP, esses vazios são pesquisados por Donadon (2009) no viés da memória, mostrando sua potencialidade e a singularidade no contexto urbano.

Embora as pesquisas discutam em distintos níveis as relações dos vazios urbanos com a cidade, concentram-se no estudo de espaços de grandes dimensões e/ou de uso privado nas áreas centrais de metrópoles. A fim contribuir na lacuna de pesquisas com a abordagem de vazios urbanos públicos e nas discussões acerca das desigualdades socioespaciais com o foco no abandono, identifica-se a necessidade de investigar regiões periféricas de cidades de menor porte em outras regiões do país. Os vazios urbanos constituem uma problemática que deriva do crescimento urbano, resultando na carência de espaços livres públicos que envolve a vida social e pública das regiões periféricas, portanto, acredita-se na relevância de estudar dentro do sistema de espaços livres os espaços públicos caracterizados como vazio urbano.

Diante desse contexto, estrutura-se a pergunta de pesquisa: existem espaços públicos em bairros periféricos em situação de abandono que podem ser caracterizados como vazios urbanos? Este artigo tem como objeto de estudo os vazios urbanos públicos, ou seja, espaços públicos esquecidos pelo poder público municipal em diferentes graus de abandono num contexto contemporâneo que não cumprem com sua função social, sobretudo nos bairros periféricos. Esse cenário desigual marca a paisagem urbana da cidade de Erechim, localizada na região norte do Rio Grande do Sul, idealizada no início do século XX com o princípio de ser referência de cidade planejada. O sistema de espaços livres públicos era elemento estruturador e de destaque na malha urbana, relação que perdeu a importância gradativamente no decorrer das expansões urbanas. Atualmente, parte considerável dos bairros periféricos dispõem de espaços públicos desestruturados, conjuntura que aponta as desigualdades socioespaciais existentes entre centro e periferia e afeta os grupos sociais que residem nesses bairros mais distantes do núcleo central.

No contexto de espaços públicos abandonados nos bairros periféricos onde a população tem o direito à cidade comprometido, é fundamental a existência de espaços que permitam de modo efetivo interações sociais, práticas esportivas, momentos de contemplação, lazer, contribuindo na conexão da população com o espaço urbano em escala local. O objetivo da pesquisa é discutir sobre o significado do abandono dos vazios urbanos públicos em bairros afastados da região central consolidada da cidade de Erechim-RS. A estratégia metodológica adotada inicia na investigação da expansão urbana de Erechim, entendendo os fatores que influenciaram nos processos de crescimento. Num segundo momento estudam-se os vazios urbanos públicos, identificando suas características espaciais, distribuição na malha urbana, relações com o entorno imediato, inserção urbana.

Produção do espaço urbano: desigualdades socioespaciais

O espaço urbano é o conjunto dos usos da terra na estrutura urbana e suas mudanças são influenciadas pela inter-relação de processos socioespaciais simultâneos. Além de conceber relações sociais é onde acontece a dominação ideológica e econômica, a qual é interferida pela atuação dos diferentes atores de modo distinto: Estado, proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos. Cabe salientar que embora o Estado seja responsável pela organização do espaço urbano, o planejamento urbano é excludente e não atende toda população, inviabilizando a atuação igualitária e democrática devido ao desalinhamento entre políticas e planos de ordenamento territorial que favorecem determinadas regiões da cidade (CORRÊA, 1995; MARICATO, 1996; 2000; 2002).

Os processos de urbanização e industrialização ocorreram conjuntamente, sobretudo no século XX onde os assentamentos urbanos se fortaleceram. Contudo, o maior crescimento urbano aconteceu entre os anos 1930 e 1980 e no fluxo migratório

das metrópoles, aumentando as cidades médias (MARICATO; COLOSSO, 2020). A expansão urbana espraiada é caracterizada pela fragmentação, periferização e dispersão, estrutura-se de modo intercalado entre ocupações e extensos vazios, direcionando para as periferias a população de baixa renda. Essas, oriundas de iniciativas públicas e privadas com formas urbanas distintas, cresceram no Brasil a partir dos anos 1950 em grandes cidades e dos anos 1970 em cidades médias. A dominação espacial por meio da reprodução ordenada do território restringe o acesso de certos grupos sociais a determinados espaços, resultando na desigualdade socioespacial (SANTOS, 1990; 1993; SPOSITO, 2004; CARLOS, 2007).

A dicotomia centro-periferia, portanto, estrutura o desenvolvimento desigual, desequilibrado e perverso do espaço urbano, visto que a segregação tem relação histórica com o crescimento desordenado da malha, baseada na valorização de algumas áreas em detrimento de outras. Por conta disso, transformações sociais, econômicas, políticas estruturam-se em uma configuração espacial marcada pela diferenciação e como consequência, o restante da população fica desassistida dos principais serviços básicos (VILLAÇA, 1998; MARICATO, 1996; BRITES, 2017). Essa conjuntura resulta de interesses políticos, imobiliários e fundiários que fragmentam a cidade, em que áreas centrais dispõem de melhores infraestruturas, concentram as principais atividades, relações sociais, uso intensivo do solo, verticalização, gestão territorial. Enquanto que nas áreas periféricas essas condições são distintas, uso do solo é semi-intensivo, atividades vinculadas ao núcleo central, residências populares, terrenos vazios, horizontalidade (CORRÊA, 1995). Por conta disso, a configuração das cidades brasileiras é dispersa e permeada por vazios urbanos.

Espaços abandonados: origens e representatividade

A origem dos vazios urbanos está ligada ao pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente nas cidades europeias em que a guerra quebrou a expansão contínua do espaço urbano do período industrial, originando áreas devastadas e dispersas. Na segunda metade do século XX os processos de globalização e desindustrialização também desencadearam vazios urbanos, resultando na característica principal da cidade pós-industrial: fragmentação socioespacial. A partir disso, se conectam distintas lógicas do surgimento de vazios nesse espaço fragmentado e difuso. A paisagem urbana dessa cidade é constituída por estruturas urbanas abandonadas, sem uso, desativadas (MACEDO, 2019; SALGUEIRO, 1998; LIMA; SANTOS, 2019). Os vazios urbanos concretizaram os períodos históricos do território em tempos pontuais. Além disso, apresentam significados referentes aos ciclos do período pós-industrial e revelam princípios fundamentais do ambiente urbano em colapso, portanto, são fragmentos que integram a imagem da cidade e representam a memória social do lugar (SOUZA, 2019).

A cidade contemporânea é constituída por camadas sobrepostas de períodos históricos que sintetizam o constante realinhamento entre ideologias e necessidades socioespaciais. Nesse sentido, a multiplicidade de estruturas urbanas abandonadas é sintoma das diferenças do espaço urbano, caracterizado pela multiplicidade de funções que simbolizam um cenário que estrutura conflitos e situações inerentes ao crescimento urbano. Essas rupturas decorrentes das transformações urbanas também constituem a cidade e se tornaram comuns à paisagem urbana contemporânea (MACEDO, 2019). Cabe destacar que essas desigualdades tanto do espaço construído quanto do não construído são originadas no mesmo processo de urbanização (GHISLENI, 2017; EBNER, 1997).

O surgimento dos vazios está relacionado com aspectos políticos, econômicos e sociais pela valorização de determinadas áreas em detrimento do abandono progressivo de outras. O vazio urbano apresenta uma dupla ausência: de ocupação material, funcional, de interesses e significados sociais. O processo de degradação de áreas urbanas está atrelado principalmente à redução da função urbana do uso do solo que gera espaços vazios, abandonados, subutilizados que perderam função econômica, ambiental ou social. Esse cenário acarreta problemas socioambientais: infraestrutura que foi (ou não) projetada sem ser devidamente implementada em paralelo a busca de novos territórios para a expansão da cidade (MEZZACAPPA, 2008). A relação entre ocupação e abandono é oriunda de variados processos urbanos que resultam num diverso conjunto de transformações, e a infraestrutura conecta de certo modo os espaços abandonados ao restante do sistema urbano (LABASTIDA; OLIVEIRA, 2018). Os processos urbanos também originam espaços residuais, que são vazios urbanos, devido à implantação de sistemas de circulação, zoneamento e planejamento urbano, crescimento rápido, especulação imobiliária e constante valorização, desvalorização e revalorização de regiões urbanas, onde estão inseridos os espaços públicos (RAMOS, 2009).

Essas paisagens abandonadas representam a passagem de tempo pela dialética passado-presente que se dá pela ruptura do auge de ciclos, os quais interromperam o progresso do ambiente construído por motivos econômicos, burocráticos do sistema capitalista industrial, financeiro e especulativo, constituindo uma problemática urbana. A degradação dos espaços mostra a complexidade e a efemeridade do transitório, revela aquilo que deixou de ser por sua multiplicação no espaço urbano, interferindo na dinâmica cidade. As desigualdades inerentes à produção do espaço urbano decorrentes dos desejos das classes dominantes contribuíram para o abandono de determinados espaços pelo esvaziamento de lugares e subutilização de outros. O surgimento e a proliferação dos espaços abandonados, portanto, resulta das relações entre mercado, atuação dos agentes privados e políticas públicas que facilitam a materialização dos ideais dessa minoria, embasados por processos e dinâmicas econômicas e sociais, problemas ambientais e ausência de planejamento ou ineficiência da gestão urbana. Os vazios são base da cidade num constante ciclo de mudanças para além da lógica de contínua construção, demolição, reforma e aceleração dos ritmos de vida que estruturam a cidade fragmentada (SANCHES, 2011; MEZZACAPPA, 2008; BRITO-HENRIQUES, 2017; GHISLENI, 2017; SOUZA, 2019).

O abandono representa cicatrizes do território habitado e encontra-se na ruptura que o espaço urbano sofre, o que torna importante compreender as partes que constituem a paisagem urbana. As diferenças socioespaciais entre áreas centrais e periféricas podem revelar aspectos da estrutura do espaço urbano, entendimentos temporais, socioespaciais que embasam a reflexão sobre centralidade, a qual é alterada pelos agentes produtores conforme a dinâmica que querem estabelecer (SOUZA, 2019). Vazios do abandono mostram a potência de que podem ser utilizados devidamente e podem embasar projetos urbanos estratégicos para regeneração urbana, sobretudo nas periferias e criar novas relações e dinâmicas socioespaciais, usos, funções, apropriações (MEZZACAPPA, 2008; MACEDO, 2019). Para a pesquisa, considera-se que os vazios urbanos são espaços que no decorrer dos anos desconectaram-se da dinâmica da cidade ou que possuem infraestrutura remanescente de determinado período e até mesmo são decorrentes da carência de readequações espaciais e não atendem às atuais demandas sociais. Também são sobras físicas oriundas da implantação de grandes equipamentos urbanos, gerando áreas residuais, vagas resultantes da expansão urbana em que foram desconsideradas no processo.

Vazios urbanos públicos

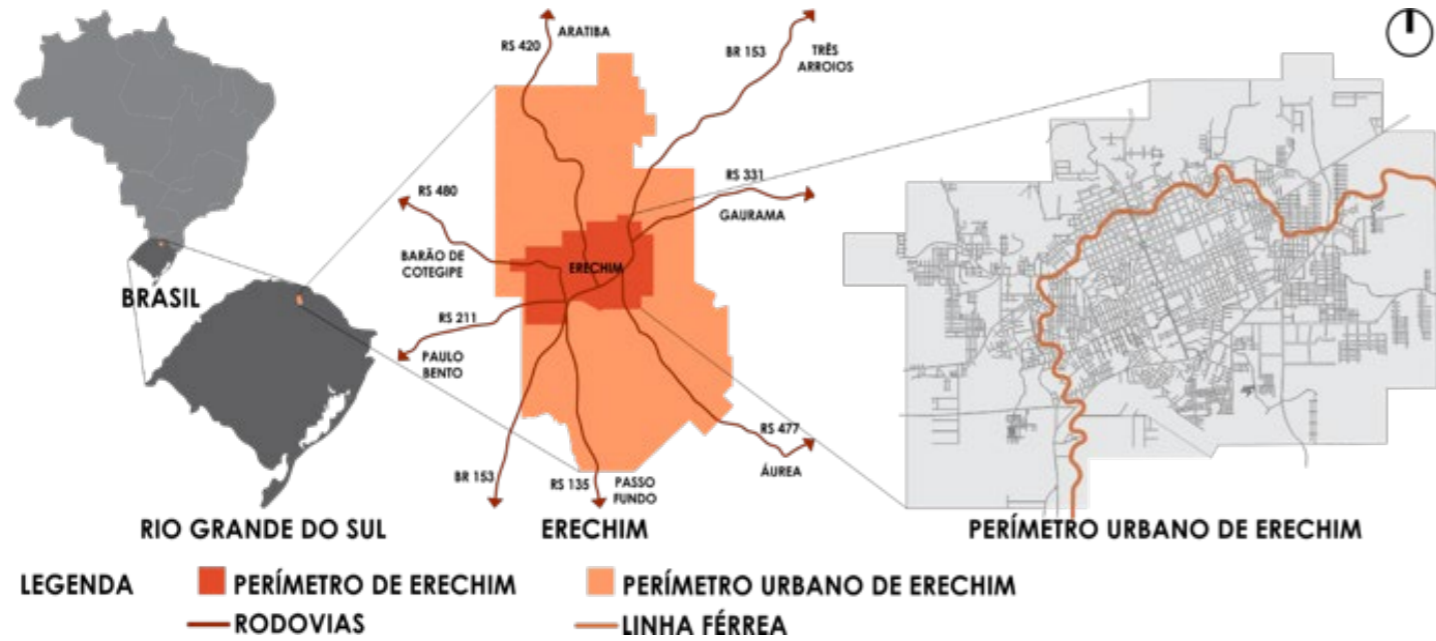
Acerca das desigualdades socioespaciais existentes na cidade contemporânea, cabe ressaltar que o direito à cidade é possível somente a partir do direito à vida urbana, conformada por cultura, hábitos, símbolos, práticas (LEFEBVRE, 1969). No entanto, a realidade da cidade acontece por meio de uma vida cotidiana fragmentada em espaços segregados. Os espaços públicos, como ruas, praças, largos, áreas verdes, constituem o sistema de espaços livres (SEL), importante parte da estrutura urbana para proporcionar qualidade de vida à população por meio das interações sociais entre desconhecidos e encontros não programados que integram a dinâmica socioespacial da cidade (HOLANDA, 2002; TENÓRIO, 2012; GEHL, 2013). O SEL é constituído por componentes e conexões dos espaços abertos de uma área urbana indiferente de funções, dimensões, formas e devido a essa complexidade é fundamental compreendê-lo a partir de relações funcionais e socioambientais, visto que não existe necessariamente a conexão física desses espaços, pois se relacionam entre si mesmo que não tenham sido planejados como um sistema (QUEIROGA, 2011; MACEDO et al, 2007).

O SEL compõe a paisagem urbana por carregar memórias da cidade e influenciar o cotidiano, pois sua estrutura potencializa a habitabilidade do espaço urbano pela convivência entre as pessoas. Contudo, no decorrer das transformações urbanas os espaços de uso comum restringiram-se à circulação e como consequência, a população com menor acesso a esses lugares é prejudicada. Devido às mudanças da sociedade esse sistema está em contínua transição, visto que a concretização das demandas depende de decisões políticas e recursos, o que interfere na qualidade desses locais (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007; QUEIROGA, 2011; ROLNIK, 1998). O espaço público, portanto, é o lugar da realização da história coletiva, experiência, trocas socioespaciais resultantes do processo de produção do espaço urbano e suas dinâmicas (CARLOS, 2013).

Nas cidades de países em desenvolvimento, a distribuição dos espaços públicos geralmente é heterogênea e até mesmo carente em algumas regiões, sobretudo pelo fato de que o adensamento populacional e construtivo não recebeu o devido acompanhamento para a ampliação do SEL (QUEIROGA; SAKATA, 2020). Em contrapartida, novos bairros e loteamentos são criados para atender demandas socioeconômicas e políticas enquanto diversos espaços públicos tornam-se abandonados na dinâmica socioespacial das cidades (MACEDO, 2019). Apesar da maioria dos investimentos públicos para espaços de lazer se concentrarem em regiões valorizadas, é fundamental propiciar uma cidade diversa e justa para todos os grupos sociais com espaços públicos diversos também nos bairros periféricos (SANTOS, 2017). O planejamento urbano, para isso, pode assegurar a justiça social através da gestão urbana visando minimizar a desigualdade e ampliar a cidadania. A partir do planejamento de áreas periféricas considerando a realidade da cidade é possível promover melhorias nas condições de vida para essa população com acompanhamento de políticas sociais (MARICATO, 2002).

Estratégia metodológica

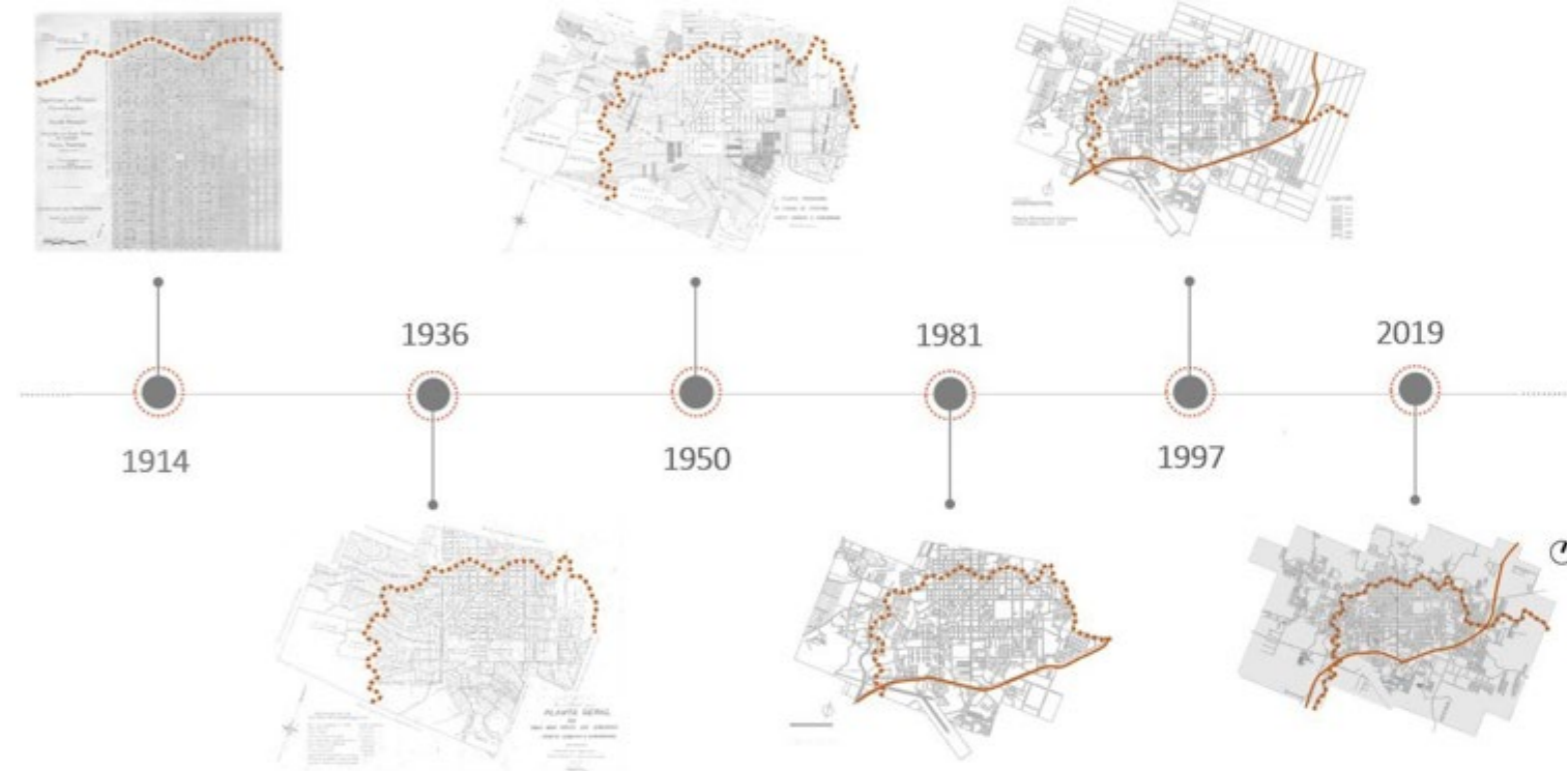
A investigação está estruturada em dois momentos. A primeira etapa corresponde ao estudo da ocupação histórica de Erechim por meio de recortes temporais, visando identificar os principais momentos de crescimento urbano baseado na pesquisa bibliográfica e documental (escritos e gráficos) por meio da análise de aspectos históricos e normativas urbanísticas. As informações foram coletadas pelo levantamento e mapeamento de dados em fotografias, livros, trabalhos acadêmicos,



Conforme Fünfgelt (2004), a ocupação da cidade se deu a partir do Plano de Imigração e Colonização do Estado com a demarcação de terras em 1904 junto ao traçado da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). A ferrovia destaca-se no processo de ocupação pelas conexões com as demais regiões que facilitavam o transporte de pessoas e matéria-prima. A ocupação planejada de Erechim, implantada oficialmente em 1914 a partir dos direcionamentos do Estado visava desenvolver a economia e solucionar o excedente populacional na serra gaúcha, o que foi possível pela mão-de-obra qualificada e vinda de famílias para a região. O primeiro Código de Construções de Erechim foi implementado em 1933 e as normas impostas resultaram no cenário que marca o início da ocupação nas áreas periféricas pelas camadas populares, apontando a influência da legislação na estrutura urbana em termos de segregação visando a valorização da área central (SCHMIDT, 2009; AVER, 2008). Nos anos 1940, setores econômicos da construção civil e incorporadores assumem a implantação de loteamentos através de infraestrutura, plano viário e legislação (CASSOL, 1979), fato que prevalece na década de 1950. Essas transformações, entretanto, aconteceram sem o planejamento global da cidade e as expansões geraram problemas como pouca integração entre zonas e falta de áreas públicas nos novos loteamentos periféricos.

Esse crescimento urbano significativo resulta da produção, industrialização e comercialização de produtos agropastoris, extração de madeira. Os novos parcelamentos localizados em áreas suburbanas fora da área projetada foram estruturados pelo Estado e empresas particulares em regiões sem infraestrutura mínima: sistema viário e lotes com dimensões menores pela ausência de legislação urbanística que regulamentasse o parcelamento do solo. A construção da ponte que conecta o Rio Grande do Sul ao estado de Santa Catarina em 1975 impulsionou o desenvolvimento econômico de Erechim. A ampliação do perímetro urbano resultou na implantação de diversos loteamentos distantes do núcleo central em área rural do município, contribuindo para o surgimento de vazios urbanos. Os anos 1980 marcaram o início do planejamento da cidade pelo poder público municipal devido à aprovação do primeiro Plano Diretor, dessa maneira, o centro é fortalecido pelo comércio, serviço, verticalização. A BR-153 passa a absorver serviços de caráter urbano, acredita-se que esse cenário impulsionou nos anos 1990 a implantação de diversos loteamentos sociais nas áreas adjacentes (FÜNFGELT, 2004; AVER, 2008)

Figura 2 - Localização e Mapa de Erechim. Fonte: Elaboração da autora, 2020.



A expansão urbana sofreu influência de fatores econômicos, políticos e sociais, especialmente pelos processos relacionados à linha férrea, que além de ser o marco da implantação do núcleo urbano, estruturou a dinâmica da cidade até a década de 1960. A rodovia BR-153 foi outro relevante vetor de infraestrutura viária que a partir do final da década de 1970 delineou o crescimento da mancha urbana. O desenho do núcleo central da implantação de Erechim teve referência na malha urbana de Paris-França com estrutura morfológica organizada pela sobreposição de vias diagonais com zonas menos regulares nas expansões. A malha é constituída por diferentes tipos de desenho, resultantes de necessárias adaptações à topografia, pois na região norte há um vale que impossibilita a ocupação enquanto que na região sul o planalto é mais adequado para a expansão (AVER, 2008). A ocupação histórica de Erechim (Figura 3) a partir da consolidação do núcleo central e dos direcionamentos para expansão urbana, teve influência da legislação, estadual e municipal, juntamente aos interesses dos investidores. Esse cenário revela a importância em compreender a articulação dos diversos atores no crescimento da cidade e as transformações do espaço urbano e de aspectos sociais, políticos e econômicos. Assim como na urbanização brasileira, no decorrer dos diferentes períodos os processos de crescimento urbano afastaram as camadas populares para as regiões periféricas desprovidas de infraestrutura mínima, como os espaços livres públicos.

O espaço urbano de Erechim fragmentado de ocupação dispersa permeado por vazios urbanos é produto do planejamento urbano não ter se preocupado em acompanhar o crescimento da cidade, sobretudo pela implantação de núcleos isolados em épocas distintas sem dar continuidade à malha existente, originando um tecido constituído por aglomerações urbanas com poucas conexões entre si. Cabe salientar que embora aparente uma aleatoriedade geográfica, essa conjuntura é decorrente das relações de agentes produtores do espaço urbano, reafirmando os processos da urbanização brasileira estudados por Maricato (1996), Villaça (1998), Santos (2009), Corrêa (1995), como as relações entre legislação, interesses imobiliários e fundiários, que direcionaram para regiões mais afastadas o crescimento da cidade reproduzindo, sobretudo em termos socioespaciais, um espaço urbano desigual.

Figura 3 - Linha temporal do crescimento urbano de Erechim. Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Figura 4 - Vazios Ferroviários: 1. Estação Férrea de Erechim; 2. Trilhos na região da estação. 3. Habitações informais beira-trilhos no bairro São Vicente de Paula; 4. Plantações nos trilhos no bairro Novo atlântico. Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2021.

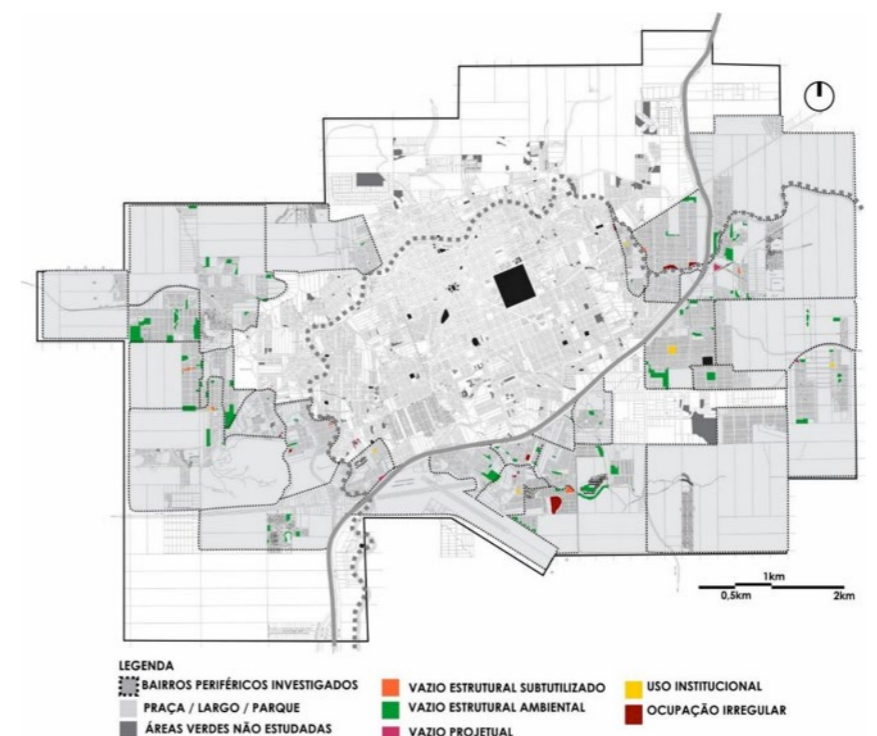
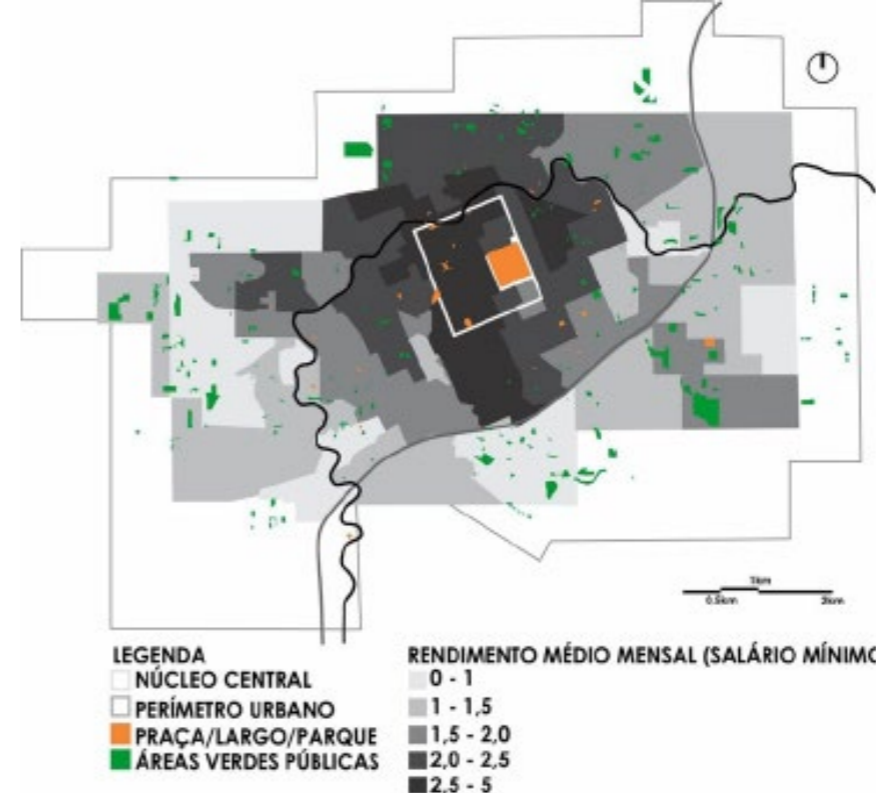


Sistema de espaços livres públicos de Erechim: rupturas e discontinuidades

Apesar da circulação de veículos e pedestres ter sido um elemento importante no plano urbano de implantação de Erechim, o sistema de espaços livres públicos foi fundamental para o desenho da cidade por estruturar o projeto do núcleo urbano inicial (ZANIN; PEREIRA; PIRES, 2016). A linha férrea foi central para a implantação da cidade e partir de meados da década 1960 perdeu sua força com o crescimento do transporte rodoviário e desde 1994 está desativada. A análise atual desse elemento estruturante revela a existência de vazios ferroviários em toda sua extensão, configurando um espaço linear que não está devidamente integrado à malha urbana. O núcleo desse vazio está nas proximidades da edificação da antiga estação e desde a desativação do transporte ferroviário não houve execução de projetos ou ações de planejamento e políticas públicas para fins de reinserção urbana. Entretanto, nos bairros por onde passa é possível encontrar distintos usos como habitações irregulares beira-trilhos, plantações, vegetação, apropriação social por crianças, adolescentes e adultos. Esse cenário mostra os diversos contextos dos vazios ferroviários, pois os terrenos, que pertencem à América Latina Logística (ALL) permanecem obsoletos (Figura 4), caracterizando a linha férrea de Erechim como um importante vazio simbólico e estruturante da malha urbana da cidade.

Por conta disso, 28 bairros localizados em áreas mais periféricas são passíveis de serem estudados⁵, pois de modo geral possuem habitantes de renda média para baixa, não dispõem de praças, parques ou largos, com pouco ou nenhum equipamento público. A carência de espaços que possibilitem vivências urbanas revisita a problemática envolvendo a vida social e pública desses bairros em Erechim (Figura 5). O mapeamento e a caracterização dessas áreas de acordo com sua situação atual revelam a existência diversos tipos de vazios urbanos: estrutural subutilizado, estrutural ambiental, projetual residual (Figura 6). Entretanto, alguns estão ocupados por edificações de equipamento público ou por habitações informais.

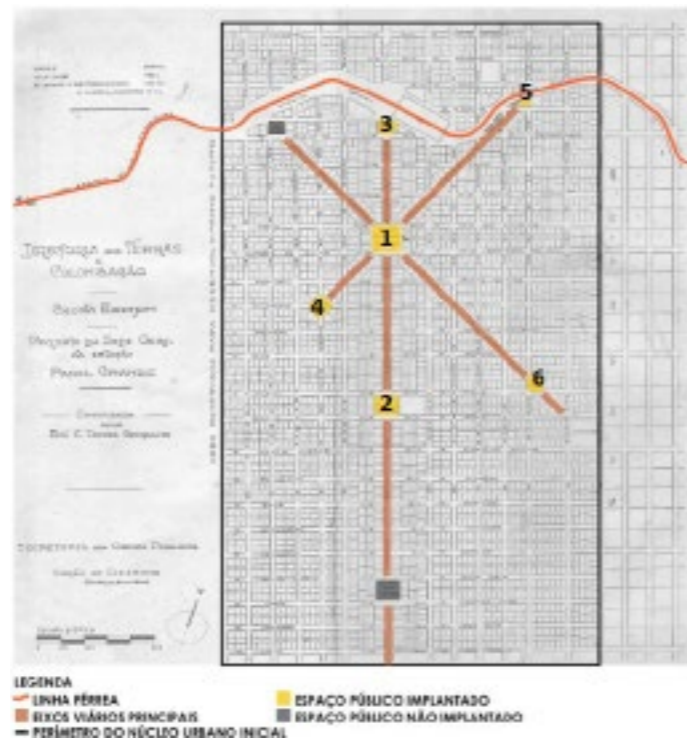
⁵ Conforme os critérios estabelecidos na estratégia metodológica.



O desenho que converge para a praça central (Figura 7) é constituído por dez avenidas largas com canteiros arborizados, nas quais sete praças como pontos focais, assim, em todos os eixos havia um espaço público como enquadramento visual, configurando a distribuição equilibrada desses locais em toda estrutura urbana. O mapeamento atual das praças correspondentes ao plano urbano de implantação da cidade (Figura 8) mostra que apenas seis foram implantadas, sendo quatro na localização original - Praças da Bandeira (1), Prefeito Jayme Lago (2), Júlio de Castilhos (3) e Daltro Filho (4) - e duas nas proximidades do local proposto inicialmente - Praças Albano Stumpf (5) e Vera Cruz (6).

Figura 5 - Distribuição dos espaços livres públicos em relação à distribuição de renda nas regiões de Erechim. Fonte: IBGE (2010) e Prefeitura Municipal, adaptado pelos autores, 2021. Figura 6 - Caracterização dos ELP's dos bairros periféricos estudados conforme Figura 1. Fonte: Elaboração dos autores, 2021.

Figura 7 - Localização das praças no Plano Urbano de 1914. Fonte: Mapa obtido no Arquivo Histórico Municipal com edição da autora, 2021. Figura 8 - Praças do Plano de 1914: Praça da Bandeira (1), Professor Jayme Lago (2), Júlio de Castilhos (3), Daltro Filho (4). Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2021.



O estudo permitiu identificar as desigualdades das condições físicas desses espaços em relação às praças centrais apresentadas anteriormente, visto que a maioria das áreas verdes públicas periféricas encontra-se desconectada socioespacialmente: mobiliários depredados - nos poucos espaços que possuem -, entulhos e lixos, vegetação rasteira e arbórea fechada - que dificulta conexões com o entorno - e ocupação irregular por habitações

Os vazios de características ambientais (Figura 9), que embora tenham grande importância nas questões ambientais, dispõem de maciços arbóreos fechados que *a priori* não permitem relações com a população local. Isso se dá pelo fato de principalmente não terem sido implantadas e muito menos receberem tratamento ou planejamento que integre essas áreas na dinâmica urbana. Além disso, algumas áreas contemplam vegetação rasteira e estão abandonadas.

Os vazios subutilizados geralmente dispõem de algum tipo de mobiliário, bancos, brinquedos, em diferentes níveis de conservação e possibilidades de utilização e não são espaços públicos efetivamente planejados, carentes de configuração adequada, há pouca vegetação e/ou integração entre ambiente natural e construído, apontando



Figura 9 - Áreas verdes públicas em situação de vazio urbano estrutural ambiental nos bairros: 1. Paiol Grande; 2. Presidente Vargas; 3. Novo Atlântico; 4. Liberdade. Fonte: Acervo da autora e Google Street View, 2021. Figura 10 - Áreas verdes públicas em situação de vazio urbano estrutural subutilizado nos bairros: 1. Copas Verdes; 2. Boa Vista; Áreas verdes públicas em situação de vazio urbano. Fonte: Acervo da autora e Google Street View, 2021.

a inexistência da articulação entre ambos. Os vazios projetuais residuais são remanescentes da implantação viária, porém, encontram-se de forma pontual na área de estudo, pois foram identificados dois espaços com essas características (Figura 10).

Diante do exposto, entende-se que o desequilíbrio na distribuição dos espaços livres públicos é decorrente do crescimento populacional acelerado e falta de aplicação das ferramentas de planejamento, demonstrando que o poder público municipal não priorizou o planejamento do espaço urbano, buscando equilíbrio entre áreas privadas e espaços livres públicos apropriáveis para outras atividades além da circulação. Esse cenário também é resultante da legislação que não se preocupava com o desenho do loteamento em totalidade, restringindo-se a normatizar arruamentos e índices de regulamento das edificações. A desconsideração das áreas verdes e os espaços livres públicos desvia as exigências da Lei de Parcelamento do Solo de 1979, que também não regulamentou de modo adequado o uso dos 10% de espaços públicos, que se espacializam em arruamentos ao invés de praças, e, além disso, a possibilidade de criação de condomínios fechados permite a utilização privada de áreas verdes livres.

O que os vazios urbanos públicos representam?

A investigação em Erechim mostra a discrepância nas condições físicas e na distribuição dos espaços públicos oriundos do planejamento urbano, corroborando com os estudos de Queiroga; Sakata (2020), Macedo et. al (2007), Oliveira; Mascaró (2007), em que existe a prioridade do sistema de espaços livres em detrimento dos espaços públicos provenientes de parcelamento do solo urbano. Assim como outras cidades, possui espaços vazios oriundos de diversas camadas da sua história, conforme apontado por Macedo (2019), Salgueiro (1998), Lima; Santos (2019), Labastida; Oliveira (2018). A linha férrea que é o símbolo da implantação da cidade, representa uma parte da história que está presente em diversos bairros e possui algum nível de relação com a população, seja por habitações, plantações, local para travessias ou simplesmente o abandono. Somado a isso, estão os outros vazios públicos abandonados de distintos períodos da expansão que embora mais recentes em relação à linha férrea ficaram esquecidos no tempo. Enquanto esses vazios permanecem na mesma situação por décadas, o espaço urbano adjacente cresce com habitações, alguns comércios e serviços.

A identificação especialmente das desigualdades no acesso e estrutura revela que as praças centrais se caracterizam pelo embelezamento e manutenção periódica e, ao mesmo tempo, nas regiões periféricas esse contexto se altera. Nos bairros mais afastados do centro consolidado, a presença desses vazios urbanos públicos afeta diretamente no cotidiano desses grupos sociais. A escassez de espaços públicos de qualidade nessas áreas acarreta na restrição da vida pública, das vivências urbanas, das trocas sociais entre pessoas de diversas faixas etárias, desde crianças até os idosos. Seria fundamental nesses bairros ter espaços que realmente propiciem práticas esportivas, áreas de contemplação, lazer, pois esses momentos além de aproximar os moradores da cidade também contribuem para sua qualidade de vida, tanto na saúde mental quanto física. Toda a população tem direito de ter um espaço urbano de qualidade em seu entorno, no entanto, em bairros periféricos a ruptura da vida urbana de qualidade devido ao abandono estrutural resulta em locais próximos às residências com entulhos, lixos, poluição. Pode-se dizer que o abandono do espaço público é o abandono dos grupos sociais menos favorecidos.

Os resultados apontam que os problemas socioespaciais condicionam a distribuição desigual dos grupos sociais na cidade e diferentes condições de acesso à cidade. A cidade contemporânea é constituída por vazios urbanos públicos e devido à quantidade existente de espaços nessa situação, integram um sistema que faz parte da estrutura urbana e conta a história do crescimento urbano. Esse cenário se sobressai na paisagem e mostra a importância do planejamento urbano olhar para a diversidade de espaços abandonados e subutilizados a fim de reinseri-los de algum modo na dinâmica socioespacial, seja por políticas públicas e ações que tratem de melhorias espaciais e traga atividades para esses locais. E para além disso, é fundamental que as áreas de expansão urbana sejam pensadas em conjunto ao sistema de espaços livres públicos a fim de propiciar um espaço urbano de qualidade, principalmente nas regiões afastadas do núcleo urbano consolidado.

A pesquisa mostrou que Erechim é uma cidade de porte médio que se estrutura nos processos gerais da urbanização brasileira em que a legislação ou ausência de regulamentação urbana favorece interesses políticos e particulares (SANTOS, 1990; 1993; SPOSITO, 2004). Como consequência, produz um espaço urbano caracterizado pela segregação urbana e exclusão social nas regiões periféricas. No processo capitalista, que tem como base a exploração da força de trabalho e exclusão social, o espaço urbano torna-se protagonista, seja pela reprodução das formas urbanas existentes ou na criação de novas formas (MARICATO, 1996). O crescimento urbano,

portanto, resulta na cidade desigual que restringe e exclui da dinâmica urbana as camadas populares de baixa renda, negando o direito à cidade. Nesse aspecto, a heterogeneidade do sistema de espaços livres públicos entre áreas centrais e periféricas se deve às rupturas no tratamento desses espaços nas diversas camadas históricas das expansões urbanas.

Considerações finais

Devido à falta de espaço público qualificado nos bairros periféricos de Erechim e pela desigualdade de possibilidades de apropriação e direito à cidade, a investigação buscou contribuir nas discussões da realidade dos bairros carentes de espaços públicos minimamente projetados e conservados para apropriação social. O espaço de uso público para além da circulação está restrito em determinadas regiões, além de não ser considerado parte de um sistema de espaços que incentive as relações humanas, sobretudo pelo poder público e legislações desvalorizarem seu potencial no desenvolvimento das partes desassistidas da cidade. Diante disso, é considerável a quantidade de espaços em situação de abandono, seja pela carência de intervenções que os insira na dinâmica socioespacial ou pela falta de prioridade durante o desenvolvimento urbano em decisões políticas e administrativas, originam zonas sem espaços públicos de qualidade. Esse cenário, contudo, é o oposto aos princípios do projeto do núcleo urbano central de Erechim que valorizava os espaços públicos no planejamento urbano a fim de proporcionar espaços de encontro para a sociedade.

O abandono dos elementos que integram o sistema de espaços livres públicos está relacionado com aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais da expansão urbana de Erechim. A história da cidade contada a partir do seu espaço urbano se restringe à preservação da área central e de seus espaços públicos, pois conforme se afasta dessa região os aspectos históricos do espaço urbano encontram-se a mercê do tempo. A partir da pesquisa fica evidente as rupturas da qualidade e integração desses espaços na dinâmica socioespacial, conjuntura que revela o descaso, a falta de prioridade, o abandono desse sistema de modo gradual. Espaços que deixaram de ser ou que nem chegaram a ser efetivamente implantados, poderiam ter sido úteis para a população em diversos momentos.

Embora a prioridade do sistema de espaços livres públicos por parte do poder público municipal tenha se alterado, é fundamental que esse cenário seja revertido a fim desses locais cumprirem com sua função a partir de novas formas de articulação com a estrutura e a dinâmica urbana. Nos bairros habitados pela população mais vulnerável em termos socioeconômicos com poder de reivindicação restrito para ser atendida pelos órgãos de planejamento municipais, considera-se que a implantação e a reativação de espaços públicos é uma maneira de proporcionar qualidade de vida por meio de interações sociais, trocas, convivências. Essas transformações são indispensáveis para a construção de uma cidade diversa e justa para todos grupos sociais com espaços públicos adequados para a socialização, encontros, debates, lazer em todos os bairros de Erechim.

Diante do contexto de desigualdades de acesso das possibilidades de apropriação e direito à cidade, acredita-se que potencializar o SEL é fundamental para uma cidade socialmente mais justa e equilibrada por meio da incorporação dos espaços públicos de modo equitativo a fim de ampliar as chances do espaço cumprir seu papel social. Esse diagnóstico pode embasar futuras intervenções para possibilitar melhorias no espaço urbano mediante o aproveitamento dos potenciais dos vazios urbanos públicos para fomentar o bem-estar, a socialização e a saúde da população, como lazer, corredores ecológicos, hortas urbanas, jardins de chuva. A multiplicidade de usos

desses espaços pode ser identificada conforme as potencialidades de cada contexto local. Essa articulação pode ser estruturada também com aspectos ambientais, sociais, econômicos, trazendo para diversos pontos do tecido urbano espaços que contribuam efetivamente na qualidade de vida de todos grupos sociais, sobretudo nas áreas de periferia.

Grupos de vizinhança podem contribuir para minimizar os problemas da falta de inclusão dos vazios urbanos públicos, pressionando as autoridades para planejar modos de reinseri-los ao sistema de espaços de uso e de convivência. A viabilidade de aproveitamento das áreas verdes públicas pode ser estruturada com implementação de condições físicas que possibilitem a integração com o entorno, facilitem acesso, apropriação, recuperação da massa vegetativa. A partir das readequações espaciais, ações de planejamento urbano sensíveis e participativas podem ser incentivadas pelo poder público municipal em conjunto com secretaria de cultura, esportes, lazer e a população com eventos que valorizem a apropriação e o direito à cidade, incentivando essas populações vivenciem o espaço urbano.

Cabe destacar, sobretudo, a reflexão sobre a vida da população desses bairros e sua relação com a cidade. A espacialização do abandono simboliza o esquecimento decorrente de um padrão estrutural repetido historicamente de espaços livres públicos, resultando num problema socioespacial. Diante desse cenário, torna-se necessário discutir acerca das restrições ao acesso aos espaços urbanos para a população periférica e, portanto, do direito à cidade e à cidadania. Cabe dizer, no entanto, que essa conjuntura não impede que os grupos sociais menos favorecidos se apropriem de ruas, terrenos baldios, vazios urbanos a fim de criar de modo espontâneo seus próprios espaços de encontro, debates, lazer. Independente disso, é fundamental a oferta básica de estrutura urbana que possibilite melhores condições de vida e de convivência nessas localizações; para as relações sociais em escala local ao invés dessa população se deslocar de transporte público até os bairros centrais para utilizar uma praça.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

ÁLVAREZ, Carmen Moreno. CARTOGRAFÍAS CONTEMPORÂNEAS. *Representación abstracta y proyecto*. International Conference Architectonics Network: Mind, Land and Society, Barcelona, 31 May, 1-2 June 2017.†

AVER, Ivana Karine (2008). *Erechim, processo e projeto - relações estruturais entre traçado viário e desenvolvimento urbano*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. *Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas*. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRITES, Walter Fernando. (2017). La ciudad em la encrucijada neoliberal. Urbanismo mercado-céntrico y desigualdade socio-espacial em América Latina. *urbe. Revista*

Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 9(3), 573-586

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. *CIDADES*, v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60.

CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Erechim: Cese, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

DITTMAR, Adriana Cristina Corsico. *Paisagem e morfologia de vazios urbanos: Análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba – PR*. 2006. Dissertação (Mestrado)—Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica. Curitiba, 2006.

DONADON, Edilene Terezinha. *Terrain Vagues: Um estudo das áreas urbanas obsoletas, baldias ou derrelitas em Campinas*. 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

EBNER, ÍRIS DE A. R. *A Cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande: UFMS, 1999.

FÜNFGELT, Karla. *História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim – RS*. Dissertação apresentada a UFSC para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Florianópolis, 2004.

GEHL, Jan. *Cidade para Pessoas* / Jan Gehl; tradução Anita Di Marco. 2. Ed. São Paulo : Perspectiva, 2013.

GHISLENI, Camilla Sbeghen. *A potência do abandono: políticas e contradições nas intervenções artísticas em espaços abandonados* / Camilla Sbeghen Ghisleni ; orientador, Prof. Dr. Rodrigo Almeida Bastos, 2017. 132 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2017.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

LABASTIDA, Marta; OLIVEIRA, Ivo. *Tipologias dos espaços urbanos abandonados. Ideias para intervenção em espaços urbanos abandonados*. Experiências na Lisboa Oriental e Barreiro, 2018

MACEDO, Wesley. Lugares Abandonados. *Revista ARA* Nº7/ Volume 7. Primavera+Verão 2019 • Grupo Museu/Patrimônio FAU-USP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2525-8354.v7i7p153-170>

MACEDO, Silvio Soares. et al. *Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil*. In: TERRA, Carlos; ANDRADE, Rubens. Paisagens culturais, Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, v. 3, p. 286-297, 2007. (Coleção).

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo : Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1996.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* / Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. São Paulo em Perspectiva. V.14, nº4, 2000a. p.21-33.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana*. 2 ed., Petrópolis: VOZES, 2002

MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. (2020). As cidades são centrais para o bem-estar social: especificidades da produção do espaço urbano no Brasil. In: *Brasil : Estado de bem-estar social? : limites, possibilidades e desafios* / Jorge Abrahão de Castro, Marcio Pochmann (organizadores). – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2020.

MEZZACAPPA, Marina. Interstícios urbanos. *ComCiência* no.101 Campinas 2008

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p.59-69, jun. 2007.

PREFEITURA DE ERECHIM. Disponível em: <<https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/156/erechim-em-numeros>>. Acessado em 15 de outubro de 2020.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras*. Resgate, n.i., v. XIX, n. 21, p.25-35, jan. 2011.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; SAKATA, Francine Mariliz Gramacho. A rede de pesquisadores reunidos por Silvio Macedo sob o Lab QUAPÁ e os estudos de sistemas de espaços livres e formas urbanas no Brasil. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12, e20190264. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190264>, 2020.

RAMOS, Diana Helene. *A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo*. Dissertação de Mestrado da FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2009.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo* / Milton Santos. – São Paulo : Nobel : Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.157p.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. In: VOGEL, A. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2017[1980, 174p

SCHMIDT, Remís Alice Perin. *Erechim: cidade construída para imigrantes: poder simbólico na conquista do espaço urbano*. Dissertação. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.– Porto Alegre, 2009.148 f.

SEBRAE/RS – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. Perfil das Cidades Gaúchas – Erechim, 2020

SOUZA, Rafael Ferreira de. Lugares abandonados: decadência urbana e desolação na cidade. *TRIADES | Revista (online)*. III Encontro de Semiótica do Projeto. Juiz de Fora/ MG. [2019] | ISSN 1984-007

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM*. ISSN 0188-4611, núm. 54, pp, 2004.

TARNOWSKI, Camila Martinez Lima. *Percepção da Paisagem: estudo sobre vazios urbanos no centro de Curitiba, Paraná*. Curitiba, PR, 2007.

VÁSQUEZ, Catalina Giraldo. *Reinterpretação de espaços subutilizados na cidade contemporânea: Análise dos vazios industriais de Medellín* / Catalina Giraldo Vásquez; orientadora, Lisete Terezinha Assen de Oliveira ; coorientadora, Adriana Marques Rossetto. - Florianópolis, SC, 2016. 233 p.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

TENÓRIO, Gabriela de Souza. *Ao desocupado em cima da ponte: Brasília, arquitetura e vida pública*. Brasília, 2012. Tese – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Brasília, 364p, 2012.

ZANIN, Nauíra Zanardo; PEREIRA, Natália Biscaglia; PIRES, Janice de Freitas. *Análise da Paisagem Urbana: os sistemas de espaços livres em Erechim, RS, Brasil*. Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. “VIII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Balneário Camboriú, Junio 2016”. Barcelona: DUOT, 2016.

ENTRE IMAGENS ABANDONOS

Sonho e criação de mundos urbanos possíveis

BETWEEN IMAGES, ABANDONMENTS
Dream and creation of possible urban worlds

**Lucas Boeira Bittencourt¹, Paulo Reyes²,
Gabriel Silva Lopes Fernandes³ e Artur do Canto Wilkoszynski⁴**

Resumo

Este ensaio reflete sobre o abandono, partindo de registros fotográficos de uma situação de vulnerabilidade. O enfoque dado é a relação que se estabelece entre a precariedade confrontada com o direito à vida urbana. Como método de abordagem, utiliza-se a montagem, na perspectiva de Georges Didi-Huberman. O objetivo deste artigo é desdobrar, entre imagens, o sentido de abandono. Por um lado, como registro e denúncia por aquele que está fora do problema, por outro lado, como sonho e possibilidade real de uma nova perspectiva da inclusão, por aquele que está dentro. Trata-se de: (i) focar na precariedade da vida, a partir de uma representação decalcada da realidade pelo arquiteto; (ii) posicionar o direito à cidade como vontade de criação e sonho de um existir pelo morador em situação de rua, através de experiências fotográficas do projeto de extensão *A cara da rua*. Espera-se posicionar o problema do abandono entre uma esfera estética e política como abertura de outros sentidos urbanos possíveis.

Palavras-chave: abandono, urbano, política das imagens, montagem, direito à cidade.

Abstract

*This essay reflects on abandonment, based on photographic records of a vulnerable situation. The focus is on the relationship between precariousness and the right to urban life. As a method of approach, we use montage, from Georges Didi-Huberman's perspective. The objective of this article is to unfold, among images, the sense of abandonment. On one hand, as a register and denunciation by the one who is outside the problem, on the other hand, as a dream and a real possibility of a new perspective of inclusion, by the one who is inside. It is about: (i) focusing on the precariousness of life, from a representation from reality by the architect; (ii) positioning the right to the city as a will to create and a dream of existence by the homeless, through photographic experiences in the project *The face of street*. It is hoped to position the problem of abandonment between an aesthetic and political sphere as an opening to other possible urban meanings.*

Keywords: abandonment, urban, politics of images, montage, right to the city.

¹ Doutorando e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFPel). Integrante do grupo de pesquisa *Poiese* (CNPq).

² Pós-Doutorado em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa). Doutorado em Ciências da Comunicação (UNISINOS e Universitat Autònoma de Barcelona). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter). Professor da Faculdade de Arquitetura e pesquisador no PROPUR da UFRGS. Coordenador do grupo de pesquisa *Poiese* (CNPq).

³ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). Integrante do grupo de pesquisa *Poiese* (CNPq).

⁴ Doutor e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unisinos. Integrante do grupo de pesquisa *Poiese* (CNPq).

Introdução: abandono e desdobramentos

Este ensaio reflete sobre o abandono a partir da relação que se estabelece entre a precariedade confrontada com o direito à vida urbana. Ou seja, de um lado a precariedade enquanto posição de vulnerabilidade e diferença, de outro, o direito à vida urbana enquanto uma perspectiva de plenitude e caminhos possíveis e comuns nas cidades. Assim, num campo de tensões entre essas duas compreensões, o abandono se desdobra em dois sentidos distintos, a saber: (i) como representação de uma perspectiva de precariedade, decalcada pelo arquiteto, sujeito técnico e distanciado do problema; (ii) como o possível de uma perspectiva criadora de sonho e sentidos outros, de existência real e comum do habitar nas ruas. A área do conhecimento em que o texto se insere é a dos estudos urbanos em interface com a arquitetura e a filosofia. Ele se desenvolve das reflexões oriundas do projeto *Operação por imagens na experiência de leitura e projeto das cidades* do grupo de pesquisa (CNPq) *Poiese: Laboratório de Política e Estética Urbanas* sediado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR – UFRGS).

Portanto, é pela teoria das imagens, enquanto campo possível de reflexão e profundidade crítica, (DIDI-HUBERMAN, 2011, 2020) que se espera posicionar o abandono na perspectiva de uma existência urbana plena (LEFEBVRE, 1999) que é, sobretudo, estética e política (RANCIÈRE, 2009, 2018). Ou seja, ela é feita por recortes comuns de ser e estar no mundo, que reclamam por seus próprios modos de dizibilidade, além daquilo que já está posto como consensual e hegemônico. Vejamos como se qualificam esses dois momentos distintos destacados no texto.

O primeiro deles se dá a partir de registros fotográficos que funcionam como imagens disparadoras, ou seja, imagens fortes que evidenciam uma questão a ser desenvolvida. Neste caso, falamos de fotografias que mostram o enquadramento de uma situação de vulnerabilidade na cidade de Porto Alegre. Na imagem *Presença* (Figura 1), vemos uma moradia praticada sobre o espaço público, com objetos e mobiliários que remontam a uma configuração doméstica convencional. Em seguida, na imagem *Ausência* (Figura 2), realizada poucos dias depois, vemos o mesmo o lugar esvaziado, sem nenhum objeto, ou seja, evidenciando que houve uma remoção.

Essas imagens disparadoras nos levam a pensar sobre questões urbanas contemporâneas pela perspectiva do abandono enquanto distância de uma posição de seguridade e acesso ao direito moradia. Entretanto, elas marcam a posição de alguém que está fora do problema em questão, visto que as fotografias realizadas por arquitetos, revelam uma posição técnica e distanciada. Consideramos que essa compreensão do abandono enquanto representação de uma denúncia é algo restritivo, porque ela incorre no risco de cair num campo de romantização e estetização da vulnerabilidade. É necessário que se pautem outras camadas possíveis para o abandono. Assim, o objetivo deste artigo é desdobrar o sentido de abandono como sonho e possibilidade real de uma nova perspectiva da inclusão.

Como método de abordagem esse artigo se utiliza da montagem de imagens, na perspectiva de Georges Didi-Huberman (2015). A montagem consiste na associação de imagens enquanto possibilidade de abertura de sentidos outros. Assim, para além de sentidos restritivos e redutores de significados, em suma, fechados, esse tipo de operação pauta por sentidos inusitados e conflitantes. A montagem, portanto, é uma possibilidade de operação crítica com as imagens.



Figura 1 - Presença. Fonte: Fotografia de Raimundo Giorgi, 2021.

Para Didi-Huberman, ainda, imagem é um campo amplo e profícuo. Mais do que um simples enquadramento daquilo que é visível – uma pintura, uma fotografia, um filme – as imagens são tomadas como gestos, movimentos, ou ainda, intensidades. Assim, imagem é tudo aquilo que é capaz de revelar as complexidades e contradições do nosso próprio tempo. Imagem, portanto, mais do que uma questão de percepção, é um problema de devolução, em suma, de contato com aquilo que nos cerca no mundo. Pensar a imagem nessa perspectiva de devolução é sair da significação que a imagem produz enquanto algo que ela revela para entrar naquilo que a imagem abre como outros sentidos possíveis. Essa abertura só é possível se tomarmos a imagem em um conjunto heterogêneo de imagens. Falamos sempre em imagens no plural e não em imagem no singular. Desse modo, parece-nos pertinente ocupar-se com imagens para refletir o abandono. Sobretudo, encontrar imagens que orientem a desdobrá-lo no sentido de um urbano pleno, de criação e sonhos.

Portanto, em montagem, chegamos às imagens do projeto de extensão *A cara da rua: experimentação fotográfica e experiências urbanas*, parceria entre a Faculdade de Arquitetura UFRGS e a EPA – Escola Municipal de Ensino Fundamental de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, projeto realizado através do financiamento PROEXT/UFRGS 2015-2016, coordenado pela professora e pesquisadora Daniela Mendes Cidade. Com essas imagens não estamos mais na situação a partir daqueles que estão fora da realidade do abandono, mas sobretudo, daqueles que estão incluídos nela cotidianamente. Sobre a proposta, nos resumem os autores:

O projeto de extensão *A cara da rua* tem como proposta o oferecimento de oficinas de fotografia para pessoas em situação de rua. Um dos objetivos desse projeto é a geração de renda a partir da venda de cartões postais vendidos pelos próprios autores das imagens



Figura 2: - Ausência. Fonte: Fotografia de Paulo Reyes, 2021.

realizadas durante as andanças urbanas. As oficinas do projeto costumavam focar bastante em temas bem delimitados e, muitas vezes, em questões plásticas do motivo a ser fotografado: a série *Reflexos* (2017), por exemplo, focava em fotografias de superfícies reflexivas, enquanto a série *Trabalhadores da Rua* (2016) focava em pessoas que trabalham pelas calçadas do centro de Porto Alegre. (COSTA; *et al.*, 2021, p. 8).

Há, nesses registros urbanos, outro posicionamento do olhar. Não mais o do especialista (o arquiteto) que está fora da cena de precariedade, mas aquele que está totalmente implicado na situação de rua, ou seja, os próprios moradores. Portanto, como já dissemos, está em jogo uma outra posição para o abandono. E assim, o que ela nos mostra, não é a representação de um estigma da precariedade, mas uma dimensão de existir comum, que vê e fotografa uma disposição sensível comum em consonância com a cidade contemporânea. A possibilidade de recomposição dessa condição de ausência enquanto possibilidade de reflexão sobre o espaço urbano também foi formulada por Cunha e Cidade, conforme segue:

A fotografia recompõe a condição de ausência, em uma cidade excludente. O avesso, o vazio, a sombra e a ausência, nos fazem chegar ao conhecimento e à reflexão sobre o sentido do espaço, ou sobre a cidade e a completude, a partir da análise destas imagens produzidas por seus alunos. (CUNHA; CIDADE, 2017, p. 10).

Assim, a posição dos que estão dentro nos apresenta uma espécie de borrão daquilo que se decalca da vulnerabilidade enquanto estigma. Desse modo, o que vemos em montagem (Figuras 3 e 4) é uma dimensão que coloca um olhar comum sobre a cidade de Porto Alegre, disposto a ver no horizonte aquilo que ele é capaz de fazer despontar enquanto criação, e não como estigma. Isso quer dizer, ao que nos parece, a vontade por uma expressão que aglutina a possibilidade sensível de olhar com profundidade e beleza, sem hierarquização. Ou seja, o abandono é também a reposição de um modo de ver e sentir em comunidade, a partir da diferença em jogo por aqueles que habitam as ruas.

Para desenvolver esse argumento, dividimos o texto em três seções. A primeira, *O abandono como representação* discute com mais profundidade aquilo que está compreendido no sentido do abandono como representação de uma perspectiva de precariedade, decalcada pelo arquiteto, sujeito técnico e distanciado, algo que vemos nas imagens disparadoras. A segunda, *A montagem enquanto leitura da realidade*, desdobra conceitualmente acerca do método da montagem e de noções pertinentes tomadas do campo filosófico das imagens, orientadas para a compreensão, ainda que lacunar, de aspectos do urbano contemporâneo. A terceira, *O abandono ressignificado* desdobra o sentido deste enquanto o possível de uma perspectiva criadora de sonho e sentidos outros, de existência real e comum do habitar nas ruas, refletindo sobre as imagens do projeto *A cara da rua*. Para concluir, espera-se posicionar o problema do abandono entre uma esfera estética e política, como abertura de outros sentidos urbanos possíveis, de existência comum e criadora em meio à vida nas cidades.

O abandono como representação

A nossa aproximação com a temática do abandono ocorre a partir do registro de uma situação de vulnerabilidade extrema presente no espaço urbano. Esse registro é feito por arquitetos a partir de duas fotografias em momentos distintos: (i) o momento que registra a presença de uma composição com mobiliários e objetos residenciais, marcando a existência de uma moradia; (ii) o momento do apagamento de qualquer registro dessa presença, marcado pela não existência desses mobiliários. Essas imagens funcionam como disparadoras de uma problemática urbana: o abandono. Situamos o abandono, nesse caso, pela perspectiva da precariedade, ou seja, de uma distância de acesso à moradia enquanto segurança social na cidade.

Os registros em questão mostram o momento da presença, em que se veem os vestígios e objetos de uso doméstico, dispostos com cuidado e asseio. Entretanto, a fotografia não captura nenhum morador, apenas as suas marcas. A disposição dos pertences dessa pessoa ou família lembra a configuração de uma casa convencional, entre cômodos e objetos característicos para cada espacialidade da casa.

Assim, entre lados opostos é como se vissemos dois quartos, com a posição das camas e colchões, mesa de cabeceira, quadros na parede, um espelho, além do volume das cobertas de dormir. Entre os quartos (ou o que se imagina de um quarto) há o espaço da cozinha, centralizado por uma mesa, rodeada por cadeiras e bancos, lixeira com saco plástico, e ainda, diversos utensílios de mesa, entre eles uma fruteira com ovos de galinha. Na mesma parede, armário, porta louças e uma série de pequenos utensílios, além de cabideiro com roupas e mais quadros. É uma configuração que nos provoca surpresa e estranhamento, devido ao cuidado e atenção com que foi produzida, além, ainda, da relação inusitada que todos esses objetos provocam ao estarem dispostos sobre o passeio público.

Pouco tempo depois, um segundo registro, nos mostra a ausência, que evidencia a remoção. Desconhece-se os detalhes e as circunstâncias dessa remoção, todavia, *tudo* o que se vê é um vazio que evidencia, em contraste, a presença registrada anteriormente. O jogo entre uma *presença*, que expõe uma situação de precariedade, e uma *ausência* que indica uma situação de remoção, nos coloca um problema de representação, que é o da distância. Uma presença distante, tanto pelo vazio quanto pela determinação de uma alteridade que é dessemelhante àquele que fotografa. Isso quer dizer que há um sujeito que olha essa configuração pelo lado de quem está fora.

A distância em evidência nessas imagens pode ser decalcada em dois sentidos, como reserva e como estranhamento, sendo que ambos incorrem no problema de representação do abandono enquanto precariedade. O primeiro deles faz lembrar daquilo que pautou Georg Simmel, como aprendemos dos textos clássicos da sociologia urbana, ao qualificar a reserva blasé em meio a vida da metrópole. Ou seja, em meio aos estímulos muito variados experienciados pelos habitantes das grandes cidades, a distância é um gesto preponderante. Ou seja, frente aquilo que se apresenta como diferente, há uma atitude de reserva.

O problema do neoliberalismo enquanto uma ideologia política parece-nos determinante nesse contexto, também. Assim, a forma de incitação a uma individualização privatista e indiferente ao problema do outro se enquadra também nesse sentido de reserva. Uma subjetividade individualizante, que recorta no outro sempre uma distância, diferente de um sentido de vida comum e partilhado é algo determinante nas cidades. Num mundo que se assoma a velocidade do consumo e da competição de mercado, a vida urbana em meio a produção capitalista do espaço é um campo de forças desiguais e alienantes. Essa distância apartada do outro que não existe é marcada por aquilo que Jacques Rancière chama de força da *polícia* como determinante de uma partilha do possível que se apresenta na ordem da exclusão.

Ainda, em outro extremo, o estranhamento decorre de um choque frente a uma configuração doméstica experienciada sobre o passeio público. A prática da vida urbana sem paredes é um escândalo, como vemos no filme *Dogville* [2003], de Lars von Trier, mas, evidentemente, estamos em termos ainda mais delicados, pois tratamos de um contexto de extrema vulnerabilidade. Entretanto, há um estranhamento na percepção dessa configuração que visa reconstituir a memória de um momento de habitação anterior, ainda, expressando o desejo por uma configuração convencional.

Portanto, a partir dessas imagens é possível colocar em debate a profundidade de significação do direito à cidade como um direito universal e sempre em processo, alheio a produção capitalista do espaço em suas contradições e conflitos. Entretanto, até aqui, nos parece que registrar o abandono pela lente daquele que está incluído legalmente no sistema urbano pode produzir de alguma maneira um olhar estetizado e romantizado. Ou seja, um olhar que já se coloca fora do problema. Isso nos provoca a pensar as imagens não mais como representativas de um problema nem como decalque e similaridade com o referente.

Assim, pensamos a situação de abandono de outra maneira, tentando sair do registro da simples representação que a fotografia permite como decalque da realidade. Esse olhar que se ocupa de extrair camadas críticas dessas imagens pode ser restritivo ao estigmatizar uma realidade sempre pelo lado de fora, distante. Caímos no problema de decalcar o abandono enquanto denúncia, vendo-o de longe ou de fora, e até mesmo reduzindo-o a um simples enquadramento da vulnerabilidade. Nesse sentido, não permitimos que outros sentidos sejam pautados.

Pensemos, então, em *montagem*. Diferente de ler uma imagem pelo que ela significa em si, ou ainda, como ela reproduz fidedignamente um referencial, a montagem é uma abordagem que coloca imagens em presença de outras imagens a fim de gerar uma abertura de significados. Uma espécie de estratégia de pensamento e trabalho com imagens, que assomam umas às outras, plurais e contraditórias. Nesse caso, a montagem é um modo para permitir que se abram outros sentidos do abandono.

A montagem enquanto leitura da realidade

O problema da representação do abandono enquanto precariedade, colocado neste texto, encontra ressonância no que Georges Didi-Huberman, em *Imagens apesar de tudo* (2020) discorre sobre o problema de tratar as imagens enquanto símbolo do horror. O autor se refere, neste caso, aos extermínios nazistas em campos de concentração e o problema de sua representação histórica entre imagens. Em suma, apesar da distância profunda dos casos e situações que tratamos aqui, parece-nos que é precisamente aquilo que sentenciou o autor ao olhar para o resto de imagens que sobreviveram de Auschwitz: instantes que nos fazem pensar disparando um “corpus errático de imagens” (2020, p. 43) como campo de resistência, onde nosso problema de representação do abandono se encerra. Ou seja, interessa-nos olhar o abandono na tentativa de abri-lo a outros sentidos possíveis, que possam ser pensados enquanto um corpus errático de imagens, tendo a atenção de não o decalcar enquanto precariedade.

Estamos longe da barbárie dos campos de concentração nazistas, evidentemente. Sabemos bem disso. Mas estamos diante de uma situação de vulnerabilidade, no cerne da barbárie de nossa própria cultura, inicialmente disparada por imagens: o abandono lido por uma situação de extrema desigualdade. Entre aquelas imagens disparadoras apresentadas anteriormente neste texto, procurávamos pelos ícones do abandono, e não nos percebíamos imersos em nossa racionalidade restrita e distante, ocupada por seu próprio ponto de vista.

Querendo *saber*, acabávamos na situação ambígua de simultaneamente pedir muito ou muito pouco às imagens, como estabelece Didi-Huberman (2020, p. 55). Assim, os que pedem muito, ou seja, *toda a verdade*, ao procurar uma verdade absoluta, não percebem que as imagens são inadequadas e inexatas, logo, as imagens sempre fazem cumprir sua condição fragmentária e lacunar. Os que pedem muito pouco, é porque querem transformá-la em documento que ilustra, ícone informativo (2020, p. 58), ou seja, um olhar racional o suficiente para manter-se numa zona segura, reservada, que não se abre aquilo que é desconhecido. Nossa desatenção, neste caso, consiste em hipertrofiá-las com nosso próprio ponto de vista, ora pedindo demais, ora muito pouco.

Para o autor a imagem *surge* onde o pensamento ou a reflexão parecem impossíveis ou em suspensão (2020, p. 52). Percebemos que olhar essas imagens para pensar o abandono, mesmo compreendendo que elas nos indiciam presenças distantes, por um lado, lacunas e vazios, por outro, exige que se coloque o pensamento onde ele parece impossível. Fazer surgir uma imagem não é pautá-la no campo da representação decalcada do abandono enquanto precariedade. Fazer isso impede que o abandono adquira outros sentidos possíveis, dilacerando imagens representativas e identitárias. Ou ainda, como nos diz Reyes, “As imagens em Didi-Huberman buscam sempre esse jogo dilacerante para não se fecharem em imagens identitárias. Transgredir as formas que as imagens produzem não é o mesmo que abandoná-las, mas é operar sobre elas a fim de descobrir novas possibilidades, novas formas.” (REYES, 2022, p. 125). Operemos sobre essas imagens do abandono, portanto.

Olhá-las nos coloca a própria necessidade de que se redirecione o pensamento, forçando-o a assumir uma nova e outra direção. É preciso olhá-las em montagem, portanto. A montagem enquanto método e possibilidade conceitual é explorada por Didi-Huberman ao longo de sua obra de modo recorrente. Ela é um método crítico para o pensamento, que permite associações e relações inesperadas entre significantes distintos, fazendo com que outras possibilidades interpretativas possam surgir em meio aquilo que já está *dado*. Sobretudo, possibilidades políticas, compreendendo que a política é uma tomada de posição, um modo de articulação com o tempo presente, que carrega em si uma vontade de transformação em meio a um horizonte de impossibilidades.

Esse sentido político para as imagens, sobretudo para as imagens urbanas, foi trabalhado por Bittencourt. O autor nos orienta sobre uma atenção do olhar na cidade contemporânea, que reflete na abertura frente a sentidos totalizantes e fechados, compreendidos como imagens sintéticas. “Pensar momentos de ruptura, que nos ajudem a inquietar, tanto o olhar, quanto a própria sistematicidade fechada, representativa e totalizante das imagens e seus enquadramentos de síntese” (BITTENCOURT, 2021, p. 200). Desse modo, fazer com que as posições se reorganizem, orientando o pensamento para uma dimensão criadora e possível, mesmo em meio a horizontes de coerção, perigo ou vulnerabilidade, é uma questão política. O horizonte de impossibilidade, nesse caso, é a articulação hipertrofiada do abandono, que insiste em representá-lo de um modo restritivo, impedindo (ou até mesmo velando) sua dimensão política, no sentido da imaginação de outras possibilidades.

Voltemos à Didi-Huberman, que nos define a montagem como: “o contraste dilacerante, numa mesma e única experiência, de dois planos em tudo opostos.” (2020, p. 51). Em outra obra, o autor nos elabora que a montagem de imagens é uma forma de se fazer cumprir “o contato do pensamento com a imagem” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 271) de pôr em obra e construir, ao modo de um trabalho, contatos inesperados que façam com que o pensamento salte, para além das representações fechadas. A montagem é um processo, portanto, que se constrói junto de imagens, mas que possibilita um pensamento crítico, uma escrita possível, liberadora de sentidos, sempre outros.

A montagem é nossa operação efetiva, nossa estratégia de leitura da realidade, disposta a fazer *saltar* outros sentidos. Ela nos faz pensar, que esse corpus errático de imagens exige, sempre, uma retomada de posição. Ela coloca em jogo a possibilidade de olhar isso de outra maneira. A noção de jogo é muito cara a ideia de montagem, porque ela carrega em si a possibilidade do movimento: a reposição, a virada e a transformação. Em suma, a montagem ajuda produzir saídas. Uma metodologia que faz com que se veja e trabalhe o assunto de outra maneira; assim nos orientando a desdobrar o olhar sobre o abandono.

O abandono ressignificado

Então nos coloquemos na busca por outro tipo de imagem. Não mais imagens daqueles que estão fora dessa realidade do abandono, mas sobretudo, daqueles que estão nela cotidianamente. Aproximemos de algumas fotografias realizadas por moradores em situação de rua, participantes do projeto de extensão *A cara da rua*. Sobre a situação que essas imagens suscitam, nos afirma Daniela Mendes Cidade:

Cada imagem é muito mais que uma simples reprodução de uma cena. Ela traz consigo uma história, uma intenção, um desejo de falar de si onde o real e a imagem poética se confundem. O espaço público é um lugar de exílio para muitas pessoas que se encontram

em situação de rua, transformando a rua em espaço de acolhimento, transformando hostilidade em hospitalidade. (CIDADE, 2018, p. 91).

Assim, diferentemente de um conjunto de imagens que reproduzisse o cotidiano por eles experimentado como moradores em situação de rua, estamos frente a uma outra realidade sonhada, desejada. Isso aparece em reflexos de uma poça d'água onde reconhecemos marcas de uma edificação icônica de Porto Alegre; em fotos que remetem nosso olhar ao céu a partir das verticalidades das edificações; outra que registra a beleza expressa em um sorriso de uma vendedora de guarda-chuvas. O projeto possui uma página na rede social *Instagram*, e apresenta um mural repleto de imagens. Um corpus errático de imagens, que nos possibilita visualizar o desdobramento do abandono enquanto o possível em meio a vida urbana.

A dura realidade vivenciada cotidianamente como condição de vida – moradores em situação de rua – parece não estar presente nesses registros. Pelo contrário, registros que apontam para uma possível saída dessa condição (mesmo que sonhada e desejada) ganham visibilidade como um *grito* de direito à cidade. Retomemos aquilo que se compreende como o direito à vida urbana. Tomemos essa noção a partir de Henri Lefebvre, filósofo francês que dedicou profunda atenção a questão da urbanização capitalista no século XX, tomando a cidade e a vida cotidiana no cerne de sua reflexão. O pensamento de Lefebvre, encarando o urbano enquanto um fenômeno complexo e contraditório, dialético em suma, é determinante para os estudos urbanos críticos no contemporâneo.

Para o autor, em *A revolução urbana* (LEFEBVRE, 1999) o urbano é pensado como uma abreviação para a *sociedade urbana*. Esta última define-se não como algo acabado, ou seja, aquilo que foi moldado pela urbanização capitalista no espaço das cidades, e sim, por uma via em aberto, um caminho em construção, colado à práxis de um cotidiano de apropriação, encontro e criação. Em resumo, o urbano, é o possível, uma espécie de objeto virtual, concreto por um lado, pois já está dado, em materialidade e experiências, utópico, por outro, pois se encontra ainda preso às estratégias de consumo e coerção da sociedade burocrática de consumo dirigido, ao que Lefebvre qualifica nossa própria condição contemporânea. Ele é o possível desde que se contorne ou elimine os obstáculos que o tornam impossível, nos diz Lefebvre (1999, p. 26).

O *real* urbano é aquele lugar em que o possível toma parte, e desse modo lhe dá sentido, ou seja, ele é uma via aberta para o horizonte (1999, p. 49). O direito à vida urbana, mais do que simplesmente o direito à cidade e a seguridade socioeconômica em seus mais diversos espectros, é fundamentalmente o direito ao possível de um horizonte aberto e pleno, em processo. Vejamos a seguir:

Essas imagens em montagem reforçam um outro lugar que não aquele do abandono enquanto representação e denúncia da precariedade. É o que vemos no pequeno panorama dos edifícios que reforçam a paisagem de uma das principais ruas do centro de Porto Alegre (Figura 3; 3a), com sua arquitetura desenhando geometricamente o horizonte, por onde o céu parece escapar, como se fosse alheio a esse recorte de pesados edifícios. Essa tensão entre horizonte e concreto, cidade e céu, é o que parece nos devolver o fotógrafo da rua, num clique de encontros: a cidade que corre apressada por entre o quase centenário Viaduto Otávio Rocha, no coração do centro da capital, é devolvida no silêncio e na beleza de um instante denso.



3a



3b



3c



3d

Figura 3 - Montagem a partir das imagens disponibilizadas pela equipe do projeto A cara da rua. Crédito das imagens: [3a]: Fotografia de Antoniele Campos, da série Olhar Urbano, 2016. [3b]: Fotografia de Jovana Cruz, da série Trabalhadores da rua, 2016. [3c]: Fotografia de Jovana Cruz, da série Trabalhadores da rua, 2016. [3d]: Fotografia de Carlos Eduardo, da série Trabalhadores da rua, 2016. As imagens também podem ser acessadas pelo Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/a_cara_da_rua/



4a



4b



4c

Por sua vez, encontra-se também a energia da pulsação do encontro, o movimento rápido que registra a aventura do mergulho no espiral das lâminas (Figura 3; 3b). Quem não tem na memória o encontro com alguma situação de encantamento, que só o centro da cidade na convergência de seus mais diferentes modos de vida (e luta pela vida) é capaz de nos recortar em experiências visuais singulares. Instante em vias de desaparecimento, salvos do esquecimento quando apresentado no enquadramento rigoroso. O corpo humano é mais do que a dança certa daquele que se lança, entre perigo e urgência, diríamos, na dinâmica da *mostração*; mas é também o olhar distante e sereno de alguns senhores que ora conversam, ora observam, ora simplesmente transitam, habitantes da fotografia, da feira do peixe, da cidade que nos reúne. Tudo isso é atenção devolvida pelo abandono, insuspeita e cotidiana.

Atenção desdobrada também no sorriso da vendedora de guarda-chuvas, (Figura 3; 3c) feliz e gentil ao mostrar suas mercadorias, enquanto vemos, além da massa transeunte, a marca das pegadas dos múltiplos caminhos que se entrecruzam no redemoinho urbano, agitados pelo movimento dos comércios simples, das trocas, dos serviços. É o que nos liga a banca dos pêssegos e seu vendedor de perfil sério (Figura 3; 3d), dedicado ao seu ofício, registrado com brevidade, mas com um olhar sensível de quem busca ver a cidade com profundidade e desejo. Olhar de quem caminha, decidido, em dúvida, até mesmo perdido ou desocupado. Nada sabemos dessas pessoas comuns. Mas tudo que vemos é a energia da centralidade, da diferença, da troca e da negociação, do urbano enquanto uma dimensão de vida comum, de beleza e encontros plenos.

Encontros que se dão como reflexos, de dois lados que se convergem ou complementam-se, quase que em contradição, como vemos na fachada do tradicional Mercado Público espelhado pela superfície fria e moderna do acesso à Estação Mercado do Trensurb (Figura 4; 4a), por onde circulam diariamente milhares de pessoas que vêm e vão de Porto Alegre e proximidades, nessa densa malha metropolitana de contrastes e sobreposições. No fundo há um rapaz que caminha, portando uma mochila, decidido por entre o horizonte de edifícios que perfaz o centro da cidade. O mesmo horizonte balizado pela estrutura da ponte (Figura 4; 4b) que também é como um portal daqueles que vêm e vão, seja das ilhas, seja do interior, seja até de fora, ou de muito longe. É como um portal, uma baliza mágica, um reflexo duro, entre o céu e os homens, numa dança com o horizonte. Como as linhas da torre da Catedral, do semblante das estátuas (Figura 4; 4c), os oficiais, os santos, os ilustres. Insuspeitos do contrato mútuo e silencioso, estabelecido entre aqueles que sonham, confidentes com o céu da cidade, num horizonte urbano de sentidos possíveis para sua própria condição criadora.

O urbano é o possível definido por uma direção de sonho, portanto, concluímos ao nosso modo junto à essa bela formulação de Lefebvre lida em associação com essas imagens. Relembrando, ainda, a definição de Didi-Huberman resgatada anteriormente: *o contraste dilacerante, numa mesma e única experiência, de dois planos em tudo opostos*. Olhando para essas imagens feitas pelos participantes do projeto *A cara da rua*, o que vemos não é senão o contraste dilacerante de dois planos opostos, numa mesma experiência? Vemos a presença do ponto de vista de pessoas que habitam cotidianamente uma experiência de profunda desigualdade, que por outro lado, nos devolvem um horizonte de sonho, de beleza, de pequenas intensidades vistas no real urbano que nos cerca.

São essas pequenas intensidades visuais, capturas rápidas e frágeis, mas que nos devolvem um olhar comum, olhar que sonha e vê aquilo de especial, bonito, aquilo que a qualquer instante corre o risco de desaparecer (ou perecer desapercibido), lembrando a bela definição de Walter Benjamin para as imagens no ensaio “A imagem de Proust [1929], que diz assim: “essa realidade frágil e preciosa, a imagem” (BENJAMIN,

2012, p. 41). Uma definição breve e que nos parece pertinente para olhar as imagens produzidas pelo olhar ressignificado do abandono.

Nesse mesmo ensaio Benjamin discorria acerca da criação das imagens (a *memoire involuntaire*) do escritor Marcel Proust. Esse era o requisito à memória do que se fazia insistir em imagens visuais muito particulares, pelo caráter enigmático de sua presença, sempre profunda. Imagens que suscitam o mergulho numa camada especial, a qual Benjamin qualificou: “não mais isoladamente, com imagens, mas desformes, não visuais, indefinidos e densos, um todo, como o peso da rede anuncia sua pesca ao pescador” (2012, p. 50). É precisamente essa camada profunda que vemos nas imagens que surgem em montagem, devolvidas por nossos fotógrafos da rua. É a camada do sonho que faz pesar a rede e ressignifica o abandono enquanto criação.

Para concluir

Ao longo deste ensaio o abandono foi lido pela perspectiva crítica da montagem de imagens, desdobrando-se em sentidos outros, além daquele decalcado por uma perspectiva representativa de precariedade, que transforma o abandono em ícone de denúncia e vulnerabilidade. Ainda, operamos as imagens para além de um enquadramento, olhando suas camadas profundas, de modo a desdobrar o abandono enquanto criação e sonho. A reposição de um modo de ver e sentir em comunidade, que coloca o imaginar enquanto alternativa estética e política, no horizonte possível do urbano enquanto criador de beleza e sonho.

Isso tudo, ou melhor, esse *apesar de tudo*, é o que vemos através de imagens do abandono pautadas pela inserção no direito a usufruir a vida na cidade, através do deslocamento: de uma condição da precariedade para um horizonte urbano enquanto o caminho possível de abertura. Horizonte estético e político, porque, por um lado, recorta uma experiência sensível, entre imagens, e por outro, recoloca uma existência comum numa posição de inclusão. Essas imagens são estéticas e políticas porque reposicionam modos de ser e estar no mundo urbano ao apresentar sua própria dizibilidade enquanto sonho e criação comum para além de uma situação de precariedade.

Há, portanto, algo que não vemos nessas imagens, sem que se sobressaia uma camada de atenção crítica e política. Nossa tarefa precisa com este texto foi delinear o *peso na rede* que anuncia a pesca ao pescador, lembrando, ainda outra vez os riscos literários de Benjamin. O peso na rede é justamente essa camada do sonho, que cria imagens, algo que decalcamos enquanto sentido possível (e outro) para o abandono. Sentido ainda que cria um caminho possível para o horizonte urbano e comum, através de existências e experiências comuns na cidade contemporânea, que veem, sentem, caminham, amam, sonham e criam. Vivem desde uma posição de diferença e instalam em nossos horizontes, como o brilho de pequenos e frágeis vaga-lumes, a pequena centelha do olhar, fotografando e imaginando possibilidades de resistência e vontade, sempre criadoras.

Referências

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: Obras escolhidas I. *Magia e técnica, arte e política : ensaios sobre literatura e história da cultura. Magia e técnica, arte e política : ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BITTENCOURT, Lucas Boeira. *A imagem aberta da cidade: ou o duplo regime das imagens rasgando as categorias de síntese em Kevin Lynch*. 2021. [dissertação de mestrado], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2021.

CIDADE, Daniela Mendes. Entre a ética e a poética, o ato fotográfico. *PIXO Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 2, n. 5 p. Arquitetura (É) Ética? 86-93, 2018.

COSTA, Luis; *et al.* A intimidade das ruas: fotografia e fronteiras do trauma urbano. *Porto Arte: Revista de Artes Visuais*. v. 26 n. 45. p. 1 – 23, 2021.

CUNHA, Eduardo; CIDADE, Daniela. A Cara da Rua: arte e extensão universitária no ensino fundamental de jovens e adultos em vulnerabilidade social. *Revista Matéria Prima*. Vol. 5 (3): 112 a 120, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A semelhança informe: ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2020.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

REYES, Paulo. *Projeto [não] projeto: quando a política rasga a técnica*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2022.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Abandono e resistência de vidas na escassez em meio à opulência

*HOMELESS POPULATION
Abandonment and resistance of lives
in scarcity in the midst of opulence*

Giuliana Lima Oliveira¹ e Vera Santana Luz²

Resumo

A população em situação de rua, grau extremo de vulnerabilidade, conta com o espaço público para manutenção da própria vida. Sua arquitetura é a confecção de aparatos com sobras, em perpétua urgência. Busca-se, neste artigo, relacionar conceitos de sustentabilidade e formas de sobrevivência desta população, situando o tema em Campinas, cidade paradoxalmente com vocação global. O texto aborda a condição de abandono e desamparo dessa forma de vida no meio urbano, refletindo sobre uma desigualdade social sem precedentes, à mercê das próprias estratégias de sobrevivência, correspondendo a contradições entre escassez e opulência. Mediante análise crítica de referências documentais, bases de dados e observação de campo oriundas, como produto, de uma pesquisa de maior amplitude, objetiva-se neste artigo relacionar algumas categorias predicadas como pacto globais, revelando paradoxos perante realidades impostas pela hegemonia do capital. Aponta-se para a atividade de coleta de resíduos sólidos urbanos como uma possibilidade conquistada por esta população.

Palavras-chave: população em situação de rua e abandono, sustentabilidade, resíduos sólidos, direito à cidade, Campinas.

Abstract

The homeless population, as an extreme degree of vulnerability, has the public space to maintain its own lives. Their architecture is the making of devices from leftovers, in perpetual urgency. This article seeks to relate concepts of sustainability and forms of survival of this population, placing the theme in Campinas, a city paradoxically with a global vocation. The text addresses the condition of abandonment and helplessness of this way of life in the urban environment, reflecting on an unprecedented social inequality, at the mercy of the very survival strategies, revealing contradictions between scarcity and opulence. Through a critical analysis of documents, databases, and field observation, aroused as a product of a broader research, the objective of this article is to relate some categories predicated as global pacts, revealing paradoxes in face of realities imposed by the hegemony of the capital. We point to the activity of collecting solid urban waste as a possibility conquered by this population.

Keywords: homeless population and abandonment, sustainability, solid waste, right to the city, Campinas.

¹ Arquiteta e urbanista pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, Campus Engenheiro Coelho/SP, Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

² Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Introdução

Este artigo versa sobre a população em situação de rua, uma das circunstâncias mais vulnerabilizadas de sobrevivência, sob uma perspectiva que denuncia uma vida insustentável. Na esteira do abandono, talvez seja este contingente o mais sensivelmente descartado como possibilidade de cidadania e direitos, uma vez que nem mesmo o censo nacional do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), baseado em pesquisas por domicílio, atinge este conjunto de pessoas. Em se tratando de arquiteturas do abandono, expõe-se um grau que chega ao paroxismo, pois o desfazer-se não é de construções, bairros ou tecidos urbanos, mas sobretudo de vidas humanas sem lugar. Restam os restos — gente que sobra, seres desassistidos e desconsiderados, a despeito do estatuto legal que prevê seu acolhimento (BRASIL, 2009). Como abrigo, apetrechos são construídos por estas mesmas pessoas, com sobras despojadas de resíduos não desejados pela população formal, em seu sacio ou opulência. A polissemia, neste caso, aponta para sentidos dolorosos do entendimento de um estado de coisas em que afloram nossas escolhas insustentáveis, como comunidade humana.

Ausência de moradia, discriminação recorrente em estabelecimentos, deslocamento em busca de trabalho, falta de escolaridade, condições de trabalho informal, espaço público como local para realização de higiene pessoal, alimentação débil e insuficiente, tempo de permanência nas ruas, são adversidades enfrentadas por esta população, como apontam os censos específicos (BRASIL, 2009; CUNHA; RODRIGUES, 2009). O artigo, oriundo de pesquisa de maior abrangência, fundamenta-se em fontes documentais, referências bibliográficas, cartográficas, acadêmicas e jornalísticas. A partir da investigação e análise crítica, buscou-se estabelecer uma discussão relacionando condições de subsistência da população em situação de rua, conceitos de sustentabilidade e do estatuto legal, tendo como recorte o município de Campinas. Intenta-se, a partir de argumentos sobre desigualdade e exclusão socioespaciais, correlacionar a questão da população em situação de rua, considerando-a um dos fenômenos de maior gravidade do déficit de habitação, com a coleta de materiais recicláveis, pautando-se pela Agenda 2030, pacto mundial para o equilíbrio social, econômico e ambiental.

A investigação referente à cidade Campinas, a partir do predicado no Plano Diretor do município e bases cartográficas, objetivou refletir sobre a visão institucional de sua condição econômica, socioterritorial e urbanística, e como o discurso frente aos impasses e desafios de seu território pode desconsiderar o fenômeno da pobreza e perpetuar desigualdades, segregações e exclusões.

Cotejou-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que preconiza o consumo com responsabilidade social e ambiental, adjacente à análise do panorama dos resíduos sólidos no Brasil, referente a 2020. Paradoxalmente à sua condição de precariedade extrema, é possível demonstrar que a população em situação de rua pode ser um fator na busca por uma cidade mais sustentável, sendo a coleta de materiais recicláveis urbanos, por vezes, um de seus meios de sobrevivência. Esta pode ser considerada como uma atuação socioambiental, mesmo que de caráter atomizado, incipiente e informal. Admite-se que este fenômeno se encontre em estado rudimentar, o que, por si só, seja insuficiente, porque não organizado coletivamente, sem plena consciência de seu caráter ambiental, mas que denuncia instâncias contrastantes entre opulência e escassez nos hábitos urbanos — uma vez que esses “catadores” obtêm seu rendimento através do descarte de resíduos não aproveitados ou convenientemente dispostos para manejo, por camadas mais ricas da população.

À medida que a população brasileira se tornou predominantemente urbana, as condições de vida se degradaram, atingindo, especialmente, as camadas mais pobres e vulneráveis, revelando fenômenos de espoliação (KOWARICK, 1979) e desprovimento de condições de habitabilidade e infraestrutura, acabando por se refletir em uma crise socioambiental; há insuficiência de saneamento básico, recorrência de enchentes, desabamentos, ilhas de calor, poluição do ar, dos solos e dos sistemas hídricos (MARICATO, 2000), o que nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno dos serviços ecossistêmicos (JACOBI, 2003) e a justiça ambiental, do ponto de vista dos mais vulneráveis (SILVA, 2022; ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2007).

As desigualdades sociais na apropriação do território urbano revelam condições de estratificação e espoliação, exaustivamente estudadas por diversos autores (KOWARICK, 1979; MARICATO, 2000; VILLAÇA, 2001), configurando uma urbanização sistemicamente incompleta, em que a população em situação de rua apresenta uma das faces mais vulneráveis, sobrevivendo em condições de extrema pobreza, segregação e exclusão. Desavenças familiares, perda de moradia, desemprego, uso de álcool e drogas, imigração, são algumas das razões de ida e permanência nas ruas, se tratando de um grupo diversificado, que costuma utilizar, de forma provisória ou permanente, logradouros públicos, espaços degradados e centros de acolhida para pernoite, como moradia e sobrevivência (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Pactos mundiais sucessivos em prol da sustentabilidade têm como consenso suprir as demandas atuais sem comprometer a posteridade, pelo reconhecimento dos recursos naturais como finitos (BRASIL, s. d.). No contexto destes pactos, prevalece a noção de desenvolvimento sustentável, a qual alguns autores contestam, colocando como antitética a premissa mesma dos termos, uma vez que desenvolvimento está associado a progresso econômico, cujo modelo hegemônico capitalista se baseia na extração de valor e distribuição desigual na relação capital/trabalho, e na exploração intensiva da natureza (MARQUES, 2016). Seu limite estaria no que se discute como capitaloceno (MOORE, 2022) ou antropoceno, onde o impacto humano no planeta chegaria à alteração equivalente ao de eras geológicas (VEIGA, 2019; IGBP, 2015).

O mais recente pacto consensuado pela ONU — A Agenda 2030 — busca objetivos concretizáveis temporalmente estabelecidos, que se definem como 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015), que pretende um contrabalanço equilibrado entre ambiente e ação humana. Corroborando com a revisão do escopo do desenvolvimento sustentável e dos 17 ODS, Johan Rockström e Pavav Sukhdev (STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE, 2017) propõem a articulação entre ambiente, equidade social e economia de modo hierárquico, considerando que a biosfera, como sistema mais amplo e complexo, abrange o âmbito menor da sociedade como somente um subsistema, e que a economia, por sua vez, é apenas um elemento das atividades humanas, em âmbito ainda mais inferior.

Sustentar uma vida digna com qualidade parece algo muito distante da população em situação de rua, a qual tem sua própria sobrevivência e garantia de direitos ameaçados diariamente, em contraste com os marcos legais instituídos desde a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Um ponto de inflexão se deu somente a partir da Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) e pelos censos deste segmento, em particular a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (CUNHA; RODRIGUES, 2009). A despeito da institucionalização deste contingente, sua proteção como existência humana muitas das vezes se resume a um mero anteparo de papelão e a apropriação do espaço público (MOROSINI; STEVANIM, 2016). Há indicações, contudo, de que alguns extratos desta população, paradoxalmente, presta um serviço importante para a reciclagem de resíduos sólidos, pela coleta no meio urbano (MNCR,

2020; 2021; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, s. d.). Estas duas condicionantes expõem o contraste tangível entre abundância e desprovimento. Como exemplo de organização coletiva no Brasil, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) tem como missão minimizar o impacto ambiental, aumentar a vida útil de materiais e construir uma sociedade mais justa e sustentável. O ofício de reciclagem é instrumento que colabora na inserção socioeconômica de indivíduos e para a solução do lixo urbano (MNCR, 2021; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, s. d.).

A consideração da população de rua, historicamente, como pedintes-desocupados, foi desmitificada pelo I Censo Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado entre 2007 e 2008. A pesquisa contabilizou 31.922 pessoas em condição de rua e revelou que 70,9% desses indivíduos exerciam alguma atividade remunerada, em contraste aos 15,7% que tinham a mendicância como única forma de sobrevivência. Dos serviços prestados, 27,5% trabalhavam com reciclagem de resíduos (CUNHA; RODRIGUES, 2009), um contingente expressivo.

Segundo Lima (2018, p. 26-28), a partir de dados do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) — previsto na Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) —, que funcionou de 2011 a 2014, a população de rua é um dos grupos que mais tem seus direitos violados, com registro de 2.743 casos entre 2011 e 2014, predominando a violência física (34%) e a violência institucional (23,8%) — como abuso de autoridade, violência policial, omissão, recusa de atendimento, demora excessiva/desídia, compondo 86,8% dos registros —, seguidos pela negligência (16,2%), a violência psicológica (15,9%) entre outras (10%). Estes indicadores evidenciam que ocorre algo mais grave do que o abandono e o descaso, mas sim o que seria um verdadeiro rechaço ativo frente a estes indivíduos.

Este artigo, ao abordar a situação de emergência e precariedade em que vive a população em situação de rua, visa apontar algumas indicações de como esta população tem sobrevivido no meio urbano, em contraste ao preconizado no pacto internacional, como meta planetária, e ao estatuto legal desenvolvido, que indicam uma suposta qualidade de vida assegurada. Busca-se evidenciar traços da capacidade de adaptação e resiliência dessa população, que revela a luta por inclusão e dignidade, com implicação socioambiental, muitas vezes invisibilizada.

No Brasil, as atividades de coleta, triagem e destinação de resíduos sólidos urbanos são um campo aberto a múltiplas possibilidades, cujas potencialidades encontram-se embrionárias. Como geração de renda, inserção no mercado de trabalho, conscientização social e serviço ambiental urbano, muitos caminhos estão por se configurar ou fortalecer. Temos como premissa, corroborando com os marcos legais instituídos, que processos que articulem dois graves problemas — a limpeza urbana e a reciclagem de resíduos e a população em situação de rua — venham a ser poderosos para a criação de metodologias pedagógicas, programas de ação e organização popular, seja pela promoção do estado ou de organizações não governamentais, no sentido de fortalecer vínculos interclasses e auxiliar na construção de cidadania, cujo território compartilhado é a cidade (BRASIL, 2009; 2010), como expressão máxima de nosso projeto civilizatório. Este estudo aponta para a potencialidade em articular esta população, de modo sistematizado, aos serviços de natureza socioambiental de coleta de resíduos, como potencial forma preliminar de sua inserção social, em moldes de dignidade.

Cidadania de papelão

A atuação dos catadores de resíduos sólidos surge no exacerbado processo de consumo e geração de resíduos, como ponta de um *iceberg*, no campo do que Belluzzo e Galípolo (2019) conceituam como a “escassez na abundância capitalista”. A atividade dos catadores, se considerada como um serviço social, ambiental e econômico, possibilita a inserção, mesmo que predominantemente informal, no trabalho, para geração de renda, e uma contribuição “silenciosa” ao ambiente urbano. A população em situação de rua, buscando alternativas de sobrevivência, faz parte dos agentes que trabalham com reciclagem (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, s. d.; MNCR, 2020); compõem a massa excluída, que encontra, na coleta de lixo reciclável, um meio de sobrevivência. São pessoas pobres, que vivem da pior maneira em meio a resíduos, que lhes podem fornecer um sustento precário, mesmo que expostas a doenças e ao agravamento da condição de vida, último grau do que Santos (2018) teoriza como circuito inferior da economia. Paradoxalmente fazem, de modo pulverizado e por vezes não organizado, um serviço urbano fundamental. Se articulam, como massa de trabalhadores informais, ao que Ruy Braga (2012, p. 187) denomina como precariado pós-fordista periférico.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) tem buscado a valorização, reconhecimento e inclusão dessa atividade, de forma mais justa e organizada. Em dados de 2020, se contabilizam 1.547 catadores registrados no país (MNCR, 2020). Paralelamente, durante o Simpósio sobre Dignidade no Trabalho de Reciclagem para Inclusão Social, se expôs que, no Brasil, há uma estimativa de 800 mil a 1 milhão de catadores de recicláveis, sendo que grande parte se encontra em situação de rua, em condições desumanas e exploradas, sendo os catadores responsáveis por quase 90% da coleta de materiais recicláveis. Entretanto, em relação à renda e lucros, estes ficam somente com uma pequena porcentagem, resultando em uma desigualdade sem precedentes (FERREIRA, 2019).

A população em situação de rua tem construído sua própria possibilidade de cidadania de papelão e plástico. Sem moradia, costumam usar papelão, lonas plásticas e outros expedientes provisórios, como abrigos precários de proteção diária (MOROSINI; STEVANIM, 2016; OLIVEIRA, 2022). Estes indivíduos, quando não filiados a organizações, realizam atividades mal pagas e em condições insalubres (FERREIRA, 2019). Medidas sanitárias e de bem-estar humano são estratégicas para conter a proliferação de doenças advindas dessas atividades, cujos materiais, se não devidamente coletados e destinados corretamente, contaminam o ar, o solo e as águas superficiais e subterrâneas; entretanto, é pouco estudada a vulnerabilidade dessas pessoas em sua exposição (SIQUEIRA; MORAES, 2009), o que, com o advento da pandemia de COVID-19, só fez recrudescer (FIOCRUZ, 2020).

O Brasil apresenta relativamente alto índice de reciclagem — considerando os benefícios ao meio ambiente e a geração de empregos informais — e se destaca como líder mundial em reciclagem de embalagens de agrotóxicos, perfazendo uma proporção de 80% neste tipo de resíduo em relação a outros países que estão, de modo geral, abaixo de 75% (PENSAMENTO VERDE, 2013).

O quadro legal e institucional federal relativo à população em situação de rua é bastante estruturado, necessitando da aderência das entidades federativas estaduais e municipais; no entanto, a depender da gestão, medidas higienistas excludentes são realizadas, como despejos de sua permanência em locais públicos, aplicação de jatos de água, mesmo em dias de baixas temperaturas, confisco de colchões, dentre outras, como atitudes que agravam conflitos socioespaciais urbanos, desrespeitando os direitos sociais garantidos pela legislação (BRASIL, 1988; BRASIL, 2009; MERELES,

2017).

Considerações sobre o desenvolvimento sustentável como meta

Não obstante a contradição dos pactos mundiais, no que tange a sua efetivação, o debate sobre a noção de desenvolvimento sustentável e destes acordos engloba, desde a crítica pela ausência de governabilidade efetiva — pois não constituem um sistema de leis internacionais, tão somente de recomendações (VEIGA, 2013) —, à consideração da dicotomia entre os termos desenvolvimento e sustentabilidade, como antagônicos perante o processo de produção capitalista (MARQUES, 2016). Estes compromissos enfrentam conflitos perante a necessidade de profunda alteração civilizatória de paradigmas da modernidade ocidental, perante a ultrapassagem de limites de ordem climática, dos ecossistemas e da própria geologia da Terra (IGBP, 2015; VEIGA, 2019; LATOUR, 1994). Determinados autores advogam que a crise ambiental e climática, como limiar de nossa era, somente seja passível de entendimento mediante a compreensão dos limites da relação indissociável entre processos de emancipação política, derivados de um quadro de abundância material. (CHARBONNIER, 2021).

Diversos autores reiteram que, à luz das hipóteses de desenvolvimento sustentável, a relação entre o exponencial crescimento populacional e a concentração econômica no sistema capitalista, haveria contradição entre os termos desenvolvimento e sustentabilidade, o que impediria, de per se, o alcance dos objetivos e metas sustentáveis (MARQUES, 2016; MARTINEZ-ALIER, 2014; BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019; PRATES, 2020).

Ignorar os limites ambientais se reflete na incapacidade de regeneração dos sistemas planetários. Relatório da WWF-Brasil (BECKER et al., 2012), perante a Pegada Ecológica planetária de 2,7 hectares globais por pessoa (gha/capita) e biocapacidade de 1,8 gha/capita, calculou que a Pegada Ecológica média do Estado de São Paulo — que concentra 33% do PIB do país — é de 3,52 gha/capita e a biocapacidade de 1,33 gha/capita. Ou seja, seria necessário haver quase o dobro do planeta disponível para este padrão de consumo, se o mundial fosse análogo. Na capital, os índices são correspondentes à biocapacidade de 0,04 gha/capita e ao valor de 4,38 gha/capita de pegada ecológica, portanto 25% maior que a do Estado de São Paulo e 50% maior do que a brasileira (a Pegada Ecológica do Brasil corresponde a 2,90 gha/capita e a biocapacidade a 9,36 gha/capita). A Pegada Ecológica, como metodologia, possibilita avaliar a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Desdobrada em classes de consumo corresponde, no estado de São Paulo, a 38% relativos a alimentos, 23% a bens, 14% à mobilidade, 8% à formação bruta de capital fixo (FBCF), ou seja, ativos de longa vida, 6% à moradia, 6% a serviços e 5% a governo (BECKER et al., 2012, p. 22).

Os pactos internacionais para o desenvolvimento sustentável têm implementado objetivos e indicadores em vista da sobrevivência humana, até recentemente podendo ser considerados predominantemente com viés antropocêntrico em relação aos ecossistemas, cujo propósito seria garantir que todas as pessoas pudessem viver em um ambiente saudável, com dignidade e igualdade, incluindo as futuras gerações (BRUNDTLAND, 1987). Estes preceitos buscam alinhar o equilíbrio socioambiental e a gestão da natureza, entendidas como recursos para as necessidades humanas (UNITED NATIONS, 1973), considerando que “os seres humanos estão no centro das preocupações para o desenvolvimento sustentável”, conforme concepção da Cúpula do Rio, em 1992 (RIO-92 apud BRUNO, 2015, p. 71). Tendo em vista as mudanças climáticas e demais fatores de desequilíbrio ambiental, a Agenda 2030, implantada em 2015, tem como desdobramento os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) e 169 metas correspondentes, propostos de modo articulado, tendo em vista o equilíbrio social, econômico e ambiental (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).

Considerando o alcance limitado, porém prático, da concertação mundial, a população em situação de rua, relacionando-se com os objetivos da Agenda 2030, encaixar-se-iam direta ou indiretamente em quase todos os ODS. O Objetivo 1, voltado para erradicação da pobreza, é reconhecido como maior a ser alcançado e indispensável. Visa a igualdade no acesso a serviços básicos, recursos naturais e econômicos, direito à propriedade, bem como o controle sobre a terra. Os ODS determinam a erradicação da fome, conferir segurança alimentar, vida saudável e nutrição, promover o bem-estar, o crescimento econômico, emprego pleno, produtivo e decente, assegurar a educação ao longo da vida, a igualdade de gêneros, a gestão sustentável de água, saneamento, energia, produção e consumo sustentáveis, empoderar as mulheres e meninas, reduzir as desigualdades, e tornar os territórios, bem como as comunidades, inclusivos, seguros e acessíveis à justiça. Todos os propósitos dos ODS têm implicação direta perante as mudanças climáticas, e em direção a uma sociedade que possa perdurar, preservando o meio ambiente (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).

Nesse contexto de pactos legais, apresenta-se Campinas, como território de nosso estudo de caso. Verifica-se que esta cidade dispõe de circunstâncias que induzem e/ou complementam a precariedade socioespacial no meio urbano.

Cidade de Campinas

Campinas, cidade do interior do Estado de São Paulo e sede da Região Metropolitana homônima, com população de 1.223.237 habitantes estimada para 2021 (IBGE, 2021), contempla área de 794,571 km² e se mantém como a 14ª cidade mais populosa do país e a segunda da lista, excluindo as capitais. Em relação ao desenvolvimento humano, o município está entre o 1% com índices mais favoráveis do país, apresentando-se com o grau de 0,805 relativo ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), em dados de 2010, considerado como muito alto (IBGE, 2010). O segmento de IDH-M Renda se apresenta com o índice de 0,829, o IDH-M Longevidade corresponde a 0,860 e o IDH-M Educação equivale a 0,731, em valores referentes a 2010 (ATLASBR, 2010).

No mesmo ano, a saber, 2010, Campinas apresentava o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 0,277, o que se situa na faixa de vulnerabilidade baixa, se desdobrando em: IVS Infraestrutura Urbana de 0,404 (alto), IVS Renda e Trabalho de 0,188 (muito baixo) e IVS Capital Humano de 0,238 (baixo) que, em seu conjunto, representam um estado de prosperidade social muito alto (IPEA, 2010). De acordo com o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) referente a 2018, Campinas está classificada no grupo Dinâmico, relacionado a níveis de riqueza elevados e que alcança bons níveis de indicadores sociais — no âmbito de longevidade e escolaridade (médio/alto) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

Segundo a Política de Assistência Social de Campinas, o território do município é dividido por regiões, compreendendo a região Norte com 18% dos habitantes, a Sul, com maior proporção populacional, correspondente a 27%, a Leste, relativa a 21%, a Noroeste com 11% e a Sudoeste, com 22% da população (CAMPINAS, s. d.). Em 2019, o PIB per capita de Campinas foi de R\$ 54.238,07, equivalente ao total de R\$ 65.874.912.960,00 — superior às cidades de Guarulhos e Santos —, se destacando, em primeiro lugar, o setor de serviços, com R\$ 39.748.233.190,00 (IBGE, 2019). Por outro lado, Campinas apresentou o Índice de Gini, relativo a 2010, equivalente a 0,56, caracterizando a desigualdade da distribuição de renda sobre o território (CAMPINAS, s. d.).

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021 (PMAS) (CAMPINAS, s. d.), o contraste da desigualdade de acesso a rendimentos é significativo nas regiões Sudoeste e Sul, no seguimento até 1 salário-mínimo e de pessoas sem renda. Em contrapartida, a região Leste contempla incidência de salários mais altos, em destaque nas categorias sucessivas de 5 a 20 salários-mínimos. O referido Plano aponta a porcentagem, por ocasião do Censo do IBGE de 2010, de 27.209 pessoas abaixo da linha de pobreza, com renda até 5 salários-mínimos mensais, para pobres e ¼ de SM para os extremamente pobres, indicando que estes números aumentaram, em dados de 2017, “considerando o processo de redução da inserção no mercado de trabalho formal, intensificação da desocupação, subutilização da força de trabalho e aumento da informalidade, [onde] a população está com menos renda e com menor capacidade de consumo de bens e serviços”. (CAMPINAS, s. d., p. 17).

De forma geral, os dados refletem a relevância da escala do número de habitantes do município de Campinas, a riqueza presente, bem como a desigualdade na distribuição e acesso à riqueza, implicando diretamente na qualidade de vida da população e como esta tem se distribuído no território, mediante as diversas formas de estratificação socioespacial.

Plano Diretor de Campinas: desenvolvimento versus sustentabilidade

A política de desenvolvimento urbano se dá por meio do Plano Diretor Estratégico do Município de Campinas, que “define diretrizes para as políticas setoriais e prevê os instrumentos urbanísticos para a sua implementação e para a gestão de todo o território” (CAMPINAS, 2018, art. 1º). O Plano Diretor, ao ser responsável por induzir o cenário para décadas seguintes, preconiza integrar o processo de planejamento municipal de Campinas, sob os seguintes princípios:

- [...] I - função social da cidade, que compreende o atendimento às necessidades essenciais dos cidadãos, visando à garantia da qualidade de vida e ao bem-estar da população, por meio da oferta justa e equilibrada de infraestrutura e serviços, moradia digna, espaços públicos, trabalho e lazer;
- II - função social da propriedade, que compreende o uso da propriedade urbana e rural, visando ao bem-estar coletivo, à redução da terra ociosa e à distribuição equilibrada de usos no território, cumprindo as exigências fundamentais de planejamento, ordenamento e gestão da política do território;
- III - direito à cidade, que compreende o direito de todos os habitantes de acesso às oportunidades da vida urbana, às vantagens econômicas, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à diversidade sociocultural e à participação ativa da gestão urbana;
- IV - desenvolvimento sustentável, que compreende a promoção do pleno desenvolvimento socioeconômico do município de forma justa e ambientalmente equilibrada, com utilização racional dos recursos naturais, a fim de suprir as necessidades atuais, sem comprometer as futuras gerações;
- V - acessibilidade, que compreende o pleno acesso à cidade, aos seus espaços, serviços, equipamentos urbanos e sistemas de informação, reconhecendo a diversidade e as necessidades dos cidadãos, para garantir sua maior segurança, autonomia e qualidade de vida; [...]. (CAMPINAS, 2018, art. 2º).

O Plano Diretor define, como primeiro princípio, a função social da cidade, visando atender as necessidades de interesse comum em articulação com a função social da propriedade, o direito à cidade, o desenvolvimento sustentável e a acessibilidade (CAMPINAS, 2018, art. 2º). A recomendação da qualidade de vida, do bem-estar da população, do desenvolvimento socioeconômico de forma equilibrada, visando a garantia da sustentabilidade, de acesso aos serviços, bem como aos sistemas de informação, prevê um meio urbano de inclusão de todos.

Os objetivos do PD propõem “tornar a cidade mais saudável” por meio de acessibilidade, inovação, inclusão, redução das desigualdades e da segregação socioespacial, o acesso para todos à moradia, à urbanização de qualidade com infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos, além da atratividade econômica, assegurando tanto emprego como renda à população (CAMPINAS, 2018, art. 3º). Tais preceitos corroboram para a idealização de suprir as necessidades de interesse comum, porém, um duplo sentido aflora em relação às diretrizes, como apresentado a seguir:

- [...] VII - promoção do Desenvolvimento Orientado pelo Transporte - DOT, com indução da ocupação de áreas vagas, do adensamento e da mescla de usos ao longo da Rede Estrutural de Mobilidade e priorização dos investimentos públicos em infraestrutura;
- VIII - definição de diretrizes de ocupação para áreas com potencial para grandes empreendimentos com impacto na estrutura urbana;
- IX - incentivo a novas centralidades e fortalecimento das já existentes vinculadas à Rede Estrutural de Mobilidade; [...]
- XX - ampliação dos programas de inclusão social e de geração de postos de trabalho, emprego e renda;
- XXI - reserva de áreas adequadas para atividades econômicas, especialmente ao longo das rodovias e nos Polos Estratégicos de Desenvolvimento;
- XXII - fomento de atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e científico e à logística, visando à consolidação de Campinas como metrópole inovadora e tecnológica; [...]. (CAMPINAS, 2018, art. 4º)

O discurso de cidade inclusiva, acessível, inovadora e sustentável é previsto a partir do Desenvolvimento Orientado pelo Transporte (DOT), o que prenuncia o desenvolvimento da cidade por meio da Rede Estrutural de Mobilidade. Indica adensamento, ocupação de áreas com potencial para grandes empreendimentos, diversidade de usos, novas centralidades e atividades econômicas correspondentes aos eixos de fluxos, bem como polos e redes sistêmicas de atratividade para o município. Ao proclamar a geração de empregos, sob a perspectiva de metrópole inovadora e tecnológica, ratifica-se a estrutura de prosperidade econômica da cidade, tendo como base o desenvolvimento tecnológico, científico e logístico (CAMPINAS, 2018, art. 4º).

Esta estruturação territorial tencionaria instrumentos para tornar o município propício para investimentos concentrados a partir dos fluxos, supostamente direcionando a aplicação de recursos públicos nestas infraestruturas. O Ordenamento Territorial de Campinas, atrelado ao DOT, como elemento estruturador, fundamenta a expansão econômica e induz onde ocorrerá e se consolidará a urbanização da cidade. As centralidades são elos que interligam as vias por meio do Eixos do DOT, para que ocorra o desdobramento do desenvolvimento pretendido pelo Plano Diretor. Nas diretrizes das centralidades, destaca-se:

- I - incentivo a tipologias de uso misto, com fruição pública e fachada ativa, estimulando a integração entre espaço público e privado, por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos;
- II - estabelecimento de altas e médias densidades construtivas e

- habitação e usos mais intensos;
- III - valorização das áreas públicas para o convívio de pessoas, priorizando pedestres, ciclistas e usuários do transporte público em detrimento do automóvel;
- IV - priorização da ampliação e recuperação de calçadas, com adaptação para circulação de pessoas com deficiência e padronização do mobiliário urbano;
- V - priorização da ocupação de imóveis privados não edificadas, não utilizados ou subutilizados;
- VI - priorização da localização de equipamentos públicos de maior abrangência;
- VII - desenvolvimento de programa de arborização urbana adequado às praças, calçadas e passeios públicos, prioritariamente com árvores nativas regionais;
- VIII - incentivo à implantação de empreendimentos e ações de impacto positivo na requalificação ambiental. (CAMPINAS, 2018, art. 22º)

As vias articuladas às centralidades referidas, além de pretender a atratividade econômica, predicam qualificação do espaço urbano, o que poderia favorecer os habitantes dessas localidades; ao revés, poderiam condicionar pressões de gentrificação, mediante a priorização de investimentos públicos e privados e valorização imobiliária espoliativa. A facilitação da vida cotidiana, por meio da fruição pública e da fachada ativa, tornaria o deslocamento pela cidade aprazível, incentivando a permanência nos espaços públicos; entretanto, a realidade dos espaços comuns a todos, em que se nota a presença de pessoas em situação de rua, a precariedade das habitações, a busca pelo sustento por meio do trabalho informal, dentre outros fatores presentes na cidade, nos impulsiona a questionar esta transformação urbana proposta, como indutora de desenvolvimento e, em simultaneidade, de desigualdade de oportunidades.

As distâncias de deslocamento no território fragmentado e segregado de Campinas elevam o custo de vida dos mais pobres. Entretanto, sua economia desperta a constante migração, sendo esta convergente com a demanda presente (QUEIROGA; BENFATTI, 2007). Conforme Milton Santos (1990), corresponde a este tipo de desenvolvimento o sistema de engenharias como resultado da produção e do consumo, que produz um novo espaço, sob a ótica da ciência, tecnologia e informação. Santos (1990, p.184), ao abordar a “involução metropolitana”, defende que a metrópole passa a ser polo de atratividade para os mais pobres, porém a cidade não atende à demanda dos empregos formais, deixando-os à mercê do trabalho mal pago e em condições de vida precária. O desenvolvimento econômico brasileiro está constantemente atrelado à desigualdade social e espacial. Essa discrepância é acentuada, tanto pelos recém-chegados em ondas migratórias às cidades, quanto por uma considerável parcela da população existente.

Campinas, na perspectiva de predominância dos interesses privados e de fluxo de mercadorias, determina seu pleno desenvolvimento econômico por meio do sistema de transporte rodoviário, sendo passível de reproduzir desigualdades sem precedentes em seu território. A função social da cidade tende a estar subordinada a pressões de gentrificação pelos valores expressivos do solo, principalmente nas centralidades, submetendo a população mais pobre a residir em áreas periféricas da cidade, que muitas vezes encontra-se com falta de infraestrutura urbana, atrelada à baixa qualidade de vida.

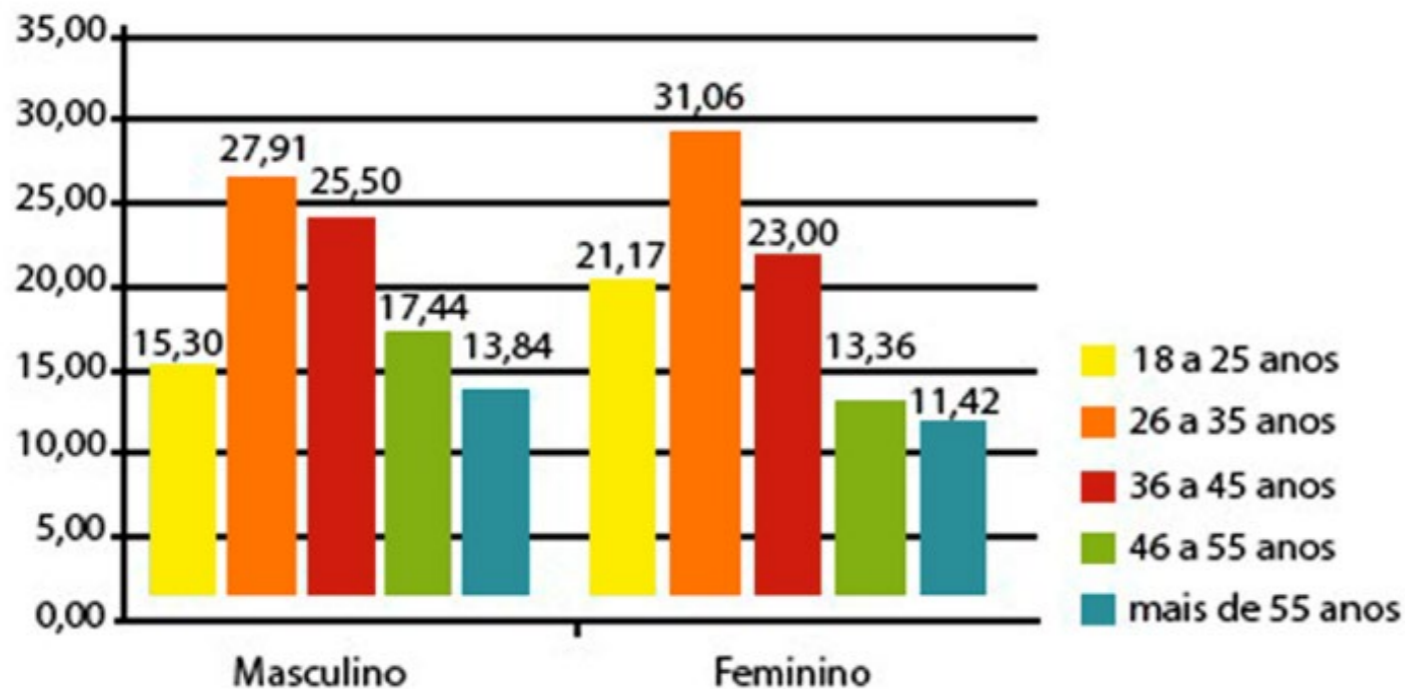


Figura 1 - Estimativa da população em situação de rua conforme faixa etária e gênero no Brasil em 2009. Fonte: Elaboração própria a partir de I Censo e Pesquisa Nacional sobre População de Rua (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Disponível em: <https://pabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/052.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Em paralelo ao discurso de inclusão, acessibilidade, inovação e sustentabilidade, surgem questionamentos a respeito da população em situação de rua, na qual houve acréscimo, entre os anos de 2016 e 2019, de 623 para 822 pessoas (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, 2020). Encontram-se em estado de urgência nas ruas, à mercê de suas próprias estratégias de sobrevivência. Mais recentemente, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos de Campinas quantificou o aumento de 13,4% desta população, entre 2019 e dezembro de 2021, contabilizando o total de 932 indivíduos. Sua localização é predominante na região Leste, que abrange o Centro, com 50,72% do total, sendo que somente 19,3% utilizam serviços de acolhimento. A porcentagem de 90,2% tem entre 18 e 59 anos, 42% têm estudo fundamental incompleto, 41,8% não recebem qualquer benefício e 20,1% declarou que está nas ruas há mais de 10 anos, e 46,6% assim se encontram entre 1 a 10 anos, revelando a gravidade da situação (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, 2021).

População em situação de rua: uma forma de resistência ao abandono

Segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (CUNHA; RODRIGUES, 2009), em 2009, cerca de 78% das 31.922 pessoas que se encontravam em situação de rua, assim estavam no período entre 2 e 5 anos, revelando que estes indivíduos podem passar facilmente da condição temporária para permanente, nas ruas. Os motivos da situação de rua relativos ao desemprego foram apontados por 29,8% desse contingente, dos quais 70,9% realizavam alguma atividade remunerada. Em relação aos demais motivos, o alcoolismo e as drogas foram apontados por 35,5% e, as desavenças familiares, por 29,1%.

A pesquisa aponta que a faixa etária da população de rua é, em grande medida, jovem, como mostra a Figura 1, a seguir, e encontra-se economicamente ativa para o mercado de trabalho. É destacável a predominância do gênero masculino, composto por 82% do total, portanto, somente correspondente a 18% do gênero feminino.

A condição ocasionada pela falta de moradia se revela na proporção de 46,5% de pessoas, que pernoitam no espaço público urbano, e 43,8% em albergues. A higiene

peçoal realizada nas ruas é indicada por pouco mais que 30% das pessoas. O mesmo percentual se refere aos que possuem algum problema de saúde. A baixa escolaridade é refletida nos 63,5% que não conseguiram terminar o 1º grau e 25,4% que não sabem ler e escrever ou assinam apenas o próprio nome. Em relação à posse de documentos, 24,8% não possuem identificação e 61,6% não exercem seu direito eleitoral. Com respeito a refeições, 79,6% fazem uma refeição por dia e 19% não se alimentam todos os dias (CUNHA; RODRIGUES, 2009). Muitos passam fome, o que é expresso em calorias consumidas, no total de 24%.

A estimativa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobre a quantidade da população de rua no Brasil, afirma que a realização de censo regular sobre este contingente permitiria conhecer melhor suas condições e necessidades. A pesquisa se debruçou sobre 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas). O resultado obtido foi o total de 101.854 mil pessoas em situação de rua (NATALINO, 2016). Desde 2009, é solicitado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inclusão da população em situação de rua nos censos demográficos (BRASIL, 2009). Foi, por sua vez, realizado um teste na cidade do Rio de Janeiro, a partir do qual foram apontadas diversas dificuldades, como: a ausência de endereço fixo, a logística de campo, a metodologia de abordagem aos entrevistados, entre outras (MERELES, 2017).

O Cadastro Único — programa que identifica famílias de baixa renda —, em 2019, disponibilizou dados mais recentes sobre essa população. Indicou 119.636 mil pessoas em situação de rua cadastradas, sendo notável seu crescimento. O cadastro permite o acesso desta população aos serviços institucionais (CORTIZO, 2019). É válido ressaltar que, em 2009, 88,5% das pessoas em situação de rua não se encontravam filiadas a programas sociais nem recebiam qualquer benefício do estado (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

A tendência à permanência nos logadouros públicos ou à superação dessa condição compreendem experiências de vida que se fragmentam “em pequenas negociações diárias, escondendo muitos processos de exclusão e violência, tornando a miséria um espetáculo urbano bastante presente nas micro relações da cidade” (CUNDA; SILVA, 2020, p. 12). Neste cenário, Barros (2004, p. 1) afirma que pode ser “uma imensa miragem, de uma imagem fantástica e fantasmagórica de uma cidade que se desmancha”, reiterando que:

Treinar o olhar para perceber onde estão os lugares de acolhimento é como treinar o olhar para ler uma cidade pelo seu avesso, através daquilo e daqueles que estão fora do que consideramos “cidade”, na sua dimensão civilizatória, pública e política. Desta forma é como se perscrutássemos as entranhas da cidade e de seu duplo, a política, para achar o que está escondido por trás dela e ao mesmo tempo é estruturante neste esconder-se/revelar-se. Descobrimos então nesta cidade oculta uma verdadeira rede de atendimento, com uma geografia e uma lógica de funcionamento próprias. Achamos em meio a estes escombros uma cidade invisibilizada para os que estão fora dela e, dentro dela, homens e mulheres igualmente invisíveis e silenciosos caminhando por esta rede de acolhimentos, normas e valores, regras e acordos entretecidos nestas ruínas (BARROS, 2004, p. 1).

Ao desenvolver estratégias de sobrevivência nos avessos da cidade, estes sujeitos podem apresentar rudimentos de organização própria e conquistas, como o Movimento Nacional de Luta e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua (MNPR,

2010), a Associação Rede Rua (2022) e o jornal O Trecheiro – Notícias do Povo da Rua (2022). No entanto, os estigmas que marcam as formas como sobrevivem essas pessoas, reduzem a compreensão sobre as estratégias de subsistência, frente às adversidades enfrentadas nas ruas, por este contingente.

Resíduos sólidos como alternativa de sobrevivência: o abandono e o resgate dos restos

Diminuir o consumo, priorizando a durabilidade, é uma forma de compreender que os recursos naturais são finitos. A recusa de mercadorias que degradam o meio ambiente por sua produção, bem como a reutilização, no sentido de estender a vida útil dos objetos e a reciclagem, interferem diretamente no consumo de matérias-primas, energia e água (VGR, 2018; TCU, 2017). Essas ações, quando individuais e de pequena escala, têm implicação direta na vida coletiva, porém não são suficientes perante a lógica da produção industrial (SIQUEIRA; MORAES, 2009).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (BRASIL, 2010) tem princípios orientados aos objetivos de proteger a saúde pública e assegurar a qualidade ambiental, definindo que a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos seja atribuída, de modo compartilhado, ao poder público, às indústrias, aos importadores, distribuidores, fabricantes e comerciantes, buscando reduzir a geração de resíduos sólidos no meio ambiente (BRASIL, 2010, art. 6º e 7º). Por meio desta lei e da regulamentação da gestão dos resíduos industriais através da aplicação da Rede 5R's, é recomendando o consumo responsável social e ambientalmente e a redução da poluição, tendo como desafio o reaproveitamento dos resíduos, como recursos, pela rede metodológica de repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar, como possibilidade de geração de emprego e renda (FONSECA; CAMPOS, 2012). Entre as ferramentas associadas ao desenvolvimento sustentável, a política dos 5R's é uma metodologia bastante simples, cuja raiz tem, como fundamento, reduzir o consumo e descarte excessivos, como processo de conscientização e responsabilidade ambiental.

Atuações em prol de um futuro comum, perante os impactos do desenvolvimento, nos levam necessariamente a uma nova postura ética e ao engajamento na preservação ambiental, em que se incluem, não somente, a conscientização do consumo responsável e o descarte apropriado de resíduos, mas uma ampla conduta pela sustentabilidade da vida humana como integrante da biota e da disponibilidade recursos naturais para todos os seres vivos. Neste quadro, o estatuto legal deve ser um fio condutor (OLIVEIRA, 2012; ROCHA et al., 2018) em que direitos humanos e diretos ao/do ambiente se entrelaçam (GUDYNAS, 2019).

O panorama dos resíduos sólidos, realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), em 2020, registrou, entre 2010 e 2019, um crescimento de 24% da cobertura de coleta de resíduos no Brasil, perfazendo de 58,7 milhões para 72,7 milhões de toneladas; destes, a destinação adequada passou de 56,8% para apenas 59,5% e a destinação inadequada se alterou de 43,2% para 40,5%, o que representa uma constância relativa nos números relativos, apesar do acréscimo significativo da tonelagem total (ABRELPE, 2020). No que diz respeito à iniciativa de coleta seletiva, a região Sul apresentava maiores índices desta atividade, correspondentes a 76,2%, no ano de 2010, alcançando 90,9%, no ano de 2019.

Em contrapartida, a região Centro-Oeste apresentava o menor percentual, de 26%. No entanto, a atividade de coleta seletiva, em muitos municípios, não compreende a totalidade de suas áreas urbanas (ABRELPE, 2020). No ano de 2010, registrou-

se 3.152 municípios com alguma atividade de coleta seletiva e, em 2019, houve um acréscimo, no qual se atingiu 4.070 municípios (ABRELPE, 2020). Apesar da maior parte dos resíduos sólidos no Brasil serem conduzidos a aterros sanitários, sua destinação final ambientalmente adequada é uma medida prevista pela PNRS (BRASIL, 2010; ABRELPE, 2020).

A PNRS inclui, reiteradamente, os catadores em seu escopo. Entre seus objetivos consta a “integração dos catadores de materiais reutilizáveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010, art. 7º, inciso XII); nos instrumentos tem-se “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (Ibidem, art. 8º, inciso IV), ou seja, os catadores são considerados agentes do processo e incentiva-se sua organização cooperativada e associada.

Com respeito aos conteúdos mínimos do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, elege-se “metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (Ibidem, 2010, art. 15º, inciso V e art. 17º, inciso V), sendo que, nos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, prioriza-se o acesso a recursos da União a municípios que “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (Ibidem, 2010, art. 18º, §1, inciso II). Estes planos, por sua vez, contemplam, entre os conteúdos mínimos, “programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver” (Ibidem, 2010, art. 19º, inciso XI).

São estabelecidas, no regulamento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos como obrigatórias, para determinados geradores, “normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (Ibidem, 2010, art. 21, §3, inciso I). Cabe, pela lei, relativamente à atuação privada empresarial concernente, entre outras medidas, “atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis [...]” (Ibidem, 2010, art. 23º, § 3, inciso III) e, para os titulares de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, cabe priorizar “[...] a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação” (Ibidem, 2010, art. 36º, § 1).

Em consideração aos instrumentos econômicos, medidas indutoras e linhas de financiamento instituídas pelo poder público, prioritariamente preconizam atender as iniciativas, entre outras, de “implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (Ibidem, ar. 42º, inciso III) e, de modo semelhante, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, entre outros, a “projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (Ibidem, 2010, art. 44, inciso II). Simultaneamente, como disposição, em seus termos a lei proclama que a inexistência de regulamento previsto “não obsta a atuação [...] das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (Ibidem, 2010, art. 50). Fica clara a

determinação de inserção dos catadores e cooperativas como prioridade nacional, seja pela consideração de sua utilidade, como pela prioridade de inclusão em atividades e destinação de recursos.

O I Censo sobre a população em situação de rua (SILVEIRA, 2008) quantificou, perante amostragem, que 70,9% da população de rua era composta por trabalhadores, sendo que, destes, 27,5% se destacavam como catadores de materiais recicláveis (SILVEIRA, 2008, p. 99). Tem-se em consideração a atuação do Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH), convergindo nos dois segmentos. Lima (2018, p. 11), atuante deste Centro como advogada em defesa de seus direitos, afirma que é preciso alterar a concepção institucional da população em situação de rua, como pessoas tuteláveis, para as quais se nega a autonomia e emancipação. Sua afirmação é apoiada na metodologia deste Centro, que congregou Organizações da Sociedade Civil, a Pastoral Nacional do Povo da Rua — como órgão da CNBB —, o apoio de movimentos sociais, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua e o Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis, definindo três eixos de ação: o enfrentamento das violações; a sistematização de dados e a produção de conhecimento; e a formação e capacitação (LIMA, 2018, p. 103-105).

Perante o contingente, relativo a 2016, de mais de 100 mil pessoas em situação de rua no Brasil, realizado por estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (NATALINO, 2016) anteriormente citado, e indícios de seu incremento significativo, especialmente após o advento da pandemia de COVID-19, (GAMEIRO, 2021), o IPEA estimou que, entre fevereiro e março de 2020, havia 222 mil pessoas nesta condição (NATALINO, 2020). O maior contingente estaria em municípios maiores, com mais de 100 mil habitantes (81,5%), com predominância na região Sudeste, com mais da metade desta quantidade (56,2%).

Magni e Günther (2014) advogam, como alternativa à exclusão social, a articulação entre a população em situação de rua e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, considerando a informalidade no trabalho como marcante nas relações laborais no Brasil, a partir do estudo de experiências bem-sucedidas de autogestão em busca de cidadania pelo trabalho. Sublinham o trabalho, conforme concebido pelos cooperados, não estritamente como uma fonte de renda, mas como meio de valorização e reconhecimento social, no sentido essencial da definição de cooperativas em dissociar a ideia de trabalho estritamente para satisfação das necessidades básicas, mas como associado a ideais e convicções (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p. 154). As autoras citam estudos sobre a coleta seletiva como inclusão de catadores e a construção participativa de índices de sustentabilidade, bem como na construção de políticas socioambientais (BESEN, 2011, apud MAGNI; GÜNTHER, 2014; CRIVELARI, 2008, apud MAGNI; GÜNTHER, 2011; JACOBI; BESEN, 2011, apud MAGNI; GÜNTHER, 2014; JUSTO, 2008, apud MAGNI; GÜNTHER, 2014)

Tendo em vista a considerável proporção de 27% de catadores, entre os que exercem atividade de trabalho, no contingente da população em situação de rua (CUNHA; RODRIGUES, 2009), é possível concluir que a atividade organizada de catadores, com apoio institucional para a constituição de cooperativas em associação, poderia ser parte de um processo de integração social, como inserção dos moradores de rua. Esta possibilidade poderia ser exitosa na situação do município de Campinas, dada sua posição como município com índices de riqueza, instituições destacáveis como universidades, ONGS que desenvolvem projetos de inclusão social e econômica, bem como expressiva quantidade observável de população em situação de rua.

Apresentamos, a título de exemplo, um caso estudado, ilustrando a metodologia adotada para estudo de campo observacional à distância, como processo de aproximação etnográfica preliminar ao contingente estudado. Foram eleitos locais com potencial concentração de moradores de rua, cujas tipologias contemplaram: praças; baixos de viadutos; largos comerciais e proximidade a estações de transporte, a partir de perímetro circunstanciado da área central de Campinas.

Buscou-se verificar graus de permanência nos locais apropriados, estratégias e estágios de complexidade dos abrigos e, com respeito aos sujeitos, verificar características correspondentes a sexo/gênero, faixa etária aproximada, cor, indicativos de trabalho ou renda, forma de alimentação, estado de saúde aparente, processos de higiene pessoal, indicativos de interações pessoais, relações afetivas com pessoas ou animais e sinais de atividades culturais ou de lazer.

Nesta amostragem de aproximação preliminar, entendeu-se que este processo pudesse configurar um embrião metodológico de aproximação sistêmica às reais condições das pessoas em situação de rua, cujo propósito, além da observação do confronto concreto entre paradoxos da vida na rua e conflitos socioespaciais sofridos versus direitos fundamentais, pudesse oferecer rudimentos para a compreensão empírica e reflexão sobre a desigualdade no meio urbano (OLIVEIRA, 2022).

Como evidência da relação entre morar na rua e exercer a atividade de catador, apresentamos aspectos do Estudo de Caso 5, sujeito a quem denominamos aleatoriamente como Antônio. Antônio dormia na Praça José Bonifácio, sob uma marquise de um edifício, de uso habitacional, cujo andar térreo se encontrava desocupado onde, anteriormente, funcionava uma padaria. O acesso aos apartamentos do edifício pela Avenida Francisco Glicério, na lateral, evitava o contato direto entre moradores do prédio e pessoas em situação de rua, o que aparentemente favorecia a apropriação do local por Antônio e demais pessoas em condição semelhante (Figura 2, esquerda superior).

Sobre o indicativo de trabalho, uma única vez, durante o período de tempo em que o observamos à distância, vimos Antônio fazer uma pausa de sua atividade de catador de resíduos sólidos para repousar —, uma tarde, perto das 16:00 horas, em que Antônio estava deitado sob um beiral de quiosque (Figura 2, direita superior). Às vezes, Antônio foi visto fazendo breves pausas para comer algum lanche, como quando tomou um resto de refrigerante, encontrado na lixeira que costuma vasculhar, em busca de algum material reciclável. Este cenário reitera uma das realidades comuns àqueles que estão em situação de rua; muitos passam fome e possuem pouco ou nenhum recurso, levando-os a encontrar alimentos no lixo ou comer restos daquilo a que não têm acesso. Antônio também aproveitava a distribuição de alimentos por parte das ações de organizações não governamentais. Certa manhã, por volta das 8:30 horas, vimos Antônio recebendo um café da manhã por meio da ação Café com Jesus, quando se pôs a lavar suas mãos, com a água que reservara em um galão, para receber o alimento distribuído (OLIVEIRA, 2022).

Das interações interpessoais, era comum ver Antônio conversando com outras pessoas que desempenhavam a atividade de catador de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua (Figura 2, direita inferior). Antônio parecia ser bastante conhecido, tanto na Praça José Bonifácio, seu local de apropriação, como na Praça Rui Barbosa e, em nenhum momento, o vimos ter desavenças com outras pessoas. Ao encher os grandes sacos de fibra com os materiais recicláveis, Antônio recebia ajuda de alguns companheiros para os organizar e transportá-los até um caminhão coletor, por meio de um carrinho de carga. O local em que Antônio colocava os sacos para separação de materiais recicláveis poderia configurar uma atitude de demarcação de território, mas



não impedia que outras pessoas vasculhassem as mesmas lixeiras nas que Antônio o fazia e não era motivo de desentendimentos.

Sobre as relações afetivas, não observamos Antônio em nenhum relacionamento amoroso com pessoas, e tão somente cuidando de um cachorro que não foi visto em outros dias. Isto sucedeu, em uma tarde, por volta das 15:00 horas, quando Antônio fez uma pausa em sua atividade de catador, para brincar com o cachorro, que tinha coleira, e depois deu água para o pequeno animal.

Antônio, mesmo vivendo em meio à escassez, parecia alguém com boa disposição para enfrentar os desafios de seu cotidiano (Figura 2, esquerda inferior). Certa vez, ao organizar os materiais recicláveis recolhidos, Antônio começou a cantar um trecho da música que tocava em uma das lojas da Rua 13 de Maio. Neste breve momento, inspirava entusiasmo ao desempenhar sua atividade de catador. Antônio não apresentava, aparentemente, nenhum indicativo de doença física ou transtorno psicossocial e, durante o período de observação em campo, continuou a exercer atividades de catador de materiais recicláveis e interagindo amigavelmente com outras pessoas (OLIVEIRA, 2022).

Considerações Finais

Campinas, sede de região metropolitana e centro regional, contempla importantes estruturas multimodais que cruzam seu perímetro urbano; dispõe de atividades econômicas e culturais de âmbito nacional e internacional. A atratividade promovida pela prosperidade econômica da cidade corresponde a poucos instrumentos institucionais perante a segregação socioespacial.

O Plano Diretor não apresenta parâmetros que regulem a indução da especulação imobiliária.

No que tange à população em situação de rua, estado urgente de vulnerabilidade, principalmente no centro da cidade, não se observa sua menção no Plano Diretor, nem medidas suficientes, diante de impasses e recrudescimento deste contingente, especialmente nas áreas centrais da cidade. Os direitos instituídos pela Constituição de 1988, de moradia, alimentação, educação, saúde, trabalho, transporte, segurança, lazer, assistência aos desamparados, proteção à maternidade e à infância e previdência social, indicam o imperativo, ainda não realizado, de atribuir essas condições garantidas a todos, incluindo os indivíduos em situação de rua, cujo marco regulatório fundamental é a Política Nacional para a População de Rua (BRASIL, 2009).

É evidente que a população em situação de rua luta por sua sobrevivência, indo além da mendicância. Apesar de grande parte deste contingente estar inserido informalmente, são pessoas com idade ativa para o mercado de trabalho. Dentre os expedientes laborais, devem ser considerados como agentes na gestão dos resíduos sólidos, pelo exercício da atividade de catadores aliados à reciclagem — atividade socioambiental pulverizada, porém importante, e cuja organização cooperativada e com apoio institucional impulsionaria um modo de inclusão social através de serviços socioambientais urbanos.

No Brasil, as atividades de coleta, triagem e destinação de resíduos sólidos urbanos são um campo aberto a múltiplas possibilidades, cujas potencialidades encontram-se embrionárias. Como geração de renda, inserção no mercado de trabalho, conscientização social e serviço ambiental urbano, muitos caminhos estão por se configurar ou fortalecer. Temos como conclusão, que processos que articulem dois graves problemas — a limpeza urbana e a triagem de resíduos e a população em situação de rua — venham a ser poderosos para a criação de processos pedagógicos, programas de ação e organização popular, aliados à promoção do estado ou de organizações não governamentais, no sentido de fortalecer vínculos interclasses e auxiliar na construção de cidadania universal, cujo território compartilhado é a cidade, como expressão de nosso projeto civilizatório, perante as mazelas e fragilidades expostas a cada indivíduo que permaneça em condição de rua.

Acidade de Campinas apresenta-se como uma possibilidade consistente para experiências dessa natureza, dado seu porte significativo, indicadores socioeconômicos favoráveis e a existência de importantes polos acadêmicos e organizações não-governamentais. Embora recomendações para programas de reciclagem e organizações populares de catadores de resíduos sólidos urbanos estejam já relativamente desenvolvidas, a situação de população de rua, a despeito dos marcos legais e da rede institucional, se mantém como precariedade urbana irreduzível e crescente. Este estudo aponta para a potencialidade em articular esta população, de modo sistematizado, aos serviços de natureza socioambiental, de coleta de resíduos, como forma de inserção social e autonomia, não obstante o imprescindível direito à habitação digna.

Como a população em situação de rua tem sobrevivido no meio urbano à luz da qualidade de vida preconizada pelos pactos legais? A resposta para esta pergunta, a despeito do estatuto legal indica, pelos dados, a persistência e seu recrudescimento, cuja superação, no cenário de desigualdade social, impõe o compromisso com a sustentabilidade, como expediente universal, abrangendo a vida urbana como um todo. Sobreviver nesta situação, em que a salvaguarda à vida humana muitas vezes se resume a uma mera proteção de papelão, é enfrentar dificuldades de reconhecimento, de recenseamento, à inclusão cidadã, onde o trabalho de coleta de resíduos urbanos, devidamente organizado, pode ser um começo de construção, apontando para a necessidade em se fazer real o que predica a lei como instrumento.

A condição de invisibilidade do povo de rua expõe um paradoxo, que inverte o termo arquiteturas do abandono para o de abandono pela arquitetura (e pela urbanidade). O espaço público, como instância máxima que pudemos inventar, como lugar para todos, é abalado pela sua ocupação como possibilidade única de permanência para sobreviver, seja por uma noite ou por dez anos ou mais, de uma pessoa somente que seja, em nossas cidades. Esta dicotomia, do avesso do direito, estremece outra conquista civilizatória, que é o arcabouço das leis. O que está escrito e pactuado, não tendo o poder de transfigurar os fatos concretos, indica que questões entendidas como circunstanciais possam ser, ao fim e ao cabo, estruturais. Há que se lutar por novos paradigmas, princípios e instrumentos mais efetivos e, no campo da arquitetura e do urbanismo, se entendermos que seja sua função precípua a promoção da justiça e inclusão social nas cidades, é imperativo participar desta construção.

Agradecimentos

Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

Referências

ABRELPE. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020*. São Paulo, 2020. [Online]. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. IPRS: *Índice Paulista de Responsabilidade Social*. São Paulo, 2020. [Online]. Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ATLASBR. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Perfil*. Campinas, 2010. [Online]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350950>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política nacional para a população em situação de rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. *Indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. IBGE, s. d. Online. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>. Acesso em:

27 abr. 2021.

BARROS, Joana da Silva. *Moradores de rua – pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BECKER, Michael; MARTINS, Terezinha; CAMPOS, Fabrício; MORALES, Juan. (coords.). *A Pegada Ecológica de São Paulo - Estado e Capital e a família de pegadas*. Brasília: WWF-BRASIL, 2012.

BELLUZZO, Luiz; GALÍPOLO, Gabriel. *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo: Contra-corrente/FACAMP, 2019.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. (org.). *Our common future*. United Nations Environment Programme (UNEP), World Commission on Environment and Development (WECED), 1987. Online. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/133790?ln=en#record-files-collapse-header>. Acesso em: 14 maio 2020.

BRUNO, Miguel (org.). *População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desen-volvimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015. Online. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94508.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

CAMPINAS. *Lei Complementar nº 189 de 8 de janeiro de 2018*. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de Campinas. Campinas, 2018. Disponível em: http://suplementos.campinas.sp.gov.br/admin/download/suplemento_2018-01-09_cod473_1.pdf e <http://leismunicipa.is/rdftv>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CAMPINAS. *Plano Municipal da Assistência Social PMAS 2018-2021*. Campinas, s. d. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/assistencia-social-seguranca-alimentar/pmas_18_21.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

CHARBONNIER, Pierre. *Abundância e liberdade: uma história ambiental das ideias políticas*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORTIZO, Roberta. *População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?* Monit-ramento SAGI: Série Relatos de Caso, n. 2. Brasília: Ministério de Cidadania, 2019. Online. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/450655911/Monitoramento-SAGI-Populacao-situacao-rua>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CUNDA, Mateus Freitas; SILVA, Rosane Neves. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. *Psicologia & Sociedade*. 2020, v. 32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876>. Acesso em: 17 abr. 2021.

CUNHA, Júnia; RODRIGUES, Monica. (orgs.). *Rua: aprendendo a contar*. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Ministério da Cidadania, 2009. Online. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/052.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

FERREIRA, Samuel. *Atrás de montanhas de recicláveis existem pessoas que precisam ser digna-mente reconhecidas pelo seu trabalho*. São Paulo: MNCR, Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, 2019. Online. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/201catras-de-montanhas-de-reciclaveis>

existem-pessoas-que-precisam-ser-dignamente-reconhecidas-pelo-seu-trabalho201d. Aces-so em: 27 abr. 2021.

FIOCRUZ. *Moradores de rua e a Covid-19 #OlharesSobreaCovid19*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Online. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/en/node/81946>. Acesso em: 27 abr. 2021.

GAMEIRO, Nathália. *População em situação de rua aumentou durante a pandemia*. Brasília: FIOCRUZ, 2021. Online. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

FONSECA, Marcus; CAMPOS, Tereza. Rede 5rs: a base estratégica para a operacionalização da política nacional de resíduos sólidos, no âmbito industrial. In: *XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*. Bento Gonçalves, 2012. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: as contribuições da engenharia de produção. Bento Gonçalves, RS: ABEPRO, pp. 1-11. Online. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_167_970_19648.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Ele-fante, 2019.

IBGE. *Índice de Desenvolvimento Humano*. Brasil, São Paulo, Campinas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 13 mar. 2021.

IBGE. *Produto interno bruto dos municípios. PIB por Município*. Campinas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Online. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=piib-por-municipio&c=3509502>. Acesso em: 4 abr. 2021.

IBGE. *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021*. s. l.: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Online. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

IGBP. *International Geosphere-Biosphere Programme. Great Acceleration*. Global Change, 2015. Online. Disponível em: <http://www.igbp.net/globalchange/greatacceleration.4.1b8ae20512db692f2a680001630.html>. Acesso em: 15 dez. 2021.

IPEA. IVS. *Atlas da Vulnerabilidade Social*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Versão 2.4.4, 2010. Online. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>. Acesso em: 25 mar. 2021.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, pp. 189-205, 2003. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LIMA, Luana. *Necessidades humanas da população em situação de rua e a atuação de*

insti-tuições do sistema de justiça. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Online. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B5WF7M/1/disserta_ao_vers_o_final_luana._impress_o.pdf. Acesso em 10 set. 2021.

MARICATO, Erminia. "As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias". In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo, Vozes, 2000.

MAGNI, Ana; GÜNTHER, Wandar. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 146-156, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100011>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: UNICAMP, 2016.

MARTINEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

MERELES, Carla. Pessoas em Situação de Rua: a complexidade da vida nas ruas. Florianópolis: *Politize!*, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Catadores de Materiais Recicláveis. Brasília, s. d. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis.html>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MNCR. *O que é o movimento?*. São Paulo: Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, 2021. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MNCR. *Campanha de Solidariedade dos Catadores aos Brasil*. São Paulo: Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, 2020. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/legislacao/arquivos-em-pdf/apresentacao-de-resultados-da-campanha-de-solidariedade-aos-catadores-do-brasil>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MNPR. MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA. Conhecer para lutar: cartilha para formação política. MNPR, 2010. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

MOORE, Jason W. *Antropoceno ou capitaloceno?: natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.

MOROSINI, Liseane; STEVANI, Luiz Felipe. Agenda ameaçada: avanço conservador põe em risco programas sociais e conquistas obtidas com a Constituição de 1988. *Radis*, n. 165, pp. 15-17, 2016. Online. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/phocadownload/revista/Radis165_web.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

NATALINO, Marcos. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Texto para Discussão 2246. Brasília: IPEA, 2016. [Online]. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

NATALINO, Marcos. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil: setembro de 2012 a março de 2020*. Nota Técnica no. 73, IPEA, 2020. [Online]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_

disoc_n_73.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

OLIVEIRA, Giuliana Lima. *População em situação de rua como vulnerabilidade urbana: estudo a partir do centro de Campinas*. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

OLIVEIRA, Fabiano. *Direito ambiental*. Niterói: Impetus, 2012.

O TRECHEIRO. Jornalismo a serviço da população em situação de rua. Acervo digital. *Rede Rua*, São Paulo, c2022. [Online]. Disponível em: <<https://rederua.org.br/o-trecheiro-acervo/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. [Online]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PRATES, Vinicius. *Um mapa da ideologia no antropoceno*. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2020.

PENSAMENTO VERDE. *Dados sobre a reciclagem no Brasil*. [S. l.]. Redação Pensamento Verde, 2013. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/reciclagem/dados-sobre-a-reciclagem-no-brasil/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PREFEITURA DE CAMPINAS. *Prefeitura divulga contagem de 2019 da população em situação de rua*. Campinas, 2020. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38166>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PREFEITURA DE CAMPINAS. *Contagem da população em situação de rua - 2021*. Campi-nas: Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://drive.campinas.sp.gov.br/index.php/s/2Exk2ARRAg4wz6S>. Acesso em 12 jan. 2022.

QUEIROGA, Eugenio; BENFATTI, Denio. Entre o nó e a rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da Metrópole de Campinas, diante da Megalópole do Sudeste do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 41-52, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p41>. Acesso em: 12 jul. 2021.

REDE RUA. Quem somos. *Rede Rua*, c2022. Disponível em <<https://rederua.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ROCHA, Julio; GORDILHO, Heron. (Orgs.). *Direitos da terra, meio ambiente e ecologia humana: uma homenagem post mortem a José Luís Serrano*. Salvador: EDUFBA, 2018.

SANTOS, Milton. *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2018.

SIQUEIRA, Mônica; MORAES, Maria. Saúde coletiva, resíduos sólidos

urbanos e os catadores de lixo. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.14 n. 6, p. 2115-2122, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/n5GCwf9wtQccdjQR3HwZqJg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SILVA, Julia. *Gestão de desastres no Brasil: uma perspectiva feminista e decolonial*. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE. STOCKHOLM UNIVERSITY. *Sustainable Development Goals: contributions to Agenda 2030*. Suécia: Stockholm Resilience Center, 2017. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2017-02-28-contributions-to-agenda-2030.html>. Estocolmo, Dinamarca, 28 fev. 2017. Acesso em: 10 jan. 2022.

TCU. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Educação ambiental e os 5 Rs. *União*, v. 32, n. 217, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/resultado/portal?ts=1642017364251&gsc.q=Educação%20ambiental%20e%20os%205%20Rs>. Acesso em: 13 mar. 2021.

UNITED NATIONS. *Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm 5-6 jun. 1972*. New York, United Nations, 1973. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/523249?ln=en>. Acesso em: 13 maio 2020.

VEIGA, José. *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34, 2013.

VEIGA, José. *O antropoceno e a ciência do sistema Terra*. São Paulo: Boitempo, 2019. VGR. *Porque aplicar a política dos 5R's para reduzir a geração de resíduos? Gerenciamento de Resíduos*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/porque-aplicar-a-politica-dos-5rs-para-reduzir-a-geracao-de-residuos/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.

ACESSIBILIDADE POR MODO ATIVO E A INSERÇÃO URBANA DA HABITAÇÃO SOCIAL Uma análise sistêmica aplicada à Goiânia

*ACCESSIBILITY BY ACTIVE MODE AND THE URBAN
INSERTION OF SOCIAL HOUSING
A systemic analysis applied to Goiânia*

Flávia Cirqueira Rodrigues Lopes¹ e Erika Cristine Kneib²

Resumo

A partir do abandono histórico das camadas populares no Brasil - materializado pela segregação socioespacial - e da grande relevância da mobilidade urbana, com vistas a viabilizar a acessibilidade por modos sustentáveis, este trabalho aborda a relação entre a estrutura espacial urbana e os deslocamentos ativos. Como metodologia, foi desenvolvido um procedimento, a partir da visão sistêmica, para investigar a inserção urbana da habitação social em relação à acessibilidade por modo ativo às centralidades urbanas. O procedimento foi validado com aplicação em Goiânia, Goiás, onde se constatou a segregação socioespacial. Este trabalho apresenta uma contribuição teórica metodológica para análise da acessibilidade por modo ativo, a partir da Teoria Geral dos Sistemas, e reforça a necessidade de integração do planejamento e gestão, entendendo a cidade como um todo, com relações dinâmicas, complexas e interdependentes, para vencer o descaso e o abandono que caracterizam a inserção da habitação social.

Palavras-chave: pedestre, ciclista, segregação socioespacial, mobilidade urbana, centralidade.

Abstract

Based on the historical abandonment of popular classes in Brazil - materialized by socio-spatial segregation - and the great importance of urban mobility, with a view to enabling accessibility through sustainable means, this paper addresses the relationship between the urban spatial structure and active displacements. As a methodology, a procedure was developed, based on a systemic view, to investigate the urban insertion of social housing in relation to active accessibility to urban centralities. The procedure was validated with application in Goiânia, Goiás, where socio-spatial segregation was observed. This paper presents a theoretical-methodological contribution to the analysis of accessibility by active mode, based on the General Theory of Systems, and reinforces the need for integration of planning and management, understanding the city as a whole, with dynamic, complex and interdependent relationships, to overcome the neglect and abandonment that characterize the insertion of social housing.

Keywords: pedestrian, cyclist, socio-spatial segregation, urban mobility, centrality.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Alves Faria (Unialfa).

² Arquiteta Urbanista, Mestra e Doutora em Transportes. Desenvolveu pesquisa de pós doutorado no tema mobilidade urbana, no Instituto Superior Técnico de Lisboa. Atua como professora e pesquisadora na Universidade Federal de Goiás, no curso de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós Graduação Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Introdução

A inserção urbana das habitações é uma questão fundamental no processo de urbanização e de formação da estrutura espacial urbana (VILLAÇA, 1986). Durante o século XX, muitas cidades foram severamente impactadas pelo transporte motorizado individual. Em cidades norte americanas o automóvel favoreceu a ampliação dos subúrbios para camadas populares mais ricas (GLAESER, 2011; SANTOS, 2009). Já nas latino americanas, as periferias se tornaram mais extensas e mais segregadas socialmente (SANTOS *et al.*, 2017), revelando a estrutura espacial de cidades dispersas e desconexas. Estudos mostram que existem bairros destinados à habitação social que apresentam desarticulações com a rede urbana e falta de acesso aos bens e serviços públicos (MOLINATTI; PELÁEZ, 2017), evidenciando, notadamente, o abandono a partir do desamparo e descaso com a inserção da habitação social na cidade. Características semelhantes existem em cidades brasileiras, onde moradores de bairros de baixa renda, em sua maioria, dependem do sistema de Transporte Público Coletivo – TPC e acabam por limitar a quantidade e a distância dos deslocamentos cotidianos, mostrando a dificuldade de acesso às atividades urbanas (CERQUEIRA, 2021) e materializando sua marginalidade ao terem seu direito à cidade limitado.

Nesse sentido, o presente trabalho entende inserção urbana como o local geográfico - dentro da cidade - onde os empreendimentos são implantados e a forma com que se articulam no espaço urbano, a partir da sua localização, acessos à infraestrutura e aos serviços públicos (VILLAÇA, 1986). Já a habitação social é entendida como a moradia digna para as camadas sociais de baixa renda (BRASIL, 2010). Dentro deste conceito, delimita-se, para o estudo, a habitação subsidiada pelo programa Minha Casa Minha Vida – MCMV e as áreas demarcadas como Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS.

Em oposição à estrutura espacial dispersa, há a defesa de uma perspectiva de cidades mais compactas, cuja estrutura se baseia em centros e subcentros. Cidades mais compactas apresentam-se como possibilidade para um melhor aproveitamento da infraestrutura, dos serviços e equipamentos urbanos, favorecendo os modos ativos de deslocamento. Para tanto, Kneib (2016) afirma que as centralidades possibilitam concentrar atividades diversas e complementares, evitando longos deslocamentos, e potencializam as viagens curtas e o uso dos modos ativos, como o modo a pé e por bicicleta. Assim, uma centralidade urbana é caracterizada pela acessibilidade e pela concentração de atividades. Já a acessibilidade pode ser entendida como a facilidade de pessoas alcançarem as atividades, e está diretamente relacionada à articulação entre uso do solo, atividades desenvolvidas e ambiente construído, e os modos de transportes (KNEIB; PORTUGAL, 2017).

Nesse sentido, pode-se destacar que a inserção de habitação social próxima às centralidades possibilita maior acesso às atividades cotidianas, assistindo a população com infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos, além de oportunidade de emprego e lazer, contribuindo para torná-la mais conectada e incentivar os deslocamentos ativos (KNEIB, 2014; PORTUGAL, 2017). Portanto, fazer uma análise da inserção urbana das habitações sociais, sob a perspectiva do pedestre e do ciclista, mostra-se de grande contribuição, pois permite maior interação e percepção da cidade por este grupo. Ademais, a proximidade com as centralidades é de suma importância para potencializar tais modos de deslocamento, por se tratar da facilidade temporal e espacial de alcançar as atividades (KNEIB, 2014).

Questões relativas à acessibilidade por modos ativos e ao contexto de inserção da habitação social estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável (PORTUGAL *et al.*, 2017; VILLAÇA, 1986). Neste sentido, a Política

Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU (BRASIL, 2012) direciona o desenvolvimento da mobilidade urbana a partir de princípios, diretrizes e objetivos. Este trabalho, ao estudar a acessibilidade por modo ativo, coloca em evidência os princípios da PNMU, desenvolvimento sustentável das cidades e equidade no acesso ao TPC, além das diretrizes de integração das políticas urbanas, integração modal, e a priorização dos modos não motorizados.

A integração entre modos ativos e o TPC é fundamental para que os princípios da PNMU sejam alcançados. Tal integração favorece estes modos de deslocamento, em que se destacam os Terminais de Transporte Coletivo – TTC, enquanto elementos de integração e conexão, como mais sustentáveis na medida em que evitam, ou mitigam, congestionamentos, acidentes, poluição sonora e do ar durante a realização dos deslocamentos cotidianos (KNEIB, 2014). Para tanto, a priorização do modo ativo (não motorizado) conforma-se como primordial na garantia do acesso equitativo ao TPC e dos deslocamentos de curta distância.

Assim sendo, o planejamento da mobilidade urbana deve funcionar como uma rede para promover a acessibilidade por meio da integração modal, evidenciando a necessidade da integração das políticas urbanas nas diversas escalas do deslocamento (KNEIB, 2014). Dessa forma, aponta para a mobilidade urbana enquanto um sistema pois, conforme a Teoria Geral dos Sistemas – TGS, todo sistema é composto por elementos que interagem entre si e com o meio externo, a fim de alcançar o objetivo específico. Na visão sistêmica, as interações são extremamente importantes, pois possibilitam que os elementos trabalhem conjuntamente para que o objetivo do sistema seja alcançado, pois trata da forma com que tais elementos estão organizados. Assim, um sistema que não apresenta interações não é efetivo ou considerado sistema, mas agrupamento de elementos isolados (CAPRA, 2014).

Portanto, a mobilidade urbana visa possibilitar os deslocamentos de pessoas no território da cidade, sendo composta pelos modos de transporte (ativo, TPC, e transporte individual motorizado), suas infraestruturas e serviços e pelo uso do solo (PORTUGAL, 2017). Logo, para que a mobilidade alcance seu objetivo, fazem-se necessárias as interações dos seus elementos entre si e com o ambiente externo, ou seja, com outros sistemas da cidade, tais como estrutura espacial urbana, sistema econômico, ambiental, social. Dentro desta perspectiva, ressalta-se a necessidade de um método para análise sistêmica que possibilite uma visão integrada do fenômeno da mobilidade por modo ativo e da complexidade das interações entre seus elementos.

No contexto de estudos sobre a importância dos modos ativos (GEHL, 2015; PORTUGAL *et al.*, 2017) e as centralidades (KNEIB, 2016), além das inquietudes quanto às camadas sociais mais vulneráveis, surgiu a seguinte questão: Como a inserção urbana da habitação social está relacionada à acessibilidade por modos ativos? Parte-se, então, da premissa que as AEIS e os empreendimentos MCMV não consideram as questões de acessibilidade por modos ativos às centralidades da cidade e aos terminais do transporte coletivo, evidenciando a desarticulação de políticas urbanas. Dessa forma, a pesquisa tem o objetivo de propor um procedimento de análise, sob a perspectiva da visão sistêmica, para investigar a inserção urbana da habitação social em relação à acessibilidade por modos ativos. Como metodologia, a TGS constitui a principal ferramenta para realizar a análise sistemática das interações entre os elementos do Modo Ativo e da Estrutura Espacial Urbana. Para tal análise, o procedimento apoia-se ainda em um software de mapeamento sistêmico, o Kumu, em um processo desenvolvido pela OECD (2021), além da construção e sobreposição de mapas.

O presente trabalho centra sua análise na cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, com o objetivo investigar a inserção urbana da habitação social, sob a perspectiva da acessibilidade por modos ativos. Neste contexto, conforme observaram Moysés *et al.* (2013), Goiânia intensificou, nas últimas décadas, as construções de núcleos habitacionais nas franjas da cidade, longe dos centros urbanos, negligenciando a inserção dessa população na cidade.

Assim sendo, este estudo mostra-se relevante por desenvolver um procedimento de análise para investigar a inserção urbana da habitação social em relação à acessibilidade por modos ativos em cidades latino-americanas; e, ainda, por revelar que, no caso de Goiânia, a premissa adotada mostrou-se aplicável, já que foi possível identificar que o padrão existente, relativo à localização das AEIS e aos empreendimentos MCMV, não considera as questões de acessibilidade por modos ativos às centralidades da cidade nem aos terminais do transporte coletivo, demonstrando a necessidade de integrar diferentes agendas setoriais no planejamento da política urbana (KNEIB, 2016; WRI BRASIL, 2018), com destaque para a mobilidade e para a estrutura espacial urbana com a finalidade de acolher a população de baixa renda, mitigando o processo histórico de segregação social apoiado na expansão territorial urbana.

Urbanização e Habitação social

A urbanização é um processo complexo e bastante diverso. Nas cidades americanas, por exemplo, houve uma acentuação durante o século XX, pautado no transporte motorizado individual como principal modo de deslocamento nas cidades (GLAESER, 2011; SANTOS, 2009). Como consequência, esta escolha possibilitou e fortaleceu o processo de espraiamento urbano, tornando muitas cidades dispersas e desconexas, evidenciado pela malha urbana descontínua (CERVERO, 2016).

Já nas cidades latino americanas, além do destaque ao transporte motorizado individual, Santos *et al.* (2017) as caracterizam como *mais fragmentadas*, nas quais a malha urbana mais densa é cada vez mais rara e as periferias se tornaram mais extensas e mais segregadas socialmente. Como exemplo cabe destacar o caso de Córdoba, na Argentina. Um estudo realizado do Programa *Mi Casa Mi Vida* entre 2001 e 2008 identificou bairros destinados à habitação social que apresentam desarticulações com a rede urbana da cidade, evidenciando o aglomerado de pobreza em áreas segregadas e estruturalmente pobres, caracterizadas pela falta de acesso aos bens e serviços públicos (MOLINATTI; PELÁEZ, 2017).

Especificamente no Brasil, o processo de urbanização intensificou-se expressivamente entre 1920 e 1940 (SANTOS, 2009), sendo marcado, conforme menciona Villaça (2001, p. 226), pelo “rápido crescimento das camadas populares urbanas”. Assim, a habitação social no Brasil foi um elemento de grande relevância no contexto da urbanização. Bonduki (2014) apresenta cinco fases desse processo. A primeira (1889 – 1930), foi caracterizada pela construção de alojamentos coletivos e vilas operárias, porém predominavam alternativas de moradia coletiva precária: cortiços e casa de cômodo, consideradas habitações problema (VILLAÇA, 2001). A fase seguinte, no Período Vargas (1930-1964), marcou o surgimento da habitação social no Brasil, em que é assumida como questão social.

Na terceira fase (1964 – 1986) estruturou-se uma política nacional de habitação viabilizada pelo investimento e financiamento público, porém os empreendimentos eram localizados nas franjas urbanas. A quarta fase (1986 – 2002) foi marcada pela inserção do direito à moradia na Constituição, no ano 2000, e a criação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) que regulamentou a Política Urbana. A quinta, e última fase

apontada por Bonduki (2014) é o período de 2002 a 2010, marcado pelo constante investimento na habitação social por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – de Urbanização de Assentamentos Precários (2007) e o Minha Casa Minha Vida (2009).

A partir do breve histórico relatado, é possível compreender que os programas habitacionais nas cidades brasileiras contribuíram para fomentar um padrão de urbanização segregado. Esse padrão apresenta, segundo Villaça (2001), acesso a serviços urbanos em áreas geralmente ocupadas pelas camadas de maior renda, enquanto a periferia exibe o oposto, sendo distante, com pouco, ou nenhuma, oferta de serviços e equipamentos públicos, ocupada pelas camadas de baixa renda; além disso demonstra a desarticulação das políticas urbanas em relação à inserção da habitação social e a mobilidade urbana, enquanto acesso ao espaço urbano.

Em Goiânia, cidade em análise, este padrão também se aplica. Segundo Borges *et al.* (2017), ao longo da história houve grande crescimento demográfico, acompanhado do processo de periferização, evidenciado pela recorrente expansão do perímetro urbano. Assim, a cidade cresceu de forma desordenada e, no processo de construção e planejamento, a habitação social foi negligenciada e direcionada para as áreas periféricas. Em seus estudos, os autores apontam as problemáticas identificadas em relação à moradia social, sendo elas:

[...]loteamentos periféricos e intenso processo de *invasões*; ocupações irregulares em áreas verdes, fundos de vale, áreas de preservação permanente (APPs) e em áreas de risco; com comprometimento dos recursos hídricos, elevado déficit habitacional e construção de empreendimentos habitacionais populares em *espaços segregados*, distantes do centro da cidade, com parca infraestrutura, carência de equipamentos urbanos, serviços e dificuldade de acesso ao transporte urbano precário (BORGES *et al.*, 2017, p.124).

Os autores Moisés *et al.* (2013) e Borges *et al.* (2017) afirmam que a política habitacional em Goiânia não se diferencia de outros locais do país e da América Latina, mantendo a lógica de assentamento das populações pobres nas áreas urbanas não consolidadas, cada vez mais distantes dos centros urbanos. Contudo, observam que o Plano Diretor de Goiânia (de 2007) apresenta estratégias para o desenvolvimento a partir do ordenamento territorial, com foco na priorização da urbanização e densidade da cidade construída, implantando uma política habitacional que privilegie as habitações sociais, garanta as condições da habitabilidade e que seja atendida por serviços públicos essenciais.

Ainda sobre o Plano Diretor de Goiânia (GOIÂNIA, 2007, art. 49), cabe destacar que este define moradia digna como “aquela que dispõe de instalações sanitárias adequadas, que garanta as condições da habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais”. Já segundo Villaça (1986), a moradia não se restringe à casa, mas também ao acesso a todos os fatores que configuram uma cidade, tais como infraestrutura urbana, equipamentos públicos, oportunidade de emprego e lazer, entre outras, demonstrando a necessidade interação entre os sistemas e elementos que compõem a cidade, com ênfase na acessibilidade.

Portanto, é relevante identificar a inserção da habitação social e sua relação espacial com as centralidades a partir do deslocamento por modo ativo para que, por meio da proximidade, seja oferecida maior equidade de acesso às atividades urbanas.

Acessibilidade por Modo Ativo e Centralidade

O modo ativo tem como referência a pessoa humana, a propulsão humana, sendo definido como o deslocamento realizado a pé ou por bicicleta (PORTUGAL *et al.*, 2017; GEHL, 2015; KNEIB, 2016). Estes modos estão contemplados no conceito de transporte não motorizado, conforme a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012). Destaca-se que existem condições necessárias para que este tipo de deslocamento aconteça, principalmente com relação à distância a percorrer, condicionando a acessibilidade.

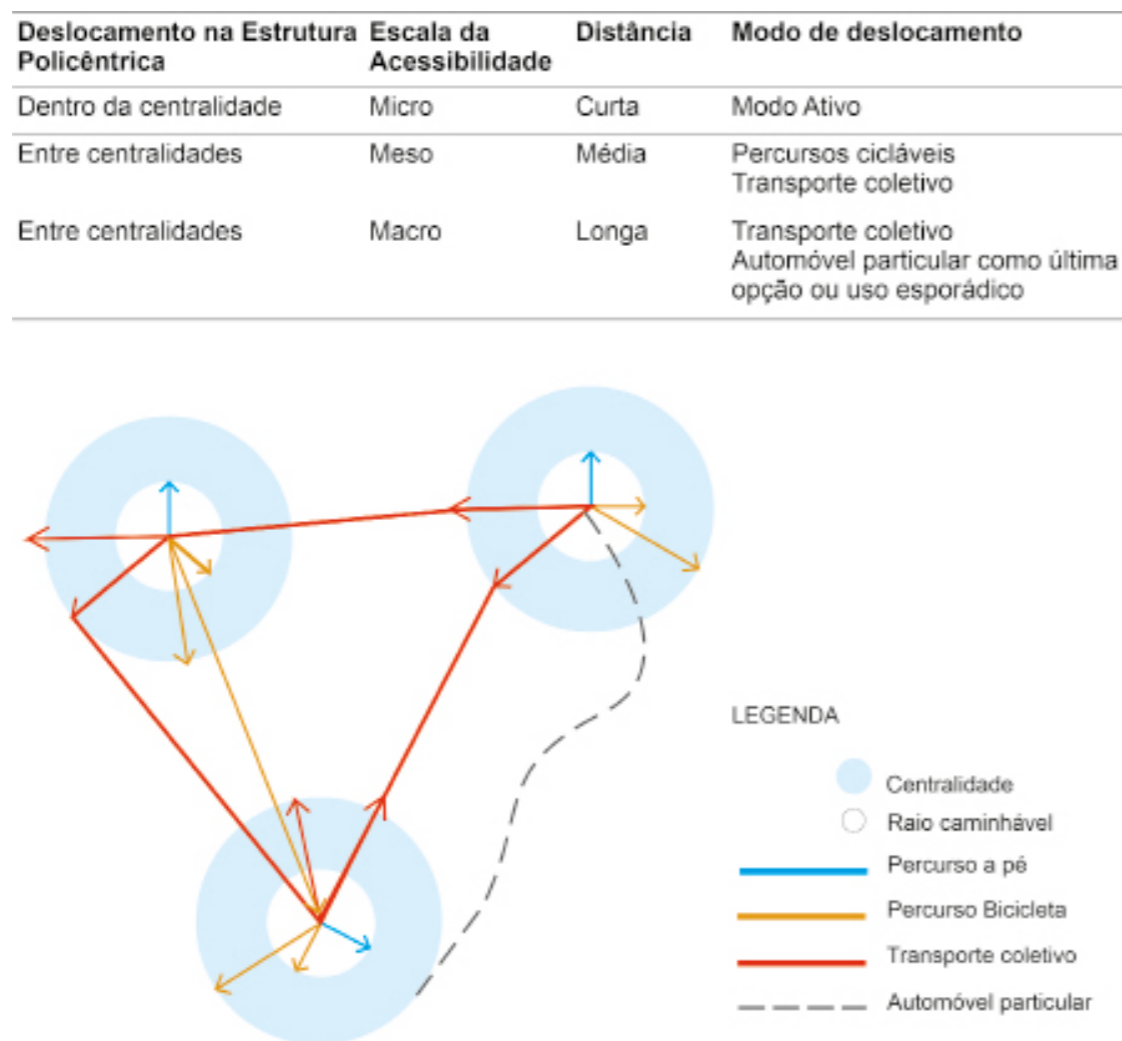
A acessibilidade é determinada pela articulação entre uso do solo e os transportes, portanto é definida como a facilidade de pessoas alcançarem as atividades (KNEIB; PORTUGAL, 2017; RODRIGUE, 2006). Na composição do conceito de acessibilidade, é possível destacar três elementos: i) o transporte, relacionado à infraestrutura e aos serviços destinados aos deslocamentos motorizados e não motorizados; ii) o uso do solo, que se refere às atividades e ao ambiente construído, com ênfase na densidade, diversidade, desenho urbano, disponibilidade de transporte e destinos acessíveis, direcionados para o conceito de centralidade como polo de produção e atração de viagens; iii) as escalas, que podem variar de global à local, definidas com amplitude macro, longas distâncias; meso, médias distâncias; e micro, distâncias curtas (KNEIB; PORTUGAL, 2017).

No que se refere aos modos de deslocamentos e escalas da acessibilidade, há uma recomendação que viagens na escala macro sejam realizadas preferencialmente por transporte público; as viagens na escala meso sejam efetivadas por transporte público ou bicicletas, enquanto na escala micro, nas curtas distâncias, sejam realizados deslocamentos preferencialmente por modo ativo (KNEIB, 2014).

Assim, como delimitação de estudo para acessibilidade neste trabalho, tem-se a análise dos transportes ativos na escala micro, por possibilitar a predominância de deslocamentos a pé ou por bicicleta e o acesso ao transporte coletivo. Esta análise adota o raio de abrangência caminhável e ciclável como área dimensionada para a realização confortável do deslocamento, em relação à distância e ao tempo. Para análise dos deslocamentos por modo ativo, foi definido o raio 2,5 quilômetros de deslocamento de pedestre, a partir da velocidade de caminhada de adultos em idade ativa para o trabalho, em tempo de 30 minutos, em que homens se deslocam em uma velocidade de 5,4 Km/h e mulheres em 4,6 Km/h (ITDP, 2019); e o raio para deslocamento de ciclista de 5 quilômetros em tempo médio de 15 minutos (KNEIB, 2014).

O tema centralidade urbana e sua relação com a cidade é muito estudado, tendo diversos conceitos e métodos de identificação desenvolvidos e consolidados, com destaque para a concentração de atividades e acessibilidade (KNEIB, 2014). Segundo Kneib e Portugal (2017, p.75) “espera-se que a localidade tenha uma autonomia e uma oferta de infraestrutura de transporte e de atividades-oportunidades-empregos equilibrada e compatível com as necessidades dos moradores”, pois potencializam as viagens curtas e a propensão ao uso do modo ativo e ao transporte público de menor capacidade. “O planejamento, fortalecimento e consolidação de centralidades, na busca por uma rede urbana equilibrada, torna-se uma estratégia de grande importância” (KNEIB; PORTUGAL, 2017, p.77) para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o planejamento dos eixos de desenvolvimento econômico está, ou deveria estar diretamente relacionado ao planejamento de centralidades, por conseguinte, integrado ao planejamento e gestão da mobilidade urbana, visto que é um elemento da estrutura espacial urbana.

Figura 1 – Relação entre Estrutura policêntrica, escala da acessibilidade e modo de deslocamento. Fonte: Kneib (2016). Editado pelas autoras (2023).



Nesse sentido, o Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável – DOTS – no planejamento urbano, desenvolvido pelo instituto WRI Brasil (2018), apresenta uma estratégia de planejamento que atua na articulação do uso e ocupação do solo com as infraestruturas de transporte, na busca de promover áreas urbanas compactas que possibilitem a diversidade de usos, serviços, oportunidades de emprego, lazer, habitação, espaços públicos, e acesso ao transporte coletivo a distâncias caminháveis, evidenciando a necessidade de integração modal. O DOTS depende da articulação dos seguintes elementos: uso do solo misto, transporte ativo priorizado, densidades adequadas, centralidades e fachadas ativas, diversidade de renda, espaços públicos e infraestrutura verde, gestão do uso do automóvel, e transporte coletivo de qualidade (WRI BRASIL, 2018).

Em vista da amplitude dos elementos apresentados no DOTS, cabe destacar que, neste trabalho, adota-se como recorte os itens diversidade de renda e o transporte ativo priorizado em relação à inserção urbana das habitações sociais. A diversidade social e de renda contribui para a justiça social ao aproximar as pessoas da oferta de transporte coletivo e oportunidades de emprego, lazer e moradia, sendo uma das estratégias a inserção da habitação social (KNEIB, 2014; WRI BRASIL, 2018).

Em relação ao transporte ativo, é importante observar se as oportunidades e serviços são acessíveis em distâncias curtas de caminhada nos locais onde as pessoas residem e trabalham, pois a “combinação entre áreas de moradia, emprego, serviços e lazer busca suprir as demandas dos habitantes no território urbano, resultando em uma cidade mais conectada, policêntrica e dinâmica, reduzindo a dependência de deslocamentos motorizados” (WRI BRASIL, 2018, p.70).

Referência OECD (2021)	Procedimento de análise para investigar a inserção urbana da habitação social e a acessibilidade por modo ativo		
	Objetivo da da Análise sistêmica	Procedimento proposto	
Etapa 01	Visão	Habitação social próxima às centralidades e integrada aos modos de transporte coletivo	Identificação dos elementos da habitação social, modo ativo e transporte coletivo e suas interações; mapeamento das interações (diagrama)
Etapa 02	Compreensão	Identificação de padrões e barreiras para a mudança sistêmica	Sobreposição de mapas com os elementos identificados na etapa anterior para visualização cartográfica das interações mapeadas
Etapa 03	Mudança	Identificação de potencialidades e pontos críticos para redesenho do sistema	Identificação, a partir da etapa anterior, dos elementos, presentes e ausentes, e suas interações para identificar pontos críticos e potenciais para melhoria do sistema do modo ativo e da inserção da habitação social

Assim sendo, a estrutura espacial urbana, a partir do DOTS, tem como referência o alcance das atividades cotidianas e estação do transporte coletivo a uma distância caminhável de 15 minutos (WRI BRASIL, 2018). Neste sentido, a estrutura espacial urbana policêntrica (Figura 1) mostra-se como alternativa à organização das cidades, pois desestimula o zoneamento territorial, favorece a distribuição das atividades e o adensamento urbano próximos às centralidades, fatores que auxiliam na mitigação dos impactos negativos do espraiamento urbano (KNEIB, 2016).

Portanto, tal estrutura, segundo Kneib (2014), induz o uso dos modos de transportes a partir das distâncias a serem percorridas alinhando-se às escalas da acessibilidade e à escolha do modo de deslocamento (Figura 1).

Após a apresentação das relações entre acessibilidade, centralidades, modos ativos e habitação social, assim como sua importância, o item seguinte traz o procedimento metodológico desenvolvido e aplicado em Goiânia.

Procedimento de análise para investigar a inserção urbana da habitação social e a acessibilidade por modo ativo

Em relação ao estudo da cidade, vem sendo assinalada, por vários autores, a necessidade de abordagens abrangentes e integradas, com foco na inclusão social, a partir da noção de sistema (SILVA, 2013; MATTIOLI; COLLEONI, 2016; KAMRUZZMAN *et al.*, 2016). Cerqueira (2021) evidencia a necessidade de um planejamento integrado decorrente do caráter heterogêneo e plural da estrutura espacial urbana, e aponta para a necessidade de estratégias integradas para mitigar o processo de fragmentação urbana e segregação socioespacial, na busca por promover o direito à cidade. Neste sentido, o pensamento sistêmico aplicado em análises urbanas permite uma abordagem integral do espaço urbano. Santos *et al.* (2017) destacam que análises sistemáticas buscam aproximar-se da complexidade da rede de interação dos elementos dos sistemas que compõem a cidade.

Desta forma, a TGS busca superar a análise isolada e fragmentada do objeto de estudo por meio da compreensão da sua estrutura organizacional, das interações internas entre seus elementos e externas com o ambiente ao qual pertence, de modo que evidencia a dependência recíproca, por meio das interações (CAPRA, 2014). Ao ver o

Figura 2 – Etapas do procedimento. Fonte: Autoras (2022).

SISTEMA	ELEMENTOS	INTERAÇÕES
Modo Ativo	AEIS/MCMV	Centralidades, malha urbana, Área de acesso de ciclista, Área de acesso de pedestre, terminal do transporte público, infraestrutura cicláveis, eixos de desenvolvimento, macrozona construída
	Centralidades	Malha urbana, Área de acesso de ciclista, Área de acesso de pedestre, infraestrutura cicláveis, eixos de desenvolvimento, macrozona construída, AEIS/MCMV
	Malha Urbana	Centralidades, AEIS/MCMV, Área de acesso de pedestre, terminal do transporte público, Infraestrutura cicláveis, macrozona construída, malha urbana
	Área de acesso de ciclista	Centralidades, AEIS/MCMV, Área de acesso de pedestre, terminal do transporte público, Infraestrutura cicláveis, macrozona construída, malha urbana
	Área de acesso de pedestre	Centralidades, AEIS/MCMV, terminal do transporte público, macrozona construída, malha urbana
	Terminais de transporte coletivo - TTC	AEIS/MCMV, Área de acesso de pedestre, infraestrutura cicláveis, macrozona construída, malha urbana
	Vias cicláveis	Centralidades, AEIS/MCMV, terminal do transporte público, macrozona construída, malha urbana, raio do ciclista
Estrutura espacial urbana	AEIS/MCMV	Centralidades, malha urbana, Área de acesso de ciclista, Área de acesso de pedestre, terminal do transporte público, Infraestrutura cicláveis, eixos de desenvolvimento, macrozona construída
	Centralidade	Malha urbana, Área de acesso de ciclista, Área de acesso de pedestre, infraestrutura cicláveis, eixos de desenvolvimento, macrozona construída, AEIS/MCMV
	Eixo de desenvolvimento	AEIS/MCMV, centralidades, malha urbana
	Macrozona construída	Infraestrutura cicláveis, terminal do transporte público, centralidades, AEIS/MCMV, Área de acesso de ciclista, Área de acesso de pedestre, malha urbana
	Malha urbana	Centralidades, AEIS/MCMV, Área de acesso de ciclista, Área de acesso de pedestre, terminal do transporte público, Infraestrutura cicláveis, eixos de desenvolvimento, macrozona construída
	Área de acesso de ciclista	Centralidades, AEIS/MCMV, Área de acesso de pedestre, terminal do transporte público, Infraestrutura cicláveis, macrozona construída, malha urbana
	Área de acesso de pedestre	Centralidades, AEIS/MCMV, terminal do transporte público, macrozona construída, malha urbana

sistema como um todo se abre a possibilidade de redesenhar a maneira como esses elementos são organizados, em vez de concentrar na otimização pontual de elementos isolados (OECD, 2021).

A estruturação desse procedimento de análise para investigar acessibilidade por modos ativos em relação à inserção urbana da habitação social baseia-se no processo apresentado pela OECD (2021), para pensar de forma inovadora e projetar estratégias para mitigação climática, a partir do pensamento sistêmico. O processo OECD é composto por 3 etapas, sendo: Visão – resultados que o sistema deseja alcançar; Compreensão – entendimento da dinâmica e resultados atuais, identificação das partes interessadas e barreiras para a mudança sistêmica; e Mudança – identificar potencialidades para redesenho do sistema (OECD, 2021). Para tanto, neste procedimento, cada etapa corresponde, respectivamente, à identificação dos elementos, das interações e mapeamento das interações; sobreposição de mapas para composição cartográfica das interações; e identificação dos pontos críticos e potenciais para melhoria do sistema em análise (Figura 2).

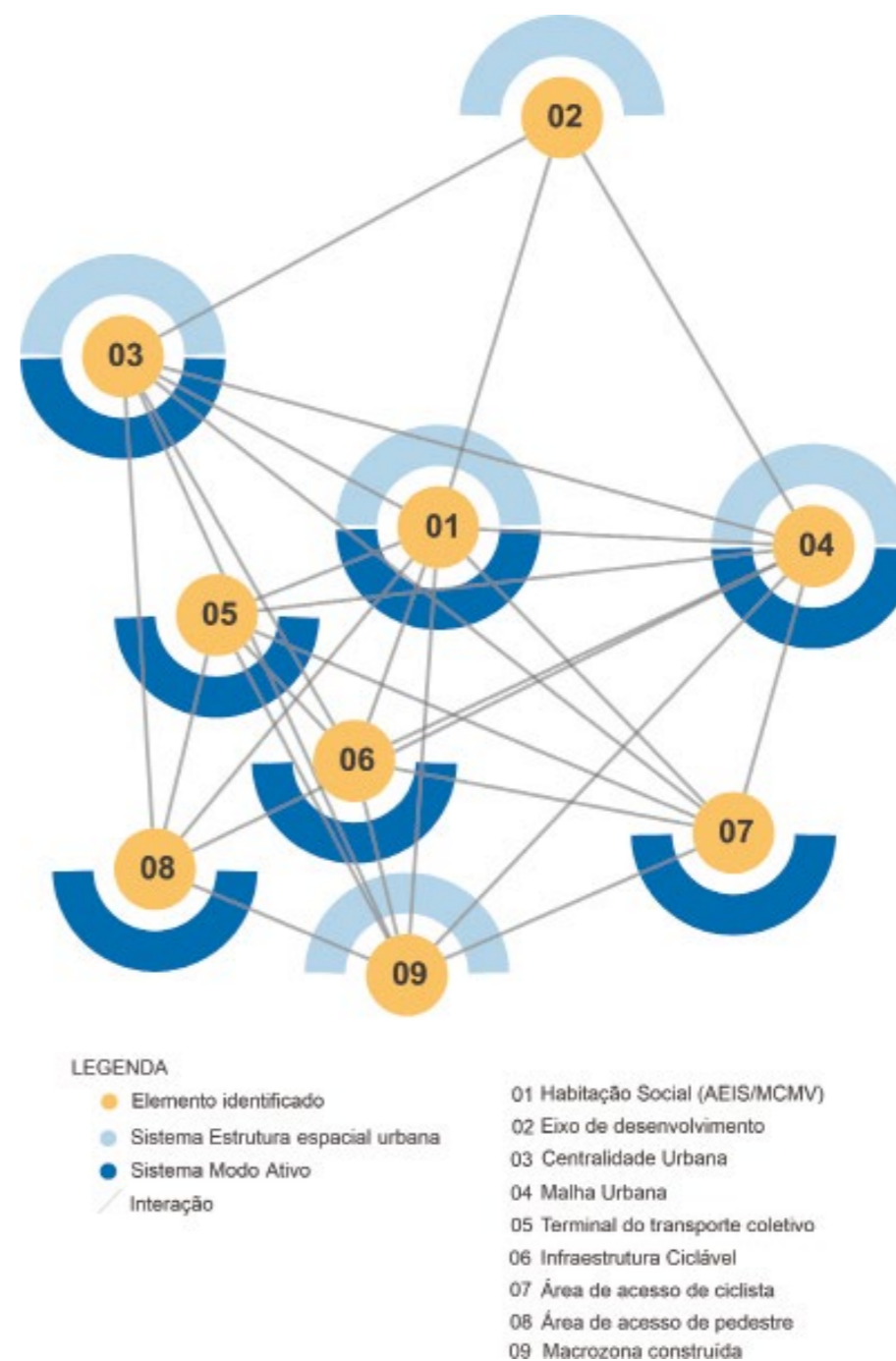


Figura 4 - Diagrama de interações Modo Ativo e Estrutura espacial urbana. Fonte: Autoras, 2022.

Etapa 01 – Visão sistêmica

Os elementos do quadro apresentado na figura 3 foram identificados a partir da revisão bibliográfica sobre os temas Modo Ativo e Estrutura Espacial Urbana apresentada neste estudo (VILLAÇA, 2001; GEHL, 2015; BRASIL, 2012; KNEIB; PORTUGAL, 2017; KNEIB, 2014 e 2016; WRI BRASIL, 2018; ITDP BRASIL, 2019).

Em primeira análise, observou-se que os elementos centralidades, malha urbana, AEIS/MCMV, área de acesso de pedestre e área de acesso de ciclista compõem tanto o Sistema do Modo Ativo quanto da Estrutura Espacial Urbana, reforçando a forte conexão entre estes sistemas.

Na busca de compreender a relação entre os elementos identificados, ressalta-se que um sistema é caracterizado por suas interações, na medida em que a interação das partes forma o todo. Assim, focar nas interações dinâmicas e interdependentes define a perspectiva da visão sistêmica do mundo (CAPRA, 2014; THE SUSTAINABILITY LABORATORY, 2019).

PONTO PARA ANÁLISE	POTENCIAL	CRÍTICO
O município apresenta os elementos identificados	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Os elementos estão identificados e mapeados no município	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
O padrão de inserção da habitação social	<input type="checkbox"/> Região central <input type="checkbox"/> Próxima à centralidade	<input type="checkbox"/> Região periférica <input type="checkbox"/> Distante da centralidade
Quantidade e localização das centralidades urbanas	<input type="checkbox"/> Policêntrico	<input type="checkbox"/> Monocêntrico
Em relação às habitações sociais, o centro tradicional é acessível por modo ativo	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Em relação às habitações sociais, as centralidades urbanas são acessíveis por modo ativo	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Em relação às habitações sociais, os terminais do transporte coletivo são acessíveis por modo ativo	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A infraestrutura ciclável atende as áreas de habitação social	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
A infraestrutura ciclável se conecta aos terminais do transporte coletivo	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

Neste contexto, destaca-se o papel do pesquisador que define o recorte da realidade total direcionando o foco para um determinado sistema, ciente da sua constante dinâmica e relações externas com o meio ao qual pertence. Além disso, a análise sistêmica ressalta a experiência e habilidades do pesquisador, como ato cognitivo na interpretação do fenômeno examinado. Como produto de um ato mental, o sistema é uma representação abstrata da realidade, e oferece uma aproximação necessária para tornar manejáveis questões estruturalmente complexas (THE SUSTAINABILITY LABORATORY, 2019).

Com base no que pressupõe a TGS, deu-se início ao mapeamento das interações entre os elementos identificados. Para tanto, a partir da lista dos elementos, foi feita a análise subjetiva da existência de relação entre todos os elementos (Figura 3).

Esse quadro alimenta o *software Kumu* que faz a leitura e gera o diagrama (Figura 4) a partir das relações estabelecidas. Por meio do diagrama pode-se visualizar a rede de interações dos elementos identificados, possibilitando uma visão ampliada da complexidade dessas relações, evidenciando a dependência recíproca entre os elementos para que se alcance a acessibilidade por modo ativo a partir da inserção das habitações sociais.

Etapa 02 – Identificação de padrões

A etapa busca compreender a dinâmica urbana, os resultados atuais e barreiras que estejam impedindo o sistema de alcançar seu objetivo. Para tanto, a fim de visualizar as interações apresentadas no diagrama (figura 4), propõe-se a sobreposição de mapas cartográficos do município em análise com os elementos identificados anteriormente.

Esta etapa é composta por quatro passos, sendo: 1) Criação do Mapa Base – sobreposição das seguintes informações: Mapa cartográfico do município com informações da macrozona construída (perímetro urbano), malha viária, e eixos de desenvolvimento econômico; mapa com AEIS e empreendimentos MCMV; mapa com demarcação das centralidades urbanas; e mapas das vias cicláveis; 2) Sobre o Mapa Base foram inseridos raios de 5, 10, 15 e 20 quilômetros a partir do centro tradicional da cidade; 3) Sobre o Mapa Base foram inseridos raios de 2,5

e 5 quilômetros a partir das centralidades; e 4) Sobre o Mapa Base foram inseridos os Terminais do Transporte Público Coletivo e os raios de 2,5 e 5 quilômetros a partir deles.

Esta etapa resulta em mapas cartográficos que possibilitam visualizar se ocorrem interações entre os elementos do Modo Ativo e da Estrutura Espacial Urbana, com a finalidade de analisar o padrão de inserção urbana da habitação social e sua relação com a acessibilidade por modo ativo.

Etapa 03 – Potencialidades para redesenho do sistema

A partir dos mapas cartográficos (etapa 02), nesta etapa busca-se identificar potenciais e pontos críticos do sistema do modo ativo e da estrutura espacial urbana em relação à inserção urbana da habitação social, tendo como referência os elementos presentes e suas interações (etapa 01) na análise do município. Para tanto, nove pontos de análise estão descritos no quadro apresentado na figura 5.

Estas observações possibilitam assinalar pontos de melhoria do sistema por meio da exploração das potencialidades e pontos críticos para o planejamento e gestão da política urbana da cidade, a partir do entendimento que a cidade é composta por muitos sistemas que interagem e, portanto, demanda de gestão integrada.

Aplicação do procedimento: acessibilidade por modos ativos e inserção urbana da habitação social em Goiânia

A cidade de Goiânia, objeto deste estudo, foi planejada para 50.000 habitantes, porém, apresenta uma população estimada em cerca de 1,5 milhões de habitantes (IBGE, 2020). Ao longo dos anos cresceu desordenadamente, o que, segundo Nascimento e Oliveira (2015), ocorreu de forma irregular e acelerada, resultando em uma malha urbana descontínua, crescente desde a década de 1990. O processo de expansão demográfica se associou ao crescimento da área urbana do município (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015) e ao fortalecimento do uso do automóvel que, além de estar relacionado a congestionamentos, acidentes, e poluição sonora e do ar, também favorece o espraiamento urbano, na medida em que as atividades são dispersas, gerando longos deslocamentos pendulares (KNEIB, 2014). Em relação à habitação social, Goiânia mantém um padrão das cidades latino americanas apresentado anteriormente, onde se destaca a predominância da inserção urbana da habitação social nas áreas periféricas (NACIFF; 2019a; MOYSÉS *et al.*, 2013).

Identificação dos elementos - Etapa 01

Em relação à habitação social, o Plano Diretor (GOIÂNIA, 2007) apresenta a demarcação cartográfica das AEIS e afirma que elas objetivam a promoção prioritária da moradia destinada à população de baixa renda, caracterizadas como aquelas áreas destinadas à implantação de programas habitacionais. Já os empreendimentos do programa MCMV, subsidiados pelo Governo Federal para o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda e ampliação e barateamento do crédito para a compra dos imóveis, foram destacados a partir do estudo feito por Naciff (2019b), que realizou o levantamento dos empreendimentos implantados entre os anos 2005 e 2015 na Região Metropolitana de Goiânia.

Figura 6 - Etapa 02 do procedimento e dados utilizados. Fonte: Autoras (2022).

	GOIÂNIA (2007)	NACIFF (2019b)	KNEIB (2016)	LINS (2020)	UFG/ SECIMA (2017)	Raios de análise
Fase 01			Mapa base			
Fase 02	AEIS	MCMV	Centralidades	Vias cicláveis	TTC	5, 10, 15 e 20 Km a partir do centro tradicional
Fase 03	AEIS	MCMV	Centralidades	Vias cicláveis		2,5 e 5 Km a partir das centralidades
Fase 04	AEIS	MCMV	Centralidades	Vias cicláveis	TTC	2,5 e 5 Km a partir do TTC

Considerando a importância da estrutura espacial urbana para o planejamento da mobilidade urbana e dos modos ativos, as centralidades foram destacadas do trabalho de Kneib (2016), que as identificou a partir do método dos especialistas, revelando o centro pioneiro tradicional e os demais subcentros.

Em relação ao transporte coletivo, a rede estrutural de corredores é um importante elemento na estratégia de ocupação do território e na estruturação dos Eixos Urbanos de Desenvolvimento Econômico em Goiânia, onde se destaca o corredor exclusivo do BRT Eixo Anhanguera, que faz o percurso Leste-Oeste na cidade. A estruturação dos eixos de desenvolvimento constitui estratégias para o crescimento econômico e avanço social da população, pois prevê o estímulo à geração de empregos e renda (GOIÂNIA, 2007). Ressalta-se também que o transporte coletivo se estrutura através de uma rede metropolitana única e integrada por meio dos terminais, em que alguns possuem bicicletários. Para este estudo, os Terminais de Transporte Coletivo - TTC foram obtidos a partir do trabalho de diagnóstico do transporte coletivo feito para o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia (UFG; SECIMA, 2017).

A partir da perspectiva da integração modal entre transporte coletivo e por bicicleta, identificou-se a necessidade de localizar o sistema cicloviário, pois, segundo Lins (2020, p.67) “ajuda a entender como este se organiza e se conecta ao desenho urbano e aos demais modais de transporte”. Assim, a partir do trabalho de Lins (2020), que identificou, localizou e caracterizou as vias cicláveis da cidade de Goiânia, destacou-se a infraestrutura mapeada para realização deste estudo.

Identificação de padrões e potencialidades - Etapa 02 e 03

A aplicação do procedimento – etapa 02, foi realizada na cidade de Goiânia conforme dados do quadro apresentado na Figura 6.

Assim, as fases 1 e 2 resultaram na Figura 7, em que se pode observar as manchas que definem as AEIS, e pontos de implantação dos empreendimentos MCMV dentro da mancha urbana/macrozona construída. É possível verificar maior concentração da habitação social no sudoeste da cidade, que também tem maior quantidade de Eixos de Desenvolvimento Econômico, instituídos pelo Plano Diretor (GOIÂNIA, 2007).

Já em relação às centralidades, observa-se que estão dispostas majoritariamente na região central da cidade, com ênfase no Centro Tradicional Pioneiro. Destacam-se as centralidades constituídas de forma linear no sentido Leste – Oeste, ao longo da Avenida Anhanguera, e outras na região sudoeste e sul, conectadas ao Centro Tradicional Pioneiro. Também se ressalta as centralidades desconectadas das demais, com ênfase na que está no limite entre Goiânia e Aparecida de Goiânia (KNEIB, 2016).

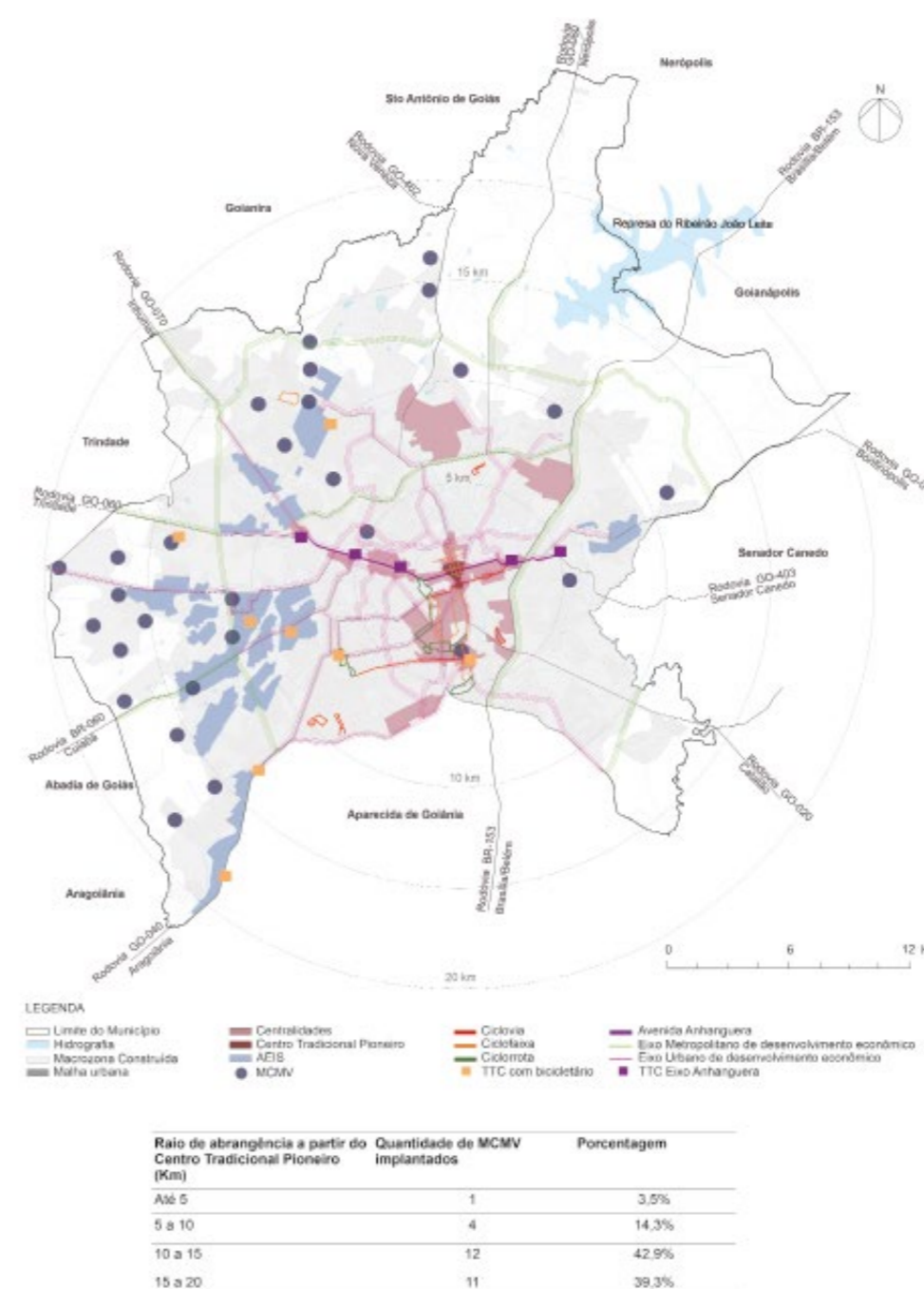


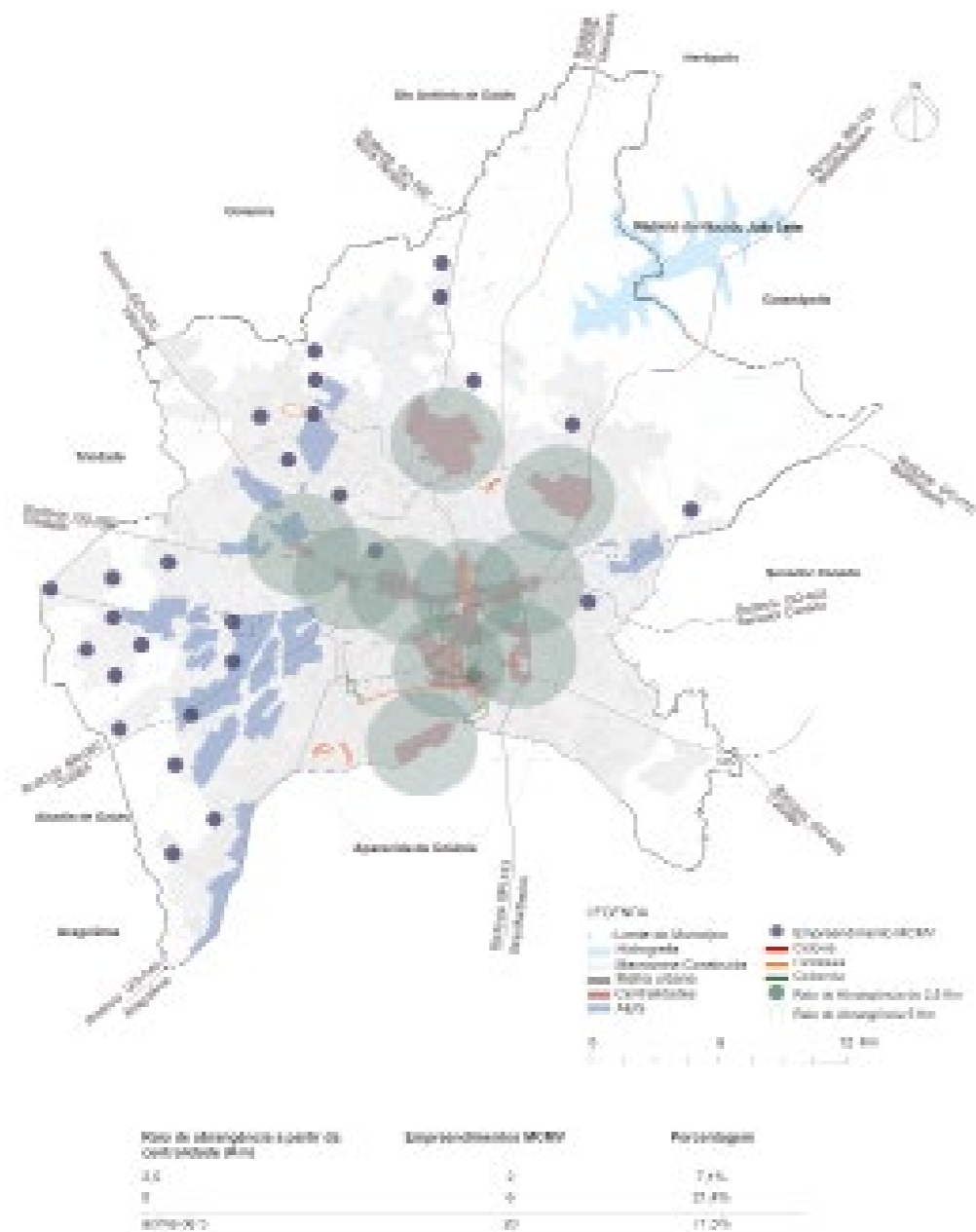
Figura 7 – AEIS, HIS, Centralidades e Infraestrutura para ciclista. Fonte: Autoras (2022) a partir de Goiânia (2007), Naciff (2019b), Kneib (2016) e Lins (2020).

Em relação aos raios de 5, 10, 15 e 20 quilômetros inseridos a partir do Centro Tradicional Pioneiro, é possível observar que a maior parte dos empreendimentos MCMV e AEIS estão a mais de 10 quilômetros do Centro Tradicional Pioneiro. Nota-se que apenas um empreendimento MCMV está implantado na centralidade consolidada da região sul, e que existe um ponto de confluência entre centralidade e AEIS na região oeste.

A tabela apresentada na figura 7 mostra que dos 28 empreendimentos MCMV analisados, 82% estão a mais de 10 quilômetros do Centro Tradicional Pioneiro, tornando o acesso por modos ativos pouco viável.

A Figura 7 também revela que as ciclovias, ciclorrotas e ciclofaixas permanecem centralizadas na cidade, onde as centralidades já estão consolidadas. Também, é possível observar ciclofaixas e ciclovias isoladas, em torno de parques, revelando que tal infraestrutura não foi planejada como parte do sistema de mobilidade urbana da cidade, mas como parte de equipamento urbano de lazer ativo. A infraestrutura para ciclista contempla apenas um empreendimento MCMV que já está inserido em uma centralidade na região sul de Goiânia.

Figura 8 – Centralidades e raios de abrangência por modos ativos. Fonte: Autores, a partir de Goiânia (2007), Naciff (2019b), Kneib (2016) e Lins (2020).



A fase 3 resultou na Figura 8 que apresenta a relação espacial entre as centralidades e os empreendimentos MCMV e AEIS. Por meio da imagem é possível observar que apenas 2 empreendimentos MCMV estão dentro do raio de abrangência para pedestre, de modo que estes podem acessar a centralidade por meio de caminhada. Quanto às AEIS, destaca-se, na região oeste da cidade, uma área dentro do raio caminhável para acesso à centralidade.

Já em relação ao raio de abrangência de 5 quilômetros relativos aos deslocamentos prioritários para ciclistas, observa-se que 6 empreendimentos MCMV encontram-se na área de acesso ciclável, além de áreas de AIES na região sul da cidade.

A tabela (Figura 8) mostra que 71% dos empreendimentos MCMV estão fora das áreas de acesso para deslocamentos por modos ativos.

Outra análise importante para os modos ativos é verificar o acesso aos Terminais do Transporte Coletivo – TTC, justamente por possibilitar a integração entre estes modos nos deslocamentos cotidianos. A partir da Figura 9, resultante da etapa 4, observa-se que Goiânia possui 13 terminais do transporte coletivo, dos quais 05 que estão localizados ao longo da Avenida Anhanguera e não possuem bicicletários, enquanto os demais, predominantemente na região sudoeste da cidade, são equipados com bicicletário.

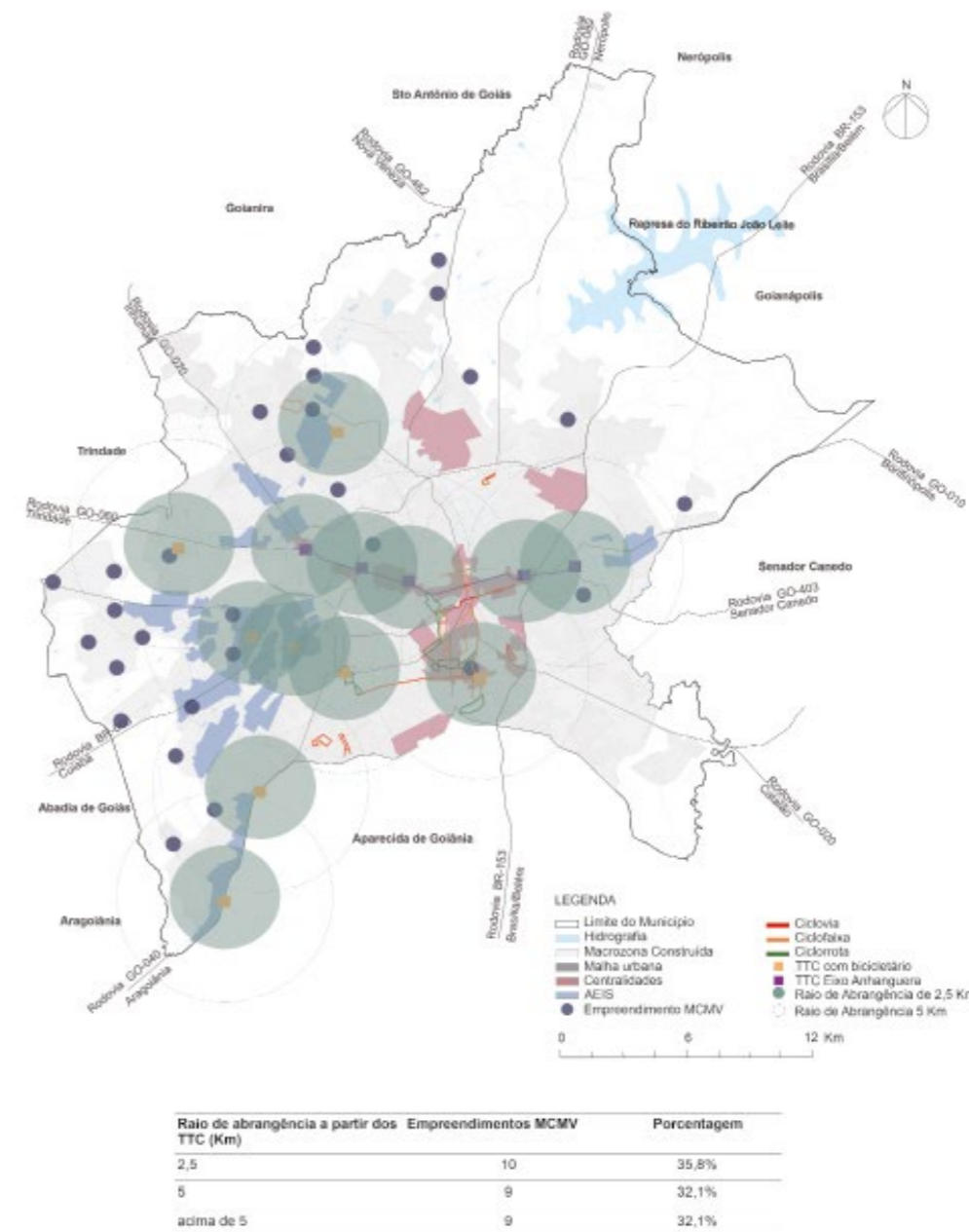


Figura 9 - TTC e raios de abrangência por modos ativos. Fonte: Autores, a partir de Goiânia (2007), Naciff (2019b), Kneib (2016), Lins (2020) e UFG/SECIMA (2017).

Também se nota que o lado norte da Avenida Anhanguera possui apenas um TTC, embora apresente duas centralidades identificadas, doze empreendimentos MCMV, e duas AEIS. Vale destacar que outros fatores de estudos operacionais, de demanda, uso do solo e densidade podem influenciar a necessidade de implantação dos terminais.

A Figura 9, também resultante da fase 4, apresenta a relação espacial entre os TTC e os empreendimentos MCMV e AEIS. Observa-se que a partir de dez empreendimentos MCMV é possível chegar a pé a um terminal do transporte coletivo. Além disso, uma área considerável de AEIS é coberta por este raio de abrangência.

Também se nota que todas as AEIS são cobertas pelo raio de abrangência de 5 quilômetros, perímetro favorável para deslocamento por bicicleta. Porém, a infraestrutura relativa as vias cicláveis não contempla esta região da cidade. Já em relação aos empreendimentos MCMV, nove estão fora dos raios de abrangência de 5 quilômetros, uma porção considerável, sendo um terço (1/3) do total, conforme tabela da figura 9.

Conforme discorrido neste item, segue o quadro (figura 10) em que se destacam os pontos críticos e potencialidades a partir do padrão (situação que mais se repete) observado nos mapas cartográficos. Ao mesmo tempo em que traz um resumo e dos pontos mais relevantes, ele também sinaliza os aspectos cujas análises podem ser aprofundadas.

PONTO PARA ANÁLISE	POTENCIAL	CRÍTICO
O município apresenta os elementos identificados	(X) Sim	() Não
Os elementos estão identificados e mapeados no município	(X) Sim	() Não
O padrão de inserção da habitação social	() Região central () Próxima à centralidade	(X) Região periférica (X) Distante da centralidade
Quantidade e localização das centralidades urbanas	(X) Policêntrico	() Monocêntrico
Em relação às habitações sociais, o centro tradicional é acessível por modo ativo	() Sim	(X) Não
Em relação às habitações sociais, as centralidades urbanas são acessíveis por modo ativo	() Sim	(X) Não
Em relação às habitações sociais, os terminais do transporte coletivo são acessíveis por modo ativo	(X) Sim	() Não
A infraestrutura ciclável atende as áreas de habitação social	() Sim	(X) Não
A infraestrutura ciclável se conecta aos terminais do transporte coletivo	() Sim	(X) Não

Resultado e discussão

A partir da aplicação do procedimento apresentado, foi possível visualizar, por meio da sobreposição das informações cartográficas, as interações entre os elementos do Modo Ativo e da Estrutura Espacial Urbana e compreender aspectos da inserção urbana da habitação social em Goiânia relativos à acessibilidade por modo ativo.

Como principal resultado na cidade de Goiânia, cabe considerar que a implantação da habitação social não é planejada considerando a acessibilidade por modo ativo às centralidades urbanas. Portanto, pode-se afirmar que a implantação de empreendimentos MCMV e AEIS marca a necessidade de grandes deslocamentos em distância e tempo e reafirmam o processo de segregação social das camadas de baixa renda, corroborando com Rolnik *et al.* (2015, p.272) que reiteram que “as distâncias dos empreendimentos às centralidades das cidades, bem como os tempos de deslocamento envolvidos, dão mostras do reforço de um quadro de segregação socioespacial”. Neste sentido, o ato do abandono é materializado a partir da negligência do poder público, em suas instâncias, visto que o processo de inserção da habitação social nas periferias é histórico e recorrente.

Esta lógica de produção de habitação social acarreta muitos impactos na qualidade de vida e mobilidade dessa população, tais como tempo e custo para circular na cidade, acesso aos serviços e equipamentos públicos, lazer, comércio e oferta de empregos, entre outros, representando o abandono do direito à cidade, no que se refere à oportunidade de desenvolvimento econômico e cultural (ROLNIK *et al.*, 2015).

Segundo Villaça (2001) existe uma relação direta entre a segregação e a possibilidade de apropriação de vantagens econômicas, a partir da oportunidade de emprego. Portanto, o abandono das camadas populares, a partir da inserção das suas habitações, muitas vezes, revela uma reverberação intencional de tal abandono. No entanto, outras reverberações ecoam, embora não intencionais, pois a segregação e dispersão territorial gera “custos para a sociedade, devido à maior necessidade de recursos para levar infraestrutura para as periferias, ao aumento da necessidade de deslocamento e

dos congestionamentos, à poluição do ar e aos desafios de segurança viária” (ROLNIK *et al.*, 2015 p.273).

No caso de Goiânia, a inserção urbana da habitação social não favorece a acessibilidade por modos ativos às centralidades, confirmando que esta camada social, que enfrenta problemas de restrição orçamentária, também enfrenta maior tempo de deslocamento para acessar emprego e serviços básicos (PORTUGAL *et al.*, 2017).

No que se refere aos terminais do transporte coletivo, destaca-se que todas as AEIS estão contidas nos raios de abrangência que permitem acesso por modos ativos, com distâncias que possibilitam o deslocamento intermodal (modo ativo e transporte coletivo), e refutando a parte da hipótese deste trabalho que afirmou que o Plano Diretor (GOIÂNIA, 2007) não considerou as questões de acessibilidade por modos ativos aos TTC. Contudo, não se pode afirmar que há infraestrutura adequada que viabilize ou potencialize tal intermodalidade.

Já em relação aos empreendimentos MCMV, observou-se que grande parte deles estão fora do raio de abrangência dos modos ativos, confirmando a parte da hipótese relacionada a falta de acesso às centralidades por este modo de deslocamento. Tal fato revela que essa população de baixa renda não foi contemplada com a atenção devida do poder público em relação à sua moradia, embora tenha sido subsidiada por ele, reafirmando as disparidades socioespaciais e potencializando os problemas urbanos (ROLNIK *et al.*, 2015).

Destaca-se que existe um grande potencial para deslocamentos por bicicleta, como parte do sistema de mobilidade, principalmente em relação ao acesso entre as AEIS e os TTC. Este potencial identificado aponta para a necessidade de investimentos em vias cicláveis em áreas consolidadas, onde estão inseridas as habitações sociais, para favorecer a integração entre deslocamentos por bicicleta e o transporte coletivo. Evidencia-se aqui a necessidade do planejamento da mobilidade urbana integrando, além do transporte e o uso do solo, os diversos modais, superando a percepção limitada que normalmente foca apenas na ampliação da oferta de transporte coletivo.

Em relação às AEIS, o Plano Diretor (GOIÂNIA, 2007) indicou áreas próximas aos terminais de transporte coletivo. Porém, estas áreas não estão localizadas próximas às centralidades, reforçando a ideia de exclusão territorial das habitações sociais, e aumentando substancialmente a demanda sobre o transporte coletivo.

Para tanto, considerar o planejamento e implementação de centralidades em locais onde já estão implantadas as habitações sociais, é uma estratégia de desenvolvimento urbano importante, pois ampliará a oportunidade de emprego, lazer e serviços, além de possibilitar acesso por modos ativos, diminuindo a necessidade de longos deslocamentos pela cidade, por transporte coletivo ou automóvel. Dessa forma, possibilita-se superar o abandono gerado no momento da inserção da habitação social, de modo que esta população possa ser acolhida pela cidade e respeitada em suas necessidades básicas, a partir da aproximação da oferta de serviços, comércio e lazer.

Evidencia-se, então, o apontamento de Tella e Muñoz (2016) para políticas de adensamento urbano, que garantam uma estrutura policêntrica, a partir de estratégias de reurbanização de assentamentos informais e áreas periféricas. Neste sentido, a estruturação espacial urbana policêntrica apresenta-se como alternativa à organização do crescimento das cidades, ao desestimular o zoneamento territorial e favorecer distribuição das atividades e adensamento urbano nas centralidades, contribuindo como mitigação dos impactos negativos do espraiamento urbano (KNEIB, 2016),

Por meio deste estudo, pôde-se observar que a inserção urbana da habitação social em Goiânia é marcada espacialmente pela periferização e necessidade de longos deslocamentos, caracterizados pelo aumento do custo e tempo; e favorecimento do uso de veículo motorizado. Estas condições reafirmam e reforçam o processo de segregação social das camadas de baixa renda, pois uma maior inclusão social requer maior acessibilidade e equidade de acesso aos espaços urbanos. Pensar sobre as camadas sociais mais vulneráveis e sobre as áreas da cidade a elas destinadas ratifica a necessidade de reforçar a defesa pelo direito de todos ao acesso à cidade por meio do sistema de mobilidade urbana e da integração de diferentes agendas setoriais da política urbana.

Em relação ao estudo aplicado em Goiânia, pôde-se contribuir com análises da situação atual da inserção urbana da habitação social e com apontamentos para ações de planejamento urbano, tais como a necessidade de planejamento novas centralidades e de implantação de vias cicláveis e infraestrutura adequada que atendam a esta população. Destaca-se, portanto, a análise sistêmica da cidade, para superação de análises isoladas e fragmentadas, como contribuição para compreensão da sua estrutura organizacional e interações entre o sistema de modo ativo e a estrutura espacial urbana, especialmente a inserção da habitação social, demonstrando a dependência recíproca entre os elementos analisados. Desta forma, a partir da visão do todo, pôde-se contribuir com apontamento para melhorias que, apesar de pontuais, podem reverberar por todo o sistema de acessibilidade por modo ativo para a população de baixa renda moradora nos empreendimentos sociais.

Considerações finais

Apartir do novo paradigma científico para estudos urbanos, considerando a necessidade que sejam abrangentes e integrativos, orientados para observação das interações dos elementos do sistema e a visualização do *todo*, este trabalho se apresenta como uma contribuição teórico metodológica ao propor um método para análise da acessibilidade por modo ativo, no contexto da estrutura espacial urbana, para compreender a inserção da habitação social, atingindo seu objetivo e mostrando a viabilidade do mesmo a partir de sua aplicação em Goiânia.

Sob a perspectiva da visão sistêmica, destaca-se a necessidade de análises das relações entre os sistemas da mobilidade urbana e da estrutura espacial urbana, pois a complexidade da mobilidade urbana e a mitigação do problema da segregação espacial não alcançam soluções viáveis quando seccionados no planejamento e na gestão da cidade. Logo, este trabalho também se configura como contribuição científica na medida em que reforça a necessidade da integração de políticas públicas de mobilidade e de habitação, além de incentivar deslocamentos mais sustentáveis e com menores custos.

Esta pesquisa revela que o sistema da inserção da habitação social precisa de uma mudança sistemática, a partir da identificação dos elementos e relações que possibilitem intervenções que mudem a forma de inserir a habitação social em cidades latino americanas, tendo em vista, principalmente, a acessibilidade às atividades cotidianas, para que o abandono, representado aqui pela segregação socioespacial dessa população, seja reconfigurado em formas de acolhimento, cuidado e respeito, em um esforço para a garantia do direito à cidade.

O trabalho se mostra relevante no que se refere ao âmbito social e político ao apresentar proposições conjuntas para planejamento de implantação de novas habitações sociais e novas centralidades dentro da estrutura espacial urbana já consolidada, pois a

acessibilidade tanto temporal quanto espacial, é um fator importante para inclusão social, visto que trata da produção da cidade para todos, na busca da universalização do direito à cidade.

Este ensaio ainda abre a possibilidade da realização de trabalhos futuros com aplicação do procedimento desenvolvido em outras cidades e a ampliação desta pesquisa propondo análises da infraestrutura para a realização de deslocamentos ativos. Além disso, destaca-se a importância da realização de estudos que identifiquem as centralidades urbanas, os empreendimentos MCMV implantados no município, e a infraestrutura para realização de deslocamentos ativos.

Destaca-se que em 2022 foi aprovado um novo plano diretor (GOIÂNIA, 2022) para a cidade de Goiânia. Portanto, tem-se também como sugestão, para pesquisas futuras, a aplicação da metodologia apresentada a partir das informações constantes no novo plano, visando construir e ampliar um percurso histórico da relação entre acessibilidade por modo ativo e inserção da habitação social, além da possível comparação entre os planos diretores quanto a esta temática.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social: Cem anos de política pública no Brasil – Volume 1*. São Paulo: Editora UNESP, Edições SESC São Paulo, 1ª ed. 2014.

BORGES Elcileni de Melo; BARREIRA Celene Cunha Monteiro; COSTA, Eduarda Pires Valente da Silva Marques da. Habitação Social e Desenvolvimento Urbano Sustentável: O Caso da Região Metropolitana de Goiânia. *Revista eletrônica Geo*, UERJ. n.30. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.257, de 3 de janeiro de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

CAPRA, Fritjof. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas* / Fritjof Capra e Pier Luigi Luisi; Tradução Mayra Teruya Eichemberg, Newton Roberval Eichemberg. - São Paulo: Cultrix, 2014.

CERQUEIRA, Eugênia Dória Viana. Mobilidade e desigualdades de acesso aos serviços urbanos nas periferias de Belo Horizonte: um estudo qualitativo. *Caderno de Geografia*, v.31, n.66, 2021, pp. 702-722.

GEHL, Jan. *Cidade para Pessoas* / Jan Gehl; tradução Anita Dimarco. 3ed. São Paulo: Perspectiva. 2015.

GLAESER, Edward L. *Os centros urbanos - A maior invenção da humanidade: como as cidades nos tornaram mais ricos, inteligentes, saudáveis e felizes* / Edward L. Glaeser; tradutor Leonardo Abramowich.-Rio de Janeiro : Elsevier, 2011.

GOIÂNIA. Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências.

GOIÂNIA. Lei Complementar Nº 349, DE 04 de março de 2022. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Goiânia e dá outras providências.

IBGE, - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020.

ITDP Brasil. *Índice de Caminhabilidade 2.0*. 1a edição: fevereiro de 2018. Versão 2.2. 2019.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades* / Jane Jacobs ; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro ; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KAMRUZZAMAN, Liton; YIGITCANLAR, Tan; YANG, Jay e MOHAMED, Mohd Afzan. Measures of transport-related social exclusion: a critical review of the literature. *Sustainability*, 8, (696), 2016.

KNEIB, Érika Cristine e PORTUGAL, Licínio da Silva. Caracterização da acessibilidade e suas relações com a mobilidade e desenvolvimento. In.: *Transporte, Mobilidade e Desenvolvimento* / Licínio da Silva Portugal [et al.] organização Licínio da Silva Portugal. --1ed. --Rio de Janeiro: Elsevier. 2017, pp. 65-87.

KNEIB, Érika Cristine. Goiânia: características, relações e potencialidades entre centralidades, sistemas e projetos de transporte na capital. In.: KNEIB, Érika Cristine (org.). *Mobilidade e Acessibilidade em Goiânia*. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. Cap 1, p.13-30.

KNEIB, Érika Cristine. Mobilidade e centralidades: reflexões, relações e relevância para a vida urbana. In.: KNEIB, Érika Cristine (org.). *Projeto e cidade: centralidades e mobilidade urbana*. Goiânia: FUNAPE. 2014. Cap1, p.15-40.

LINS, Poliana Batista Rodrigues. *Segregação socioespacial revelada pelas ciclovias em Goiânia*. 2020. 121f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade). Curso de Pós-graduação em Projeto e Cidade, Universidade Federal de Goiás.

MOLINATTI, Florencia, e PELÁEZ, Enrique. La localización como factor crítico. Análisis del programa *Mi casa, mi vida*. Córdoba, Argentina. *Cuadernos de Economía*, vol. 36, núm. 71, pp. 521-548, 2017.

MOYSÉS, Aristides; CUNHAM, Débora Ferreira; BORGES, Elcileni de Melo; MAIA, Tule César Barcelos. Impactos da produção habitacional contemporânea na Região Metropolitana de Goiânia: dinâmica, estratégias de mercado e a configuração de noras espacialidades e centralidades. In.: CARDOSO, A. L. (Org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Cap. 11, p. 255-278.

NACIFF, Yordana Dias das Neves. O pensamento sistêmico em análises urbanas: uma perspectiva para o problema da segregação socioespacial nas cidades. *Arq.Urb*, (24), p.1-18, 2019a.

NACIFF, Yordana Dias das Neves. A produção do espaço urbano na Região Metropolitana de Goiânia: periferias, subúrbios e o Programa Minha Casa Minha Vida. In.: KNEIB, Erika Cristine (org). *Diálogos urbanos: sobre projetos e cidades*. Goiânia: Gráfica UFG, p.10-30, 2019b.

NASCIMENTO, Diego Tarley Ferreira e OLIVEIRA, Ivanilton José de. Mapeamento do Processo Histórico de Expansão Urbana do Município de Goiânia-Go. *Revista GEO-graphia*, v. 17, n. 34, p. 141-167, 2015.

OECD – Organisation de coopération et de développement économiques. *The Well-Being Lens. An Innovative Process For Net-Zero Strategies*, 2021. Online. Disponível em: <https://www.oecd.org/climate-change/well-being-lens/well-being-lens-brochure.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

PORTUGAL, Licínio da Silva. *Transporte, Mobilidade e Desenvolvimento* / Licínio da Silva Portugal [et al.] organização Licínio da Silva Portugal. --1ed. --Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

ROLNIK, Raquel; PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos; MOREIRA, Fernanda Accioly; ROYER, Luciana de Oliveira; IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; NISIDA, Vitor Coelho. O Programa minha casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v.17, n. 33, p. 127-154, 2015.

RODRIGUE, Jean-Paul. *The geography of transport systems* / Jean-Paul Rodrigue, Claude Comtois, and Brian Slack, Taylor & Francis e-Library, 2006.

SANTOS, Alexandre Pereira; POLIDORI, Maurício Couto; PERES, Otávio Martins; SARAIVA, Marcus Vinícius. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.9, p.430-442, 2017.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo, Edusp, 2009.

TELLA, Guillermo e MUÑOZ, Martín. Densificar a região metropolitana: Estratégias e ações para uma cidade mais compacta e eficiente. *ArchDaily Brasil*. 1 jul 2016. Online. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/790621/densificar-a-regiao-metropolitana-estrategias-e-aco-es-para-uma-cidade-mais-compacta-e-eficiente-guillermo-tella-e-martin-munoz>. Acesso 29 Jun 2020.

The Sustainability Laboratory. *Systems Thinking & Systems Modelling*. A Course for Understanding Systems and Creating Systems Models. Nov de 2019. Online. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1CFvLyuhSJS9Cpfz0XDZNV-e891f8H4f2/view>. Acesso em 30 mar 2022.

UFG e SECIMA. Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia. Universidade Federal de Goiás e Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. Goiânia, 2017.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 1ed. São Paulo: Studio Nobel: FABESP: Lincoln Institute, 2001, 373p.

WRI Brasil. *DOTS nos planos diretores*. Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável no planejamento urbano. 1ed, 2018.

O DISCURSO DO ABANDONO

Da casa popular à precariedade habitacional

THE DISCOURSE OF ABANDONMENT
From popular housing to housing precariousness

Ana Maria Denardi Piccini¹ e Vitor Martinez Arruda Campos²

Resumo

Sob a ótica da sustentabilidade urbana, esta pesquisa tem como objetivo debater o abandono em torno da habitação popular em condições de precariedade. No discurso, será tratado o distanciamento promovido pelas leis vigentes (que tendem ao incentivo do uso de novas tecnologias na construção de habitações que cumpram sua função social de propriedade) em contradição à prática das políticas públicas (que promovem o abandono das mesmas). A pesquisa qualitativa foi feita por meio da revisão bibliográfica e análise documental. Observou-se com esse estudo, que muitos são os entraves políticos, econômicos e até mesmo culturais para a inserção dessas novas tecnologias para a construção de casas populares. Registra-se que no decorrer dos anos de diferentes programas governamentais, a informalidade passou a sustentar a formalidade, enquanto uma parcela significativa da população carente continua inacessível aos programas e conseqüentemente a moradia digna, resultando, dessa forma, na precariedade habitacional estampada na realidade brasileira.

Palavras-chave: habitação precária, políticas públicas, habitação popular.

Abstract

From the perspective of urban sustainability, this research aims to discuss the abandonment of popular housing in precarious conditions. The speech will deal with the distance promoted by current laws (which tend to encourage the use of new technologies in the construction of housing that fulfill their social function of ownership) in contradiction to the practice of public policies (which promote their abandonment). Qualitative research was carried out through bibliographic review and document analysis. It was observed with this study that there are many political, economic and even cultural obstacles to the insertion of these new technologies for the construction of popular houses. It is noted that over the years of different government programs, informality began to support formality, while a significant portion of the needy population remains inaccessible to programs and consequently to decent housing, resulting, in this way, in the housing precariousness stamped in the Brazilian reality.

Keywords: precarious housing, public policies, popular housing.

¹ Doutoranda no Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina - UEM/UEL/PR. Mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins – UFT/ TO. Especialização em Engenharia do Produto e Design pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR. Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina - UEL/PR. Professora Efetiva do Instituto Federal do Paraná – IFPR/Paranavá.

² Mestrando no Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - UEM/UEL/PR. Especialização em Projeto Arquitetônico: Composição e Tecnologia do Ambiente Construído pela Universidade Estadual de Londrina - UEL/PR. Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE.

Introdução

Segundo a UN-HABITAT (2020) e seu relatório denominado *World Cities Report 2020*, o mundo continuará a urbanizar-se durante a próxima década, elevando o índice atual de 56,2% para 60,4% até o ano de 2030. Para o mesmo documento, o que chama atenção desse acontecimento mundial é que 96% do crescimento urbano ocorrerá em regiões menos desenvolvidas, dificultando a aplicação de princípios e parâmetros para uma urbanização sustentável e piorando as condições de moradia, salubridade e saúde pública.

De modo geral, a orientação para uma urbanização sustentável (que congregue os fatores de inclusão, resiliência e segurança) exige que benefícios ambientais sejam difundidos a todos os setores da população urbana, principalmente para aquela parcela menos favorecida (UN-HABITAT, 2020). As tomadas de decisões devem promover a equidade cujo sentido está na disposição para reconhecer imparcialmente o direito de cada um (MICHAELIS, 2015), seja ela em qualquer esfera social: saúde, educação, transporte entre outros, adentrando também a questão da habitação e todas as suas formas de abandono.

Para que o valor social da urbanização sustentável seja plenamente realizado, a identificação e abordagem das causas profundas da exclusão e da inequidade são fundamentais. Por exemplo, uma abordagem política equitativa da habitação a preços acessíveis deve centrar-se em áreas de favelas e assentamento informais ou bairros alvo que tenham sido historicamente gentrificados ou que tenham sofridos despejos devido a investimentos imobiliários (UN-HABITAT, 2020, p.3).

Para Leitão e Ferreira (2019) o fenômeno da precarização habitacional já é reconhecidamente um problema mundial na medida em que a população urbana aumenta e junto dela, em um ritmo mais acelerado, aumenta também a população urbana vulnerável sujeita a algum tipo de precariedade. Para os mesmos autores, a incapacidade dos governos em lidar com esse fenômeno faz com que as tentativas de conter ou resolver o abandono e respectiva precarização habitacional urbana se torne insuficiente para enfrentar o problema.

Nesse panorama veio à tona a questão da Habitação de Interesse Social (HIS) e sobre como projetos realizados nesse âmbito podem ajudar a melhorar o cenário descrito.

A Habitação de Interesse Social, em termos gerais, é aquela voltada à população de baixa renda que não possui acesso à moradia formal e nem condições para contratar os serviços de profissionais ligados à construção civil. Segundo o UN-HABITAT, habitação acessível é aquela adequada em qualidade e localização, que não custa tanto a ponto de impedir seus moradores de arcar com outros custos básicos de vida ou ameaçar seu gozo de direitos humanos básicos (MOREIRA, 2020, n.p).

Ao tratar das legislações a respeito do tema, no ano de 2004 foi criada a Política Nacional de Habitação com o intuito de promover o acesso à moradia digna, à terra urbanizada, ao ambiente saudável e entre outros (BRASIL, 2004). Na sequência, em 2005, foi publicada a Lei Federal nº 11.124/2005 que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) cujo objetivo foi viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável tendo,

como uma de suas diretrizes, o incentivo à pesquisa, incorporação de desenvolvimento tecnológico e de formas alternativas de produção habitacional (BRASIL, 2005).

Em 2010 foi publicado o Plano Nacional de Habitação (BRASIL, 2010), o qual trouxe como um dos objetivos ampliar a produção e estimular a modernização da cadeia produtiva da construção civil voltada à produção de HIS e à habitação do mercado popular, buscando obter qualidade, menor custo, ganho de escala e agilidade. Entre suas estratégias estavam a modernização dos processos de produção a partir do incentivo à utilização de materiais, componentes, sistemas e tecnologias adaptadas às características regionais e adequadas às especificidades desse tipo de habitação.

No mesmo sentido, o documento destacava que deveriam ser priorizados o apoio ao uso de materiais, componentes, sistemas e tecnologias que privilegiassem o uso de recursos disponíveis nas regiões assim como o uso daqueles materiais, componentes, sistemas e tecnologias que induzissem a uma utilização de mão de obra local contando com avanços que promovessem o desenvolvimento de novas tecnologias e processos visando adaptação a materiais locais (BRASIL, 2010).

Destaca-se que esse mesmo Plano (BRASIL, 2010, p.5) já previa em seu documento, o desafio de suprir o “déficit habitacional acumulado ao longo de décadas somados a demanda habitacional futura” totalizando um montante de 31 milhões de novos atendimentos habitacionais até 2023. Vale registrar que esse dado foi anunciado muito antes de existir uma Pandemia Mundial (do COVID-19) que agravou a situação em todo o país, após março de 2020. Tal Plano também destacava em seu texto a necessidade da produção habitacional baseada em modelos mais efetivos e sustentáveis em conjunto com subsídios para as famílias de baixa renda que ainda não conseguissem acessar financiamento pelos meios tradicionais do mercado.

Nesse ponto, o *World Cities Report 2020* (UN-HABITAT, 2020) já lembrava em seu texto que a inovação e as tecnologias desempenham um papel multidimensional nas zonas urbanas criando verdadeiras cidades direcionadas para as pessoas. A exploração do potencial endógeno seria um caminho para aumentar e diversificar a economia local e por consequência a sustentabilidade.

Baseado nos fatos acima, numa perspectiva multidisciplinar, sob a ótica da sustentabilidade urbana, o estudo aqui apresentado tem como objetivo debater o discurso do abandono que promove o distanciamento entre as políticas públicas naquilo que diz respeito a construção de habitação popular, econômica e ambientalmente sustentável, resultando na promoção da precariedade habitacional entre a população de baixa renda.

Procedimentos metodológicos

Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se, segundo Gil (2017), de forma qualitativa por meio de revisão de literatura e análise documental com livre discussão sobre o tema. O processo metodológico se deu em três fases sendo essas: a contextualização da temática, a caracterização do tema e a conexão dos assuntos.

A partir daí este artigo foi estruturado em três seções temáticas, além da introdução, procedimentos metodológicos e considerações finais. A primeira etapa buscou trazer as abordagens conceituais e teóricas tomando como ponto de partida a habitação popular a partir dos anos de 1930 até os tempos atuais. Na segunda parte, esquadrihando uma visão geral a respeito do tema, tratou-se da questão da habitação popular em situação de precariedade nas suas diferentes formas tendo como área de recorte as

diversas regiões do país. Na terceira e última etapa, sob forma de confrontar teoria e práticas das políticas públicas em torno da habitação popular foi discutido a legislação e o uso de tecnologias sustentáveis para a construção de habitações populares.

Sob um caráter reflexivo, a revisão bibliográfica se deu como forma de: entender a evolução da habitação popular no Brasil e identificar as formas de abandono que resultaram na habitação precária ao longo dos tempos. Buscou-se também um levantamento das iniciativas políticas que, tomando a questão habitacional sob pano de fundo, traçaram o desenho que estampa a habitação popular nos tempos atuais.

Seguindo Inguaggiato e Olivatto (2022), o levantamento bibliográfico se deu por meio de investigação a partir de autores clássicos assim como pesquisas mais atuais referentes ao tema a ser tratado. Dessa forma, foram realizadas buscas em bases de indexação de publicações científicas (como exemplo portal de periódicos da CAPES, *Scielo*, *Scopus* entre outros) além das publicações de teses e dissertações das instituições de ensino e pesquisa.

Para tratar das informações sobre o distanciamento das políticas públicas existentes e sua efetiva utilização no incentivo do uso de novas tecnologias (usadas na construção de habitação popular) a busca se deu em fontes diversificadas tendo como base principal o conjunto de documentos governamentais e publicações dos órgãos oficiais que tratam do assunto.

Abordagens conceituais e teóricas

No Brasil, a construção de habitação de interesse social se inicia em paralelo a industrialização por volta dos anos 1930. Um fato gerador dessa construção se deu pela necessidade da população do campo ter sido atraída para as cidades no intuito de trabalhar e viver. A partir dessa época o Governo Federal sinalizou interesse para que núcleos de moradias populares acontecessem.

Para Bonduki (2005) foi nessa época que se marcou a quebra da forma como o Estado vinha intervindo na relação capital/trabalho. Para o mesmo autor foi a partir de 1930 que o governo se volta para as atividades urbano industriais e aos novos setores sociais emergentes, destacando-se nesse caso, as massas populares urbanas.

Premido pela necessidade de legitimar o poder político que passou a deter a partir da revolução de 30, Vargas teve de estabelecer uma solução de compromisso de novo tipo, já que nenhum dos grupos participantes do poder — classes médias, tenentes, oligarquias periféricas etc. — podia oferecer as bases de legitimidade do Estado. Surge assim na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas, que passam a garantir a legitimidade ao novo Estado brasileiro [...]. Assim legitimado e de certa forma pairando sobre todas as classes, o que significava abrir-se a todos os tipos de pressões sem se subordinar exclusivamente aos objetivos imediatos de qualquer uma delas, o Estado brasileiro pós-30 pode formular uma política econômica e social que, apesar de às vezes ser contraditória e descontínua, apresenta certas características bem definidas (BONDUKI, 2005, p. 716).

No intervalo entre o início do processo na década de 1930 e os anos seguintes, algumas foram as tentativas malsucedidas (e não explorada nesse momento) para solução do problema em destaque. Ao avançar no tempo, no ano de 1964 a habitação popular foi

eleita pelo governo como um problema fundamental, que mascarado por interesses políticos e econômicos, serviu de pano de fundo para provimento de interesses de um grupo seletivo (BOLAFFI, 1982).

Nesse mesmo ano, por meio da Lei Federal nº 4.380 (BRASIL, 1964) foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) junto com o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cujo objetivo manifesto era solucionar o problema da habitação promovendo a construção e a aquisição da casa própria pelas classes de menor renda. Em 1967, esse banco assumiu a gestão de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e foi implantado o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Tal jogada fez com que o montante de recursos acumulado em seus cofres, tornasse o banco uma das principais potências financeiras do país e “talvez a maior instituição mundial voltada especificamente para o problema da habitação” (BOLAFFI, 1982, p. 50).

Tudo indica, portanto, que o problema da habitação popular, formulado há mais de dez anos e até agora não resolvido - e, como veremos mais adiante, consideravelmente agravado - apesar dos fartos recursos que supostamente foram destinados para a sua solução, não passou de um artifício político formulado para enfrentar um problema econômico conjuntural [...]. E que os fatos demonstram é que, a partir de 1967, quando a conjuntura econômica tende a se inverter, as preocupações para com as condições habitacionais das camadas populares vão sendo paulatinamente esquecidas (BOLAFFI, 1982, p.50).

Para o mesmo autor, o BNH não conseguiu atingir os seus objetivos. Os recursos destinados para atender a demanda populacional urbana foram baixos enquanto transmitia para o setor privado suas funções. “O Banco limitava-se a arrecadar os recursos financeiros para em seguida transferi-los a uma variedade de agentes privados intermediários” (BOLAFFI, 1982, p. 53).

O mesmo autor em suas discussões a respeito do problema e do falso problema já trazia o questionamento (iniciado em 1975 e ainda atual) da possibilidade de se concluir que “a essência e a natureza dos problemas que a nação formula para si mesmo, ou pelo menos a importância e a prioridade que lhes atribui”, como por exemplo a questão da habitação no Brasil, “varia em função da estratégia daqueles que em cada momento constituem o poder e detêm a capacidade de decisão” (BOLAFFI, 1982, p.39).

Após 22 anos de existência, pelo Decreto-Lei nº 2.291 de (BRASIL, 1986) o BNH passa a ser extinto no âmbito nacional, sendo todos os seus direitos e obrigações incorporados pela Caixa Econômica Federal. Nos anos que se passaram, nenhuma política nacional foi consolidada.

Ao avançar no tempo, para Fleury e Silva e Silva (2015), com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, houve pela primeira vez um tratamento integrado das políticas urbanas levando em consideração o uso e a ocupação do solo. Ainda para os mesmos autores:

Nesta plataforma foi elaborada, em 2004, a nova Política Nacional de Habitação regida, entre outros princípios, pelo direito à moradia digna; pela função social da propriedade urbana; pela questão habitacional como política de Estado, pelo compromisso com a provisão de moradia e a regularização de assentamentos precários. Na segunda gestão do Governo Lula, dando continuidade à política urbana mas diminuindo com isso, segundo Maricato (2011), o poder

do Ministério das Cidades, foram lançados o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento – Habitação em 2010 e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) 1 e 2 em 2009 e 2011 respectivamente (FLEURY E SILVA; SILVA, 2015, p. 281).

Seguindo a mesma métrica, os autores em questão afirmam que o PMCMV em especial, “não foi formulado a partir das características intrínsecas ao problema habitacional, mas sim das necessidades impostas pelas estratégias de poder, dos negócios e das ideologias dominantes” (FLEURY E SILVA; SILVA, 2015 p. 281) seguindo um padrão que já era estabelecido em programas anteriores: a obediência aos critérios do capital imobiliário e da máquina política eleitoral. Com a Lei Federal nº 14.118 de 2021 (BRASIL, 2021), o PMCMV foi definitivamente extinto tendo como sucessor o Programa Casa Verde e Amarela, ainda não discutido nesse trabalho.

Nesse sentido, observa-se que a habitação popular passou por vários processos de abandono ao longo do tempo: domicílios de apenas um cômodo como quartos em cortiços ou cabeças de porco que, segundo Marques (2015), era uma solução habitacional de elevada precariedade e insalubridade, as vilas operárias, os porões, a sequência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas, a favela, a periferia, a palafita, a taipa, os assentamentos irregulares e subnormais, habitações sem banheiro feitas de materiais não duráveis, adensamento excessivo de moradores, ausência de documento de propriedade entre outros (BONDUKI, 2005; IBGE, 2021).

Porém, independente da época, uma retórica tornou-se recorrente: a aceitação de qualquer tipo de assentamento habitacional, por mais precário e insalubre que seja, sob forma de enfrentar, como desculpa, o fato do abandono e da ausência de políticas assertivas para enfrentar, tanto quantitativamente como qualitativamente, o déficit de moradias populares no Brasil. (BONDUKI, 2005).

Tal fato, ainda pode ser associado com a asserção trazida por Comarú (2019):

[...] no Brasil, o salário pago aos trabalhadores não permitiu o acesso à moradia digna, segura, e bem localizada, via mercado formal de habitação. Ou ainda, o custo da moradia nunca foi incluído no salário da maior parte dos trabalhadores [...]. Assim, a urbanização e a produção das moradias nas imensas periferias deram-se por meio dos processos de autoconstrução, como modo de baixar o custo de reprodução da força de trabalho em sua maioria (COMARÚ, 2019, p.14).

Maricato (1998) lembra que a moradia é também mercadoria. Para a mesma autora, o alto preço de compra, o largo tempo de giro do capital empregado na construção, a tecnologia aplicada na obra e a vinculação da moradia com a terra, considerando os fatores de localização, tornaram-se alguns dos principais fatores de valorização da moradia como mercadoria de consumo no sistema capitalista. Vale registrar que a terra aqui tratada por ela significa o solo urbanizado servido de condições que proporcionam viabilidade à moradia na cidade. Essas condições podem ser percebidas na infraestrutura, nos serviços públicos e equipamentos, entre outros. Para Maricato (1998) no Brasil ao se tratar de população de baixa renda, a exclusão persiste pela combinação de diferentes fatores:

A maior parte da população está excluída do mercado residencial privado legal e também não é atendida pela promoção pública da

moradia. A complexidade da inserção no mercado de trabalho parece se repetir na inserção em relação ao mercado residencial. A industrialização com baixos salários se combinou à produção doméstica ou informal da moradia: ocupação de terra ou compra do lote clandestino, complementada pela autoconstrução da moradia. A gigantesca ilegalidade urbanística – ausência quase total de regulação estatal – convive com um mercado excludente, especulativo e subsidiado, este sim, pelos investimentos públicos. A ocupação ilegal de terras urbanas é regra em todo o país, sem que se verifique atrás dessa dinâmica nenhum movimento de subversão à lei e à ordem vigente. A causa dessa situação está pura e simplesmente na falta de alternativa e na complacência da ação de fiscalização do Estado sobre a ocupação do solo (MARICATO, 1998, p.3).

Com base no cenário exposto, registra-se que nesse processo de diferentes programas governamentais ao longo dos anos a informalidade passou a sustentar a formalidade. Os programas criados ao longo do tempo muitas vezes valeram-se do discurso de melhoria do *status quo* para servir de pano de fundo de interesses econômicos e políticos. Enquanto as boas práticas se mantinham na esfera teórica (como receitas prescritas em leis), o que se vê até hoje é uma parcela significativa da população carente que continua inacessível aos programas e conseqüentemente a moradia digna.

A questão da habitação popular em situação de precariedade: um giro em torno do tema

Ao adentrar a questão da habitação popular em situação de precariedade Leitão e Ferreira, em 2019, alertavam para a caracterização pejorativa e preconceituosa nos espaços providos de habitação precária nas cidades brasileiras. Tal caracterização, já nasce com força contrária sobre a real necessidade da produção de espaços dotados de moradias dignas e acessíveis. Para os mesmos autores, apesar dos diferentes programas públicos, a precarização ainda não foi tratada de forma incisiva, mostrando a necessidade de avançar no sentido da adoção de técnicas diferenciadas, alternativas adaptadas às comunidades específicas e evitando a limitação e a inércia técnica na adoção de soluções para a intervenção na precariedade habitacional.

Ao analisar o tema em questão percebe-se que em um país de dimensão continental, a precariedade habitacional acontece de diferentes formas, mas no mesmo sentido, sendo essa uma tentativa de suscetíveis adaptações (seja ao terreno, aos recursos disponíveis no momento e no local da construção, ao clima entre outros).

Para ilustrar, Leitão e Ferreira (2019) elencaram em seus estudos diferentes tipos de precariedades dependendo do ambiente em que se encontra a habitação. Em ambientes úmidos, as favelas em ambientes palafíticos se formam imbuídas da forte relação homem-rio. Na região configurada pela Amazônia brasileira a precarização se dá nas zonas ribeirinhas assim como na conversão de zonas rurais em urbanas. Nas regiões de expansão de plantio e pastagem, como o caso de Mato Grosso, os loteamentos irregulares denominados grilos se formam de ocupações irregulares em áreas verdes ou institucionais, em áreas de preservação permanente ou locais limitados por amarras ambientais. Nas grandes cidades a precarização pode ser vista em dois momentos diferentes: quando em áreas bem localizadas ocorre o aumento das favelas e o adensamento do tipo coabitação promovido pela autoconstrução (acarretando a sobrecarga em locais providos de infraestrutura insuficiente e trazendo à tona problemas relacionados a saúde pública - como o caso da salubridade e conforto ambiental). Já nas zonas periféricas, a implantação e adensamento de assentamento precários traz a

marginalização de um grupo desprovido de infraestrutura urbana adequada e acesso à cidade como um todo.

Ao tratar do adensamento relacionado à precariedade habitacional, Maricato (1998) afirma que o adensamento excessivo do solo tende a comprometer a melhoria das condições de vida, isso porque o ambiente construído é um conjunto que incorpora também a pressão exercida sobre o território e o meio ambiente. Vale ressaltar que a precariedade habitacional congrega fatores que vão muito além da unidade habitacional em si: problemas relacionados à saúde pública (aumento de epidemias e doenças respiratórias), falta de água potável e iluminação pública adequada, excesso de lixo e esgoto lançado em locais inapropriados e sem tratamento, crescente impermeabilização do solo e aumento das ilhas de calor, poluição do ar, ocupação que provoca desmatamento em locais suscetíveis a desmoronamento, enchentes e inundações.

Além disso, para Cardoso (2013) a questão da precariedade habitacional está intimamente ligada ao fato de que grande parte da população trabalhadora vive aquém da mínima garantia social de prover suas necessidades de consumo habitacional tais como: moradia, infraestrutura e serviços coletivos, resultando assim, no processo de ocupação irregular das cidades. Nesse mesmo sentido, Maricato já afirmava em 2014, aquilo que se tornou latente durante e pós Pandemia do COVID - 19: o aumento do desemprego pode ser fatal para as cidades porque se apresenta como fato gerador de muitos outros problemas sociais na medida em que retira do indivíduo sua capacidade de provimento das necessidades básicas, sendo a habitação uma delas.

O problema fundamental na economia capitalista é que a moradia e o solo urbano são mercadorias e, como mercadorias, são bens comercializáveis, podem ser vendidas e compradas. Por essa razão, o acesso à moradia e ao solo urbano passaram a ser mediados pelas regras que definem o acesso e o uso da propriedade privada, e como qualquer mercadoria no capitalismo, a moradia e o solo urbano têm valor de uso e valor de troca (SANTOS JÚNIOR, 2011, p.67 *apud* BANGOIM SAKATAUSKAS; SANTANA; OLIVEIRA LEITÃO, 2018, p.387).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), no Brasil existem cerca de 5,2 milhões de domicílios em condições precárias que formam um conjunto de mais de 13,1 mil aglomerados subnormais. Para ilustrar, somente no Estado do Paraná, segundo o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná - PEHIS/PR (COHAPAR, 2020), o déficit habitacional urbano totaliza aproximadamente 474.800 unidades sem considerar as áreas rurais e as comunidades tradicionais. São mais de 135 mil a quantidade de domicílios ocupados em aglomerados considerados subnormais, esquecidos ou, simplesmente, abandonados pelo poder público naquilo que diz respeito a investimentos de infraestrutura.

Para IBGE (2020, p.5), esse tipo de aglomerado é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (tanto públicos quanto privados) “para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação”. Além disso, o mesmo órgão chama atenção para o fato de que nos aglomerados subnormais residem populações em condições socioeconômicas de saneamento e de moradias precárias sendo agravada pela densidade de edificação extremamente elevada, facilitando assim a disseminação do COVID-19 (coronavírus SARS-CoV-2).

Vale destacar que a crise provocada pela Pandemia do COVID-19 trouxe à tona os problemas e as desigualdades do meio urbano: moradias superlotadas, despejos, assentamentos informais, entre outros, tornando urgente as necessidades de saúde pública e a melhoria das condições de habitação e infraestrutura.

A Síntese dos Indicadores Sociais de 2019 - documento que mostra os indicadores sociais de moradia no contexto da Pré-Pandemia de COVID-19 (IBGE, 2021) - destaca que as habitações em situação de precariedade se configuram principalmente por habitações sem a presença de banheiros (o que piora o quadro de saúde pública), construídas basicamente com material não durável tendo como exemplo: paredes de taipa não-revestida, madeira não tratada aproveitada de restos de construções, além de outros materiais diversos. Também, em tais habitações encontra-se alta média de pessoas dormindo no mesmo quarto.

Ainda nessa mesma linha, segundo as definições contidas no PEHIS/PR (COHAPAR, 2020), o assentamento precário/informal se caracteriza principalmente pelas condições inadequadas de habitação e/ou serviços básicos como também pelo não reconhecimento por parte do poder público como parte integrante da cidade. Sua classificação requer o enquadramento em pelo menos dois dos componentes a seguir: status residencial inseguro, acesso inadequado à água potável, acesso inadequado ao saneamento e infraestrutura, baixa qualidade estrutural dos domicílios e adensamento excessivo. Para o mesmo documento, o conceito valorativo referente à habitação precária configura uma situação em que a estrutura da habitação avaliada exige intervenções, sendo classificada como inabitável aquela habitação cuja situação apresenta-se inaceitável para moradia.

A legislação e o uso de tecnologias sustentáveis para a construção de habitações populares: teoria ou prática?

A Constituição Federal do Brasil proclama a moradia como um direito social (BRASIL, 1988, Art. 6º) assim como o direito a um salário-mínimo capaz de atender as necessidades vitais básicas da pessoa e sua família, sendo a moradia uma dessas necessidades (BRASIL, 1988, Art. 7º). O artigo 23 da mesma legislação diz que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Levando em consideração o déficit habitacional presente no Brasil, a construção e promoção de habitação de interesse social (adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários-mínimos), se apresentam como medidas primordiais para amenizar o eminente problema de moradia.

Nesse contexto, é inevitável considerar os tópicos ambientais amplamente discutidos por países ao redor do mundo, fazendo com que a sustentabilidade seja um fator inerente e substancial para a concepção dessas habitações. A partir do que já foi produzido no Brasil e no mundo, critérios como de conforto ambiental, otimização no uso dos recursos naturais, priorização de sistemas construtivos e materiais locais que contribuem com a redução do consumo de energia e emissões de poluentes são tópicos recorrentes que devem contemplar o projeto de uma habitação de interesse social.

Os autores Bennett e Sattler (2004) consideram indicadores de sustentabilidade para as habitações de interesse social fatores como: ambiental (coleta seletiva dos resíduos,

tratamento de esgoto, áreas verdes públicas e produção comunitária de alimentos); social (transporte público, segurança, telefones públicos, creches e centros de saúde) e cultural (alfabetização, proximidade da escola, entretenimento e lazer). Ou seja, uma concepção ampla quanto aos indicadores e conforme já exposta a realidade brasileira, uma missão nada simples. Conforme afirma o *Annual Report 2012* (UN-HABITAT, 2013) o conceito de sustentabilidade em habitações não se refere apenas a economia de recursos e construções ditas verdes, mas sim a uma perspectiva integrada que garanta melhorias em dimensão social, desempenho ambiental e viabilidade financeira.

Sendo assim, o conjunto de planejamentos e projetos adequados prevendo aspectos da sustentabilidade como um todo (ambiental, sociocultural e econômico) é um processo intenso que pode ser amenizado com o uso de metodologias de avaliação e sistemas de certificação ambiental.

Uma metodologia de avaliação do desempenho ambiental que se destaca no Brasil e no mundo e que se aplica ao setor da construção civil é a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV). Uma técnica elaborada para identificar possíveis impactos ambientais decorrentes da fabricação e utilização de quaisquer produtos ou serviços. O ciclo de vida se refere desde a extração de matéria-prima, produção, distribuição e consumo até a disposição final, sendo possível compreender danos, benefícios e permitir a avaliação do perfil ambiental de determinado produto. Dessa maneira, essa metodologia quantitativa e de multicritérios é uma ferramenta que oferece características de amparo ao setor governamental para elaborar políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis no setor da construção civil (IBICT, 2015).

Com relação aos sistemas de certificação ambiental, conforme abordam Wei, Ramalho e Mandin (2015), os mais utilizados no mundo atualmente são: o francês *Haute Qualité Environnementale* (HQE), o inglês *Building Research Establishment Environmental Assessment* (BREEAM) e o norte americano *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED). No Brasil, a metodologia francesa HQE foi adequada, resultando na certificação Alta Qualidade Ambiental – AQUA (FCAV, 2007). Contudo, em diversos contextos, essas certificações se tornam inviáveis devido ao alto custo inicial para a aplicação, além da ausência de critérios relacionados a questões socioculturais e econômicas.

Com o intuito de criar uma metodologia de avaliação de sustentabilidade específica para a realidade Brasileira foi desenvolvido pela Caixa Econômica Federal o guia selo Casa Azul de sustentabilidade, conformando a certificação ambiental mais adequada para as avaliações na esfera nacional. Para a obtenção do selo são avaliados cinquenta e três critérios divididos em seis categorias: qualidade urbana, projeto arquitetônico, conforto ambiental, eficiência energética, acessibilidade, conservação de recursos materiais, gestão de água e práticas sociais. Aplica-se a empreendimentos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal e sua adesão é voluntária. No entanto, uma ressalva é feita ao notar a ausência de critérios referentes à sustentabilidade econômica nessa metodologia (GRÜNBERG; MEDEIROS; TAVARES, 2014).

Outro método de avaliação é a chamada Metodologia para Análise de Sustentabilidade de Projetos de Habitações de Interesse Social (MASP-HIS), desenvolvida por Carvalho (2009), que considera aspectos ambientais, socioculturais e econômicos como também contempla critérios específicos para cada sistema da edificação como estruturas, cobertura, esquadrias etc. Conforme demonstram Carvalho, Caldas e Sposto (2020), a metodologia MASP-HIS mostrou ser um instrumento com potencial para facilitar a avaliação de forma objetiva e qualitativa da sustentabilidade de projetos de habitações de interesse social. A exemplo, para o projeto de habitação utilizado no estudo de caso demonstrado na pesquisa das autoras a combinação composta por estrutura e

esquadrias de madeira seca ao ar livre com telhas cerâmicas foi a que apresentou melhor índice de sustentabilidade, enquanto a combinação com estrutura de aço, esquadrias de alumínio e telhas de fibrocimento, o pior índice.

Choguill (2007) considera alguns fatores importantes e fundamentais para que as políticas habitacionais possam atender aos requisitos de habitação sustentável e eficiente, tanto na esfera econômica quanto social. Com técnicas ambientais plausíveis, ele afirma que a participação da população em todas as etapas de concepção é fundamental para a busca de: redução dos custos e sensação de pertencimento; materiais de boa qualidade e custos acessíveis que visem à preservação ambiental; padrão definido em relação às instalações prediais básicas a fim de evitar negligências construtivas e financiamentos com maiores prazos além da garantia de disponibilidade de terra adequada à construção por meio da valorização social do solo.

A presente exposição de metodologias de avaliação de desempenho ambiental e sistemas de certificação ambiental demonstram a importância em torno da construção de cidades sustentáveis. Face a essas iniciativas, o déficit habitacional e a maneira como as autoridades públicas historicamente tratam o problema da habitação, conforme explanado por Bolaffi (1982), conformam uma lógica preocupação quanto ao problema fundamental da habitação e como os governos têm priorizado essas questões. A evidente inércia quanto a aplicabilidade de medidas efetivas ressalta a importância da discussão sobre o tema.

Em relação ao grupo de códigos e normas que incentivam a produção de edificações com eficiência, é possível mencionar a Resolução 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que determina e direciona responsabilidades para resíduos decorrentes da construção civil (CONAMA, 2002), a Lei Federal nº 10.295/2001 de Eficiência Energética que dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional de energia e dá outras providências (BRASIL, 2001). Tal Lei foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.864/2019, que visa a alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente com base em indicadores, além da criação de níveis máximos de consumo de energia e mínimos de eficiência energética (BRASIL, 2019a). Já o Decreto Federal nº 9.863/2019 dispõe sobre o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel e sobre o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional da Energia (BRASIL, 2019b).

Com a Lei Federal nº 11.888/2008 (BRASIL, 2008) o governo federal buscou assegurar às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (ATHIS). Além de garantir o direito à moradia digna, tal norma também buscou melhorar o uso e ocupação do espaço edificado e seu entorno, colocar o processo de modo formal (da edificação, reforma ou ampliação) perante os órgãos públicos, proteger as áreas de risco e de proteção ambiental das ocupações irregulares além de qualificar o sítio urbano como um todo, de acordo com as legislações vigentes.

Quanto às normas direcionadas ao desempenho de edificações observa-se a NBR 15575-1 (ABNT, 2013), que expressa os fatores de durabilidade, manutenibilidade e impacto ambiental e a NBR 15220-3 (ABNT, 2003). Essa última, recomenda métodos padronizados para estratégias bioclimáticas a serem consideradas nas edificações e diretrizes construtivas para habitação de interesse social – HIS aplicáveis na fase de projeto. Dessa maneira, propõe uma divisão do território brasileiro em oito zonas relativamente homogêneas quanto ao clima e determina um grupo de orientações técnico-construtivas que otimizam o desempenho térmico das edificações, através de sua melhor adequação climática (ABNT, 2003). Vale citar ainda que o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO – instituiu o Regulamento Técnico

da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (RTQ-R) cujo objetivo foi criar condições para a etiquetagem do nível de eficiência energética de edificações residenciais (INMETRO, 2012; INMETRO 2022).

Além dessas, a NBR ISO 37120 (Cidades e comunidades sustentáveis - Indicadores de serviços municipais e qualidade de vida) (ABNT, 2017) define 100 indicadores de sustentabilidade para diferentes setores como educação, energia, resíduos, água, economia, transportes etc. Os indicadores têm a função de medir e orientar o desempenho de serviços urbanos e a melhoria da qualidade de vida.

Apesar disso, conforme afirma Barros (2012), a ausência de legislações locais por meio de incentivos, créditos fiscais e exigências de requisitos mínimos de sustentabilidade na concepção de habitações estão entre as ações necessárias que as autoridades governamentais deveriam exigir para a potencialização da certificação em edifícios e promoção das construções sustentáveis. Também, promover premiações referentes a adesões de *greenbuildings*, de maneira a melhorar a conscientização pública, são medidas relativamente simples que contribuem para incentivar o mercado. Fornecer subsídios adicionais, exigir níveis mínimos de eficiência, promover ações em prol do mercado sustentável e priorizar tramitação e licenças destes, são iniciativas essenciais e necessárias para o desenvolvimento e aplicabilidade dessas medidas.

Ainda nesse sentido, por meio de um estudo elaborado por Caccia *et al.* (2017), as principais recomendações que a *World Resource Institute* - WRI BRASIL faz para a introdução de soluções efetivas sustentáveis em HIS estão relacionadas, sobretudo, ao setor público e a mudança de postura e cultura por parte das lideranças governamentais. Fatores como: custo de construção; falta de política institucional integrada de sustentabilidade e falta de conscientização da importância dos benefícios e da necessidade de uma cultura de sustentabilidade foram apontados como umas das barreiras que impedem o processo de evolução e a aplicabilidade de habitações sustentáveis. Também fatores como: promoção de uma mudança de cultura por meio da execução de projetos-piloto, disseminação de informações, incentivos e liderança governamental através do exemplo (começando pelos prédios públicos); promoção da governança e do engajamento dos atores sociais envolvidos nos projetos; desenvolvimento de políticas públicas integradas com criação de leis, códigos e normas que exijam níveis mínimos de eficiências; programas de incentivo e subsídios para viabilização de medidas de eficiência para HIS; desenvolvimento de políticas integradas com outros ministérios/secretarias relacionadas ao meio ambiente e a energia, foram apontados como possíveis medidas anulativas as barreiras mencionadas. Destaca-se que a *World Resource Institute* é uma organização direcionada a pesquisa e aplicação de metodologias, estratégias e ferramentas voltadas às áreas de clima, florestas e cidades.

Ao discutir condições habitacionais é válido registrar que o avanço tecnológico das últimas décadas, fez com que as mais diferentes áreas que promovem bem-estar e saúde a população crescessem tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Na indústria da construção civil não foi diferente: novas tecnologias e materiais tornaram os espaços construídos mais inteligentes, adaptados e sustentáveis. No entanto, contrário ao que sugere as normas, o que se percebe é que quando se trata habitação de interesse social a situação se apresenta crítica: limitação dos processos construtivos e de projeto, baixa adequação ambiental, limitação dos produtos oferecidos, limitação no uso de novas tecnologias e baixa qualidade do material aplicado mantém esse ramo da construção civil estagnado e presos a técnicas tradicionais (CARDOSO *et al.*, 2019).

Enfim, mesmo com a existência de um importante material referencial para a construção de habitações sustentáveis, sobretudo de interesse social, é evidente a ausência do papel das administrações públicas de maneira incisiva para que haja a aplicabilidade efetiva e urgente dessas regulamentações, conforme a pauta da habitação de interesse social exige.

Muito além da variedade de normas, guias, metodologias, certificados e adequações necessárias para concepção e aplicação das leis e as possíveis soluções apontadas por autores para a construção de cidades sustentáveis, o questionamento que ainda persiste é: como agem os interesses políticos, econômicos e ação conjunta daqueles que direcionam os rumos do país e que, muitas vezes, mascarados pelo problema fundamental da habitação popular, trabalham em prol do benefício próprio? Caso a resposta para esse questionamento ofereça espaço para dúvidas e incertezas, todos os caminhos expostos que levam as possíveis soluções serão ineficientes se o falso problema (há muito levantado por Bolaffi em 1982) continuar a fazer parte da política pública no Brasil.

Considerações finais

Ao observar o discurso apresentado nessa pesquisa nota-se que a urbanização do mundo está implicando também na urbanização da pobreza (MARICATO, 2014). No Brasil, um dos países onde a sociedade se apresenta entre as mais desiguais, percebe-se que a situação piorou nas últimas décadas e tende a piorar se não acontecer mudanças significativas no direcionamento da construção das cidades.

No contexto de um país de dimensão continental, em que regiões, estados e cidades com características bioclimáticas, econômicas e sociais são tão diversificadas, as políticas de sustentabilidade habitacional e urbana deveriam se pautar exatamente nessas disparidades para exigir normas e regulamentos, a fim de que os resultados sejam verificados com eficiência e com especificidade de cada localidade.

Corroborando com Bonduki (2010, p.77) tal fato exige que o distanciamento tratado nesse trabalho seja diminuído ao passo que programas locais que promovam a redemocratização do país seja pautado em pressupostos inovadores como: “desenvolvimento sustentável, diversidade de tipologias, estímulo a processos participativos e autogestionários, parceria com a sociedade organizada, reconhecimento da cidade real, projetos integrados e a articulação com a política urbana”. No mesmo sentido, ao tratar de programas locais e o potencial endógeno característico de cada região, concordando com Ferreira (2017), a dinâmica socioeconômica e política deve ser tratada, inicialmente, no âmbito local, deixando a influência macroeconômica global como uma forma de aguçar os processos locais.

Diante do cenário atual, é inevitável mencionar que a pandemia da COVID-19 que o mundo e o Brasil enfrentaram e ainda enfrentam, promoveu uma mudança na perspectiva da habitação popular, evidenciando mais injustiças sociais que refletem nos estudos sobre planejamento e sustentabilidade urbana, potencializadas pelo crescente número de pessoas em situações de vulnerabilidade e sem acesso a moradia com condições básicas e justas.

De modo geral, observa-se ainda que a habitação para a população de baixa renda é, em vários casos, construída por seus próprios moradores através de conhecimentos populares, tradicionais e em sua maioria rudimentares. Muitas casas prolongam suas construções por anos e nunca atingem a sua conclusão, pois a falta de recursos e, em alguns casos, a necessidade de ampliação e modificação por conta do aumento da

família, tornam a habitação um organismo em constante modificação. Tais modificações seguem um processo de desamparo por parte do poder público que dita normas que se tornam inacessíveis para aquela população que mais carece de apoio.

Diante da problemática do distanciamento entre o discurso promovido pelas leis vigentes e os acontecimentos de fato observa-se que, ao longo de toda trajetória da política urbana vinculada à habitação inúmeras leis foram criadas trazendo como uma das principais diretrizes o estímulo à criação de novas tecnologias que favorecessem uma construção saudável em prol da eficiência e da sustentabilidade. No entanto, ao contrário do que é ditado nas normas, muitos ainda são os entraves políticos, econômicos (e até mesmo culturais) para a inserção dessas tecnologias, deixando a construção de cunho popular baseado nas técnicas tradicionais e/ou rudimentares.

Observa-se também, com esse estudo, que as constantes mudanças no quadro político, vivenciados desde 1930, e a forma de apoio à construção de habitação popular geram, por muitas vezes, desarticulação e incertezas do setor quanto à produção de dados e informações sobre o tema. Também, a falta de uma política de apoio à produção de materiais sustentáveis tornou o processo desestimulante para a indústria envolvida. Acrescenta-se como limitações as dimensões continentais do Brasil, que trazem à tona os diferentes tipos de precariedade com características bem definidas e distintas, vividas nas diversas regiões geográficas do país. Nesse ponto, trabalhos futuros que discutam e tragam à tona as particularidades da habitação precária (nessas diversas regiões) seriam uma importante forma de melhorar o histórico de dados que estampa a realidade brasileira perante o problema que atinge o território como um todo, servindo de base para decisões futuras. Nesse caso, entende-se que é preciso conhecer para melhor agir.

Outro ponto a ser observado é que, tão importante quanto as publicações das normas que ditam as regras e incentivam a sustentabilidade na habitação popular no país, sua efetiva aplicação surge como um ato necessário. Fazer valer as leis, normas, diretrizes entre outros é um passo indispensável para que a habitação em situação de precariedade saia da sombra do abandono e comece efetivamente a fazer parte da política pública brasileira.

Enfim, a discussão a respeito da habitação popular em situação de precariedade favorece o apontamento de uma parcela da população que carece de acesso aos modos convencionais de financiamento ou moradias dignas, devendo esse ser um fator a ser discutido para aperfeiçoamento das tomadas de decisões tanto na esfera política quanto econômica.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15220:2003 *Desempenho térmico de edificações – Parte 3: zoneamento bioclimático brasileiro e estratégias de condicionamento térmico passivo para habitações de interesse social*. Rio de Janeiro/RJ, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15575-1. *Edificações Habitacionais – Desempenho. Requisitos Gerais*. Rio de Janeiro/RJ, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO 37120:2017 *Desenvolvimento sustentável de comunidades – Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida*. Rio de Janeiro/RJ, 2017.

BANGOIM SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes; SANTANA, Joana Valente; OLIVEIRA LEITÃO, Karina. *Seção livre: Precariedade habitacional em pequenos municípios paraenses*. O Social em Questão [en linea]. 2018, 21(42), 381-404 ISSN: 1415-1804. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264299015>. Acesso em: 10 jan 2022.

BARROS, Ana Dorys Muñoz. *A adoção de sistemas de avaliação ambiental de edifícios (LEED e Processo AQUA) no Brasil: Motivações, benefícios e dificuldades*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BENNETT, Pery da Silva; SATTLER, Miguel Aloysio. *Indicadores de sustentabilidade em habitação popular*. Anais da Conferência Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, São Paulo, SP, Brasil, 2004.

BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho. *Intervenções estruturantes na urbanização de assentamentos precários: o caso da Vila Nossa Senhora de Fátima*. Dissertação (mestrado). Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais - NPGAU/UFMG, Belo Horizonte: 2014.

BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e Urbanismo: o Problema e o Falso Problema*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. [s.l.] Estação Liberdade, 2005.

BONDUKI, Nabil Georges. *O desafio de uma produção massiva de habitação com qualidade e inserção urbana*. 2010, Anais. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010.

BRASIL. *Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964*. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986*. Extingue o Banco Nacional da Habitação - BNH, e dá outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2291.htm. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001*. Dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional de energia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF, p.1, 18 out. 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. *Política Nacional de Habitação*. 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/publicacoes/view>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.888%2C%20DE%2024,16%20de%20junho%20de%202005.> Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. *Plano Nacional de Habitação*. 2010. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 9.864, de 27 de junho de 2019*. Regulamenta a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dispõe sobre o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética. 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9864.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 9.863, de 27 de junho de 2019*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel e sobre o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional da Energia. 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/procel-programa-nacional-de-conservacao-de-energia-eletrica-1/decreto_9863_2019.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. *Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021*. Institui o Programa Casa Verde e Amarela. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14118.htm. Acesso em: 28 out. 2021.

CACCIA, Lara Schmitt *et al.* *Sustentabilidade em Habitação de Interesse Social*. São Paulo, SP, Brasil, 2017. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/publicacoes/sustentabilidade-em-habitacao-de-interesse-social>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CARDOSO, Adauto Lucio. *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais / Adauto Lucio Cardoso (org.)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 322 p.

CARDOSO, Grace T. *et al.* *Tecnologias sustentáveis no ambiente construído - panorama da inovação tecnológica em habitação de interesse social no Brasil (2013-2019)*. In: *5º FÓRUM HABITAR 2019: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*. Anais...Belo Horizonte (MG) UFMG, 2019.

CARVALHO, Michele Tereza Marques. *Metodologia para avaliação da sustentabilidade de habitações de interesse social com foco no projeto*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Estruturas e Construção Civil, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. 2009. 241p.

CARVALHO, Michele Tereza Marques; CALDAS, Lucas Rosse; SPOSTO, Rosa Maria. *Avaliação da sustentabilidade de habitações de interesse social a partir da especificação de materiais e elementos de edificação*. Rev. Gest. Ambient. e Sust. - GeAS, 9(1), 1-25, e17155. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/geas.v9i1.17155>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CHOGUILL, Charles L. *The Search for Policies to Support Sustainable Housing*. Habitat International, v. 31, n. 1, p. 143-149, 2007.

COHAPAR. *Plano estadual de habitação de interesse social do Paraná-PEHIS*. 2020. Disponível em: https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/pesquisa_2019_resultados.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

COMARÚ, Francisco. *Movimentos sociais e habitação* / Francisco Comarú, Benedito Barbosa. - Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2019. 49 p.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). *Resolução n.º 307, de 5 de julho de 2002*. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Brasília. Disponível em: <http://www.conama.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2022.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O patrimonialismo e o urbano no subdesenvolvimento: retomando brevemente a questão do patrimonialismo e da formação nacional. In: FERREIRA, João Sette Whitaker. *MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 13-18.

FLEURY E SILVA, Beatriz; SILVA, Ricardo Dias. *A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu*. Maringá: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 268–306, 2015.

FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI (FCAV). *Referencial Técnico de Certificação: Edifícios do setor de serviços – Processo AQUA*. 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GRÜNBERG, Paula Regina Mendes; MEDEIROS, Marcelo Henrique Farias de; TAVARES, Sergio Fernando. *Certificação Ambiental de Habitações: Comparação entre Leed For Homes, Processo Aqua E Selo Casa Azul*. Ambiente & Sociedade - v. XVII, n. 2 np. 195-214. São Paulo, 2014.

INGUAGGIATO, Felipe Facci; OLIVATTO, Tatiane Ferreira. *As relações dicotômicas entre campo - cidade e as políticas habitacionais no Brasil*. PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. V. 6 n. 23: CIDADANIA & TERRITÓRIO II (primavera). ISSN 2526-7310. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Aglomerados Subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 27 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Indicadores sociais de moradia no contexto da pré-pandemia da COVID-19 : 2019*. Rio de Janeiro, 2021. p. 21.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). *Diálogos Setoriais no Brasil e União Europeia Desafios e Soluções para o Fortalecimento da ACV no Brasil*. Brasília, DF, Brasil. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO. *Portaria nº 309 de 6 de setembro de 2022*. Aprova as Instruções Normativas e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Eficiência Energética das Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas e Residenciais – Consolidado. 2022. Disponível em: <http://sistema-sil.inmetro.gov.br/rtac/RTAC002989.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO. *Portaria nº 18 de 16 de janeiro de 2012*. Aprova a revisão do Regulamento Técnico da Qualidade - RTQ para o Nível de Eficiência Energética de Edificações Residenciais. 2012. Disponível em: <http://sistema-sil.inmetro.gov.br/rtac/RTAC001788.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LEITÃO, Karina de Oliveira; FERREIRA, Lara Isa Costa. *Precariedade Habitacional no Brasil Atual*. In: XVIII ENANPUR, 2019, NATAL. ANAIS DO XVIII ENANPUR. NATAL: ANPUR, 2019.

MARICATO, Erminia. *O impasse da política urbana no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214 p.

MARICATO, Erminia. *Política urbana e de habitação social: Um assunto pouco importante para o governo FHC*. Julho, 1998. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br/2018/01/12/politica-urbana-e-de-habitacao-social-um-assunto-pouco-importante-para-o-governo-fhc/>. Acesso em 10 jan 2022.

MARQUES, Eduardo. *Condições habitacionais e urbanas no Brasil*. In: *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* [S.l.: s.n.], 2015.

MICHAELIS. Equidade. In: *DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA*. Editora Melhoramentos Ltda. 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/equidade/>. Acesso em: 27 out. 2021.

MOREIRA, Susanna. *O que é Habitação de Interesse Social?* ArchDaily Brasil. 10 Out 2020. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925932/o-que-e-habitacao-de-interesse-social>. Acesso em: 27 out. 2021.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. *A produção capitalista do espaço, os conflitos urbanos e o direito à cidade*. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. et al. (Org.). *Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais*. Rio de Janeiro. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ, 2011.

UN-HABITAT. *Annual Report 2012*. United Nations Human Settlements Programme, 2013. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Annual%20Report%202012.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

UN-HABITAT. *World Cities Report 2020 -The Value of Sustainable Urbanization*. United Nations Human Settlements Programme, 2020. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/10/wcr_2020_report.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br. Acesso em: 27 out. 2021.

WEI, Wenjuan; RAMALHO, Olivier; MANDIN, Corinne. *Indoor Air Quality Requirements in Green Building Certifications*. Building and Environment, 2015, 92, pp.10-19.

ILHADOS E ESQUECIDOS

Estudo de caso e proposições para a habitação de interesse social

ISLANDED AND FORGOTTEN
A case study and proposals for social housing

Viviane Zerlotini da Silva¹ e Ana Luiza Martins Nazareth²

Resumo

Este trabalho explora as questões habitacionais que os moradores - reassentados em um conjunto habitacional na periferia de Belo Horizonte - enfrentam ao se ver obrigados a morar em um novo lugar e a autoproduzir melhorias habitacionais. Considerando os preceitos da Teoria da Produção do Espaço e da Antropologia Urbana, o trabalho sistematiza as questões habitacionais e os sentidos do abandono, apontados pelos moradores: a busca por um lugar para morar e as condições de vida urbana na região, no conjunto e na unidade habitacional. Durante as visitas de campo, foram empregadas técnicas qualitativas, como a entrevista narrativa e o passeio acompanhado. A intenção é tornar as práticas sócio-espaciais dizíveis por aqueles que tentam resistir ao abandono e instigar caminhos no campo da Arquitetura e do Urbanismo (AU) que contribuam para reverter essa situação encontrada nas tipologias de blocos de apartamentos multifamiliares padronizados, monofuncionais e periféricos, frutos de políticas públicas habitacionais segregadoras. A partir das categorias de abandono encontradas, diretrizes para a tipologia habitacional e políticas públicas são apresentadas, considerando o trabalho de movimentos populares e apoiadores técnicos.

Palavras-chave: questão habitacional, conjunto habitacional, movimento social, apoiador técnico.

Abstract

This work explores the housing issues that residents - resettled in a housing complex on the outskirts of Belo Horizonte - face when they are forced to live in a new place and self-produce housing improvements. Considering the precepts of Space Production Theory and Urban Anthropology, the work systematizes housing issues and the meanings of abandonment, pointed out by the residents: the search for a place to live, the conditions of urban life in the region, in the complex and in the housing unit. During the field visits, qualitative techniques were used, such as the narrative interview and the guided tour. The intention is to make socio-spatial practices speakable by those who try to resist abandonment and instigate paths in the field of Architecture and Urbanism that contribute to reverse this situation found in the typologies of standardized multifamily apartment blocks, monofunctional and peripheral, the result of policies segregated public housing. From the abandonment categories found, guidelines for the housing typology and public policies are presented, considering the work of popular movements and technical supporters.

Keywords: housing issue, housing complex, social movement, technical supporter.

¹ Professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas - Campus Coração Eucarístico. Grupo de ensino, extensão e pesquisa Produção do Espaço Urbano nos brasis (PEU.br). E-mail: vivianazerlotini@gmail.com

² Egressa do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas - Campus Coração Eucarístico. E-mail: analuizamartinaza@gmail.com

Introdução

Consideramos a produção do espaço como um verbo — habitar — que, portanto, aproxima o profissional da produção cotidiana do espaço construído, não comprometido apenas com a concepção de um produto final. A intenção é questionar o papel do arquiteto e do poder público frente às históricas questões habitacionais que persistem no Brasil. O foco está no espaço real e vivido, em um esforço de identificar as estratégias populares da produção cotidiana da habitação.

Este trabalho explora as questões habitacionais que moradores, reassentados em um conjunto habitacional na periferia de Belo Horizonte, enfrentam ao se ver obrigados a morar em um novo lugar e a autoproduzir melhorias habitacionais (arquitetônicas e urbanísticas) para tornar esse lugar habitável. A despeito da situação de precariedade, os moradores produzem espaço para a moradia, para além da unidade habitacional, o que incluiu também a região onde moram. O reconhecimento dessas iniciativas é um primeiro passo para moradores, estudantes de arquitetura, arquitetos e profissionais do poder público considerarem outros pressupostos para enfrentar as questões habitacionais postas por esses territórios marginalizados. Ao mesmo tempo, tal reconhecimento permite repensar os projetos de tipologia de blocos verticais dos conjuntos habitacionais, produzidos em série e localizados em áreas de expansão urbana, e as lógicas que os reproduzem.

Os moradores do conjunto habitacional Via Expressa I, localizado na região Noroeste de Belo Horizonte (Figura 1), objeto do estudo de caso aqui apresentado, empregam a expressão *ilhados e esquecidos* para se autodenominar. O conjunto abriga 144 unidades habitacionais, divididas em 16 torres de 5 andares cada uma.

Considerando os preceitos da Produção Social do Espaço e da Antropologia Urbana, o trabalho sistematiza as questões habitacionais e os sentidos do abandono, apontados pelos moradores. A intenção é tornar as práticas sócio-espaciais dizíveis por aqueles que tentam resistir ao abandono e instigar caminhos no campo da Arquitetura e do Urbanismo (AU) que contribuam para reverter essa situação. A partir das categorias de abandono encontradas, diretrizes para a tipologia habitacional e políticas públicas são apresentadas, considerando o trabalho de movimentos populares e apoiadores técnicos. Pretende-se promover a atuação de arquitetos e urbanistas capazes de contribuir para a reversão das situações de abandono desses conjuntos habitacionais, tanto pelo trabalho de assessoria técnica, quanto pela elaboração de tipologias de Habitação de Interesse Social (HIS).

Fundamentação Teórica

Na história da produção habitacional brasileira, as tipologias verticais de habitação foram implantadas na década de 1940, por iniciativa dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Sob forte influência do movimento moderno europeu, os arquitetos contratados foram pioneiros em projetar complexos habitacionais, bem localizados, que agregavam propostas arquitetônicas e urbanísticas, nas quais as unidades habitacionais dialogavam com o contexto urbano. Nabil Bonduki (1994) detalha a experiência em São Paulo:

A introdução de blocos de apartamentos multifamiliares padronizados, de vários pavimentos, constitui uma novidade na produção de habitação para trabalhadores no Brasil. Até então sempre se construíram diferentes tipologias baseadas em casas unifamiliares. Além de inúmeros projetos de conjuntos com blocos de três a cinco pavimentos (Conjunto residencial da Moóca, Baixada do Glicério,

Figura 1 - Mapa de inserção geográfica do Conjunto Via Expressa I. Fonte: Adaptado de SMAPU-PBH, 2015.



Santa Cruz etc.), destaca-se a construção de edifícios de doze a dezoito andares, em alguns casos com apartamentos tipo duplex (edifício Japurá); (NABIL BONDUKI, 1994, p. 727).

No período da ditadura militar, na década de 1960, a produção em massa de conjuntos habitacionais se disseminou na paisagem dos grandes centros urbanos. O conservadorismo do programa Banco Nacional de Habitação (BNH) tomou a propriedade privada do imóvel como central para implantar programas de financiamento da casa própria e o consequente endividamento da população, com o firme propósito de tornar o trabalhador um conservador. A resposta quantitativa da produção de habitação modificou a paisagem dos centros urbanos, com a verticalização da habitação nas periferias e a baixa qualidade construtiva (NABIL BONDUKI, 1994).

Nesse mesmo período, os programas de remoção de favelas, ainda presentes nas políticas públicas fomentadas pelos Órgãos Regionais, promoveram a disseminação de conjuntos habitacionais verticais para a população de baixa renda, de 3 a 5 pavimentos, nas periferias dos centros urbanos, onde o preço da terra é mais barato.

O conjunto Via Expressa I foi construído, em 2006, pela Secretaria Adjunta de Habitação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para receber famílias removidas de áreas de risco, provenientes de diferentes bairros da capital. Assim como a maioria dos conjuntos de interesse social existentes no país, as edificações têm suas características determinadas por sua localização em áreas periféricas e usos predefinidos dos espaços (KAPP *et al.*, 2012). Eles são também caracterizados por escassa articulação urbana, com pouca ou nenhuma variação das unidades, trazendo a ideia de projetos rígidos, ausência de áreas livres e de lazer, manutenção precária e poucos espaços de uso coletivo, além da rua. Em diálogo com os moradores do Via Expressa I, durante as visitas realizadas, foi possível levantar essas questões habitacionais que denotam o abandono dos moradores e revelam o grau de espoliação urbana (KOWARICK, 2000) a que estão submetidos.

As políticas públicas para a HIS se ocupam, ao fim e ao cabo, de construir o maior número de unidades possíveis com o orçamento restrito. O critério predominante do baixo custo de produção determina a localização periférica do lote, a contratação da obra pelo menor preço, a técnica construtiva e o material mais barato. Ao conceber a

habitação como mercadoria e não como um direito, acabam fomentando aquilo que deveriam combater: a desigualdade sócio-espacial. Tal contradição está presente na história da produção habitacional no Brasil desde o início do século passado, quando o Estado, ao promover a industrialização do país, assumiu de modo frágil a responsabilidade por implantar políticas habitacionais que pudessem abrigar os recém-chegados das áreas rurais nos centros urbanos em expansão.

Com o desenvolvimento do capitalismo, juntamente com os demais bens necessários para atender as necessidades humanas, a habitação começa – embora lenta e penosamente – a assumir a forma de mercadoria. Entretanto, o sistema econômico privado não consegue oferecer habitações a todos, quer sob a forma de mercadoria ou não. A obrigação de oferecer habitação àqueles que não têm condições econômicas de pagar por uma passa progressivamente a ser do Estado. Este, contraditoriamente, ao mesmo tempo que reconhece essa obrigação como sua, dá provas concretas de que é incapaz de desincumbir-se satisfatoriamente dela (VILLAÇA, 1986, p. 4).

No início dos anos 2000, as propostas habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida reproduziram a lógica da produção massiva de habitação. A despeito dos avanços proporcionados pela criação do Ministério das Cidades, fruto da formulação da nova política habitacional, os conjuntos habitacionais produzidos apresentam uma baixa qualidade arquitetônica e inadequada inserção urbana e não consideram as práticas tradicionais de produção de moradia popular (NABIL BONDUKI, 2014).

A remoção de áreas de risco, como no caso das famílias reassentadas no Via Expressa I, também é uma prática das políticas habitacionais muito questionada por moradores e técnicos apoiadores de movimentos sociais. Nas áreas de risco, mesmo as comunidades afetadas pelas ações de urbanização de assentamentos precários acumulam danos promovidos pela ação estatal. Os moradores são atingidos por um processo de desfavelamento sob o pretexto da recuperação ambiental, por meio da remoção excessiva, do comprometimento do direito de posse e da gentrificação, decorrente do impacto no mercado imobiliário informal após as intervenções (BITTENCOURT, 2014).

A economista Norma Valencio (2019) demonstra que a presença de riscos socioambientais em determinado território, por vezes relacionados a conflitos fundiários, é anterior à ocorrência de um desastre, revelando a marginalização que grupos sociais, que ali habitam, já vêm sofrendo ao longo do tempo.

Em outros contextos nacionais, nos quais as desigualdades sociais permanecem mal equacionadas na agenda pública local, estudos têm se dedicado a analisar como os riscos iniquamente distribuídos no território, seguindo demarcações econômicas e étnicas bem definidas, têm sido negligenciados em relação aos habitantes com menor recursos de voz. Uma vez que tais riscos se materializam como desastres, tem-se visto que a experiência de sofrimento social é mais profunda para os que sentiram que o seu processo de marginalização processual seria mais abruptamente aprofundado ante a crise (VALENCIO, 2019, p. 126-7).

A partir da sistematização de estudos de cientistas sociais, a autora conclui que nas áreas de risco, a ocorrência de desastre ambiental reforça a condição de abandono social:

após um breve anteparo assistencialista recebido na fase aguda da crise, terão que se haver com doses de crueldade institucionalizada que confirmam o sentido amplo de que desmerecem um tratamento condigno, até que se conformem com o seu novo estágio de abandono social (BULLARD, 2006; TIERNEY, BEVC e KULIGOWSKI, 2006; VALENCIO, SIENA e MARCHEZINI, 2011). O processo de barbárie que deflagra desastres ditos naturais encontra, assim, o seu correspondente naquele que torna os desastres um ambiente propício para dilapidar de vez as pretensões de cidadania daqueles que até então aprendiam, no dizer de Das e Poole (2008), a viver pelas margens, isto é, convocavam alternativamente os seus próprios talentos, habilidades e redes de apoio para garantir a sua territorialidade e meios de provimento diante forças impeditivas do Estado e do mercado (VALENCIO, 2019, p. 128-9).

No caso dos moradores reassentados, além da periferização da moradia e do abandono social, o padrão rígido, repetitivo, monofuncional e padronizado da tipologia habitacional bloco vertical impede alternativas de arranjos reprodutivos e produtivos que acolhem as experiências da comunidade com a produção cotidiana de espaço. O processo de produção linear (concepção, execução, uso e manutenção), ao separar no tempo e no espaço quem concebe e quem usa, dificulta as melhorias nas habitações e a requalificação do espaço pelos moradores. Em situações de extrema precariedade, como no caso das HISs, essa dificuldade se torna imensa pela ausência de recursos e de assessoria técnica. O processo de planejamento do conjunto habitacional se baseia na ideia de habitação como empreendimento pronto para uso, mas os moradores são os responsáveis em promover melhorias habitacionais e fazer a manutenção das áreas de uso comum, com os poucos recursos disponíveis.

Por conta da precariedade, a pesquisa mostra que os moradores trabalham para tornar o conjunto possível de ser habitado, em todas as dimensões da vida cotidiana. Ao estudar o cotidiano, o filósofo francês Henri Lefebvre identifica a grandeza oculta sob a miséria expressa nas enfadonhas atividades a que homens e mulheres estão submetidos diariamente: “grandeza do cotidiano, a continuidade, a vida que se perpetua, estabelecida sobre este solo; a prática desconhecida, a apropriação do corpo, do espaço e tempo, do desejo” (LEFEBVRE, 1968, p. 49, tradução nossa). A apropriação do corpo, do espaço e do tempo pela sociedade seria possível pela revolução que colocará fim na miséria do cotidiano. Em obras posteriores, Lefebvre (2009 [1966]) (1976 [1972]) aponta um caminho: a autogestão. Henri Lefebvre (1973) revela outra dimensão da produção do espaço: a reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido, o espaço, além de produto ou mercadoria, é também produtor ou força produtiva que determina a organização dos meios de produção e da força de trabalho (LEFEBVRE, 1991 [1974]).

O espaço é também reprodutor de relações sociais de produção, exercendo papel fundamental para a sobrevivência do capitalismo: “[...] é neste espaço dialetizado (conflitual) que se realiza a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nela contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (LEFEBVRE, 1973, p. 19). Portanto, diferentemente de autores que pertencem à *teoria política da urbanização*, o espaço na concepção **da teoria da produção do espaço** de Lefebvre é também uma força produtiva, cuja função é reproduzir as relações sociais (LEFEBVRE, 1991 [1974]).

Outro efeito redutor do modelo da *teoria política da urbanização* é abordar consistentemente a questão da desigualdade social na produção do espaço no Brasil, pelo viés da habitação, ou de modo geral da reprodução da força de trabalho. Até os anos

80, as pesquisas debatiam questões sobre o direito à habitação e seus desdobramentos em políticas habitacionais e alternativas populares, como a autoconstrução (FARAH, 1996). Embora o avanço seja significativo, as questões da desigualdade social no âmbito da habitação reduzem o espaço em mercadoria a ser consumida pela força de trabalho. Permanece o ideário funcionalista da arquitetura moderna, explicitado em 1933 na Carta de Atenas – manifesto urbanístico do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM (LE CORBUSIER (1989 [1941])), no qual se recomenda, entre outros aspectos, a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, através da setorização das áreas e de um planejamento do uso do solo.

Por sua vez, Foucault, em entrevista a Paul Rabinow em 1982, reconsidera suas ideias sobre o princípio do enclausuramento no sentido de o espaço determinar o comportamento social. Ele afirma que a arquitetura não pode assegurar a liberdade do homem porque a liberdade é uma prática humana que não pode ser estabelecida por instituições, leis ou simples projeto técnico. Foucault conclui que a forma arquitetônica não pode resolver por ela mesma os problemas sociais, mas produzir efeitos positivos quando há uma concordância entre as intenções do arquiteto e as práticas reais das pessoas no exercício de liberdade (FOUCAULT, 1982).

Os mutirões autogestionários para a produção de moradias nas décadas de 1980-90 são experiências reveladoras desse exercício de liberdade, ao reposicionar o mutirão popular e superar sua condição reacionista. A redemocratização do Brasil na década de 1980 e o fortalecimento dos movimentos de moradia promoveram a reaproximação de arquitetos com os movimentos sociais (NABIL BONDUKI, 2014). Uma dessas experiências, o conjunto Copromo - Associação Pró Moradia de Osasco, construído em 1998, com assessoria técnica do Coletivo Usina (USINA, 2022), produziu a primeira tipologia vertical habitacional em regime de mutirão, demonstrando as possibilidades de inovação quando se alia o saber popular com o conhecimento técnico.

Ou seja, as práticas sócio-espaciais cotidianas de autoprodução do espaço devem ser reconhecidas pelos arquitetos, caso queiram colaborar com esse exercício de liberdade. Convencionalmente, quando os técnicos se dispõem a observar a realidade, procedem conforme representações a priori, conforme padrões técnicos, ideais humanitários ou juízos estéticos (KAPP *et al.*, 2012). A prática arquitetônica baseada na entrevista em profundidade, além de evitar representações preconceituosas sobre a produção do espaço, permite que os “habitantes problematizam e potencializam sua produção socioespacial” (KAPP *et al.*, 2012, p. 9). Importa, portanto, compreender a história do cotidiano de autoprodução do espaço e o modo como ele é produzido.

Milton Santos (1994) afirmou que o lugar é a extensão do acontecer solidário, estendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto. A memória é tida como um elemento essencial da identidade do espaço urbano, onde o passado está materializado na paisagem e no cotidiano dos lugares, criando, assim, um conjunto de lembranças construídas socialmente (HALBWACHS, 1990). Infelizmente, muitas memórias urbanas, notadamente nas áreas periféricas, não foram registradas e se encontram, em sua maioria, fragmentadas devido à construção de espaço novo sobre o antigo, segundo a lógica de produção capitalista do espaço. Este trabalho é uma tentativa de realizar um levantamento da memória coletiva da luta de moradores do Via Expressa I, para fazer frente às tentativas de seu apagamento.

Metodologia

Para a obtenção de uma visão de perto e de dentro (MAGNANI, 2002) das memórias urbanas, empregamos técnicas qualitativas, próprias de metodologias colaborativas, como o passeio acompanhado e a entrevista em narrativa. O passeio acompanhado é um método de análise espacial que consiste em uma caminhada pelo espaço em que o técnico especialista é acompanhado pelos usuários (BECHTEL, 1997).

A entrevista em narrativa (BAUER, 1996) é realizada em quatro etapas: iniciação, narração, interrogatório e bate-papo. A fase de iniciação compreende a elaboração de perguntas *exmanentes* - a partir do interesse do pesquisador -, que expressam formulações e linguagem deste último. A pesquisa tinha o interesse de identificar as práticas sócio-espaciais de autoprodução dos moradores para tornar essas tipologias habitáveis. Tais questões, as quais não são apresentadas aos informantes, servem como pontos de atenção à medida que os relatos abordam as questões de interesse do pesquisador. Na etapa de narração, o pesquisador apresenta o tema geral da pesquisa, solicita permissão para gravar e esclarece o procedimento da entrevista: contação ininterrupta da história. Nessa etapa, o pesquisador formula uma questão central abrangente, relacionada com a pesquisa, no caso, a *história da busca por moradia*. Tal pergunta, *imanente*, abarca os eventos de interesse de domínio do pesquisador e de relevância do informante. Na etapa de interrogatório, o pesquisador solicita, ao informante, o esclarecimento de dúvidas acerca da história narrada, utilizando os mesmos termos empregados pelo informante. A etapa final, o bate-papo, refere-se ao momento após o entrevistador desligar o gravador, quando o informante narra de forma mais espontânea aspectos relevantes do evento.

Ao todo foram realizadas 4 visitas de campo, no período de março a maio de 2022, em que o passeio acompanhado e a entrevista narrativa foram empregados com o auxílio de um grupo focal. Esse grupo focal, constituído por 6 moradores, surgiu espontaneamente durante uma visita da arquiteta. Ao abordar uma moradora, ela foi convidada a conversar com um grupo de vizinhos, que rotineiramente se encontram em sua casa. A sorte de realizar a pesquisa com moradores antigos, especialistas da vida, e que já se reconheciam como um grupo, foi essencial para se obterem dados que enriqueceram este trabalho.

As categorias de abandono foram identificadas a partir da experiência dos moradores e cartografadas segundo a abrangência das práticas sócio-espaciais nos territórios. Posteriormente, essas categorias foram confrontadas com a literatura, com propostas de implantação de políticas públicas e com propostas habitacionais de assessores técnicos, apoiadores de movimentos populares³.

O objetivo é validar a pertinência das categorias, encontradas em campo, situando-as ou não no debate dos movimentos populares e nos projetos inovadores dos profissionais de AU, engajados com a luta pelo direito à habitação. Essa validação permite apontar caminhos para as políticas habitacionais em HIS, a partir das categorias de abandono específicas deste estudo de caso e que, eventualmente, podem ser encontradas em outros conjuntos habitacionais.

³ "Aquilo que está sendo chamado, neste texto, de "apoiadores acadêmicos", diz respeito, especialmente, à maneira como determinados agentes interagem com pessoas que pertencem a uma base social (formada, no caso dos sem-teto, por trabalhadores informais, via de regra ex-moradores de favelas ou ex-moradores de rua), em geral muito diferente de sua própria classe social de origem (que é, geralmente, a assim chamada "classe média") [...]" (SOUZA, 2010, p. 2) (aspas do autor).

- Responsabilização da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL).
- Financiamento da política habitacional:
 - Criação de lei específica para garantir a destinação do recurso com percentual mínimo garantido da arrecadação do município para o fundo municipal de habitação.
 - Manutenção e implantação dos instrumentos do Plano Diretor da outorga onerosa e coeficiente básico 1, conforme estabelecido na lei, a fim de garantir o cumprimento dos repasses para o fundo municipal de habitação, incluindo o investimento em habitação de interesse social nas centralidades urbanas.
 - Manutenção da regra de cálculo baseada no valor da terra pelo Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) já regulamentada em lei específica como meio de financiamento da política habitacional.
- Estoque de terras e imóveis:
 - Fortalecimento e publicização do banco de terras.
 - Ampliação das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS).
 - Aplicação do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC) para levantamento das edificações vazias e subutilizadas, sobretudo em centralidades, para fins de Habitação de Interesse Social (HIS) e evitar a especulação imobiliária.
 - Estudo da cadeia dominial para reconhecimento real de terras devolutas do poder público dos entes federativos.
 - Assegurar a utilização dos imóveis públicos para habitação.
- Regularização fundiária plena:
 - Garantia da titulação indiferente da infraestrutura.
 - Urbanização e regularização, a partir de mutirões autogestionários, por movimentos de habitação.
 - Priorização de titulação coletiva com envolvimento do movimento popular presente no território.
 - Criação de uma legislação específica de um condomínio para as habitações de interesse social.
- Produção de novas moradias:
 - Retomada imediata do orçamento participativo da habitação.
 - Garantia da aplicação de reassentamento na mesma regional do lugar de origem (resolução 52 do Conselho Municipal de Habitação - lei 5508).
 - Garantir e priorizar a construção de novas moradias nas centralidades propostas pelo Plano Diretor.
- Gestão Popular:
 - Retomada imediata do orçamento participativo.
 - Criação do Conselho Gestor do Plano Diretor (para o próximo Plano Diretor).
 - Cumprimento da paridade dos conselhos.
 - Autogestão dos movimentos populares em zonas de especial interesse social para promover as iniciativas comunitárias.
 - Retomada do Fórum de Favelas.
 - Garantia da legislação para assessoria técnica.
- Habitação para moradores em situação de rua.
- Políticas de patrimônio, paisagismo, ambiental, social integrada com a da habitação.
- Fomentar e assessorar as iniciativas já existentes de geração de renda para agricultura urbana, reciclagem, compostagem, cuidados com os recursos naturais (áreas verdes, nascentes, etc.).
- Transformar as 400 casas pertencentes a Infraero no entorno do aeroporto da Pampulha em moradias com fim social.

No caso das políticas públicas, a referência é a Carta Belo Horizonte, redigida em abril de 2022, por ocasião do Seminário Plano Diretor e Movimentos de Luta por Novos Horizontes⁴. O Quadro 1 é um extrato do documento que relaciona as propostas dos movimentos populares para a habitação.

No caso de projetos inovadores no campo da AU, buscamos ideias de arquitetos e urbanistas e apoiadores de movimentos populares, que incorporaram os valores e as práticas cotidianas de produção do espaço.

E para aquelas situações de abandono em que não foi possível encontrar proposições, a conclusão dos trabalhos indicou os temas a serem explorados pelos assessores técnicos.

Abandono e Questões Habitacionais

Como o abandono se expressa na busca por um lugar para viver

Em alguns relatos (Quadro 2 - extratos das entrevistas moradores 1 e 3), os moradores revelam uma série histórica de expulsões. As razões pelas quais essas expulsões

⁴ Esse seminário foi construído coletivamente por mais de 180 pessoas, entre representantes de movimentos populares, técnicos do campo da arquitetura e do urbanismo, professores de ensino fundamental, médio, de graduação superior e políticos. Ele foi motivado pela percepção desse coletivo de que o Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte, aprovado em 2019 na Câmara Municipal, precisava ser efetivamente implantado na sua plenitude, diante das ameaças de sua alteração pelos representantes do capital imobiliário.

ocorrem são variadas e também sugerem questões de gênero, pois dizem respeito ao assédio no ambiente de trabalho e à violência doméstica.

A remoção de áreas de risco e de áreas de proteção permanente está presente nesses relatos (Quadro 2 - extratos de entrevistas moradores 3 e 6). Tais remoções são questionadas por apoiadores técnicos dos movimentos populares, pois eles apontam outros caminhos para tratar as áreas de risco, a partir dos cuidados ambientais promovidos pela própria população. Nos assentamentos humanos ditos informais, onde a urbanização convencional não chegou, ainda há alguma integridade dos recursos naturais e possibilidade de revitalização.

Depois de um longo período ignorando e subjugando seus córregos, as cidades incorporaram o discurso tardio da preservação ambiental, agora ignorando e subjugando justamente as populações e os territórios que os resguardavam. Eis aí a nova funcionalidade das favelas. Além de manter sua antiga função de abrigar a força de trabalho para a produção das cidades capitalistas, prestam-se à captação de recursos e cessão de seus territórios para resolução de problemas viários, de drenagem pluvial e equilíbrio ambiental urbanos. Poder-se-ia, no entanto, cumprir essas funções fundamentais ao equilíbrio do sistema urbano sem impor às populações das cabeceiras – criminosamente – a condição que restou estabelecida (SILVA, 2013, p. 112-3).

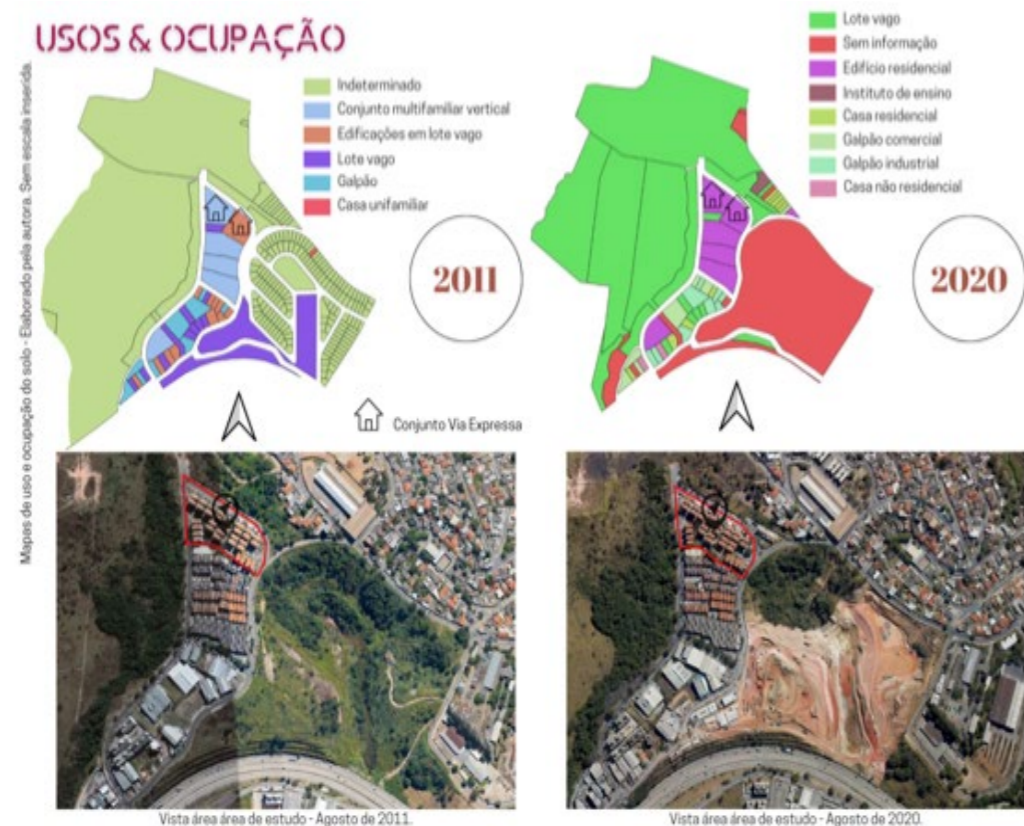
Em relação à abertura de avenida e à implantação de equipamento metropolitano Arena MRV (Figura 2), Flávio Villaça (1986) nos lembra a histórica relação entre as grandes obras de renovação urbana, em nome do progresso, e as remoções de vilas e favelas, desde o final do século repassado:

A necessidade de demolição dos cortiços insalubres era sistematicamente invocada para a proteção da saúde pública, porém, eles somente eram demolidos nas áreas mais centrais da cidade, especialmente para dar lugar às grandes avenidas que viriam para “embelezar e modernizar” nossas cidades (como se alegava na época), ou seja, abrir espaços para a frutificação do capital imobiliário. No Rio de Janeiro havia milhares de cortiços na época da passagem do século, porém, os que foram demolidos o foram por razões das obras de renovação urbana nas áreas imobiliariamente promissoras da cidade. Saudando a abertura da Avenida Central em 1906, Gastão Cruis, embora décadas mais tarde, assim se manifestou: “Ao golpe incessante dos alviões e das picaretas, esboroava-se para sempre os pardieiros imundos e as pocilgas nauseabundas”. Para a abertura dessa avenida, o então Prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, demoliu nada menos que 3.000 casebres, quantidade enorme para a população da cidade, que era de 805.000 habitantes. Essa quantia representaria, para uma população atual de 10 milhões, a demolição de 46.000 casas. Também em São Paulo, a demolição dos cortiços era exigida e saudada, porém, somente se concretizava quando eles se constituíam em obstáculos à renovação urbana nas direções “nobres” da cidade (VILLAÇA, 1986, p. 14) (aspas do autor).

Os moradores do conjunto estão ameaçados novamente de expulsão (Quadro 2 - extratos entrevistas moradores 4 e 5). Com a construção do equipamento urbano de abrangência metropolitana nas proximidades do conjunto, a Arena MRV, especula-se que o conjunto será demolido para a implantação de estacionamentos.

Série histórica de expulsões
<p>Extrato entrevista moradora 1</p> <p><i>Eu nasci em Baixa Grande na Bahia, tenho 65 anos, sou mãe de 4 (quatro) filhos e estou desempregada. Eu era empregada doméstica na Bahia e sofri muitos maus tratos do meu patrão, o meu filho mais velho já tinha vindo pra cá e eu juntei um dinheirinho e me mudei com meus outros filhos. Já estamos aqui em Minas tem uns 27 anos.</i></p> <p><i>Antes de me mudar eu morava no bairro Bom Sucesso, meu filho mais velho construiu uma casa para mim e outra para ele e a família dele, mas tivemos que sair de lá devido a Urbel falar que era área de risco e que lá corria risco de desabar.</i></p> <p><i>Nós fomos indenizados, o processo de espera no nosso caso demorou bastante, esperamos uns 5 anos anos. Estamos morando aqui já tem 13 anos, moro com meus dois filhos, mas eu sinto saudades de lá, porque acabou que o meu filho mais velho foi morar no Conjunto no Bairro Milionários e a gente veio pra cá. Foi um processo muito cansativo, eu fiquei muito feliz quando acabou, porque consegui ter de novo minha casinha própria e o melhor de tudo, foi de uma forma bem calma, acho que posso dizer isso.</i></p>
<p>Extrato entrevista moradora 2</p> <p><i>Meu nome é [...] e eu moro aqui no conjunto já tem uns 15 anos. Antes eu morava na Barragem Santa Lúcia e lá era área de risco, ficamos por um tempo no bolsa aluguel e depois de alguns meses, fomos transferidos para cá, esse processo demorou em média 1 (um) ano, eu achei que foi bem rápido.</i></p>
<p>Razões para as remoções</p>
<p>Extrato entrevista moradora 3</p> <p><i>Eu morei no Santa Efigênia, eu ganhei o apartamento e na época eu morava com meu marido, eu tive que sair de casa porque ele tentou me matar e eu vim para casa da minha filha. O apartamento na época foi o Lula que estava dando por lá, lá era muito bom e todo mundo gostou, porque a gente morava em área de risco; eu morava perto da bica, lá não tinha muito perigo não, mas eu fui indenizada porque eles queriam passar uma avenida lá e de lá eu vim parar aqui.</i></p>
<p>Extrato entrevista moradora 6</p> <p><i>Meu nome é [...], moro aqui já vai fazer 19 anos no dia 21/04. Eu morava no Serra, lá era área de risco, algumas vezes ficava minando água e um dia numa vistoria da Urbel eles viram que rompeu o telhado com a água e minha casa ficou ensopada e meus móveis todos molhados.</i></p> <p><i>Antes de vir para cá, eu fiquei no Abrigo São Gabriel, só que lá estava muito cheio, então acabamos ficando só um mês lá; depois nos mandaram para o Abrigo Granja de Freitas, que era maior e tinha mais espaço, ficamos em torno de 4 meses e pra mim foi o melhor lugar de todos. Depois eles nos mandaram para o Bolsa Aluguel, ficamos 4 meses, nesse tempo voltei a morar no São Gabriel, só que eu perdi a oportunidade de escolher onde eu queria morar, fiquei escolhendo e escolhendo e perdi o prazo, tivemos que ir pra lá porque não tinha mais o que fazer.</i></p>
<p>Ameaças de remoção</p>
<p>Extrato entrevista moradora 4</p> <p><i>Uma coisa que eu acho que vai mudar um pouco as coisas por aqui é a Arena da MRV sabe, eu acho que vai atrapalhar mais que ajudar, a tranquilidade dos moradores nos dias de jogos e no final de semana vai acabar, por conta de ter muita bagunça e barulho.</i></p>
<p>Extrato entrevista morador 5</p> <p><i>e eu acho que com a vinda da arena da MRV tem uma chance muito grande de trazer movimento pra cá. Eu acho que ficou até mais bonito aqui, mas eles falaram pra gente, assim né, ficamos sabendo que eles vão tirar os apartamentos aqui, tirar os moradores para fazer estacionamento e parque ecológico nessa área aqui de frente, porque tem 2 nascentes e eles querem preservar, mas isso traz melhoria.</i></p>

Esse périplo pela cidade, em busca por um lugar para se viver, revela a fragilidade das políticas públicas em empregar os instrumentos jurídicos e urbanísticos para regulação do solo urbano, frente ao avanço do capital imobiliário, que promove a expulsão dos moradores. O estudo de caso Via Expressa I nos indica que é urgente pensar em políticas públicas que evitem as remoções, seus constrangimentos (VALENCIO, 2019), e promovam a permanência dos moradores. No âmbito da habitação, as propostas de regularização fundiária plena, gestão popular e adoção de políticas intersetoriais na Carta Belo Horizonte (2022) contribuem para essa permanência. Neste último caso, a violência contra o trabalhador e a mulher, revelada nos extratos das entrevistas dos moradores, pode ser combatida a partir de ações integradas do poder público. Ao mesmo tempo, com o objetivo de reduzir esse périplo pela cidade, os movimentos sociais (CARTA BELO HORIZONTE, 2022) reivindicam que o poder público garanta um estoque de terras e imóveis, fora do mercado imobiliário, destinado à implantação de HIS, o que inclui colocar os imóveis públicos à disposição da habitação (ver Quadro 2).



Como o abandono se expressa na vida urbana

Nos próximos relatos (Quadro 3), as questões apresentadas se referem à fluidez e à mobilidade urbanas, à proximidade a serviços e equipamentos urbanos e a oportunidades de geração de renda. O conjunto está inserido em um local periférico, entre vias expressas e rodovias federais que delimitam o bairro (Figura 3 - extratos entrevistas moradores 4 e 1). Os moradores enfrentam problemas para cruzar essas vias e realizar as atividades da sua rotina.

A inserção do conjunto na cidade é vital para se definirem as condições de vida de seus moradores:

A inserção da casa na cidade torna-se uma questão cada vez mais vital. Não só a inserção da casa, como mais comumente se costuma pensar. Também a do supermercado, da Prefeitura, do escritório, da delegacia de polícia, da escola maternal, das enchentes, do pronto socorro, do restaurante, da poluição, do salão de beleza, da praia etc. Note-se que não estamos falando do processo de urbanização nem do crescimento das cidades, mas do processo da distribuição interna de seus componentes, seus centros de emprego, seus bairros, seus sistemas de transporte. Falamos da cidade como um enorme ninho que envolve os diversos locais onde se dão, de um lado o trabalho e de outro, os inúmeros locais onde a vida se reproduz (VILLAÇA, 1986, p. 39).

Além de o transporte público não atender à demanda, as falas dos moradores evidenciam a centralidade dos ônibus na mobilidade urbana (Quadro 3 - extratos de entrevistas moradores 4, 1 e 5). A falta de serviços essenciais nas redondezas compromete a qualidade de vida urbana dos moradores (Quadro 3 - extratos entrevistas moradores 1 e 6), uma vez que não possuem o básico para suas rotinas cotidianas, e isso exige grandes deslocamentos (Figura 3).

<p>Fluidez urbana</p> <p>Extrato entrevista moradora 4 Aqui não tem muita coisa perto, temos que ir no Santa Maria que fica do outro lado da avenida, pegamos o 411 que é 1,00 e vamos juntas comprar o que nós precisamos.</p> <p>Extrato entrevista moradora 1 Durante todo o processo a URBEL foi bem tranquila de mexer, mas se eu pudesse escolher, eu voltaria para lá porque a família estaria junta novamente e lá as coisas era muito mais perto, aqui eu dependo dos meus filhos para ter que comprar as coisas ou ir no posto, porque pra tudo temos que atravessar a BR, que até uns tempos atrás, o único jeito era passando no meio dos carros, super perigoso.</p> <p>Extrato entrevista moradora 1 Para fazer compras antigamente, precisávamos atravessar no meio dos carros, hoje temos a passarela amarela, mas ela ainda é longe.</p>
<p>Mobilidade urbana</p> <p>Extrato entrevista morador 4 Estamos muito jogados aqui sabe, no sábado o 401 só passa até 14h45, depois disso não passa mais nada, corta tudo.</p> <p>Extrato entrevista morador 5 Isso é mesmo, ano passado fui fazer a prova do ENEM, e não tinha ônibus no domingo. Eu tive que ir a pé até a Estação Eldorado pegar ônibus e para voltar foi a mesma coisa.</p>
<p>Proximidade a serviços e equipamentos urbanos</p> <p>Extrato entrevista moradora 1 [...] sem falar que as coisas não serem pertos é o que deixa bem difícil morar aqui, minha filha está doente e meu filho trabalha no centro, eu fico sozinha praticamente presa dentro de casa, só saio pra ir na igreja ou posto no Santa Maria.</p> <p>Extrato entrevista moradora 6 Nós conseguimos aqui por indenização, e eu gosto bastante daqui, mas o que eu mais sinto falta é que lá tudo era muito mais próximo, o comércio, acesso, posto, supermercado, ônibus e eu acho que lá era menos perigoso aqui. Eu acho que a gente fica muito excluído aqui, é uma sensação ruim.</p> <p>Extrato entrevista moradora 6 O comércio local só vende bala, pipoca, cerveja e refrigerante, arroz e feijão que a gente precisa tem nada aqui não. A gente tem que ir no Santa Maria ou no Conjunto Califórnia.</p>
<p>Geração de renda</p> <p>Extrato entrevista moradora 3 Minha filha mora aqui desde que ele foi lançado, desde de 2004, se não engano foi a primeira moradora a morar aqui. Só que ela trabalha no Centro e só fica em casa direito no final de semana.</p> <p>Extrato entrevista morador 5 A gente podia ter mais incentivo também, porque aqui por exemplo, cada um podia usar a garagem e abrir um comércio, eu acho que ia ajudar muito. Eu mesmo tô querendo abrir uma casa de ração, tô juntando meu dinheiro e quem sabe eu faço, mas eu acho que se todo mundo se juntar e abrir um comércio na garagem deve ajudar a gente. Mas assim, nós fizemos as garagens e tomamos multa da prefeitura, todo mundo que tinha uma garagem a prefeitura mandou regularizar, e se ela mandou regularizar eu acredito que ela vai deixar a gente ficar com elas né?</p>
<p>Escolha do lugar</p> <p>Extrato entrevista moradora 1 Durante todo o processo a URBEL foi bem tranquila de mexer, mas se eu pudesse escolher, eu voltaria para lá porque a família estaria junta novamente [...]</p> <p>Extrato entrevista moradora 1 Antes de vir aqui, passei por algumas casas de aluguel, onde era a prefeitura que pagava o meu aluguel, eu podia escolher na época onde queria ficar.</p>

Embora a pluralidade de modalidades de transporte seja desejada, vale entender que a vida cotidiana não combina, parafraseando Villaça (1986), com a separação do lugar de trabalho de um lado e locais onde a vida se reproduz, do outro. Diante do ônus de morar distante das centralidades urbanas, longe das oportunidades de emprego e trabalho, um recurso empregado é empreender um comércio de bairro (Quadro 3 - extratos entrevistas moradores 3 e 5).

Em alguns depoimentos (Quadro 3 - extratos entrevista morador 1), há uma nostalgia em relação à perda do convívio com os familiares e ao desejo de poder escolher o novo lugar que será reassentado, o que evidencia a importância das relações de proximidade.

As diretrizes colocadas pelos movimentos de habitação, na Carta Belo Horizonte (2022), no que se refere à regularização fundiária plena, colaboram com as demandas dos moradores, atingidos pelo padrão de urbanização periférico do conjunto habitacional Via Expressa I. A urbanização, a partir de mutirões autogestionários, por movimentos de habitação e a priorização de titulação coletiva, com envolvimento do movimento popular presente no território, pode colaborar com a autogestão das melhorias urbanísticas nesses conjuntos. Aqui, surge de maneira mais evidente a necessidade de políticas públicas que fomentem essa auto-organização coletiva, pois são moradores que sobrevivem com recursos escassos e com o tempo constrangido pelos grandes deslocamentos ou, parafraseando Lefebvre (1968), trata-se da miséria do cotidiano.

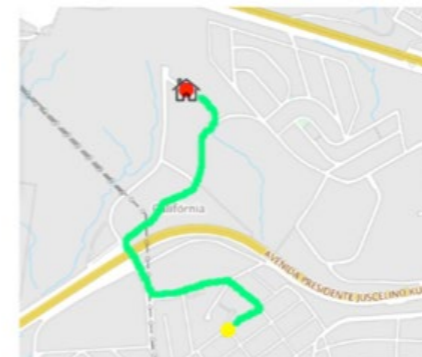
Uma possível grandeza oculta sob a miséria do cotidiano (Lefebvre, 1968) é a estratégia de o morador implantar um comércio popular próximo ao conjunto residencial. Veremos, na próxima seção, um projeto de HIS que incorpora essa face do cotidiano e aproxima vida e trabalho. Nos moldes de Foucault (1982), tal iniciativa pode produzir efeitos positivos de modo que o empreendedorismo individual se torne uma rede comunitária de geração de renda. A inserção na paisagem urbana de construções que abrigam práticas sócio-espaciais comprometidas com a valorização da vida deve ser acompanhada por programas governamentais que as incentivem: “Fomentar e assessorar as iniciativas já existentes de geração de renda para agricultura urbana, reciclagem, compostagem, cuidados com os recursos naturais (áreas verdes, nascentes etc.)” (Carta Belo Horizonte, 2022).

Como o abandono se expressa no conjunto

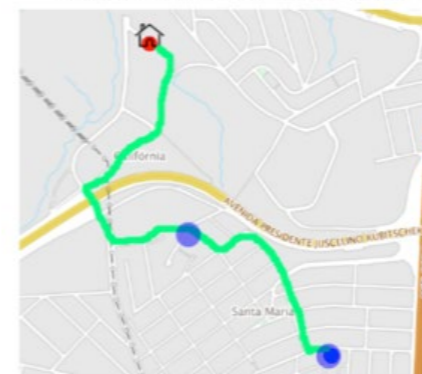
A convivência entre os novos moradores, há pouco tempo instalados e oriundos de diferentes lugares da cidade, é motivo de preocupação (Quadro 4 - extratos entrevistas moradores 5, 4 e 1). Morando em blocos verticais, eles se veem obrigados a construir novos arranjos sócio-espaciais, para lidar com a nova realidade. Uma estratégia é a formação de grupos de vizinhos, que se dão por laços de amizade. Nesse caso, o tempo de moradia no conjunto contribui para reforçar esses laços.

As dificuldades dos moradores em estabelecer laços de proximidade na tipologia de bloco de apartamento multifamiliar, padronizado e monofuncional (FERREIRA, 2012) revelam a não valorização do espaço público para a promoção de encontros (NABIL BONDUKI, 2014). É justamente na sala de estar de um dos apartamentos que esse grupo mantém uma rotina de encontro, fundamental para conseguirem conviver no conjunto.

Os lugares públicos de encontros e de cuidados com as crianças não existem (Quadro 4 - extrato entrevista morador 3). Os espaços de uso comum do conjunto são mais áreas residuais do que intencionalmente projetados para promover a apropriação pelos moradores (Quadro 4 - extratos entrevistas moradores 3 e 5). As entradas foram



Trajeto feito a pé do conjunto até a Igreja - 850 m.
FONTE: Base BH Maps, adaptado pela autora.



Trajeto feito a pé do conjunto até o posto médico - 1,6km.
FONTE: Base BH Maps, adaptado pela autora.



EMEI Califórnia li localizado na R. Christina Maria Assis
FONTE: Acervo pessoal.

Figura 3: Equipamentos urbanos próximos ao conjunto e deslocamento dos moradores. Fonte: Autoria própria, 2022.

concebidas nos espaços intersticiais, entre os blocos de apartamentos, o que dificulta a vigilância dos moradores. A solução foi colocar portarias para controlar o acesso aos prédios.

A gestão do condomínio também é uma novidade para os moradores (Quadro 4 - extratos entrevistas moradores 2 e 3). Há a figura institucionalizada da síndica, que é depositária de todas as reivindicações, e há o discurso da culpabilização do indivíduo. Nas duas representações, observa-se que o poder público é desobrigado de garantir os serviços de suporte aos moradores. Não há manutenções prediais periódicas (Quadro 4 - extrato entrevista morador 4) e, devido ao estágio avançado de deterioração da edificação, presume-se ser necessária a presença de um técnico para vistoriar as infiltrações e rachaduras, que vêm se formando no conjunto.

O estado de abandono do conjunto e a dificuldade de seus moradores lidarem com a manutenção e a implantação de melhorias arquitetônicas podem ser enfrentados com as ações previstas pelos movimentos de moradia, como responsabilização da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), financiamento da política habitacional e gestão popular (Carta Belo Horizonte, 2022). Notam-se os caminhos possíveis apontados pelos movimentos de moradia para assegurar investimento público no setor e gestão popular com assessoria técnica (Quadro 2). Programas de incentivo à gestão popular de conjuntos de HIS podem promover a convivência entre os vizinhos e a retomada da vigilância coletiva, casual e natural (JACOBS, 1961), da rua e dos acessos aos conjuntos. Vale lembrar que uma das reivindicações dos movimentos de habitação é a “criação de uma legislação específica de um condomínio para as habitações de interesse social”, o que denota a necessidade de se dar outro tipo de tratamento para a gestão condominial, que não aquela própria da cidade burguesa.

Como o abandono se expressa na unidade habitacional

A rigidez da planta impede os moradores de realizarem adequações para melhor abrigar as transformações da família ao longo do tempo (Quadro 5 - extrato entrevista morador 6). A planta mínima determina áreas que não comportam as atividades domésticas (Quadro 5 - extrato entrevista morador 6). O recurso dos moradores é usar as áreas

Convivência entre os moradores
<p>Extrato entrevista morador 5 Eu sou intruso aqui, eu moro no outro bloco, mas sempre estou de passagem por aqui, pra gente jogar conversa fora e tomar um cafezín.</p> <p>Extrato entrevista moradora 4 Não temos organização, é cada um por si só, quando fazemos amizades, ficamos em um grupo e é isso,</p> <p>Extrato entrevista moradora 1 Eu não acho que os vizinhos aqui são muito unidos não, e isso é desde o início, eu acho que a única coisa que fizemos juntos foi em questão da garagem, que cada um decidiu que queria um espaço pra fazer uma garagem. Então se eu pudesse comparar aqui com onde eu morava, eu diria que lá eu tinha mais amizades com os meus vizinhos.</p>
Lugares de encontro
<p>Extrato entrevista moradora 3 Lá no Santa Lúcia onde eu morava, a gente sentava na praça, via os meninos brincando e ficávamos conversando</p>
Acessos e vigilância dos moradores
<p>Extrato entrevista moradora 3 Primeiro portão que tiver aberto se tiver uma briga ou fuga de polícia, eles entram e fecham a porta da nossa casa. Aqui não é um lugar ruim, as pessoas que não sabem morar direito; aqui tem a síndica, mas ela não consegue resolver muita coisa.</p> <p>Extrato entrevista morador 5 O meu prédio graças a Deus é mais tranquilo, porque fecharam tudo e agora deixou mais tranquilo, [...]</p>
Gestão do condomínio
<p>Extrato entrevista moradora 2 Pra mim a gente aqui não tem muita necessidade de participar todo mundo porque nós pagamos condomínio e de vez em quando nós temos algumas reuniões com a síndica, e quando precisamos tratar algo, é com ela que falamos. Então, a gente não se junta pra fazer mudanças ou manutenções no prédio não.</p> <p>Extrato entrevista moradora 3 Eu acho que aqui poderia ser igual no Santa Efigênia, as coisas mais perto, tudo fechadinho, a escadaria fechada, tudo bonitinho, com síndico e limpeza. Lá tinha uma menina que todo sábado ia lá lavar, passar cera, cuidar...aqui eu não acho legal ser tudo aberto, aqui todo mundo pode passar e entrar na sua casa, aqui tem muito lugar com interfone.</p>
Manutenção predial
<p>Extrato entrevista moradora 4 Aqui tá cheio de rachadura e trincas nas paredes, a gente nem sabe se isso não é perigoso. Quando a gente lava alguma coisa na nossa casa, a água desce por essas trincas e molha a casa de baixo.</p>

comuns, no caso, a escada, para auxiliar nessas atividades, funcionando como uma extensão da habitação. A monofuncionalidade dos ambientes e a habitabilidade mínima são efeitos da lógica economicista implantada pela indústria da construção civil e que não possuem nenhuma relação com as ideais de otimização e racionalização do projeto e da construção (FERREIRA, 2012).

A incapacidade de alguns moradores viverem em situação regular no conjunto (Quadro 5 - extratos entrevistas moradores 4 e 3) indica os limites da legislação de regulação urbana em assegurar o direito à habitação. Historicamente, a habitação irregular é espacializada de várias formas pela população de baixa renda, como os assentamentos informais de vilas, favelas, loteamentos populares e ocupações urbanas. Ela também se expressa pelos gatos de água e energia nesses territórios. O não abastecimento de água na unidade habitacional revela a dificuldade de o morador lidar com os custos de adotar hábitos de vida burguês, nos quais os serviços urbanos são disponibilizados mediante o pagamento de taxas. No entanto, a impossibilidade da mercadoria habitação caber no orçamento familiar é o grande motivo pela irregular ocupação do espaço vazio pela moradora. Villaça (1986), se referindo aos Códigos de Obras, já denunciava que a maioria da população brasileira não tem condições econômicas para morar em

Transformações ao longo do tempo
<p>Extrato entrevista moradora 6 Sendo sincera, até hoje eu não me acostumei direito com o bairro e nem com o prédio, eu acho o bairro bom, bem tranquilo, mas eu tenho muitos filhos e a casa se torna ainda menor, eu tenho só dois quartos, aí os meninos tem que dividir com as meninas, aquela bagunça.</p>
Atividades domésticas
<p>Extrato entrevista moradora 6 Nós não temos áreas de serviço aqui, temos um tanque junto com a cozinha e nem tem divisória nele. Nós não conseguimos estender uma roupa lá, então usamos a escada pra ajudar a secar, já que venta bastante.</p>
Abastecimento de água
<p>Extrato entrevista moradora 4 Nós moramos aqui tem uns 5 anos, nós ajudamos a pagar a conta de água da minha filha, mas ainda assim é ruim viver sem água e sobreviver com gato aqui, sendo sincera (rsrs).</p> <p>Extrato entrevista moradora 3 Só que aqui é nosso, é de um policial aposentado, ele acabou abandonando e na época nós viemos pra cá, tanto que aqui não tem água, pegamos água e tomamos banho na casa da minha filha e voltamos pra cá pra dormir.</p>

casas segundo os parâmetros regulares de habitação.

Os Códigos não são feitos para regulamentar a produção e comercialização de lotes ou casas para os que estão fora do mercado. Uma casa que atenda aos padrões mínimos de um Código de Obras (por exemplo: num terreno de 150 m² com certos requisitos de insolação e ventilação com certo pé direito mínimo, com água corrente, com barra impermeável na cozinha e no banheiro etc.) tem um preço mínimo. As décadas se encarregaram de demonstrar que a maioria da população brasileira não tem condições econômicas (e também outras condições) de morar em casas de acordo com os Códigos. Portanto, em nada é beneficiada por eles. No Brasil, os Códigos são feitos pela minoria e para a minoria, ou seja, aqueles que participam do mercado. Em todos os municípios brasileiros que têm Códigos de Obras e de Loteamentos, estes colocam fora da lei a maioria das famílias e suas casas (VILLAÇA, 1986, p. 19).

Novamente, as reivindicações da Carta Belo Horizonte (2022) para o fomento da gestão popular (Quadro 2), com assessoria técnica, podem contribuir com as demandas por melhorias arquitetônicas, nessas tipologias habitacionais. Uma vez amplamente construídos e disseminados pelo país, cabe aos técnicos especialistas atuarem com os movimentos sociais para requalificar as tipologias de blocos de apartamentos multifamiliares, padronizados, monofuncionais e periféricos, no sentido de assegurar o direito à habitação.

Nos termos de Kowarick (2000), várias são as situações de espoliação urbana presentes no conjunto Via Expressa I: inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, longas horas despendidas nos transportes coletivos, inexistência de equipamentos públicos. A partir dos relatos dos moradores, podemos incluir outras situações de espoliação, típicas dos conjuntos, como a habitabilidade mínima, o impedimento de melhorias e as dificuldades em gerir as áreas residuais e a vida em condomínio.

Resignar-se ou se Organizar

Diante de tantas precariedades, os moradores se sentem resignados com a situação (Quadro 6). Poucos são aqueles que imaginam algum tipo de organização entre eles para realizar melhorias na habitação.

Extrato entrevista morador 3

Se me derem uma casinha em outro lugar eu ia amar demais, ia ser muito bom.

Extrato entrevista morador 5

Pra mim não seria bom me mudar, porque eu já me acostumei a ficar aqui.

Extrato entrevista moradora 3

Você já acostumou né, mas eu acho que para aqui melhorar a gente poderia ter uma reunião com um participante até da URBEL pra dar uma moral pra gente, não só os moradores aqui, tipo a FATÃO, que na época do Lula ajudou demais e tinha reunião lá na Serra, que fazia reunião tipo de condomínio e aqui não tem.

Extrato entrevista morador 5

No meu bloco acho que nem vale, povo é bem ignorante, acho que não vale tentar juntar pra organizar não, nem a reunião com a síndica tá valendo a pena.

Extrato entrevista moradora 3

Mas se com a Arena todo mundo se juntar pra comprar uma lata de tinta, pintar, ajudar a arrumar algumas coisas no prédio, porque com a Arena pode ser que alguns queiram melhorar a casa.

No entanto, alguma organização foi necessária para a realização do fechamento das portarias e da construção das garagens. Acordos são realizados entre os moradores para a ocupação das escadas e outras áreas de uso comum. Apoios mútuos são construídos entre moradores para acessar serviços e equipamentos urbanos. Mobilizações existem para a implantação de comércio local. Essa organização, mesmo frágil, não pode ser desconsiderada na elaboração de propostas habitacionais. Ela deve ser fomentada!

As iniciativas populares do mutirão, da geração de renda por meio do comércio informal, da ocupação de propriedade, que não cumpre sua função social, são ações reacionistas de grande parte da população, na luta por sobrevivência. Ao mesmo tempo, elas são intrínsecas à autoprodução do espaço. Arquitetos e urbanistas, apoiadores de movimentos sociais, reconhecem e incorporam estas práticas em suas proposições. Estas também contemplam as demandas dos moradores por acessar as centralidades urbanas, as necessidades de reforma para acomodar as transformações da família e a valorização dos espaços urbanos para promover lugares de encontro e convívio.

Os mutirões populares foram tratados em propostas de mutirões autogestionários (Figura 4) no período de redemocratização do país, nos anos 90. Inspirados nas cooperativas de habitação por ajuda mútua do Uruguai, os coletivos de arquitetos se ocupavam em assessorar os movimentos sociais a partir da ideia da racionalização da construção e adequação do canteiro de obras às necessidades do processo de mutirão (FERREIRA, 2012).

A possibilidade de geração de renda no próprio local da habitação já foi incorporada em propostas urbanísticas, como a realizada pela Organização Não Governamental (ONG) de Assessoria Técnica Peabiru – Trabalhos Comunitários e Ambientais. Concebidas para ser implantadas na região metropolitana de São Paulo, as diretrizes projetuais do bairro periférico consideraram o uso misto nas unidades habitacionais (Figura 4).

A ocupação de espaço vazio, que não cumpre sua função social, é historicamente reivindicada e praticada pelos movimentos do sem-terra e do sem-teto. Tratando-se de tipologias verticais, as edificações localizadas no centro são fundamentais para reduzir o ônus dos grandes deslocamentos (NABIL BONDUKI, 2014). Um bom exemplo foram os projetos de implantação de unidades habitacionais nos edifícios históricos do centro antigo de Salvador (Figura 4).

As transformações da família ao longo do tempo e a busca por melhor localização foram contempladas nos projetos de HIS do escritório Elemental, no Chile (ELEMENTAL, 2023). A inovação dos projetos consiste em aliar duas velhas tipologias habitacionais: casa-embrião e casa-geminada, de modo a permitir a verticalização das unidades habitacionais e a sua expansão futura. A densidade habitacional obtida possibilita construir muitas moradias em terrenos bem localizados.



A valorização do espaço urbano para promover lugares de encontro e convívio é tratada notadamente por projetos colaborativos, que são pioneiros em propor intervenções nas tipologias blocos de apartamentos multifamiliares padronizados, monofuncionais e periféricos. Um exemplo é a iniciativa de requalificação de espaço residual do conjunto habitacional Parques de Bogotá, no bairro de Bosa, em Bogotá. Trata-se de um projeto piloto denominado *Negociações Urbanas*, implantado em 2019, cuja estratégia é promover o diálogo comunitário através da autoconstrução de mobiliário urbano de uso compartilhado (ARQUITECTURA EXPANDIDA, 2020).

As diretrizes de políticas habitacionais e as propostas arquitetônicas e urbanísticas, apresentadas neste artigo, não pretendem apresentar soluções para os problemas habitacionais da tipologia em estudo. Antes, são tentativas de demonstrar a importância de o arquiteto se aproximar dos movimentos populares para contribuir com a emancipação dos moradores, a partir do cotidiano da autoprodução do espaço. O que essas proposições revelam é que esse exercício colaborativo de liberdade, parafraseando Foucault (1982), somente é possível quando o arquiteto está próximo dessa realidade. Até onde a investigação avançou, não foram encontrados projetos de intervenção em conjuntos habitacionais que contemplassem outras categorias de abandono.

Considerações Finais: Entre Morar e sua Projeção

O abandono dos moradores do conjunto habitacional periférico Via Expressa I se apresenta por séries históricas de exclusão sócio-espacial, ausência de fluidez, mobilidade urbana comprometida, serviços e equipamentos urbanos distantes, poucas oportunidades de geração de renda, dificuldades dos moradores em ter controle sobre os acessos ao conjunto, ausência de espaços de uso comum, terceirização da gestão do condomínio, ausência de manutenção predial, planta rígida, área mínima e normas de regulação urbana.

Figura 4 - Propostas habitacionais a. Conjunto habitacional União da Juita - Coletivo Usina (Região metropolitana de São Paulo) b. Projeto de bairro periférico - PEABIRU (Região metropolitana de São Paulo) c. Casasões recuperados que abrigam unidades habitacionais em bairro histórico de Salvador. Fonte: FERREIRA, 2012 e NABIL BONDUKI, 2014.

Ao mesmo tempo, os moradores se organizam minimamente para sobreviver nessas condições. Essa organização, mesmo frágil, não pode ser desconsiderada na elaboração de propostas habitacionais. Apesar da precariedade, é urgente mobilizar as pautas dos movimentos sociais e as proposições de apoiadores técnicos a fim de elaborar políticas públicas capazes de enfrentar o abandono dos blocos de apartamentos multifamiliares padronizados, monofuncionais e periféricos.

O trabalho de campo com os moradores permitiu a aproximação do profissional de arquitetura com a realidade vivida por eles, possibilitando trocas de experiências e, principalmente, urgências em estabelecer um trabalho compartilhado no campo da arquitetura e urbanismo.

A solução projetual elaborada pelas políticas habitacionais é injusta e violenta, como podemos ver nos relatos dos moradores do conjunto Via Expressa I. A inversão de prioridades, em que o direito à moradia é submetido à forma mercadoriana, indica que há uma grande distância entre o morar, que arquitetos e urbanistas planejam, e o habitar, que os moradores experimentam.

Pelas investigações de outros autores, alguns citados neste artigo, não nos parece que os sentidos de abandono se restringem ao estudo de caso. Mas, é preciso investigar outras tipologias similares para identificar se as categorias de abandono se confirmam ou se complementam. É necessário, principalmente, avançar em proposições de melhorias habitacionais para as tipologias construídas e que considerem a fluidez urbana, a mobilidade, a proximidade de centralidades, os lugares de encontro, os acessos e a vigilância comunitária, a gestão do condomínio, a manutenção predial, as transformações da família ao longo do tempo, as atividades de cuidado e os custos familiares com a ausência dos serviços urbanos.

Agradecimentos

Este artigo tem origem no Trabalho de Conclusão (TC) da então aluna de graduação Ana Luiza Martins Nazareth do curso de Arquitetura e Urbanismo (AU) da PUC Minas e está vinculado ao projeto de extensão Programa de Formação de AutoProdutores em Saberes Ambientais (Prosa) e ao projeto de ensino, com práticas extensionistas, da disciplina Teoria da Produção Habitacional (TPH). A disciplina TPH é fruto de implantação do então currículo do Curso AU que, junto a outras unidades curriculares - Estudos Socioambientais, Planejamento Ambiental Urbano, Urbanização e Arquiteturas no Brasil e Projeto Executivo Urbano – Áreas de Ocupação Informal, expressa o propósito do Projeto Político Pedagógico (PPP), elaborado em 2008, de “superação de dicotomias históricas em nosso campo: entre teoria e prática, entre projeto e obra, entre imaginação e engenho, entre conhecimento técnico-científico e saber fazer, entre o espaço e sua produção social” (PENNA, 2019, p. 232). O TC produziu o Caderno *Ilhados e Esquecidos*, entregue ao final do semestre para os moradores do conjunto. Gratidão aos moradores do conjunto Via Expressa I, à Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e aos revisores deste artigo.

Referências

- BAUER, Martin. The narrative interview: comments on a technique of qualitative data collection, Papers in **Social Research Methods** – Qualitative Series, Vol. 1. London: London School of Economics, Methodology Institute, 1996. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/collections/methodologyInstitute/pdf/QualPapers/Bauer-NARRAT1SS.pdf>>. Acesso em: nov 2012.
- BECHTEL, R. *Environment and Behavior* – an Introduction. Thousand Oaks (Califórnia): AGE, 1997.
- CARTA BELO HORIZONTE. *Seminário Plano Diretor e Movimentos de luta por Novos Horizontes*. PUC Minas, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://sites.google.com/view/seminario-novos-horizontes/carta-de-bh?authuser=0>. Acesso em: mar 2022.
- COLETIVO USINA. Reforma urbana e autogestão na produção da cidade: história de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/10/ART-15_REFORMA-URBANA-E-AUTOGESTAO-NA-PRODUCAO-DA-CIDADE.pdf. Acesso em: jul 2013.
- ELEMENTAL. *4 Proyectos de Vivienda Incremental*. Providencia: Elemental, 2023. Disponível em: <https://www.elementalchile.cl>. Acesso em: jan 2023.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança. São Paulo: Annablume, 1996.
- FERREIRA, João Sette Withaker. (coord.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para implementar projetos habitacionais e urbanos*. São Paulo: LABHAB ; FUPAM, 2012.
- FOUCAULT, Michel. Space, Power, and Knowledge (excerpt) by Michel Foucault. An interview with Paul Rabinow. *Skyline: The Architecture and Design Review*, 1982.
- HALBWHACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House, 1961.
- KAPP, Silke et al. *Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia “Inovação e Responsabilidade”*. Florianópolis: UFSC, 2012.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LE CORBUSIER (1989). *Carta de Atenas*. São Paulo, Hucitec/Edusp. Trad. Rebeca Scherer. *Publicação original em francês em 1941*.
- LEFEBVRE, Henri. (2009 [1966]). “Theoretical problems of *autogestion*”, in H. Lefebvre *State, Space, World*. (Edited by N. Brenner and S. Elden). Minneapolis: University of Minnesota Press. p. 138-152.
- LEFEBVRE, Henri. (1976 [1972]). *Espacio y Política*. Barcelona: Península.
- LEFEBVRE, Henri. (1973): A re-produção das relações de produção. *Porto, Escorpião (1ª parte de La Survie du Capitalisme)*. Paris: Anthropos. (EUA): Blackwell.

LEFEBVRE, Henri. (1991) [1974]: *The Production of Space*. Oxford (R.U.) e Cambridge.
MAGNANI, José. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Editora Terceiro Nome, São Paulo, 2002.

NABIL BONDUKI, George. Origens da habitação social no Brasil. *Revista Análise Social*, Vol. XXIX (127), 1994 (3o), 711-732, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, PT, 1994.

NABIL BONDUKI, George. *Origens da habitação social no Brasil. Cem anos de construção de política pública no Brasil*. São Paulo, Editora UNESP: Edições Sesc. Volume 1. 2014.

PENNA, Alícia *et al.* *O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Cursos de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas*. Cadernos Temáticos do Nesp – Na cidade: micropolíticas e modos de existência, Belo Horizonte, n. 9, 2019, pp. 221–256.

ARQUITECTURA EXPANDIDA. *Negociaciones Urbanas – Toque Madera* (Bosa, Bogotá). Disponível em: <https://arquitecturaexpandida.org/negociaciones-urbanas/>. Acesso em: jan 2022.

SMAPU-PBH - Secretaria Municipal de Política Urbana Prefeitura de Belo Horizonte. *Empreendimento ArenaMRV: roteiro de Estudos dos Impactos Urbanísticos e Repercussões do Empreendimento na Vizinhança para Operações Urbanas Simplificadas*. Processo 01-000285/15-94, 2015. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/ous_arena_multiuso_160629_uma_mrv_eu_vf_site_parte2.pdf. Acesso em: fev 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os apoiadores acadêmicos dos movimentos sociais: seu papel, seus desafios. *Passa Palavra*. 2010. Disponível em: <https://passapalavra.info/2010/09/29280/>. Acesso em: out 2022.

USINA. COPROMO. Disponível em: <http://www.usina-ctah.org.br/copromo.html>. Acesso em: 25 fev 2023.

VALENCIO, Norma. Desastre como barbárie: o avesso do habitar. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 26, n. 38, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/article/download>. Acesso em: set 2022.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda., 1986.

MARABÁ
CUNHA
CLUBE
LETO
DIA
GODI
MILIT

ENTRE A NATUREZA E O ABANDONO

Andrews Jobim¹

Resumo

O presente texto é, além de uma resenha do artigo *Observações sobre a natureza (physis) em Heidegger* de Gabriel de Almeida Barros, uma breve reflexão sobre o estatuto ontológico dos entes em abandono, indicando do que se tratam e de modos de abordá-los para retirar dessa condição.

Palavras-chave: metafísica, esquecimento do ser, abandono, Heidegger.

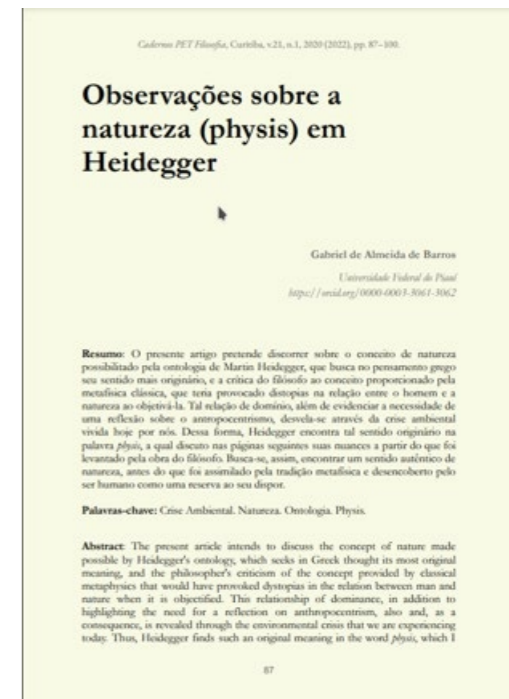


Figura 1 – Capa do artigo. Fonte: Autor, 2022

Da simples coisa ao mundo aberto

A busca por um sentido autêntico de natureza, em uma situação originária e ainda não apreendida pela tradição metafísica e a técnica é o que inspira o autor do artigo *Observações sobre a natureza (physis) em Heidegger*, publicado no volume 21, número 1, de 2022, da revista *Cadernos PET Filosofia*, em Curitiba (Figura 1). Nesse, Gabriel de Almeida Barros, Engenheiro Ambiental pela UFRJ e Mestre em Filosofia pela UFPI, discorre sobre o sentido de natureza possibilitado pela ontologia de Martin Heidegger, apresentando as críticas que este apresenta ao modo como a natureza passou a ser compreendida ao longo da tradição filosófica, bem como sua tentativa de resgate de um sentido não objetivista nem antropocentrista, baseado na tradição grega antiga. Com isso podem ser pensadas outras perspectivas que não venham a produzir os problemas que enfrentamos em relação a natureza contemporaneamente.

Na introdução do texto, o autor sucintamente, porém com muita clareza e precisão conceitual, pontua a perspectiva heideggeriana do inadiável destino do pensamento humano: a metafísica. Afirma, que esta faz parte da natureza humana, e que, portanto, é um acontecimento essencial desta em suas manifestações. O que não o é, no entanto, é a perspectiva que inviabiliza um acesso ao ser em detrimento do ente, pontuando a possibilidade para que o nada venha a ser pensado. Em outras palavras, o modo de pensamento contemporâneo, que esquece do ser das coisas e dedica-se apenas a manifestação objetiva destas não é necessário, causando inclusive problemas, como o esvaziamento do ser em nome do nada. Reverter esse quadro é a proposta de Heidegger, remetendo o problema para um contexto anterior ao esquecimento do ser, o período filosófico grego anterior a Platão e Aristóteles, investigando os conceitos antigos e destacando sentidos originários e potentes em termos de manifestação do ser.

A seguir, o artigo é dividido em duas partes. Na primeira o autor apresenta como a metafísica clássica se apropriou da natureza como *simples presença*, isto é, como algo definido exclusivamente pelo fato de estar presente, desconectado de um sentido mais amplo de ser. Pontua as duas explicitações apresentadas por Heidegger para criticar essa concepção, (1) justamente essa necessária presença constante de

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS. Graduado em Filosofia pela UFPel.

ser, e (2) o rompimento com essa perspectiva pela afirmação de um movimento de pensamento marcado pela emergência e retração do florescimento do ser. Justifica-se essa abordagem pela própria tradução heideggeriana do termo grego *physi* (traduzido correntemente por *natureza*), que em sua raiz guarda um sentido de autoemergência, de aumento e evolução, e que abrange não apenas os seres vivos ou do meio ambiente natural, mas todos os entes que vem a ser. Assim, para pensar a natureza, e tudo que acaba sendo incluído nesta por essa perspectiva mais ampla, é preciso pensar a partir dessa ideia de florescimento e acontecimento, que desabrocha para fora ao mesmo tempo que permanece em si mesmo.

Já na segunda parte, em que já está posta a perspectiva para pensar o ser da natureza, o autor pontua as abordagens ônticas (que se refere ao ente) e ontológica (que se refere ao ser) que podem ser feitas daquela. Destaca como a perspectiva da natureza como *simples presença* se tornou dominante na abordagem científica inspirada na tradição metafísica ocidental, que trata de *desmundanizar* os objetos de estudo, isto é, arrancá-los de suas tramas de sentido e relação, que constituem o seu ser. Como alternativa a esse cenário, seria importante operar um movimento de compreensão do objeto, o qual se apoia no não isolamento deste, nem do observador, que passa a afirmar uma mútua interação dos próprios contextos que os condicionam. Assim, há um movimento de passagem da determinação dos entes: deixa-se de defini-los a partir de critérios internos, para assumir uma definição a partir de critérios externos, conectadas ao mundo e compreensivelmente estruturadas.

Por fim, nas considerações finais, o autor sinaliza a discussão para a reflexão sobre os problemas ambientais enfrentados pela sociedade contemporânea. Faz uma retomada da problemática apreensão da natureza pela metafísica tradicional, e aponta a retomada fenomenológica heideggeriana como uma possível via de acesso a outros modos de nos relacionarmos com o mundo a nosso redor. Somente pelo movimento compreensivo de apreensão do sentido permitindo que o ente se afirme em suas relações, é que se abre a possibilidade de intervenções que respeitem o próprio florescer das coisas. Isso inclui trabalhar um olhar que não seja de dominação frente aos fenômenos observados, mas de participação e envolvimento.

Trata-se de um artigo bem escrito, sintético e ao alcance daqueles não iniciados nas discussões filosóficas profundas. Martin Heidegger é um autor conhecido pela dificuldade que marca a leitura de suas obras, com a produção de conceitos fora do pensamento tradicional, que demandam muita capacidade imaginativa e paciência em sua leitura. Contudo, Gabriel de Almeida Barros consegue nesse breve artigo apresentar com clareza os conceitos e articulá-los com o tema da relação do ser humano com a natureza, dando ares mais concretos a uma discussão abstrata e árida.

Porém fica a questão: *por que propor uma resenha desse assunto para uma edição de uma revista de Arquitetura e Urbanismo cujo tema é abandono?* Para responder a esta pergunta é preciso ter em mente o que está sendo compreendido por *abandono*, em nome da clareza conceitual. Sem pretender entrar em uma extensa exposição desse conceito, partiremos da indicação formal de que o abandono expressa o sentimento de esvaziamento de sentido de um determinado ente do mundo, que passa a ser encarado como sem utilidade ou valor, deixando de ser procurado e cuidado como tal. Ou seja, o abandono expressa uma perda de ser do ente, que se vê privado das relações que lhe fornecem sentido e passa a ser visto como um elemento residual no mundo.

O oposto do abandono é o cuidado, não apenas no sentido ôntico de preservação que esta palavra guarda, mas também no sentido ontológico que expressa. Neste, acentua-se o caráter da cura, de trabalhar para possibilitar o pleno florescimento do ente. Mais do que evitar o desgaste, nesse segundo sentido, se trata de fazer com

que algo possa autenticamente acontecer, manifestando seu ser em mais alto grau. O cuidado, portanto, em sentido heideggeriano, expressa a atenção para o mundo que dá significado ao ente, mantendo este sempre conectado e vinculado as relações que o envolvem.

Como já mencionado, abandonar seria o contrário, pois o sujeito, ou o objeto, deixa de receber a atenção e de ter percebido seu sentido, e passa a habitar o mundo pelo modo de ser da *simples presença*. Assim, poderíamos arriscar afirmar que o processo metafísico de apreensão da natureza de forma desnaturante como *simples presença* expressa uma forma de abandono desse ente. Teríamos nos desconectado da natureza e perdido as relações com seu ser mais próprio, descuidando de seu florescimento e desequilibrando sua existência. E se é possível abandonar um ente intramundano como o é a natureza, por que não seria possível falarmos no abandono de outros entes também intramundanos, como pessoas, prédios, praças ou cidades?

Tudo que é abandonado permanece no mundo de alguma maneira, uma vez que ainda poderá ser significado. Desaparecer da vista configuraria um processo de obliteração do ente, em que há uma dupla forma de esquecimento: o esquecimento do esquecimento. No entanto, nem dessa forma há uma exclusão completa do ente, pois o que passa a acontecer é um processo de velamento deste. Ou seja, o sentido de ser do ente passa a esconder-se e a ficar recolhido em um âmbito de difícil acesso. Somente com a retomada do pensamento que originou o movimento de florescimento daquele ente é que será possível acessar os meandros de sua manifestação no mundo. Sem que isso se dê, o ente abandonado pode até ser temporariamente esquecido, porém sempre correrá o risco de retornar sob a forma de um estorvo à vida cotidiana, rompendo com modos *automatizados* de habitar o mundo e exigindo uma atitude própria frente ao mundo. Por exemplo, o passeio cotidiano de um cidadão, que de tão comum passa a ser irrefletido, mas que em dado momento é confrontado com uma edificação abandonada, que lhe chama a atenção para o caminho que vinha fazendo e que a partir de então passa a ter mais cuidado em função dos riscos potenciais que poderia se deparar. Contudo, é importante frisar que não será sempre que o ente abandonado romperá com as práticas irrefletidas da vivência cotidiana, tudo dependerá do mundo como esse ente será significado no mundo. Se não chamar a atenção, poderá permanecer anos em estado de latência, até que um olhar atento perceba alguma coisa significativa, e esse ente passe a ter maior centralidade nas relações que o rodeiam.

Tudo isso se insere no processo maior de esquecimento do ser operado pela metafísica tradicional, que trata de esvaziar os entes de sentido e a interpretá-los em função da sua *presença objetiva*. Dessa forma, talvez seja justamente esse processo que opera por trás do abandono, uma dinâmica de esquecimento do ser do ente e destacamento de seu campo de sentido, que o projeta no mundo como *simples presença* lançada à existência. Enquanto no caso da ciência baseada na tradição metafísica esse movimento é feito de forma intencional, pela objetificação, no caso do abandono isso parece se dar de forma espontânea, com o deslocamento do mundo e de suas metamorfoses. Isso parece sugerir que um grau de esquecimento do ser é inerente à condição humana, em função do próprio movimento do devir, pois novos mundos abrem-se e fecham-se conforme os processos de velamento e desvelamento da verdade. Muda-se o mundo, muda-se os entes cuidados.

Portanto, parece natural que o abandono venha a acontecer, contudo, como o próprio esquecimento do ser, ele não é necessário. Vale o exercício de retomada do ser para resgate do sentido e abertura dos entes abandonados para novas possibilidades no

mundo. O artigo sugere, a partir da obra *Ser e Tempo*², que essa possibilidade se dê pela via compreensiva, envolvendo sujeito e objeto no movimento circular característico da hermenêutica-fenomenológica, em que o sentido é desvelado mais e mais conforme se parte de uma instância à outra. Trata-se de uma disposição do sujeito para desvelar mundos que dão sentido aos entes que neles se inserem. Isso inclui a experimentação e o demorar-se junto ao ente, possibilitando que o desvelamento do seu ser aconteça em função de seu próprio tempo.

Vivemos em um mundo descartável, em que todos os processos estão acelerados e são medidos em função de sua eficiência. Isso é resultado da lógica da metafísica tradicional, que esqueceu justamente a importância do tempo para o desvelamento do ser. O nome da obra é *Ser e Tempo*, porque o ser se desdobra no tempo, e o tempo é a medida do ser. Há uma imbricação, que não pode ser ignorada, como o foi ao longo da tradição. Olhar para os entes como *simples presenças* no mundo, e os definir a partir de categorias ônticas, como quantidade, qualidade e forma, é diminuir as possibilidades de ser das coisas. Como afirma Heidegger, na referida obra, é preciso uma nova estrutura de pensamento, que seja capaz de abarcar o conjunto de relações que dão sentido aos entes. Isso passa pela compreensão de que os seres humanos (ser-ai) não podem ser medidos por essas categorias, e que são necessárias *categorias existenciais*. Isso porque somente o ser humano tem mundo, os demais entes estão no mundo. É preciso, portanto, partir dessa experiência existencial, que se apresenta numa diferença ontológica, para abordar o mundo e deixar perder-se neste, permitindo a manifestação dos entes em seu ser.

No caso do abandono, para aquele ou aquela que pretende dedicar-se a efetuar um resgate, seja sob a forma de reafirmação de antigos modos de estar no mundo, ou do desvelamento de novos modos de ser, o primeiro passo é exercitar a escuta atenta. De quem? do ser! É preciso que a pessoa seja capaz de sensibilizar-se e de colocar-se em sintonia com o ser que acontece ao seu redor, pois é ele quem fornecerá as pistas para que outras possibilidades se desvelem. Isso se inicia pelo exercício de rompimento com os modos impróprios de ser, os quais determinam nossa ação cotidiana na maioria dos casos. Agimos no *automático*, resolvendo as questões que se impõe para nós de acordo com o modo como *todos* tendem a resolver. Não é possível romper inteiramente com esse traço existencial humano, porém é possível assumir posturas mais orientadas à propriedade e afirmação de modos de ser mais conscientes. Isso é importante porque é preciso romper com a ideia de que o ente abandonado é um resto sem importância no mundo, que não precisa de nossa atenção. É preciso que haja o interesse e o destacamento desse ente entre os demais, permitindo que algo possa acontecer.

Esse processo parte da possibilidade de manifestação da verdade do abandono, o qual opera justamente o desvelamento de seu ser. Somente quando se reconhece que algo mudou e que o sentido que se manifestava no acontecimento de determinado ente fora esquecido, é que se abrem as portas para que o ente seja novamente encontrado no mundo, e novamente situado em sua utilidade e beleza. Ambos esses aspectos só podem ser encontrados em uma abordagem própria do ente abandonado, ou seja, uma abordagem que não seja influenciada pelas opiniões e pelo ritmo da vida cotidiana. Isso porque são aspectos que dependem da afirmação de um tempo próprio de encontro com o ente, que passa a revelar suas possibilidades e sentidos na linguagem. A utilidade se revela no encontro mais autêntico com o ente, em que não se pensa sobre este, no sentido de *simples presença*, mas se conecta com ele para a consecução de determinada finalidade. O rompimento da utilidade é que chama a

atenção ao ente e evidencia sua presença, seja como quebrado ou falho. Já a beleza se manifesta na abertura de mundo, quando o ente desvela possibilidades de sentido, que transformam as relações entre os entes ao seu redor. É assim que quando pensamos em uma determinada edificação abandonada e percebemos beleza nela, parece que nos transportamos para o período em que estava em funcionamento e passamos a nos situar em relação às possibilidades abertas por essa experiência da verdade do ser.

Enfim, espero ter apontado algumas pistas para uma aproximação entre a problemática da natureza em Heidegger e o tema do abandono, inspirando os pesquisadores a explorarem este conceito a partir do referido referencial filosófico. São muitos os caminhos possíveis a serem explorados nessa temática, valendo muito a pena para todo aquele interessado. A quem se interessar, vale a pena uma leitura atenta do artigo, como porta de entrada à rica e potente filosofia heideggeriana.

Referência

DE BARROS, Gabriel de Almeida. Observações sobre a natureza (physis) em Heidegger. *Cadernos PET-Filosofia*, v. 21, n. 1, 2022.

² HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Vozes, v. 1, 2009.

AV GROTA RICA
PATROCINO
HERCULANO AVIRISSIMO

parede branca

PASSADO E PRESENTE NA VILA DE SERRA PELADA Ensaio Fotográfico

Silvia Helena Cardoso¹

Passado e Presente na Vila de Serra Pelada é uma série de 12 fotografias realizadas nas três primeiras viagens entre Marabá e a Vila de Serra Pelada no Sudeste do Pará, na Amazônia Oriental.

Desde 2018, tenho visitado a Serra Pelada, antigo garimpo a céu aberto no Sudeste do Estado Paraense.

Quando do primeiro contato, a Serra Pelada demonstrou estar muito diferente das fotografias publicadas entre 1980 e 1990, quando o garimpo estava aberto e muitos garimpeiros e aventureiros estiveram na pequena vila com o sonho de “bamburrar”, isto é, ficar rico com o ouro coletado nos barrancos da cava onde trabalhavam.

A Vila de Serra Pelada pertence a Curionópolis, pequena cidade formada a partir do garimpo do outro lado da serra. Atualmente, o município realiza melhorias públicas, tais como escola, hospital, posto de saúde. Contudo, a Vila é formada por casas de madeira e a maioria desocupadas. Com cerca de 4.000 habitantes, número flutuante, são moradores idosos da época do garimpo que por motivos diversos não deixaram a vila. Muitos ainda alimentam o sonho da abertura do garimpo para trabalharem legalmente. E outros tantos, chegaram depois do garimpo fechado e também investem em um possível reinício das atividades de escavação em busca de ouro, já que todos afirmam a existência do metal na região. Enquanto Serra Pelada não volta ao passado, a maioria das pessoas assistem o tempo passar, trabalham nas lojas, tais como, mercado, roupa feminina, brinquedos, tabacaria, bebidas, entre outros, ou apenas contam histórias de sucesso...

A Vila de Serra Pelada é como um bairro tímido que existe em virtude da sua própria história: a corrida pelo ouro e, conseqüentemente, riqueza num lugar absolutamente inóspito. Quase um faroeste com rivalidade, competição e tiroteio. Contemporaneamente, parece ser uma cidade cinematográfica, cuja ficção é a fronteira entre o passado e o presente.

A partir dos primeiros registros fotográficos, doze imagens procuram expressar o “ir longe/ir além” como um objetivo de transformar a vida, independentemente do sofrimento e da dor, revelando um espírito destemido próprio da cultura brasileira, e inserido no contexto literário de Rubem Fonseca: Serra Pelada continua sendo um terreno minado, com “emoções imperfeitas e vastos pensamentos”.

¹ Artista, antropóloga e professora universitária na Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FAV/UNIFESSPA).



Figura 1 - Deslocamento, Acervo de Silvia Helena Cardoso, 2018.

Figura 2 - Cava Lago, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.



Figura 4 - Irrigação, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.



Figura 3 - Estrutura Pesada, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.

Figura 5 - Diamante Gigante, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.



Figura 6 - Sonho Garimpeiro, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.



Figura 7 - Marcas, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.



Figura 8 - Pra Conversar, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.

Figura 9 - Grota Rica, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.



Figura 11 - Praça, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.

Figura 10 - Hotel, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.



Figura 12 - Clube, Acervo de Sílvia Helena Cardoso, 2018.

QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO

juny kp!¹

Testemunhamos a produção deliberada de vazios, de obsolescência e da amplificação do estado de arruinamento do espaço urbano de S.J. do Rio Preto. Já em 2007, a Trienal de Arquitetura de Lisboa apontava a importância do assunto quando escolheu os VAZIOS URBANOS como tema central. Esses espaços são áreas que, após uma intervenção paisagística e urbanística, possuem potencial e vocação para serem praças, parques, áreas de lazer, bulevares, palcos culturais dentre outras soluções públicas para o uso coletivo da população. Os vazios urbanos são lugares esperando por algo acontecer. São como pausas, falhas, lapsos no fluxo de uma cidade.

Revelar tais espaços urbanos vazios em conjunto é escancarar os efeitos das políticas de planejamento urbano presente em nossa cidade. Um desenvolvimento a todo custo. Um vazio de almas, um deserto de árvores, a ganância explícita.

Proponho uma nova tipologia específica para os lotes públicos vazios, inertes e propositadamente indisponíveis à população local, em um estado de espera infinita: o *desespaço público*.

A arte faz o homem lembrar-se de si e reinventar-se. A arte tem naturalmente um conteúdo político, uma vez que esse, obrigatoriamente, como disse o crítico Mário Pedrosa, é condizente com a consciência social de cada época. Ela passa pela cidade, pelo urbano, pelas influências que o ambiente urbano causa na arte e vice-versa. Uma vez perdida a crença ingênua na natureza, a arte vai se amparar quase que exclusivamente no urbano (CARDOSO; MACEDO, 2015).

O recorte, constituído por imagens de terrenos privados registrados de dentro e terrenos públicos registrados de cima, transita entre o dentro e fora, o vazio e cheio e o público e privado. Uma coisa é comum: o abandono e o descaso social. Ao primeiro arranhar da superfície já encontramos indícios concretos de disparidade na oferta de sistemas públicos de lazer operantes, funcionais, equipados e com infra-estrutura necessária para o pleno desfrute entre regiões de maior renda per capita e as de menor renda per capita.

Referência

CARDOSO, Reginaldo Luis; MACÊDO, Ricardo. In: Arte e espaço [recurso eletrônico] : uma situação política do século XXI / Natacha Rena, Bruno Oliveira, Maria Helena Cunha, orgs. Duo Editorial, Belo Horizonte, 2015. p. 15-20.

¹ Juny Alessandro Biassi de Almeida é mestrando no IAU/USP, São Carlos. Artista, Pai, Educador, Curador, Designer Gráfico, Produtor Cultural, Pesquisador e Diretor Criativo da casa de criar, escritório de arte. É Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, pelo IAU/USP/São Carlos em Teoria e História (2022-24), onde pesquisa Economia Política da Arte orientado pelo prof. Dr. Ruy Sardinha. Atua na linha de pesquisa: Cidade, Arte e Cultura, e é membro do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC). É Especialista em "Fundamentos de Cultura e das Artes" pela IA/UNESP, (2006) e Bacharel em Tradução pelo IBILCE/UNESP, espanhol e francês. (1995-1998). É intérprete de língua inglesa. Precursor na internacionalização do Breaking brasileiro, já esteve em quatro continentes produzindo bboys nos últimos 23 anos.



Figura 1 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios privados", 50x65cm, pigmento mineral sobre papel algodão 2016.



Figura 2 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios privados", 36x65cm, pigmento mineral sobre papel algodão, 2018.

Figura 4 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios privados", 36x65cm, pigmento mineral sobre papel algodão, 2018.



Figura 3 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios privados", 36x65cm, pigmento mineral sobre papel algodão, 2018.



Figura 6 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios privados", 60x80cm, pigmento mineral sobre papel algodão, 2022.



Figura 5 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios privados", 49x65cm, pigmento mineral sobre papel algodão, 2019.

Figura 8 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios privados", 50x50cm, pigmento mineral sobre papel algodão, 2019.



Figura 7 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios privados", 50x50cm, pigmento mineral sobre papel algodão, 2022.

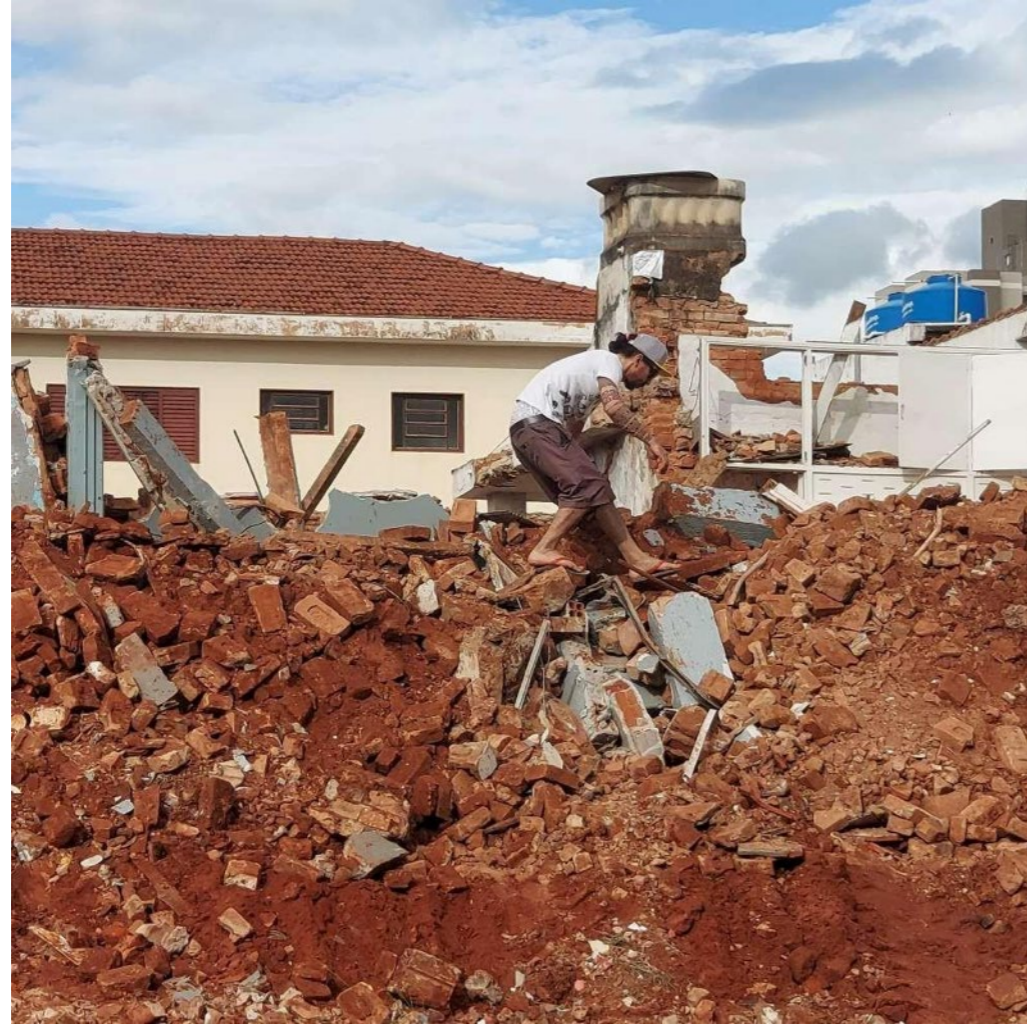


Figura 10 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios urbanos", 50x50cm, pigmento mineral sobre papel algodão, 2019.



Figura 9 - "sem título" (série QUANDO OLHO PARA TRÁS, VEJO O FUTURO: vazios urbanos", 50x50cm, pigmento mineral sobre papel algodão, 2019.

EDIFÍCIOS EM ESPERA

Gabriela Oliveira Wedekin¹ e Marcelina Gorni²

O presente trabalho expõe o produto da disciplina Documentário e Cidade: Narrativas Audiovisuais e Dinâmicas Urbanas, oferecida em 2020, no curso de pós-graduação do IAU-USP São Carlos e ministrada pelo professor Marcelo Tramontano. Em um mini documentário de 8 minutos, buscamos explorar o abandono de duas estruturas inacabadas em contextos diferentes, nas regiões centrais das cidades de Goiânia-GO e Londrina-PR, duas cidades novas e planejadas. A importância da discussão sobre os edifícios inacabados abandonados auxilia no entendimento dos impactos físicos e sociais que eles causam no espaço urbano e nas pessoas que convivem e transitam nesses espaços. Entendendo a cidade como um organismo vivo e complexo, pode-se constatar que essas estruturas ocasionam uma ruptura no tecido urbano, sendo assim, essas edificações estão excluídas das dinâmicas urbanas. Dessa forma, procuramos compreender como tais estruturas tão imponentes chegaram ao atual estado de abandono. Trata-se de estruturas com ampla visibilidade e que causam inquietação em grande parte da população que passa por ali todos os dias, podendo instigar sentimentos e situações peculiares. Tal situação reverbera nos moradores do entorno a expectativa e o desejo de verem as estruturas terminadas. No entanto, as estruturas pairam, na esperança de ver seus desenhos e destinos iniciais um dia se completarem; um constante e eterno vir a ser, sem nunca ser realizado, sempre em espera.

Sinopse

Duas estruturas edificadas não acabadas, com a estrutura construída aparente e em estado de arruinamento são identificadas, localizadas e filmadas sincronicamente em duas cidades diferentes ao longo de alguns meses: uma no centro da cidade de Goiânia-GO e outra na cidade de Londrina-PR. Ambos edifícios abandonados permanecem intactos por muitos anos, sendo testemunhas das mudanças que a cidade sofre e ao mesmo tempo são alvos de especulações e curiosidade por parte dos moradores ao seu redor. O presente vídeo faz o registro documental dessas estruturas inacabadas e busca mostrar os mesmos em seu contexto e em sua paisagem, ao mesmo tempo que visa entender o papel que ambos desempenham na dinâmica social, econômica e política nas cidades em que estão inseridos.

Link do vídeo

<https://youtu.be/qISwnUKWRw8>

Referência

GHISLENI, Camilla Sbeghen. A Potência do Abandono: Políticas e Contradições nas Intervenções Artísticas em Espaços Abandonados. 2017. 132 p. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188699/PARQ0288-D.pdf>. Acesso em: Outubro 2020.

¹ Mestranda no Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Londrina, Paraná – Brasil.

² Professora Adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (FAV-UFG), Goiânia, Goiás – Brasil.



Figura 1 - Vista da estrutura inacabada abandonada e de seu entorno na região central da cidade de Londrina-PR. Fonte: As autoras, 2020.



Figura 2 - Vista da estrutura inacabada abandonada e de seu entorno na região central da cidade de Goiânia-GO. Fonte: As autoras, 2020.

Figura 4 - Vista lateral do edifício abandonado de Londrina-PR.
Fonte: As autoras, 2020.



Figura 3 - Vista frontal do edifício abandonado de Londrina-PR.
Fonte: As autoras, 2020.



Figura 6 - Vista interna do edifício abandonado de Goiânia-GO enquadrando a paisagem. Fonte: Matheus de Paula Vaz Cândido Gomes, 2016.



Figura 5 - Vista interna de baixo para cima do edifício abandonado de Goiânia-GO. Fonte: Matheus de Paula Vaz Cândido Gomes, 2016.



Figura 8 - Esperas da estrutura inacabada de Londrina-PR. Fonte: As autoras, 2020.



Figura 10 - Sobreposição de imagens dos dois edifícios inacabados e seu entorno. Fonte: As autoras, 2020.

Figura 7 - Esperas da estrutura inacabada de Goiânia-PR. Fonte: As autoras, 2020.



Figura 9 - Sobreposição de imagens dos dois edifícios inacabados no contexto das cidades. Fonte: As autoras, 2020.

ABANDONOS VEGETAIS

Louise Rochebois¹

Esta é uma coleção de fotografias de árvores cortadas pelas cidades. Uma dimensão do abandono presente no cotidiano urbano.

A fotografia é um jeito de demorar o meu olhar nos restos e abandonos vegetais, me colocar em relação com eles, ouvi-los: um aparato do pensamento. É também uma forma de reivindicar a presença e a vida dessas árvores e de as tornar visíveis na sua ausência.

Todos os troncos e galhos cortados que eu vejo pela cidade são também matéria de tempo e de memória. Na verdade, tempos e memórias: o tempo e a memória das próprias árvores e também aqueles das pessoas que foram atravessadas por elas. Os abandonos vegetais são grandes testemunhas da vida e dos fenômenos urbanos. Eles prestam um testemunho silencioso e ininterrupto do cotidiano: presenciam tudo o que está ao redor em sua imobilidade relativa.

Ao pensar sobre esses restos e abandonos sob a perspectiva de suas memórias, eu compartilho de um olhar que Didi Huberman (2017, p.117) destaca em um de seus livros: um olhar arqueológico que “compara o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido”. Além das árvores que sabemos ter desaparecido através da evidência de seus restos que continuam presentes, de suas raízes abandonadas ainda expostas na superfície das calçadas, lembramos também das árvores das quais nenhum resquício visível restou. As árvores que foram cortadas para que a cidade pudesse se erguer, aquelas que estavam aqui antes de nós, antes do concreto, antes dos carros e dos prédios. Provavelmente o solo guardou a matéria orgânica de suas raízes, se enriquecendo e nutrindo a população vegetal ainda visível. De uma forma invisível, elas ainda se fazem presentes através da terra.

Logo, nunca podemos dizer: não há nada para ver, não há mais nada para ver. Para saber desconfiar do que vemos, devemos ver mais, ver, apesar de tudo. Apesar da destruição, da supressão de todas as coisas. Convém saber olhar como um arqueólogo. E é através de um olhar desse tipo – de uma interrogação desse tipo – que vemos que as coisas começam a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados (DIDI HUBERMAN, 2017, p.127).

Os troncos cortados que vemos pelas ruas, esses abandonos vegetais, são exemplos de vidas interrompidas que não tiveram seu ciclo garantido como uma existência plena. Os homens, tomadores de decisão em relação a essas vidas, são responsáveis por administrar uma paisagem urbana que abriga muitas espécies. O cortar de tantas árvores revela uma humanidade que mimetiza a nós mesmos e que está longe de ser partilhada com outras formas de vida. Como seriam as nossas cidades se essa partilha fosse feita e se as outras espécies que dividem o espaço conosco tivessem poder de

¹ Graduada pela UFV em Arquitetura e Urbanismo (2014); Especialista em Gestão de Cidades e Empreendimentos Culturais pela Universidad Nacional de Córdoba (2015); Mestre pela Escola de Arquitetura da UFMG, na linha de pesquisa de teoria e história da arquitetura e do urbanismo e suas relações com outras artes e ciências (2021); Professora EBTT no IFMG - campus Santa Luzia desde 2016. Atua nos cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo e Design de Interiores e nos cursos técnicos de Paisagismo e Edificações.

decisão sobre suas vidas e a paisagem urbana?

As ruínas vegetais são testemunhas de um modelo relacional fracassado. Esses escombros permanecem fixados ao solo, à terra, esperando para serem olhados e ouvidos.

Referência

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.



Figura 1 - Abandono vegetal 1. Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 2 - Abandono vegetal 2. Fonte: autoria própria, 2020.



Figura 4 - Abandono vegetal 4. Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 3 - Abandono vegetal 3. Fonte: autoria própria, 2020.

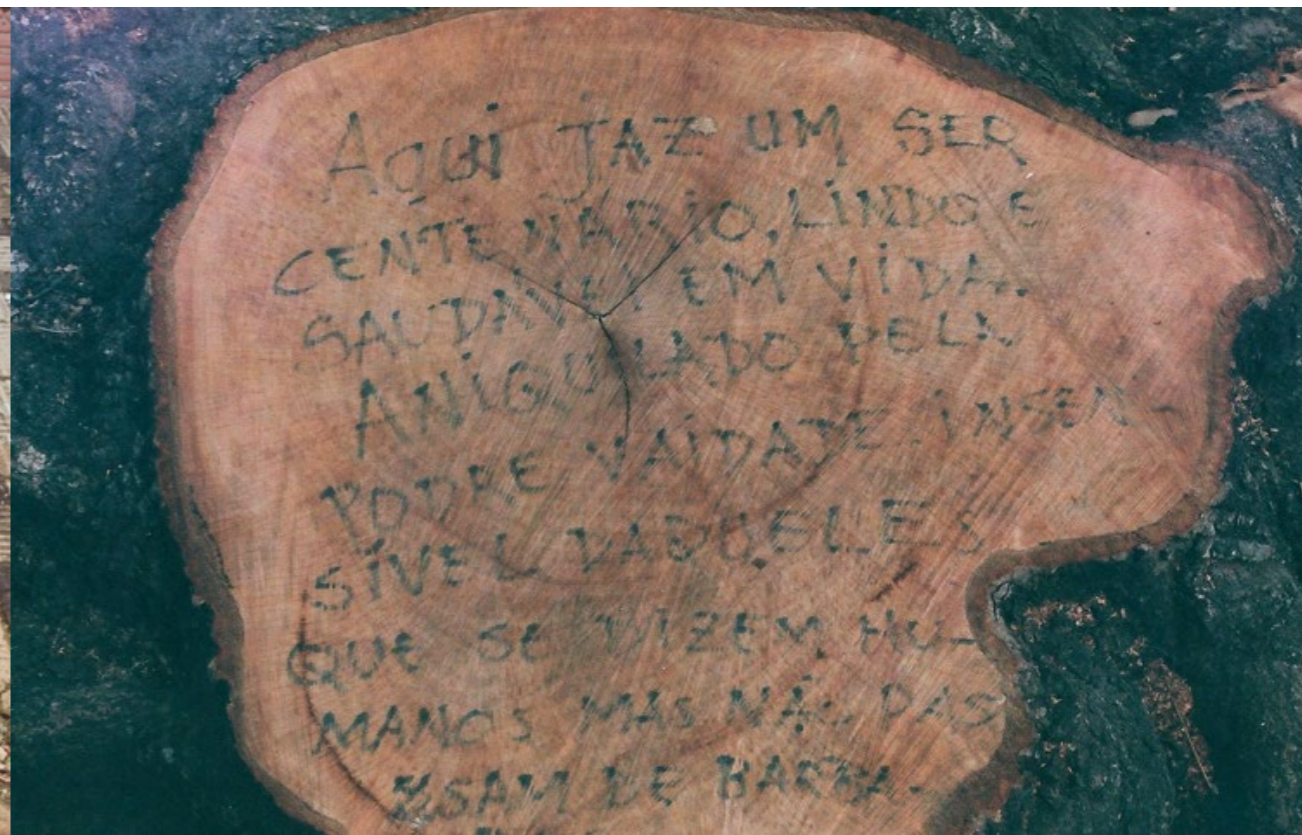


Figura 5 - Abandono vegetal 5. Fonte: autoria própria, 2020.



Figura 6 - Mosaico de abandono vegetal 1. Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 7 - Mosaico de abandono vegetal 2. Fonte: autoria própria, 2020.

MENINA-URBE | AVÓ-CIDADE

Maria Beatriz Andreotti¹

Menina-Urbe | Avó-cidade é um ensaio poético-fotográfico realizado a partir das deambulações pela cidade e registros de arquiteturas industriais. Reúne fotografias de estudos de campo de diferentes cidades, aproximadas pelo abandono comum. Realizadas entre 2008 e 2022 é parte do acervo do pesquisador.



¹ Maria Beatriz Andreotti é Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Campinas (2008). Mestre em História pela mesma universidade (2015). Doutoranda no IAU-USP, na área de História da Arquitetura e Urbanismo, é estagiária de doutorado na Universidade du Quebec à Montreal (2022). É pesquisadora do LEAUC – Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (IAU-USP) e no grupo DePOT – Deindustrialization and Politics of our times (Concordia University).



escutar histórias de coisas
que não falam
e, além de tudo,
entender das inimizades
e amizades entre elas



O mato mora na ruína da tua boca
Dentro, entre
A palavra estampa a cara
As frases se formam como morcegos
O rio, vizinho oculto
A cidade espia, fofoqueira



na inexistência
da paisagem idílica da fazenda
a menina-urbe vai à fábrica -
sua avó-cidade

Figura 2 - Autoria Própria, Fábrica de Rações Anhanguera, Campinas, 2007. Figura 3 - Autoria Própria, Canadá Malting Company, Montreal, 2022. Figura 4 - Autoria Própria, Canadá Malting Company, Montreal, 2022.



ARQUITETURA HOSTIL E APOROFOBIA

Conversa com Padre Julio Lancellotti

**Padre Júlio Renato Lancellotti¹,
Amanda Ferreira Garcia², Eduardo Rocha³, Adriana Portella⁴,
Vanessa Forneck⁵, Luciele dos Santos Oliveira⁶,
Nátalin Pucinelli Lourenço⁷, Giovanni Nachtigall Maurício⁸,
Carlos Krebs⁹, Giulia Vianna dos Santos¹⁰
e Ligia Chiarelli (Biloca)¹¹**

Apresentação

A conversa com o Padre Júlio Lancellotti aconteceu no dia 14 de setembro de 2022, inaugurando o ciclo de eventos LabCom Café na modalidade presencial. Realizado na própria sede da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), da Universidade Federal de Pelotas, promovida pelo Laboratório de Estudos Comportamentais (LabCom)¹². Na conversa o Padre Júlio participou remotamente, enquanto a plateia estava presente no auditório da FAUrb¹³.

Júlio Renato Lancellotti, mais conhecido como Padre Júlio Lancellotti é pedagogo, padre e pároco responsável pela paróquia São Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca em São Paulo. Conhecido por sua luta diária pelos direitos humanos às minorias e, principalmente, pelo trabalho com as pessoas em situação de rua. Em dezembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.489 de 2022, batizada com Lei Padre Júlio Lancellotti devido a sua luta contra arquitetura hostil em diversas cidades, que alterou o Estatuto das Cidades criado em 2001. A Lei Padre Júlio Lancellotti regulamenta a proibição de Arquitetura Hostil em seu Art.2º- XX:

[...] promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população.¹⁴

1 Há mais de 30 anos, Padre Júlio Lancellotti milita pelos direitos humanos. O paulistano de 69 anos fundou as Casas Vida I e II (criadas originalmente para acolher crianças portadoras do HIV) e é vigário da Pastoral do Povo da Rua de São Paulo.

2 Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUrb/UFPel. Membro do LabCom.

3 Professor na FAUrb/UFPel, Pesquisador do LabCom.

4 Professora na FAUrb/UFPel, Coordenadora do LabCom.

5 Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na USP-São Carlos.

6 Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. Membro do LabCom.

7 Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUrb/UFPel. Membro do LabCom.

8 Professor do Curso de Gestão Ambiental da UFPel.

9 Doutorando no PROPAR/UFRGS.

10 Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. Membro do LabCom.

11 Professora aposentada da FAUrb/UFPel, Pesquisadora do LabCom.

12 Ver mais em LabCom: <https://wp.ufpel.edu.br/labcom>

13 A conversa foi gravada em vídeo e posteriormente transcrita.

14 Lei Padre Julio Lancellotti, ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14489-21-dezembro-2022-793527-republicacao-166834-pl.html>

Mediadora

Adriana Portella

Transcrição

Amanda Garcia, Nátalin Pucinelli Lourenço e Eduardo Rocha

Participantes nos questionamentos

Adriana Portella, Luciele dos Santos Oliveira, Nátalin Pucinelli Lourenço, Giovanni Nachtigall Maurício, Carlos Krebs, Giulia Vianna dos Santos e Ligia Chiarelli (Biloca)

Edição

Amanda Garcia

Revisão

Eduardo Rocha e Vanessa Forneck



Adriana Portella: Pessoal, então queria agradecer muito a presença de todos, principalmente do Padre Júlio Lancellotti, ele tem vários trabalhos em São Paulo e no Brasil, e abriu um pouquinho da sua agenda para conversar com os estudantes de Arquitetura e Urbanismo, sobre um tema bem importante, que é a questão da Arquitetura Hostil e da Aporofobia. Esses são temas que desde o primeiro semestre nós temos que falar e combater, principalmente para que tenhamos profissionais que futuramente não façam isso no espaço público da cidade. Então eu já vou passar a palavra para o Padre Júlio Lancellotti. Agradeço imensamente. É uma honra tê-lo aqui e a palavra é sua por gentileza.

Padre Júlio Lancellotti: Uma saudação a todos e todas que nos acompanham neste momento de reflexão e de formação. Uma saudação a toda a Universidade, aos professores, alunos e a todos que estão envolvidos nessa reflexão.

Quando nós falamos de Intervenção Hostil na arquitetura, é justamente porque algumas das associações de arquitetos pelo Brasil pediram que não usássemos o termo Arquitetura Hostil. Porque eles colocam que a arquitetura sempre é para acolher e para que as pessoas se sintam acolhidas. Só que nada é neutro. Então todas as concepções têm determinadas posições ou inflexões, que acabam indo mais para um lado do que para outro.

A grande questão que nós temos colocado, é a questão da Aporofobia. A Aporofobia é um comportamento que já está presente na vida humana há muito tempo, ele foi nomeado e de certa forma localizado a partir da filósofa espanhola Adela Cortina¹⁵, que cunhou esse termo Aporofobia, que significa aversão ao pobre, ódio ao pobre e rejeição ao pobre. É uma das coisas que nós sentimos muito, principalmente numa realidade como São Paulo, mas eu acredito que se multiplica pelo Brasil todo que é a especulação imobiliária. Hoje eu diria que São Paulo é uma cidade governada pela especulação imobiliária.

Nós temos visto esse fenômeno, que vocês conhecem, devem ter já estudado ou vão estudar, da gentrificação, que acaba sendo um fenômeno que está presente hoje em grandes cidades e cidades de médio porte. Pelotas é uma cidade grande, é uma cidade de grandes centros universitários e de um número grande e expressivo de população, que acabam sendo atingidas por esse fenômeno de gentrificação, e esse fenômeno de rejeição aos pobres, e da busca de afastá-los cada vez mais. Nós temos localizado com apoio de muitas pessoas pelas redes sociais, exemplos muito claros de intervenções hostis na arquitetura, e atinge diretamente a população em situação de rua, que aumenta vertiginosamente no Brasil. São Paulo teve um aumento tão expressivo, que nós chegamos hoje, segundo dados oficiais da prefeitura, a termos trinta e duas mil pessoas em situação de rua. Um censo feito só com crianças e adolescentes aponta mais de quatro mil crianças e adolescentes vivendo em situação de rua em São Paulo. Com uma metodologia diferente utilizada pela Universidade Federal de Minas Gerais, chegamos também a um número pelo CadÚnico¹⁶ de quarenta e duas mil pessoas em situação de rua.

Então, este é um dado alarmante, porque grande parte dos municípios paulistas não tem quarenta e dois mil habitantes. Na maioria dos municípios do estado de São Paulo, como no Rio Grande do Sul, também percebe-se o aumento da população em situação de rua em Porto Alegre. E na medida em que a população de rua aumenta, aumenta também a rejeição a eles. Em geral as chamadas “políticas públicas”, são todas de tutela, não são políticas públicas que preservem a autonomia da população em situação de rua, acabam sendo tuteladas pelo chamado poder público, que decide o que é melhor para eles, e esse fenômeno da gentrificação acaba expulsando a população em situação de rua. Essa população que o Papa Francisco chama de descartada. Como lógica do neoliberalismo.

Então, a arquitetura, ela está sendo pensada dentro do sistema neoliberal. A nossa arquitetura, ela tem traços do neoliberalismo. A gente vê hoje, por exemplo, não sei a realidade em Pelotas ou em Porto Alegre, mas em São Paulo, o crescimento dos condomínios. Há um grande crescimento de condomínios. O que são os condomínios? A vida segura, fechada, e um grupo todo que busca ter uma certa homogeneidade na questão econômica. Pelo próprio preço e acessibilidade dessas formas de viver, que são elitizadas e que não querem a presença das pessoas descartadas ou dos grupos empobrecidos. Então são grupos que acabam sendo eliminados. A arquitetura não é inatingível pelo sistema neoliberal. Eu acho que isso era uma coisa que vocês poderiam pesquisar, eu não sou arquiteto, nem de longe, mas a arquitetura é atingida por esse modelo neoliberal que acaba construindo uma cidade, que não é uma cidade que é aberta para todos ou uma cidade que os mais pobres tenham acesso.

¹⁵ Adela Cortina Orts é uma filósofa espanhola. Catedrática de Ética na Universidad de Valencia, dirige a Fundação Étnor, Ética de los Negocios y las Organizaciones.

¹⁶ O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. Ver mais em: <https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>

Vejam o fenômeno dos shopping centers, a população em situação de rua não pode entrar no shopping center, os seguranças os afastam. Até alguém pode dizer: o que o morador de rua vai fazer no shopping center? Ué! Ele também acho que gostaria de olhar as coisas que ele não tem acesso, grande parte da população que anda pelo shopping, nem sempre anda para comprar, mas só para, como diz um ditado antigo, “olhar pros olhos e lamber com a testa”. E não tem acesso a todas aquelas maravilhas que estão lá expostas, desse sistema capitalista neoliberal, dizendo: mereça ter tudo isso, e para você merecer ter tudo isso como prêmio, vai ter que entrar bem nessas nossas regras e principalmente na meritocracia. Então, os condomínios são inacessíveis a grande parte da população. Hoje, São Paulo vai sendo feita como uma cidade da especulação imobiliária, e voraz que acaba afastando idosos e que acaba desfigurando a memória dos bairros.

Os nossos bairros, eu digo que sofrem de Alzheimer, não tem mais memória, porque tudo que seria de preservação da cultura, da história, desaparece. Eu, por exemplo, a paróquia onde eu estou é no bairro da Mooca, daqui há alguns anos ninguém vai saber que o bairro da Mooca é um bairro de imigrantes italianos, e que há uma história da imigração italiana, portuguesa, espanhola, etc. É como se municípios, tanto do Rio Grande do Sul, quanto de Santa Catarina ou do Paraná, daqui um tempo não tenham mais sinais da arquitetura germânica, da arquitetura dos imigrantes alemães ou italianos, que isso vai desaparecer. Porque a gente vai entrando numa onda, que é chamada de modernização, e uma modernização que não tem história.

A arquitetura, eu acredito, não pode apagar a história. E aqui em São Paulo, nós estamos vivendo um fenômeno onde as grandes incorporadoras conseguem destombar determinados patrimônios, que foram tombados pelo patrimônio histórico. Então a questão econômica tira o tombamento. Esses imóveis, é interessante, eu tenho percebido aqui na região onde eu moro, e onde está a paróquia, que alguns prédios que tinham sido tombados pelo patrimônio histórico, as incorporadoras conseguem tirar o tombamento e esses edifícios são demolidos numa noite. À noite passamos por lá e eles existem, na manhã seguinte já não existem mais. Eles são imediatamente derrubados e descaracterizados pela voracidade do mercado imobiliário. Então, a arquitetura não pode ser um fenômeno que aliado à especulação imobiliária destrua a história e torne um direito humano fundamental, que é o direito à moradia, inacessível. Aqui em São Paulo está acontecendo uma coisa muito estranha, a Fundação Casa que acolhe ou priva de liberdade. Não acolhe, mas priva de liberdade os jovens chamados entre aspas em “Conflito com a lei”, construíram unidades de segurança máxima, seis dessas unidades foram desativadas e a Secretaria da Assistência Social do Município está pegando essas unidades pintando, decorando, colocando cortina, pintando as paredes de várias cores, pondo lá jardins e brinquedos, para serem moradia de grupos familiares em situação de rua.

Um edifício que foi concebido para ser uma arquitetura de segurança máxima, onde encontramos um retângulo, com tudo voltado para dentro, sem comunicação com o mundo exterior, é usado para ser a habitação de grupos familiares, de pessoas em situação de rua, e dessa forma vai se mantendo essa mentalidade penitenciária. Foi interessante quando o secretário da Assistência Social, usou “um termo” – e ele disse –, “isso é um momento muito importante, porque nós estamos humanizando”, e então com isso ele reconheceu que antes era desumano. A privação de liberdade, ela é desumana, e agora eles estão humanizando a casca, para colocarem dentro dessa mesma concepção arquitetônica, de privação de liberdade de grupos familiares e, aí ainda ele diz com o ponto focal de “autonomia”.

Como é que você vai gerar autonomia morando num espaço que foi concebido para privação de liberdade? E onde a própria alimentação chega em marmiteix. É como

diz o povo aqui em “Bandeco”, em marmitex, que eles não tem nem autonomia para cozinhar a própria comida. Então, é até interessante perceber que muitos desses condomínios, e agora em São Paulo, está uma moda de construir o que eles chamam de estúdio, onde a cozinha é o menor ambiente que existe. É um espaço onde só cabe uma pessoa de pé, e são esses apartamentos de trinta e cinco metros quadrados, que são o que eles chamam de *single*.

São coisas, fenômenos urbanos, que chamam muita atenção, para que se revelem, através da sua arquitetura, o sistema capitalista neoliberal que nós estamos vivendo. O individualismo, o isolamento e o primado da segurança sobre a convivência, o primado do isolamento sobre toda forma de comunicação e de comunhão. Logo, eu acredito, que olhando a partir da convivência com a população em situação de rua, são essas coisas que eu tenho percebido que talvez não estejam como seria de rigor totalmente sistematizadas. Mas são impressões que eu gostaria de partilhar com vocês, para que nós tenhamos também uma arquitetura de resistência, uma arquitetura de comunhão, uma arquitetura de acolhimento, uma arquitetura que não tenha tantas pedras para dificultar a presença das pessoas. E quando nós trabalhamos a nível de legislação, de vetar intervenções hostis na arquitetura, o plano apresentado, o PL [Projeto de Lei], apresentado pelo senador Fabiano Contarato¹⁷, que foi aprovado no Senado, na Câmara Federal, já passou até na Comissão de Justiça e está esperando ir para votação em plenário¹⁸.

Quando nós colocamos que não podemos aceitar essas intervenções hostis na arquitetura, não é que nós queremos justificar que as pessoas morem em marquises ou nos baixios de viadutos, mas que esse sintoma de Aporofobia, ele mostra que quando há muitos desses sinais é porque não há acolhimento, não há hospitalidade. A própria Adela Cortina, coloca que nós temos que sair da hostilidade para a hospitalidade. Então o que seria uma arquitetura hospitaleira? Ou uma arquitetura de acolhimento, não de acolhimento dos iguais, mas de acolhimento de todos e todas. Acolhimento de todas as pessoas, sem ser selecionadas, sem ser escolhidas, sem ser dentro de um sistema, que nós diríamos de necropolítica.

Nós estamos vivendo uma necropolítica, e não uma política de implementação da vida com liberdade e com autonomia. Eu penso, que esse é um desafio da forma inventiva e que a criatividade deve atingir, para que nós tenhamos uma arquitetura humanizada, eu acredito que seja o grande desafio, a humanização da vida e todas as formas de expressão, que a vida possa ser humanizada na arte, na cultura, na arquitetura, na poesia, na dança, nas expressões culturais, nas expressões de onde as pessoas sejam convidadas a vir, a serem acolhidas e a vivenciarem a experiência de comunhão e não de exclusão e de descarte.

Mas eu também gostaria muito de ouvir. Eu nunca vi um grupo tão quietinho como o de vocês, tão bem comportados.

Adriana Portella: Eu penso que a gente pode abrir o microfone para questionamentos, esse é um momento único para nós, porque é o primeiro momento híbrido que a gente tem depois da pandemia. Então esse grupo aqui todo unido, pela primeira vez, conseguimos trazer de volta para a Faculdade de Arquitetura, depois de dois anos de pandemia, quando ficamos trabalhando online. Eu falo muito nas aulas, o ensino online, ele é raso porque a gente precisa de contato humano, sair na rua, conhecer os

bairros para fazer uma arquitetura de qualidade. Então vamos abrir o microfone, para vocês fazerem perguntas para o Padre Júlio Lancellotti, que faz esse trabalho incrível em todo o Brasil.

Ligia Chiarelli (Biloca): Como é que se deu esse embate em São Paulo, em relação à ocupação ou não dos espaços abaixo dos viadutos? Qual foi a receptividade percebida na população? Como as pessoas se envolveram ou não com esse tipo de luta? Que é tão significativa, em defesa dos excluídos.

Padre Júlio Lancellotti: É um embate conflitivo, o próprio nome já demonstra, é um embate. Imaginem o que está acontecendo agora aqui em São Paulo, a Praça Princesa Isabel tem dezesseis mil metros quadrados e a prefeitura conseguiu passar agora um projeto de lei, com urgência máxima, na Câmara Municipal, transformando essa praça em parque, e a própria Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, tem um conceito de parque que não cabe na Praça Princesa Isabel. Mas, o prefeito conseguiu passar esse projeto tendo maioria na câmara, para cercar a praça. Então nós estamos vivendo um fenômeno de praças cercadas, debaixo de viadutos cercados, e isso é um simbolismo, porque o grupo chamado lá de “Cracolândia”, dos dependentes químicos, ficaram um tempo na praça Princesa Isabel. E aí as pessoas falam para mim: “ah, mas é porque você quer que eles fiquem na praça?” Não. Eu gostaria que eles tivessem onde morar. Porque uma coisa é certa, nem todo dependente químico está em situação de rua e nem toda pessoa em situação de rua é dependente químico. Inclusive, tem muitos dependentes químicos nos condomínios, mas que ninguém os vê e aqueles que estão na praça todo mundo vê, então eles é que são, vamos dizer assim, criminalizados e atingidos por esta política de segregação. Nós estamos vivendo uma política de segregação por classe social, por questão social, por questão de fenômenos – como a dependência química – que são de saúde pública.

Quando me dizem que a população de rua é muito agitada! Eu sempre digo: “vai em reunião de condomínio para resolver a vaga no estacionamento”. Eu conheço muitas reuniões de condomínio que acabam na delegacia. Vai à reunião de padres, para escolher a paróquia. Vai à reunião de professor para organizar o número de aulas na grade curricular. Então, existe conflito em todo lugar, mas existe o conflito que está visível, que está visibilizado e o que é punido. Desse modo, veja, nesse caso específico da Praça Princesa Isabel, não sei se vocês têm em mente como é essa praça, vocês já viram alguma fotografia dessa praça? eu até fiz uma ironia sobre essa praça, porque ela se chama Princesa Isabel e ela vai ser gradeada por todos os lados. Falei: a Princesa Isabel ia gostar, né? De todas essas grades. E nessa praça está o monumento equestre ao Duque de Caxias, que é o monumento equestre mais alto do Brasil, e justamente lá no alto está o Duque de Caxias a cavalo, e eu falei que o prefeito de São Paulo conseguiu aquilo que o Solano Lopes não conseguiu na guerra do Paraguai, que foi cercar o Duque de Caxias. Eu até sugeri que o nome da praça mude e passe a se chamar Parque Solano Lopes, porque conseguiu a proeza de cercar o Duque de Caxias.

Então é um embate, é um conflito que nós vivemos todos os dias na disputa do espaço público. Onde as pessoas em situação de rua são consideradas pessoas que degradam o espaço público, porque elas não têm um espaço privado para viverem. Porque, não é garantido a elas o direito de morar, e de morar de uma maneira onde elas não vivam em abrigos e albergues. Mas, onde elas têm os seus próprios espaços!

São Paulo, durante a pandemia, de maneira tardia, conseguiu espaços dos hotéis leitos, na rede hoteleira de São Paulo. A rede hoteleira de São Paulo resistiu muito a acolher as pessoas em situação de rua. Em Londres e Paris isso foi muito rápido. A rede hoteleira de cinco estrelas recebeu a população de rua. São Paulo demorou muito

¹⁷ Fabiano Contarato é um professor de direito, delegado da polícia civil e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). É senador pelo Espírito Santo e atual líder da bancada do PT no Senado.

¹⁸ Foi promulgada no dia 21/12/2022.

para conseguir e está pagando hoje, eu não gosto da palavra vaga porque eu sempre digo que vaga é para o carro. É para o estacionamento. Pessoas precisam de um lugar, de um espaço humanizado. Pagando quatro mil reais por leito na rede hoteleira aqui em São Paulo por mês. Com esse valor as pessoas podiam fazer locação.

A cidade de Franca, aqui em São Paulo, tem feito um trabalho com a população em situação de rua, onde eles escolhem o lugar e eles mesmos localizam onde eles podem morar e alugar, e recebem uma figura que acho que é muito importante, que existe legalmente aqui em São Paulo e no Brasil todo, que é a locação social, é o que se chama moradia em primeiro lugar. Então isso é muito importante, que se trabalhe nas cidades: a casa em primeiro lugar. Porque a pessoa, tendo onde morar, ela vai se reorganizar. Ela vai reorganizar a sua vida, o seu espaço, ela vai ter um lugar seguro e afetivo para descansar, para se alimentar, para fazer a própria alimentação, para ter autonomia. O espaço e a arquitetura, tem que ser um espaço de fomentação da autonomia e não do isolamento, da comunhão e não do individualismo, da vida incomum e não de uma vida completamente isolada.

Eu acho interessante nesses edifícios que têm surgido, muito nos condomínios, tem o espaço de lazer, onde as pessoas vão sozinhas, elas não querem fazer lazer junto com ninguém; e onde tem o espaço de festa, a festa também é de grupos, nunca tem nada que seja de comunhão. É interessante que as pessoas, mesmo no próprio condomínio, quando se encontram no elevador nem se cumprimentam, que é para ficar claro que não se conhecem e que não querem ter nenhuma interação.

Nós estamos na fase do terraço *gourmet*. Então não é um espaço comunitário *gourmet*. Interessante, tem o Serviço Social do Comércio (SESC) aqui perto do bairro onde eu moro que tem a comedoria. É muito interessante. Na comedoria lá do SESC, as mesas são todas redondas e todos tem que sentar juntos para comer. Lá o espaço de alimentação é coletivo, onde se partilha, onde as pessoas se veem e conversam. Eu acho muito interessante o SESC, eles tem feito uma grande contribuição com os seus centros de lazer. Não sei aí, se vocês tem essas coisas? Deve ter em Porto Alegre, mas essa comedoria é muito interessante, essas possibilidades inventivas, criativas de uma novidade de comunhão, de troca de informações.

Hoje em dia, todo mundo está sentado à mesa, mas todo mundo está no seu celular e ninguém conversa com ninguém, as pessoas nem se veem, se estão comendo juntas. Me chama muito atenção, que com a população em situação de rua, quando eu os vejo comendo, eles comem tristes. Acho que é uma coisa terrível comer triste e como todos nós temos a experiência, talvez de ter visto alguém comer chorando. Comer triste, amargurado, comer triste não sabendo se aquela é a última refeição do dia. É uma coisa que me impressiona demais. Então tudo isso é uma luta. Tudo isso é um conflito. Tudo isso é uma conquista.

Eu sempre lembro de um santo. Que não era arquiteto. O protetor dos arquitetos Santo Antônio de Sant'Ana Galvão. Ele foi pedreiro e arquiteto do Convento da Luz. Não sei se alguém de vocês conhece o Convento da Luz aqui no bairro da Luz em São Paulo, mas seguramente já devem ter visto fotografias, foi arquitetado pelo frei Antônio de Sant'Ana Galvão, que é o Santo Antônio de Sant'Ana Galvão, que além de ter desenhado e arquitetado, ajudou a construir como servente de pedreiro aquele espaço. Penso, que nós temos que encontrar esses espaços, a partir de uma criatividade de comunhão, a partir não do isolamento. Contra o neoliberalismo que acaba fazendo parte de uma epistemologia neoliberal e que acaba sendo a que vai também fazer projetos, fazer propostas.

Aqui em São Paulo há uma epidemia, como eu disse para vocês de gradeamento. Eu até pedi que quem sabe a gente consiga descobrir no orçamento da prefeitura, o quanto eles estão gastando em grades? Porque é impressionante, que as serralherias devem estar rendendo muito aqui, viu? Porque é grade para todo lado. Eu, até num gesto simbólico, arranquei todas as grades que tinha em volta da igreja onde eu estou, da paróquia de São Miguel, cerramos todas as grades e pusemos flores, e antes de ontem eu estive com um deputado federal e um vereador visitando uma biblioteca municipal, que é a biblioteca Cassiano Ricardo, que fica no bairro do Tatuapé, que é todinha cercada de pedras pontiagudas, e que são tão pontiagudas, que se um idoso cair ali vai se ferir, se uma criança cair ali vai se ferir. E aquilo é um gesto de hostilidade. Não chegue perto! Uma biblioteca que deveria ser um espaço de acolher para ler, para construir, para ter uma atividade lúdica, é toda ela cercada de pedras, para que ninguém se aproxime. Todos os lugares onde tem marquises estão cercadas de pedras, e nós conversamos lá com o pessoal da biblioteca, entramos também com um inquérito civil público, para conseguir uma ordem judicial ou um termo de ajustamento de conduta para que aquelas pedras sejam retiradas.

Então jovens, arquitetos e arquitetas, podem ter uma luta, eu sei que tudo isso entra no mercado, é o mercado que vai construir e arquitetar e projetar aquilo que a sociedade perde dentro do individualismo, da meritocracia, de um individualismo que hostiliza o diferente. Então eu sugiro a vocês que leiam o livro da filósofa Adela Cortina "A Aporofobia é um desafio à democracia"¹⁹.

Carlos Krebs: É um prazer ter a oportunidade de estar lhe ouvindo hoje, a minha pergunta é sobre quando o senhor falou de um exemplo terrível da transformação de casa de detenção em casa de detenção colorida, aí em São Paulo e existem inúmeros prédios ociosos no centro da cidade, que para quem anda pelo centro, da região central e vê aquelas janelas tapadas com tijolos e os prédios completamente abandonados. O senhor falou tanto na política neoliberal, que vem permeando a legislação, então porque eles não entendem isso como uma oportunidade de negócio muito melhor, do que colocar pessoas em casas de detenção? De utilizar esse espaço que já foi concebido para pessoas morarem, para as pessoas viverem. Colocar essas pessoas nesses abandonos seria muito melhor para a cidade como um todo?

Padre Julio Lancellotti: Gosto muito da locação social. A locação social, ela dá o direito de morar, sem dar o direito de propriedade, existem emendas nesse projeto e foi apresentado até um novo projeto, mas foi vetado. Porque o interesse do mercado imobiliário é muito forte. A especulação imobiliária é muito forte. E outro dia eu disse para o prefeito de São Paulo, falei "que quem governa São Paulo é especulação imobiliária", ele falou para mim até: "Não, aqui não!" Eu falei "então a sua ficha não caiu, né? Ou você não está sendo sincero".

Porque a gente vê a nossa cidade, por exemplo, nós temos a Subprefeituras em São Paulo e as prefeituras regionais. Elas são todas loteadas por coronéis e por grupos que têm como princípio primeiro e absoluto a questão da especulação imobiliária. Até nessa semana passada, foi exonerada uma prefeita regional da Zona Oeste da Lapa, por estar vendendo licenciamento, por estar vendendo autorização de construções numa área aqui de São Paulo chamada Vila Leopoldina. Olha que nome que tem a vila, hein? Leopoldina acho que a dona Leopoldina é a Imperatriz. A Imperatriz Leopoldina não deve ter ficado nem um pouquinho feliz da Vila Leopoldina, ser uma vila extremamente

¹⁹ CORTINA, Adela. Aporofobia, a Aversão ao Pobre: um Desafio Para a Democracia: Volume 1. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

seletiva e meritocrática, onde alguns condomínios, eu tenho que falar bem isso porque depois caem de pau em cima de mim, alguns condomínios estão virando milícias e que querem acabar e exterminar os pobres que estão no seu entorno, acabar com a população em situação de rua justificando políticas higienistas. Considero que nesse sentido, há uma tendência muito forte nas nossas cidades de higienismo. Por isso, não querem aproveitar esses espaços que já existem. Até houve uma proposta de mudança na legislação da locação social, para que os prédios possam ser também alugados com essa finalidade. Nós temos aqui em São Paulo várias experiências muito boas, muito interessantes de condomínios de locação social que estão dentro dessa lógica do condomínio. Mas são de locação social, onde há espaço de vivência coletiva, de vivência comunitária, com pessoas que estavam em ocupações. Hoje nós temos muitas ocupações em São Paulo. E a gente pensa que o despejo está zero, mas não está não! Os despejos estão acontecendo e por isso a população de rua aumenta tanto. Porque há muitas pessoas inadimplentes, muitas pessoas que acabam ocupando, e muitas pessoas que são tiradas nas reintegrações de posse, e jogadas na rua literalmente, sem ter o que fazer.

Quem vem a São Paulo, e quando vocês vierem, vocês vão levar um susto, de ver que o centro de São Paulo parece um acampamento de guerra. E eu digo que São Paulo está virando Calé, Calé na França, que puseram fogo nos campos dos refugiados. A população em situação de rua são refugiados urbanos. Ninguém os quer, ninguém os quer ver, ninguém os quer por perto. Na pandemia quando a cidade toda fechou eles foram os únicos que eram vistos pelas ruas da cidade. Isso mobilizou solidariedade, mas mobilizou também muita hostilidade.

Luciele Oliveira: Oi padre, tudo bem? Eu tenho estudado um pouco sobre pichação, que seria a resposta das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, para essa sociedade que as oprime. A cidade de São Paulo é uma das cidades mais pichadas da América Latina, e eu queria saber a sua posição sobre essa resposta das pessoas, com esse ataque da sociedade, essas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade?

Padre Julio Lancellotti: Os grafiteiros ou a grafiteagem é uma expressão urbana, e uma expressão urbana especialmente, como você lembrou, de populações que estão descartadas, e o que se vê, por exemplo, aqui em São Paulo é uma criminalização da grafiteagem. Vocês lembram que a Avenida Vinte e Três de Maio, teve um prefeito, que de certa forma incorporou todas as grafiteagens no espaço urbano, e chegou outro prefeito que mandou pintar tudo de cinza. Apagou tudo aquilo que estava ali grafitado, até com arte. É uma maneira de expressão, é uma maneira cultural de expressão. Sabe que eu visitei na Itália, há muito tempo atrás, mais de vinte anos, o Santuário de São Miguel Arcanjo, que fica no Monte Gargano, já na parte do mar Adriático na parte da Puglia, na Itália, para quem conhece um pouco da geografia da Itália. E sabe uma coisa que descobriram lá no Santuário de São Miguel? Está todo coberto com acrílico, que todos que passavam por lá deixavam grafitado o seu nome nas paredes e hoje os estudiosos de arqueologia estão encontrando nomes, inclusive de cavaleiros, de pessoas que iam para as cruzadas e que saíam por aquela região do sul da Itália, no mar Adriático, para chegar do Oriente. Então é uma expressão, é uma forma de expressão cultural que não pode ser criminalizada e que não pode ser desprezada, mas que tem que ser lida.

Giulia Vianna: Oi padre, boa tarde. A gente andou conversando muito entre nós sobre todos esses temas nesse último mês, e uma coisa que eu queria até pedir a tua opinião, sobre essa movimentação que teve da prefeitura de Sorocaba, de querer impedir que o pessoal, os dependentes químicos, saíssem da Cracolândia e adentrassem a cidade de Sorocaba. Eu queria te pedir para

comentar sobre isso, porque para nós, eu acredito que envolve muito essa questão de planejamento urbano e planejamento regional. O que implica a gente erguer esses muros, sejam muros físicos ou muros virtuais, mas que segregam as cidades e o que a gente poderia refletir sobre isso? a No âmbito que às vezes não é só a arquitetura, mas é uma coisa maior que implica na cidade como um todo, uma entrada da cidade bloqueada.

Padre Julio Lancellotti: Então essas cidades estão chamando de barreira sanitária. Puseram até um nome bonito. Barreira sanitária, dessa forma é uma criminalização do pobre, uma criminalização do dependente químico. Ao invés de acolher para cuidar e conviver, é mais para excluir, selecionar. Mas, o início da sua colocação, me fez lembrar uma coisa muito interessante. Nós tivemos aqui em São Paulo muitos mutirões. E tinha toda uma visão técnica dos mutirões. Então, eu lembro numa reunião com o povo que ia morar nas casas, os arquitetos explicando qual ia ser a inclinação da escada, quantos degraus tinha, para que aquela inclinação permita um espaço embaixo, que ia ampliar o espaço e tal. Aí perguntaram para uma senhorinha que estava lá na reunião, ouvindo tudo aquilo atenta, mas acho que com esforço imenso de entender o que eles estavam falando, e aí perguntaram para ela: “Como é que a senhora pensa? O que a senhora pensa de tudo isso? Como é que a senhora pensa da casa que a senhora vai morar?” Ela falou: “Ahh! Com uma samambaia bem grande do lado da porta e um azulejo com Nossa Senhora Aparecida”. Então, enquanto os arquitetos falavam de toda aquela explicação técnica de metragem, de altura de degrau, de inclinação da escada, do espaço embaixo, ela tava pensando numa samambaia bem grande do lado da porta e um azulejo com a Nossa Senhora Aparecida.

Eu acho que a arquitetura tem que dialogar com o povo e não dialogar só com o mercado e com as necessidades mercadológicas do mercado imobiliário, da especulação imobiliária. Mas dialogar com o povo. Sabe uma coisa que me chama muita atenção? Não sei como vocês veem a população em situação de rua e como essa população está aí em Pelotas ou em Porto Alegre. É interessante, vocês já viram, às vezes o arranjo que eles fazem do espaço muito semelhante a uma casa, como é que eles constroem naquele espaço. Outro dia eu vi uns aqui que tinham posto até um quadro na parede. Era um muro enorme da ferrovia. Mas eles puseram quadros, flores, plantas, a casinha para o cachorro e a barraca onde eles dormem. Então eu acredito que todo saber, deve ser um saber construído com o povo e deve ter uma dose do saber popular. De um saber popular que humanize a vida. Isso que eu acho que é importante. Não pensar a partir de conceitos pré-estabelecidos e conceitos muitas vezes técnicos e teóricos, mas a partir de vivências. Por isso, eu sempre ressalto: “eu não trabalho com a população em situação de rua, eu convivo com eles”. É preciso conviver para entender. Se você não convive, você não entende. Se você não convive, você não o ama. Se você não convive, você não defende.

Giovanni Nachtigall Mauricio: Padre Júlio Lancellotti é uma satisfação estar aqui. Eu queria fazer uma colocação sobre a questão dos povos originários, os povos indígenas, que são sempre do coletivo. O quanto eles trazem de exemplo para a conduta da nossa sociedade ocidental, que é individualista? Eu vejo sempre incorporado nessa dimensão coletiva, penso que a arquitetura, é importante ela pensar no coletivo, a gente sempre pensa no individual, somos norteados pelo individual, e seguindo nisso eu queria dizer: Meu nome é Giovanni, eu sou professor da parte ambiental, aqui na Universidade e minha esposa é professora aqui na arquitetura. Eu sou filho de artistas, de pai comunista, já falecido. Minha mãe é artista, ativista, mandou um abraço para o senhor. Eu quero perguntar sobre a questão do afeto, que é o que acontece quando eu encontro uma pessoa de rua. Aqui, várias vezes, eu fui abordado por elas. Elas me pedem dinheiro, eu digo assim, a gente fala “tchê” no Rio Grande do Sul, “tchê eu não tenho dinheiro”,

mas eu tenho um abraço e eu dou um abraço e as pessoas me abraçam, e às vezes eu acabo dando dinheiro, fico com medo que eles vão comprar crack e tal, mas eu dou um abraço. Esses dias aqui na rua, eu tava com uma roupa bonita, de professor, indo para o trabalho e o cara: “Não, não, não, eu tô todo sujo!” Eu disse assim: “Cara, não me importa!” Abracei e apertei a mão, fiquei meia hora conversando com ele, e aí eu senti o retorno desse afeto, dessas pessoas. A minha pergunta é, como é que está a questão do afeto com seus moradores de rua em São Paulo?

Padre Julio Lancellotti: Então eu sempre falo sobre isso, eu acho que é muito importante a tua colocação, nós temos que nos deixar afetar pelos outros. O afeto é quando você é afetado por alguém. Só que quando você é afetado por alguém, você tanto pode dar uma resposta afetuosa, como uma resposta agressiva. Eu digo que para conviver com a população em situação de rua, eu tenho uma senha e a senha a gente sempre diz que não é para contar para ninguém. Mas, essa eu conto para todos. E a senha é o olhar. A gente olhar para as pessoas, olhar nos olhos, olhar com afeto, olhar com delicadeza, com bondade. Eu percebo, que rapidamente eles respondem ao olhar. Em geral nós não olhamos para essas pessoas. E nessa questão da cultura indígena, acho muito interessante na cultura indígena, por exemplo, Tupi-Guarani que é muito próxima da realidade que vocês vivem. Os povos indígenas Tupi-Guarani eles não usam a expressão eu, eles não têm o pronome eu, não tem meu. Nada é meu e nada é apartir do eu. É tudo a partir do que eu faço parte dessa natureza, eu faço parte dessa vivência, onde as coisas não são minha propriedade, onde eu sou vida junto com toda a vida: a árvore, a fauna, a flora e tudo faz parte desse coletivo, que é a vida e a vida em toda a sua amplitude. Então, muitas vezes o afeto é muito seletivo e não é um afeto que as pessoas possam vivenciar. Quem diz para uma pessoa em situação de rua, você está bem? Onde você estava, que eu não te vi? Às vezes, eu falo para alguns, porque todos os dias pela manhã, passam no nosso café da manhã oitocentas pessoas em situação de rua, às vezes, eu digo para alguém: “Nossa você emagreceu, o que aconteceu? O que está acontecendo?” Quem é que percebe a vida deles? Quem é que percebe a alteridade? Quem é que percebe o subjetivo? Uma das características do neoliberalismo é a supressão da alteridade. E a supressão do subjetivo da alteridade, sobrando uma exacerbação da minha subjetividade negando a subjetividade do outro. As pessoas em situação de rua não são anjos, nem demônios, são pessoas. E pessoas que têm todos os sentimentos que todas as pessoas têm. Por isso, a gente tem que ter muita liberdade diante deles, de não negar aquilo que nós vivemos e percebemos, para que eles também não neguem aquilo que eles vivem e, percebam, que há um diálogo e uma interação. Eu agradeço muito esse tempo de ter ficado com vocês e de ter ouvido as questões que colocam.

Eu continuo achando esse auditório, de um povo muito comportado. Nunca tinha visto gente tão comportada como vocês, tão quietinhos. Façam bagunça de vez em quando que é bom!

Adriana Portella: Muito obrigado pelo seu tempo, eu acho que foi uma das melhores aulas de Arquitetura e Urbanismo que nós já tivemos, inclusive nós professores, alunos, pesquisadores, bolsistas. Eu acho que é muito importante a gente ter esse olhar humano na arquitetura. Nós falamos muito em sala de aula, que não adianta fazer projeto dentro de escritórios com ar-condicionado, porque a gente está lidando com pessoas, e que muitas vezes, a gente não deve levar em conta todas essas normas técnicas que a gente lê, porque muitas vezes as pessoas sabem muito mais. Com certeza sabem muito mais de cidade e de arquitetura do que essas normas nos informam.

Então eu penso que a sua fala foi essencial, adorei o termo/expressão Arquitetura de Resistência, vou começar usar nas minhas aulas de teoria, isso é fundamental que a gente passe para os alunos desde o primeiro semestre. Para que todo mundo saiba que a cidade não é somente para quem tem dinheiro para pagar, mas, principalmente, para quem está numa situação de vulnerabilidade e o senhor vem com essa palavra. Eu adorei também os espaços de comunhão. Hoje a gente vê casas, com lugares cada vez mais individuais e a pandemia nos fez ficar muito individuais. Então, a gente tem que voltar para os lugares de comunhão, de encontro, de troca de ideias e sempre troca de ideias com diferentes, porque tu ficar só conversando com pessoas iguais não nos leva a lugar nenhum. Então, por isso que eu sempre digo, a gente tem que voltar a se encontrar, tem que vir para a faculdade, tem que ir para a rua e fazer projeto de tênis, de chinelo, de pé descalço, caminhando nos bairros e se comunicando com as pessoas. Muito, muito obrigado. Agradeço imensamente, desejo todo o carinho, todo amor e suporte, se o senhor algum dia precisar de qualquer coisa da nossa Universidade, nós vamos estar lhe apoiando, em qualquer política pública, qualquer ação, São Paulo, Rio Grande do Sul, Brasil, muito obrigado!

Padre Julio Lancellotti: Tudo de bom. Força. Força e coragem para todos. Deus abençoe.



ISSN 2526-7310

